



organizadoras

Ana Maria Veiga

Dayane Nascimento Sobreira

Glória Rabay

Susel Oliveira da Rosa

DE **M** DICIONÁRIO **L** MULHERES **P** PARAIBANAS

organizadoras

Ana Maria Veiga

Dayane Nascimento Sobreira

Glória Rabay

Susel Oliveira da Rosa

DE **M** DICIONÁRIO **L** MULHERES **P** PARAIBANAS



2025
SÃO PAULO

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

D456

Dicionário de Mulheres Paraibanas / Organização Ana Maria Veiga...
[et al.]. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2025.
Demais colaboradores: Dayane Nascimento Sobreira, Glória
Rabay, Susel Oliveira da Rosa.

Livro em PDF

ISBN 978-85-7221-338-7

DOI 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-338-7

1. Dicionário. 2. Paraíba. 3. Mulheres. 4. Histórias de vida.
I. Veiga, Ana Maria (Org.). II. Sobreira, Dayane Nascimento (Org.).
III. Rabay, Glória (Org.). IV. Rosa, Susel Oliveira da (Org.). V. Título.

CDD: 413.155633

Índice para catálogo sistemático:

I. Dicionário - Mulheres

Simone Sales • Bibliotecária • CRB: ES-000814/O

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2025 as autoras.

Copyright da edição © 2025 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).
Os termos desta licença estão disponíveis em:
<<https://creativecommons.org/licenses/>>.
Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.
O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Biegging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Biegging
Gerente editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Júlia Marra Torres
Estagiária editorial	Ana Flávia Pivisan Kobata
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Editoração eletrônica	Andressa Karina Voltolini
Estagiárias em editoração	Raquel de Paula Miranda Stela Tiemi Hashimoto Kanada
Imagens da capa	rawpixel.com - Freepik.com
Tipografias	Abril, Acumin
Revisão	Milena Domingos
Organizadoras	Ana Maria Veiga Dayane Nascimento Sobreira Glória Rabay Susel Oliveira da Rosa



CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski

Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt

Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimario Pimentel Silva

Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosangela Colares Lavand

Universidade Federal do Pará, Brasil

André Gobbo

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Andressa Wiebusch

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah

Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira

Universidade do Estado do Amapá, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes

Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadette Beber

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos

Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos

Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa do Amaral Caffagni

Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins

Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil

Christiano Martino Otero Avila

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva.

Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein

Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues

Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva

Universidade Anhanguera, Brasil

**Dayse Sampaio Lopes Borges**

Universidade Estadual do Norte Fluminense
Darcy Ribeiro, Brasil

Diego Pizarro

Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho

Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edson da Silva

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha
e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza

Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Éverly Pegoraro

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabília Lopes Pinheiro

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro,
Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Gabriella Eldereti Machado

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geymeesson Brito da Silva

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handherson Leylton Costa Damasceno

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa

Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales

Instituto Nacional de Estudos
e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil

Helena Azevedo Paulo de Almeida

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos

Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges

Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles

Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa

Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre

Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura

Universidade São Francisco, Brasil

Jorge Eschriquei Vieira Pinto

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini

Universidade de São Paulo, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro

Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik

Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett

Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Manoel Augusto Polastreli Barbosa

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Marcio Bernardino Sirino

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro,
Brasil

**Marcos Pereira dos Santos**

Universidad Internacional Iberoamericana del
Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi

Centro Federal de Educação Tecnológica
Celso Suckow da Fonseca, Brasil

Maria Edith Maroca de Avelar

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva

Instituto Federal do Piauí, Brasil

Mauricio José de Souza Neto

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai

Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neli Maria Mengalli

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Biegging

Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Raul Inácio Busarello

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes

Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos

Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho

Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**Taiane Aparecida Ribeiro
Nepomoceno**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama

Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tayson Ribeiro Teles

Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto

Universidade Estadual de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas
Gerais, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Vania Ribas Ulbricht

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Wellington Furtado Ramos

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,
Brasil

Wellton da Silva de Fatima

Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Yan Masetto Nicolai

Universidade Federal de São Carlos, Brasil



PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alessandra Figueiró Thornton

Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Bianka de Abreu Severo

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite

Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho

Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Elisiene Borges Leal

Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabete de Paula Pacheco

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior

Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira

Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes

Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo

Universidade Paulista, Brasil

Samara Castro da Silva

Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento

Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Weyber Rodrigues de Souza

Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.



EQUIPE DE APOIO

Sabrina Rafael Bezerra

Uliana Gomes da Silva

Kynara Eduarda Gonçalves Santos

Lucas Dantas Costa

Nah Costa Caju

Ana Caroline Costa Macedo

Janieli Alves Ferreira

COMISSÃO CIENTÍFICA DESTA PUBLICAÇÃO

Alcileide Cabral

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Alcilene Cavalcante de Oliveira

Universidade Federal de Goiás

Ana Carolina Eiras Coelho Soares

Universidade Federal de Goiás

Carla Giovana Cabral

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Cláudia Regina Nichnig

Universidade Estadual do Paraná

Cristina Scheibe Wolff

Universidade Federal de Santa Catarina

Esdra Basílio

Universidade Federal de Goiás

Flávia Pereira Machado

Instituto Federal de Goiás

Gleidiane Ferreira de Sousa

Universidade Estadual do Vale do Acaraú

Joanice Santos Conceição

Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira

Kátia Cilene do Couto

Universidade Federal do Amazonas

Katya Braghini

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Losandro Antônio Tedeschi

Universidade Federal da Grande Dourados

Luciana Rosar Fornazari Klanovicz

Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná

Marta Gouveia de Oliveira Rovai

Universidade Federal de Alfenas

Paulo Roberto Souto Maior

Universidade Federal da Paraíba

Rita de Cássia Marques

Universidade Federal de Minas Gerais

Rose Elke Debiasi

Universidade Federal de Sergipe

Rosemere Olimpio de Santana

Universidade Federal de Campina Grande

Rosilene Dias Montenegro

Universidade Federal de Campina Grande

Sabrina Rafael Bezerra

Universidade Federal de Pernambuco

Tânia Mara Pereira Vasconcelos

Universidade do Estado da Bahia

Vânia Nara Pereira Vasconcelos

Universidade do Estado da Bahia



Esta obra está vinculada ao projeto universal "Mandonas: memórias, políticas e feminismos no Cone Sul (1980-2020)", financiado pelo CNPq, Processo nº 404662/2021-8.

E inserida nas produções do grupo de pesquisa ProjetAH – História das Mulheres, Gênero, Imagens, Sertões.



CONTATO

mulheresparaibanas@gmail.com

ESTA OBRA LEVA O SELO ANPUH PUBLICAÇÕES CERTIFICADAS



A Associação Nacional de História - ANPUH-Brasil, por meio da sua Diretoria de Publicações, apresenta o SELO ANPUH Publicações Certificadas, que busca valorizar e dar visibilidade às publicações no campo da História, resultantes de pesquisas ou ações culturais, individuais e coletivas, produzidas em âmbito nacional e internacional, e comprometidas com valores éticos da comunidade historiadora, em consonância com o papel institucional da ANPUH. A ação visa certificar obras qualificadas de enfoque historiográfico, educacional ou de ficção, escritas por historiadores(as), de modo a destacar a produção e otimizar processos editoriais, ao favorecer autorias e editoras.

No atual contexto, de profunda crise da erudição e de questionamentos acerca da relevância social e política da História e do Ensino de História, a ANPUH-Brasil, enquanto entidade representativa de pesquisadores(as) e professores(as) da área, entende que a criação do SELO ANPUH Publicações Certificadas contribui com a elaboração de respostas à crise educacional instaurada e aos ataques ao humanitarismo, às Ciências Humanas e à democracia.

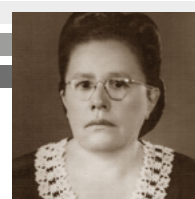
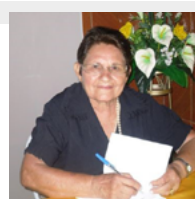
Boa leitura!

Andréa Bandeira

Diretora de Publicações



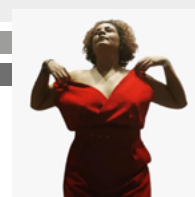
				35 39 43 47
				52 59 63 72
				92 95 106 112
				116 129 132 136
				140 145 171 178



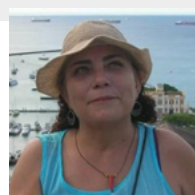
182
186
190
196



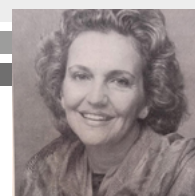
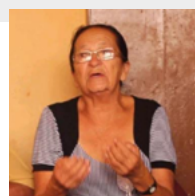
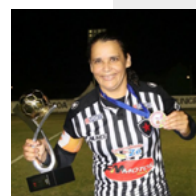
205
208
215
220



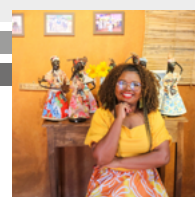
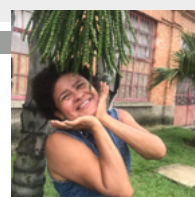
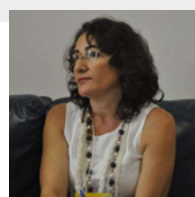
225
232
241
251



260
270
274
290



302
314
323
335

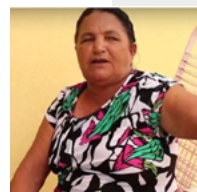


339

343

347

352

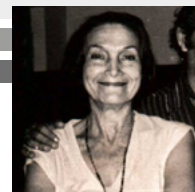


360

363

366

369

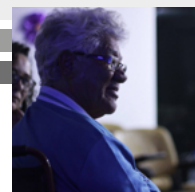
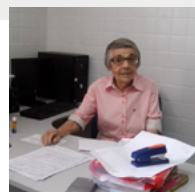


380

383

387

400

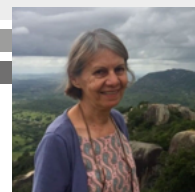
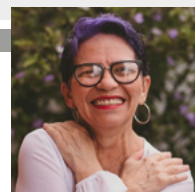
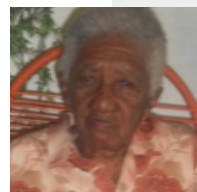


408

412

420

425

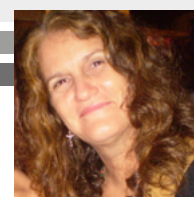
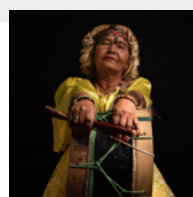


434

437

439

448

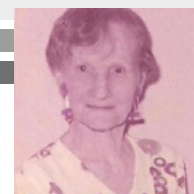
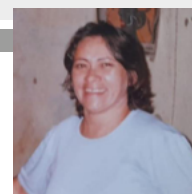


456

459

462

471

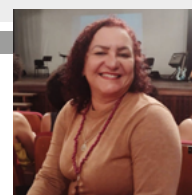
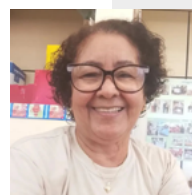


477

484

488

507

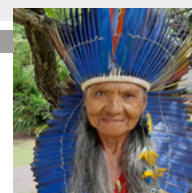
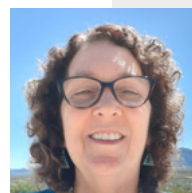


520

525

533

547

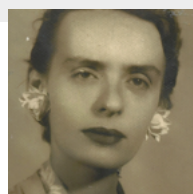


556

565

570

574



591

595

598

607

*Acima, fotos de algumas das mulheres biografadas.



SUMÁRIO

Prefácio	23
Apresentação	27
AFYA	31
Alice Azevedo	35
Ana Adelaide Peixoto.....	39
Ana Paula	43
Anadilza Maria Paiva Ferreira	47
Anayde Beiriz	52
Andreina Gama	56
Angela Arruda	59
Ângela Chaves	63
Anna Ignácia	68
Associação das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande.....	72
Associação de Doulas da Paraíba.....	77
Associação Parahybana pelo Progresso Feminino	81
Bamidelê	84



Barbárie de Queimadas	87
Bernardina Maria Juvenal	
Freire de Oliveira	92
Bianca Quilombola	95
Bixarte	99
Carlota Lúcia de Brito	102
Catharina Moura	106
Cátia de França	112
Celinha	116
CENEP	120
Centro da Mulher 8 de Março	124
Cida de Caiana dos Crioulos	129
Cida Potiguara	132
Comadre Guerreira	136
Cristina Lima	140
Cunhã Coletivo Feminista	145
Dona Corina	150
Dona Flor de Camucim	151
Dona Toinha	153
Ednalva Bezerra	155
Efu Nyaki	159
Elba Ramalho	162



Eleonora Menicucci de Oliveira	166
Elinaide Alves.....	171
Elizabeth Teixeira	175
Elza Quilombola.....	178
Estela Bezerra	182
Estelita Antonino de Sousa	186
Eudésia de Carvalho Vieira	190
Eurídice Moreira da Silva	193
Ezilda Milanez Barreto	196
Fernanda Benvenutty	200
Fidélia Cassandra.....	205
Flávia Wenceslau.....	208
Gertrudes Maria	210
Gilberta Santos Soares	215
Gisele Rocha Côrtes	220
Gláucia Lima	225
Glória Rabay.....	227
Grupo Chimalmans	232
Grupo Feminista Maria Mulher/ Centro da Mulher de João Pessoa.....	237
Grupo Flor e Flor Estudos de Gênero e Sexualidade.....	241



Helena Alves de Souza	245
Helena Coutinho do Nascimento	248
Hildevânia de Sousa Macêdo	251
Idalina Margarida de Assumpção Meira Henriques	256
Irece Botelho	260
Irene Marinheiro Jerônimo de Oliveira	264
Irmã Albertina	268
Jemima Marques de Oliveira	270
Joana Belarmino de Sousa	274
Joana Preta	278
Joaninha	281
Jô Moraes	285
Jô Oliveira	290
Joyce de Matos Barbosa	294
Juliette Freire	298
Kelly Botafogo	302
Lenita	306
Leônia Leão da Nóbrega	308
Leonila Félix de Almeida	311
Lia De Riachão	314
Lia Haikal	318



Linda ura Pedrosa.....	323
Lourdes Bandeira	327
Lourdes Meira	331
Lúcia Braga.....	335
Lúcia Júlio	339
Lúcia Lira	343
Luciana Cândido Barbosa	347
Luciene de Caiana dos Crioulos	352
Lucy Camelo	356
Luzia de Riachão.....	360
Luzia Soares Ferreira	363
Mãe Beata de Iemanjá	366
Mãe Chaguinha D'omegewá.....	369
Mãe Lídia.....	373
Mãe Marinalva	376
Mãe Rita Preta	380
Malu	383
Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia	387
Márcia Barbosa de Souza	391
Márcia Lucena	395
Margarida Cardoso	400



Margarida Maria Alves	403
Maria Augusta de Oliveira	408
Maria Camélia Pessoa da Costa	412
Maria da Penha Nascimento Silva	416
Maria da Soledade Leite	420
Maria de Kalú	425
Maria Gayoso	430
Maria Júlia da Conceição	434
Maria Santana	437
Maria Sueldes Alves de Araújo	439
Maria Valéria Rezende	444
Marlene Almeida	448
Mestra Edite de Caiana	452
Mestra Joana Pé de Chita	456
Mestra Penha Cirandeira	459
Mêves Gama	462
Mulheres do Engenho Geraldo de Alagoa Nova - PB	468
Naca	471
Nautília Mendonça	477
Neuma Barros	480
Neuza Bezerra Santos	484



Neuzinha	488
Nevinha Rica	493
Nilda Potiguara	496
Nina Kelly	500
NIPAM	502
Olivina Olívia Carneiro da Cunha	507
Paquinha Quilombola	511
Petronila Marques Pordeus	516
Rejane	520
Rita Maria de Jesus	525
Rosalina	529
Sandra Marrocos	533
Silvinha	536
Sindicato das Trabalhadoras Domésticas da Paraíba	538
Socorro Gouveia	543
Socorro Lira	547
Solange Rocha	552
Soraia Jordão	556
Tania Maria de Sousa	559
Teresa de Jesus Medeiros	561
Terlúcia Silva	565



T ia Nanci.....	570
U mbelina Garcez.....	574
V alquíria Alencar	578
V ioleta Formiga	583
V itória Lima.....	587
V ó Mera	591
W anda Elizabeth	595
Z élia Gonzaga.....	598
Z ênia Chaves	602
Z ezita Matos	607
 S obre as autoras e os autores	 613

PREFÁCIO

Uma obra-oferenda às mulheres paraibanas

O estado da Paraíba, esse pedacinho gostoso do Nordeste, tem sido o destino de muita gente de outras regiões e da própria região, na reinvenção da vida e da arte de viver. Existem hoje muitos motivos para morar nesse estado e sua charmosa capital, João Pessoa, envolvida por um litoral ladeado de coqueiros e águas mornas convidativas, com uma capital arborizada, relativamente calma e com bons indicadores de qualidade de vida, apesar da violência e da exclusão social ainda significativas.

Mas, o que as pessoas ainda não sabem é a rica e variada história de mulheres de múltiplos talentos e ousadias, que, sem dúvida, é mais um motivo inspirador para mudar rotas de vida e mergulhar nesse massapê de vivências femininas e feministas, onde a terra parece cantar, falar a voz das mulheres inquietas, ativistas, criativas e insurgentes.

Por décadas a fio a música “Paraíba” de Humberto Teixeira e Luiz Gonzaga, cujo refrão diz “Paraíba masculina, muié macho, sim sinhô!”, petrificou uma imagem dura do feminino, que só podia ser forte quando performava o masculino, onde residia a suposta fonte de poder. O *Dicionário de Mulheres Paraibanas* que nos chega em primeira mão, numa arrojada investigação de pesquisadoras, professoras e ativistas de diferentes instituições do estado, é disruptivo, é potente, é uterino em sua força ao descobrir e descortinar para nós as vidas, as lutas, os saberes, as militâncias,



SUMÁRIO

as dores de ser, os rezos, as medicinas de mulheres diversas em sua origem social, racial e de orientação sexual, rompendo e fissurando essa imagem das mulheres paraibanas. Longe de ser apenas “muié macho, sim sinhô”, passamos a conhecer e nos emocionar com as trajetórias de professoras, agricultoras, artesãs, quilombolas, atrizes, cantoras, compositoras, poetas, travestis, advogadas, instrumentistas, cordelistas, escritoras, “contadeiras de histórias”, feministas, parteiras, benzedeiras, rezadeiras, indígenas, quilombolas, enfermeiras, jornalistas, sindicalistas, comerciantes, vereadoras, prefeitas, escritoras, médicas, deputadas estaduais e federais, ativistas LGBTQIA+, Iyalorixás, mães de santo, entre outras, mulheres de múltiplos talentos, ousadas e sabedorias insurgentes.

Essa iniciativa começou ainda durante a Pandemia Covid-19 com o Podcast Paraibanas, que conta com mais de 30 episódios. Foi ali que as organizadoras e autoras - Ana Maria Veiga, Dayane Nascimento Sobreira, Glória Rabay e Susel Oliveira da Rosa – adeptas desse “feminismo aprendente”, do qual nos fala Vânia Vasconcelos (2022, p. 29), foram conhecendo as mulheres, como que tecendo uma teia que se expande a partir dos relatos, das narrativas das entrevistadas, naquele tempo manso do “dedo de prosa” (Ana Veiga, 2022, p. 99) que leva a novos nomes e desconhecidas trajetórias de moças, jovens e mulheres que viveram nas dobras do tempo histórico e nos seus territórios de pertencimento, onde fizeram e fazem a diferença simplesmente pelo fato de existirem, e não apenas resistirem. Nem todas nascidas na Paraíba, mas que, em algum momento da vida, migraram para lá; sendo que nem todas que nasceram em terras paraibanas conseguiram nelas continuar e migraram para outras cidades. O ponto de encontro dessas vidas em movimento foi o solo paraibano e aquilo que nele fizeram germinar.

O *Dicionário de Mulheres Paraibanas* encanta pela sua riqueza de personagens femininas que pululam nas páginas, como se em roda estivessem, para falar de si, de suas andanças,



SUMÁRIO

de suas aprendizagens, lutas e amores, de suas dores e dos enfrentamentos, compartilhando saberes e trilhas, refazendo as pegadas apagadas para que as histórias, agora conhecidas, não entrem mais na seara do esquecimento ou do silenciamento de narrativas que foram conduzidas no masculino.

Além das personagens em suas individualidades, passamos a conhecer as organizações não governamentais, os coletivos feministas, de trabalhadoras rurais e urbanas e as associações de mulheres que surgiram em diferentes contextos e propósitos. Assim, vislumbramos uma colcha de retalhos colorida, trançada, urdida com os desafios de cada momento, de cada época, da fome do tempo, do tempo que nutre desejos de mudanças, conduzidas por mulheres em sua atuação individual ou em seus coletivos, naquela máxima feminista que diz: “companheira me ajude, eu não posso andar só, eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor”.

Essa obra-oferenda que chega ao público, para além dos muros da academia, faz aquilo que o mestre Patrício Guerrero Arias (2012) chamou de *corazonar*, reconectando razão e afeto em um trabalho de maestria acadêmica, cujo eixo de enlace são as sabedorias dessas mulheres diversas, das que pesquisam, como aprendentes que são, das pesquisadas, como aprendizes da vida. Nem todas as histórias estão completas. Nem todas têm as mesmas quantidades de páginas, como informam as organizadoras. Mas, é neste lapso de ausências, de incompletudes, que mora o desejo/sonho de avançar mais, de que essa teia lacunar possa se expandir e alcançar novas/os leitoras/es e com eles/elas tecer e conectar histórias outras.

Por fim, é importante dizer que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), apoiador deste projeto – e que se recompõe no Governo do Presidente Lula (2022-2026) – e as pesquisadoras/autoras responsáveis pelo *Dicionário*, conseguiram dar valor ao inusitado e apostar no novo. Com esta obra pujante, acalento meu coração com a vontade de passar um tempo

neste caldeirão feminino e feminista que enfrenta, séculos a fio, o patriarcado e a misoginia com sangue, suor, lágrimas, irreverências, amores, risos, artes e afetos.

Linda a iniciativa! Que frutifique! Que inspire o país a fora, com novas oferendas como essa. E como diz Flaira Ferro na música Germinar:

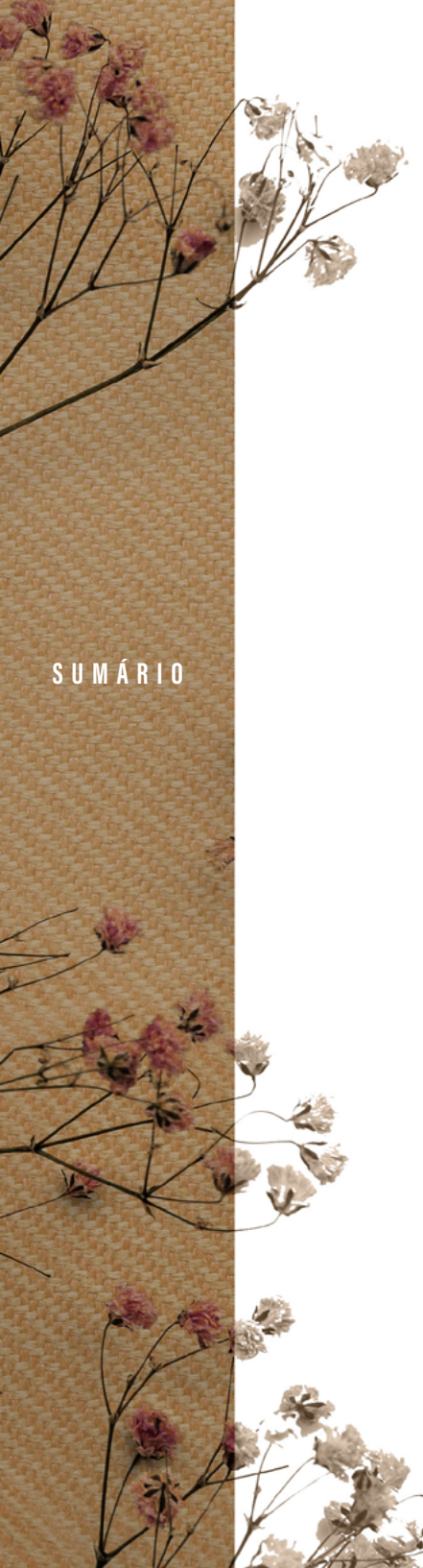
Nunca é tarde pra replantar
Nossa terra é de amor infindo
A semente vai germinar
É assim que a vida é

Alcileide Cabral

REFERÊNCIAS:

ARIAS, Patricio Gerrero. Corazonar desde el calor de las insurgentes, la frialdad de la teoría y la metodología. **Sophia**: Colección de Filosofía de la Educación: Universidad Politécnica Salesiana del Ecuador, 13, 199-228. 2012.

VEIGA, Ana Maria; VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira; BANDEIRA, Andrea (Orgs.). **Das Margens**: lugares de rebeldias, saberes e afetos. Salvador: EdUFBA, 2022.



SUMÁRIO

A PRESENTAÇÃO

O Dicionário de Mulheres Paraibanas é resultado de uma ideia coletiva de professoras-pesquisadoras de diferentes universidades do território paraibano, tendo como ponto em comum o interesse pela trajetória de mulheres que foram centrais para as histórias das suas localidades, dos sertões ao litoral, e para a própria história da Paraíba de um modo mais amplo.

O desconhecimento de grande parte da população, do estado e de toda a região, nos motivou a assumir essa linda e incontornável tarefa de homenagear mulheres que fizeram e fazem a história de um estado em que elas têm grande relevância e destaque. Nem todas nasceram na Paraíba, mas sem dúvida deixaram um legado que merece ser conhecido e passado para as gerações futuras de mulheres e homens empenhados em construir a equidade social, reduzindo todas as assimetrias, sejam elas de gênero, raça, classe ou de pertencimento territorial.

A militância política, religiosa e social de muitas das mulheres biografadas nos verbetes se faz notar na Paraíba marcadamente nos anos 1980, momento em que os movimentos sociais do campo, com participação de membros da Igreja Católica, confluíam com a chegada de mulheres de fora do estado e também com a formação dos primeiros grupos de mulheres e feministas em muitas das suas localidades. Trajetórias que se cruzam e complementam são narradas por pesquisadores ou por pessoas do convívio dessas mulheres, muitas delas entrevistadas, antes ou no momento da elaboração dos seus verbetes.



SUMÁRIO

No entanto, outras vozes se fazem ouvir, ao encontrarmos entre as páginas deste dicionário trajetórias de mulheres escravizadas, do tempo da Parahyba colonial ou imperial, que buscaram elaborar estratégias de sobrevivência e de luta pela liberdade. A vastidão temporal é acolhida e amplia os horizontes de uma visão sobre as lutas e resistências das mulheres paraibanas, ao longo da passagem das décadas e dos séculos da sua história – até mesmo do tempo presente.

Embora tenham seguido diretrizes de publicação, os textos, apresentados como verbetes, caracterizam-se primeiramente por sua heterogeneidade quanto à extensão e aos estilos de escrita das autorias, cujos lugares de enunciação vão desde a academia até o ativismo em movimentos sociais. Assim, agregar tornou-se o princípio “suleador” deste conjunto, assumidamente diverso, portanto, de uma riqueza singular traduzida pela maneira própria de construção das narrativas que destacam as trajetórias dessas mulheres. Alguns textos ficaram menores que outros, porém, isso não fala da importância das biografadas e, sim, das dificuldades de acesso a documentos que permitam narrar suas histórias pessoais com maiores detalhes. Ainda assim, assumimos que eles não ficariam de fora, podendo ser revistos e ampliados na próxima edição, com a qual já contamos.

O processo de aprovação e revisão do conteúdo por vezes levou a decisões difíceis, com o objetivo de obter um alinhamento mínimo da escrita, considerando se tratar de verbetes e não de trabalhos acadêmicos ou de entrevistas. Deste modo, os limites do Dicionário são demonstrados por sua incompletude, pela ausência de nomes relevantes da nossa história, que não puderam estar presentes na primeira edição por motivos variados, como promessas infrutíferas de envio, atrasos e outras atribuições que foram surgindo ao longo desse percurso, que teve seus primeiros passos dados ainda no contexto da pandemia da Covid-19, inicialmente a



SUMÁRIO

partir do Podcast Paraibanas, que já conta com mais de 30 episódios publicados e que podem ser acessados nas diferentes plataformas de *streaming*, das quais destacamos a Spotify.

A preocupação com a reunião dessas trajetórias e, com elas, a constituição de uma memória das mulheres na Paraíba, ancora-se na necessidade latente de conhecermos mais desse estado tão rico quando o assunto é mulheres, bem como na possibilidade de divulgação dessas histórias pessoais e coletivas, por vezes interseccionadas com as de outras tantas, e as nossas próprias.

Assumimos a presente obra como uma edição inicial, a ser ampliada e aprimorada, porém que já apresenta sua contribuição à história da Paraíba, e do Brasil, por meio dos verbetes listados nas páginas que se seguem. Eles dizem muito das memórias de um lugar, apropriados e construídos por mulheres que não se submetem e não deixam para depois o fazer de uma história coletiva e mais justa para elas mesmas e para as outras que chegam, todas PARAIBANAS.

As organizadoras

V
ERBETES

AFYA

(Centro Holístico da Mulher)

Numa quarta-feira à tarde no ano de 2000, mulheres de classes populares reunidas numa roda de conversa no bairro Alto do Mateus, junto à terapeuta e missionária católica da Congregação de Mariknoll, a tanzaniana Euphrasia Nyaki (conhecida como Efu), Efu fez uma pergunta sobre que nome as mulheres dariam para o espaço que há tempos acolhia suas reuniões. Dona Rosa Alves de Souto, moradora do Alto do Mateus e componente do grupo inicial, foi a primeira que tentou definir o nome da entidade: “esse espaço é para cuidar da saúde da mulher e por isso temos que chamá-lo de Centro da Saúde da Mulher”. Efu, que estava coordenando a reunião nesse dia, alertou que, segundo as leis brasileiras, não se pode usar o termo “centro de saúde” nomeando um espaço desse tipo, porque isso exigiria ter um médico que se responsabilizasse pelo espaço e por suas atividades. Foi então que Dona Rosa perguntou qual palavra na língua de Efu quer dizer saúde, ao que Efu respondeu: “Afya”. Todas aplaudiram e com uma só voz gritaram: “Afya é o nome do nosso espaço: Afya – Centro Holístico da Mulher”. E assim, no ano 2000, o Centro Holístico da Mulher foi registrado oficialmente, juridicamente, como Organização Não Governamental (ONG). O idioma tanzaniano Swahili é a língua banto com o maior número de falantes em território africano. É uma das línguas oficiais do Quênia, da Tanzânia e de Uganda. Efu juntou as duas mãos no Chakra cardíaco e foi abrindo os braços, querendo expressar seu entendimento da palavra “holística”, inexistente na sua língua. É um estado de saúde, um sentir-se bem. Bem viver com a natureza, a relação com



SUMÁRIO

as plantas, o horário certo de colher, de usar, a ligação com a terra; bem viver que olha para o outro e valoriza tudo que a terra dá. Bem viver é estar atento aos sinais da natureza, se alguém vai morrer os animais vão trazendo os sinais que estão ligados com a vida de todos. Bem viver no relacionamento com a cura, com a natureza, com as e os ancestrais.

O trabalho começou com vários grupos de mulheres em diferentes comunidades: Lixão de João Pessoa, Baixo Roger, Alto do Mateus, Mangabeira, em João Pessoa; Tibiri, em Santa Rita; e Cabedelo, com as temáticas, gênero, violência contra a mulher, sexualidade, saúde física e emocional da mulher (menopausa, menstruação, doenças sexualmente transmissíveis, como a AIDS, autoexame, autoestima, aborto), espiritual. No trabalho de saúde da mulher, eram utilizadas plantas e massagens de pequenos toques para as mulheres terem o domínio da técnica e autonomia para se autoaplicarem. Com a aquisição da sede, a maioria das mulheres foi estudando, aprendendo e atendendo outras mulheres doentes que chegavam ao grupo, ao mesmo tempo curando as suas doenças e ajudando outras mulheres em seus processos de cura. Uma estratégia adotada para trazer as mulheres, de casa para os grupos, foram as visitas domiciliares. As visitas eram realizadas em dupla e por turno, pela manhã ou à tarde. O grupo de mulheres da Afya chegou a ter entre 25 e 30 mulheres, e dialogava com mais de 20 grupos existentes, sempre com as temáticas mais recorrentes: saúde da mulher e gênero.

Afya também é entendido em Swahili como um lugar que acolhe mulheres com as chamadas “ancestralidades machucadas”. Ali, são bem-vindas e estimuladas a entrarem em contato com sua natureza conhecedora e curiosa, em busca das respostas para seus questionamentos, em busca de instrumentos de compreensão de como a doença pode ser um caminho para o processo de autoco-nhecimento e produção coletiva de saberes entre mulheres. Nesse



SUMÁRIO

centro, um grupo de mulheres das classes populares compartilham saberes, aprendizados, experiências, vida, superações de doenças e métodos naturais de promoção da saúde. Atualmente a Afya possui uma sede própria, arborizada e florida, com o intuito de ser aconchegante, com salas para reuniões e para o procedimento das terapias, uma farmácia viva, espaço onde se cultiva plantas medicinais e aromáticas. Localizada no bairro Alto do Mateus, em João Pessoa - PB, conta com uma equipe de aproximadamente 20 pessoas fixas, em sua maioria mulheres locais que chegaram à instituição em busca de cuidados e depois, com o trabalho de acolhimento, formação continuada e cursos de qualificação, se tornaram terapeutas, e hoje acolhem e recebem outras mulheres que chegam à entidade em situações semelhantes. Atendem com terapias como a bioenergética (anamnese/avaliação), plantas medicinais, massagens: oriental, com pedras quentes e quick (na cadeira), argiloterapia, alimentação natural, reflexologia, limpeza de ouvido com cone chinês, reiki, experiência somática, constelação familiar e terapia floral. É um trabalho de acolhimento, respeito e escuta das mulheres silenciadas pelo cotidiano marcado pela carência material e pela falta de oportunidades. A Afya é um daqueles lugares que tem cheiro de encontro. Encontro de pessoas de culturas diferentes, escolaridades, formatos, expectativas, classes sociais, países, idiomas, sentimentos, buscas e desejos. É essa casa de portas abertas, de paredes que se encontram, mas não se encaixam perfeitamente, que se apresenta como um espaço-oficina que exercita todos os dias a “cultura do encontro” e não importa se as pessoas falam o mesmo idioma, as mulheres possuem um jeito todo especial de se comunicar sem precisar de palavras. Mulheres simples do Alto do Mateus, donas de casa, mães, avós, terapeutas, que desenvolveram uma capacidade singular de, sendo acolhidas, acolherem melhor as mulheres que chegam vulneráveis, machucadas pelos desencontros da vida, doentes, fragilizadas.

As terapias holísticas praticadas na Afya fazem parte do arcabouço que hoje se chama oficialmente Práticas Integrativas e Complementares, contidas na lei que faz parte da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), descrita nas Portarias Ministeriais nº 971 em 03 de maio de 2006, e nº 1.600, de 17 de julho de 2006. Na “Afya, é assim que se faz, levando o Amor e trazendo a Paz”. Esse é o refrão de uma música composta por Auxiliadora e Josefa, terapeutas desse centro, que virou uma espécie de hino da Afya. Fala sobre uma forma diferente de fazer, um “o que fazer” centralizado no humano. A Afya tem essa característica de estender a mão para quem chega, como fala Clarissa Pinkola Estés: “Elas nos trouxeram riqueza unicamente por sua existência”.

Edna Maria do Nascimento da Silva

INDICAÇÃO DE LEITURA:

SILVA, Edna Maria do Nascimento da. **Bem Viver e Marcas Culturais Tanzanianas:** A Experiência da AFYA na Reconstrução da Relação das Mulheres com a Saúde em Territórios de Pobreza. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

GUEDES, Fábio Lúcio Antunes. **Dietética Natural:** mulheres, ecologismo e espiritualidade na cozinha da Nova Era. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

FELIPE, Geysianne; SILVA, Edna Maria Nascimento da. **Afya - Centro Holístico da Mulher:** Há 10 anos mulheres partilhando a vida. João Pessoa - PB, 2011.



Alice Azevedo

(Alice de Azevedo Monteiro)

Alice de Azevedo Monteiro atuou na criação e na manutenção de dois jardins de infância e foi intelectual, professora, diretora e jornalista. Escreveu na imprensa paraibana: *A União*, *A Imprensa*, *Revista do Ensino*, *Revista Era Nova*, entre outros impressos. Não conseguimos determinar a data do seu nascimento, porém ela era filha de Norbertino Pereira de Azevedo (primeiro-tenente do 27º Batalhão do Exército), foi casada com o médico Dr. Alfredo da Costa Monteiro e faleceu prematuramente em 1940.

Sua trajetória como professora teve início na Escola Elementar Noturna da Capital João Tavares, foi nomeada pelo Decreto nº 954, de 28 de junho de 1918, e atuou nesta modalidade pelo menos até 1931 na mesma instituição. Porém, sua trajetória de ensino ficou mais conhecida como fundadora, professora e diretora dos primeiros jardins de infância da capital paraibana. Durante o governo de Solon de Lucena, em setembro de 1922, Alice Monteiro realizou uma viagem pedagógica para o Rio de Janeiro para conhecer a organização dos jardins de infância instalados na capital do Brasil.

Os primeiros jardins de infância na capital, noticiados amplamente e que temos certeza do seu funcionamento, foram fundados na década de 1930. O primeiro, inaugurado em 1932, foi descrito como “curso modelo” nas propagandas de jornais. Ministrado por Alice de Azevedo Monteiro e Nayde R. Martins Ribeiro, esse jardim funcionou inicialmente na casa da segunda professora, que era localizada próxima ao ponto final do Bonde no Tambiá, sendo realocado, logo em seguida, para o prédio no qual a Ordem dos Advogados

SUMÁRIO



SUMÁRIO

da Paraíba também funcionava. No Grupo Escolar Tomas Mindello, o jardim de infância oficial deu início ao que seria o primeiro de tantos da esfera pública da Paraíba em 1934, de iniciativa da Diretoria do Ensino Público do Estado da Paraíba. Esses dois jardins de infância coexistiram na capital paraibana com a direção de Monteiro.

Em consonância com os outros jardins instalados no Brasil, os da Paraíba também seguiram o modelo “froebeliano”, principalmente em relação ao ambiente e o mobiliário. A preocupação de Alice Azevedo Monteiro com as crianças e as infâncias não ficou direcionada apenas aos jardins de infância, ela contribuiu em diversas entidades como o Preventório Eunice Weaver, que realizava atendimento às crianças filhas das pessoas com o mal de Hansen.

Monteiro teve ampla inserção no ciclo intelectual da Paraíba. Foi membro do Instituto de História e Geografia da Paraíba (IHGP), empossada no dia 19 de julho de 1936. Entre os anos de 1936 e 1940, foi diretora da Sociedade de Assistência aos Lázarus e Defesa Contra a Lepre da Paraíba, também atuou como vice-presidente da Sociedade dos Professores Primários da Paraíba. Ainda na década de 1930, também participou da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino (APPF), tendo sido secretária e oradora. A APPF tinha como objetivo a discussão de temas variados, tais como: direitos da mulher, poesia, moda, educação, política etc.

A intelectual possuiu inserção nacional na revista *Vida Doméstica*, na qual encontramos três menções a ela referidas. Em 1934, há uma página destinada ao estado da Paraíba, sob o título “Da Parahyba do Norte”, nas imagens são fotografadas 14 pessoas públicas do estado e de um grupo escolar. Aqui nos interessa perceber que Alice de Azevedo Monteiro era a única mulher do grupo, composto por: na parte superior temos as fotografias de prefeitos paraibanos: Tenente Manuel Arruda (São José de Piranhas), Dr. Américo Maia (Catolé do Rocha), Nominando Diniz (Princeza), Sotério



SUMÁRIO

Cavalcante (Catauiras), Pedro de Oliveira (Sapé) e Antoneo Leal (Alagoa Nova). No centro à direita temos o Grupo Escolar Álvaro Machado (Areia). Das 175 páginas desta edição da revista *Vida Doméstica*, a única destinada à Paraíba foi a aqui descrita. E aqui podemos inferir sobre a participação de Monteiro na sociedade, única mulher citada e retratada entre importantes nomes do estado. Também devemos notar que a sua fotografia é a terceira, sendo maior que as quatro últimas e do mesmo tamanho das duas primeiras (Uchoa e Patrício). A disposição, o tamanho da fotografia e o fato dela ter sido escolhida nos apresenta sua relevância dentro do ciclo intelectual paraibano.

Alice A. Monteiro também foi a segunda secretária da Diretoria Regional da Cruzada Nacional de Educação em 1934. E, decorrente disso, em 1935, fez parte da comissão de estudos do Plano Nacional de Educação (PNE) juntamente com o Dr. Matheus de Oliveira, Padre Nicodemos Neves, professor José Mello, Professor Coriolano de Medeiros, Dr. José Coelho, Monsenhor Pedro Anysio e Dr. Manuel Florentino. Essa comissão foi nomeada pelo governador Argemiro de Figueiredo, atendendo a pedidos do presidente da república aos governadores do país e possuía como objetivo recolher dados e sugestões para elaborar o PNE.

A professora também participou do ciclo feminino intelectual no estado, em uma seção da primeira página do jornal *Diário de Pernambuco* sobre o voto feminino de 1933 e foi convidada a expor sua perspectiva. Sob o título “A quem deve caber a representação da Mulher Paraibana na futura Constituinte? – A ‘enquête’ do ‘Diário’ junto a ilustres senhoras e senhorinhas da sociedade do ‘visinho’ Estado do Norte – A educadora paraibana, sra. Alice de Azevedo Monteiro”, na matéria, defendeu o voto feminino e para tal citou outras mulheres, a saber: Albertina Correia Lima, Catarina Moura, Eudesia Vieira e Lilia Guedes. A questão relativa ao papel das mulheres na educação das crianças, seja como mães, seja como jardineiras

(professoras do jardim de infância), da mesma maneira que indicava a sua posição na sociedade, foi uma defesa contínua de Monteiro.

Na *Revista do Ensino* entre os anos de 1932 e 1937, escreveu dez artigos sobre a infância, os jardins de infância e o papel das professoras. Desse modo, podemos perceber que Alice de Azevedo Monteiro possuiu inserção no ciclo intelectual paraibano, e assim como outros sujeitos da época, defendeu a educação como um processo central para a formação da nação. Junta-se a essas questões as pertinentes ao momento histórico vivido por ela, ou seja, a imprensa, a educação/instrução da mulher, a exigência de reformulação das práticas pedagógicas para as escolas, a preocupação com a formação dos professores, a Escola Nova, o voto feminino, entre outras.

A intelectual faleceu no dia 29 de novembro de 1940. A informação foi divulgada no jornal *A União* no dia primeiro de dezembro. Segundo a notícia, Alice de Azevedo teria se internado na Casa de Saúde S. Vicente de Paula para uma cirurgia, vindo à óbito na madrugada. O sepultamento da professora ocorreu no dia 30 de novembro no Cemitério Boa Sentença com a presença de familiares, representantes das instituições em que atuou e amigos.

Maíra Lewtchuk Espindola

INDICAÇÃO DE LEITURA:

ESPINDOLA, Maíra Lewtchuk. “Impor o Jardim de Infância à Paraíba”: os escritos de Alice de Azevedo Monteiro sobre e para a infância na *Revista do Ensino* (1932-1940). In: JÚNIOR, Azemar dos Santos Soares; CURY, Cláudia Engler (Orgs.). **Práticas Educativas e Possibilidades de Pesquisa**: fontes, objetos e abordagens uma análise comparativa. Natal: EDUFRN, 2021.

ROMÃO, Aurilane Regis. **Alice de Azevedo Monteiro e a educação das crianças pequenas na Paraíba: a criação dos primeiros jardins de infância e os escritos sobre infância na Revista do Ensino (1930-1942).** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

SILVA, Shirley Targino. **O discurso de mulheres educadoras na imprensa paraibana: tessituras do processo histórico de escolarização na Paraíba (1930-1939).** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

ANA ADELAIDE PEIXOTO

Ana Adelaide Peixoto Tavares nasceu em 22 de janeiro de 1954, em Fortaleza, na capital do Ceará. Filha de Romero Peixoto e Terezinha Peixoto (in memoriam), veio morar em João Pessoa - PB meses depois de nascida. Ela é a primogênita de outras três filhas que o casal teve ao longo dos anos. Como uma família onde as mulheres eram maioria, Ana Adelaide aprendeu desde muito nova a dar voz a sua opinião e a quebrar tabus. Passou grande parte de sua infância vivendo na capital paraibana, de onde guarda memórias afetivas das casas onde morou, das ruas onde brincou com suas amigas, dos espaços que ocupou ao longo da vida, como a Escola Nossa Senhora de Lourdes (Lourdinhas), das praças que percorria com a sua bicicleta e das visitas ao centro histórico da cidade.

Foi durante a fase escolar que Ana Adelaide passou a ter contato com a literatura e as artes, já que era incentivada a



SUMÁRIO

participar de aulas de ballet, declamação de poesia e de inúmeras outras atividades que envolviam produção de texto, leitura e dança. No período da adolescência, por sua vez, foi muito influenciada pelo rádio, graças ao seu pai. Foi através do rádio que Ana Adelaide teve o seu primeiro contato com a música. A partir daí, passou a ouvir Caetano Veloso, Roberto Carlos, Rolling Stones e os Beatles, grandes paixões musicais desse período da sua vida. Esse marco, por sua vez, foi decisivo para Ana Adelaide Peixoto, pois graças ao contato com artistas internacionais, pôde expandir o seu universo cultural. Disso veio a paixão pela língua inglesa, o que a levou a iniciar um curso em uma escola de idiomas aos 12 anos, onde permaneceu até os 17 anos. O seu objetivo principal era poder entender e cantar as suas canções prediletas e quebrar as barreiras da língua. Porém, mais tarde, seria o cerne da sua profissão como professora universitária. Nesse mesmo período, passou a acompanhar a TV e o cinema, elementos que complementaram a sua visão artística.

Seu primeiro contato com a escrita foi no período da adolescência, quando escrevia cartas para os seus pais, enquanto viajava para casa de familiares nas férias escolares. Outro momento em que escreveu cartas foi durante um intercâmbio estudantil nos Estados Unidos, situação que permitiu que Ana Adelaide usasse uma folha de papel e caneta como meio para expressar sentimentos e experiências. Lá morou por sete meses e só se comunicava com a família dessa forma. Nessa época, passou a ler os clássicos da literatura inglesa e brasileira, a ver fotonovelas e assistir aos programas de TV.

Em 1973, em plena Ditadura Militar, Ana Adelaide Peixoto inicia a graduação em Letras com habilitação em inglês na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), para profissionalizar uma habilidade que ela mesma já vinha praticando desde os seus 12 anos de vida. Agora não era meramente uma questão de falar inglês, era sobre se tornar especialista em um dos conteúdos que mais a



SUMÁRIO

despertava interesse: a literatura. Nos próximos dez anos após a conclusão da graduação, Ana Adelaide fez uma especialização em língua inglesa e literatura norte-americana, casou-se, teve filhos e ingressou no mestrado em Letras pela UFPB. Foi onde conseguiu uma bolsa sanduíche para estudar na University of Warwick (UK), na Inglaterra, onde viveu por nove meses, entre os anos de 1986 a 1987. Ela obteve o seu título de mestre em 1988, quando voltou ao Brasil. Sua ascensão na carreira acadêmica foi notável com o passar dos anos, principalmente após ingressar como professora de Letras (inglês) na Universidade Federal da Paraíba, em 1992. Lá ela provou mais uma vez suas habilidades com as palavras, trabalhando a escrita literária nos seus mais de 25 anos de carreira. Ana Adelaide atuou em áreas como literatura inglesa, subjetividade feminina e literatura, cinema e ficção moderna, a partir da obra de Virginia Woolf.

Antes de ser professora, também atuou na Secretaria de Educação, no órgão de cultura e comunicação, entre os anos de 1977 a 1980. Ela organizou festivais artísticos, como é o caso do Festival de Artes de Areia. Com esse contato direto com a cena cultural paraibana, amadureceu o seu olhar crítico sobre diferentes espaços artísticos, como cinema, música, artes plásticas e arquitetura. Ana Adelaide Peixoto finalizou esse ciclo profissional ao ingressar como funcionária pública na Universidade Federal da Paraíba, onde atuou na área administrativa a partir do ano de 1980, até ser convocada para ser professora do Departamento de Letras da UFPB.

A escrita literária de Ana Adelaide Peixoto se tornou pública pela primeira vez em 1993, quando publicou no jornal O Norte a crônica “Romero, meu pai”. Nela, expôs seus sentimentos em um texto escrito em homenagem ao seu pai, que havia falecido recentemente. O surgimento da expressão literária de Ana Adelaide na imprensa aconteceu de forma espontânea, como uma consequência de uma vida inteira mergulhada nos livros e nas vozes de mulheres intelectuais, que expressaram suas ideias no passado.



SUMÁRIO

Ela contribuiu com outros jornais locais como o Correio da Paraíba, O Contraponto e o WSCom. A sua mais recente atuação na imprensa paraibana se destaca no jornal A União e no suplemento literário Correio das Artes, onde publica semanalmente crônicas e críticas literárias. Essa colaboração massiva nos jornais foi uma atividade que Ana Adelaide teve que conciliar com outros trabalhos desenvolvidos, como é o caso do seu doutorado na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a partir de 2004, e com o magistério profissional ao longo da vida. A atividade de cronista nos jornais não é um trabalho remunerado, caso da maioria das colaboradoras que ocupam as páginas de opinião da imprensa local. Apesar disso, Ana Adelaide Peixoto se consolidou como uma das expressões mais importantes da crônica feminina paraibana, se aproximando dos seus 30 anos de contribuição na cena literária e cultural da Paraíba.

As temáticas debatidas pela autora são pensadas a partir do âmbito de sua vivência particular, mas se projetam como uma experiência pública, devido às discussões sobre o feminino e sobre o cotidiano da cidade. Ela realiza uma autoanálise e enxerga o mundo na medida em que seu olhar crítico percorre os acontecimentos do ontem e do hoje. É como se pudéssemos ler em 3D, uma leitura que percorre as dimensões espaciais e do tempo, passando pela cidade de João Pessoa, pelas casas onde já morou, pelos ambientes que frequenta ou já frequentou (como a escola, o centro histórico e as praias). Dessa maneira, Ana Adelaide continua construindo significados e fazendo da escrita literária uma linha do tempo que perpetua a sua história (e a história de muitas mulheres) nas páginas dos jornais.

Ana Adelaide Peixoto está aposentada da profissão de professora do magistério superior, mas não abriu mão da atividade de escritora, cujo trabalho realiza com satisfação até os dias atuais. Em 2016, publicou dois livros onde reúne as suas crônicas em destaque desses últimos 25 anos de atuação na imprensa paraibana. As obras “Brincos pra que te quero?” e “Das paisagens e de outras

tardess” reúnem o que a autora menciona como uma excelente representação dessa trajetória literária. Os textos foram selecionados e publicados a partir de categorias específicas, que são interessantes para a experiência do leitor. Ana Adelaide planeja a publicação de outras obras, que já estão sendo pensadas e organizadas.

Maryellen Bãdãrãu

INDICAÇÃO DE LEITURA:

AZEVEDO, Sandra Raquew dos Santos. BÃDÃRÃU, Maryellen. **A Crônica Feminina na Imprensa Paraibana:** trajetórias, escritas de si e cotidiano. João Pessoa: Editora da UFPB, 2020.

PEIXOTO, Ana Adelaide. **Das paisagens e de outras tardes.** João Pessoa: MVC, 2016.

PEIXOTO, Ana Adelaide. **Brincos pra que te quero?** João Pessoa: MVC, 2016.

A NA PAULA (Ana Maria de Oliveira)

Ana Maria de Oliveira é uma radialista e cantora que atuou nas principais rádios da Paraíba entre o final da década de 1950 até o início dos anos 2000. Ana Paula, como é mais conhecida, recebeu o título de “A Dona da Noite”, em alusão ao programa



SUMÁRIO

musical que apresentou durante as noites e madrugadas pessoenses. Ana Maria de Oliveira nasceu em João Pessoa, na Paraíba, em 12 de agosto de 1947. É filha de Dona Maria de Lourdes Rique e de Seu José Padre de Oliveira. Sua relação com o rádio começou aos quatro anos de idade na “Matinal do Guri”, programa apresentado por Gilberto Patrício, na Rádio Tabajara na década de 1950. Sócia da atração, a carteira dava direito a cantar no auditório da emissora, no prédio localizado na esquina entre a Avenida João Machado e a Rua Rodrigues de Aquino, no centro da capital. Nele interpretou uma marchinha de carnaval famosa no ano de 1955 e foi premiada.

Aos 12 anos de idade, perdeu o pai e começou a trabalhar para ajudar a sustentar a casa, então formada pela mãe e pelo irmão José Flávio. O primeiro emprego foi como vendedora de fogão de porta em porta. Dada a nova condição familiar e a rigidez da mãe, deixou de frequentar o ambiente da rádio. Aos 14 anos de idade, ao ir com uma amiga para o auditório de um programa da Rádio Tabajara, foi convidada pelo locutor e radioator Paulo Rosendo para ler os comerciais no programa de Paschoal Carrilho, o “Príncipe dos Auditórios”. O radialista ficou impressionado com a articulação e tom grave da voz da moça a convidando a participar do programa na locução comercial. Na sua estreia, os responsáveis pelo programa sugeriram que a locutora usasse outro nome. Inspirados no bolero do português Francisco José, sucesso na década de 1950, Ana Maria passou a se apresentar como Ana Paula. Durante toda a sua adolescência, aos domingos, Ana Paula fazia locução comercial nos programas de Paschoal Carrilho, nos de Cíades Alves, Jacy Cavalcanti e outros, quando foi contratada pela emissora. Assim, abandonou seu projeto inicial de trabalhar no comércio ou como contadora. Ainda estudante no Colégio Getúlio Vargas, teve que enfrentar a discriminação que recaía sobre os profissionais do rádio no século XX. Pouco depois passou a fazer locução de cabine.



SUMÁRIO

Aos 18 anos engravidou de sua primeira filha, Roberta Emília de Rodaht, a quem Ana Paula deu esse nome em homenagem à sua Santa de devoção e à canção ‘Roberta’, do cantor italiano Peppino di Capri. Naquele 1965, grávida e mãe solteira, foi nomeada oficialmente como servidora da Rádio Tabajara. Ana Paula ainda teria mais dois filhos de outros relacionamentos. Zodja nasceu em 1967 e Antônio de Pádua em 1969. A sua maternidade também a tornou alvo da discriminação entre algumas de suas colegas da emissora. De todas as funções que assumiu ao longo de quase 40 anos de atuação profissional, o radiojornal foi o trabalho com o qual mais se identificou. O jornal começava às seis em ponto, com outra edição ao meio-dia, com a mesma equipe. Naquela época, estavam no grupo Paulo Rosendo, João Carlos, Severino Ramos e Ipojuca Pontes, o último com raras aparições.

Além do radiojornal, enquanto o radioteatro e os programas de auditório estiveram no ar, Ana Paula participou das apresentações. Como cantora, seu repertório envolvia canções românticas da intérprete Núbia Lafayette, sucesso nas décadas de 1950 e 1960. Durante o carnaval também cantou nos clubes Cabo Branco, Astréa, Iate, Oficiais do Exército, Associação Atlética Banco do Brasil e outros, acompanhada da orquestra do Maestro Vilô ou do Maestro Bernardo. “Frevo Mulher”, de Zé Ramalho, foi disparada a música que mais interpretou.

Durante sua trajetória a radialista participou de transmissões marcantes como a do carnaval direto do Ponto de Cem Réis e de outras propostas inusitadas como a de uma campanha da Rádio Tabajara para ajudar o Botafogo da Paraíba a contratar um novo jogador. Considerado um trabalho de homem para época, Ana Paula conduziu o projeto no mesmo local convidando os torcedores para contribuírem.

Na primeira metade da década 1970, por mais de um ano, além de atuar na Rádio Tabajara, a radialista também participou de um programa de astrologia na Rádio Panati de Patos. Gravado em



SUMÁRIO

João Pessoa, Ana Paula interpretou o papel de Madame Zarat, sem que sua voz fosse reconhecida, lendo os signos do horóscopo publicados em revistas. Embora a maior parte de sua trajetória no rádio tenha sido na Tabajara, ainda teve passagens pelas rádios Correio e Arapuan, locais nos quais trabalhou convidada pelo radialista Deodato Borges. Na Correio FM apresentou programas musicais, circulou em carros de reportagem para distribuir brindes e ouvir os problemas da cidade. No rádio, a radialista tornou-se popular pelo bordão “Essa música vai pra quem, Ana Maria?”.

Na Arapuan, Ana Paula também comandava programas disc-jóquei. “A Dama da Noite”, foi como ficou conhecida por apresentar um programa com esse título, também comandou o “Para Jovens e Namorados”, lia os textos escritos por Ipojuca Pontes para o “Luzes do Cinema” na década de 1960, e ainda o “Sua Excelência a Orquestra”, junto com Carlos Antônio, na produção de João Carlos Franca e direção do maestro Romualdo Silva, até 1967, quando o governador João Agripino decretou a extinção do cast artístico da Rádio Tabajara.

A partir da década de 1980, com a formação do quadro da Secretária de Estado da Comunicação Institucional (Secom), Ana Paula começou a se afastar do rádio, assumindo a função de assessora de comunicação. A sua voz era veiculada apenas nos boletins sobre o governo. Em época de campanha eleitoral subia em palanques, anunciava os candidatos e participava dos showmícios cantando as músicas que embalavam a eleição. As mudanças de governo resultaram em seu afastamento do trabalho, voltando a atuar no governo de Ronaldo Cunha Lima (1991-1994), assim como nas gestões de Cícero de Lucena (1994-1995), Antônio Mariz (1995), José Maranhão (1995-2002) e Cássio Cunha Lima (2003-2009), embora já estivesse aposentada desde o segundo mandato de Maranhão, em 2002.

Marcella Machado

INDICAÇÃO DE LEITURA:

CARNEIRO, Josélio. **Tabajara 65 anos: A Rádio da Paraíba**. João Pessoa: A União, 2002.

CARNEIRO, Josélio. **Rádio Tabajara**: Patrimônio Cultural da Paraíba. João Pessoa: Gráfica Jb, 2017.

MACHADO, Marcella. **A voz feminina do rádio**: vida e protagonismo de radialistas em João Pessoa. Monografia (Graduação em Jornalismo) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

A

NADILZA MARIA PAIVA FERREIRA

No início da tarde do dia 7 de junho de 1965, em João Pessoa, Paraíba, Maria das Neves Ferreira trazia ao mundo sua filha: Anadilza Maria Paiva Ferreira. Maria das Neves, trabalhadora da casa/do lar, do comércio informal, em um fiteiro e revendedora da Avon, casou-se com Adalberto Rodrigues Ferreira, jogador de futebol, auxiliar de enfermagem e massagista. Tiveram oito filhos (quatro filhas e quatro filhos), sendo Anadilza a mais mimada pelo pai. A sobrinha Ana Carolina (2022) comenta que a tia foi a única filha que derrubou barreiras diante da seriedade do avô, fazendo-o rir com seu jeito brincalhão e dando-lhe o apelido carinhoso de “o Barbapapa”. Aos 26 anos, o pai faleceu. Com a mãe, mantém



SUMÁRIO

uma relação de diálogo e amizade, cultivando com suas irmãs uma relação aberta e de companheirismo, juntas são cuidadoras da mãe Nevinha. Aos 33 anos, casou-se com Juliano Jamisson, sergipano, sociólogo e educador popular, com quem teve a filha Juliana um ano depois. A família até hoje reside em João Pessoa.

Na luta contra a discriminação e pelo respeito às diferenças, traz em suas raízes: a avó materna Rita Xavier de Oliveira – livre, de muitos amores, desafiadora das convenções sociais e dos papéis de gênero – e a avó paterna, Francisca Rodrigues Ferreira (Chiquinha), católica, benzedeira e que “botava cartas” – em segredo. Segundo Ana Carolina, gostava de repassar ensinamentos da fé e da caridade para as netas. Estudou em escolas públicas: cursou o ensino fundamental nas escolas Santos Dumont e Dom Adauto, e o médio no Liceu Paraibano. Graduiu-se em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB (1993), e fez Especialização em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes – USP (2004), na modalidade semipresencial. A formação e o trabalho como assistente social têm relação direta com as condições de empobrecimento que vivenciava em sua família. A partir desta realidade, Anadilza entende o que “as pessoas estão precisando” e que têm direitos, unindo esta compreensão ao conhecimento técnico e instrumentos do serviço social para ajudá-las a acessar direitos.

Sua primeira experiência de trabalho formal após a graduação, foi no serviço público estadual, na Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente/PB – FUNDAC (1995-2002), onde foi gerente de execução, realizando capacitações com crianças e adolescentes, com equipes profissionais e familiares, o que a levou a atuar na implantação do Programa de Apoio à Família – PROAF. Na Pastoral do Menor – Ação Social da Arquidiocese/PB (1998-2000), foi coordenadora de projetos na implantação do setor de meninas em três dioceses da Paraíba (Campina Grande, Guarabira e João Pessoa), acompanhando casos de abuso e exploração sexual,



SUMÁRIO

e realizando capacitações de lideranças para atuarem no setor. Na Casa Pequeno Davi, colaborou em períodos intercalados (1995-1996; 2013-2015; 2018-2020) como assistente social e coordenadora de projetos, contribuindo com a implantação do setor de serviço social, na capacitação de adolescentes, equipe de trabalho, familiares e rede de atendimento local, assim como coordenou o Diagnóstico da Situação da Infância e Adolescência do Município de João Pessoa. Com essa atuação e a experiência da Pastoral, constituiu-se como uma liderança junto ao movimento de crianças e adolescentes com expertise na área de enfrentamento do abuso e exploração sexual e outras violências.

A partir de 1997, passa a integrar a Rede de Educadores e Educadoras Populares do Nordeste, onde vem colaborando com a facilitação de cursos para educadores populares, e em atividades formativas e de organização dos movimentos sociais na Paraíba. Ser educadora popular faz parte de sua identidade pessoal, coletiva e política, a qual levou para o movimento feminista, qualificando e alinhando os saberes popular e feminista de modo sistemático. Anadilza conheceu o feminismo através da inserção no grupo Chimalmans – Mulheres de Teologia, em 1995, o que suscitou a intensificação dos questionamentos relacionados aos dogmas da igreja evangélica da qual participava. No grupo, foi encontrando respostas que a levaram posteriormente a romper com esses dogmas, e a experienciar outras expressões da espiritualidade.

Sua militância e atuação profissional no movimento feminista nasceram na chegada à Cunha Coletivo Feminista (2001-2017), onde atuou por dez anos no Programa de Educadores e Adolescentes. Contribuiu na formação de lideranças juvenis inseridas nos movimentos sociais e em serviços públicos, sobretudo de educação, da grande João Pessoa, nas temáticas de gênero, raça, violência contra as mulheres, abuso sexual, direitos sexuais, direitos reprodutivos e metodologia feminista. Coordenou o Eixo



SUMÁRIO

de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, colaborando na elaboração de: planos, projetos, sistematizações e conteúdo para campanhas educativas, dando visibilidade à temática nos meios de comunicação e redes sociais. Durante o ano de 2005, compôs a Comissão de Sistematização e coordenou o processo de construção do Plano Municipal de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual. Realizou atividades de acolhimento às mulheres em situação de violência, doméstica e sexual, desenvolveu atividades junto a grupos de mulheres, em especial com o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas/PB e a Associação de Marisqueiras de Acaú. Colaborou com sistematização e organização de pesquisas: Resolutividade dos Serviços de Atenção às Mulheres em Situação de Violência de Cinco Municípios do Estado da Paraíba; Mortalidade Materna na Agenda dos Profissionais de Saúde; Diagnóstico da Situação da Infância e Adolescência no Município de João Pessoa. Por muitos anos, representou a Cunha coordenando as ações da Rede de Atenção às Mulheres em Situação de Violência – REAMCAV, e na Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB, contribuindo com o fortalecimento do movimento local e nacional, das lutas feministas e do feminismo popular e antissistêmico (SOBREIRA, 2017).

Trabalhou como assistente social na Casa Abrigo Aryanne Thaís (2017-2021), vinculada à Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana, contribuindo para o acolhimento às mulheres em iminência de morte por violência doméstica e a seus filhos e filhas. Tornou-se uma referência feminista na Paraíba na temática da violência contra as mulheres. Em 2021 atuou junto ao Observatório do Feminicídio da UEPB nos processos de formação, a convite de Terlúcia Maria da Silva, que reconhece “em Anadilza o compromisso no enfrentamento à violência contra as mulheres, que vai com ela seja no local, na ONG, no movimento, na articulação, no serviço de atendimento, mas também nesse espaço de formação” (SILVA, 2022). Para Kissia Wendy, que trabalhou como conselheira

com Anadilza na Comissão Ampliada de Ética e Direitos Humanos no CRESS/PB (2021), “ela é uma mulher de um sorriso contagiante e de uma presença extremamente aconchegante, a admiro muito, com força, potência e luta. Tem em si ao mesmo tempo a beleza da simplicidade e grandiosidade do requinte, numa fusão inexplicável e cativante. Comprometida com as causas que acredita e as defende com maestria. Sua existência acalma e instiga” (WENDY, 2022).

Anadilza Maria, uma mulher de luta, que acolhe e desperta o melhor do feminismo nas mulheres que ela toca com sua sensibilidade, merece toda nossa reverência.

Cristina Barboza de Lima

Luciana Cândido Barbosa

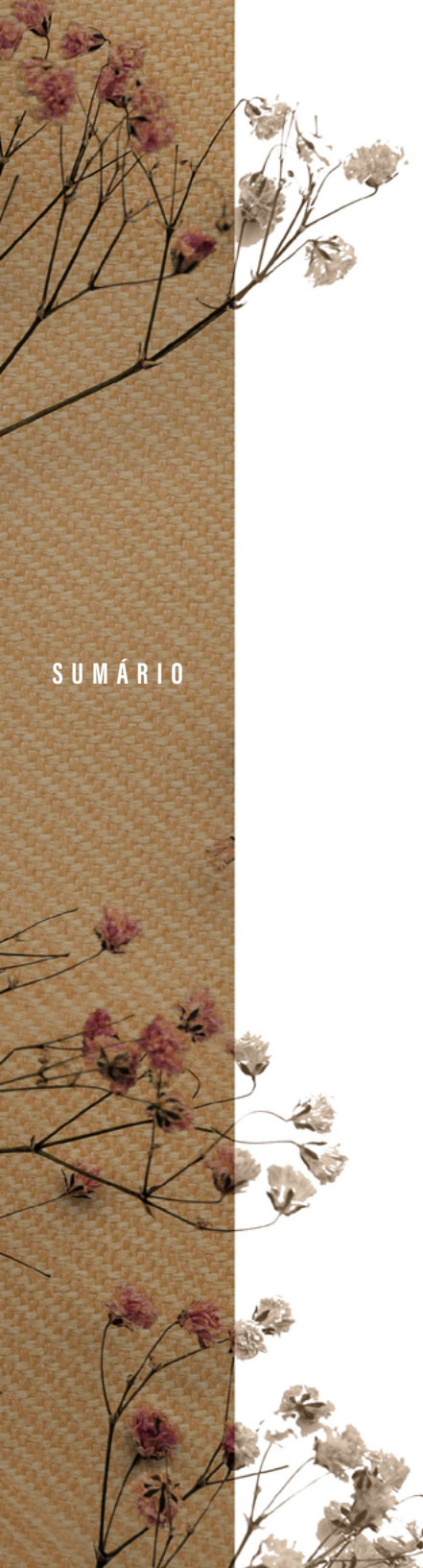
Maria Lúcia Lopes de Oliveira

INDICAÇÃO DE LEITURA:

SOBREIRA, Dayane Nascimento. A Cunha Coletivo Feminista: subjetividade, história e feminismo na Paraíba (1990-2015). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

FERREIRA, Anadilza P. [et al.]. Reflexões Feministas sobre o Sistema Político. In: **Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres**. SILVA, Carmen (Org.). Edições SOS Corpo: Recife, 2014.

FERREIRA, Anadilza P.; BARBOSA, Luciana C.; OLIVEIRA, Maria Lucia L. Gênero, direitos reprodutivos e aborto: uma análise sobre a experiência de educação à distância desenvolvida pela Cunha Coletivo Feminista. **17º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero – REDOR**.



SUMÁRIO

A NAYDE BEIRIZ

Anayde da Costa Beiriz foi uma professora e escritora, nascida na Parahyba do Norte em 18 de fevereiro de 1905. Foi reconhecida por sua escrita de teor romântico, mas de olhar crítico sobre os costumes de sua época. Seu comportamento, à época considerado de vanguarda, reverbera signos de coragem e ousadia, especialmente em relação às normas de conduta idealizadas às mulheres de seu contexto histórico. Sua história tornou-se conhecida, sobretudo, por meio de narrativas que falam da sua trágica morte associada aos acontecimentos que deflagraram o evento conhecido como “Revolução de 1930”, mais especificamente, pela sua relação amorosa com o advogado João Dantas, que veio a assassinar o então presidente de estado da Paraíba, João Pessoa, em uma trama marcada por desavenças políticas. Entretanto, a breve vida de Anayde, interrompida aos 24 anos de idade pelas consequências daqueles acontecimentos, tem muito mais a dizer ao nosso tempo. Era filha de José da Costa Beiriz, tipógrafo, funcionário da Imprensa Oficial e Maria Augusta de Azevedo Beiriz, dona de casa. Foi uma criança de origem social simples e teve um privilégio alcançado por poucas meninas de sua época, o de estudar. Em maio de 1922, aos 17 anos, formou-se professora primária pela Escola Normal, distinguindo-se por sua inteligência entre as colegas, sendo a mais jovem da turma. Ávida por conhecimento e oportunidade de trabalho, ingressou no primeiro curso de datilografia da Escola Remington, recém-aberto na Capital. Ainda no mesmo ano começou a trabalhar como professora na formação de adultos na Escola de Pescadores Presidente Epitácio Pessoa, na Colônia Z2, no então distrito de Cabedelo (PB).



SUMÁRIO

Neste ínterim, já escrevia poesias e contos, interessava-se vivamente pelos livros e assuntos literários, gostava de compartilhar seus escritos e impressões sobre a literatura, o que a fez ser convidada a participar dos “Novos”, um grupo de jovens intelectuais modernistas, que promovia serões literários e dançantes, onde era, ao que consta, a única mulher a participar deste movimento na Paraíba. O contato de Anayde com estes jovens literatas que escreviam nos periódicos da cidade, conferiu-lhe o apelido de “panthera dos olhos dormentes”, decerto em alusão aos seus olhos amendoados e melancólicos. Mas, como ela mesma registrou, os seus contos sempre colocavam uma mancha de sangue e ela gostava de tudo que era vermelho, signos estes, que premem uma ideia de intensidade emocional e tragicidade aos escritos.

O gosto literário de Anayde pode ser percebido nas cartas amorosas que ela escreveu e trocou com Heriberto Paiva, estudante de medicina no Rio de Janeiro, entre 1924 e 1926. Nelas, Anayde escreve sobre seu cotidiano, interesses literários, fala em algumas passagens da relação com o circuito intelectual da cidade e de outros estados, das suas colaborações para as revistas paraenses, *Belém Nova* e *A Tribuna*. O amor romântico, aliás, é um tema recorrente nos seus poucos escritos que foram preservados, em que retrata desencontros amorosos e desafios, em especial para as mulheres. Nas cartas estes elementos também estão muito presentes; embora sem abrir mão da idealização do casamento de base cristã e do papel materno. Anayde Beiriz fala ao seu destinatário sobre ser uma mulher desejante, que não esperava para si apenas o lugar pacato da dona de casa, deixando registrados momentos de paixão e erotismo. Seu namoro epistolar com Heriberto Paiva foi vivido sob um pacto de sigilo, pois a família dele se opunha ao relacionamento, pesando sobre ela preconceitos de cunho racial, de classe e moral. Suscetível à imagem que traçavam da namorada, por ciúmes, Heriberto Paiva rompeu a relação, provocando grande decepção à apaixonada



SUMÁRIO

Anayde. A partir de 1927 há registros de uma produção literária mais intensa, com as publicações de contos e poemas em periódicos pernambucanos como *A Pilhéria*, *Revista da Cidade e Jornal do Recife*, e as revistas cariocas *Beira Mar* e *Revista da Semana*.

Referenciada comumente pela beleza e aparência moderna, tendo aderido à ousadia do corte de cabelo à *la garçonne*, Anayde surpreendeu a sociedade ao começar a namorar João Dantas, mais velho que ela, com 20 anos de diferença. Homem de origem familiar oligárquica e ideário político conservador, se tornou a partir de 1928 um dos mais críticos opositores de João Pessoa. As desavenças políticas entre João Pessoa e Dantas, que refletiam os conflitos entre dois projetos oligárquicos de política no estado, culminaram em uma invasão à casa de João Dantas, com a violação e exposição de documentos pessoais. Os agravos morais e políticos moveram Dantas a assassinar João Pessoa em Recife (PE) em 05 de outubro de 1930, o que resultou em sua prisão e dias depois em sua morte na cadeia, divulgada como suicídio. Anayde, que após a prisão de Dantas tinha ido à capital pernambucana para dar-lhe apoio e resguardar-se do ódio alimentado contra eles pelos correligionários de João Pessoa, viu-se ainda mais acuada e perseguida com a morte do amado, e procurou abrigo no asilo Bom Pastor. Segundo registros da Madre Superiora daquela instituição, ela já chegara ali após ter ingerido veneno, ao que foi socorrida, mas vindo a falecer em 22 de outubro de 1930, deixando uma carta de despedida aos familiares. Ironicamente, desenlaçando-se da vida em plena juventude, Anayde Beiriz teve a vida abreviada como a de muitas heroínas de romance, como a de um livro que leu anos antes e apresentado a Heriberto nas cartas, dizendo temer para si aquele mesmo destino.

Uma memória sobre os acontecimentos de 1930 na Paraíba, sobretudo enaltecadora de João Pessoa como mártir, construiu para ela uma imagem depreciativa, muitas vezes reduzindo-a ao lugar de amante de João Dantas. Especulações sobre sua conduta

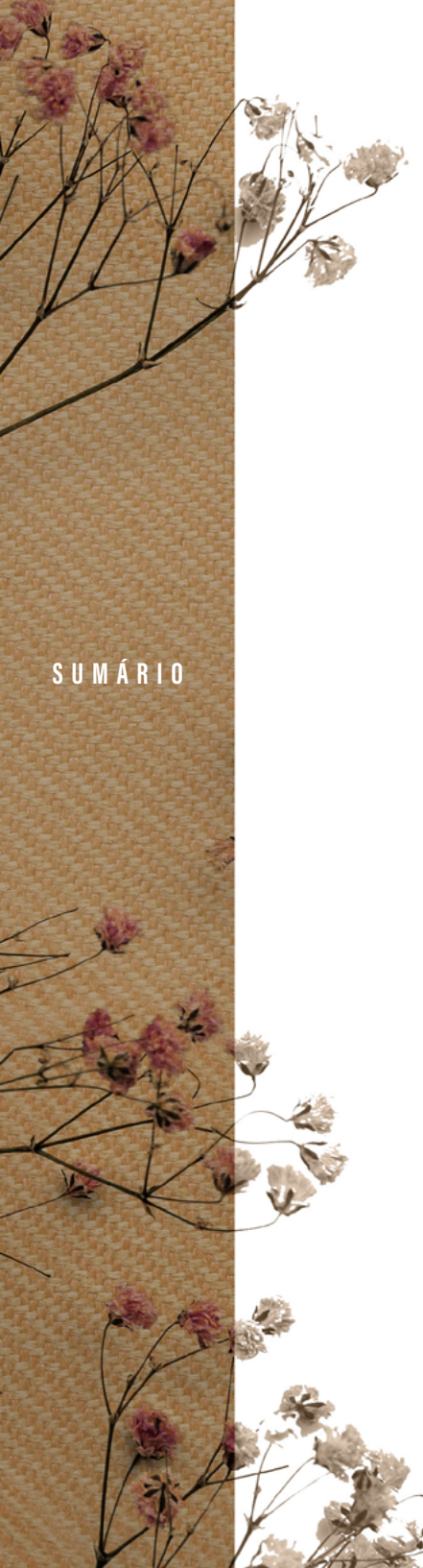


SUMÁRIO

sexual, representações de sua corporeidade, atravessadas por valores misóginos e conservadores, retardaram o reconhecimento de que ela foi vítima em sua época destes mesmos valores. Desde os anos 1980, especialmente, narrativas outras vêm sendo construídas sobre Anayde e sua história. O livro de José Jofilly (1983) sobre ela abriu este horizonte e inspirou o polêmico filme “Parahyba, Mulher Macho”, dirigido por Tizuka Yamazaki, que colocou a protagonista Anayde no centro da trama dos eventos de 1930. A representação filmica de uma Anayde corpórea, ativa e rebelde, desagradou a muitos, posto que para boa parte da recepção, a sexualidade permaneceu como lugar de inscrição principal da poetisa, incomodando tanto a defensores, quanto a críticos de sua memória.

Por sua vez, a publicação de seu diário de cartas no centenário de seu nascimento, em 2005, autorizada pela família Beiriz ao médico Marcus Aranha (2015), permitiu conhecer melhor Anayde, a partir de sua própria narrativa. Nos últimos anos, um esforço maior de pesquisas sobre ela, mais condizentes com os rastros deixados por seus escritos, tem ampliado as narrativas e imagens a seu respeito, especialmente no sentido de reconhecer na jovem escritora os anseios que condiziam com as ideias modernistas e feministas de sua época. Isto é, não uma Anayde “à frente do seu tempo”, mas justamente constituída pelas relações de forças presentes em seu contexto, que eram de confrontos entre o tradicional e o moderno, muitas vezes atreladas às convenções que ligavam as mulheres ao amor romântico, ainda que impactadas por deslocamentos sociais importantes, como o do acesso à instrução, das reivindicações pela conquista de uma profissão, do direito ao voto, de expressar suas ideias e desejos.

Anayde Beiriz deixou na sua escrita, seja nas cartas ou nos poucos poemas e contos a que temos acesso, registros das aspirações de uma jovem que amava e desejava o amor com intensidade, que percebia no escrever sua potência de falar ao outro,



SUMÁRIO

sensível às desigualdades sociais e com aguçado senso crítico sobre as condições limitantes do papel convencional reservado historicamente às mulheres.

Alômia Abrantes

INDICAÇÃO DE LEITURA:

ARANHA, Marcus. **Anayde Beiriz**: panthera dos olhos dormentes. João Pessoa: Cultura e Arte, 2015.

SILVA, Alômia Abrantes da. **Paraíba, Mulher-Macho**: tessituras de gênero, (desa)fios da história. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

JOFFILY, José. **Anayde**: paixão e morte na Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Record, 1983.

A ANDREINA GAMA

(Andreina Giuliani Gama Gomes)

Mulher travesti e transexual, é assim que Andreina Gama se autoidentifica. Para ela, afirmar que é uma travesti é um posicionamento político, “já nasci transgressora”. A travesti nasceu de parto normal sobre a mesa da cozinha, na casa de sua família no bairro da Torre, na capital paraibana. Com pressa de vir ao mundo, não esperou seus pais chegarem à maternidade. Ao nascer, recebeu



SUMÁRIO

um nome masculino, de acordo com o sexo biológico, no entanto, ela afirma que se reconheceu mulher ainda na infância. Andreina é filha caçula de José Gomes da Trindade, engenheiro, servidor público federal e pastor batista. Sua mãe chamava-se Helena Gama Gomes, mulher cristã e dona de casa, Dona Helena foi sua maior referência de mulher. O contexto religioso no qual foi criada exerceu influências sobre sua vida. Para a caçula da família, ficou a lição que aprendeu com a Bíblia e com sua mãe: o amor e o respeito para com todas as pessoas. Aos 11 anos de idade, na década de 1970, iniciou sua transição, tomando anticoncepcionais escondida da família. Naquela época não havia escolas evangélicas na cidade, mas existiam colégios católicos e a garota enfrentava a resistência de educadores por conta de seus cabelos longos. Mesmo usando a farda da escola, aquela criança dizia de seu pertencimento ao universo feminino. Logo cedo, compreendeu que era necessário ter muita coragem para viver e desconstruir a ideia de que era pecado identificar-se e autodeclarar-se mulher. Ainda criança, foi levada ao médico inúmeras vezes, submetida a vários exames a fim de que se identificasse alguma “anomalia”. Nada foi detectado. Tendo uma irmã e dois irmãos, a caçula da família chega diante do desejo materno de ter dois casais de filhos. Andreina havia sido desejada ainda no ventre de sua mãe como menina, uma mulher. Andreina traz na memória a lembrança de todo amor e proteção que recebeu da mãe, que faleceu quando ainda era adolescente. Com essa perda, a casa onde havia nascido deixou de ser um lugar seguro.

Formada em fisioterapia pela UFPB nos anos 1980, Andreina Gama não conseguiu ter seu diploma reconhecido. Depois que ratificou seu nome, por escolha, precisou recomençar parte de sua vida do zero. Por muito tempo, viveu uma vida sem direitos, foi proibida de amar, de ser amada e receber afeto. Foi afastada de sua família, pouca coisa lhe restava. Diante da formação religiosa, teve que lidar com o “pecado” de existir como uma mulher travesti e a consequente condenação ao “fogo do inferno”. Contrariando as ordens que recebia,



SUMÁRIO

Andreina continuou vivendo. É uma das fundadoras da Associação das Travestis da Paraíba (ASTRAPA), hoje ASPTTRANS/PB – Associação de Pessoas Travestis e Transexuais da Paraíba. Atualmente, Andreina compõe a Secretaria Executiva Nacional da ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos. É coordenadora do Eixo Diversidade Étnico Racial, Gênero e Orientação Sexual, da Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente Alice de Almeida (FUNDAC). Atuou como secretária do Ambulatório de Travestis e Transexuais do Complexo Hospitalar Clementino Fraga e integrou os Conselhos Estadual e Nacional de Saúde, defendendo pautas da população LGBTQIAPN+.

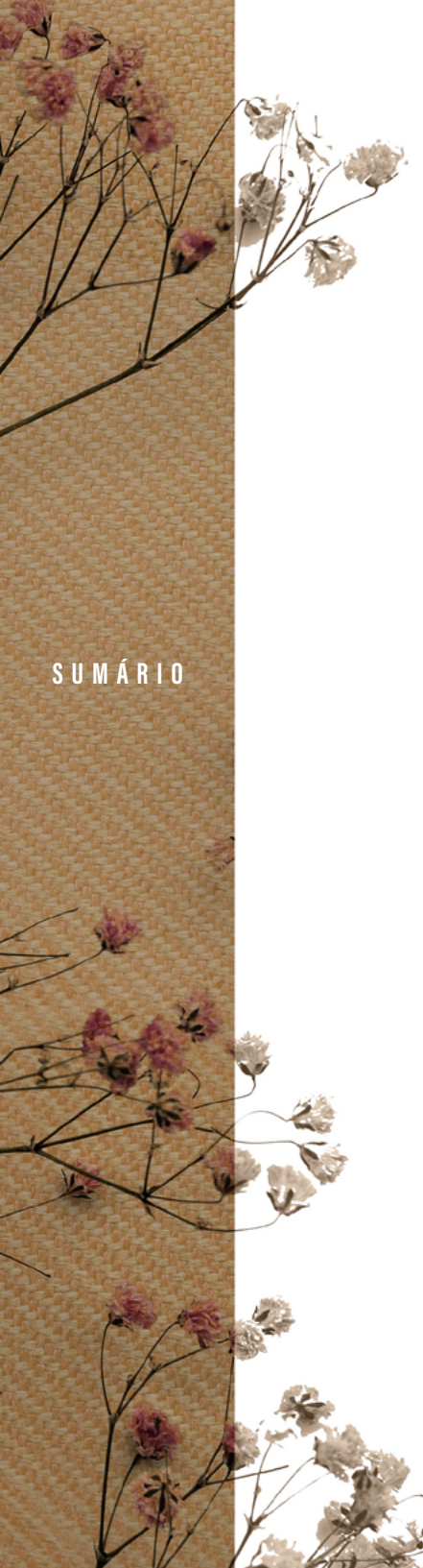
Andreina é uma voz permanente em defesa da população de pessoas travestis e transexuais, construindo uma rede de diálogos com o Ministério Público Federal da Paraíba, com outros poderes públicos e movimentos sociais. Durante a pandemia de Covid-19, esteve à frente da Campanha SOSTT (S.O.S. Trans e Travestis), que, durante os três anos mais complexos da pandemia, arrecadou e distribuiu alimentos, materiais de limpeza doméstica e de higiene pessoal para centenas de pessoas travestis e transexuais em vulnerabilidade social.

Fernando Domingos de Aguiar Júnior

Mônica Maria de Sousa Ferreira

INDICAÇÃO DE LEITURA:

AGUIAR JÚNIOR, Fernando Domingos de. Movimento aids na Paraíba: respostas coletivas, abertura política, e direitos conquistados (1985-2000). In: VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria; SCHMIDT, Benito Bisso (Orgs.). **(Re)Existências LGBTQIA+ e feminismo na ditadura civil-militar e na redemocratização do Brasil**. Maceió: Edufal, 2023.



BENVENUTTY, Fernanda; LIMA, Luiza Ferreira;
NASCIMENTO, Silvana de Souza. **Fernanda Benvenutty:**
uma política travesti. São Paulo: Patuá; Amavisse, 2022.

NASCIMENTO, Silvana de Souza. Variações do feminino:
circuitos do universo trans na Paraíba. **Revista de**
Antropologia, v. 57, n. 02, 2014, p. 377-411.

A NGELA ARRUDA

(Angela Maria Silva Arruda)

SUMÁRIO

Pesquisadora, professora, feminista, militante, mãe, avó, são múltiplos os lugares de fala de Angela Maria Silva Arruda, ou Angela Arruda, como é conhecida. Carioca, nascida no Rio de Janeiro, criada em uma família de classe média, sempre foi dedicada aos estudos, tendo estudado em escola pública. Nasceu em 23 de fevereiro de 1947. Filha de Arlette de Oliveira e Silva e Alfredo Arruda, foi criada por sua mãe e avós, mulheres audaciosas.

Estudou Psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), fez seu mestrado em Psicologia Social na École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris), doutorado em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutorado no ISCTE, Lisboa. Foi professora/associada da UFRJ. Aposentada em 2016, continua no campo da pesquisa, no Centro Internacional de Estudos em Representações Sociais (CIERS-Ed, Fundação Carlos Chagas), na Rede Internacional de Pesquisa em Saúde e Envelhecimento (RIPRES) e na Red Latinoamérica en Movimiento. Tornou-se referência na Psicologia Social e foi pioneira na divulgação da Teoria das Representações Sociais no Brasil, iniciando esse percurso em Campina Grande.



SUMÁRIO

Sua vida está marcada pelo ativismo dentro e fora da Universidade. Ao ingressar na UFRJ entrou em contato com a efervescência do movimento estudantil, aproximando-se dos grupos de esquerda atuantes naquele momento. Com o estabelecimento do regime civil-militar, foi exilada em 1970; primeiro no Chile e depois na França, após o golpe que derrubou o governo de Salvador Allende em 1973, quando ficou presa por 45 dias no Estádio Nacional.

Na França, cursou o mestrado, quando conheceu Serge Moscovici e Denise Jodelet, construindo a filiação teórica ao campo das representações sociais. Prosseguiu a militância, aproximando-se do feminismo francês, junto com outras exiladas. Integrou um grupo de mulheres do seu bairro, o que contribuiu para a vivência do feminismo no cotidiano. Participou do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, espaço importante para a partilha coletiva e a elaboração de novas rotas de ativismo. Na volta ao Brasil, trouxe, na sua bagagem, a convicção de que deveria pautar o feminismo e a subjetividade nos seus espaços de atuação, conectando com as pesquisas na Psicologia Social.

Em 1982, chega à Paraíba do exílio com o seu companheiro René Louis de Carvalho, vinda de uma experiência profunda e transformadora de contato com o feminismo no contexto do exílio e de resistência à ditadura brasileira, instaurada em 1964. Assim como eles, outras e outros exilados chegaram e ingressaram nas universidades da Paraíba. Campina Grande foi o seu *locus* de atuação na década de 1980, em um cenário de abertura política. Ainda no ano de 1982, Angela Arruda fundou o Grupo de Mulheres de Campina Grande (GMCG) com outras professoras, vinculadas à Universidade Federal da Paraíba/campus II (UFPB) e da Universidade Regional do Nordeste (URNE), hoje Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). O GMCG atuou em diferentes frentes, como a denúncia de homicídios femininos, a saúde das mulheres, o fortalecimento da organização das mulheres do campo e das trabalhadoras domésticas



SUMÁRIO

em Campina Grande. No âmbito da URNE, como professora de Psicologia Social, Angela Arruda cultivou a reflexão feminista com suas alunas, ampliando para profissionais de outras áreas e ativistas, surgindo daí o Grupo Feminista Raízes (Grupo Raízes), em 1984, do qual foi incentivadora e colaboradora. Também em 1984, nasceu, de parto natural, sua filha Maithe Arruda Carvalho.

A sua militância junto com o Grupo Raízes foi dirigida à saúde, à organização das mulheres na reivindicação por políticas públicas e ao fortalecimento do feminismo. Juntaram-se à demanda nacional pela implantação do Programa de Assistência Integral à Saúde das Mulheres (PAISM), pelos direitos reprodutivos e direitos sexuais. Todavia, era necessário implantar as Ações Integradas de Saúde (AIS) que antecederam o Sistema Único de Saúde (SUS). A mobilização cresceu com outros atores sociais e propuseram um seminário, ao secretário de saúde do município, para tratar da necessidade de um sistema de saúde integrado e universal. A convocação do seminário foi realizada por representantes da sociedade civil, com a atuação ativa de Angela Arruda. O evento também contou com a participação de gestores, profissionais de saúde, mulheres, sanitaristas, gestoras e feministas do estado e de outros estados. Havia uma conjuntura política favorável, visto que Campina Grande não havia implantado o programa de distribuição de pílulas anticoncepcionais, na perspectiva do controle da natalidade, promovido pela Organização Bem-Estar Familiar no Brasil (Benfam). A mobilização empreendeu uma série de ações de *advocacy*, incentivando o compromisso do secretário de saúde com a política de saúde proposta. Nesse momento da mobilização social, destaca-se a participação da robusta delegação da Paraíba na I Conferência Nacional de Saúde da Mulher. Usuárias dos serviços de saúde, sanitaristas, enfermeiras, médicas, assistentes sociais, psicólogas e gestoras participaram de processos formativos e acompanharam a implantação do SUS e as discussões sobre o PAISM. Grupos populares de mulheres floresceram, os Clubes de Mães e as



SUMÁRIO

associações de bairro da cidade foram fortalecidos com a perspectiva da cidadania e da autonomia das mulheres, processo que culminou com a criação do Conselho Municipal de Saúde (CMS).

Angela Arruda se empenhou na formação política feminista de jovens, mulheres do meio popular urbano e rural e profissionais de saúde, por meio de metodologias participativas, como as oficinas de autoconsciência, e de bibliografias, conectando o pessoal ao político. Apoiou a organização de mulheres populares em bairros como Bodocongó e Malvinas. Participou do apoio ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brejo Paraibano (MMTR), realizando pesquisas e oficinas para fortalecer a participação das mulheres no movimento, consultoria e colaborando com a disseminação do feminismo no campo.

Plantou sementes dos feminismos, tendo influenciado na formação de pelo menos duas gerações de ativistas que espalharam a aurora feminista em organizações, como o Grupo Raízes e a Cunha Coletivo Feminista, em órgãos governamentais e ONGs, as quais seguem atuantes. Propiciou a participação dessas mulheres nos Encontros Nacionais Feministas como uma experiência de imersão e de (re)conhecimento do movimento no País. Envidou esforços para garantir uma representativa delegação paraibana no Encontro Nacional Feminista de Garanhuns (PE) em 1987.

Quando questionada sobre seu percurso na Paraíba, em sua visão, radicalmente, dialógica e coletiva, frisa, em entrevista ao Podcast Paraibanas (2021), a “riqueza da Paraíba feminina”, afirmando que as mulheres paraibanas estavam dispostas a melhorar as suas vidas e conquistar os seus direitos. Resume a ação dela e das parceiras como um “trabalho de revolver a terra para brotar o que já estava semeado”. Angela Arruda é avó de Mila Carvalho Killy; uma mulher simples, corajosa, irreverente, cuidadosa, inteligente, disponível ao diálogo e à escuta, nos mobiliza a nos enxergarmos como indivíduos capazes de incidir na vida coletiva, sem perder a ternura e a generosidade que nos

são próprias. Uma intelectual orgânica, que continua a pesquisa e o ativismo, comprometida no passado e no presente com a construção de um mundo mais justo para todas, *todes* e todos.

Dayane Nascimento Sobreira

Gilberta Santos Soares

INDICAÇÃO DE LEITURA:

ARRUDA, Angela Maria Silva. O estudo das representações sociais: uma contribuição à Psicologia Social no Nordeste. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 01, n. 01, p. 05-14, 1983.

SOBREIRA, Dayane Nascimento. As trajetórias de Eleonora Menicucci de Oliveira e Angela Maria Silva Arruda entre revoluções e feminismos. **Revue Orda - L'Ordinaire des Amériques**, Toulouse, v. 01, n. 222, p. 01-09, 2017.

SOUSA, Clarilza Prado de [*et al.*]. (Orgs.). **Angela Arruda e as representações sociais**: estudos selecionados. Curitiba: Champagnat; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2014.

ÂNGELA CHAVES

(Ângela Cândida Chaves Silva)

Ângela Chaves nasceu em 21 de abril de 1963, na cidade de Sapé, na zona da mata da Paraíba, terra das Ligas Camponesas. Filha única de Maria das Dores da Silva, dona de casa, e de Luiz Rozendo Chaves, serralheiro e dono de uma oficina, que constituíram

uma família de valores conservadores. Ângela Chaves lembra de ver sua mãe passando os ternos de linho do seu pai com ferro de brasa. Ela não estudou, era católica, presente e rígida na educação da filha. Não era militante, mas votava em políticos de oposição se contrapondo aos grupos políticos dominantes (CHAVES, 2022).

Ângela cursou o Ensino Fundamental no Grupo Escolar Gentil Lins, em Sapé. Com a morte do pai, começou a trabalhar aos 13 anos, como empacotadora de um supermercado, para ajudar na renda familiar, e seguiu os estudos. Mudou-se para Campina Grande para cursar o Ensino Médio no Colégio Estadual da Prata. Conheceu o movimento estudantil secundarista e participou das primeiras passeatas e protestos, dando início à militância.

Desde criança, era presenteada com livros pela madrinha, o que lhe despertou o amor pela leitura e por histórias. Assim, veio a escolha pelo curso de licenciatura plena em Letras, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarabira – FAFIG, hoje Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) – Campus III. Entrou para o diretório acadêmico e se engajou no movimento universitário, lutou pela estadualização da faculdade e participou do Congresso da União Nacional de Estudantes (UNE), no Rio de Janeiro. Conheceu o movimento partidário no movimento estudantil e aproximou-se do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Ao terminar o curso, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT), em Sapé, e militou no Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) pelo direito à terra.

Em 1992, mudou-se para João Pessoa, lecionou em escolas particulares, no Ensino Fundamental e no Médio, e depois, iniciou a experiência no ensino público, como *pro tempore*, em escola da rede pública estadual. Em 1994, foi aprovada no concurso da rede estadual de ensino para lecionar a disciplina Português, no Instituto de Educação da Paraíba (IEP), onde atuou durante 22 anos. Ingressou para o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Estado da Paraíba (SINTEP) e militou nas lutas sindicais da

categoria. Sempre participou das assembleias de professores de forma ativa, questionadora e comprometida.

Casou-se com um companheiro do SINTEP e teve duas gravidezes planejadas, desejadas e sonhadas, de Sofia Vitória Chaves Galdino de Maria, em 1998, e Luís Gabriel Chaves Galdino de Maria, em 2000. Disse que sempre sonhou em ser mãe e queria muito ter filhos para criar com uma educação libertária. A educação do diálogo, do cuidado e do respeito com o outro (CHAVES, 2022). Separou-se quando os filhos ainda eram crianças.

Em 1998, conheceu o movimento feminista, que mudou o seu foco de militância. Participou de rodas de diálogo no Centro da Mulher 8 de Março (CM8M), sobre violência contra mulheres e despertou para o fato de que o que experienciava no casamento era violência doméstica. No processo de se fortalecer e de vencer o medo, em 2007, entrou para a Marcha Mundial de Mulheres (MMM) e soltou a voz. Ângela Chaves foi pioneira em conceder entrevistas à imprensa paraibana mostrando o rosto. Dessa forma, contribuiu com a publicização da violência contra mulheres através da imprensa. Naquela época, era comum as mulheres em situação de violência doméstica evitarem se expor para proteger a identidade em um contexto em que não existia as mídias digitais. “Quando a repórter disse: ‘professora, a senhora pode ficar de costas’. Eu disse que eu queria ficar de frente mesmo” (CHAVES, 2022).

Em 2009, entrou para o Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais Maria Quitéria (GMMQ), a convite da professora Marli Soares, também participou das atividades do Movimento do Espírito Lilás (MEL). Depois que se separou, Ângela iniciou um relacionamento com uma mulher, assumiu a identidade sexual como lésbica e incorporou o ativismo pela visibilidade lésbica e em defesa dos direitos da comunidade LGBTQIAPN+. Com coragem e altivez, assumiu seus relacionamentos afetivos com mulheres, sempre junto à sua filha e seu filho. Ao longo dos anos de militância, acompanhou



SUMÁRIO

a ampliação da sigla LGBT, com a chegada de novos sujeitos políticos que ampliaram a discussão sobre as identidades de gênero e orientação sexual.

Em 2004, filiou-se ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) e integrou-se ao Segmento de Mulheres do PSB. Posteriormente, coordenou o Segmento Estadual LGBT do PSB, articulando-se com a Instância Nacional, e participou de conferências e de reuniões nacionais. Em 2016, foi candidata a vereadora de João Pessoa pelo PSB e contribuiu com a ampliação do debate sobre a diversidade sexual no campo eleitoral.

Com a eleição do prefeito Ricardo Coutinho, foi convidada para coordenar o Centro de Cidadania do bairro dos Bancários, equipamento da política de assistência social da gestão municipal de João Pessoa, de 2004 a 2010. Promovia cursos profissionalizantes e destacou-se por dirigir a atenção para a inclusão da comunidade do Timbó, uma das áreas mais vulneráveis do bairro.

De 2011 a 2016, na gestão estadual do governador Ricardo Coutinho, Ângela Chaves coordenou o Centro Estadual de Referência dos Direitos LGBT – O Espaço LGBT – e foi responsável pela implantação de um equipamento público pioneiro na Paraíba vinculado à Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH). Com maestria, dedicação, criatividade, reconhecimento da população LGBTQIAPN+, domínio metodológico e bom humor, característica marcante, ela foi fundamental para a implementação do serviço. Coordenava a equipe técnica e acolhia lésbicas, gays, bissexuais, travestis, mulheres transexuais, homens trans, pessoas não binárias e *queers*, com um atendimento humanizado e eficiente. Seu compromisso e a capacidade de se articular foram fundamentais para a criação da rede de direitos e de proteção à população LGBTQIAPN+ da Paraíba, ao lado da equipe da SEMDH, com encaminhamentos para abrigos e para o Ambulatório Estadual de Saúde Integral de travestis e transexuais.



SUMÁRIO

Com 35 anos de magistério, a professora Ângela Chaves está em sala de aula na Escola Estadual Integral Francisca Ascensão Cunha, onde ministra a disciplina de Língua Portuguesa e desenvolve projetos de afirmação da diversidade sexual e de enfrentamento do sexismo e do racismo. Todos os dias, defende uma escola inclusiva, enfrentando a perseguição conservadora de defensores da denominada ideologia de gênero. Ângela Chaves ocupa um lugar de referência para seus alunos, por denunciar o machismo, a LGBTfobia, o racismo, o *bullying* e todas as formas de preconceito. Não é raro ser abordada por ex-alunos para receber agradecimentos pela presença implicada, cuidadosa e incentivadora nas suas trajetórias.

Ângela Chaves dedica-se à luta pelos direitos e pelo empoderamento das mulheres, das juventudes e de LGBTQIAPN+, pela visibilidade das mulheres lésbicas e bissexuais na sala de aula, na gestão pública, no partido e na rua.

Considera-se uma pessoa intensa, que vive seus amores: morou junto, casou-se com uma mulher no civil e em Igreja LGBT. Orgulha-se de sua filha e de seu filho e respeita a orientação sexual deles, afirmando que constituíram um núcleo de afeto familiar, com a vivência de uma relação mãe e filha(o) que vem sendo construída com amor e compartilhamento de experiências.

Gilberta Santos Soares

Gisele Rocha Cortês

INDICAÇÃO DE LEITURA/ESCUITA:

Governo da Paraíba. **Seminário de Direitos Humanos de LGBT discute construção da Rede de Proteção.** 11 dez. 2012. Disponível em: <https://antigo.paraiba.pb.gov.br/index-48996.html>. Acesso em: 20/03/2023.

WANDERLEY, Hevilla. 'A sociedade tolera, não respeita', diz professora que luta contra a lesbofobia. **G1 Paraíba**, 18 mar. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2017/03/sociedade-tolera-nao-respeita-diz-professora-que-luta-contras-lesbofobia.html>. Acesso em: 19/04/2023.

A Liga Gay - LGBT. **Dia das Mães – Ângela Chaves Coordenadora do Espaço LGBT [Mães da Diversidade]**. Youtube, 09 mai. 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uGyxg5feTjI&ab_channel=ALigaGay-LGBT. Acesso em: 20/04/2023.

ANNA IGNÁCIA

Anna Ignácia foi uma mulher negra escravizada, que lutou com todas suas forças pela sua liberdade e dos seus filhos, em plena vigência do sistema escravista no sertão paraibano na segunda metade do século XIX, na Vila de Catolé do Rocha. As fontes para tal estudo, foram localizadas no Arquivo Privado Maurílio de Almeida, em João Pessoa, durante o processo de organização e digitalização de documentos realizado através de um Projeto de Extensão do NEABI (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas), da Universidade Federal da Paraíba/UFPB. Trata-se de uma troca de correspondências entre o Governo da Província do Ceará e o Governo da Província da Parahyba, do ano de 1866, que continha alguns anexos, como ofícios enviados anteriormente, depoimentos de testemunhas que atestaram a liberdade de Anna Ignácia, como também documentos do seu suposto proprietário que reivindicava sua posse e apresenta provas da condição de escravizada de Anna Ignácia. A documentação



SUMÁRIO

pesquisada nos mostra que, Anna Ignácia, anos antes do ofício mencionado em 1866, já havia feito a denúncia de estar em cativeiro ilegal há quase dez anos. No ofício – correspondência entre o Governo Provincial da Parahyba e do Ceará, 1866 – o governador da Parahyba, em resposta ao governador da Província do Ceará, inicia dizendo que recebeu a requisição para que fosse designado um curador (representante legal) para Anna e seus filhos. E que esse processo deveria ser remetido ao Termo da Vila de Catolé do Rocha, pois era onde “se agitava a causa da liberdade”. O caso deveria ser tratado na Vila de Catolé do Rocha, pois teriam lá origem a “parda” Anna e seus filhos, os quais se diziam supostamente livres.

Então por que nessa troca de correspondência estava o Governo do Ceará se a Vila de Catolé do Rocha fica na Província da Parahyba? Anna Ignácia, usando de sua rede de sociabilidades, fugiu para da Vila de Catolé do Rocha para a Vila de Queixeramobim, na Província do Ceará. Lá chegando, denunciou junto às autoridades que estava sendo mantida em cativeiro ilegal. A partir daí, as autoridades locais entraram em contato com o Governo da Parahyba, com o intuito de resolver a questão da liberdade de Anna Ignácia.

No dia 23 de dezembro de 1858, Anna procurou proteção das autoridades na Vila de Queixeramobim, na Província do Ceará, afirmando ser livre e que teria sido vendida por seu padrinho, de nome José Ferreira, a uma senhora chamada Dona Ignácia e posteriormente vendida para o pai do seu atual proprietário. Garantiu ainda que, existiam pessoas na Vila de Independência – atual Guarabira-Paraíba – que poderiam atestar sua liberdade, além de afirmar que era filha de uma “tal de Maria” moradora de Limoeiro, na Província de Pernambuco. Como Anna, depois de 30 anos de cativeiro, soube de sua origem, de sua história, com tanta certeza de que haveria, inclusive, testemunhas de sua liberdade? Infelizmente não temos essa resposta, no entanto, conseguimos saber um pouco mais sobre sua história através das testemunhas.

Duas testemunhas foram indicadas por Anna, para que confirmassem que sua versão de estar sob cativeiro ilegal era verídica. O primeiro André José Pereira, pardo, viúvo, de 55 anos de idade, agricultor, morador da Vila de Independência; e a segunda testemunha, Manoel Alves Ribeiro, de 80 anos de idade, viúvo, agricultor, também morador da Vila de Independência. Ambos afirmavam que o “tal” José Ferreira teria passado pela Vila de Independência entre os anos de 1824-1825. Segundo contam, José Ferreira seria casado com uma mulher chamada Maria. Estes andavam acompanhados de uma “mulatinha” de nome Anna, a qual tratavam por afilhada. Uma das testemunhas aponta que José Ferreira viria da região de Limoeiro, na Província de Pernambuco, junto com a esposa e a “mulatinha”. Um deles relembra que algum tempo depois dessa passagem de José Ferreira na região, ouviu dizer que o mesmo teria vendido/trocado a menina com uma “tal” de Dona Ignácia, chegando a questionar que “como ele a vendera se a menina era conhecida como forra, não era cativa” e ainda afilhada do casal?

As testemunhas revelam que José Ferreira teria feito uma troca do Dona Ignácia pelo trajeto, e essa senhora ao chegar no sertão a vendeu ao Major João Batista. Ainda destacam que José Ferreira não teria condições de possuir escravos, e supunham que ele “teria agido de má fé vendendo a criança como cativa em momento oportuno”. Assim sendo, era necessário investigar se José Ferreira era um homem que teria condições de possuir escravos e se a versão da criança ser sua afilhada teria sido apenas para encobrir seu crime de rapto.

Concluimos assim que, Anna era uma criança forra e parda, tendo sido libertada ainda criança, possivelmente no ato do batismo. No entanto, pode ter sido vítima de um rapto por José Ferreira, tendo sido tirada de sua mãe ou seus familiares, e vendida como escravizada. O que ocorria bastante no século XIX, pessoas



SUMÁRIO

negras ou pardas, livres ou libertas, tinham que provar o tempo inteiro serem livres, pois corriam o risco de serem escravizadas ou reescravizadas. Pois de acordo com os dados apontados por Vitória Barbosa Lima (2013), o número de escravizados na Paraíba aumentou consideravelmente de 1852 para 1867, reforçando a tese de escravidão ilegal.

Era a força do sistema escravista se sobressaindo, demonstrada também na tentativa do suposto proprietário de Anna Ignácia, de recuperar a posse herdada do seu pai. Para tanto, ele apresenta documentos que lhe asseguram tal direito de proprietário. Um desses documentos era o registro de compra e venda, no qual atesta que Anna era propriedade do Senhor Doutor Antônio Benício Saraiva Castello Branco, que recebeu como título de doação do seu pai, o Major João Batista Coelho.

Além da escritura de compra e venda, o proprietário também apresenta um registro de um assento de casamento, que teria sido realizado em 26 de novembro de 1827, na região do Brejo da Areia, de Manoel Inácio com Anna Maria, que seria escrava de José Ferreira. Acreditamos que a intenção é demonstrar que José Ferreira teria sim condições de possuir escravizados, e de ser de fato proprietário de Anna Ignácia quando a vendeu, ainda criança.

A história de Anna Ignácia deixa mais questionamentos do que respostas. Não sabemos qual foi o desfecho do processo: se teve andamento, se teria passado mais dez anos lutando por sua liberdade, se a força do sistema conseguiu barrar a força e a vontade de Anna de ser livre. No final das contas, o que vemos é a ação ativa de uma escravizada que conhecia seus mínimos direitos, garantidos pela legislação, e buscou dentro da legalidade comprovar sua liberdade e de seus filhos.

Anicleide de Sousa

INDICAÇÃO DE LEITURA:

LIMA, Maria da Vitória Barbosa. **Liberdade Interditada, Liberdade Reavida:** escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

ROCHA, Solange Pereira da. **Gente Negra na Paraíba Oitocentista:** população, família e parentesco espiritual. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

SOUSA, Anicleide de. **Nas Veredas Negras do Sertão:** história de vida familiar de escravizados no sertão brasileiro (Vila de Catolé do Rocha/Paraíba, 1836-1866). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

A ASSOCIAÇÃO DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DE CAMPINA GRANDE

A Associação das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande foi fundada em 25 de maio de 1980 por um grupo de 68 trabalhadoras domésticas, cujas lideranças, em sua maioria,



SUMÁRIO

já participavam de processos formativos propiciados por setores da Igreja Católica, especialmente a primeira presidenta e fundadora, Anaísa Otávia da Silva (1933-2008), que foi integrante da JOC (Juventude Operária Católica) e da ACO (Ação Católica Operária), sob forte influência da Irmã Maria das Mercês da Silva, histórica militante na luta por direitos sociais em Campina Grande. A luta da categoria por reconhecimento e equiparação de direitos remonta aos anos 30 do século XX, quando por iniciativa de Laudelina de Campos Melo (1904-1991), foi fundada a primeira Associação de Trabalhadoras Domésticas do País, em Santos-SP, em 1936.

Com muita persistência, as trabalhadoras domésticas começaram a se organizar nacionalmente a partir dos anos 60, com apoio de setores da Igreja Católica e de sindicatos de outras categorias profissionais, mas só em 11 de dezembro de 1972, a função de trabalhadora doméstica foi reconhecida pela Lei 5.859, que trouxe alguns benefícios como a assinatura da Carteira de Trabalho, 13º salário, 20 dias de férias, aviso prévio em caso de dispensa e recolhimento da previdência social.

As fundadoras da Associação das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande se inserem em todo esse processo e reforçam as lutas da categoria ao longo dos anos 80. Entre 1980 e 1985, participaram de várias mobilizações locais, regionais e nacionais pela equiparação de direitos trabalhistas e previdenciários. Em 1982 participaram pela primeira vez da comemoração do Dia da Trabalhadora Doméstica em Recife e em 1985, participaram do V Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas em Olinda – PE, e em 1986 foram anfitriãs do 1º Encontro Estadual de Trabalhadoras Domésticas do Nordeste, que objetivou debater sobre a problemática da desvalorização do trabalho doméstico remunerado e a não efetivação dos direitos conquistados na Lei 5.859/72. Também nesse ano foram realizados os primeiros cursos profissionalizantes (Cozinheira e Babá), através de projeto apoiado pela OXFAM. Em 1987,



SUMÁRIO

ampliou-se a oferta de cursos e incluiu a alfabetização de trabalhadoras, em sua maioria não escolarizadas. Também nesse ano houve muita mobilização em torno da Assembleia Constituinte. Nesse contexto, integrantes da Associação participam do 2º Encontro Estadual das Trabalhadoras Domésticas, desta vez em Guarabira - PB, com o objetivo de organizar a participação das trabalhadoras domésticas do estado no processo da Constituinte. As trabalhadoras domésticas se uniram às demais categorias e seguiram em caravana para Brasília, em busca de equiparação de direitos.

Mesmo com toda mobilização, as trabalhadoras domésticas não conseguiram isonomia, visto que dos 34 direitos trabalhistas garantidos às demais categorias, apenas 9 contemplam as trabalhadoras domésticas na Constituição de 1988. Ainda em 1988 a Associação foi reconhecida de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 1.809/88, numa propositura do então Vereador Marcio Tarradt Rocha, e passou a funcionar em uma sede provisória cedida pela Mitra Diocesana de Campina Grande, situada na Rua Afonso Campos.

Em 1989, a Associação participou do VI Congresso Nacional, quando se criou o Conselho Nacional das Trabalhadoras Domésticas, que passou a representar a categoria em todo o país. Em 1991 a Associação finalmente teve sua sede própria inaugurada, situada à Rua Sulpino Colaço, 23, no bairro São José, onde se encontra até os dias atuais. Em 1990 e em 1994 a Associação recepcionou o 5º e o 9º Encontro Estadual de Trabalhadoras Domésticas, respectivamente.

Os anos seguintes foram de muitos desafios, sendo marcante a criação da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas – FENATRAD em 1997. Em 2006, a Associação formalizou uma parceria com o Centro de Ação Cultural (CENTRAC) que, com o apoio de Manos Unidas (Espanha), realizou um processo de formação profissional e política das trabalhadoras visando fortalecer a organização da categoria e ao mesmo tempo pautar a



SUMÁRIO

identificação e enfrentamento das várias formas de violência (de gênero/racial, doméstica, institucional) e a luta pela conquista de direitos sociais e trabalhistas. Desde então, a Associação tem realizado ações para o enfrentamento das várias violências que atingem as trabalhadoras domésticas, desenvolvendo projetos de formação e informação, visando contribuir para o empoderamento e fortalecimento político das trabalhadoras domésticas para combater as opressões contra as mulheres, com o apoio de parceiros (CENTRAC, CESE, FBDH, Fundo Elas, FASE), dando visibilidade aos direitos da categoria e se inserindo em espaços de construção de políticas públicas e dos direitos das mulheres, como os Conselhos Municipal e Estadual dos Direitos da Mulher.

Em 2014, a Associação passou por uma reestruturação e também se voltou para o fortalecimento da organização sindical da categoria. Entre o ano de 2020 e 2021 executou o projeto “Mulheres em movimento 2020: fortalecendo a solidariedade e a confiança”, que teve como objetivo conscientizar e empoderar as mulheres trabalhadoras domésticas em relação aos seus direitos trabalhistas, enfrentamento da violência doméstica e das várias formas de violência no contexto da pandemia, com formações sobre direitos já conquistados e efetivação da Convenção 189 da OIT.

A Associação se articula com o Movimento de Mulheres e Feministas da Paraíba na realização de atividades conjuntas. Também está articulada e faz parte do quadro diretivo FENATRAD, através de sua presidenta, Chirlene dos Santos Brito, trabalhadora doméstica desde os oito anos de idade, que conheceu a Associação nas ações de formações desenvolvidas na escola noturna em que estudava em 2006. Juntamente com a FENATRAD, a Associação tem realizado várias ações de incidência pela equiparação de direitos e campanhas de sensibilização e informação direcionadas às trabalhadoras domésticas e à sociedade civil em geral, como na aprovação da Emenda Constitucional 72/2013, que alterou a redação do parágrafo único do



SUMÁRIO

art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais, e pela efetivação de sua regulamentação com a Lei Complementar nº 150.

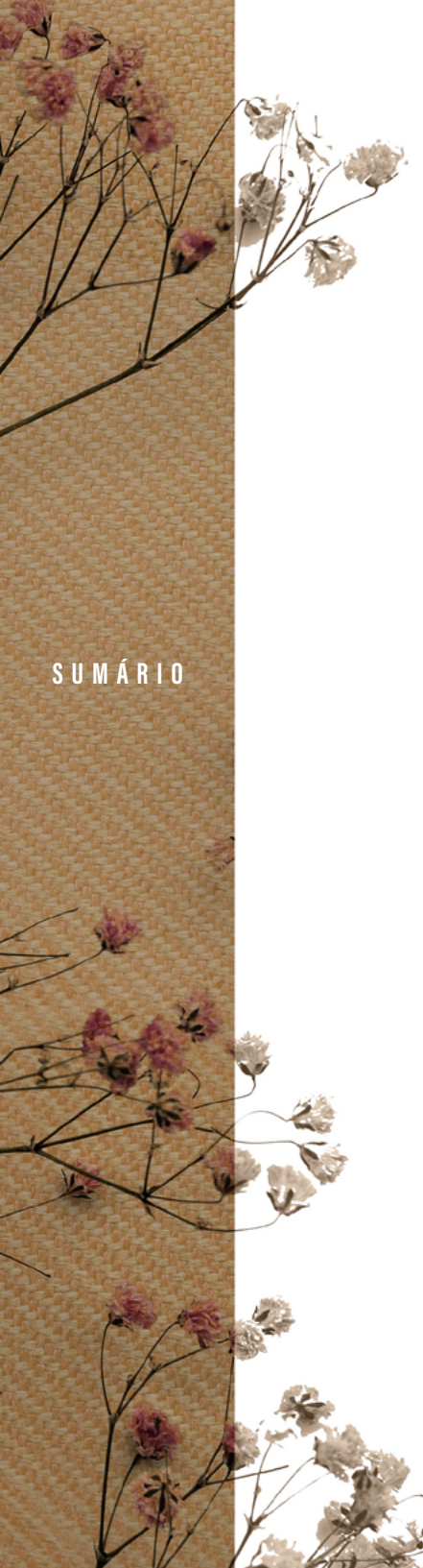
Neste sentido, a Associação desenvolveu campanhas com o objetivo de contribuir para a difusão dos direitos das trabalhadoras domésticas e sensibilizar a sociedade e agentes públicos para o respeito aos direitos da categoria e pela efetivação do trabalho doméstico decente como condição essencial para consolidação da democracia e da justiça social no País. Além disso participou ativamente das campanhas da FENATRAD relacionadas com a situação dos direitos das trabalhadoras domésticas na pandemia de Covid-19: “Cuida de quem te cuida” e “Essenciais são os nossos direitos”. A Associação também está articulada com o Sindicato Estadual da Categoria, que em 2022 desenvolveu a campanha “Trabalhadoras Domésticas Têm Direitos!” – pela efetivação da Convenção 189 no Brasil.

Ana Patrícia Sampaio de Almeida

INDICAÇÃO DE LEITURA:

ACCIARI, Louisa; BRITO, Chirlene dos Santos. Impactos da crise pandêmica no trabalho doméstico: velhas causas, novas consequências. In: PINTO, Cleide Pereira [et al.] (Orgs.). **Os sindicatos das trabalhadoras domésticas em tempos de pandemia: memórias da resistência**. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2021.

ASSOCIAÇÃO DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DE CAMPINA GRANDE - PB. **Informativo Dignidade e Cidadania**, Campina Grande, abril de 2008, Ano II - nº 02.



GOMES, Andrezza Ribeiro; OLIVEIRA, Maria das Dores Delfino; SILVA, Amanda Pereira da. **Zona da Mata - Sindicato das(os) Trabalhadoras(es) Domésticas(os) de Campina Grande e João Pessoa e Região**. Casa Pequeno Davi: João Pessoa, 2019.

A ASSOCIAÇÃO DE DOULAS DA PARAÍBA (ADPB)

SUMÁRIO

Ao longo da história, a doula assumiu uma parte da função social do cuidado à mulher durante a gestação, parto e puerpério, participando do círculo feminino de atenção ao parto e ao nascimento, junto às parteiras e aprendizes de parteira. O termo “doula” tem o significado de mulher que serve. Com a mudança do modelo obstétrico, a doula foi se tornando o elo entre a mulher, sua comunidade e os serviços de saúde. Atualmente, a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) considera o papel da doula como prestar apoio físico, emocional e informacional, assumindo uma relação de prestação de serviço para as mulheres. Neste sentido, a definição de doula passou a fluir a partir de uma perspectiva afirmativa do lugar de “trabalhadora”, profissional que atua a partir do suporte informacional, emocional e físico, com foco na leitura do contexto da pessoa gestante e de suas necessidades. Desta forma, é considerada uma tecnologia leve no cenário do cuidado perinatal.

No contexto da atuação multiprofissional, a doula supre a demanda social por conhecimento sobre a trajetória da



SUMÁRIO

mulher e de sua família ao longo da gestação, compreendendo sua estadia hospitalar e seus direitos, as etapas que vivenciará no parto, bem como no pós-parto.

Após a aprovação da Rede Cegonha enquanto política pública em 2011 pelo Ministério da Saúde, houve no Brasil um crescente movimento de aprovação no âmbito municipal e estadual de leis que versassem sobre o direito da mulher de ter uma doula durante a gestação, trabalho de parto e parto, além do puerpério, autorizando a entrada dessa profissional nos serviços de saúde públicos ou privados.

A organização do movimento de doulas em João Pessoa foi fortemente influenciada pelo movimento de combate à Violência Obstétrica, que culminou com a discussão do Projeto de Lei (PL) nº 907/2015, construído junto com o movimento de mulheres, e que viria a ser aprovada e sancionada no futuro. A Lei Municipal nº 13.080/2015 garante que a doula, se assim desejar a pessoa gestante, pode acompanhá-la em todo o ciclo gravídico-puerperal, nas maternidades públicas ou privadas. O processo de aprovação da lei acirrou os conflitos presentes no cotidiano dos serviços por meio do embate entre os diferentes modelos de assistência, uma vez que a política pública vigente se baseava nos preceitos da humanização. Esse processo fortaleceu e legitimou a atuação das doulas ao possibilitar uma maior visibilidade à atividade, até então desconhecida pelo público em geral, proporcionando reconhecimento acerca da importância de seu trabalho no cuidado das mulheres. Concomitantemente, surgia a necessidade de organização enquanto coletivo, visto que já havia várias doulas formadas no estado, mas principalmente na capital devido ao Programa Doulas Comunitárias Voluntárias da Prefeitura Municipal de João Pessoa que propunha a formação destas de forma gratuita.

A criação da ADPB possibilitou uma participação mais organizada e institucionalizada das doulas nas diversas instâncias públicas, atuando como representante da sociedade civil organizada.

A atuação deu-se em diversos espaços e âmbitos da atividade social que descreveremos brevemente.

1. Na participação nas políticas públicas, em especial na formação de doulas e na atuação voluntária nos serviços públicos de saúde (atenção básica, centro de práticas integrativas, Instituto Cândida Vargas) e na participação enquanto controle social (Comitê Municipal de Prevenção da Morte Materna e Infantil de João Pessoa, Fórum Interinstitucional Permanente de Prevenção e Combate à Violência Obstétrica, conferências municipal e estadual de saúde).

2. No diálogo permanente com o poder legislativo e judiciário buscando promover ações, propostas e projetos que versem sobre os direitos das mulheres ou consubstanciar atividades em prol dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres (audiências públicas, construção de cartilhas e materiais de comunicação geral); incluindo o ajuizamento de ações civis públicas cobrando o cumprimento da Lei das Doulas e Lei do Acompanhante por parte das maternidades públicas e privadas.

3. Na construção de redes entre coletivo de mulheres e movimentos sociais, e ainda na ampliação do movimento para o interior do estado, contribuindo para a representação jurídica e identitária, construindo ações em conjunto reuniões, e atos políticos (ato público pela abertura da casa de parto em Campina Grande, reuniões com as doulas do sertão), bem como ampliar, no âmbito nacional, o movimento junto com a Federação Nacional de Doulas do Brasil (construímos o Congresso Nacional de Doulas, participamos da diretoria da Federação, de audiência pública em Brasília, debate sobre o Projeto de Lei da profissionalização da doula, realização da pesquisa Mapeamento Nacional de Doulas coordenada pela Fiocruz/RJ).

Durante a pandemia da Covid-19, a partir do projeto “Educa! Doula”, a ADPB desenvolveu ações de educação perinatal



SUMÁRIO

popular de base comunitária e doulagens coletivas a distância, fundamentadas nas dimensões da educação popular freireana, utilizando os diversos instrumentos de educação a distância e mídias sociais para potencializar o alcance social das ações.

Pela sua importância histórica, destacamos a participação da ADPB nos últimos cursos de formação de Doulas da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), considerando esta como a principal forma das mulheres acessarem a formação por ser pública, gratuita e também por garantir a qualidade da formação e a qualificação em serviço (voluntariado), que, embora com desafios permanentes, formou 180 doulas para atuarem no município. Ressaltamos ainda as ações de *advocacy* no diálogo permanente com o poder legislativo e judiciário. Atualmente, a Associação de Doulas da Paraíba tem 86 doulas associadas, sendo a terceira maior associação de doulas do Brasil.

Ana Lúcia Sousa Pinto

Amanara Bandeira de Araújo

Bruna Grasielle da Silva Nascimento

Marita de Almeida Assis Brilhante

INDICAÇÃO DE LEITURA:

SAMPAIO, Juliana; BRILHANTE, Marita de Almeida Assis; HERCULANO, Thuany Bento. Doulas: movimento social e luta por políticas públicas sobre direitos sexuais e reprodutivos. **Revista Gênero**, Niterói, v. 18, n. 2, p. 103-122, 2018.

SILVA, Fernanda Loureiro. **Sobre “a porta que se abre por dentro”**: análise cultural do processo de formação de doulas para assistência ao parto no Brasil. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social, 2017.

A ASSOCIAÇÃO PARAHYBANA PELO PROGRESSO FEMININO (APPF)

SUMÁRIO

No Brasil, há registros de grupos de mulheres que reivindicavam a cidadania já no início do século XIX, através de cartas ou de publicações de circulação restrita. É o caso de um grupo de cem mulheres paraibanas, da Vila de Brejo de Areia, que, em 1823, assinou um manifesto externando o desejo de participar da vida política brasileira. O manifesto foi enviado ao jornalista e líder liberal Cipriano Barata (1762-1838), que o publicou no jornal *Sentinela da Liberdade*. Esse manifesto é uma das primeiras expressões coletivas do desejo de participação política feminina na Paraíba.

Cem anos depois do manifesto das mulheres de Brejo de Areia, em 1933, surgiu na capital, João Pessoa, a Associação Parahybana pelo Progresso Feminino (APPF) filiada à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), criada em 1922. A Paraíba era o único estado do Nordeste onde ainda não havia organização de mulheres filiada à FBPF, que pretendia, com as filiais, garantir a efetivação da conquista do direito ao voto, alistando o maior número de eleitoras possível e ampliando a luta pelos direitos femininos.



SUMÁRIO

Boa parte da diretoria da APPF era formada por professoras da escola normal e mulheres influentes na sociedade paraibana por causa dessa atuação na educação. A primeira diretoria foi composta por Lylia Guedes, presidente; Olivina Carneiro da Cunha, vice-presidente; Alice de Oliveira Monteiro, Albertina Correa Lima, Francisca de A. da Cunha e Analice Caldas.

Com o direito ao voto já conquistado em 1932, a APPF traçou novas propostas: 1) Promover a educação da mulher e elevar o nível de instrução feminina; 2) Proteger as mães e a infância; 3) Obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino; 4) Auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-la na escolha de uma profissão; 5) Estimular o espírito de sociabilidade, de cooperação entre as mulheres, interessá-las pelas questões sociais e de alcance público (Jornal A União, 07 de fevereiro de 1933, p. 08).

Com intensa vida política e cultural, a Associação Parahybana Pelo Progresso Feminino (APPF) conquistou um grande espaço na imprensa local. Sua “Página Feminina”, no jornal A União, divulgava as ideias do movimento publicando poesias, contos, artigos, notícias de eventos, campanhas e cursos promovidos pela instituição. A APPF fez campanhas na imprensa pela instalação de uma biblioteca na escola normal da cidade.

No âmbito educacional a APPF oferecia às suas associadas cursos de línguas, literatura, economia doméstica, pintura, música e educação política. A entidade também desenvolveu trabalhos assistenciais aos mais necessitados. Composta essencialmente por mulheres da elite pessoense, muitas delas com ensino superior, a Associação contava com certo apoio do governo e da imprensa oficial, no jornal A União, onde mantiveram uma coluna por algum tempo. Apesar disso, a APPF tinha a oposição de setores mais resistentes da sociedade e da Igreja Católica, que acusava a associação de “propagar ideias contrárias ao catolicismo e de ser comunista”. Além disso, a filiação da



SUMÁRIO

APPF à FBPF resultou em suspeitas que a Associação se tornasse “divorcista” e “emancipadora” e levou parte da imprensa, da sociedade e da Igreja Católica a se oporem ao desenvolvimento da APPF.

Desta forma, a APPF precisou afirmar publicamente que o feminismo paraibano era “bem-comportado” e se diferenciava dos modelos europeus e norte-americano: “[...] o nosso Feminismo, entretanto, está longe do rígido e por vezes ridículo feminismo inglês e mais distante ainda do estouvado feminismo da América do Norte. O nosso é brasileiro ou melhor, paraibano, pois afinal de contas temos idéias próprios que se coadunam com os problemas sociais da região e não precisamos copiar de ninguém” (MEIRE, 1934. p. 3). A Associação se posicionou contra o ingresso da mulher no serviço militar e tinha núcleos destinados à arte culinária, trabalhos manuais e outras atividades domésticas. O feminismo paraibano do começo do século XX ainda estava longe de questionar os tradicionais papéis destinados à mulher.

Apesar da oposição, a APPF conquistou significativo número de filiadas e de participantes em suas atividades educativas, razão pela qual lhes foi permitido usar o prédio da escola normal para o funcionamento da Associação.

A APPF, que atuou durante a década de 1930, nos anos 1940, talvez por causa das dificuldades impostas pelo golpe de 1937, quando a polícia política de Getúlio Vargas passou a perseguir qualquer associação política, foi perdendo sua força, e até mesmo a “Página Feminina”, que publicava no jornal A União, foi substituída pela coluna ‘Do Lar e da Mulher’, com interesses mais amenos, o que é sintomático do momento de repressão vivido no País. A partir de 1945, não se tem mais registro da APPF na imprensa.

Glória Rabay

Lucimeiry Batista da Silva

INDICAÇÃO DE LEITURA:

CARVALHO, Paula Frassinetti Chaves de. **Vozes femininas na década de 1930:** as contribuições educativas da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva. O feminismo paraibano: Associação Paraibana pelo Progresso Feminino (APPF) – 1930. *In:* MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva. (Orgs.). **Gênero e Sexualidade:** perspectivas em debate. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

RABAY, Glória. **Mulheres na Política e Autonomia.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

BAMIDELÊ

Organização de Mulheres Negras na Paraíba

A organização Bamidelê foi primeira a se institucionalizar, entre os grupos de mulheres negras que se formaram na Paraíba. Este verbete tem como principal referência a obra *Ayeye Ijá – celebrando a luta: Bamidelê Organização de Mulheres Negras na Paraíba – 20 anos de atuação política, organizada por duas de suas integrantes* – Ivonildes Fonseca e Terlúcia Silva. Antes da formação jurídica da Bamidelê, em 1997, existia um grupo de mulheres negras na Paraíba



SUMÁRIO

ligadas à universidade e aos Agentes de Pastoral Negros (APNs), que eram grupos de conscientização, organização e valorização da cultura de mulheres e homens negros; esses grupos foram impulsionados pelas lutas de libertação desenvolvidas nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e nos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980. No caso do grupo que precedeu a Bamidelê, era formado por pessoas de diferentes crenças, que estavam empenhadas no desenvolvimento de ações para a promoção e a valorização da população negra. Encontravam-se uma vez por semana em uma sala do Mosteiro de São Bento, no centro histórico de João Pessoa (FONSECA; SILVA, 2021). O registro do ano de 1997 polemiza com outras fontes, como Carvalho (2013), que situa a formação oficial da organização em 1998. Optamos, no entanto, pelo ano de 1997, seguindo as informações das pesquisadoras Ivonildes Fonseca e Terlúcia Silva (2021).

Ao mesmo tempo em que existia esse fortalecimento das mulheres negras na capital paraibana, Euphrasia Joseph (Efu) Nyaki e Maria José dos Santos (Mazé) realizavam reuniões em Alagoa Grande, na comunidade quilombola Caiana dos Crioulos. Nesses encontros havia a afirmação da identidade negra, as trocas de experiências de vida e de saberes ancestrais e conversas sobre a necessidade da organização político-social das mulheres negras. Em 2001, três mulheres que participavam dessas reuniões viram a necessidade de desenvolver um trabalho específico para as mulheres negras, construindo uma voz coletiva e também respondendo à necessidade de existência jurídica do grupo, pois isso proporcionaria a formação de um sujeito político, com corpo e imagem públicos, e pavimentaria o caminho para posicionamentos políticos sem vinculação a partidos, mas como representação de uma organização atuante no campo dos movimentos sociais. No dia 3 de março daquele ano, em uma assembleia geral, Solange Pereira da Rocha, Euphrasia Joseph Nyaki, Tânia Maria Correia, Maria José Rodrigues, Maria José dos Santos e Elza Ursulino do Nascimento Silva assinaram a ata de fundação do grupo, afirmando a Bamidelê como “uma

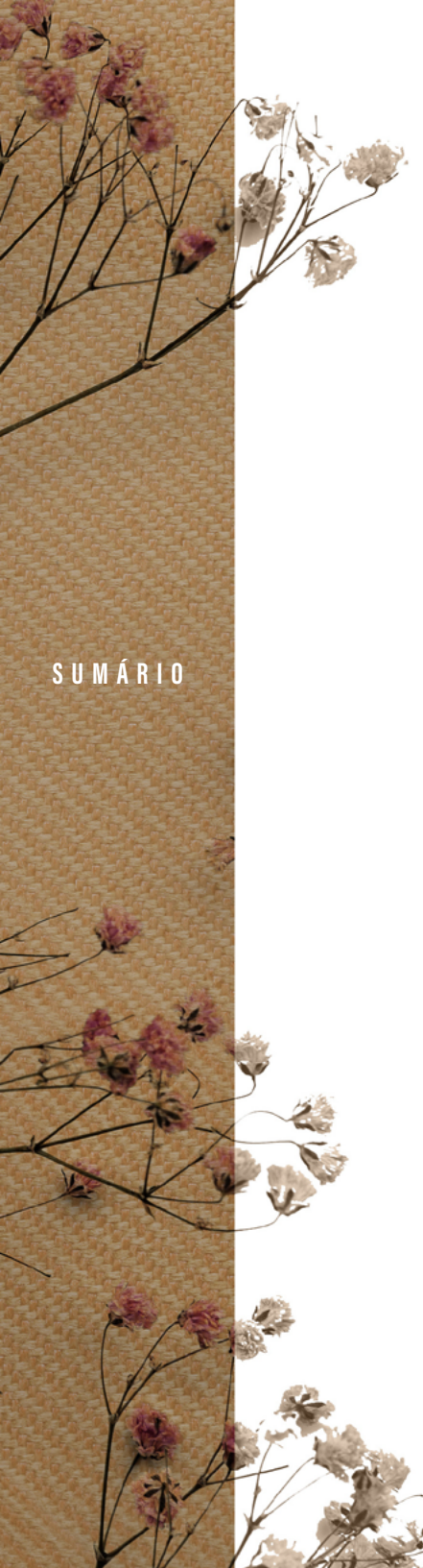


SUMÁRIO

organização não governamental, sem fins lucrativos, que tem como objetivo empreender ações e debates que fortaleçam a identidade e auto-estima de mulheres afro-brasileiras, em especial das paraibanas, visando contribuir para a eliminação do racismo, do sexismo e a superação das desigualdades raciais” (Ata de fundação, 2001).

A Bamidelê não ficou limitada a João Pessoa e Alagoa Grande – Quilombo de Caiana dos Crioulos –, mas se articulou também na cidade de Santa Rita, nas comunidades do Marcos Moura e Tibiri II, sempre atuando de forma coletiva com o Movimento Negro e o Movimento Feminista na Paraíba. Segundo Carvalho (2013), a chegada dos recursos do Projeto “Redes de Solidariedade: saúde reprodutiva, gênero, etnia e cidadania na Paraíba”, apoiado pela Fundação Ford, foi de extrema importância para a Bamidelê, pois proporcionou a instalação de uma sede no centro de João Pessoa e a aquisição de equipamentos e materiais importantes para o desenvolvimento do trabalho. Dentro de suas inúmeras ações, podemos destacar a Campanha de Afirmação da Identidade Negra na Paraíba, cujo lema era “Moren@, não. Eu sou Negr@!”, visando às respostas do Censo de 2010, pedindo a afirmação da negritude e trazendo à discussão o empoderamento de mulheres e jovens negras paraibanas, para que estas atuassem de forma autônoma na efetivação de seus direitos, como também para contribuir com a valorização da raça negra na Paraíba. Essa campanha levou a Bamidelê a alcançar visibilidade nacional, sendo repetida nos outros anos.

Ao longo de 20 anos de resistência, a Bamidelê conseguiu abalar as estruturas do racismo e do sexismo em solo paraibano, bem como promoveu debates e ações que fortaleceram a identidade e a autoestima de mulheres negras, culminando na luta pela defesa e efetiva implantação dos Direitos Humanos no estado da Paraíba. Por se tratar de um movimento de mulheres negras, a organização Bamidelê teve em sua atuação um caráter interseccional, ao promover debates envolvendo raça, gênero, classe e localização, pensando



SUMÁRIO

no sujeito político mulheres negras paraibanas. Os esforços de formação e a defesa de direitos para as mulheres e para a população negra paraibana estão entre os seus maiores méritos, marcando definitivamente essa história.

Kamylla Rayanne Gouveia Simões

INDICAÇÃO DE LEITURA:

CARVALHO, Rayssa Andrade. **O Movimento de Mulheres Negras na Paraíba:** Um olhar sobre a Bamidelê – Organização de Mulheres Negras na Paraíba (2001-2012). Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

FONSECA, Ivonildes da Silva; SILVA, Terlúcia Maria da (Orgs.). **Ayeye Ijá:** celebrando luta – Bamidelê: Organização de Mulheres Negras da Paraíba, 20 anos de atuação política. João Pessoa: Livreditora, 2021.

MARCELINO, Jucicleide da Silva. **A Bamidelê** - organização de mulheres negras na Paraíba em um contexto de transformação nas políticas públicas (2010 a 2016). Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2018.

BARBÁRIE DE QUEIMADAS

O conceito de barbárie é a condição daquilo que é selvagem, cruel, desumano e grosseiro. Foi assim que ficou conhecido



SUMÁRIO

o caso de estupro coletivo de cinco mulheres, que terminou no duplo feminicídio da professora de química Izabella Pajuçara, de 27 anos, e da recepcionista Michelle Domingos, de 29 anos, na cidade de Queimadas, localizada no agreste da Paraíba e a 133 quilômetros de João Pessoa, capital do estado. Em 2012, três adolescentes e sete adultos planejaram um estupro coletivo contra mulheres que estariam presentes em uma festa. O estupro seria o presente de aniversário de Luciano dos Santos Pereira, irmão do mentor do crime, Eduardo dos Santos Pereira. O alvo principal da violência era Izabella Pajuçara, amiga dos donos da casa e professora de alguns dos adolescentes envolvidos. Na madrugada do dia 12 de fevereiro, as luzes da casa se apagaram e seis homens armados invadiram a festa pela porta da frente. Eles usavam máscaras de carnaval e anunciaram um assalto, a princípio era o que se imaginava. Mulheres e homens foram feitos reféns e trancados em quartos diferentes. As convidadas foram estupradas, e apenas a esposa e a namorada dos irmãos Santos Pereira, Lilian e Sheila, foram poupadas. No dia seguinte, os veículos jornalísticos publicaram as primeiras informações repassadas pela Polícia Militar: grupo invade casa, faz reféns, rouba dinheiro e mata duas pessoas na fuga. O abuso sexual das mulheres ficou em segundo plano e o foco se tornou o carro e o dinheiro em espécie levados pelos criminosos. Apenas dias depois, com o andamento das investigações, se chegou à conclusão de que o estupro coletivo teria sido premeditado.

Em um momento da madrugada do dia 12 de fevereiro, Izabella reconhece Eduardo como um dos estupradores. A recepcionista, Michelle Domingos, melhor amiga de Izabella que também estava no cômodo no momento, foi retirada da festa junto com ela e ambas foram brutalmente assassinadas. As vítimas apresentavam sinais de tiro por arma de fogo e hematomas pelo corpo. “Uma violência gratuita”, declarou a delegada Cassandra Duarte na primeira coletiva após a prisão dos irmãos Santos Pereira. Não tinha dívida, vingança, drogas, roubos, apenas a vontade de exercer o controle e tomar



SUMÁRIO

os corpos daquelas mulheres. Os corpos das mulheres foram objetificados, a ponto de serem considerados um “presente” dividido com outras pessoas. Conforme Bernardino (2017), restringir a liberdade da mulher pelo medo de ser estuprada, violentada, ou até mesmo morta pelo simples fato de sua condição feminina, é a exata definição prática de cultura do estupro. Seguindo esse argumento, a Barbárie de Queimadas é a definição de cultura do estupro na prática, tão enraizada na sociedade brasileira, a ponto de familiares dos suspeitos não sentirem vergonha em pedir a Isânia Monteiro, irmã de Izabella, que não mencionasse que um familiar estava envolvido no crime para não manchar a reputação daqueles homens ou da família deles.

Para Machado (2010), o estupro é definido, pelo senso comum, como um ato desumano, inumano, inconcebível e indizível. Imprime a marca da vergonha e da impureza na mulher vítima, mas isso não se aplica aos sujeitos do ato, a não ser que eles venham a ser denunciados, julgados e presos.

Foi usando do senso comum, criado pela cultura do estupro e do machismo institucionalizado, em uma cidade católica e conservadora do interior do Nordeste, que Eduardo dos Santos, além de planejar um estupro coletivo e matar duas mulheres, tentou convencer as vítimas sobreviventes de não relatarem o crime à polícia para não “manchar” a reputação daquelas mulheres na cidade. A repórter Camila Appel, que teve acesso aos autos do processo e conversou com as vítimas, destacou um desses relatos: “não vá na polícia, não dê queixa e não faça exame ginecológico porque você vai ficar mal falada. Você sabe como é Queimadas” (LINHA DIRETA, 2023). Eduardo e Luciano dos Santos foram presos enquanto acompanhavam o cortejo dos caixões das vítimas para o cemitério como se nada tivesse acontecido, como se eles não fossem os responsáveis pelos dois feminicídios.

Apesar do espaço de tempo entre o crime e o julgamento, que só aconteceu dois anos depois, a luta por justiça por

Michelle e Izabella não perdeu a força, e a união das mulheres se estendeu a todos os casos de feminicídios na Paraíba na época. Todas se tornaram mulheres de Queimadas, como diziam os cartazes expostos no Fórum Criminal de João Pessoa: “Somos todas mulheres de Queimadas”. Ana Laura, representante da Marcha Mundial das Mulheres, afirmou no dia do júri que “reivindicar por justiça em Queimadas é reivindicar por justiça nos casos de Aryane Thais, que ainda aguarda julgamento de recurso; Rebeca Cristina, que permanece sem culpados; e da professora Brígida, cujo assassino se encontra foragido”. Os homens culpados por cada um dos feminicídios citados (namorado, ex-padrasto e marido) foram condenados entre 2015 e 2016.

Foi engajada na luta por justiça pela irmã que Isânia Monteiro usou toda a experiência para ajudar a evitar que outras mulheres sofressem violência e auxiliar aquelas que já foram agredidas de alguma forma. Isânia passou a trabalhar no Centro de Referência da Mulher, em Campina Grande, e colocou em prática políticas públicas específicas para o atendimento de mulheres em situação de violência doméstica e sexual.

Queimadas, depois da barbárie, mesmo com a cultura do estupro e o machismo estrutural, procura manter o tema “violência contra mulher” vivo para conscientizar as pessoas. Todos os anos, no aniversário do crime, 12 de fevereiro, familiares das vítimas e outros moradores realizam manifestações de combate aos crimes de estupro e buscam homenagear as vítimas que perderam a vida em 2012. De todos os envolvidos no caso de Queimadas, apenas Luciano seguiu preso em regime fechado. Um foi morto, um está cumprindo a pena em regime semiaberto, de três não se tem informações, e os adolescentes foram liberados após cumprir medida socioeducativa. Eduardo, principal mentor do crime, fugiu da Penitenciária de Segurança Máxima Doutor Romeu Gonçalves de Abrantes, de João Pessoa, mais conhecida como PB1, em novembro de 2020. Um dos



SUMÁRIO

quatro policiais que faziam a segurança foi autuado por facilitação culposa, e depois liberado. O acusado seguiu foragido por três anos, mas não integrou a lista de criminosos da Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol), apesar de inúmeras solicitações feitas pelas famílias e cobranças da mídia.

Em março de 2024, um ano após o programa Linha Direta ir ao ar e 12 anos após o crime, Eduardo dos Santos, mentor da Barbárie de Queimadas, foi preso no Rio de Janeiro. Atualmente, ele segue detido no Presídio José Frederico Marques, mais conhecido como Presídio de Benfica, também no Rio de Janeiro. Apesar da prisão do foragido ter sido aguardada, as famílias das vítimas ainda sentem insegurança e angústia com a possibilidade de uma nova fuga de Eduardo. Ao mesmo tempo, a prisão dele traz alívio para as famílias, pois a liberdade do mentor do crime era uma ameaça para todas as mulheres, tanto da Paraíba quanto do Brasil.

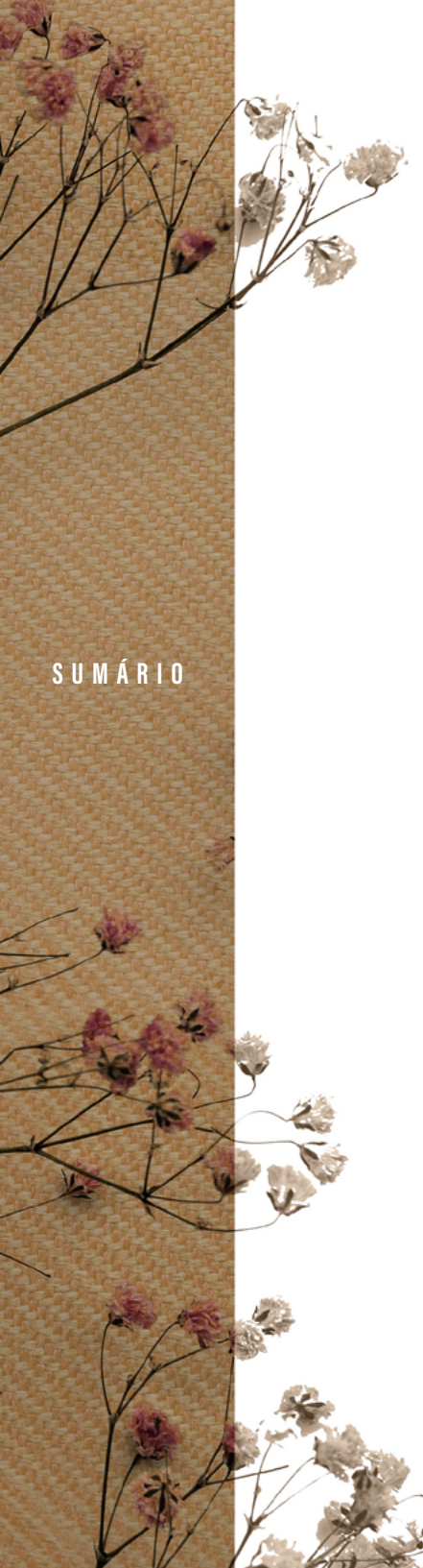
Dor e saudade permanecem. A ferida aberta pela Barbárie de Queimadas acompanha não só os queimadenses, mas todas nós, que inseridas no cenário de violência no Brasil, onde 8 a cada 10 estupros são perpetrados por conhecidos; somos todas mulheres de Queimadas.

Maria Gabriella Alves Loiola

INDICAÇÃO DE LEITURA:

GOMES, Izabel Solyszko. Feminicídios: um longo debate. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 26. n. 2. p. 1-16, 2018.

MACHADO, Lia Zanotta. **Feminismo em movimento**. 2. ed. São Paulo: Francis, 2010.



LOIOLA, Maria Gabriella Alves. **Sob o olhar delas:**
uma análise da cobertura do G1 PB sobre a Barbárie de
Queimadas pela perspectiva das repórteres mulheres.
Monografia (Graduação em Jornalismo) - Universidade
Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023.

B

ERNARDINA MARIA JUVENAL FREIRE DE OLIVEIRA

SUMÁRIO

Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira, professora docente do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, conhecida carinhosamente como Professora Bernardina, docente que faz a diferença em seu modo de ensinar, que busca na educação o caminho para um mundo melhor, além de preparar profissionais capazes de fazer a diferença. Contribui para a cidade de João Pessoa através de seu olhar mais atento à preservação da cultura material e imaterial, no ressignificar das memórias, dando voz a quem está no silenciamento do tempo, mantendo viva a importância dos registros, dos lugares, dos centros de informações, das tradições e da cultura paraibana.

Nascida no semiárido paraibano, em 07 de novembro de 1965 na cidade de Aroeiras – PB, filha de Maria Auta Juvenal Freire e Sebastião Bastos Freire, irmã de Eva Lúcia Freire Valeriano e de Sebastião Bastos Freire Filho. Ainda quando criança vai para



SUMÁRIO

Itatuba e após o falecimento de seu pai, muda-se para Santa Rita – PB, residindo no Alto das Populares, onde cursou os primeiros anos do ensino fundamental. Em 1996, casou-se com o sr. João Francisco de Oliveira, e fez seleção para o mestrado ingressando na primeira turma. Em 1997, iniciou sua carreira como docente na universidade e já criou um projeto de extensão, a *Biblioterapia na terceira idade*, executado no abrigo para idosos localizado na Mata do Amém, uma reserva da Mata Atlântica, em Cabedelo, cidade vizinha conurbada com João Pessoa. Em razão de um problema de saúde, precisou se afastar do projeto, pois mesmo adoecida precisava concluir o mestrado. A sua dissertação, intitulada “Paixão de (In)Formar: Práticas Alfabetizadoras no Programa Tijolo Sobre Tijolo - Projeto Escola Zé Peão em Canteiros de Obras”, de 1999, resultou de uma pesquisa de campo com operários da construção civil.

A docente aplica o método freiriano, acredita no esperar, acreditando no aluno, tratando todos por igual. Hoje, é professora Doutora em Letras pela Universidade Federal da Paraíba, Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (1999), especialista em Organização de Arquivos, especialista em Administração da Educação a Distância, com graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal da Paraíba (1988). Professora associada da Universidade Federal da Paraíba, é ex-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da instituição. Na pós-graduação em Ciência da Informação leciona as disciplinas: Informação, Memória e Sociedade, e Informação, Memória e Identidade, além de orientar trabalhos de mestrado e doutorado. Atuou junto ao Programa de Pós-Graduação em Organizações Aprendentes (MPGOA), tendo ministrado a disciplina Pesquisa Qualitativa. Na graduação, atua como professora dos cursos de graduação em Arquivologia e Biblioteconomia, especificamente nas disciplinas de: História da Leitura e dos Registros do Conhecimento e Arquivos Permanentes.

Tem experiência na área de história cultural e memória, com ênfase na produção e circulação de suportes de leitura. Na pós-graduação atua nas seguintes temáticas: Informação, memória e patrimônio cultural; Arquivo, memória e identidade; Cultura material e memória; Escrita de si e Memória literária. É ex-coordenadora Nacional do Grupo de Trabalho Informação e Memória da Associação Nacional de Pesquisadores em Ciência da Informação (ANCIB); Presidente da Academia Feminina de Letras e Artes da Paraíba; membro do Instituto Histórico e Geográfico de Areia e ex-vice-reitora da Universidade Federal da Paraíba.

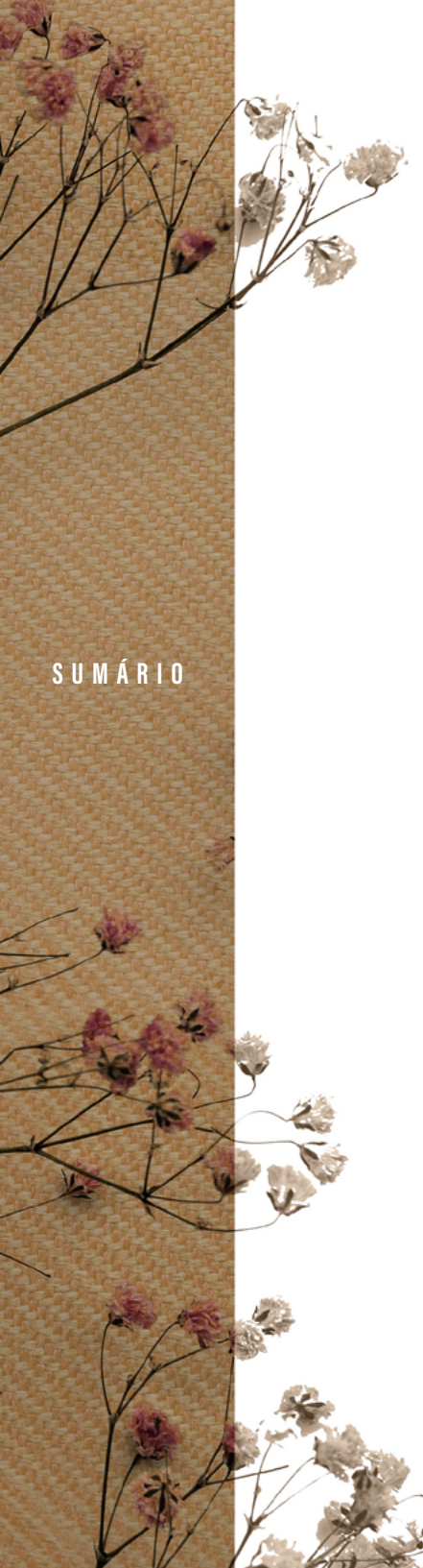
Atual vice-coordenadora do Núcleo de Cultura Popular da UFPB (NUPPO), é líder do Grupo de Pesquisa sobre Cultura, Informação, Memória e Patrimônio (GECIMP), cadastrado na plataforma do CNPq, o coordenando há aproximadamente 15 anos. Curadora do acervo e autora do livro “José Simeão Leal: escritos de uma trajetória”; desempenha projetos na área de preservação de acervos de valor imprescindível para o estado da Paraíba e do Brasil.

Karina Ceci de Sousa Holmes

INDICAÇÃO DE LEITURA:

OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. **José Simeão Leal: escritos de uma trajetória**. 2009. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de; ROSA, Maria Nilza Barbosa; CÓRDULA, Ana Cláudia Cruz (org.). **Vidas desarquivadas: memórias que narram os arquivos privados pessoais**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2019.



OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. **Paixão de (In)Formar**: Práticas Alfabetizadoras no Programa Tijolo Sobre Tijolo - Projeto Escola Zé Peão em Canteiros de Obras. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1999.

B

IANCA QUILOMBOLA

(Bianca Cristina Da Silva Gregório)

SUMÁRIO

Nasceu em uma quarta-feira, dia 27 de outubro de 1982, no município de Bananeiras (PB). Conhecida atualmente como Bianca Quilombola, Bianca Cristina da Silva Gregório é graduada em Letras pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), também é professora, agricultora, artesã, mãe, figura pública e participa da política partidária.

Aos 17 anos de idade, tornou-se uma jovem professora do projeto Alfabetização Solidária, a partir do qual realizou uma capacitação na PUC-Minas em Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais. Através da educação ocupou e trilhou diversos caminhos, foi professora de educação popular, Alfabetização Solidária e EJA, gestora escolar, coordenadora pedagógica, assessora da secretaria de educação e bibliotecária. Desde os 12 anos, começou a pensar nas questões sociais que atingiam a sua comunidade rural.

No entanto, a construção da sua identidade enquanto liderança comunitária iniciou em 2005, quando foi criado, no dia 12 de março, o grupo de dança afro Oxumaré. O grupo de dança foi uma iniciativa da primeira-dama do município de Dona Inês - PB,



SUMÁRIO

a senhora Vilma Almeida da Silva, e tinha por objetivo o “resgate” da cultura afro-brasileira no município. Foi neste momento que foi pensada de forma inicial a construção da identidade quilombola da comunidade rural Cruz da Menina, que fica localizada a cerca de dois quilômetros da sede do município de Dona Inês, região do Brejo Paraibano. A comunidade foi povoada desde o século XVIII e possuía inicialmente o nome de *Tapuio* e posteriormente passou a ser chamada de Cruz da Menina, no ano de 1956, após a trágica morte de uma garotinha chamada Dulce, que vinha em peregrinação durante a grande seca e morreu de fome e sede após um fazendeiro da região negar-lhe água e comida. Onde essa garotinha morreu havia um olho d’água (uma pequena nascente d’água) e alguns anos depois foi construída uma capela no local onde a menina é vista como uma santa milagrosa. Atualmente, mais de cem famílias residem na comunidade de Cruz da Menina.

Após a criação do grupo de dança afro, deu-se início ao processo de construção de Bianca Cristina como uma das principais lideranças quilombolas da Paraíba. Juntamente com a sua mãe, tias e irmãs, em um processo de mobilização feminina, desenvolveram ações de formação e trabalhos para a construção da identidade quilombola, quando foi preciso construir uma identidade de ser quilombola como algo positivo, mas os quilombolas, por mais que tivessem a pele retinta, não se viam como negros. Pois, historicamente foi construída uma identidade de ser negro destinada à marginalização, envolvendo diretamente eventos dolorosos para a população negra, como a escravização, o embranquecimento legitimado pelo próprio Estado brasileiro, até o racismo estrutural.

Para a estruturação da identidade quilombola, Bianca Cristina desenvolveu com as suas companheiras de luta, ações e trabalhos, articulando debates com as mulheres e com os adolescentes sobre o que era ser quilombola. Posteriormente, a identidade foi afirmada por todos do território, hoje dizem com muito orgulho que



SUMÁRIO

são quilombolas. Com a constituição dessa identidade, foi erguida provisoriamente (e funciona até os dias atuais) uma pequena Associação da Comunidade Quilombola Cruz da Menina, da qual Bianca Cristina é presidenta há mais de 10 anos.

Em 2008, no dia 26 de março, a comunidade rural recebeu a certificação de autodefinição pela Fundação Cultural Palmares como Comunidade Remanescente Quilombola. Após a certificação de autodeclaração, a associação, tendo Bianca Cristina como presidenta, conseguiu com apoio do poder público a construção de casas de alvenaria para as famílias que ainda viviam em casas de taipas, além de cisternas de água, energia elétrica e poços artesianos.

No período da pandemia, as ações desenvolvidas por Bianca Quilombola envolveram principalmente o combate à fome. Com o apoio da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais (CONAQ), em parceria com a Colisão Negra e com a Legião da Boa Vontade, conseguiu cestas básicas para as famílias da sua comunidade quilombola, famílias periféricas do município de Dona Inês e para oito comunidades quilombolas do Agreste, Brejo e Curimataú. Além de desenvolver ações voltadas para a cultura, para o artesanato e promover sopões na comunidade Cruz da Menina. Outra ação realizada durante a pandemia foi a luta e mobilização das comunidades quilombolas, em âmbito nacional, para conseguir o direito à prioridade vacinal contra a Covid-19, conquista que garantiu a prioridade para esses territórios. A mais recente ação conquistada em prol do território Cruz da Menina foi a distribuição de absorventes para as mulheres em situação de pobreza menstrual.

Porém, a luta que mais se prolonga em virtude da morosidade do Estado é a luta pelo direito à terra, desde 2008, após a certificação de autodeclaração como Comunidade Remanescente Quilombola, deu-se entrada a um processo em busca da titulação de



SUMÁRIO

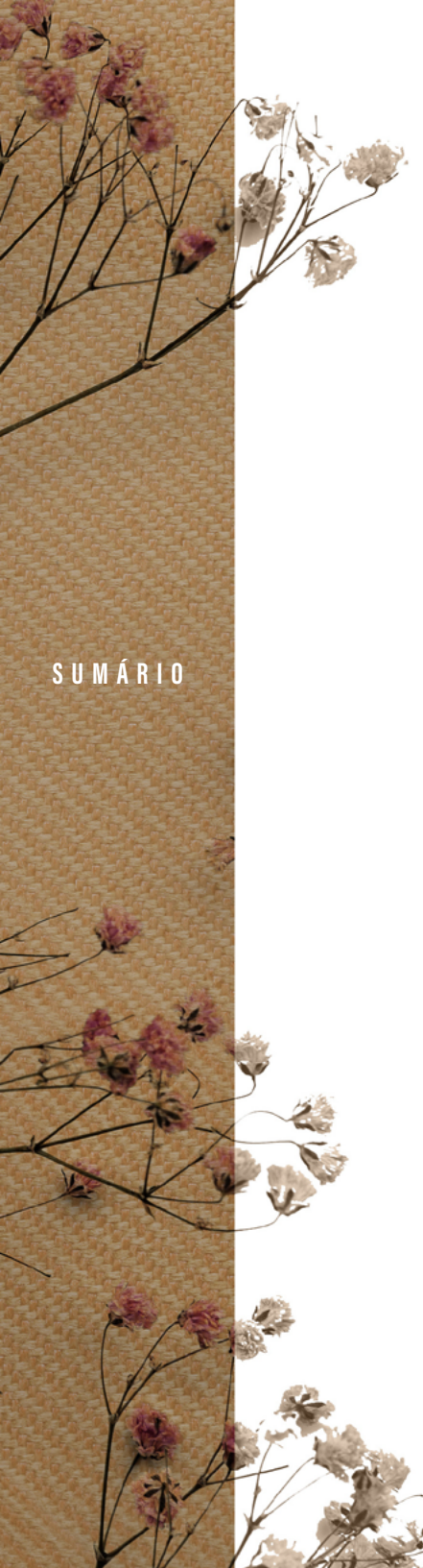
seu território no Instituto de Reforma Agrária (INCRA) e que até hoje não foi concluído. A terra que não é só um pedaço de chão, mas é a história, a cultura, a subsistência, a tradição de diversas gerações. A terra ganha um sentido de afeto, pois compõe as diversas trajetórias dos quilombolas de Cruz da Menina.

No presente, Bianca Cristina é a diretora cultural da Associação da Comunidade dos Remanescentes de Quilombo Cruz da Menina (ACRQCM), também é presidenta, já em seu segundo mandato, da Coordenação Estadual das Comunidades Negras e Quilombolas da Paraíba (CECNEQ), além de compor a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e o Coletivo Nacional de Mulheres Negras da CONAQ. Espaços de disputas de poderes, posicionados em um embate direto com uma sociedade racista. Bianca Cristina também foi para a política partidária, tendo sido candidata a vereadora em dois pleitos, em 2016 e 2020; embora não tenha conquistado os votos para eleger-se, ficou como suplente. Suas candidaturas tiveram como pautas principais os direitos dos territórios quilombolas da Paraíba, especialmente o direito à terra, educação de qualidade, especialmente para as comunidades remanescentes quilombolas com a aplicação da Lei 10.639/2003, que regulariza e torna obrigatório o ensino da história africana e afro-brasileira nas escolas.

Fernanda de Araújo Oliveira

INDICAÇÃO DE LEITURA:

ALMEIDA, Mariléa de. **Territórios de Afetos:** práticas femininas antirracistas nos quilombos contemporâneos do Rio de Janeiro. 2018. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas.



SUMÁRIO

DEALDINA, Selma dos Santos (Org.). **Mulheres quilombolas**: territórios de existências negras femininas. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020.

SOARES, Maria Raimunda Penha. Territórios insurgentes: a tecitura das lutas e das resistências de mulheres quilombolas. *Katálisis*, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 522-531, 2021.

BIXARTE

(Bianca Manicongo)

Atriz, cantora, escritora e poeta, Bixarte surge em meio às batalhas de rappers, denunciando o racismo, combatendo as violências do patriarcado e convocando as travestis para comandar uma revolução em favor da nação – o Traviarcado: “O macho que batia na esposa irá queimar na minha fogueira da santa inquisição; O macho que tinha vergonha da trava terá seus pecados passados no nosso telão; O macho que a partir de agora vai me servir e você vai me chamar de senhora; Senhora travesti”.

A artista é uma voz necessária nos enfrentamentos sociais e políticos da contemporaneidade. Ela mesma conta que seu nome é uma junção de duas palavras, “bicha” e “arte”. A primeira palavra diz respeito aos xingamentos homofóbicos que ela começou a ouvir ainda na infância, e desde aquele período já havia uma identificação profunda com a arte, que se tornou o seu lugar de renascimento.

Bianca fez desse lugar seu próprio espaço de existência e de criação. Foi no universo artístico que ela se reconheceu como



SUMÁRIO

travesti e pessoa trans. Também foi nesse encontro, entre todas as violências cotidianas produzidas pelo preconceito e sua própria vontade de viver que a fez seguir na contramão do mundo que nasceu Bixarte, a multiartista: poetisa, escritora, atriz, rapper, cantora e travesti viva. Diante da dura realidade que fez do Brasil, pelo 14º ano consecutivo, o país que mais matou travestis e pessoas trans no mundo, segundo dados da ANTRA, Bixarte renascia com uma decisão, a de que não queria morrer sem um abraço de sua mãe: “que a gente possa viver e não pare em um caixão”.

Falar sobre esta mulher é reconhecer que o território brasileiro não é o mais seguro para uma mulher viver, menos seguro ainda quando falamos de uma travesti, preta e nordestina. Em entrevista, afirmou que a morte por violência é uma dura realidade para as mulheres brasileiras, e que essa violência não as respeita nem mesmo quando elas estão em trabalho de parto.

Santa Rita é a terra natal dessa mulher, que tem a própria voz como maior instrumento da sua arte-denúncia. Nascida na região metropolitana de João Pessoa, Bixarte traz em sua própria pele as marcas da exclusão social. No entanto, aceitar aquela realidade calada nunca foi uma possibilidade para si. Sua voz escancara e mantém esse movimento de expor crimes de intolerância religiosa, racismo, violência doméstica e transfobia. E essa voz tem ecoado para além dos limites da Paraíba, levando consigo o cotidiano invisível da população periférica do Brasil e lembrando que o afeto e o amor também fazem parte da vida de sua gente. Como afirma, “Jesus era do gueto, pobre, preto e comunista”.

Ainda jovem, sua trajetória artística reúne alguns feitos considerados importantes à carreira de qualquer artista. Ela acumula títulos, como campeã e finalista do Slam Parahyba e do Slam Brasil. Venceu o III Festival de Música da Paraíba (2020) e a Festa Literária das Periferias (FLUP/RJ/2020). Foi premiada como artista



SUMÁRIO

revelação e personalidade do ano no Festival TOROH. Além de ter sido indicada ao Prêmio Novos Talentos da Semana Internacional da Música de São Paulo (SIM SP/2021) e artista revelação no Women Music Event (2021). Em 2019, lançou dois álbuns “Revolução” e em 2020 entregou o EP “Faces”. Em 2021, lançou o álbum “Bixarte no Estúdio Showlivre Colmeia 22” (Ao Vivo), com treze faixas. Já em 2023, lançou “Traviarcado” seu primeiro álbum de estúdio com nove faixas, em que mantém sua linha de protesto em canções como “Kettu”, “Carta de Advertência” e “Xica Manicongo”, além de reverenciar as religiões de matriz africana em “Maria Padilha”. Para além das questões sociais, celebra o afeto e as relações também como parte do cotidiano das travestis em “Boyzin”, “Bibi Perigosa” e “Surreal”.

Sua estreia nacional como atriz em TV aberta aconteceu em 2023, como atriz Bianca Manicongo, na tela da Rede Globo de Televisão, na terceira temporada da série nordestina Cine Holliúdy. É a trajetória de uma travesti preta e nordestina inspirando vidas de todos os lugares.

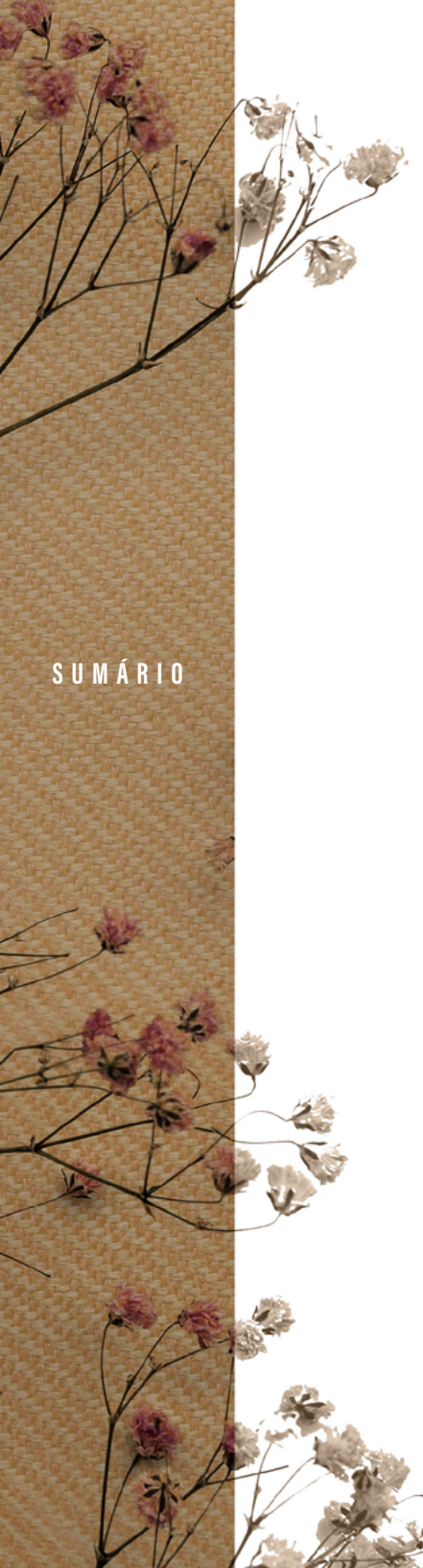
Fernando Domingos de Aguiar Júnior

Mônica Maria de Sousa Ferreira

INDICAÇÃO DE LEITURA:

BRITO, Maria Carolina. A vida, música e história entre Bia e Bixarte. Entrevista. **Revista Brasa Magazine**, 21 abr. 2021.

DIAS, Helena. “O rap mais bonito que tem no Brasil hoje é no Nordeste”, afirma a multiartista Bixarte. Entrevista. **Brasil de Fato**, Recife (PE), 20 jul. 2022. Disponível em: [https://www.brasildefatope.com.br/2022/07/20/o-rap-mais-bonito-que-tem-no-brasil-hoje-e-no-nordeste-afirma-a-multiartista-bixarte#:~:text=Bianca%20Manicongo%20\(Bixarte\)%3A%20Sem,eu%20falo%20sem%20medo%20nenhum](https://www.brasildefatope.com.br/2022/07/20/o-rap-mais-bonito-que-tem-no-brasil-hoje-e-no-nordeste-afirma-a-multiartista-bixarte#:~:text=Bianca%20Manicongo%20(Bixarte)%3A%20Sem,eu%20falo%20sem%20medo%20nenhum). Acesso em: 15/05/2022.



MACHADO, Maria da Silva. **Ativismo LGBTQIA+:** Bixarte e a visibilidade do movimento das homossexualidades no Instagram. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação - Bacharelado em Administração) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, João Pessoa, 2021.

CARLOTA LÚCIA DE BRITO

SUMÁRIO

Carlota Lúcia de Brito, filha de Miguel Ferreira de Brito e Antônia da Cunha Cerqueira, proprietários de terras, foi uma proprietária rural na Paraíba do século XIX. Segundo o processo judicial ao qual respondeu em 1851, nascera em 1817 na fazenda Valença, próximo da Vila de Ingazeira, no Pajeú de Flores, Pernambuco. Por inexistir, na região, escola para crianças do sexo feminino, cresceu analfabeta. Em 1845, já se apresentava como viúva que, diante de grave estiagem, deixou a sua terra natal ao lado da única filha, Jovina, em direção à Paraíba, tomando o rumo do Brejo de Areia. Ali, adquiriu a fazenda Cantinhos, localizada na região do Curimataú daquele estado. Mesmo sem instrução escolar, Carlota se mostrou uma mulher dinâmica e inteligente. Fazendo uso de árvores nativas, do barro existente em um açude que secara e o couro dos animais que haviam morrido durante a estiagem, construiu na fazenda Cantinhos um sobrado onde fixou residência e passou a desenvolver atividades agropastoris na propriedade. O imóvel ficava no caminho que levava à Fazenda Jandaíra, pertencente ao tenente-coronel Joaquim José dos Santos Leal, conhecido por *Major Quincas*. Solteiro, chefe do Partido Liberal na Vila do Brejo de Areia, sempre parava no sobrado para conversar com



SUMÁRIO

Carlota. Esses encontros logo evoluíram de uma simples amizade para um relacionamento amoroso.

No Brejo de Areia, o líder do Partido Conservador era Trajano Alípio de Holanda Chacon. Formado pela Faculdade de Direito de Olinda, já ocupara diversos cargos públicos e era proprietário de terras. Segundo os jornais da época, fazia uso da força para alcançar os seus objetivos pessoais, mandando espancar aqueles que tentassem impedi-lo, inclusive mulheres. No ano de 1847, Santos Leal foi escolhido para comandar a Guarda Nacional ali sediada. Carlota, mesmo não sendo casada com ele, passou a residir em sua casa. A partir daí, o casal passou a participar ativamente da vida social areiense, comparecendo às missas, festas, casamentos e apadrinhando crianças. A atitude de Carlota foi o bastante para despertar a ira de Trajano Chacon, que se referia a ela como sendo uma prostituta, sentindo-se ultrajado apenas pelo fato de o casal morar na mesma rua em Areia. Certa vez, tentou agredi-la com um pontapé por encontrá-la em conversa com sua esposa, não conseguindo porque Carlota fora ágil em se esquivar do golpe.

Em 1849, Carlota tratava do batizado de uma criança na Casa Paroquial. Na ocasião, ele tentou agredi-la, desta vez fez uso de um rebenque. Sabendo que Chacon já mandara surrar duas mulheres obrigando-as a entregar uma terra pela qual ele ainda não pagara, não hesitou em lhe dizer que ele não viveria para criar os seus filhos.

Nessa época, Santos Leal se ausentara da cidade por ter participado da Revolução Praieira, se refugiando na Fazenda Jandaíra e indo depois para outra propriedade em São João do Cariri. Carlota, por sua vez, ficara diligentemente à frente dos negócios do seu companheiro. Aproveitando-se da ausência deste, ela pôs em prática o plano para acabar com a vida de Chacon. Contratando pessoas de sua confiança, articulou como deveria ser feita a morte do seu desafeto. O período escolhido foi o período em que ocorreriam



SUMÁRIO

as eleições para deputado geral em Areia. No dia 05 de setembro de 1849, Chacon foi eleito para o cargo, derrotando o próprio Santos Leal, que tivera seu nome lançado à revelia. À noite, quando regressava para o Engenho Volta, de sua propriedade, Trajano Chacon foi assassinado em uma emboscada.

Carlota e Santos Leal, considerados desde logo suspeitos, empreenderam fuga por diversas províncias do Nordeste, usando, inclusive, nomes falsos. Contudo, foram identificados e presos em Campo Maior, no Piauí. Trazidos para Areia, foram julgados duas vezes. Na primeira vez, Carlota foi condenada à pena de morte e Santos Leal a vinte anos de prisão. Contudo, o júri foi anulado por conta de erros processuais. Na segunda ocasião, ela recebeu a pena de prisão perpétua e ele foi condenado à mesma pena do julgamento anterior, sendo levados para o presídio da ilha de Fernando de Noronha. O casal passou a morar em uma das casas existentes na ilha. Ali, a saúde de Santos Leal entrou em colapso: ficou cego, depressivo e enlouqueceu. Carlota, por sua vez, demonstrou ter coragem pessoal e passou a lutar pelos direitos dela e do seu companheiro, que viria a falecer um ano e sete meses após a sua chegada na ilha.

Sendo apenas uma das 15 mulheres apenadas em meio a 500 presos do sexo masculino, Carlota não deixou se abater. Adotava atitudes à frente do seu tempo: mesmo sem ser casada legalmente com Santos Leal, se declarava *casada* no curso do processo, semelhante à atual situação de união estável. Quando da doença dele, passou a lutar pelos direitos de ambos junto à administração do presídio. Após a morte do companheiro, se considerava *viúva*, e assim buscou meios jurídicos para ter direito à herança dos bens deixados por ele. Tal procedimento somente seria amparado legalmente no século seguinte, mais de cem anos depois.

A história de Carlota foi narrada pela primeira vez em 1958 por Horácio de Almeida no livro “Brejo de Areia – Memórias

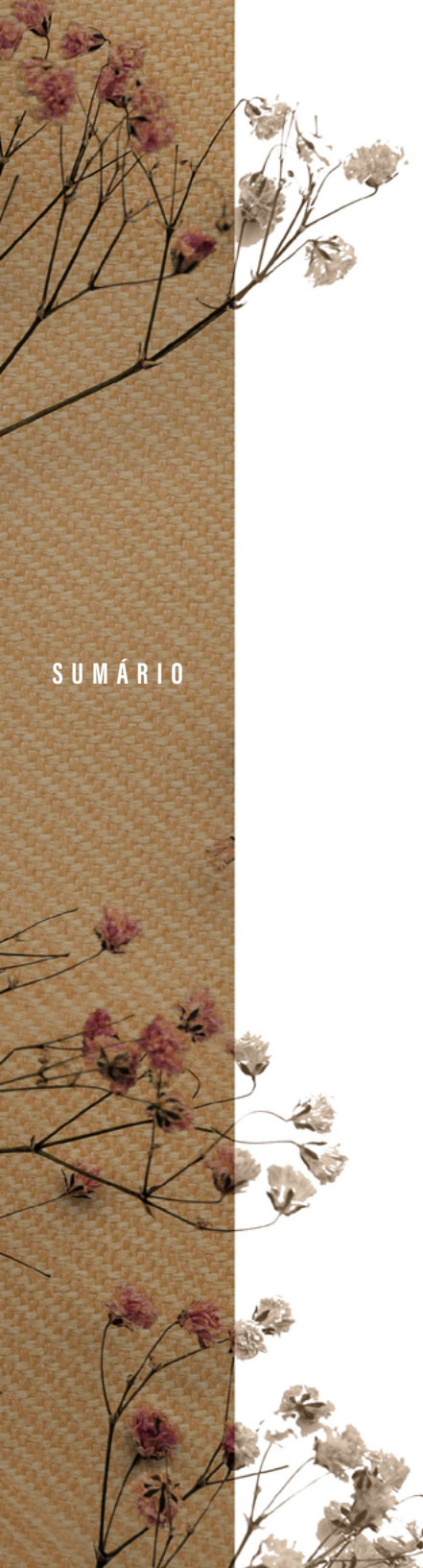


SUMÁRIO

de um município”. Posteriormente veio a ser contada por José Américo de Almeida em “Memórias – Antes que eu me esqueça” (1976) e, fundamentada nos dois primeiros autores, a norte-americana Joan E. Meznar escreveu o artigo “Carlota Lúcia de Brito: women, power and politics in Northeast Brazil” (1989). Todos eles narraram que Carlota Lúcia de Brito tivera, em 1890, sua pena convertida em 30 anos de prisão graças a um decreto do governo da República que acabava com a pena de prisão perpétua. Assim, ela foi colocada em liberdade, seguindo para o Recife e, na capital pernambucana, terminara os seus dias como proprietária de uma pensão para estudantes. Entretanto, em 2018, Mário Vinícius Carneiro Medeiros lançou o livro “O crime de Carlota Lúcia de Brito: a verdade dos fatos”, obra com 407 páginas e voltado totalmente para o episódio, tendo como base o processo judicial, registros paroquiais, jornais da época e documentos oficiais nunca citados nas publicações anteriores, além de vasta bibliografia. Através de documentação, ficou provado que Carlota Lúcia de Brito morreu em 1887, tendo cumprido sua pena e sendo sepultada no cemitério da ilha de Fernando de Noronha.

A história de Carlota Lúcia de Brito já foi abordada em eventos internacionais, como um ocorrido na Universidade de Lafayette, Louisiana (EUA), em 2011. Em 2012, em um evento sobre História do Gênero na América Latina, realizado na Argentina, ela foi estudada ao lado de outras quatro mulheres: Evita Peron, natural daquele país; Frida Kahlo, pintora mexicana; da religiosa, poetisa e dramaturga Sórora Juana Inés de la Cruz, nascida no México e da vencedora do prêmio Nobel da Paz de 1998; e Rigoberta Menchú, da Guatemala. Em 2015, na Rutgers University, New Jersey (EUA) foi tema de um simpósio. É, também, verbete no Dicionário de Mulheres do Brasil.

Carlota Lúcia de Brito jamais foi uma mulher fatal, conforme buscou construir a história narrada por Horácio de Almeida



SUMÁRIO

e corroborada pela memória da cidade de Areia. Foi, apenas, uma mulher forte que, numa sociedade controlada por homens, lutou por seu lugar ao sol, sofreu ameaças e teve a coragem em revidá-las.

Mário Vinícius Carneiro Medeiros

INDICAÇÃO DE LEITURA:

ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia – Memórias de um município**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1958.

ALMEIDA, José Américo de. **Memórias – Antes que me esqueça**. João Pessoa: Francisco Alves, 1976.

MEDEIROS, Mário Vinícius Carneiro. **O crime de Carlota Lúcia de Brito**: a verdade dos fatos. João Pessoa: Ideia, 2018.

CATHARINA MOURA

(Catharina Moura Amstein)

Filha de Misael do Rego Moura e Francisca das Neves Chaves Moura, Catharina Moura nasceu na capital da Província da Parahyba em 20 de dezembro de 1882. Ainda na primeira infância ficou órfã de pai, mas a mãe primou pela educação de sua única filha. Fez seus estudos primários e secundários na Escola Normal Oficial, normalista diplomada na 11ª turma de concluintes, em 26 de abril de 1902.



SUMÁRIO

Com a intenção de estudar na Faculdade de Direito do Recife, por dois anos cursou o preparatório no Liceu Paraibano; em 1908 matriculou-se naquela instituição, sendo a primeira mulher a ingressar, após a Proclamação da República e, segundo Lylia Guedes (1933), “talvez” a primeira paraibana a conquistar um título em escola superior. Como bacharelanda, obteve distinção em todas as matérias e em todos os anos, saindo formada e laureada em 1912, o que a levou a conquistar o prêmio de viagem à Europa. Por seu destaque durante o período de formação acadêmica, esteve em evidência nos jornais pernambucanos que assinalavam sua presença em eventos sociais e relacionados à faculdade. Como bacharelanda advogou, em parceria com seu colega Eládio Ramos, em júri criminal na cidade de Pau D’Alho em Pernambuco, na defesa do réu Raul Milton de Mello, que foi absolvido por unanimidade. Tal feito muito repercutiu na imprensa local à época, e seria exemplificado anos depois como raridade a atuação de uma mulher advogada em júri, na primeira metade do século XX.

Catharina Moura consta na lista de 48 bacharéis da Faculdade de Direito do Recife, turma de 1912, como única mulher a concluir a formação naquele ano, ladeada por outros paraibanos ilustres, a exemplo do escritor Carlos Dias Fernandes. Ao receber o grau, seus colegas bacharelados saudaram-na com uma chuva de pétalas de rosas e o público presente à cerimônia aclamou-a com palmas.

De volta à terra natal, Catharina Moura teve o reconhecimento por sua formação, participando de atividades variadas. Em 1913, o governo Castro Pinto, político vinculado às oligarquias locais, desenvolveu iniciativas educacionais modernizadoras para impulsionar a educação e a cultura do estado, promovendo, como já estava sendo feito em outras províncias, ações em prol da Universidade Popular. Na Parahyba, as “Conferências da Universidade Popular” reuniam políticos, intelectuais e educadores que fariam exposições



SUMÁRIO

públicas sobre os temas mais urgentes do período (MACHADO; NUNES; VASCONCELOS, 2015).

Apenas duas mulheres fizeram parte da comissão organizadora da referida universidade, Angela Moreira Lima e Catharina Moura, sendo que somente esta última esteve entre os conferencistas, argumentando sobre o tema “Direitos da Mulher”, no Teatro Santa Rosa, no dia 30 de março de 1913, e a transcrição do texto foi publicada nos dias 1 e 2 de abril, no jornal A União.

A conferência apresentada por Catharina Moura abordou o debate intelectual acerca dos direitos da mulher, distinguindo questões educacionais, sociais e políticas, em consonância às teses defendidas pelos movimentos sufragistas a partir do final do século XIX no Brasil e no mundo. Diante da elite política e intelectual masculina da Parahyba do Norte, a educadora deve ter sentido a necessidade de expor, inicialmente, um distanciamento em relação às lutas e bandeiras feministas que conclamavam a militância no Brasil em prol do sufrágio universal. Todavia, fez questão de registrar sua admiração pelas mulheres que assumiram essa condição na sociedade. Teceu críticas consistentes ao limitado espaço reservado à mulher na incipiente cidadania republicana, ao modelo de “participação democrática” que conformou a ordem social burguesa da época como moderna, onde os poucos eleitores eram chamados, casualmente, tão somente para homologar as opções antecipadamente firmadas nos pactos oligárquicos de sucessão do poder, mas sem nenhuma interferência na administração pública. Introduziu em sua exposição pontos relacionados ao “sexo frágil” que extrapolavam a histórica tese da inferioridade natural da mulher, acolhida como indubitável verdade mesmo entre os intelectuais mais inovadores naquela configuração. Criticou o casamento, fundamento da sociedade patriarcal, e consequentemente, a família, por seu *modus vivendi*, que restringia a mulher ao espaço do lar, com dedicação exclusiva aos cuidados com os filhos e o marido. E, sugeriu que a



SUMÁRIO

igualdade entre homem e mulher fortaleceria a harmonia na família, pois o amor e respeito imperantes se amparam no culto ao belo e na propalada fragilidade feminina, predicados que inferiorizam a mulher no espaço familiar.

Ainda contrapondo-se à tese da “inferioridade feminina”, a educadora atribuiu a esta visão uma clara condição social e não de natureza do sexo, haja vista ter sido a mulher excluída por séculos do processo educacional formal. A ênfase que a conferencista aferiu à educação como fator preponderante à evolução da mulher seria uma das bandeiras prioritárias da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e suas afiliadas no País afora, em 1922 e anos posteriores. O que implicava dizer que o direito ao voto só seria exitoso se combinado ao acesso pleno à educação.

Este texto da conferência, posteriormente, foi submetido a alterações para a banca de Congregação da Faculdade de Direito de Recife em 1921, e compõe a documentação referente ao prêmio de 1912, obtido por Catharina Moura devido seu desempenho distinto enquanto bacharelanda, intitulada “Documentos relativos ao prêmio escolar de 1912”, assinada pela comissão examinadora do prêmio e pela própria autora.

Em 6 de dezembro de 1914, aos 31 anos, Catharina Moura casou-se com o suíço Alfred Edouard Amstein, acrescentando ao seu nome o sobrenome do marido. Todavia, sempre será mais citada como Catharina Moura. O casal teve três filhos: Henriette Moura Amstein, Maria Idah Moura Amstein e Antônio Emílio Moura Amstein, com residência em um sobrado à Rua Treze de Maio, espaço central da capital paraibana.

Após o período da conferência, as informações sobre Catharina Moura são mais esparsas e não permitem desenhar uma trajetória substanciosa de sua vida. Os poucos registros localizados levam a crer que se dedicou ao magistério, ocupando na Escola

Normal da capital paraibana as cadeiras de português, desenho, francês, e história da civilização, sendo nomeada em 1917 professora efetiva da cadeira de português.

Em 1912, discursou na instalação da Liga Feminina Pró-Coronel Francisco do Rego Barros, cuja candidatura ao governo da Paraíba foi dissuadida pelo próprio presidente Hermes da Fonseca. Em 1914 estava como diretora do Curso Francisca Moura, criado por sua mãe. Segundo notas do jornal A União (1914, 1922), foi secretária, mais de uma vez, do Orfanato Dom Ulrico.

Já no ano de 1933, Catharina destacou-se em jornais locais e nacionais. Com a criação da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, identifica-se seu nome compondo a diretoria, como segunda oradora (MACHADO; NUNES; MENDES, 2013). Em 28 de março deste mesmo ano, na inauguração do Instituto Sérico da Paraíba, o ministro José Américo foi homenageado por Catharina Moura, representando a mulher paraibana. Neste mesmo ano, Catharina Moura seria notícia em jornais do Brasil afora (A Noite, Jornal do Recife, Diário da Manhã, A União etc.) como a “*leader*” feminista que discursou na Praça João Pessoa em frente ao Palácio da Redenção na capital paraibana, saudando o presidente Getúlio Vargas, quando de sua vinda em comitiva para um evento em homenagem a João Pessoa, ocasião em que foi inaugurada a estátua deste.

Quatro anos depois (1937), Catharina Moura, Juanita Machado, Laura Cantalice e Ieda Machado estiveram à frente da criação do Comitê Feminino Pró-José Américo de Almeida, pré-candidato à presidência da República para 1938, apoiado por Getúlio Vargas, que daria o golpe iniciando o Estado Novo, frustrando a candidatura. Ainda em 1937, teve seu nome cotado pelos “círculos feministas” como representante feminina para a próxima legislatura,

segundo noticiou o Diário de Recife, em 21 de setembro, repostando o jornal A Imprensa – PB.

Após um longo tempo de silêncio na imprensa sobre Catharina Moura, o jornal O Norte publica o texto “Reprovável incompreensão”, em 17 de outubro de 1952. Neste, a autora iniciou sua exposição defendendo e elogiando o gestor José Américo de Almeida, governador da Paraíba à época, de quem se diz amiga e admiradora, e declarou seu apoio à cobrança de um imposto que teria como finalidade a pavimentação das ruas da cidade. Pelas referências à fragilidade do seu estado de saúde, desde a década de 1930, acredita-se que nesta ocasião Catharina já não morava na Paraíba, e residia com os filhos no Rio de Janeiro, onde veio a falecer em 6 de abril de 1955, conforme noticiou o jornal O Norte no dia seguinte.

Maria Lúcia da Silva Nunes

Charliton José dos Santos Machado

INDICAÇÃO DE LEITURA:

GUEDES, Lylia. A mulher paraybana – seu desenvolvimento intelectual. **Brasil Feminino**, n. 12, p. 71, 1993.

MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva; MENDES, Márcia Cristiane Ferreira.

Catharina Moura e o Feminismo na Parahyba do Norte. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva; VASCONCELOS, Larissa Meira de. O presidente Castro Pinto e a Universidade Popular: ideias da educação na Parahyba do Norte publicadas no jornal A União (1912-1915). **Educação Unisinos**, v. 19, n. 2, p. 184-195, 2015.



CÁTIA DE FRANÇA

(Catarina Maria de França Carneiro)

Cátia de França é compositora, cantora, instrumentista, escritora e cordelista. Nasceu em 1945, em João Pessoa, PB. Filha de Adélia de França e Silva e de Sebastião Higino Carneiro, foi criada em um ambiente culto, proporcionado por sua mãe, a professora e gestora escolar, Adélia de França, que a alfabetizou através da música e exerceu forte influência em sua formação, o que se refletiu em sua arte musical e literária.

Começou a estudar piano aos quatro anos de idade e depois aprendeu a tocar violão, flauta, sanfona e percussão. Aos 15 anos, cursou o ensino médio em um colégio interno em Pernambuco, no entanto, muito jovem, tirou a carteira de música profissional e lecionou piano, violão e órgão na instituição educacional de sua mãe (CAVALCANTE, 2012). No final dos anos 1960, viajou pela Europa com o grupo folclórico da Fundação Artístico-Cultural Manuel Bandeira. Estudou teatro e foi influenciada pelo dramaturgo e artista brincante Antônio Nóbrega.

Na década de 1970, partiu para o Rio de Janeiro, aproximou-se de teatrólogos como Luiz Mendonça, Paulo Pontes e Augusto Boal, que trabalhavam com um teatro engajado na realidade do povo brasileiro. Na companhia de Mendonça, ela fez uma imersão na cena teatral do Rio de Janeiro e de São Paulo. Como instrumentista, sonoplasta e diretora musical, deixou sua marca em espetáculos consagrados, como ‘Lampião no Inferno’ (1975), ‘Viva o Cordão Encarnado’ (1975) e ‘Canção do Fogo’ (1976). Assinou a trilha sonora da peça ‘Feira Livre’ e

SUMÁRIO



SUMÁRIO

dos filmes 'Cristais de Sangue' (1975) e 'Paraíba, Mulher Macho' (1983). Cátia de França juntou-se aos músicos nordestinos Zé Ramalho, Elba Ramalho, Amelinha e Sivuca. Ganhou projeção no cenário musical nos anos 1970, destacando-se como a única mulher negra que compunha, tocava e cantava suas composições, entre os artistas nordestinos que conquistaram espaço na indústria fonográfica do eixo Rio-São Paulo. Foi a primeira mulher paraibana a tocar guitarra.

Cátia de França também se dedica à escrita de cordéis e livros infantojuvenis. Ela não segue a métrica do cordel, escreve de um jeito seu, que classifica como "catarinesca", a exemplo de seu Cordel Zumbi (CARIATTI, 2018). A fonte das composições de Cátia é a literatura, inspirada em José Lins do Rego, João Cabral de Melo Neto, Manoel de Barros e Guimarães Rosa. Gravou seu primeiro LP, '20 Palavras ao Redor do Sol' (1979), com a colaboração de Zé Ramalho. O LP, inspirado na leitura de João Cabral de Melo Neto, tem músicas de sua autoria, como Coito das Araras e Kukukaya, e poemas do escritor musicados por ela. Contou com a participação de Sivuca, Dominginhos, Sérgio Boré, Chico Batera, Lulu Santos e Bezerra da Silva. Em 1980, lançou o segundo álbum, 'Estilhaços'. Foi parceira de palco de Jackson do Pandeiro e de Anastácia, na primeira versão do Projeto Pixinguinha (1980), e participou dos primórdios do Projeto Seis e Meia (1982). Amante da cultura nordestina e conhecedora da história e da cultura de outros lugares, suas referências vão do clássico ao blues, passando por Luiz Gonzaga, Jackson do Pandeiro, Elvis Presley, *Beatles*, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Jorge Ben Jor e o Clube da Esquina. A obra de Cátia abarca gêneros musicais como forró, xote, ciranda e cantos de aboio, mesclando referências regionais com elementos do rock e da cultura pop, uma tendência advinda da contracultura do final dos anos 1960.

Em 1990, retornou para João Pessoa e integrou o Projeto Malagueta, que tinha o objetivo de divulgar a produção cultural da Paraíba. Em 1998, lançou o CD 'Avatar', com a participação de Chico



SUMÁRIO

César, Xangai e Quinteto de Cordas da Paraíba, com destaque para a música ‘Antoninha, me leva’, poema de Manoel de Barros. Em 2005, gravou o CD ‘Cátia de França Canta Pedro Osmar’, com músicas do cantor, compositor e instrumentista paraibano. Com a Camerata Arte Mulher – orquestra feminina da Paraíba – gravou o CD independente ‘No Bagaço da Cana – um Brasil Adormecido’, inspirado em romances de José Lins do Rego. Em 2016, Cátia de França surpreendeu seu público com o CD ‘Hóspede da Natureza’, patrocinado pela Natura Musical e inspirado no escritor Henry David Thoreau, com uma musicalidade que transitava do reggae ao blues, pela bossa nova, pelo rock e pelo bumba meu boi.

Em 2000, Cátia voltou a morar no Rio de Janeiro, dessa vez, em São Pedro da Serra, Distrito de Nova Friburgo, na região serrana. Em 2017, inaugurou o Centro Cultural Cátia de França e, em 2018, estreou o espetáculo ‘Líricas Transcendentes’, com Ceumar e Déa Trancoso, pelo Projeto Sonora Brasil, do Sesc. Fez 47 shows nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. A turnê foi interrompida devido à pandemia de Covid-19. Cátia de França mantém sua presença na Paraíba, seu pedaço de Nordeste, para se apresentar, ser homenageada, contribuir com a cultura paraibana e com os movimentos feministas e de mulheres. Na comemoração dos 432 e 437 anos de João Pessoa, em 2017 e 2022, apresentou-se com a Orquestra Sinfônica da Paraíba.

Cátia de França é uma mulher negra, lésbica e nordestina, que conquistou o seu lugar na música popular brasileira, enfrentando os desafios que fazem parte da experiência de uma mulher, com esses marcadores sociais, nas artes. Identificada com as lutas sociais, ela nutriu um olhar diferenciado para a defesa dos direitos das mulheres, apoiando os movimentos feministas e as experiências progressistas de gestão pública na Paraíba. Amiga e parceira da ONG Cunhã Coletivo Feminista, com a sua arte apoiou atividades do movimento de mulheres da Paraíba. A convite, cantou em programações da Secretaria Extraordinária de Políticas para Mulheres de João Pessoa (SEPM/JP) e da Secretaria de Estado da

Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH) do governo do Estado da Paraíba, em diálogo com gestoras públicas feministas.

Com 40 anos de carreira, define-se como “uma contadora de histórias” (ZACCARO, 2017), aberta ao mundo e às parcerias. Suas composições fascinaram intérpretes, e suas canções foram gravadas por artistas renomados, como Elba Ramalho, Amelinha e Xangai. Cátia de França é uma mulher forte, uma brincante, que sabe resistir às adversidades com o humor e a arte. Com sabedoria, conecta-se com sua ancestralidade ao mesmo tempo em que descobre a internet como um espaço de divulgação de sua arte, de acesso e conexão com a juventude.

Algumas homenagens: Medalha Augusto dos Anjos da Assembleia Legislativa da Paraíba, por sua contribuição com a arte e a cultura, 2006; Prêmio de Mestra das Artes, concedido pelo governo do estado da Paraíba, em 2007; Troféu Cátia de França, no 3º Prêmio Ceci Melo de Participação Social, do governo do estado da Paraíba, através da SEMDH e do Orçamento Democrático Estadual, em 2015; Prêmio Milu Vilela do Itaú Cultural – 35 anos, pelo reconhecimento do percurso artístico de Cátia de França para construção e transformação da cultura brasileira, em 2022.

Gilberta Santos Soares

INDICAÇÃO DE LEITURA:

CARIATTI, Natalia. A força negra da compositora paraibana Cátia de França. **Brasil de Fato**. João Pessoa, 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/12/08/a-forca-negra-da-compositora-paraibana-catia-de-franca#:~:text=C%C3%A9tia%20de%20Fran%C3%A7a%20em%202017,Elba%20Ramalho%2C%22Amelinha%20e%20Xangai>. Acesso em: 16/08/2023.

CAVALCANTE, Simone J. **Entre a história e a memória:** Adélia de França, uma professora negra na Paraíba do século XX (1926-1976). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

ZACCARO, Nathalia. Cátia de França (r)existe e está em ebulição. **Revista Trip**, 2017. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/trip-tv/aos-70-anos-catia-de-franca-e-descoberta-por-uma-nova-geracao-de-fas-e-descobre-os-misterios-da-internet>. Acesso em: 16/08/2023.

C

ELINHA

(Mauricélia de Sousa Silva)

Mauricélia de Souza Silva, conhecida como Celinha, é educadora e feminista, tendo nascido no dia 5 de janeiro de 1972, na cidade de Belém de Caiçara, Paraíba. Filha de Terezinha Souza Silva e de João Batista da Silva, é a 15ª entre as 13 irmãs e 5 irmãos, numa família de 20 pessoas. Na sua cidade natal, o sustento da família vinha do trabalho da agricultura em terra arrendada. Celinha relata que o pai tinha predileção pelo nascimento de filhos homens, quando nasciam mulheres, ele ficava sem falar com sua mãe porque a culpabilizava. No seu nascimento, o pai foi informado pela enfermeira que tinha nascido um menino, preparou a festa para recebê-lo, contudo, ao saber que era uma menina, ficou decepcionado, passando meses sem olhar para a sua mãe. Na década de 1970, migraram para a cidade de Bayeux e, para sustentar a família, o pai exerceu diversas profissões: foi vendedor de móveis, marceneiro e marchante, enquanto a mãe trabalhava nos afazeres domésticos. Celinha reconhece que seu



SUMÁRIO

pai, apesar de patriarcal e machista, cumpriu de modo ímpar sua paternidade e o reverencia como um sobrevivente nordestino frente aos desafios para manter a sobrevivência de sua numerosa família.

Em virtude da condição econômica, todos os filhos e filhas do casal tiveram que ingressar no mundo do trabalho para ajudar no sustento da casa, abdicando dos estudos que passaram a ser secundários diante da sobrevivência. Alguns só conseguiram concluí-los na fase adulta. Celinha sempre conciliou estudos com o trabalho. Aos 13 anos, foi cuidadora dos sobrinhos, como forma de custear as despesas com os estudos e a casa. Após cursar o magistério, aos 16 anos já ensinava na escolinha de uma das irmãs, em Bayeux. Durante o curso de Letras na Universidade Federal da Paraíba, trabalhava como professora de ensino fundamental em uma escola particular de Bayeux, sendo a única da família que conseguiu concluir o ensino superior.

Na década de 1980, influenciada pela Teologia da Libertação e pela inserção de membros de sua família nas Pastorais Sociais da Igreja Católica e no Partido dos Trabalhadores, Celinha participou das lutas sociais, se integrando a um grupo de adolescentes da Pastoral da Juventude do Meio Popular – PJMP, a grêmios estudantis, e à campanha eleitoral para eleger Lula presidente (1989). Durante o curso de Letras, Celinha passou a atuar no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1995), como bolsista do Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária – PRONERA/UFPB, em parceria com o MST, como educadora de jovens e adultos. Posteriormente, integrou a equipe técnica, como assessora técnica do Projeto Lumiar, atendendo agricultores dos assentamentos da Zona da Mata e do litoral da Paraíba, o que a fez participar das reuniões com as agricultoras e se interessar pelas questões das mulheres.

A aproximação com feminismo ocorreu com sua inserção na Cunhã Coletivo Feminista (2003), como consultora do



SUMÁRIO

diagnóstico socioeconômico com mulheres das áreas de assentamentos da Reforma Agrária, na região do Cariri Paraibano, posteriormente se integrando à equipe de educadoras da instituição. Entre 2004 e 2009 atuou junto às agricultoras do Cariri na formação política feminista, organização e mobilização dos grupos produtivos. Esta experiência moldou a vida de Celinha, que afirma ter se tornado feminista e se reconhecido como feminista a partir do trabalho na Cunhã. Reconhece que sua passagem pelo grupo foi um período de muita aprendizagem e de vencer desafios, como aprender a dirigir, visto que essa era uma condição para poder desempenhar o trabalho.

De 2011 a 2016, Celinha integrou a Casa da Mulher do Nordeste, organização feminista de Recife/PE, onde atuou como coordenadora, na região do Pajeú, e no Programa Mulher e Vida Rural, fortalecendo seu ativismo feminista como educadora junto às mulheres do Nordeste. Segundo ela, a oportunidade de ingressar na Casa deve-se à passagem pela Cunhã no trabalho com mulheres rurais. Em 2016, o golpe político-midiático-jurídico que ocorreu no Brasil contra a presidenta Dilma Rousseff e o Partido dos Trabalhadores, instalou uma crise no País, afetando as organizações e movimentos sociais, entre elas a Casa da Mulher do Nordeste, reduzindo os recursos financeiros e, consequentemente, levando ao desligamento de educadores, dentre eles, Celinha. Porém, permanece vinculada à organização, realizando consultorias na elaboração de projetos e de oficinas.

Celinha é uma militante incansável pelos direitos das mulheres, sobretudo das mulheres rurais do Nordeste e do Brasil, trazendo para a luta feminista a valorização e a visibilidade delas como sujeitos políticos de direitos. Em 2018, ingressou no mestrado na Universidade Federal do Vale do São Francisco em Petrolina - PE, contudo recebeu diagnóstico de câncer de mama, tendo que interromper o curso, passando por três cirurgias e um tratamento



SUMÁRIO

agressivo e longo, quando evidenciou-se a sororidade entre as mulheres, mobilizadas em apoio a ela. Em 2020, durante a pandemia e ainda em tratamento, retomou o mestrado, na modalidade virtual, que foi concluído em 2021, com o título “*A Escola Feminista tá deixando nós sabida*”: *Processos de Formação e Transformação Experienciados pelas Mulheres Agricultoras do Território do Pajeú - PE Brasil*. Terminar o mestrado significou para ela resistência, saber que continuava viva e capaz. Em 2022, mesmo com a perda da irmã Neide para a Covid-19 e as dificuldades da vida, retomou o trabalho das consultorias para universidade com pesquisa sobre a violência contra as mulheres, também retomou as atividades nas comunidades, onde pôde se reencontrar com as mulheres, e a realizar consultorias para a Casa da Mulher do Nordeste.

Celinha é exemplo e sinônimo de luta e resistência para quem com ela convive, comparada a Margarida Maria Alves e outras mulheres paraibanas de luta.

Maria Lúcia Lopes de Oliveira

Luciana Cândido Barbosa

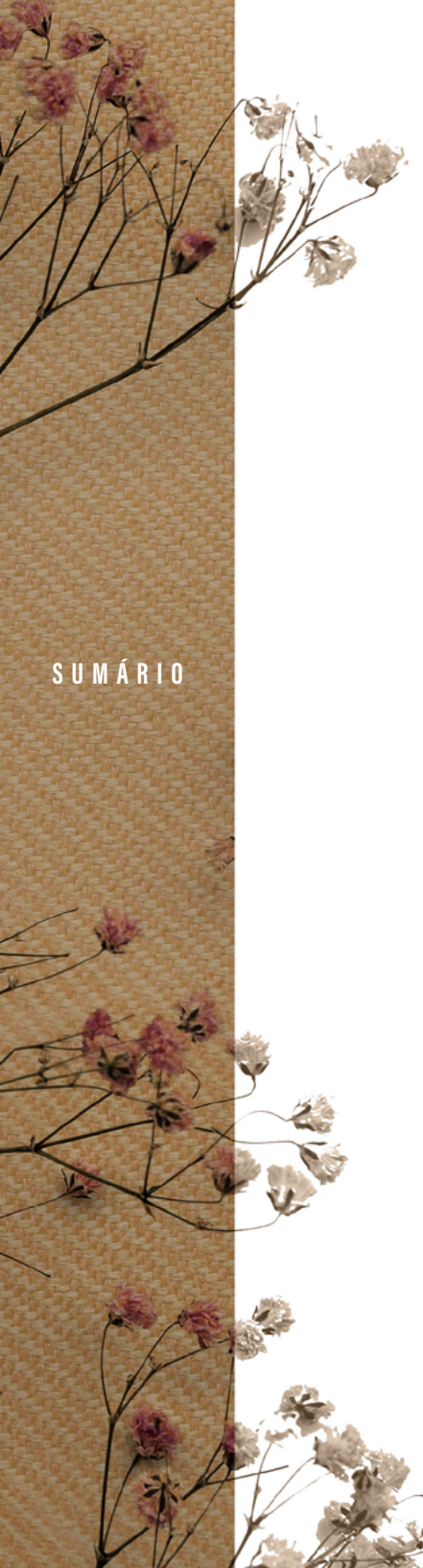
Anadilza Maria Paiva Ferreira

Cristina Barboza de Lima

INDICAÇÃO DE LEITURA:

SILVA, M. S. Saúde da Mulher Rural: Aspectos de uma Experiência. **Toques de Saúde**. João Pessoa, v. 07, p. 16-19, 2009.

SILVA, M. S.; OLIVEIRA, M. L. L. A Perspectiva Feminista e a Agroecologia na Assessoria Técnica com as Agricultoras da Região do Cariri Paraibano. **Cadernos Feministas de Economia e Política**, [s. l.], v. 4, p. 61-72, 2008.



SILVA, M. S. A história de resistência e liderança das mulheres no Assentamento Lagoa D'Outra Banda. In: HORA, K.; REZENDE, M.; MACEDO, G. **Coletânea sobre estudos rurais e gênero**, Prêmio Margarida Alves - Mulheres e Agroecologia. 4. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015. (p. 191-206).

CENEP

(Centro de Educação Popular)

SUMÁRIO

Na década de 1990 o protagonismo feminino foi marcante nas regiões do Seridó e Curimataú paraibanos, visto as várias lutas sociopolíticas encabeçadas por mulheres. Experiências essas que resultaram na construção de espaços de poder institucionalizados, como foi o caso da ONG Centro de Educação Popular, popularmente conhecido por Cenep, na cidade de Nova Palmeira - PB, entidade sem fins lucrativos com ideologias voltadas para as questões sociais e populares.

Ao longo das pesquisas, entrevistas e estudos sobre a ONG Cenep, ficou notória a importância e a participação do apoio dado pela Igreja Católica, adepta à Teologia da Libertação, e seus grupos, na organização e atuação de mulheres no cenário social e político da época. Todavia, esse apoio não perdurou por muito tempo, os interesses se divergiram e as lutas precisaram de outros espaços de poder para se manterem.

A ONG Cenep, fundada oficialmente em 21 de janeiro de 1990, na cidade de Nova Palmeira, durante uma reunião no Salão



SUMÁRIO

Paroquial Municipal, surgiu então como “guarda-chuva” para a contínua atuação desses grupos sociais que buscavam por melhorias para uma população pobre, com fome e sede. Sua primeira direção foi formada por Nega Lourdes (diretora), Marizinha (secretária) e Edson Camargo (tesoureiro). Seu reconhecimento enquanto utilidade pública só veio acontecer após dois anos, em 14 de fevereiro de 1992, por meio de um projeto de Lei nº 13/1992, aprovado na Câmara Municipal de Vereadores da cidade, e pelo prefeito da época, Luiz Medeiros de Araújo, apenas em 6 de dezembro do referido ano. Por meio da conquista de alguns projetos, doações dos próprios participantes, voluntários e apoio de padres, a sede do Centro foi construída em 1991 e os movimentos protagonizados por mulheres ganharam novo endereço.

Sendo resultado da atuação de grupos comunitários, agentes pastorais, professoras e sindicalistas, o Cenep surge, segundo documentação analisada, enquanto espaço contínuo de conscientização e organização popular, por isso construída a partir de uma cultura política particular dessas mulheres, uma vez que se constituiu por meio de vivências e experiências, uma consciência de que assegurados seus direitos e deveres, elas podiam transformar a sociedade. Dessa forma, os trabalhos se centraram pioneiramente na diminuição da fome e sede, em especial na grande mortalidade infantil, na assistência à educação e saúde, na construção de moradias, cisternas e pavimentação, na politização dos espaços, exigindo direitos e reclamando participação popular no poder público.

Por ser fruto de mobilizações sociais e lutas por melhorias na condição de vida do pobre e trabalhador, a distância trilhada para o seu reconhecimento pela Câmara e, posteriormente, pelo gestor público, nos permite apontar a resistência de alguns agentes políticos em aceitar e conviver com as atividades desenvolvidas pela entidade em paralelo com as ações realizadas pelo poder público. Ao longo dos relatórios produzidos pelo Cenep, fica nítida a relação desarmoniosa que existia entre os dois lugares de poder, resquícios

das mobilizações sindicais que afetaram diretamente as pessoas pertencentes às instituições.

Atividades como abaixo assinados, formação de conselhos municipais, cartas e ofícios às autoridades, denúncias públicas, encontros para informar às pessoas sobre situações que comprometiam o direito de cidadão, eram organizadas pelo Cenep para fortalecer as reivindicações por condições dignas de sobrevivência.

As diferentes atividades desenvolvidas pelo Centro lideradas por mulheres durante toda a década de 1990 visavam contribuir na melhoria da qualidade de vida das pessoas, já que não era só de fome de comida, necessariamente, que as pessoas “morriam”. Elas tinham fome de saúde, de cultura, de educação, de renda suficiente para uma sobrevivência digna.

Artesanato, corte e costura, educação, culinária e remédios caseiros foram algumas das temáticas das primeiras oficinas voltadas para as mulheres, considerado o grupo social mais desfavorecido naquele momento. Músicas, versos, poemas e principalmente o teatro (o de rua e o de bonecos de mamulengo), com registros desde 1987, formavam o conjunto de práticas culturais utilizadas para conscientizar as pessoas dos seus direitos, uma vez que faziam uso de uma linguagem simples e popular, acessível aos trabalhadores e analfabetos, seu público-alvo. O uso dessas práticas era constante e atraía a atenção dos presentes. De acordo com os relatórios, prendia e divertia o olhar atento das pessoas. Além disso, eram formas de levar entretenimento aos sujeitos que estavam distantes dos grandes centros urbanos, facilitadores de lazeres produzidos a partir das artes, da televisão, da cultura, dos espetáculos (circenses ou teatrais), e distantes do consumo dos pobres, já que em muitos lugares, especialmente nas comunidades rurais, não existia nem eletricidade.

Outras atividades, como plantio e colheita, instruções para uma alimentação saudável, uso do suco verde (feito à base da



SUMÁRIO

folha da couve), produção de remédios caseiros, foram desenvolvidas pela ONG Cenep como possibilidades no tratamento de doenças básicas que assolavam e desnutriam a população, especialmente crianças fragilizadas por falta de recursos e informações básicas sobre cuidados alimentares. O cuidado com a natureza e o meio ambiente também se inseriram nas preocupações da entidade.

O trabalho com educação envolvia atividades com a formação sindical, por meio da organização de seminários, palestras, oficinas, como caminhos possíveis na conscientização dos trabalhadores sobre seus direitos diante de um cenário onde o analfabetismo e a falta de informação atingiam fortes patamares. O *Curso de Alfabetização de Adultos do Cenep – Educação e Participação: Mutirão, Luta e Vida* foi um dos trabalhos realizados no conjunto habitacional, chamado popularmente de Mutirão, na cidade de Nova Palmeira, no ano de 1991. Primeiro alfabetizou adultos, depois o trabalho se voltou para a alfabetização de crianças.

O teatro também foi bastante utilizado pela ONG no campo educacional como veículo de aprendizagem e conscientização social, servindo não apenas para divertir, mas relembrar culturas, crenças e tradições populares, romances, comédias e para que deixassem alguma mensagem sobre a sociedade e os problemas que nela existiam, a exemplo da peça *Casamento Matuto*, produzida para as comemorações do São João de 1991, abordando dentro do tema questões sobre o trabalho braçal com pouca remuneração e as dificuldades que um casal pobre tem ao se casar, devido à falta de uma renda fixa e digna.

Assim se constituiu o trabalho da ONG Cenep, existente até hoje, na transformação social daquela região, onde o agente protagonista dessas atuações foram mulheres ansiosas por dias melhores e mais justos para todos.

Priscila Mayara Santos Dantas

INDICAÇÃO DE LEITURA:

DANTAS, Priscila Mayara Santos. **Mulheres em movimento:** experiências e organização de mulheres no Seridó e Curimataú paraibanos (1990-1999). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil:** Movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MACHADO, Charliton José dos Santos. **A política de cara nova (?)**: estudo acerca da atuação política das mulheres em Nova Palmeira - PB. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1997.

CENTRO DA MULHER

8 DE MARÇO

A década de 1980, no Brasil, foi marcada pelo fim da ditadura militar, por eleições constituintes e intensas mobilizações populares. Em particular, viu-se fortalecer o (re)surgimento de diversos movimentos sociais que, desde meados da década de 1970, passaram a se reorganizar e a reivindicar direitos. Neste contexto, vários setores tradicionalmente excluídos da política, como as mulheres, as pessoas negras e homossexuais, em organizações estruturadas fora dos partidos e sindicatos, intensificaram suas



SUMÁRIO

lutas por um espaço no mundo da política. Na Paraíba e em todo o País, as mulheres se fizeram presentes em departamentos específicos, em entidades políticas tradicionais, como partidos e sindicatos, e traziam como novidade sua organização em entidades autônomas. Embora ainda atuais, as mobilizações se davam especialmente em torno dos eixos direitos sexuais e violência contra as mulheres. Na Paraíba, o primeiro registro de mobilização contra um feminicídio aconteceu no início dos anos 1980, quando as feministas foram às ruas para reivindicar que se fizesse justiça e fosse punido o assassino e ex-marido da poetisa Violeta Formiga.

A luta contra a impunidade de feminicidas motivou grandes mobilizações no início dos anos 1990, em função do assassinato da jovem estudante Maria Cristina Batista, cujo suspeito era de família abastada e de grande influência na política paraibana; infelizmente perdurou a impunidade. Foi neste contexto de revolta e indignação que um grupo de mulheres se reuniu para criar uma organização cuja principal finalidade era defender os direitos das mulheres e lutar contra a impunidade desses feminicidas: o Centro da Mulher 8 de Março, formalmente registrado em 25 de maio de 1990. Feministas históricas, das quais muitas ainda se fazem presentes no movimento, estiveram em sua assembleia de fundação, como Valquíria Alencar, Irene Marinheiro, Glória Rabay, Lourdes Bandeira, Joselita Vieira, entre outras.

O CM8M é uma Organização da Sociedade Civil, feminista, constituída a partir da luta das mulheres em defesa dos direitos humanos e contra a violência. Se constitui em um espaço de denúncias, de articulação e de pesquisa com foco no combate à violência doméstica e sexual e ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, para onde convergem vítimas de violência, de assédio sexual e moral, de discriminação no trabalho etc. em busca de apoio e orientação. Sua missão é “Lutar pelo pleno exercício dos direitos humanos das mulheres, pela equidade de gênero,



SUMÁRIO

raça, etnia e diversidade sexual, pela cidadania das mulheres urbanas e rurais, crianças e adolescentes, oportunizando mudanças nos valores sociais e comportamentais”. A entidade possui um banco de dados que monitora e atualiza todos os tipos de violência doméstica e sexual noticiados na imprensa falada, escrita e televisionada. Foi a partir desse banco de dados que alguns dossiês foram produzidos para subsidiar debates em Comissões Parlamentares de Inquérito, em âmbito nacional, municipal e estadual, em 1993 e 1997.

No início dos anos 2000, recebeu apoio do Ministério da Saúde para desenvolver projetos de prevenção às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), Aids e gravidez na adolescência junto a escolas públicas de João Pessoa, apoio que durou cerca de cinco anos. Nesta mesma época, com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, pôde, em parceria com outras organizações feministas do estado, expandir suas ações para a região do Cariri Paraibano fortalecendo grupos de mulheres da agricultura familiar.

Em 2005, o CM8M desenvolveu o Projeto de Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos, em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT). No mesmo ano, ainda com o apoio da OIT, realizou a pesquisa Corpo e Mercadoria, sobre a exploração sexual em João Pessoa. No ano de 2009, executou o Projeto Estratégias de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual na Paraíba, com apoio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH-BR). Desde então, são inúmeros projetos da atuação que contam com o apoio do poder público e de organizações internacionais.

A ONG, ao longo de sua trajetória, já formou dezenas de ativistas dos direitos das mulheres, desenvolveu projetos em diversos campos, promoveu campanhas com múltiplos parceiros e parceiras, publicou cartilhas, livros, e outros materiais educativos, especialmente voltados ao combate e prevenção à violência doméstica e



SUMÁRIO

familiar e ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes nas comunidades e escolas públicas. Realiza ações de formação para fortalecer o protagonismo de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, técnicos e educadores de ONGs, grupos e órgãos governamentais. Participou das articulações pela implementação da Lei Maria da Penha e das políticas públicas para mulheres na Paraíba, participou de todas as Conferências de Mulheres, municipal, estadual e nacional realizadas desde sua fundação.

O CM8M atualmente é a secretaria executiva da REDEXI – Rede Interinstitucional de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes da Paraíba, articulação que foi iniciada em meio à Campanha Nacional pelo Fim da Exploração, Violência e do Turismo Sexual (1994), e ampliada pela Campanha Nacional Pelo Fim da Exploração, da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes e do Turismo Sexual (1995-1997). Como secretaria executiva da REDEXI, participou da construção dos planos municipais e estaduais de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes de João Pessoa em parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA). Através da REDEXI, o CM8M foi proponente do Dia Municipal de Enfrentamento à Exploração Sexual – 24 de agosto, lei aprovada pela Câmara Municipal de João Pessoa, em 2007. Também assinou o Plano Municipal de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes/2007 e faz parte da sua Comissão de Monitoramento. É membro da Comissão de Elaboração do Plano Estadual de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, além de fazer parte da Rede de Proteção de Crianças e Adolescentes de João Pessoa. Atualmente, em parceria com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH), responde pelo Programa Disque Cidadão 123, serviço de monitoramento e atendimento de denúncias



SUMÁRIO

de violações aos direitos humanos de mulheres, crianças e adolescentes, encaminhando os casos aos órgãos competentes e mantendo a confidencialidade e o sigilo dos informantes.

O CM8M é a Coordenação Regional do Nordeste no Comitê Nacional de Enfrentamento à Exploração Sexual e filiada à Rede ECPAT (sigla em inglês para Fim da Prostituição e do Tráfico de Crianças para Fins Sexuais) Brasil, uma coalizão de organizações da sociedade civil que trabalha com o objetivo de eliminar a exploração sexual de crianças e adolescentes, e ao Movimento Nacional de Direitos Humanos.

Dentre alguns dos importantes reconhecimentos pelo trabalho realizado, destacamos o Prêmio por Excelência dos *Partners Of The Americas* (Washington) em 1998, e o *Prêmio Nacional de Direitos Humanos* em 2001, na categoria ONGs, láurea obtida pelas atividades desempenhadas em prol da defesa dos direitos das mulheres e do combate à violência doméstica.

Glória Rabay

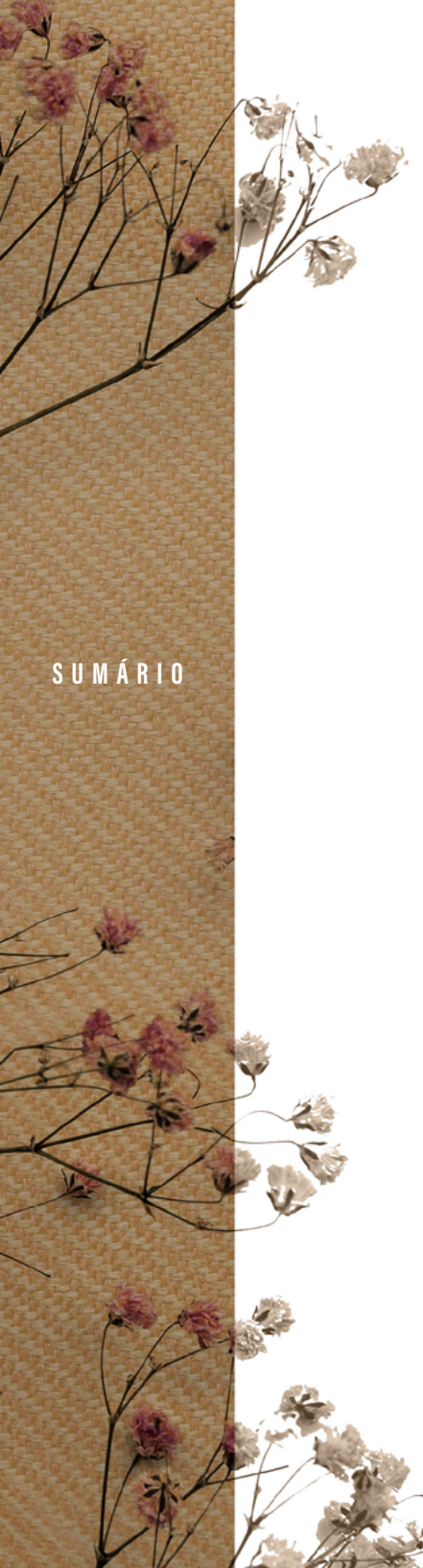
Irene Marinheiro

Lucimeiry Batista da Silva

INDICAÇÃO DE LEITURA:

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília. 2004.

OLIVEIRA, Maria Lúcia Lopes de [*et al.*]. **Grupos de Mulheres da Paraíba**: retalhos de uma história. João Pessoa: Textoarte, 2001.



SOBREIRA, Dayane Nascimento. **A Cunha Coletivo Feminista:** subjetividade, história e feminismo na Paraíba (1990-2015). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

CIDA DE CAIANA DOS CRIoulos

(Severina Luzia da Silva)

SUMÁRIO

A mais nova dos dez filhos de Dona Luzia Maria da Conceição e Seu José Antônio da Silva, nasceu Severina Luzia da Silva, Cida como é mais conhecida, em 28 de agosto de 1967, em Caiana dos Crioulos Alagoa Grande - PB, pelas mãos da tia parteira, que tal como sua mãe “*cortou muito imbigo do povo*”. Nos entremeios da sua existência, como de tantas outras Severinas, a morte e a vida são constantes presenças nas suas lembranças. Dos irmãos e irmãs, muitos foram para o Rio de Janeiro para *fazer a vida*, alguns não chegou a conhecer, era um telegrama que chegava “*dizendo que estava internado, daqui pra quando chegasse o outro, já tinha falecido*”. Da mãe, lembra da alegria que a todos contagiava e de ser parteira requisitada na própria comunidade e vizinhança. Contudo, quem tanta gente trouxe ao mundo, cedo se foi. Aos 10 anos de idade teve que se despedir da mãe, ficando aos cuidados do pai, Seu José Antônio. Não demorou muito para decidir se casar, foi morar com Sérgio Manuel da Silva, seu esposo, com quem vive até hoje em Caiana. Tiveram dez filhos, dos quais se criaram oito, três ainda moram próximos a ela e cinco no Rio de Janeiro, e hoje já conta com doze netos.



SUMÁRIO

Dos momentos de lazer da infância, lembra de brincar com o milho *bonecando* no roçado e também das tantas rodas de ciranda que frequentava desde muito jovem. Ocorre que o pai só permitia que as irmãs mais velhas saíssem para alguma festa se a levassem junto, por ser a caçula da família. Foi assim que desde pequena ia para todas as cirandas, que nunca deixou de fazer parte de sua vida. Casou-se dançando ciranda e ainda hoje cumpre a missão junto com a mestra Dona Edite do Coco, de manter a tradição do coco e ciranda da comunidade quilombola Caiana dos Crioulos. Após a gravação de CD, que contou com o incentivo e apoio da cantora Socorro Lira, viajaram por todo Brasil e Caiana se consagrou na pisada dos seus ritmos tradicionais.

Na infância também ia para o roçado, o que até hoje se dedica as mãos que debulham as favas, pega firme na enxada, limpa o mato, semeia os grãos. Dona Cida conta que faz mais de dez anos que não precisa comprar feijão ou fava, colhendo o que provém do seu trabalho. Em 2021 as condições de saúde fizeram ela diminuir o ritmo e desde então prestar mais atenção no esforço físico. Foi a única, entre todos os irmãos e irmãs, a poder estudar durante o dia. Era melhor, segundo ela, estudar nesse turno, pois aqueles que estudavam à noite muitas vezes chegavam cansados da lida e não tinham mais ânimo para seguir no Mobral — Movimento Brasileiro de Alfabetização, programa do governo para alfabetização de jovens e adultos, extinto oficialmente em 1985. Nesse momento conseguiu concluir até a segunda série, conta que a mãe deu muito apoio e incentivo para que ela fosse para a escola, mesmo quando o pai não queria, mas permitia sob a condição da menina levar a comida na hora do almoço para o roçado e só depois ir para a escola. O dia de desfile cívico era o que mais gostava na escola. Depois dos desfiles, aconteciam as festas, que a alegravam.

Só foi concluir o restante de seus estudos depois de ter os dez filhos, em um projeto chamado Sal da Terra, que a partir do método Paulo Freire foi responsável pela alfabetização de muitos jovens e adultos pelos interiores da Paraíba. Ela já tinha decidido



SUMÁRIO

não parar de estudar. O roçado era longe, quando chegava tomava um banho “*nas carreiras, olhava os meninos, que a mais velha ficava em casa e ajudava a cuidar, ajeitava um, o outro, dava de comer e iam embora para escola*”. Quando chegou na quarta série, os filhos já grandes começaram a “*mangar*” da mãe, duvidando que ela iria continuar a estudar *na rua*, ou seja, na cidade, certos de que o pai também não deixaria. Contudo, sucedeu-se o contrário.

Trabalhava até às duas horas da tarde, cuidava das crianças e “*ia de pé (caminhando), tinha dia que chegava na escola e via dois professores, só tinha um, mas eu via era dois, de tanto sono. Teve dia, no tempo de inverno, quando a estrada de terra é quase intransitável, de chegar de volta às três horas da manhã*”. Mas ela não desistiu, terminou e fez ENEM para dar exemplo aos mais jovens da comunidade. Dona Cida esteve sempre entre os mais jovens falando sobre a importância de estudar, de se casar, mas ter seu próprio dinheiro, de ter autonomia e de lutar por Caiana.

A postura ativa de Dona Cida sempre soube impor respeito aonde chega, característica das mulheres quilombolas de Caiana dos Crioulos, principalmente entre suas lideranças. A lucidez política que trazem serve de instrumento para organizarem entre os seus as estratégias que operarão no pleito de novas conquistas e na manutenção da continuidade do quilombo. Nessa perspectiva, tem sido eleita pela comunidade por mais de cinco mandatos, como presidenta da Associação dos Moradores de Caiana. Entre as conquistas durante sua gestão estão a construção de 40 cisternas e a luta pela titulação do território. Lembra de ter se reunido com os moradores e instigado todos a ocuparem as terras da fazenda, a qual pleiteavam a restituição da posse. Nesse processo foi ímpar a participação das mulheres.

Por fim, para quem nunca escutou o rompante da risada de Dona Cida no ar, é bom saber que é daquelas que corta mandinga.

Marina Prado Santiago

INDICAÇÃO DE LEITURA:

LIMA, Hezrom V. C. Mulheres em rede de saberes vivenciando a comunidade caiana dos crioulos e reexistindo na luta. **Cadernos de História**, v. 17, n. 27, p. 496-520, 2016.

SANTOS, Eurides de Souza. Liderança na cultura popular: mestres cirandeiros de Caiana dos Crioulos - PB. XXIV Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música. São Paulo, **Anais**, 2014.

SANTOS, Eurides de Souza. Memória Social a brincadeira dos cocos na comunidade quilombola Caiana dos Crioulos - PB. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 59, p. 261-282, 2014.

CIDA POTIGUARA

(Aparecida dos Santos Bezerra)

No município de Baía da Traição, em 9 de novembro de 1971, nasceu na Aldeia Forte Aparecida dos Santos Bezerra, conhecida pelo nome de guerra, Cida Potiguara. Seu parto foi realizado por Iraci Cassiano, sua tia. Cida Potiguara aprendeu logo cedo a arte do partejamento. Aos 14 anos já acompanhava sua tia e as demais parteiras da época nos nascimentos de sua aldeia. Como preza a cultura da parteria tradicional, as parteiras mais velhas colocavam-na para procurar, organizar e limpar os materiais necessários no momento do parto. Aos 16 anos, engravidou de seu primeiro filho e casou-se.



SUMÁRIO

Seu parto ocorreu em casa, pelas mãos das principais parteiras da época: Nanci, Maria Gomes, Pempa e Cecília. Já seu segundo filho nasceu na maternidade, de cesárea, por ter optado por realizar no mesmo momento a laqueadura tubária como método contraceptivo.

Em 1992, fez um curso de Auxiliar em Enfermagem e, em 2006, participou de um curso técnico em Enfermagem em João Pessoa. Após 13 anos, decidiu voltar aos estudos, ingressando no curso de ensino superior em Enfermagem no Centro Universitário Maurício de Nassau, em João Pessoa, no qual se formou em 2019. O fortalecimento do aleitamento materno na aldeia foi a temática que lhe chamou a atenção durante sua formação como enfermeira e seu Trabalho de Conclusão de Curso buscou discutir o “aleitamento materno na população indígena”, a fim de promover tal prática, destacando sua importância nos primeiros seis meses de vida do bebê. Uma discussão importante para a comunidade indígena, sobretudo para a diminuição das mortes por diarreia, muito comuns nas últimas décadas do século passado, bem como enfrentar a desnutrição infantil e prevenção de doenças, como a obesidade infantil.

Cida, em sua recente trajetória como enfermeira e indígena, destaca o tema do aleitamento infantil sendo transversal às questões culturais de seu povo Potiguara. Para essa líder, há uma preocupação real com os indicadores de mortalidade da população indígena, especialmente na infância. De acordo com seu saber científico e tradicional, o aleitamento materno faz parte da vida mamífera e incentivar que mulheres amamentem é uma prática para salvar da mortalidade por doenças intestinais, principalmente a diarreia infantil e outras doenças que acometem as crianças das aldeias Potiguara. Também é de sua preocupação a obesidade infantil que aumenta a cada dia em seu território. Para Cida Potiguara, amamentar é também uma forma de evitar que crianças cresçam obesas e aumentem o risco de diabetes, por isso seu trabalho persistente visa incentivar o aleitamento materno até o menino crescer e



SUMÁRIO

não querer mais, e então promover uma alimentação saudável desde o peito da mãe; ressaltando que o enfermeiro deve estar preparado para lidar com as singularidades de cada pessoa atendida, considerando os diversos atravessamentos socioculturais e econômicos de sua vida e o contexto indígena em que está inserido.

O seu olhar atento às dimensões culturais e subjetivas do cuidado à saúde motivou o desejo de Cida de se tornar uma enfermeira obstetra. Como profissional da enfermagem e mulher potiguara, busca fortalecer o cuidado à saúde das mulheres e as práticas das parteiras com seus rituais, a medicina tradicional indígena e a cultura de seu povo, sempre trabalhando o cuidado às mulheres; promovendo empoderamento das parentes Potiguara sobre seus corpos, seus direitos e sobre como podem cuidar da saúde sem perder suas raízes e sem recusar a medicina acadêmica.

Durante todo esse percurso, Cida Potiguara continuou paralelamente sua formação/atuação como parteira tradicional indígena. E neste processo, ela participa de vários cursos para parteiras tradicionais ofertados por organizações não governamentais e pelo Ministério da Saúde. Contudo, aponta que apesar das informações obtidas sobre prevenção de doenças, como HIV/AIDS, hepatites e sífilis, necessidade de realização de exames e procedimentos biomédicos no pré-natal e estímulo às técnicas de higiene e esterilização de materiais na atenção ao parto, os referidos cursos negligenciaram os conhecimentos, a cultura e a religiosidade das parteiras tradicionais indígenas, silenciando suas práticas e saberes. Assim, práticas tradicionais operadas pelas parteiras, como o estímulo da adoção de determinadas posições para o parto, os ritos, a alimentação, os chás, enfim, os saberes indígenas em si, eram negligenciados e silenciados, quando não, desvalorizados. “Só queriam corrigir, não queriam nem saber de parteiras; a parteira ficou largada, não valorizou o trabalho delas, não viram a base cultural” (Cida Potiguara, 2019), disse. Há quatro anos, ela atua como



SUMÁRIO

técnica de enfermagem pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), no polo da Aldeia Forte. Sua função é acompanhar a saúde de crianças, jovens, adultos e idosos, com integralidade e respeito às diversidades socioculturais.

Na pós-graduação em Obstetrícia e Ginecologia pela Faculdade de Enfermagem São Vicente de Paula (FESVIP) — João Pessoa - PB, Cida Potiguara realizou a conclusão do curso com um artigo sobre “Câncer do colo do útero na população indígena”, destacando a importância da qualificação da enfermagem no atendimento preventivo, coleta de exames e no incentivo de mulheres para o autocuidado e exame preventivo.

Cida Potiguara é resistência. É um corpo em luta pela saúde feminina indígena, que fortalece o diálogo entre a medicina ocidental e a cultura Potiguara. Seu lema é “prevenção e conscientização para promoção à saúde”, incentivando práticas de promoção da saúde e prevenção de doenças, a partir do fortalecimento de práticas comunitárias. Por meio da cultura e da formação acadêmica, Cida Potiguara contribui com o atendimento à saúde de seu povo, pois “começa a fazer educação em saúde e autocuidado, porque nós, profissionais indígenas, temos a missão de levar às pessoas a informação sobre adoecimento, saúde, cuidado e somos fundamentais para implementação das políticas públicas” (Cida Potiguara, 2019). Não há dúvidas de sua importância para o povo Potiguara, sobretudo pelo seu diálogo com os saberes tradicionais e conhecimentos adquiridos na universidade, numa troca sinérgica em prol do fortalecimento da cultura e do cuidado com a saúde coletiva de seu povo.

Nathália Jorge Novais

Juliana Sampaio

Waglânia de Mendonça Faustino

INDICAÇÃO DE LEITURA:

NOVAIS, N. J. [et al.]. Cultura & Saúde: narrativa de vida de uma parteira e enfermeira indígena Potiguara. In: SOUZA, A. C. P. [et al.]. (Orgs.). **Compartilhando Saberes:** Etnicidade, saúde e produtividade acadêmica em tempos de pandemia. João Pessoa: Editora do CCTA/UFPB, 2021.

NOVAIS, N. J.; LIMA, F. M. A. “Protagonismo feminino Potiguara”: representatividade e luta. VII Seminário Nacional Gênero e práticas culturais: feminismo como resistência. **Anais [...]**, João Pessoa, 2019.

SAMPAIO, J. [et al.]. Partejar: as mulheres como protagonistas da resistência cultural e da transformação social Potiguara. In: SCHWEICKARDT, J. C. [et al.]. (Orgs.). **Parteiras Tradicionais:** conhecimentos compartilhados, práticas e cuidado em saúde. Porto Alegre: Rede Unida, 2020. (p. 224-235).

C

OMADRE GUERREIRA

(Maria Soares Gomes)

Conhecida como Comadre Guerreira, Maria Soares Gomes nasceu dia 15 de abril de 1968, na Aldeia Forte, município de Baía da Traição. Neta de Maria Porfírio (Maria Grossa) e João Cassiano (João Grosso), duas grandes referências entre os Potiguara. Cresceu imersa na agricultura familiar e na cultura indígena, ajudando seus avós, pais, irmãos e a comunidade. Sua família cultivava banana, manga, feijão verde, mandioca, batata, macaxeira, entre outros alimentos que eram trocados na Baía da Traição. Vivenciou,



SUMÁRIO

na infância, a vida comunitária e relações de troca entre as aldeias, era época de fartura.

Seu nome de luta surge na sua relação com a comunidade. “Comadre” é um termo importante para os Potiguara, pois carrega a conotação de união entre membros de diferentes famílias. O termo “Guerreira” é comumente usado pelo movimento indígena brasileiro para denotar pessoas envolvidas na luta pela vida, saberes, territórios e direitos dos povos indígenas, logo, o nome não traz apenas uma dimensão individual, pois perpassa o coletivo, como bem expressa a fala de Comadre: “nome que não é só meu, mas sim da nação do Potiguara, em especial, as mulheres, que são motivo da nossa luta”. Mãe de cinco filhos, ela é símbolo de luta e de engajamento na busca dos direitos das mulheres indígenas potiguara, sendo um dos principais nomes de representação de seu povo.

Comadre Guerreira inseriu-se no movimento indígena desde muito cedo: “desde o meu entendimento como mulher, jovem e criança indígena”, conta ela. E neste movimento ela reconhece a forma de reacender a cultura de seu povo. Na luta indígena, ela acompanhava seu tio, Daniel Santana (pajé, chefe e cacique geral da época), José Cassiano Soares (também foi chefe na época) e Iraci Cassiano (parteira tradicional e representante política da época). Com eles, desenvolveu seu amor e respeito pela cultura indígena.

Mudou-se para a Aldeia Lagoa do Mato nos anos 2000, após sua separação do primeiro marido. Devido a este relacionamento, de perfil controlador e agressivo, ela não realizou o curso técnico de Enfermagem junto às demais companheiras da comunidade; fato que lhe traz tristeza. Porém, essa experiência de violência impulsionou a sua luta, deu forças para “ser resistência” e se inserir no movimento indígena, bem como, na articulação das mulheres Potiguara. Essa articulação de mulheres uniu o movimento indígena Potiguara de diferentes aldeias, promovendo encontros para dançar o toré, vivenciar as graças dadas por Tupã e experienciar em comunidade a



SUMÁRIO

cultura ancestral. Esse processo trouxe maior comunicabilidade entre as aldeias, viabilizando a valorização da cultura de seu povo.

Enquanto crescia no movimento indígena, casou-se novamente. Seu nome, Comadre Guerreira, foi ganhando maior visibilidade dentre o movimento indígena, representando a comunidade nos movimentos e reuniões fora do município e do estado, fortalecendo a nação Potiguara e sua tradição. A rede gerada por tantas articulações deu frutos e em pouco tempo ela se tornou uma das lideranças da associação “Índias Guerreiras de São Francisco”, articulando a participação das moradoras da comunidade e criando projetos para seu povo. Inclusive, com esta articulação e o apoio do estado, elas conquistaram o Prêmio Culturas Indígenas pelo projeto de revitalização da Lagoa Encantada. A associação foi crescendo e unindo as mulheres, foi quando seu nome de luta ganhou destaque. Mais tarde, ela fundou e é uma liderança na Associação de Mulheres Guerreiras Indígenas Potiguara (AMGIP), que abrange mulheres das 32 aldeias da etnia.

Com sua mudança para Aldeia Lagoa Mato, ela propôs um momento de fortalecimento comunitário dos laços ancestrais. Todo dia 15 de abril — data do seu aniversário — ocorre debaixo do cajueiro de Lagoa do Mato um grande toré, consagrando aquele espaço como um “terreiro sagrado” da aldeia. Segundo Maria Gomes, a escolha desse dia foi pensada para fortalecer a mulher indígena, para simbolizar as mulheres, já que ela já era reconhecida por Comadre Guerreira.

Para expandir o diálogo com o movimento indígena paraibano e com organizações de mulheres, tem participado de encontros em João Pessoa e em outros municípios. Participa do Movimento de Mulheres da Paraíba e da Cunchã Coletivo Feminista, local em que conheceu algumas figuras políticas e as mulheres do movimento negro e quilombola do estado. Para ela, a união dos movimentos sociais e de mulheres foi fundamental na luta por novos espaços.

Nos anos seguintes, Comadre Guerreira se inseriu na política-institucional, quando foi candidata a vereadora, mas não ganhou por falta de apoio das outras aldeias. Ela insistiu nos anos seguintes, pois acredita que o conhecimento e a luta indígena devem ser levados para os netos, bisnetos e toda a juventude indígena para fortalecer o movimento. Em 2022, foi candidata pela coligação PSOL/REDE à deputada estadual, mas não obteve os votos necessários para eleger-se. Sua candidatura atendeu a uma demanda de mulheres autônomas potiguara e outras mulheres indígenas que buscavam representação nas esferas políticas-institucionais para fortalecer a cultura indígena e lutar pelos seus direitos.

Comadre Guerreira exerceu mandato como conselheira no Conselho Estadual do Direito da Mulher (CEDM), da Secretaria do Estado da Paraíba entre os anos 2014 e 2017. A função foi assumida por Cida Potiguara, parteira tradicional e enfermeira Potiguara, em 2018. Assim, a luta das mulheres indígenas permanece ativa e forte, sendo o grande objetivo de sua vida como declarou em entrevista para este verbete em 2022: “porque esse sempre foi o meu foco: a bandeira levantada para as mulheres; colocar as mulheres Potiguara no espaço que nós merecemos”.

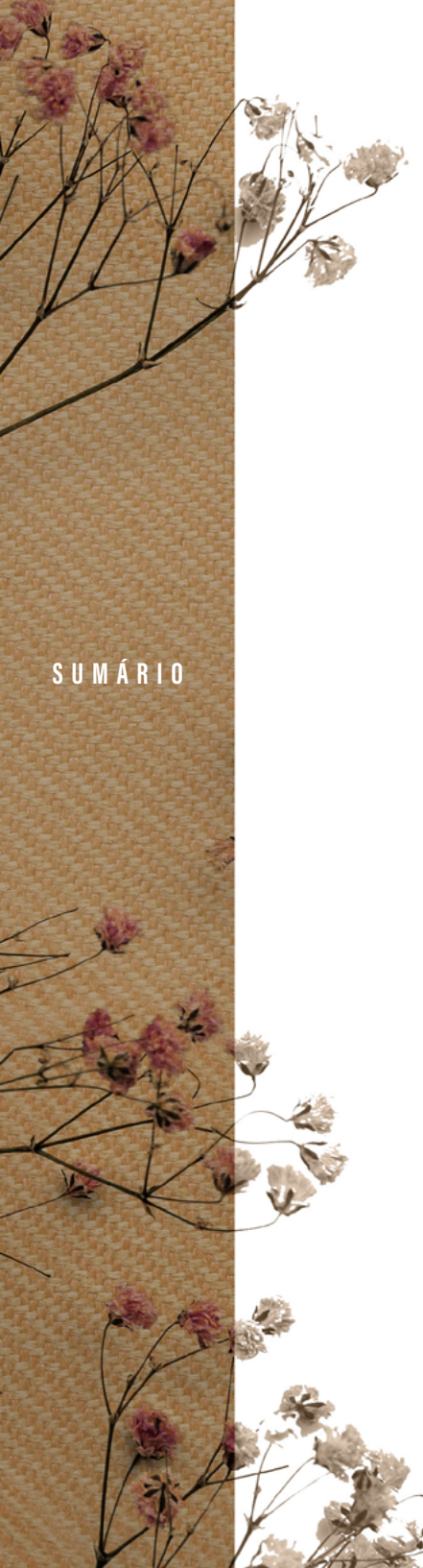
Nathália Jorge Novais

Juliana Sampaio

Isabella Chianca B. Ribeiro do Valle

INDICAÇÃO DE LEITURA:

POTIGUARA, B. [et al.]. **Índios na visão dos índios:** Potiguara. GERLIC, S.; ZOETTL, P. A. (Orgs.). Salvador: Thydêwá, 2011.



SUMÁRIO

SAMPAIO, J. [et al.]. Partejar: as mulheres como protagonistas da resistência cultural e da transformação social Potiguara. In: SCHWEICKARDT, J. C. [et al.]. (Orgs.). **Parteiras Tradicionais:** conhecimentos compartilhados, práticas e cuidado em saúde. Porto Alegre: Rede Unida, 2020. (p. 224-235).

VERDUM, R. [et al.]. **Mulheres Indígenas, Direitos e Políticas Públicas.** Brasília: INESC, 2008.

C

RISTINA LIMA

(Ana Cristina Barboza de Lima)

Ana Cristina Barboza de Lima, mais conhecida por Cristina Lima, é uma mulher negra, feminista, educadora importante para a vida das mulheres brasileiras e paraibanas. Nasceu em 1º de novembro de 1970, em Petrópolis, região serrana do Rio de Janeiro. Primeira filha de Izabel Barboza de Lima (trabalhadora doméstica e malharista) e de João Lourenço Lima (metalúrgico) e irmã de Vânia e Fernanda. Moradora da periferia da cidade, conviveu com a dura realidade das condições de pobreza e vulnerabilidade social da cidade, condição que não arrefeceu a força e determinação de Cristina em estudar, trabalhar e buscar a melhoria das condições de vida para si e para a família.

Aos 18 anos, foi a primeira da família a entrar para a universidade. Passou no vestibular para a universidade pública, a única opção para uma jovem pobre e negra continuar estudando, na época. Ser jornalista era seu sonho e mudou-se para o Rio de



SUMÁRIO

Janeiro, capital, para realizá-lo. O curso era noturno e ela trabalhou e estagiou de dia para permanecer na universidade, graduando-se Bacharel em Comunicação Social/Jornalismo, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ (1992). Como profissional, teve diversas experiências em redações de jornal e assessorias de imprensa, mas foi na área social que começou a se encontrar, atuando junto a ONGs, sindicatos e movimento negro. Aos 26 anos, Cristina foi mãe de Mariana Camillo, e, após um casamento que não deu certo, mudou-se para João Pessoa, na Paraíba, em 1999.

Como muitas mulheres negras brasileiras, criou e cuidou da filha sozinha. Exercitar a maternidade trouxe aprendizado e crescimento como ser humano. Há profundo afeto e cumplicidade com a filha, com quem partilha a vida e as aprendizagens. Mariana conta que Cristina é apaixonada por projetos gráficos e livros, e que a mãe se sente feliz cozinhando, fazendo cadernos artesanais, estudando e recebendo amigos. Diz que o sentimento de realização norteia seu caminhar, seja no ativismo feminista, no acompanhamento a um autor de um livro ou tomando um café entre uma atividade e outra. Para Mariana, ser filha de Cristina foi um dos maiores presentes da vida. Tem orgulho de dizer que são grandes amigas e fica feliz de estar ao seu lado nas várias fases da vida. Em 1999, Cristina se mudou para João Pessoa com a filha para participar da AD'OR – Centro de Expansão da Consciência e aprofundar seus estudos de autoconhecimento, buscando tornar-se um ser humano melhor a cada dia. O Egito, a Kabalah e a conscientização são suas referências (CAMILLO, 2022).

Na Paraíba, sua experiência profissional como jornalista, editora, revisora e educadora é diversificada, atuando nos campos governamental e da sociedade civil. Por muitas décadas no Brasil, e mais no Nordeste, mulheres negras pouco ocupavam espaços midiáticos tradicionais. Cristina é uma das jornalistas



SUMÁRIO

negras que romperam com a cultura do embranquecimento ao ocupar esses espaços. Na Paraíba, ainda trabalhou como repórter no jornal *A União* (2000-2001) e na Associação de Prevenção à Aids – AMAZONA (2001-2004), na promoção do uso do preservativo para prevenção das IST/HIV/Aids junto a adolescentes e jovens, mulheres, lideranças comunitárias e profissionais do sexo. Coordenou a comunicação e a implantação de rádios comunitárias na periferia de João Pessoa e realizou oficinas de comunicação. No Governo do Estado (2011-2014), foi assessora da Fundação Centro Integrado de Apoio às Pessoas com Deficiência – FUNAD, integrando a comissão organizadora das conferências das políticas para pessoas com deficiência na Paraíba.

O encontro com o feminismo acontece com a entrada na *Cunhã Coletivo Feminista*, em 2003, onde passou a refletir sobre seu lugar e papel de mulher negra e comunicadora na sociedade. Cristina colaborou com o fortalecimento e a organização dos grupos de mulheres populares do campo e da cidade. Nos 13 anos na *Cunhã*, foi coordenadora de comunicação, qualificando-se com disseminação de informações estratégicas, levando leveza e beleza às produções de conhecimento e às peças de divulgação; foi coordenadora executiva, mobilizando recursos e articulando parcerias, além de focar em projetos de fortalecimento das organizações e do movimento de mulheres. Elaborou, revisou e editou textos e materiais pedagógicos nas temáticas de direitos humanos, participação política, saúde e violência na perspectiva feminista, além de gênero, diversidade sexual, direitos sexuais, direitos reprodutivos, proteção social das trabalhadoras domésticas e enfrentamento ao racismo. Realizou treinamentos de mídia e capacitações em Tecnologia da Informação e Comunicação com foco na defesa dos direitos humanos, especialmente junto a lideranças de mulheres da Paraíba, na perspectiva de encorajá-las a assumir a fala pública nos espaços midiáticos: rádio, televisão e



SUMÁRIO

jornal impresso, nas mobilizações do movimento feminista local e nacional e nos espaços de poder.

Atuou na Bamidelê – Organização de Mulheres Negras na Paraíba como sócia e coordenadora de estratégias de comunicação (2009-2010), sendo uma das idealizadoras da Campanha *Morena, não. Eu sou negra!*, que ainda hoje tem repercussão na Paraíba e no Brasil. Foi potente na assessoria de imprensa, na elaboração de conteúdo para o site da instituição com as temáticas dos direitos humanos das mulheres negras, enfrentamento ao racismo, defesa das cotas raciais nas universidades – na criação e edição de publicações, revisão de documentos, na realização de processos de formação com foco em mulheres negras e mídia e na coordenação de concurso de redação sobre igualdade racial e enfrentamento ao racismo para estudantes de escolas públicas.

Cristina Lima atuou na Universidade Livre Feminista, como secretária executiva (2015-2022), onde contribuiu para impulsionar as ações político-pedagógicas (*on-line* e presencial), na dinâmica organizativa e na disseminação das lutas feministas nas redes e mídias sociais, sendo uma referência para sua rede de colaboradoras. Para uma de suas integrantes, Priscilla Brito, Cristina é uma pessoa amorosa e respeitosa, com quem ela aprendeu a ter mais atenção aos processos e às pessoas, e a pensar não só no impacto das ideias, mas como seu percurso faz sentido para a transformação social e feminista no mundo (BRITO, 2022). Relata que, em sua prática profissional, ela é acolhedora com a chegada das mulheres, recebendo-as com amor e alegria. Pontua ainda sua perspectiva de priorizar a diversidade e a inclusão como princípios da pedagogia feminista.

Destacam-se suas contribuições na revisão e/ou edição dos livros: *Abortamento inseguro: assistência e discriminação* (2008) e *Mulheres em situação de violência: Olhares*



SUMÁRIO

Feministas sobre a rede de atendimento (2015), da Cunha; a série *Cirandas Feministas: experiências que se entrelaçam* (2016-2018), do SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia; *Diretrizes Nacionais para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas das mulheres* (ONU MULHER – 2016), publicado pela ONU Mulheres em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres do governo Dilma Rousseff. Foi responsável pela edição do caderno *Semeando Feminismos: práticas políticas da Articulação de Mulheres Brasileiras* (2021).

Cristina Lima, intuitiva, inteligente e talentosa, está há mais de 25 anos desenvolvendo expertise como revisora e editora (Livreditora), tem intimidade e amor pelas palavras e vem contribuindo significativamente com as lutas feministas e com a visibilidade da produção e conhecimento de mulheres, sendo referenciada em âmbito local e nacional.

Anadilza Maria Paiva Ferreira

Luciana Cândido Barbosa

Maria Lúcia Lopes de Oliveira

INDICAÇÃO DE LEITURA/ESCUTA:

OLIVEIRA, Maria Lúcia Lopes de [et al.]. **Grupos de Mulheres da Paraíba:** retalhos de uma história. João Pessoa: Textoarte, 2001.

SOBREIRA, Dayane Nascimento. **A Cunha Coletivo Feminista:** subjetividade, história e feminismo na Paraíba (1990-2015). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

CUNHÃ COLETIVO FEMINISTA

A Cunhã Coletivo Feminista é mais uma das organizações sociais importantes na construção histórica do feminismo paraibano e brasileiro. Muitas mulheres, com suas expertises e comprometidas com as lutas sociais passaram pela organização, em diferentes épocas, impulsionando o seu projeto político. Criada em 1990 por seis feministas jovens: ex-integrantes do Grupo Raízes, de Campina Grande (Gilberta Santos Soares e Soraia Jordão), e professoras universitárias (Ana Adelaide Tavares, Lúcia Maria Temóteo, Rosa Maria Nader e Sandra Maria Craveiro), impulsionaram a luta contra as discriminações e a misoginia. *Cunhã* significa “mulher” em Tupi e é uma homenagem às mulheres da etnia Potiguara, povo originário da Paraíba e do Rio Grande do Norte, além de ser o nome de uma flor comum da região: *Clitoria fairchildiana*. Na sua identidade coletiva, o nome “Cunhã” e “feminista” revelam a revolução que começou ainda em meados da década de 1990.

As primeiras atividades e a maturação da institucionalização do coletivo ocorreram nas casas das fundadoras. Gilberta Santos Soares recorda que a formalização da Cunhã enquanto organização não governamental contou com a articulação de Eleonora Menicucci, à época, professora da UFPB, através de parceria com a OXFAM do Brasil. Com este projeto, a organização prestou assessoria ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras (MMT), de Alagoa Grande, após a morte da sindicalista Maria da Penha Nascimento



SUMÁRIO

(1991), e ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), fortalecendo o movimento no Brejo da Paraíba. Essa atuação se estendeu para outras áreas através da parceria com a Comissão de Mulheres da CUT-PB.

A ousadia e a irreverência sempre foram suas marcas ao confrontar a sociedade conservadora e fundamentalista na luta pelos direitos reprodutivos, principalmente pela descriminalização do aborto, autonomia dos corpos das mulheres, direitos sexuais, por saúde e contra a violência às mulheres. Do trabalho com educadores populares, passando pela assessoria às organizações que atuavam no movimento de crianças e adolescentes e profissionais do sexo, que iniciavam sua organização, atendimento a normalistas, prostitutas e adolescentes em situação de risco, a organização foi ganhando espaço, estrutura, legitimidade e reconhecimento. Para o fortalecimento das lutas e do movimento feminista, a Cunhã desenvolveu estratégias de formação político-pedagógica, articulação e comunicação, atuando ainda com redes e articulações feministas, em especial com a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e com a Rede Nacional Feminista de Saúde, entre outras (CUNHÃ, 2022).

Desempenhou papel fundamental na/para a realização do XIII Encontro Nacional Feminista, na Paraíba (2001). Era uma época de maturidade institucional e projeção nacional, que desembocou no mapeamento de grupos de mulheres na Paraíba e posterior interiorização da ação e das lutas feministas. É fruto desse período a publicação *Grupos de Mulheres da Paraíba: retalhos de uma história* (2001), que impulsionou a criação da Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba. Desde então, alargou o seu trabalho para outros territórios da Paraíba, realizando um amplo processo de formação com grupos de mulheres populares em sua pluralidade constitutiva e de identidades.



SUMÁRIO

Junto às mulheres de Caiana dos Crioulos (Alagoa Grande - PB), se aproximou de uma realidade marcada por muitas desigualdades na vida das mulheres quilombolas, processo que trouxe muitos desafios, mas também diversos aprendizados. Uma das lideranças de Caiana, Elza Ursulino destacou a importância das formações da Cunhã para a sua vida, profissão e comunidade na luta pelos direitos e pela saúde das mulheres no que tange à prevenção e ao planejamento familiar.

A Cunhã colaborou com o fortalecimento de coletivos importantes no movimento de mulheres paraibanas: Bamidelê – Organização de Mulheres Negras; Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais Maria Quitéria, Renasce Companheiras, Índias Guerreiras, Flor Mulher, Associação de Labirinteadoras de Pontina e de Chã dos Pereiras, entre outros. Realizou junto ao Movimento de Luta pela Moradia de João Pessoa, diagnóstico sobre a realidade socioeconômica e cultural com foco na saúde sexual e reprodutiva das mulheres que desembocou em ações de formação (2007-2008). Junto ao Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de João Pessoa e região, realizou ações de formação, campanhas e mobilização de recursos. Glória Rejane Santos (2022), da diretoria do sindicato, relata que a Cunhã foi muito importante na sua vida, no seu crescimento, fortalecimento e empoderamento enquanto mulher negra e pobre.

Entre 2002-2016, em parceria com o Centro da Mulher 8 de Março, ampliou o trabalho junto às mulheres na região do Cariri paraibano, nas comunidades de agricultura familiar e áreas de assentamento da reforma agrária, com foco em gênero, trabalho e geração de renda. Maria do Socorro da Costa (2022), rendeira, liderança e posteriormente educadora da Cunhã, relata: “o trabalho da Cunhã foi inédito (...) um trabalho que modificou, contribuiu com a organização e a mudança de muitas vidas. Nessa direção de pensar a vida das mulheres de forma diferenciada, de pensar o feminismo,



SUMÁRIO

as mudanças a partir de onde a gente está, seja na associação, em um coletivo, ou mesmo em casa, ou como mulher”. A partir de 2014 também iniciou ações de fortalecimento político na área de trabalho e geração de renda junto à Associação de Marisqueiras de Acaú, em Pitimbu - PB.

A Cunhã realizou diversas campanhas: “Campanha Latino-Americana pela Legalização do Aborto: a mulher decide, a sociedade respeita e o Estado garante”, vinculada à Rede Nacional Feminista, Jornadas pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro; “Ninguém Engravidar Sozinho”, que abordou gravidez na adolescência, estupro, paternidade responsável, contracepção, entre outros temas; “Violência contra a mulher, estamos do seu lado! Nessa luta você pode e deve pedir ajuda”; “Violência contra a mulher é da sua conta, denuncie!”; “Cuidado! Machismo adoece e mata”. Essas e outras ações deram ampla visibilidade para a organização e às pautas feministas nos meios de comunicação locais e nacionais.

Na incidência política, monitoramento e ocupação dos espaços de controle social para a garantia dos direitos das mulheres, humanização dos serviços e implementação de políticas públicas, atuou em: Rede de Atenção às Mulheres em Situação de Violência – REAMCAV; Conselhos Municipais de Saúde da Cidade de João Pessoa, de Direitos das Mulheres e Orçamento Democrático, com enfoque sobre gênero e raça; comitês de prevenção da mortalidade materna e conferências de saúde e de políticas para as mulheres. Teve importante papel na implementação do Programa para o Aborto Legal e Seguro em João Pessoa e no enfrentamento à mortalidade materna (pesquisas/diagnósticos e incidência política). Denunciou os altos índices de mortalidade materna na Paraíba, incidindo para a humanização e melhoria dos serviços de saúde.

É notória a contribuição da Cunhã no fortalecimento das lutas feministas e no confronto ao patriarcado, ao racismo, ao

capitalismo e aos fundamentalismos, como na luta pela democracia e defesa dos direitos humanos das mulheres no contexto paraibano e brasileiro. Desde 2016, a organização vem redimensionando suas ações, tendo reduzido seu quadro de educadoras, passando por mudanças internas e se reinventando diante dos desafios da conjuntura. Como várias organizações feministas, sentiu os efeitos da escassez de recursos financeiros para a sociedade civil, num contexto de desmonte das políticas públicas, retrocessos de direitos e avanço do conservadorismo, do fascismo e do racismo.

Inspirada na teimosia das “mulheres fortes, sim, sinhô”, a Cunha reexiste e persiste nesses tempos difíceis, impulsionando revoluções e esperando uma sociedade livre de violências, injustiças e opressões para todas as pessoas.

Ana Cristina Barboza de Lima

Dayane Nascimento Sobreira

Maria Lúcia Lopes de Oliveira

INDICAÇÃO DE LEITURA:

OLIVEIRA, Maria Lúcia Lopes de [*et al.*]. **Grupos de Mulheres da Paraíba**: retalhos de uma história. João Pessoa: Textoarte, 2001.

SOBREIRA, Dayane Nascimento. **A Cunha Coletivo Feminista**: subjetividade, história e feminismo na Paraíba (1990-2015). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

SOBREIRA, Dayane Nascimento. Histórias (d)e resistências feministas na Paraíba: a ONG Cunha Coletivo Feminista em perspectiva. **Saeculum**, João Pessoa, v. 25, n. 42, p. 171-190, 2020.

D

ONA CORINA

(Corina Ramos do Nascimento)

Dona Corina tem 85 anos, é viúva, natural do quilombo de Paratibe (João Pessoa - PB), mulher, negra, quilombola, mãe de seis filhos, é representante do coco de roda quilombola, foi pescadora artesanal e feirante na feira do Rangel. Não pôde estudar porque tinha que trabalhar, mas aprendeu na luta diária. Criou seus filhos com os recursos do que pescava: camarão, amoré (peixe pequeno de escamas pretas), caranguejo e quidundi (peixinho) nos rios da Mata da Portela: Duas Bocas, o Rocha e Riacho Preto. Também pescava no rio Gramame (Barra de Gramame). Tinha criação de galinha e porco, plantava feijão, milho, batata e macaxeira, para o consumo da família. Lavava roupa no rio da Estiva (rio de Kikiu – nome do proprietário), pegava água na cacimba, colhia fruta nos pés de manga e caju nos sítios para pegar pau-de-arara (caminhão velho) para ir à feira do Rangel vender o produto da colheita. Muitas vezes levava o balaio de frutas na cabeça, do sítio para a casa, da casa para a feira. Na volta da feira trazia o balaio cheio de farinha, feijão, quarta de salame, grãos de café, açúcar, rapadura, tudo a granel.

Comandava o coco de roda nas festas de São João e São Pedro, passava a noite na festa e no dia seguinte acordava o povo da comunidade cantando para chamá-los para ir ao rio da Draga tomar banho. Nos enterros puxava o louvor no trajeto entre a comunidade quilombola de Paratibe até o cemitério da Penha. Fazia procissões religiosas na comunidade junto à professora Antônia do Socorro Silva Machado.

Para ter acesso ao médico e dentista atravessava o rio Cuiá (divisa atual dos bairros de Mangabeira e Nova Mangabeira),

quando o rio estava seco fazia o trajeto em cima de uma ponte improvisada feita de paus, quando o rio estava cheio passava nadando.

É uma referência na comunidade como símbolo de uma mulher que luta e lutou para ter para si e para os seus.

Joseane Pereira da Silva Santos

Iany Elizabeth da Costa

INDICAÇÃO DE LEITURA:

GONÇALVES, Maria Ronízia. **Relatório antropológico de identificação e delimitação da comunidade negra de Paratibe**. João Pessoa: Incra, 2011.

RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

SILVA, Joselina da; PEREIRA, Amauri Mendes. **O movimento de mulheres negras**: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Nandyala, 2014.

D

ONA FLOR DE CAMUCIM

(Florzina Maria da Silva)

Dona Flor de Camucim, conhecida como Dona Flor, nasceu em 2 de junho de 1924, no povoado Jangada, município de Pedras de Fogo, na Paraíba, Brasil. Mudou-se para a Fazenda



SUMÁRIO

Camucim acompanhando seu esposo que se deslocava à procura de trabalho e foi admitido, como canavieiro, na destilaria Tabu, situado no município de Pitimbu - PB. No início dos anos 1980, os proprietários dessa destilaria começaram a ameaçar expulsar os moradores da fazenda, principalmente no período das greves dos canavieiros no Nordeste brasileiro. Dona Flor, como era conhecida, se destacou pela coragem e audácia em enfrentar as truculências dos proprietários e das milícias privadas (capangas) na região. Enfrentou a polícia, se jogou em frente de tratores para impedir a destruição dos casebres onde moravam. Foi presa, porém não perdeu a lucidez de quem luta por direitos. Para a desapropriação da fazenda Camucim, fora necessário às famílias ocuparem a praça João Pessoa, por 24 dias. Hoje o imóvel está desapropriado e beneficia 50 famílias.

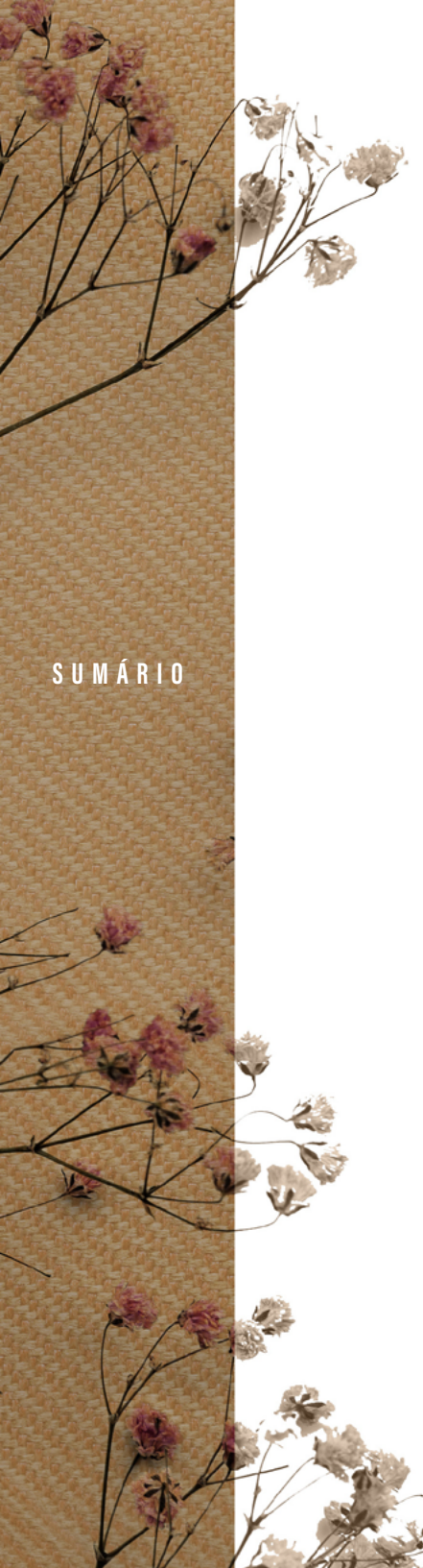
As terras da destilaria Tabu foram áreas de constantes conflitos e de tensões, por conta da violência física ou da intimidação praticadas pelas milícias privadas, sendo a situação agravada pela omissão ou ação do Estado na (des)proteção dos direitos dos camponeses/posseiros em permanecer na terra. A liderança de Dona Flor despertou em muitas mulheres a importância de ser protagonista dentro de seu território de luta pela terra, pela vida, pela cultura camponesa, constituindo um laboratório de formulação e de formação também de novos quadros.

Iranice Gonçalves Muniz

INDICAÇÃO DE LEITURA:

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Relatórios dos Conflitos de Terra**. Goiânia: CPT, 1995 a 2010.

MUNIZ, Iranice Gonçalves. **Protagonistas de um sonho**: desafio da assessoria jurídica no campo. João Pessoa: EMPRELL, 2000.



SUMÁRIO

D

ONA TOINHA

(Antônia do Socorro Silva Machado)

Antônia do Socorro Silva Machado, Dona Toinha como era conhecida na comunidade quilombola de Paratibe, nasceu em 3 de março de 1930 no lugar chamado Marimbondo (perímetro atualmente reconhecido como quilombola), era a sexta filha do segundo casamento de Seu Olavo Pedro da Silva com Maria Daluz, conhecida como Maria Gorda. Dona Toinha morou a vida inteira em Paratibe, sendo seu pai Olavo (1905-?) uma grande liderança local, sua família teve muita influência na questão territorial da comunidade.

Dona Toinha cursou as primeiras letras (o que equivale às primeiras séries do ensino fundamental) em João Pessoa, retornando à comunidade para casar-se com Seu Getúlio. A partir daí começa sua luta em prol da educação no quilombo.

Na década de 1950 ela era a única professora de Paratibe, por conta do prestígio de sua família e pela falta de políticas públicas do Estado, montou uma escolinha particular com uma classe multiseriada no quintal de sua casa, a fim de alfabetizar. Além do ofício de ensinar, Dona Toinha era quem puxava os terços e novenas junto a Zefa Vaqueiro, após a morte desta, continuou as rezas e ladainhas.

Com muita luta e dedicação, a escolinha foi crescendo com doações de livros usados e mobiliário que recolhia junto à prefeitura de João Pessoa e a outras pessoas da região. A escolinha de Antônia funcionou em sua casa até a década de 1970 quando a prefeitura municipal de João Pessoa manifestou interesse de construir uma escola na região. Dona Antônia sabendo do fato doou um

terreno seu equivalente a um quarteirão para a construção desta escola, sendo fundado o grupo escola José Peregrino de Carvalho no ano de 1972; esta escola funcionou sob a direção de Toinha até 1992.

Quando no advento da morte dela, naquele mesmo ano, a comunidade local mobilizou-se junto com a família para mudar o nome da escola, passando esta a homenagear a sua patrona.

Antônia do Socorro é sinônimo de resistência e luta pela educação em Paratibe.

Joseane Pereira da Silva Santos

Iany Elizabeth da Costa

INDICAÇÃO DE LEITURA:

CAVALCANTE, Ygor Yuri de Luna. **O ensino de geografia na educação quilombola:** experiência na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Antônia Socorro da Silva Machado – Comunidade Negra de Paratibe, PB. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

CAVALCANTE, Ygor Yuri de Luna. **Paratibe:** herança quilombola e reorganização do espaço agrário-PB. Monografia (Graduação em Geografia) Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa, 2007.

COSTA, Iany Elizabeth da. **A resignificação da Identidade Quilombola na Comunidade de Paratibe:** uma análise a partir dos processos de resistência. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.



EDNALVA BEZERRA

(Maria Ednalva Bezerra De Lima)

SUMÁRIO

Ednalva Bezerra foi professora, educadora, sindicalista, feminista e partidária. Nasceu em Campina Grande, em 15 de maio de 1959. Era filha de Zuleide Gomes (artesã e dona de casa) e Evaldo Bezerra de Lima (fazendeiro); tinha oito irmãos. Mudou-se de Campina Grande para a capital, movida pelo trabalho e pela militância. Foi de João Pessoa para São Paulo, viajou pelo Brasil, pela América Latina e por outros continentes, atuando em prol dos direitos das mulheres. Em Campina Grande, formou-se em Letras, com especialização em Educação, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB, Campus II). Foi professora de português nas redes públicas municipal e estadual da Paraíba. Jovem, começou a militância na Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba (AMPEP/PB). Em 1984, liderou uma greve, com outras companheiras, por melhores salários e condições de ensino. Tornou-se conhecida como sindicalista. No mesmo ano, foi criado o Sindicato de Professores, de cuja direção fez parte – seu sindicato de base, como ela se referia (NASCIMENTO, 2014). Colaborou com a criação da Comissão Estadual da Mulher Trabalhadora da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e tornou-se a primeira coordenadora, de 1989 a 1994, em João Pessoa. Enveredou a militância para a organização das mulheres trabalhadoras dentro e fora do movimento sindical. Filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT), no final da década de 1980, em que militou durante toda a vida.

Em 1994, ingressou na ONG Cunhã Coletivo Feminista; integrou a coordenação executiva e trabalhou temas como direitos reprodutivos, mulheres e trabalho, trabalhadoras rurais. Com outras



SUMÁRIO

companheiras, desenvolveu ações de *advocacy* para a implantação do Programa Estadual de Assistência às Mulheres em Situação de Violência, que incluía o aborto previsto em lei. A dupla inserção de Ednalva Bezerra no campo sindical e no movimento feminista propiciou uma construção dialógica entre esses universos. Adentrou as articulações feministas e as redes locais, nacionais, regionais e internacionais de mulheres.

Na CUT nacional, integrou a Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora (CNMT/CUT) (1989 -1997) e a coordenou (1997-2003). Foi secretária nacional de Políticas Sociais da CUT (1994-1997) e suplente da executiva nacional (1997-2000). Assumiu a gestão do Núcleo Temático de Gênero, que produzia subsídios teóricos e metodológicos e oferecia formação para inserir a categoria de gênero na política nacional da CUT. Em 2003, depois de dez anos de discussão, foi criada a Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora (SNMT-CUT), no 8º Congresso Nacional da CUT, resultado da organização das mulheres, coordenada por Ednalva Bezerra. Membro efetiva da Executiva Nacional, tornou-se secretária nacional da SNMT da CUT em 2003, até seu falecimento. Representou as sindicalistas brasileiras em instâncias internacionais: participou da diretoria executiva da Central Sindical Internacional, foi vice-presidente do Comitê da Mulher Trabalhadora da Organização Regional Interamericana de Trabalhadores e integrou a Comissão de Mulheres das Centrais Sindicais do Cone Sul e o Comitê Feminino da Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres.

Ocupou importante lugar no campo feminista brasileiro, dentre eles, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), por dois mandatos, representando a SNMT/CUT, e compôs a articulação da Marcha das Margaridas. Integrou a Comissão Tripartite de Igualdade de Oportunidades e de Tratamento de Gênero e Raça no Trabalho do Ministério do Trabalho, Emprego e



SUMÁRIO

Renda e representou a SNMT/CUT nas Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro. Influenciou a criação do Núcleo de Reflexão Feminista sobre o Trabalho Improdutivo e Reprodutivo, coordenado pela CUT, pelo SOS Corpo e pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Mulher (NEIM/UFBA). Em 2004, fundou a ONG Colmeias – Coletivo de Mulheres, Educação, Intervenção e Ação Social, com o objetivo de contribuir com a igualdade de gênero na Paraíba. Iniciou uma articulação com as mulheres do Mercosul e um intercâmbio de mulheres entre o Brasil e o Canadá.

Participou ativamente da organização da I e II Conferência Nacional de Políticas para Mulheres (CNPM) (2005 e 2007), contribuindo para a implantação de políticas públicas para mulheres no País. A imagem de Ednalva Bezerra à frente da Plenária Final da II CNPM, com cerca de 3 mil mulheres de todo o Brasil, ficou marcada na história do feminismo brasileiro, como uma de suas últimas atividades públicas. Ela se destacou no movimento sindical por sua capacidade de fazer leituras, promover articulações e desenhar estratégias políticas. A aproximação com o feminismo a arrebatou de forma definitiva, e ela passou a se dedicar à elaboração de metodologias para oficinas de sensibilização e formação.

A opção de Ednalva Bezerra por tratar, especificamente, do tema ‘mulheres na CUT e no campo sindical’ levou-a a enfrentar barreiras. Afirmava que o desafio do movimento sindical brasileiro era maior do que a superação da contradição entre capital e trabalho, e sabia da sua contribuição para estabelecer uma relação sistemática e respeitosa do feminismo com o sindicalismo e vice-versa (NASCIMENTO, 2014). Trabalhou para incrementar a participação das mulheres nos espaços de poder, como por exemplo, da luta pelas cotas para mulheres nos partidos políticos. Sua contribuição foi marcante para articular classe e gênero na perspectiva interseccional, assim como diversidade sexual, raça e capacitismo. Como dirigente sindical e pesquisadora do movimento feminista,



SUMÁRIO

organizou livros e escreveu artigos sobre a questão de gênero e o trabalho das mulheres.

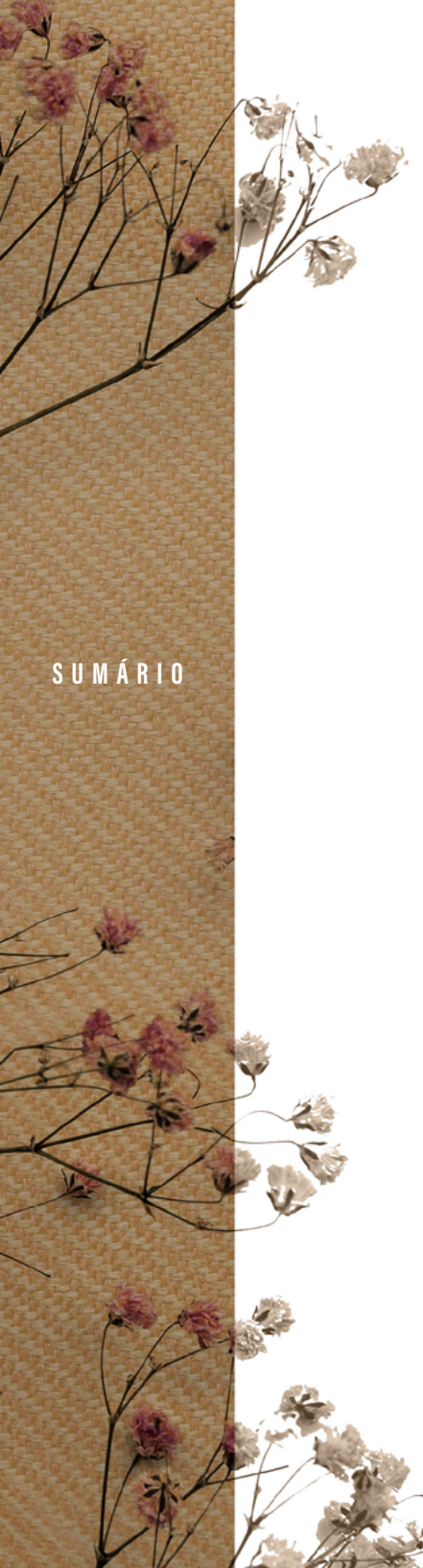
Ednalva Bezerra tinha uma vida intensa, pública e combativa, mesclada pela sensibilidade na vida privada, em que partilhava as delicadezas de suas preparações culinárias, as alegrias, os sonhos e os planos com seus amores, a família e as amigas. Amiga e companheira fiel, hospitaleira e sincera, sua casa era sempre um lugar de aconchego. Sua cor, lilás; sua pedra, o cristal; seu aroma, os incensos; seu santuário, as plantas, em especial, as violetas roxas. Faleceu em 10 de setembro de 2007, em decorrência de uma grave infecção por meningite, em Campinas – São Paulo. Voltou para Campina Grande para as últimas despedidas. Foi velada na Prefeitura Municipal de Campina Grande e transportada pelo Carro Oficial do Corpo de Bombeiros, ocasião em que seus familiares, amores, amigas, feministas, sindicalistas, militantes da CUT e de outros movimentos sociais se encontraram para a grande despedida. Recebeu homenagens e reconhecimento por sua contribuição, dentre elas o nome do Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra – CRMEB, implantado no dia 14 de setembro de 2007, pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Prefeitura Municipal de João Pessoa, e deu nome à Rua Sindicalista Maria Ednalva B. de Lima, no bairro da Ramadinha, em Campina Grande.

Gilberta Santos Soares

Maria de Fátima de Araújo Silveira

INDICAÇÃO DE LEITURA:

BEZERRA, M. E. As relações de gênero e a educação. *In*: WATANABE, C. H. R.; CORRÊA, M. P. A. **As relações de gênero em debate**. Recife: Edições Bagaço, 2000.



REDEH. Verbete Maria Ednalva Bezerra de Lima (1960-2007). **Acervo Centro de Memória Mulheres do Brasil e Pesquisa Biografia de Mulheres**. (v. 02). Disponível em: <http://www.mulher500.org.br/maria-ednalva-bezerra-de-lima-1960-2007/>. Acesso em: 25/05/2023.

NASCIMENTO, L. Entrevista com Maria Ednalva Bezerra de Lima. **Revista Feminismos**, Salvador, v. 01, n. 02, 2013.

E

FU NYAKI

(Euphrasia Joseph Nyaki)

SUMÁRIO

África Subsaariana é a região do continente africano situada ao sul do Deserto do Saara, chamada pejorativamente pelo domínio colonial de “África Negra”, distinta do que seria a “África Branca”, ao norte; uma divisão que ocorre, pelo menos, desde o século XVIII. Esse é o lugar de origem de Efu: a Tânzania, seu local de nascimento. Euphrasia Joseph Nyaki é seu nome no seu povo “Tchaga”, que habita o território no pé do Monte Kilimanjaro. Euphrasia é o nome de uma “planta que cura os olhos”, ela gosta de dizer que já veio ao mundo com essa ideia de cura. Efu vem de uma família de nove irmãos, sendo ela a segunda. Efu virou seu apelido diante da dificuldade de algumas pessoas com a pronúncia do seu nome comprido, Euphrasia, então Efu é um diminutivo para as pessoas mais velhas conseguirem falar.

Essa mulher que atravessou o oceano em direção ao Brasil, mobilizada pela vontade de conhecer as experiências de educação popular inspiradas por Paulo Freire, é uma personagem importante na história da criação da Afya – Centro Holístico da Mulher, pois



SUMÁRIO

é a partir dessa identificação com a pedagogia freireana, sendo ela pedagoga, que se move da Tanzânia em direção ao Brasil. Nos anos 1980, na Universidade Dar es Salaam, onde se formou em Pedagogia, Ciência e Matemática, Efu teve os primeiros contatos com os textos de Paulo Freire. Na universidade, escreviam textos e resenhas a partir de textos de Freire e conversavam sobre eles. Como estudante de Pedagogia entrou em contato com uma visão de mundo, de educação, com um novo jeito de ser professora, aprender e ensinar da forma mais respeitosa, horizontal, amorosa e humilde possível. Esse estilo de vida de Paulo Freire encantou Efu. Para ela, Paulo Freire é maravilhoso, uma inspiração para que fosse professora dentro dessa mesma perspectiva educacional. Educar educando-se é uma postura de Freire que ela herdou. Além da influência freireana, quando ainda trabalhava na Tanzânia já conhecia Leonardo Boff, por meio de um pequeno jornal dele que alguém mandava, e que falava das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) no Brasil, dentro do que ficou conhecido como Teologia de Libertação; sentia-se empolgada com essas ideias, como praticante da fé católica. Partiu da Tanzânia para Nova Iorque, onde fica a sede da Congregação Religiosa Católica que escolheu, Maryknoll, e de lá começou a estudar os países de seu interesse, decidindo vir ao Brasil, que já a havia tocado, com a expectativa de conhecer o método de Paulo Freire e se tornar uma “católica diferente, mais liberal”. Sentia-se empolgada para vir para o Brasil como missionária, utilizando o método de educar como método de acolher as pessoas.

A questão da escravidão africana, a presença dos seus chamados “primos”, no Brasil, foi também um dos motivos da vinda de Efu. Quando veio para o Brasil, chegou primeiro em São Paulo, local onde existia um núcleo bem organizado da Congregação de Maryknoll. Oriunda de uma cultura rural, teve dificuldades de se adaptar à metrópole paulistana. Assim, pediu para se transferir para o Nordeste, onde havia um grupo pequeno que estava começando. Por fim, chega ao Nordeste “enegrecido” e “acaboclado” de Paulo Freire, região em que



SUMÁRIO

os africanos escravizados desembarcaram primeiro. Efu fez o mesmo percurso que seus “parentes”, atravessando o oceano, mas, dessa vez, com muitas expectativas na bagagem. Diferentemente deles, ela chega numa condição de mulher africana livre, segura, amparada por uma instituição que a protegia. É uma freira africana, não uma freira negra africana; subverte essa condição de subalternização imposta pela nomeação “negra”, seja pela fala, pela liberdade do corpo, das vestimentas, do turbante, pela fortaleza da centralidade feminina na tradição africana.

Nesse Nordeste Negro, em João Pessoa, encontra um bispo negro, defensor da justiça social e dos direitos humanos, apelidado de “Dom Pelé” ou “Dom Zumbi”, o primeiro bispo negro do Brasil. Dom José Maria Pires, Arcebispo da Arquidiocese de João Pessoa, no período de 1965 a 1995, recebeu Efu de braços abertos, em 1994. De acordo com suas memórias, o novo bispo, o bispo negro, quando se encontrou com sua irmã africana, dançou. O bailar do corpo é a forma divinamente humana que os africanos possuem de expressão da cultura da vida, da felicidade, da alegria, da forma de afetar e ser afetado pelo mundo. Essa linguagem do corpo é uma linguagem natural para os povos africanos. Porém, algo mais chamou a atenção de Efu no Brasil, que foi a relação de colaboração, solidariedade e companheirismo entre os padres, as freiras e os casais da Congregação de Maryknoll; cada missionário, com sua vocação, trabalhava junto, todo mundo sendo considerado igual.

O que faz com que o nome Efu Nyaki esteja em um dicionário sobre mulheres paraibanas é a relevância de seu trabalho de formação e qualificação de mulheres da periferia da cidade de João Pessoa, por meio da Afya – Centro Holístico da Mulher, que continua em atividade, possibilitando a capacitação, mas também a confluência de saberes entre essas mulheres.

Edna Maria do Nascimento da Silva

INDICAÇÃO DE LEITURA:

GUEDES, Fábio Lúcio Antunes. **Diatética natural:** mulheres, ecologismo e espiritualidade na cozinha da Nova Era. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

SILVA, Edna Maria do Nascimento. **Bem Viver e Marcas Culturais Tanzanianas:** A Experiência da AFYA na Reconstrução da Relação das Mulheres com a Saúde em Territórios de Pobreza. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

TV CÂMARA JP. **Terapia holística com Efu Nyaki (missionária e fundadora da Afya).** Youtube, 19 mar. 2024. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=oLjvkdailrg&ab_channel=AfyaCentroHol%C3%ADsticodaMulher. Acesso em: 30/04/2022.

E

LBA RAMALHO

(Elba Maria Nunes Ramalho)

Com uma discografia que traduz o Nordeste brasileiro, retratando sua força, beleza e poesia, a obra de Elba Ramalho é uma verdadeira declaração de amor à região e ao povo nordestino. A artista leva ao seu público amplo uma perspectiva feminina da arte nordestina de uma forma vigorosa e autêntica. Conhecida por todo o Brasil e pelo mundo, ocupa decisivamente seu lugar no rol de personalidades artísticas, como mulher paraibana, atriz, cantora, cantriz, intérprete e multi-instrumentista.



SUMÁRIO

Nascida em 17 de agosto do ano de 1951 na cidade de Conceição, no alto sertão paraibano, é filha de João Nunes de Souza e Maria Geni Ramalho. Conceição é o nome de uma cidade quente, um território místico, responsável por ninar, acolher e oferecer à Elba sua primeira memória afetiva de música, aconchego, identidade e saudade. Foi no sertão paraibano onde a menina deu seus primeiros passos, foi lá onde a música nasceu dentro dela e transformou-se numa fonte de alegria que contagia multidões, seja em noites de São João, nos blocos de carnaval ou em qualquer outro palco onde sua estrela possa brilhar. Assim como Conceição está para Elba, a artista está para o povo nordestino. Sua voz é um traço permanente que aviva e afaga a memória afetiva que remonta a nordestinidade.

Elba Maria Nunes Ramalho figura como uma das principais representantes da música e da cultura paraibana. O seu pai foi proprietário de um cinema e, durante parte da sua adolescência, ela viveu naquele universo mágico, em meio às exibições de filmes. Advém de uma família artística e musical paraibana, o sobrenome Ramalho tornou-se sinônimo de música. Em 1962, a família mudou-se para Campina Grande e a sua trajetória na arte ganhou novos contornos quando, em 1965, naquela cidade, Elba participou dos projetos de arte, poesia e música no Colégio Estadual da Prata. Antes de estreiar nos palcos do Rio de Janeiro, Elba já fazia parte dos núcleos de arte paraibanos. Aos 14 anos de idade, estreou como baterista em uma banda da escola. Conheceu o teatro por meio da Fundação Artístico-Cultural Manuel Bandeira, em Campina Grande, onde em 1974 ingressou no Quinteto Violado da Paraíba. De Campina Grande para João Pessoa, da capital paraibana para Recife e para o Sudeste, primeiro viajou com o espetáculo “A Feira”.

Elba Ramalho fez parte da dinâmica que impulsionou trabalhadores e artistas nordestinos rumo ao Sul e ao Sudeste. Sempre desejou ir além de Conceição e Campina Grande. O Rio de Janeiro e São Paulo foram, por muito tempo, o destino onde muitos nordestinos partiram para realizar seus sonhos de vida. Ela mesma se



SUMÁRIO

diz retirante, pois é aquela que vive na estrada junto com sua música. No final dos anos 1970, a paraibana estreou com a peça “Ópera do Malandro”, de Chico Buarque. Elba viveu nos palcos o papel de uma prostituta chamada Lúcia, contracenou com nomes reconhecidos, como Marieta Severo. Esse foi o divisor de águas em sua carreira.

Em 1979, lançou seu primeiro álbum: *Ave de Prata*. De sua trajetória entre o teatro e a música, ela precisou vencer preconceitos e lutou para transformar-se na mensageira da alegria. É assim como ela quer ser lembrada. A música pode fazer muitas coisas boas pela humanidade, uma delas é a capacidade de diminuir obstáculos e de despertar a vida. E assim Elba Ramalho se tornou uma artista do tamanho do Brasil. Em 1980, iniciou sua primeira turnê internacional em países africanos com o álbum *Capim do Vale*. No ano seguinte, participou do Festival de Montreux e lançou o álbum *Elba Ramalho*. Mas foi em 1982, com o disco *Alegria*, que ela conquistou o status de cantora nacional, com turnês pelo Brasil e pela Europa. Elba nasceu para existir na liberdade dos palcos, e há uma magia singular em vê-la em cena brilhando no palco, especialmente em noites de São João. Pertence às festas juninas, mas sua voz não encontra barreiras e nem limites nesses festejos. Se é possível dizer isto, Elba também é o frevo colorido, livre e quente do Galo da Madrugada. Outrora fora serenata sertaneja feita de voz e violão, bailando suavemente com o silêncio do sertão. Elba é palco de teatro, é artista de televisão. Mas, para sempre será como o coração do folclore do sertão nordestino. A artista paraibana tem em sua voz uma parte essencial da composição do mosaico permanente da música brasileira. A voz de Elba é tão potente quanto o forró, o frevo, o baião e o xaxado, sendo impossível pensar sua voz sem esses ritmos e expressões, e também pensá-los sem essa voz.

A artista tem profundas conexões com artistas da música nordestina, sendo que as influências mais marcantes para sua obra vieram de Luiz Gonzaga e Jackson do Pandeiro. Tanto que, cantando músicas do Rei do Baião, brinca dizendo ser o próprio “Seu



SUMÁRIO

Lula de saia”. O que faz uma intérprete? É aquela que deságua sua alma numa composição e, ao interpretá-la, compõe uma “nova” canção.

Apesar da carreira já consolidada, Elba Ramalho nunca deixou de estar presente na Paraíba. Sempre foi figura constante no “Maior São João do Mundo”, esteve presente em quase todas as edições e, mesmo já famosa, em 1987, grávida de seu primeiro filho, optou pela cidade de Campina Grande para o nascimento de Luã. Seu filho biológico nasceu numa noite de São João. Elba tem mais três filhas adotivas: Maria Clara, Maria Paula e Maria Esperança.

Dona de uma trajetória artística extraordinária, esteve ao lado de artistas como Dominguinhos, Chico Buarque, Zé Ramalho, Naná Vasconcelos, Alceu Valença, Geraldo Azevedo, Lenine, Chico César, Margareth Menezes, entre outros imortais da nossa música. Elba se apresentou em várias edições do *Rock in Rio*. Foi indicada oito vezes ao *Grammy Latino* nos anos de 2005, 2008, 2009, 2011, 2013, 2016, 2019 e 2021. Sendo premiada duas vezes, com os trabalhos: *Qual o assunto que mais lhe interessa?* (2008) e *Balaio de Amor* (2009). Em 1993, foi inaugurado em Campina Grande o Teatro Elba Ramalho. Depois, em 1995 foi a vez de Caruaru, em Pernambuco, homenagear a paraibana com a inauguração do Centro de Exposição Elba Ramalho. Elba nasceu na Paraíba, mas sua voz tocou o Brasil. O Nordeste é seu estandarte, é a sua verdade e musicalidade. Trancoso, em Porto Seguro, na Bahia, é o lugar encantado que depois da Paraíba e do Rio de Janeiro, acolheu e convidou Elba para repousar, ninando-a com calma, renovando e inspirando sua alma. Lugar onde ela caminha com os pés descalços, sentindo o chão, ouvindo as pessoas, conectada com a natureza. Em Trancoso, Elba lembra de Conceição do Vale de Piancó, da simplicidade e da fé do povo do interior paraibano, que um dia lhe deu a vida. Elba é da música e a música é do mundo.

Fernando Domingos de Aguiar Júnior

Mônica Maria de Sousa Ferreira

INDICAÇÃO DE LEITURA:

ELBA RAMALHO. In: **Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira**. São Paulo: Itaú Cultural, 2024. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoas/30688-elba-ramalho>. Acesso em: 21/06/2023.

MÉLO, Maria Aparecida Silva de. **Elba Ramalho: O gesto vocal presente na voz de uma cantriz**. Monografia (Graduação em Teatro) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

MOURA, Milton Araújo; SANTOS, Davi Miguel de Souza. Mulheres Artistas de Movimentos Musicais Nordestinos no Contexto Brasileiro (1970-1985). **Revista FSA**, v. 20, n. 9, p. 213-238, 2023.

ELEONORA MENICUCCI DE OLIVEIRA

Eleonora é mineira, mas é um nome imprescindível em qualquer relação de paraibanas ilustres, já que viveu em João Pessoa entre 1978 e 1989 e deixou legados importantes, além de manter vínculos afetivos, acadêmicos e de ativismo feminista até os dias de hoje.

Formada em 1963 como professora pela Escola Normal na cidade de Lavras, onde nasceu, logo mudou-se para Belo



SUMÁRIO

Horizonte para trabalhar e continuar os estudos na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Dado ao contexto político da ocasião, engajou-se na luta contra o governo militar recém-instaurado no País. Ocasião em que participou do Partido Comunista Brasileiro (PCB), atuou na Política Operária (Polop) e no Partido Operário Comunista (POC). Eleonora participou das lutas contra a ditadura civil-militar em organizações de esquerda até ser presa em 1971. Nesta época, sua filha Maria tinha apenas um ano e dez meses e foi usando a criança que as forças repressivas impuseram à Eleonora dolorosas torturas psicológicas, já que a menina era constantemente ameaçada de morte. Durante a prisão, Eleonora também sofreu bárbaras torturas físicas. Ela foi condenada a 12 anos de prisão, dos quais cumpriu 3 anos e 8 meses no Presídio Tiradentes (no centro de São Paulo). Depois de sair da prisão, Eleonora teve seu segundo filho, Gustavo.

Por causa da militância, das perseguições e prisão que sofreu, ela demorou dez anos (1964-1974) para concluir o curso de graduação em Ciências Sociais, na UFMG. Desde então, Eleonora tem contribuído de forma sólida para a crítica política e teórica a respeito dos problemas relacionados às injustiças sociais, particularmente no que diz respeito às demandas relacionadas aos direitos das mulheres e outras minorias.

Depois de ter sido libertada, ainda em Belo Horizonte, Eleonora colaborou com a criação do Movimento Feminino pela Anistia. Quando, em 1978, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) a contratou como professora do Departamento de Ciências Sociais, não tardou a articular na cidade de João Pessoa uma organização alinhada ao Movimento Feminino pela Anistia, que em seguida (1979) se tornaria o Centro da Mulher de João Pessoa, articulação que, no ano seguinte, adotou o nome “Maria Mulher”, pelo qual ficou conhecido como o primeiro grupo feminista da

Paraíba, cujas integrantes eram majoritariamente professoras e estudantes da UFPB.

Na UFPB, Eleonora cursou o Mestrado em Sociologia (1983), sua dissertação intitulada *O movimento feminista: o reinventar da educação*, discute a partir da sua vivência no Maria Mulher e do trabalho desenvolvido nas comunidades do bairro do Novais e Beira Rio (*lôcus* de atuação do grupo, em João Pessoa) frente a temas como corpo e sexualidade.

Ministrou aulas em diversos departamentos, suas aulas conquistaram muitas jovens para além do conhecimento acadêmico, fazendo-as acreditar na importância da participação política por direitos humanos, particularmente no que se refere ao ativismo feminista.

Neste sentido, o Grupo Maria Mulher exerceu um papel fundamental como campo de ação fora da universidade. Reunidas no grupo, estudantes e professoras refletiam sobre a opressão das mulheres, sexualidade e violência doméstica e atuavam por meio da educação popular junto a mulheres trabalhadoras rurais e periféricas, com quem, para além das chamadas questões “específicas” das mulheres como direitos sexuais e reprodutivos e violência doméstica, discutiam sobre direitos trabalhistas e o acesso a políticas públicas.

Na década de 1980, Eleonora, com outras ativistas do Maria Mulher, promoveu atos públicos de contestação e reivindicação. Em 1983, pela primeira vez a cidade de João Pessoa viu um grupo de mulheres, todas vestidas de branco, na porta de um tribunal, pedindo justiça para Violeta Formiga, poeta paraibana assassinada friamente em 1982 pelo ex-marido, um advogado de prestigiada família na Paraíba.

A professora também promoveu debates, palestras, minicursos sobre os direitos das mulheres, criou grupo de estudo



SUMÁRIO

e pesquisa sobre a então chamada questão da mulher, acompanhou a instalação da primeira Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher (DEAM) na Paraíba em 1987, apenas dois anos após ter sido criada a primeira no Brasil, em São Paulo.

Quando, por motivo de saúde, Eleonora se transferiu para Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) em 1989, deixou alguns projetos acadêmicos em andamento, o que motivou seu frequente retorno à cidade, ocasiões em que, além de trabalhar e rever amigos e amigas, fazia reuniões com feministas e ativistas dos direitos das mulheres. Em função desses laços de afeto e reconhecimento, as duas organizações feministas surgidas em 1990, a Cunhã Coletivo Feminista e o Centro da Mulher 8 de Março, mencionam Eleonora entre as pessoas que colaboraram com a criação das respectivas Organizações Não Governamentais.

Eleonora soube, ao longo da vida, fazer o diálogo entre a academia e a atuação na vida pública, seja como ativista feminista ou gestora pública, levando aprendizados de um campo ao outro e em ambos fortalecendo a defesa pelos direitos das mulheres. Além de atuar como professora e pesquisadora, ocupou cargos importantes na gestão institucional, tendo sido pró-reitora de extensão na Unifesp e colaboradora em diversos órgãos científicos como CAPES, CNPQ, FAPESP, Fundação MacArthur, Fundação Ford, Fundação Carlos Chagas, entre outras.

Entre 2012 e 2016, assumiu o cargo de ministra da Secretaria de Política para Mulheres, no governo Dilma Rousseff, ocasião em que fez uma gestão de qualidade reconhecida pelo movimento de mulheres, pesquisadoras e demais gestores. Com o golpe em 2016, que retirou do poder a primeira mulher eleita para a presidência da República no País, foram destituídas não só a ministra das mulheres, mas importantes políticas públicas que se comprometiam com a justiça e a equidade de gênero no Brasil.

Sua brilhante atuação, marcada pelo compromisso social e em defesa da democracia, lhe conferiu inúmeros prêmios, títulos, medalhas, insígnias e homenagens.

Em 2015, recebeu o título de Cidadã Paraibana, da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, sob protesto de alguns poucos políticos locais que participavam das articulações da extrema direita que culminaria no golpe de 2016. Protestos que não diminuíram o entusiasmo dos movimentos sociais, particularmente o feminista, que reconhecem e guardam a memória do importante papel exercido por Eleonora Menicucci de Oliveira nas mobilizações e articulações políticas feministas ocorridas no estado desde o fim da década de 1970 a meados da década de 1990.

Glória Rabay

Lucimeiry Batista da Silva

INDICAÇÃO DE LEITURA:

RABAY, Glória; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Mulher e Política na Paraíba:** histórias de vida e luta. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

SOBREIRA, Dayane Nascimento. **A Cunhã Coletivo Feminista:** subjetividade, história e feminismo na Paraíba (1990-2015). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve histórico do feminismo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

E

LINAIDE ALVES

(Elinaide Alves de Carvalho)

Quando o sol despontou, em 1º de abril de 1965, Elinaide Alves de Carvalho veio ao mundo, pelas mãos da parteira Rita Simeão, na cidade de Caiçara - PB. Filha de Adelaide Maria da Conceição, de família de agricultores, e de Ednaldo Alves de Carvalho, agropecuarista, comerciante de algodão e vereador na década de 1970, é a mais velha de nove irmãos. Na convivência com a avó materna, Júlia Maria da Conceição, aprendeu sobre remédios caseiros, chás e ervas, e da avó paterna, Engrácia Soares, com quem manteve uma relação de cumplicidade, herdou o crochê e o prazer de cozinhar. Em Caiçara cursou o Ensino Fundamental, e no Centro Educacional Nossa Senhora da Luz (Guarabira), o Ensino Médio.

Em 1983, engravidou de forma inesperada, e enfrentou tensões e conflitos nas relações familiares. Caiçara é um município com famílias tradicionais e valores conservadores, a gravidez fora de um casamento era um escândalo para seus pais. Durante a gestação e nos primeiros anos do bebê, Elinaide Alves foi afastada do seu ciclo de amizades e da convivência social. O nascimento de Filipe Emanuel de Carvalho Guerra foi para ela uma experiência arrebatadora de amor, coragem e determinação como mulher.

Em 1986, ingressou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarabira – FAFIG, hoje Universidade Estadual da Paraíba – Campus III – no curso de licenciatura plena em Letras, e graduou-se em 1990. No mesmo ano, teve sua primeira experiência de trabalho, iniciando um percurso pela autonomia pessoal.



SUMÁRIO

Trabalhou como professora de língua portuguesa na Escola Estadual de 1º e 2º graus Prof.^a Maria Gertrudes de Carvalho Neves.

Da vivência na Igreja Católica, inserida no meio popular, construiu laços de amizades com padres e freiras da Diocese de Guarabira, que pensavam em uma Igreja comprometida com os pobres. Nesse contexto, destaca-se a relação com o padre Celestino Grillo, o padre Marcos Santa Maria – conhecido como “Irmãozinho de Foucault” – e as freiras da Congregação Clarissa Franciscana do Santíssimo Sacramento. Com o incentivo deles e delas, Elinaide começou sua formação nos encontros bíblicos e nas pastorais da comunidade. Para ela, a Igreja foi o espaço que a ajudou a entender o mundo que ela queria para as mulheres e a sair do quadro de depressão e de isolamento em que se encontrava desde o período da gravidez (CARVALHO, 2022).

Em 1991, incentivada pela Irmã Maria de Lourdes Silvestre, ingressou no curso de Teologia, no Seminário Arquidiocesano da Paraíba, e conseguiu uma bolsa de estudos com o apoio da freira suíça, Josephine Schuller. No seminário, teve uma atuação importante, junto com outras companheiras, em prol do lugar das mulheres na Igreja e no questionamento do androcentrismo na Teologia. Junto com a monja Agostinha Vieira de Mello, Rosemary Marinho e outras estudantes de Teologia, criou o Grupo Chimalmans Mulheres de Teologia, que realizava rituais e celebrações e promovia oficinas pedagógicas. Um espaço de aprofundamento e articulação entre os feminismos, a Teologia e o Ecofeminismo (GEBARA, 1997), de conexão com grupos de mulheres no Nordeste do Brasil e na América Latina. Tem contribuído, significativamente, como teóloga feminista, organizando e/ou participando de eventos nacionais e internacionais, como seminários bíblicos, cursos de teologia feminista, dentre outros. Desde 2019, tem colaborado para a realização das Semanas Teológicas Padre José Comblin, na Paraíba.



SUMÁRIO

Elinaide exerceu a profissão de professora de formação religiosa de 1994 a 2005, no Colégio Marista Pio X, em João Pessoa, e foi agente de pastoral estudantil.

No Movimento de Mulheres e no Feminista, atuou em grupos, redes e articulações. Junto com Maria Lúcia Oliveira, cooperou com a organização do Grupo Renasce Companheiras, de João Pessoa, em 1998. De 2005 a 2007, integrou a equipe da Organização Não Governamental (ONG) Cunhã Coletivo Feminista, como assistente, na Secretaria Executiva das Jornadas Brasileiras pelo Aborto Legal e Seguro, junto com Gilberta Soares. As Jornadas foram um espaço de articulação de feministas, ONGs, movimentos de mulheres e redes acerca da problemática do abortamento inseguro, com o objetivo de mobilizar a sociedade e o parlamento federal para descriminalizar o aborto no País. Integrantes das Jornadas acompanharam a Comissão Tripartite, que formulava uma proposta de legislação a ser debatida no Congresso Nacional.

Em parceria com a Cunhã Coletivo Feminista, foi coordenadora adjunta da Regional Paraíba da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (RFS) (2004-2007). Na RFS, Elinaide Alves atuou com pautas como mortalidade materna, planejamento reprodutivo e ações de *advocacy* em prol da saúde integral das mulheres, e colaborou com a criação da Afya – Centro Holístico da Mulher, em 2000, onde atuou em sua coordenação e atualmente, ministrando cursos e aplicando terapias alternativas. Foi conselheira municipal de saúde de João Pessoa (2006-2007); conselheira estadual dos direitos da mulher da Paraíba, pelo Movimento Feminista (2007-2010) e pela Gestão Pública, por meio da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH) (2011-2019); e integrou o Comitê Municipal de Prevenção da Mortalidade Materna e Infantil da Prefeitura Municipal de João Pessoa (2007-2010).



SUMÁRIO

Com longa experiência no ativismo feminista e na Teologia, Elinaide Alves vivenciou sua primeira experiência como gestora pública, ao integrar a Coordenadoria de Políticas Públicas para Mulheres (CPPM) de João Pessoa, de 2007 a 2011, primeiro órgão público da Paraíba com esse objetivo. Com grande contribuição, atuou como assessora de saúde, de direitos sexuais e de direitos reprodutivos, com a tarefa de propor, articular e monitorar a assistência à saúde das mulheres. Com maestria, promoveu diálogos e articulação com os movimentos de mulheres.

Em 2011, foi convidada para integrar a equipe da recém-criada Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH), como gerente executiva de equidade de gênero, na gestão do governador Ricardo Coutinho. À frente de uma equipe de mulheres, trabalhou na implantação de políticas públicas para mulheres dirigidas ao enfrentamento à violência, ao fortalecimento da autonomia econômica, à educação inclusiva e não discriminatória, à saúde das mulheres, ao fomento para a criação de órgãos de políticas para as mulheres nos municípios, entre outros. Atenta à importância da transversalidade e da intersetorialidade dessas políticas, dedicou-se à articulação das secretarias e dos órgãos do governo de diversas áreas de 2011 a 2019.

Elinaide Alves está aposentada e se define como uma bruxa feminista que cultiva os saberes que herdou das avós e de suas raízes culturais, ama a natureza e os animais. De olhos verdes e vivos, segue ativa, inquieta e mantém a chama do aprendizado acesa na formação como aprendiz de parteira. Para ela, suas vivências foram momentos fortes, transgressores e de muita criação e dedicação.

Gilberta Santos Soares

Maria Lúcia Lopes de Oliveira

INDICAÇÃO DE LEITURA:

GEBARA, Ivone. **Teologia Ecofeminista**. Recife: Olho D'Água, 1997.

HENRIQUE, Juliana; CARVALHO, Elinaide; SILVA, Jéssica; CARNEIRO, Glória. Com nossos corpos fazemos teologias. **Teologia Nordeste**, 17 set 2020. Disponível em: <https://teologianordeste.net/index.php/publicacoes/2-semana-teologica/336-com-nossos-corpos-fazemos-teologias.html>. Acesso em: 28/09Q2022.

SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER E DA DIVERSIDADE HUMANA. **Gestão de políticas públicas para as mulheres** – O fazer cotidiano e coletivo. João Pessoa, Governo do Estado da Paraíba, 2017.

ELIZABETH TEIXEIRA

Elizabeth Altina Teixeira nasceu em 13 de fevereiro de 1925, no município de Sapé, Paraíba, Brasil. Filha de Altina Maria da Costa e Manoel Justino da Costa, pequeno proprietário de terras. É a primogênita de um total de nove filhos. Na adolescência, se apaixonou por João Pedro Teixeira, que veio a se tornar líder do movimento das Ligas Camponesas no estado da Paraíba. Os pais de Elizabeth não aceitaram o romance e, vendo-se sem opção para viver esse grande amor, Elizabeth fugiu para se casar com João Pedro, com quem teve onze filhos. Após o assassinato do esposo (líder das Ligas Camponesas), em 2 de abril de 1962, Elizabeth



SUMÁRIO

Teixeira assumiu a luta das camponesas e camponeses, tornando-se a primeira mulher líder do movimento das Ligas Camponesas. Em Havana, foi convidada por Fidel Castro, então presidente de Cuba, para viver com as filhas e filhos naquele país. Recusou o convite alegando que precisava lutar junto com os camponeses no Brasil. Nesse percurso, foi procurada pelo cineasta Eduardo Coutinho, que iniciou a produção do filme-documentário “Cabra Marcado para Morrer”, com Elizabeth Teixeira atuando como protagonista de sua própria história, tendo de ser interrompida durante a ditadura militar, retomando apenas em 1981. Com a pressão política (oligárquica) da época e as proximidades do Golpe Militar de 1964, Elizabeth Teixeira viu a filha mais velha, Marluce Teixeira, cometer suicídio, por entender que a mãe teria o mesmo destino do pai e, em seguida, teve sua prisão decretada (1963) – prestou depoimento por várias vezes – mas não se afastou das Ligas.

Com o Golpe Civil-Militar de 1º de abril de 1964, a repressão ao movimento das ligas se intensificou e Elizabeth Teixeira foi presa nas dependências do I Grupamento de Engenharia, na cidade de João Pessoa. Após soltura, adentrou o período político da clandestinidade, em 1964, levando consigo o filho Carlos Antônio Teixeira. O filho Isaac Teixeira já havia partido para Cuba para cursar Medicina, Abraão Teixeira estava vivendo na Casa dos Estudantes em João Pessoa e os demais foram “leiloados” para parentes em uma calçada da residência de Manoel Justino (avô materno das crianças).

Vivendo de forma clandestina, Elizabeth mudou o nome para Marta Maria da Costa e, para sobrevivência, trabalhou como lavadeira de roupas, diarista de bar (lavando louça) e alfabetizando crianças na cidade de São Rafael, Rio Grande do Norte. Em São Rafael, no ano de 1965, teve sua última filha, Anatilde Targino Alves, com quem dividiu as angústias e a solidão no longo período de ditadura no Brasil. Retornando ao convívio social, pós-clandestinidade,

Elizabeth retoma sua identidade e inicia o processo de reencontro dos filhos e as atividades na militância e na política.

Prestou serviço ao Centro de Defesa dos Direitos Humanos; viajou para Suíça para conhecer o campesinato local; realizou palestras junto às universidades e escolas; assistiu ao filme-documentário no qual atuou e recebeu, junto com Eduardo Coutinho (1984), o prêmio Tucano de Ouro; conquistou sua casa própria (com o sucesso do documentário); participou de encontros com lideranças dos mais variados setores (políticas, trabalhistas, sociais, estudantis, religiosas, artísticas, etc.), sempre com o olhar e o discurso voltados para a efetiva implantação de uma reforma agrária, de modo a melhorar as condições de vida dos trabalhadores do campo.

Iranice Gonçalves Muniz

Anna Rachel de Arruda Tavares

INDICAÇÃO DE LEITURA:

BANDEIRA, Lourdes Maria; MIELE, Neide; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy (Orgs.). **Eu marcharei na tua luta!** – A vida de Elizabeth Teixeira. Campina Grande: EDUEPB, 2012.

CABRA MARCADO PARA MORRER. Direção e roteiro: Eduardo Coutinho. Produção: Eduardo Coutinho e Zelito Viana. Paraíba: Mapa Filmes do Brasil, 1984. (119 min).

MUNIZ, Iranice Gonçalves. 41 anos da Lei de Anistia e a família de Elizabeth Teixeira. In: TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares (Orgs.). **40 Anos da Anistia no Brasil:** Lições de Tempos de Lutas e Resistências. João Pessoa: Lumen Juris, 2021.



ELZA QUILOMBOLA

(Elza Ursulino da Silva)

SUMÁRIO

Dona Noêmia Ursulino do Nascimento e Seu Ulisses Quirino do Nascimento, pais de Elza Quilombola, se conheceram durante festividades no próprio quilombo de Caiana dos Crioulos. A mãe teve cinco gestações, das quais se criaram três, uma que abortou e a outra que, já na gravidez madura, passou do tempo e a criança nasceu morta. Lembra do pai sempre na ativa, em busca de recursos para manter a família, ele vendia frutas e outras mercadorias nos mangaios da feira de Campina Grande e trabalhava com a esposa no roçado. Elza relata que o pai só tinha tempo de plantar, pois com data sempre marcada de regresso ao Rio de Janeiro, não chegava a colher. Viu o pai partir muitas vezes rumo ao Rio para trabalhar. Elza tem duas datas de nascimento, pois, certa vez, o pai levou os registros dos filhos para o Rio de Janeiro e uma forte chuva molhou os documentos, quando a mãe foi tirar a segunda via já não se lembrava direito o mês nem o ano, ficando no registro a data de 15 de janeiro de 1974, um mês depois da real data do seu nascimento que foi em dezembro de 1973. Foi uma criança saudável, animada e curiosa, brincou muito pelo quilombo: de roda, de jogar castanha, toca-toca, correr, amarelinha, pular corda e as bonecas, nas quais não era tão aficionada, chegava a ganhar algumas de pano ou no roçado onde ela mesma quebrava o milho quando este estava bonecando, com os cabelos coloridos, vermelhos e às vezes louros, para fazer de boneca. Ao roçado, lembra de ir desde os cinco anos de idade, mas foi a partir dos sete anos que pegou na enxada, com a qual trabalha até hoje. Nos estudos, Elza, com mais dois primos, frequentava a casa de uma tia,



SUMÁRIO

que se preocupava com a educação das crianças do quilombo e por isso abriu, na casa dela, uma sala para ensinar as primeiras letras e palavras. Quando aos sete anos de idade Elza pôde frequentar o Grupo Escolar, em Caiana dos Crioulos, já sabia o alfabeto e escrevia o próprio nome. Sem condições de ir para a cidade continuar os estudos, após a segunda série primária, ela refez cada série duas vezes. Mais tarde, em 2003, no supletivo, fez um programa de aceleração e concluiu o ensino fundamental e médio. Por volta de 2006, recebeu um convite para cursar Teologia da Libertação, na cidade de Mogeiro. Ela que, desde os 13 anos de idade, frequentava o grupo de jovens da Igreja, tendo aprendido muito com as oficinas e as dramaturgias encenadas, inclusive sobre Zumbi dos Palmares, não descartou a oportunidade. Na época, já casada, com dois filhos maiores e uma filha com apenas 11 meses de nascida, subia na moto com o marido e a bebê para ir até Mogeiro, a quase 50 km de distância de Alagoa Grande. Diante de tantas dificuldades, levou oito anos para concluir. Elza acredita que o curso deu suporte para sua vida, ensinando a enfrentar as coisas, sem esmorecer ou perder a fé. Concluiu também o curso técnico de Auxiliar de Enfermagem.

Das lembranças afetivas mais caras à Elza está a avó paterna que ainda hoje ao recordar embarga-lhe a voz. Passava muitas noites na casa dela, pois toda vez que o pai ia para o Rio de Janeiro, a mãe dormia com as crianças na casa da sogra. Recorda da avó rezando o terço todas as noites e chamando as crianças para ensinar-lhes pequenos truques, dizia ela, por exemplo: “vocês, pra crescerem, têm que pular muito”. “Quando o sol vier nascendo, vocês se levantem e cedo vão pular de frente ao sol”. Quando o choro cortava a voz das crianças, a avó afetuosa, acolhia-as em seus braços e dava-lhes um punhadinho de sambanda, farinha de milho torrada e adocicada com rapadura ou açúcar, que ficava guardada no depósito de lata que tinha em casa, dizendo: “não chore não, pra não ficar feia” – gesto de carinho que Elza nunca esqueceu. Era chamada por todos



SUMÁRIO

os netos e netas de “Mãe da Gente”. Entendida das ervas e plantas, cultivava no terreiro de casa uma horta de plantas medicinais, o que diz muito sobre a paixão de Elza pela área da saúde, que tem como sonho estabelecer uma farmácia verde na comunidade do quilombo, a partir dos saberes e conhecimentos passados pelos mais velhos. Elza retribuía o carinho da Mãe da Gente, lendo diariamente para ela que não foi alfabetizada, e os demais, os livretos de Padre Cícero que a avó trazia do Juazeiro do Norte – sua avó era devota de Padim Ciço, chegou a levar os netos certa vez até lá. Lembra daquelas leituras que regam com sabedorias os seus dias até hoje. Padre Cícero nos folhetos, segundo Elza, orientava como as pessoas poderiam viver melhor em comunidade, já alertava para o desastre de uma doença chamada cólera que anos mais tarde apareceu e realmente matou muita gente, e da ganância dos homens que cercava a terra com arame e acabariam por secar todo palmo de terra. Nos folhetos ainda tinha receitas de chás caseiros que ele ensinava a preparar. Relata que na década de 1950 os devotos se reuniam em pequenos grupos e iam a pé de Caiana até Juazeiro do Norte – Ceará, levando cerca de 15 dias para chegar até o destino da peregrinação.

Um fato que marcou a adolescência de Elza, difícil de superar, diz respeito a seu pai, Seu Ulisses, que em um agosto, há mais de 30 anos, saiu para trabalhar na usina e de lá nunca mais voltou. Até hoje não se tem vestígios do seu corpo, explicação ou retração. Um silêncio que ainda hoje grita no peito de Elza. Dos terrores que assombravam os trabalhadores rurais naquele tempo, fica mais um indício de violência e impunidade.

A união com José dos Santos Silva Segundo, conhecido como Zé Pequeno, é fruto de um namoro que começou aos 14 anos de idade; noivaram e antes de se casarem, aos 22 anos de idade, ele foi para o Rio de Janeiro juntar dinheiro para construir a futura casa do casal. Quando Seu Zé Pequeno voltou, tinha aprendido o ofício de pedreiro, exercido até hoje, e construiu a casa deles perto da casa de



SUMÁRIO

sua mãe, mestra Dona Edite do Coco, com tijolos batidos na própria comunidade. O casamento de Elza e Seu Zé Pequeno cumpriu toda a tradição dos casamentos no quilombo: foram três dias de celebração, a bênção na igreja, as bênçãos na casa dos pais da noiva e do noivo, festa com muito forró até o dia amanhecer e café da manhã na casa nova do casal, aos brados de viva aos noivos! Em mais de 30 anos de casada, Seu Zé Pequeno foi parceiro nas decisões de Elza, ainda que nem sempre concordasse com elas. Mantém uma convivência harmoniosa, junto com as filhas Elcy Caroline, Ruth e com o neto Allan. Há ainda seus dois filhos, Elisandro, hoje no Rio de Janeiro, e Felipe, que mora em Alagoa Grande.

Atenta às oportunidades, Elza se inscreveu no processo seletivo para agente comunitário de saúde e há três décadas se dedica à profissão. Visitando de casa em casa os moradores de Caiana dos Crioulos, cuida da saúde de cada família orientando hábitos saudáveis, além de oferecer generosamente sua escuta atenta e uma palavra amiga. Desde 2005, Elza Quilombola está comprometida com a Organização da Mulher Negra de Caiana – OMNC, trabalha com as mulheres da comunidade temas que abrangem autoestima, saúde, renda e capacitação, além de fazer coro nas reivindicações e fiscalização das políticas sociais em prol da comunidade. Esta mulher ensina, com sua trajetória, que nem toda batalha se vence na ponta da espada, há lutas que só se ganham no amor.

Marina Prado Santiago

INDICAÇÃO DE LEITURA:

LUIZ, Janailson Macêdo. Quilombolas de Caiana dos Crioulos (Alagoa Grande - PB): memória, etnicidade e autoconsciência cultural. **Revista da ABPN**, Curitiba, v. 10, ed. esp. p. 435-464, 2018.

MONTEIRO, Karoline dos S. **As mulheres quilombolas na Paraíba:** terra, trabalho e território. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

SILVA, José A. N. Condições Sanitárias e de Saúde em Caiana dos Crioulos, uma Comunidade Quilombola do Estado da Paraíba. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 111-124, 2007.

E

STELA BEZERRA

(Estelizabel Bezerra de Souza)

No dia 18 de março de 1967, em João Pessoa, nascia a segunda filha da professora Orlandina e do trabalhador portuário Aluilson, Estelizabel Bezerra de Souza. Carregando a junção dos nomes das avós e moradora da periferia da capital, desde menina conviveu com a presença constante da família ao seu redor e com as ausências de políticas públicas no local que residia, um conjunto habitacional no bairro José Américo.

A adolescência entre o fim dos anos 70 e meados dos anos 80 foi marcada pelo esporte e pelo movimento anarcopunk. Por causa da falta de transporte público entre sua casa e a Universidade Federal da Paraíba, onde foi aprovada na graduação em Comunicação Social, iniciou sua atuação estudantil ao reivindicar melhorias na oferta de veículos e ampliação das linhas de ônibus. Mas somente ao encontrar o feminismo na UFPB se integrou à organização do movimento de mulheres.



SUMÁRIO

Essa inserção gerou, nos anos 90, a participação direta na associação Cunhã Coletivo Feminista, em plena dinâmica de ampliação das organizações não governamentais no País. O grupo iniciou seus trabalhos com debates sobre os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, se consolidando como espaço de mobilização, formação e intervenção feminista, legitimidade que carrega até hoje.

A Cunhã, conhecido espaço histórico nacional e internacionalmente, foi parte da trajetória que levou Estela ao reconhecimento local e fora da Paraíba, através do movimento feminista. Foram 15 anos dos quais a jornalista colocava sua formação acadêmica à disposição dos movimentos sociais: ela documentava as ações desenvolvidas, construía peças audiovisuais e realizava oficinas sobre comunicação para ampliar a participação feminina nos espaços públicos.

As mudanças políticas que fizeram Luís Inácio Lula da Silva vencer o pleito de 2002 para o cargo mais importante do executivo nacional, sendo o primeiro presidente vindo da classe trabalhadora, chegaram também na Paraíba com a vitória de Ricardo Coutinho para a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), em 2004. Eleger um candidato que havia passado pelo movimento estudantil e sindical resultou em profundas mudanças na composição da gestão municipal – e Estela foi uma das peças fundamentais para isso.

Sua indicação, feita pelo movimento feminista em 2005, para ocupar a recém-criada pasta da Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres, foi o início da nova fase como gestora pública na PMJP. Nesta mesma gestão, também atuou como executiva da Secretaria de Transparência, pelo Orçamento Democrático, um instrumento que possibilitou maior participação popular no gerenciamento coletivo das necessidades expostas pela população e definidas conjuntamente com os gestores. Uma das



SUMÁRIO

marcas dos vários ineditismos trazidos pela diferente maneira de administrar a cidade foi ser a primeira mulher a gerir a Secretaria de Planejamento em 2009.

Foram oito anos de atuação na gestão municipal, até a vitória de Ricardo Coutinho ao Governo do Estado, reconhecimento popular da administração feita por ele e sua equipe. Estela Bezerra foi candidata pela primeira vez em uma disputa eleitoral ao cargo de prefeita, em 2012, e mesmo ficando no terceiro lugar por uma diferença de 680 votos para o segundo colocado – coincidentemente o atual prefeito do município – ali ficou evidente que a violência política de gênero a acompanharia na vida pública.

Continuando na gestão estadual e ganhando cada vez mais destaque na Paraíba, se colocou à disposição da população e venceu o pleito de 2014 com a soma de 34.929 votos. Estela chegou ao primeiro mandato como deputada estadual na Assembleia Legislativa da Paraíba e tornou-se uma representante ativa das pautas da população LGBTQIAPN+, mulheres, negritude, povos tradicionais, juventudes, culturas, meio-ambiente, saúde, infância e adolescência. Teve seu primeiro mandato marcado pela criação de equipamentos como o Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais, o Espaço LGBT em João Pessoa e Campina Grande, destinou instrumentos musicais para escolas do campo e investimentos para construção de quadras poliesportivas, assim como a transferência da elefanta Lady, que vivia no Zoológico da Bica, em João Pessoa, para um Santuário de Elefantes.

Sua reeleição, em 2018, ocorreu a partir de mais de 40 mil votos em todos os municípios da Paraíba batendo de frente com o que há de mais tradicional na política paraibana e em pleno auge do ódio como forma de fazer política. Mesmo com a pandemia do Coronavírus, o trabalho da parlamentar se aprofundou com a defesa da democracia e apoio à população para enfrentar os

retrocessos causados pelos desmandos do governo federal, através de Bolsonaro e seus apoiadores. Neste segundo mandato, a aprovação do investimento em pesquisa sobre a cannabis terapêutica, a construção de bancos de sementes crioulas, a união com os movimentos de cultura para a fiscalização dos recursos da Lei Aldir Blanc e a luta pelo direito à dignidade menstrual das pessoas com útero, foram marcas significantes dos últimos quatro anos de mandato na Assembleia Legislativa da Paraíba.

As experiências que Estelizabeth passou ao longo dos anos, dentro e fora da militância, a formaram como mulher que ocupa os espaços como negra, lésbica, periférica e nordestina. Em 2022, ela aceitou o chamado do Partido dos Trabalhadores e concorreu ao mandato de deputada federal, ficando na primeira suplência. Em 2024, disputa com chances de vitória uma cadeira na Câmara de Vereadores na capital paraibana.

Juliana Nunes Lima

INDICAÇÃO DE LEITURA:

RABAY, Glória; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Mulher e política na Paraíba:** histórias de vida e luta. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

SOBREIRA, Dayane Nascimento. **A Cunhã Coletivo Feminista:** subjetividade, história e feminismo na Paraíba (1990-2015). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

TONÉ, Marinézia Gomes. **Violência política de gênero:** uma ameaça à representatividade feminina na política paraibana. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023.

E

STELITA ANTONINO DE SOUSA

Estelita Antonino de Assis nasceu em 9 de junho de 1931, na Fazenda Ligeiro, município de Serra Branca, filha do casal Eutália Maria de Sousa e Francisco João de Sousa, a terceira entre 19 filhos, dos quais 10 sobreviveram. Começou a estudar aos seis anos com a professora estadual Rita Tavares, oriunda de São João do Cariri, que se instalou na casa de uma das famílias da comunidade do Ligeiro para atender as crianças da redondeza. De família grande, a continuidade dos estudos para todos era difícil, assim apenas três chegaram a cursar ensino superior: João Francisco, Estelita e Edite. João Francisco foi para João Pessoa cursar Direito e ciente do interesse da irmã pelos estudos articulou a ida desta para o Colégio Santa Rita, em Areia - PB, em regime de internato. Em fevereiro de 1947, Estelita viajou para fazer o exame de admissão. Classificada em primeiro lugar, começou a cursar a 1ª série ginasial em março do mesmo ano. Sempre logrando excelentes colocações nas avaliações, concluiu o curso em 1950 e voltou para casa, frustrando as expectativas das irmãs franciscanas que desejavam vê-la freira. Como filha de Maria da Pia União, mesmo morando na zona rural, mantinha o hábito de assistir à missa no primeiro sábado de cada mês na matriz de Serra Branca. Em janeiro de 1956, após a missa, o padre João Marques, sabendo de sua formação em instituição católica e de seu empenho religioso, convidou-a para ser professora na escola que ele estava fundando, a Profissional Pio XII, ainda sem prédio próprio. A escassez de professores com formação pertinente possibilitava que pessoas com apenas o diploma



SUMÁRIO

primário desempenhassem essa função. Enquanto cuidava da turma de alfabetização na instituição recém-criada, também dava aulas particulares em uma escola que montou na casa de um tio. Nesta época cursou o que hoje corresponde ao ensino médio por supletivo no Colégio Estadual da Prata, em Campina Grande. A nomeação como professora estadual para o Grupo Escolar Vasconcelos Brandão veio em 1959, também por influência de seu irmão que, aprovado para promotor público no ano anterior, usou de sua influência junto ao governador, à época. Noiva de Tagi Nunes de Sousa, desde início de 1956, casaram-se em 11 de fevereiro de 1960, passaram a morar em uma casa próxima ao centro da cidade e vizinha ao mercado público, onde criaram seus quatro filhos: Luzia Cristina, Paulo Giovani, Pedro Germano e Luciana, onde residiram até suas mortes.

Já casada e mãe de quatro filhos, em 1970, Estelita foi classificada para cursar Suficiência em História, em João Pessoa, com duração de quatro meses, que lhe dava o direito de lecionar no ginásio. Em 1977 iniciou a licenciatura curta em História na Faculdade de Arcoverde - PE, complementada logo em seguida com a licenciatura plena, concluída em 1981. Passou a lecionar principalmente História, apesar de também ter ensinado Língua Portuguesa por dez anos. Mas, seu nome ficou gravado na memória de seus ex-alunos como a professora que, de um lado, apresentava uma visão teleológica da História; por outro, buscava desnaturalizá-la, destacando o papel do indivíduo e da coletividade no processo histórico. Durante décadas a maioria dos estudantes serra-branquenses havia sido seu aluno, uma vez que atuou nas principais escolas da cidade: Grupo Escolar Vasconcelos Brandão (1959-1972), Escola Profissional Pio XII (1956-1963), Colégio Wamberto Torreão (1963-1991), atual Escola de Ensino Médio Inovador Senador José Gaudêncio, estadualizada em 1975, sendo professora fundadora das duas últimas.

Estelita Antonino, além de professora, foi uma pessoa muito envolvida com a cultura, a Igreja Católica e a política na



SUMÁRIO

cidade. Era comum ouvi-la interpelar os políticos quando estes se apresentavam nas rádios da cidade, ou nas sessões da Câmara Municipal. Embora mantivesse boas relações com distintos grupos políticos da cidade e fosse respeitada por todos, sempre deixou claro sua oposição aos Gaudências, hegemônicos no município em vários mandatos. Entre outras atividades desenvolvidas na cidade, participou das pastorais de Batismo, Crisma e Casamento. Foi secretária do Grupo da Melhor Idade Pioneiro do Amor; conselheira municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e representou os idosos no Conselho de Assistência Social.

Estelita Antonino pode ser considerada uma guardadora de memórias e, como se arquivasse sua própria vida (ARTIÈRES, 1998), foi juntando materiais escolares das instituições que frequentou, como também de outras práticas sociais desempenhadas ao longo da vida. Assim, é possível acessar em seu acervo pessoal cadernos, livros, correspondências e documentos diversos da época do internato no Colégio Santa Rita e como professora, revistas, discursos, livros religiosos, orações, livros didáticos, folhetos, fotografias. Algumas dessas fontes foram utilizadas por Assis (2014) para argumentar que os preceitos católicos apropriados pela professora em sua formação reverberaram em suas práticas educativas, e outras, tornando-a uma divulgadora da cultura católica. O hábito de acumular “papéis”, a licenciatura em História e a prática como professora deram-lhe credibilidade como memorialista e historiadora natural da cidade. Foi diversas vezes entrevistada sobre assuntos relacionados à sua formação, à educação, à cultura e outros aspectos pertinentes ao município para produções acadêmicas.

Aposentada, Estelita Antonino teve mais tempo para dedicar-se à escrita de livros, privilegiando temas que sempre lhe foram caros: a família (*Genealogia dos Antoninos*, 2003); a cidade onde constituiu sua família, trabalhou e viveu até o último dia de sua vida (*Fatos históricos de Serra Branca*, 2008) e seu local de



SUMÁRIO

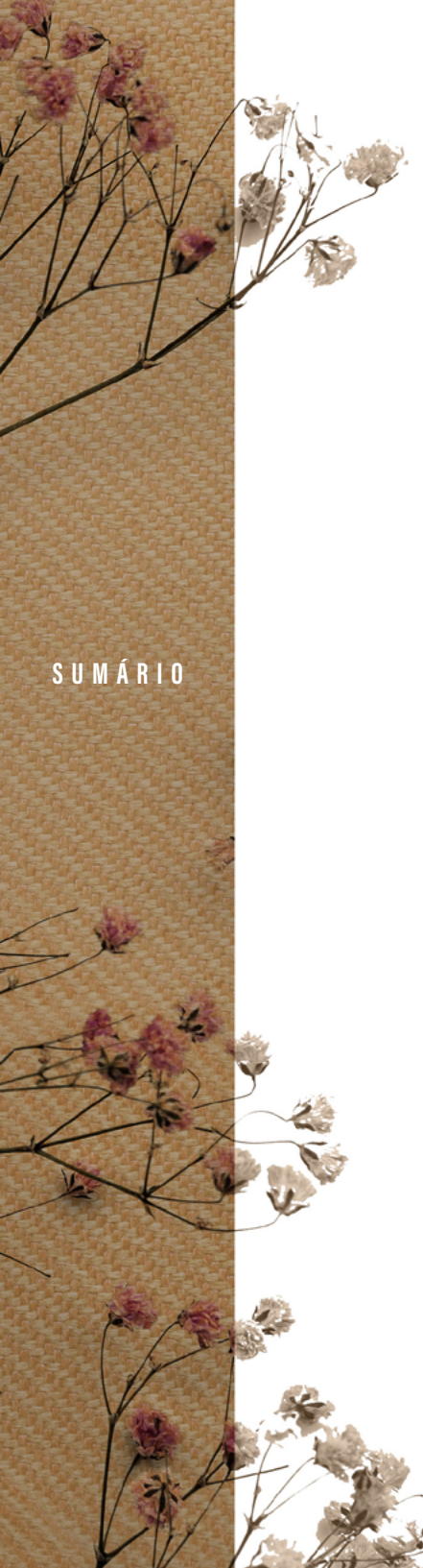
origem (*A família Antonino através dos tempos*, 2010). Em abril de 2014 recebeu a Comenda Cônego João Marques Pereira, de Honra ao Mérito, pela Câmara Municipal. Participou das primeiras reuniões e da criação do Instituto Histórico e Geográfico de Serra Branca, fundado em janeiro de 2015, sendo patrona da cadeira 11. Mas, meses depois, afastou-se de todas as atividades, pois em outubro de 2015 sofreu um AVC, que a condicionou ao espaço doméstico. Em dezembro deste mesmo ano seu esposo faleceu. Em outubro de 2016, vítima de mais um AVC, teve suas condições vitais muito prejudicadas, vindo a falecer em 13 de janeiro de 2017. Três meses depois, no aniversário da cidade, e em reconhecimento à sua atuação na educação do município, o vereador Renan Mamede apresentou um projeto de decreto legislativo instituindo a Comenda de Cultura Professora Estelita Antonino de Sousa, e na mesma ocasião foi criado o Centro Cultural Estelita Antonino de Sousa (Lei Municipal nº 719, de 26 de abril de 2017), instalado numa das edificações mais antigas da cidade, que resguarda documentos escolares e objetos pessoais da educadora.

Maria Lúcia da Silva Nunes

INDICAÇÃO DE LEITURA:

ASSIS, Francymara Antonino de. **Práticas educativas no cariri paraibano**: histórias e memórias da educadora Estelita Antonino de Souza (1947-1991). Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

LEITE, Fabiolla Stella Maris de Lemos Furtado. **Pessoas que lembram**: lazeres nas memórias e histórias de moradores de Serra Branca - PB (1940-1970). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.



MOREIRA, Márcio Macedo. **Entre Britos e Gaudêncio**: cultura política e poder familiar nos cariris velhos da Paraíba (1930-1960). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

EUDÉSIA DE CARVALHO VIEIRA

SUMÁRIO

Reconhecida como uma mulher de múltiplos talentos, Eudésia de Carvalho Vieira nasceu em 8 de abril de 1894, no povoado de Nossa Senhora do Livramento (Santa Rita, PB). Filha de Pedro Celestino Vieira e Rita Filomena de Carvalho Vieira, viria a ser um destaque na Paraíba do seu tempo, como uma mulher pioneira no estado a formar-se e exercer a Medicina. Mas, antes disso, já se fazia conhecida por sua inteligência e desenvoltura, tendo em 1911 se formado na Escola Normal e em 1915 ingressado, através de concurso público, no magistério oficial, assumindo sua função de professora em Serraria (PB), onde viveu por cerca de cinco anos, também posteriormente lecionando em Livramento e na própria capital, Parahyba do Norte. Sua dedicação como professora e a determinação para ocupar espaços públicos em um contexto em que poucas mulheres das camadas médias urbanas o faziam, a levaram também a tornar-se um nome conhecido nos periódicos do início do século XX, desde o jornal *Novenar*, da Festa das Neves, o jornal oficial *A União*, o jornal *O Educador*, o jornal católico *A Imprensa*, a revista ilustrada *Era Nova* e *A Gazeta*, do Recife, entre outros, contribuindo com crônicas, notas de opinião e poemas.



SUMÁRIO

Casada desde 1917 com José Taciano da Fonseca Jardim, consta que chegou a ter quatorze gestações, das quais sobreviveram cinco filhos. Inspirava-se no modelo feminino que ela mesma descreveu à revista *Era Nova* (1922), o de uma “Joana D’Arc moderna” que, em sua opinião, sabia conciliar uma conduta pautada em valores cristãos e na família, mas também abrindo espaço na área das ciências no mundo profissional.

Eudésia Vieira ambicionou formar-se em medicina, contrariando as vontades do marido em um contexto em que ainda pesavam fortes restrições à presença feminina nos cursos superiores e em uma área de atuação marcadamente masculina. Enfrentando todos os obstáculos, ainda mais que a formação se dava no estado vizinho, na Faculdade de Medicina de Recife, em 1934 recebeu o diploma de Doutora em Ciências Médicas e Cirúrgicas, tendo defendido uma tese sobre a síndrome de Schickelé. Naquele momento passou a ser, junto com outra médica, Neusa Vinagre de Andrade, formada no mesmo ano, as únicas mulheres a exercerem a medicina na Paraíba. Abriu então um consultório em sua própria residência, à Rua Duque de Caxias, no centro da capital, onde clinicou por muitos anos, devotando especial atenção aos cuidados de mulheres e crianças, na área da ginecologia e obstetrícia.

Ainda que fosse grande a sua dedicação à prática médica, o apreço às letras e a sua formação como professora alicerçaram sua produção como escritora, tendo, ao longo da vida, publicado de poemas a livros de História. De poesia, publicou *Cirrus e Nimbos* (1924), *Cerne contorcido* (1953), *Poema do Sentenciado* e *Cascalho*; de livros didáticos de História publicou *Pontos de História do Brasil* (1922), que segundo os jornais da época rapidamente se esgotou, tendo sido adotado nas escolas públicas e privadas do estado, e *Terra dos Tabajaras* (1955), em que aborda, como elemento de origem da Paraíba, o acordo de paz entre a tribo indígena dos tabajaras e os portugueses. Com um olhar que procurava



SUMÁRIO

relacionar fortemente a história local à nacional, Eudésia Vieira foi convidada, ainda em 1922, a ingressar no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), também sendo neste espaço um dos poucos nomes femininos; publicou ainda ensaios, conferências e memórias. Em 1940, foi nomeada para coordenar o Setor de Assistência Social da Penitenciária Modelo, onde criou grupos de alfabetização, fundou uma biblioteca e uma oficina-escola.

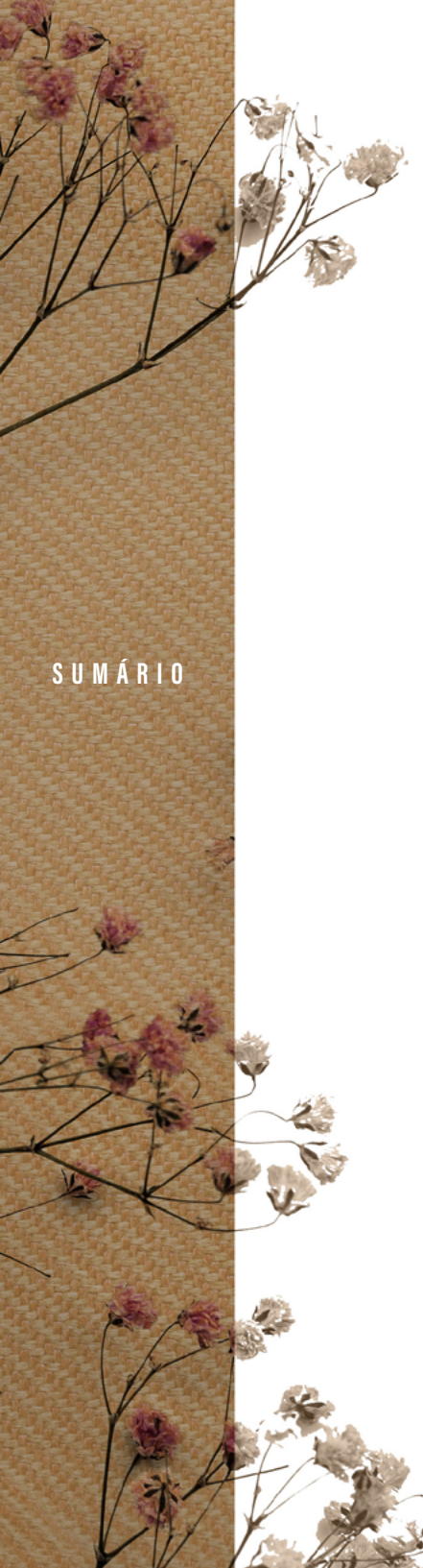
No exercício de sua escrita, especialmente como “historiographa” e poetisa, seus biógrafos a destacam como uma intelectual mediadora, também uma voz antiescravagista, pois em suas obras abordou questões raciais, bem como tornou-se uma vigorosa problematizadora da condição das mulheres, sobre a qual muitas vezes apresentou uma postura contraditória, condicionada aos embates comuns de sua época. Com uma visão que se opunha ao que compreendia como feminismo, sua formação cristã predominava como norteadora principal do que caberia à conduta das mulheres. Entretanto, desde cedo, como se pode perceber em sua trajetória, empenhou-se em construir para si um lugar profissional e público. Eudésia Vieira viveu até os 87 anos, falecendo em 16 de julho de 1981, em João Pessoa - PB.

Alômia Abrantes

INDICAÇÃO DE LEITURA:

COUTINHO, Ana; SANTOS, Evanice. **Eudésia Vieira:** rompendo o silêncio. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

GALVÍNCIO, Amanda Sousa. **A trajetória Intelectual de Eudésia Vieira:** Educação, Feminismos e História Pátria (1921-1955). Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.



SILVA, Alômia Abrantes da. Escritas e inscritas: mulheres na imprensa dos anos 1920. In: SILVA, Alômia Abrantes da; NETO, Martinho Guedes dos Santos (Orgs.). **Outras Histórias: Cultura e Poder na Paraíba (1889-1930)**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010. (p. 89-113).

EURÍDICE MOREIRA DA SILVA (Dona Dida)

SUMÁRIO

Eurídice Moreira da Silva, nascida em 05 de junho de 1939 na cidade de Maceió, estado de Alagoas, faleceu no dia 1 de julho de 2020 em João Pessoa - PB, vítima de complicações por problemas respiratórios causados pela Covid-19. Ela foi uma das mulheres que mais destacou-se no cenário político paraibano devido à sua atuação como deputada estadual na legislatura de 1995-1998 pelo PFL e por ter sido prefeita da cidade de Itabaiana por dois mandatos consecutivos entre os anos de 2005 e 2012.

As mulheres vêm crescendo timidamente nas esferas políticas de nosso país, desde que obtiveram o direito ao voto no cenário político brasileiro. No estado paraibano, ao longo de sua história encontramos poucas mulheres exercendo algum papel nas esferas políticas administrativas, a exemplo, temos que o cargo executivo do estado nunca foi ocupado por uma mulher.

Eurídice Moreira da Silva não tinha a intenção de ser política, não descendia de familiares que exerceram tal cargo, mas a



SUMÁRIO

vida mostrava que seu rumo seria diferente. Professora formada em Letras e apaixonada por latim e francês, dedicou seus primeiros anos a lecionar em escolas da cidade de Itabaiana - PB, no Colégio Nossa Senhora da Conceição, Ginásio Estadual de Itabaiana, entre outros. Porém, foi no início de 1970 que Dona Dida trilhava seu caminho à vida pública estadual. Dona Dida adotou esse nome nas campanhas políticas, pois era como seu marido carinhosamente a chamava. Aglair da Silva era o médico assistencialista do Hospital São Vicente de Paulo da cidade de Itabaiana. Foi nas visitas hospitalares de Dona Dida que ela começou a se envolver em trabalhos de caridade e amor ao próximo ajudando os doentes a amenizar o sofrimento.

Em 1976 seu marido tornou-se prefeito da cidade e ela como primeira-dama participou ativamente nas escolhas e decisões importantes do município, a exemplo as campanhas que ajudavam no combate à pobreza. Uma solução encontrada para suprir essa deficiência foi equipar as associações de bairros com médicos, dentistas, enfermeiros e pessoas ligadas à saúde para dar assistencialismo à população. Segundo relatos de pessoas que vivenciaram o período do mandato de seu marido, o prefeito no papel era ele, porém ela era quem exercia as funções de fato e isso nos bastidores a colocava no patamar de política capaz de substituí-lo nas eleições de 1982. No entanto, com base no código eleitoral vigente, ela estava impedida de se candidatar uma vez que estava casada com o prefeito e isso era um empecilho. Para burlar as leis, em comum acordo oficializaram uma separação que era uma farsa e que fora desmascarada em seguida pelos seus opositores. Apesar da vitória, imediatamente fora impedida de assumir o cargo e sua candidatura foi impugnada. Devido à paixão e ao fanatismo político de correligionários e apoiadores ligados à Dona Dida e seu marido, que não aceitavam a impugnação do resultado das eleições, ouviu-se rumores que agiram por conta própria atentando contra a vida do juiz de direito da região. Com isso, a cidade de Itabaiana - PB, em plena reabertura política, teve os holofotes acesos para si, pois algo nunca ocorrido



SUMÁRIO

no País acabara de acontecer. Tempos depois provou-se que ambos não tinham nada a ver com o atentado ao juiz.

Destacamos com esse relato o amor, a paixão e o fanatismo que muitas pessoas nutriam por essa mulher, afinal, exercia um poder de domínio e fascínio para com aqueles que conversava. Em minutos sua oratória os encantava e sua persuasão convencia-os. Devido ao seu trabalho assistencialista com os mais carentes, a população a chamava de “Dona Dida, a mãe dos pobres” ou simplesmente “Mãe Dida”. Foi com esse carisma que ela se tornou deputada estadual no ano de 1994, sendo uma das quatro mulheres que compunham a 13ª legislatura (1995-1998). Nas campanhas seguintes, 1998 e 2002, tentou reeleição, mas não obteve êxito.

Na tentativa de assumir a prefeitura de Itabaiana ela concorreu nas campanhas de 1982, 1988, 1992, e por mais de 20 anos insistentemente veio a conseguir esse feito por dois mandatos consecutivos no início do século XXI. Nos mandatos de 2005-2008 e 2009-2012, o legado deixado por Dona Dida na cidade de Itabaiana pode ser observado nas avenidas, praças e ruas quando transeuntes passeiam pelo município.

Dona Dida é uma das mulheres que fogem à regra de ter sido descendente de família de políticos, foi uma mulher que lutava em busca de melhorias para o povo que acreditava ser sofredor e precisava de cuidados. Em suas gestões, seja na prefeitura ou na Assembleia, governava para o povo que a inseriu na política levantando a bandeira de um país melhor para todos. Ela tentou romper com o machismo ao entrar na política e fazer diferente olhando para a situação do povo em geral, principalmente tentando resolver problemas seculares ligados à educação, saúde e saneamento básico que tanto afligem o povo brasileiro. Dona Dida é um dos maiores ícones políticos do agreste paraibano. Sua história tornou-se uma lenda na política paraibana devido à sua insistência em saber o

que queria. Foi uma mulher forte e decidida que estrategicamente procurava alianças para se fortalecer e defender seu espaço político enquanto mulher.

Flaviano Batista Ferreira

INDICAÇÃO DE LEITURA:

MAIA, Sabiniano. **Itabaiana:** Sua História, Suas Memórias, 1500-1975. João Pessoa: A União, 1976.

OLIVEIRA, Reginaldo Antônio de. **O atentado ao juiz de direito.** Itabaiana: A União, 1984.

RABAY, Glória. CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Mulher e Política na Paraíba:** histórias de vida e luta. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

EZILDA MILANEZ BARRETO

Ezilda Milanez nasceu em Guarabira, Paraíba, em 29 de fevereiro de 1898, no berço de uma família religiosa e conservadora. Na infância, com o falecimento dos pais, foi adotada pelo tio padre João Batista Milanez, importante figura do clero paraibano, educador e jornalista vigoroso na defesa das “boas causas”. Aos 24 anos, entrou para o curso normal no Colégio das Neves na capital Parahyba (atual João Pessoa), formando-se professora em 1927. De posse do diploma, mudou-se para a cidade de Areia - PB, tendo



SUMÁRIO

passado a trabalhar como professora no Grupo Escolar Álvaro Machado e a participar ativamente das obras beneficentes da Casa São Francisco, local mantido pela paróquia de Nossa Senhora da Conceição sob as orientações do padre Ruy Barreira Vieira, que, influenciador da vida social da cidade e de seus habitantes, é descrito como o “prognóstico do povo” em artigo publicado por ela no jornal *O Areiense* em 18 de maio de 1980.

Casada com o senhor João Barreto, respeitado comerciante local, além dos três filhos, frutos do primeiro matrimônio do esposo, Ezilda Milanez Dantas, seu nome de solteira, herdou também o sobrenome “Barreto”, passando a assinar Ezilda Milanez Barreto. Com o casamento, Dona Ezilda – forma de tratamento dado a ela pela população local – começou uma nova fase da sua vida. Além do magistério, assumiu o comando de uma família, desempenhando os papéis de dona de casa e mãe. Entretanto, por acalantar o sonho de escrever, mas com “receio de enfrentar os homens sempre prontos para uma crítica severa e deprimente”, abandonaria a ideia, como ela própria relatou no prólogo de *E a luz brilhará nas trevas*. Este, seu primeiro romance, foi publicado aos 42 anos de idade, fruto de uma peça de teatro transformada em livro no ano de 1940 e recebeu menção honrosa pela comissão julgadora do Prêmio Literário Augusto dos Anjos. De traços dramáticos e moralizantes, esta obra tem como tema central o adultério. Nela, o sexo fora do casamento é tratado como o elemento corruptor da moral e dos bons costumes e expõe valores (a)morais que ameaçam a família tradicional. Seu final termina por justificar a conservação dos padrões éticos-sociais e valoriza os dogmas cristãos de religiosidade.

Vinte e um anos depois de sua estreia como escritora, Ezilda Milanez Barreto publicou, em 1961, seu segundo livro, *À Sombra da Gameleira*, trazendo para a ficção a célebre personagem histórica: Carlota Lúcia de Brito. Uma viúva, forasteira, que, vindo do sertão pernambucano, chegava à cidade de Areia e entrava para



SUMÁRIO

a posteridade como a mentora do assassinato do Dr. Trajano Alípio de Holanda Chacon Cavalcanti, político influente e chefe do Partido Conservador local. Dona de si e do seu destino, Carlota foi apontada pela sociedade areiense como uma ameaça, por viver em concubinato com Joaquim dos Santos Leal (Chefe do Partido Liberal), opositor dos Conservadores. Convidada a se retirar da cidade por ser um mau exemplo, não se dobrou às ordens recebidas, enfrentou os opositores, mandando matar o chefe local (Dr. Chacon) e terminando por destruir duas famílias tradicionais da cidade: os *Chacon* e os *Santos Leal*. Na trama, além de Carlota, D. Ezilda retratou alguns perfis de mulheres no Brasil Império, pautados numa sociedade patriarcal conservadora, e registrou um julgamento implacável para aqueles que ousaram, como Carlota, desobedecer às normas sociais, éticas e morais vigentes.

Passados mais de vinte anos, em 1981, D. Ezilda publicou seu terceiro romance, *Nos arcanos do Império*. Nesta obra, a autora, além de retratar dados históricos, como os bastidores da festa de assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel, no Rio de Janeiro (Corte), também deu uma grande visibilidade às mulheres, em várias camadas sociais. A personagem central é Rosemarie du Moran (branca, rica, com voz e dona de si), que, depois dos estudos na Europa, voltou para o castelo de Moran, no Rio de Janeiro, habitado por seu pai, que vivia rodeado de escravos, às vésperas da abolição da escravidão, e resolveu alterar a ordem das coisas ali estabelecidas. Todavia, no decorrer da história, seria transformada pelos acontecimentos históricos (abolição da escravidão), pelas revelações da verdadeira história de sua família e, principalmente, pelo casamento, destino “natural” das mulheres da época. Sendo assim, foi engolida pelo modelo patriarcal e se curvaria diante dos homens. Apesar desse final, mais uma vez moralizante e edificante, Ezilda trazia para o palco de discussão as mudanças que se impõem no Segundo Império brasileiro e terminam por influenciar os comportamentos

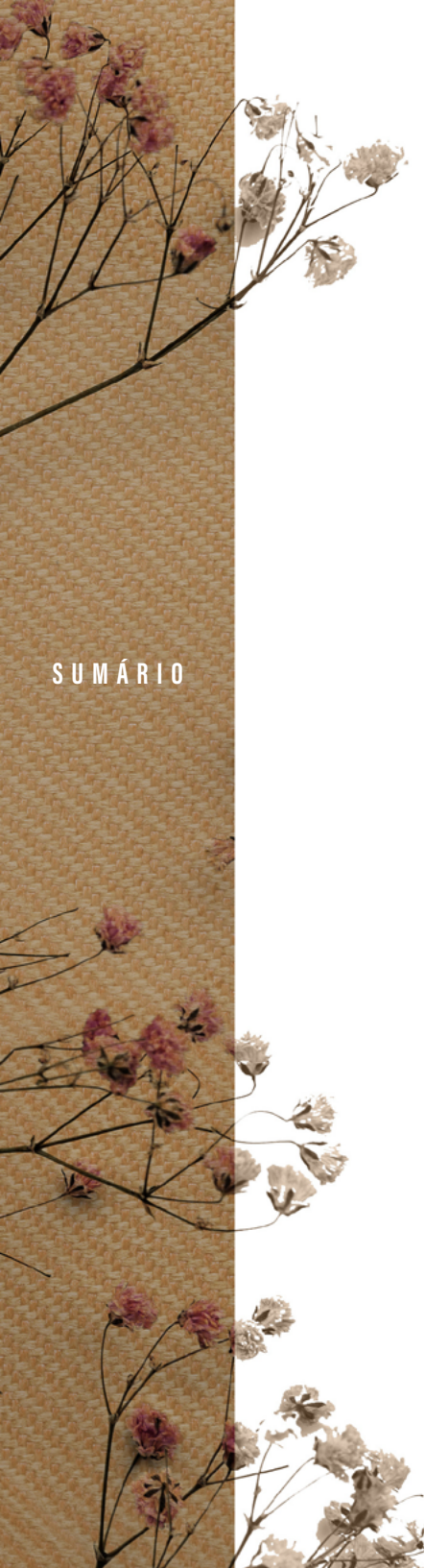


SUMÁRIO

de toda uma época, principalmente das mulheres (brancas e negras) que inevitavelmente teriam contatos com novas realidades e veriam suas representações sociais alteradas.

Dois anos depois, a autora publicava seu último romance, *O meu mundo é assim* (1983), cujo enredo versa sobre uma história de amor que abalou a cidade de Guarabira (sua terra natal). A personagem central, movida pelo afeto, abandona a casa, o marido e os filhos e foge com o grande amor da juventude. Essa atitude da protagonista põe em xeque a reputação da família tradicional. Ao dar vazão ao sentimento amoroso, em detrimento dos laços familiares, torna-se uma mulher transviada, sem moral. Entretanto, o que seria uma obra transgressora ganha seu cunho moralizador quando, no final da narrativa, a personagem, ao ver-se viúva, livre do passado, casa-se com seu grande amor e é redimida socialmente. Desse modo, a autora mais uma vez expôs a condição das mulheres e retratou o casamento como uma instituição regeneradora para o sexo feminino e mantenedora da moral e dos bons costumes. Além dessas narrativas, Ezilda Milanez Barreto escreveu artigos para o jornal *O Areense*, em que se nota o mesmo tom moralizante e edificante presente em suas obras ficcionais, notabilizando os diálogos que estabelecia, enquanto mulher-escritora, com o universo religioso e o meio social em que estava inserida.

Ademais, por ter sido a segunda mulher a publicar livros no estado da Paraíba (a primeira no brejo paraibano), Ezilda Milanez Barreto, além de escrever, em meio a um cenário predominantemente masculino, também ocupou um espaço importante como mulher e pioneira, tanto na arte ficcional, quanto na defesa das minorias sociais paraibanas (negros e mulheres), assumindo, portanto, uma postura política. Além disso, em sua trajetória, desenvolveu diversos serviços sociais como as ações filantrópicas em prol dos idosos e, principalmente, a realização dos cursos de corte e costura destinados às mulheres, que objetivaram qualificar a mão de obra local feminina e ampliar a vida social das mulheres. Tais ensinamentos foram



SUMÁRIO

perpetuados entre as gerações futuras, contribuindo sobremaneira para o desenvolvimento da economia local areiense. Além de mulher-escritora, foi também benemerita, e deixou um legado de cuidado e amor ao próximo. Faleceu na cidade de Areia, em 19 de janeiro de 1986, onde está sepultada, ao lado direito do cruzeiro na entrada do cemitério, e repousa à sombra de uma aroeira.

Marcelo Medeiros da Silva

Raimundo Mélo Neto Segundo

INDICAÇÃO DE LEITURA:

BARRETO, Ezilda Milanez. **O meu mundo é assim**. São Paulo: Soma, 1983.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico (Org.). **Pequeno Dicionário dos Escritores/Jornalistas da Paraíba do Século XIX**: de Antonio da Fonseca a Assis Chateaubriand. João Pessoa: CCHLA, 2009.

SANTOS, Idelette Muzart Fonseca dos (Org.). **Dicionário Literário da Paraíba**. João Pessoa: A União, 1994.

FERNANDA BENVENUTTY

Fernanda Benvenutty nasceu no dia 9 de fevereiro de 1962 na cidade de Remígio, interior da Paraíba. Filha de Ernani Benvindo da Silva e de dona Maria de Lourdes da Conceição, com



SUMÁRIO

14 anos de idade, deixou a cidade natal e seguiu viagem com o Circo Babilônia, que estava em Remígio. No circo, atuou como palhaça, trabalhou como mestre de cerimônias e fez sua estreia nos palcos como artista. Enquanto seu corpo e sua alma buscavam liberdade para existir, Fernanda inspirava outras travestis. Aos 16 anos, ela chegou na capital paraibana, longe da família e de sua terra natal, iniciando uma nova fase em sua vida. A distância dos familiares foi mantida como estratégia para evitar passar por mais rejeições e outras violências. A identidade feminina de Fernanda tornava-se visível para o mundo e ela seguia sem renunciar à sua liberdade. Para sobreviver em João Pessoa, passou pela prostituição, trabalhou como cozinheira, garçoneiro, lavadeira, empregada doméstica e babá. Sua trajetória remonta a um período em que pessoas travestis e transexuais não podiam andar pelas ruas da cidade durante a luz do dia. Sair de casa à noite era mais seguro para mulheres como ela, uma tática de sobrevivência, pois reduzia os riscos de ser alvo de pedradas, xingamentos públicos, ser expulsa ou impedida de entrar em espaços comuns.

Fernanda recusou a ideia de viver nas sombras ou escondida na penumbra da noite. Ela afrontou as regras e, a partir dela, as travestis paraibanas começaram a andar nas ruas da cidade, enfrentando o medo de serem vistas. Sobreviveu a muitas violências físicas e psicológicas. Enquanto trabalhava durante o dia, como empregada doméstica, estudava Enfermagem à noite. Em 1992, tornou-se estagiária na Maternidade Cândida Vargas – onde posteriormente conquistaria uma vaga efetiva por meio de concurso público. Sua especialidade? Parteira. Assim ela gostava de ser conhecida. Muitas crianças vieram ao mundo pelas suas mãos. Tornou-se uma profissional reconhecida em sua área de atuação pela dedicação e defesa dos direitos de seus pacientes, mas precisou enfrentar preconceitos e discriminações que insistiam em questionar sua presença naqueles espaços. Entre os anos



SUMÁRIO

de 2012 e 2015, tornou-se a primeira travesti a compor o Conselho Nacional de Saúde (CNS).

A vida vivida por Fernanda fez dela uma militante e ativista das causas LGBTQIAPN+. E foi através da sua atuação nos movimentos sociais que conquistou uma visibilidade nacional. Em 2002, com o apoio do Movimento do Espírito Lilás (MEL), fundou a Associação das Travestis da Paraíba (ASTRAPA), atual ASPTTRANS-PB – Associação de Pessoas Travestis e Transexuais da Paraíba. Em 2003, à frente da ASTRAPA, promoveu o I Encontro Estadual de Transgêneros da Paraíba, inserindo o estado no debate nacional acerca da inclusão, da diversidade, dos direitos e do respeito às pessoas trans. Para além de seu ativismo social, Fernanda atuou intensamente no setor cultural e fundou duas escolas de samba, a Império do Samba, em 2004, e a Unidos do Roger, em 2014. Trajetória que a transformou em uma das principais carnavalescas da Paraíba. Fernanda viveu mobilizada por seus sonhos, e ser mãe era um desejo que ela também conseguiu realizar. Adotou duas crianças e tornou-se mãe de um menino e de uma menina. Ela queria que seu legado e suas conquistas, construídas em vida, ficassem para seus filhos.

A artista, carnavalesca, enfermeira, parteira, mãe e ativista enveredou por outros caminhos que lhe deram visibilidade e ajudaram a construir uma história de superação e de quebra de tabus. A política aconteceu na trajetória de Fernanda, como resultado de uma reflexão profunda das discriminações e privações que viveu. Diante de tantos preconceitos cotidianos, Fernanda sentiu a necessidade de ver pessoas como ela ocupando espaços na política, e assim o fez. Entre os anos de 2004 e 2008, Keila Simpson atuou como presidenta e Fernanda Benvenutty foi vice-presidenta da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Essa parceria resultou em iniciativas que marcaram o ativismo



SUMÁRIO

LGBTQIAPN+ no Brasil, a exemplo da campanha “Travesti e Respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos. Em casa. Na boate. Na escola. No trabalho”.

Em um ato nacional, no dia 29 de janeiro de 2004, as travestis entraram no Congresso Nacional e este dia foi instituído como Dia Nacional da Visibilidade Trans. No mesmo ano, a ativista paraibana sairia candidata a vereadora em João Pessoa pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Mais uma vez, Fernanda fazia história como a primeira candidata LGBTQIAPN+ paraibana a tentar um mandato parlamentar. Depois de sua candidatura, outras pessoas e ativistas da comunidade LGBTQIAPN+ também decidiram ingressar no universo da política. Fernanda foi candidata a vereadora em João Pessoa nos anos de 2004, 2008 e 2016. Em 2010 tentou uma vaga na Assembleia Legislativa da Paraíba, momento em que recebeu o apoio do padre e deputado federal Luiz Couto, numa parceria improvável aos olhos conservadores.

Em 2013, Fernanda estampou os cartazes de uma campanha nacional em defesa do uso do nome social por pessoas travestis e transexuais no SUS, numa iniciativa do Ministério da Saúde. Seu empenho resultou em conquistas efetivas para as pessoas trans e travestis. Em 2017, por exemplo, foi criado o “Ambulatório TT” no CHCF – Complexo Hospitalar Clementino Fraga, que passou a oferecer serviços especializados para esta população. Em sua homenagem, o Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais leva o nome Fernanda Benvenutty.

Diagnosticada com câncer, adoecida e num momento de fragilidade, a ativista se deparou com a ausência de pessoas que eram queridas para ela. Diante de um momento tão sensível de sua vida, Fernanda encontrou apoio e cuidado em três amigas, também travestis, Andreina, Bia e Louise, que foram parte de sua “família afetiva”. Fernanda faleceu no dia 2 de fevereiro de 2020, a poucos dias



SUMÁRIO

do desfile de carnaval de sua escola de samba, a Unidos do Roger, que teve como tema do samba enredo daquele ano uma homenagem à sua trajetória de vida. A Unidos do Roger foi campeã do carnaval 2020 e o legado deixado por Fernanda pôde ser notado, de forma simbólica, nas mais diversas áreas de sua atuação.

Em 2024, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) criou o Prêmio Fernanda Benvenutty a fim de reconhecer pessoas que promovem direitos e cidadania para a população trans. A premiação foi concedida a 20 pessoas, entre elas estão a ex-presidenta Dilma Rousseff, o padre Júlio Lancellotti, Keila Simpson e Kátia Tapety. Em novembro de 2022 foi lançado o livro *Fernanda Benvenutty: uma política travesti*, narrado e escrito pela própria Fernanda em parceria com as antropólogas Luiza Ferreira Lima e Silvana Nascimento.

Fernando Domingos de Aguiar Júnior

Mônica Maria de Sousa Ferreira

INDICAÇÃO DE LEITURA:

BENVENUTTY, Fernanda; LIMA, Luiza Ferreira; NASCIMENTO, Silvana. **Fernanda Benvenutty: uma política travesti**. São Paulo: Patuá, 2022.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. **Que mulher é essa?** Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Saúde) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social, Rio de Janeiro, 2011.

NASCIMENTO, Silvana de Souza. Variações do feminino: circuitos do universo trans na Paraíba. **Revista de Antropologia**, v. 57, n. 2, p. 377-411, 2014.



FIDÉLIA CASSANDRA

SUMÁRIO

Fidélia Cassandra Pereira de Araújo nasceu em 19 de junho de 1962 em Campina Grande - PB, filha do casal José Pereira de Araújo e Maria Betânia Pereira. Porém, ela só foi registrada em 26 de julho de 1962, data em que se comemora a revolução cubana, isso devido à militância política do seu pai, conhecido em Campina Grande e região como “Zequinha do PCB”. Criada entre diversos bairros de Campina Grande, entre eles São José, Centenário e Prata, Fidélia Cassandra estudou os primeiros anos em várias instituições escolares campinenses, a exemplo do Instituto Santa Luzia, Instituto 4 de Outubro e Júlia Gomes de Queiroz e concluiu o ensino fundamental e médio no tradicional Colégio Alfredo Dantas, localizado no centro. Seu pai, Zequinha do PCB, era mecânico de carros e fez curso de torneiro mecânico no Senai-PB. Antes iniciou o curso ginásial no Estadual da Prata, nunca concluído devido às necessidades de trabalho. Porém foi lá que conheceu Maria Betânia Pereira, quando iniciaram um relacionamento e se casaram. Esta acabou depois trabalhando como secretária da mesma oficina mecânica onde Zequinha trabalhava. Dona Betânia, como ficou conhecida, depois de separada, retomou os estudos e concluiu o curso de Serviço Social, pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Dois pontos cruciais na trajetória de Fidélia Cassandra foram as sucessivas prisões de Zequinha do PCB ao longo dos anos 1960 e 1970, no auge da ditadura civil-militar brasileira, bem como as consecutivas internações psicológicas de



SUMÁRIO

Maria Betânia Pereira. Zequinha desde jovem envolveu-se nas lutas sociais, vinculado ao PCB. Dona Betânia, apesar dos problemas psicológicos, nunca deixou de trabalhar e estudar, criando os filhos com muito esforço. Na adolescência, Fidélia Cassandra encantou-se pela língua inglesa, através da música e da poesia, estudando em uma escola chamada NESA, em Campina Grande, cujo dono era amigo do seu pai e depois concluiu o curso de inglês no Instituto Michigan, onde também atuou como professora. Quando concluiu o ensino médio, iniciou sua carreira de professora no município de Pedra Lavrada, Paraíba, ensinando língua inglesa. Fidélia, muito jovem, também se encantou pelo mundo das letras e das artes, em parte envolvida pela influência do pai, um homem simples, mas muito atento ao universo da poesia e da música. Tal influência paterna a fez escolher o curso de Letras, passando no vestibular em 1980, formando-se anos depois na UFPB, Campus II, hoje UFCG.

Professora concursada em Língua Inglesa, desde o ano de 1996, pelo Governo do Estado da Paraíba, trabalhou em diversas instituições educacionais de Campina Grande, a exemplo do Estadual da Prata, Estadual de Bodocongó e Murilo Braga, além de atuar nestas últimas quatro décadas como bancária, jornalista, produtora cultural, cantora, escritora e doceira. Como bancária trabalhou no antigo Unibanco e no Sindicato dos Bancários, somando ao todo 20 anos de serviços prestados. No jornalismo, chegou a atuar como âncora do telejornal da TV Borborema, por cerca de dois anos. Enquanto produtora cultural, colaborou em diversos projetos, com destaque para a coordenação de literatura do Museu de Artes Assis Chateaubriand da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), quando foi responsável pelo *Sarau ao Pôr do Sol*, trazendo dezenas de artistas, em especial poetas, em lançamentos e recitais bastante concorridos. No campo da música, desde 1980, começou a participar de festivais em Campina Grande e região, como o do Diários Associados,



SUMÁRIO

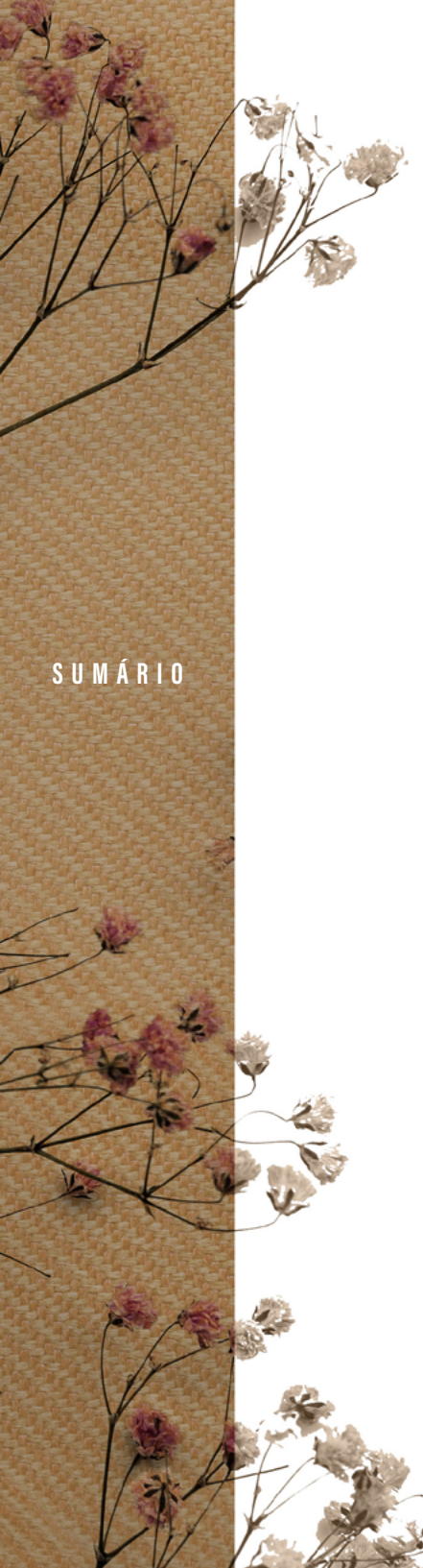
o FUMPO (Festival Universitário da Música Popular Brasileira). Foi coralista do Coral da UFPB, ligado ao Departamento de Música. Nos anos 1990 começou a participar de shows, juntamente com uma geração de compositores e produtores musicais, a exemplo de Fábio Dantas, Emerson Uray, Geraldo Pinto e Gaby Cavalcante. Participou de alguns importantes eventos musicais, colaborando na programação do Festival de Inverno e de alguns projetos especiais do SESC Campina Grande. Embora com uma carreira longa enquanto intérprete e compositora, não chegou a gravar discos. Entre suas diversas atuações na música, destaque para o projeto *Modinhas fora de Moda*, em 2013, juntamente com as cantoras Adília Uchôa e Lara Sales; e para uma excursão para a França, em 2008, convidada por uma ONG europeia. Na literatura, publicou quatro coletâneas de poemas: *Amora* (2002; 2010); *Plumagem* (2008); *Melikraton* (2013); e *Antes de ser blues* (2019).

Fidélia Cassandra teve dois filhos, Pedro Araújo Ribeiro, nascido em 1992, e Gustavo Araújo Serrano, nascido em 2000, ambos em Campina Grande - PB, fruto de dois dos seus casamentos. Perguntada sobre onde mais se realiza diante de tantas áreas em que atua, Fidélia Cassandra responde, em entrevista: “me realizo é no palco. Nunca me realizei profissionalmente”. Essa mulher, de personalidade forte e firme, continua produzindo os seus vários saberes, sabores e fazeres, resistindo ao mundo hostil ao seu redor.

Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio

INDICAÇÃO DE LEITURA:

CASSANDRA, Fidélia. **Amora**. 2. ed. Campina Grande: Latus, 2010.



CASSANDRA, Fidélia. **Antes de ser blues**. Cajazeiras: Arribaça, 2019.

CASSANDRA, Fidélia. **Melikraton**. Campina Grande: Latus, 2013.

F LÁVIA WENCESLAU

SUMÁRIO

Flávia Wenceslau é cantora, compositora e escritora, uma paraibana que conquistou o País com suas músicas e composições. Flávia nasceu em Nova Floresta, e hoje mora no estado da Bahia. Foi lá onde ela conquistou reconhecimento nacional e recebeu seu primeiro Prêmio Caymmi de Música. A partir daí, Flávia teve suas canções conhecidas e reconhecidas também nas vozes de cantoras e cantores como Margareth Menezes, Maria Bethânia, Mariene de Castro, Chico César, Flávio Venturini, Marcos Lessa e do padre Fábio de Melo. As músicas de Flávia também fizeram parte da trilha sonora da novela *Cristal*, do SBT. Recebeu pela segunda vez a premiação Caymmi de Música, e lançou livros, intitulados *Azul Celeste* e *Flores Amarelas*, os primeiros do box *Meus escritos* (2020).

Em um de seus shows, “Minha música tem história”, de tom intimista, conta que desde criança ouvia seu pai tocar trombone nos finais de tarde, e assim foi se encantando pela música. Cantou primeiro na igreja e, já adolescente, se apresentava com seu irmão nas feiras do interior da Paraíba, como a de Pocinhos, por exemplo, animando o domingo de muitos sertanejos e sertanejas com músicas de bandas da época. Mais tarde, aos 20 anos, se tornou também compositora. Reconhece essa trajetória como um



SUMÁRIO

“caminho muito sertanejo”. Começou a fazer suas próprias canções, por querer gravar o primeiro disco, mas não tinha condições financeiras de pagar os direitos autorais das canções que queria no repertório. Já compunha com qualidade poética e literária, que usou para dar outro rumo à sua carreira. Relembra que assim começou uma busca interna de dizer ao mundo as coisas que sente. Sua composição vem de uma conversa profunda consigo mesma, de acordo com ela, da elaboração e resolução de dilemas pessoais, do vivido. Flávia tem três filhos, e sua mãe morreu quando tinha quase três anos. Essa lacuna na vida foi, ao mesmo tempo, uma ausência, mas também uma razão para seguir em frente, lidando com sentimentos seus que ainda não eram explicados. A maternidade veio de uma vontade, que considera genuína, de amor incondicional. Como legado, quer deixar ao mundo seres humanos bem formados, educados e respeitosos, e assim busca se reeducar, para poder ser um exemplo disso para os filhos.

Flávia Wenceslau vai sendo reconstruída nas mensagens que traz em suas canções e escritos. Seus textos literários estão sendo lançados inicialmente em quatro livros, com cerca de 25 textos cada um, sendo que cada obra será acompanhada de uma música. Os quatro volumes têm cores e nomes ligados à natureza. Flávia também vem trabalhando na escrita e publicação de um romance. Em meio a tantas atividades de criatividade, entende sua vida como “bem simples”, uma busca constante pela simplicidade. A imagem que evoca disso são os pés de acerola do seu quintal, cujos frutos são colhidos, mas sempre ficam no chão aqueles cobertos pelos mosquitos que vão lá se alimentar. Uma vida simples, mas “cheia de vida”, de poesia e de reflexões a serem levadas adiante. Este texto é resultado de uma conversa com a artista para o Podcast Paraibanas.

Ana Maria Veiga

Dayane Nascimento Sobreira

Susel Oliveira da Rosa

INDICAÇÃO DE LEITURA/ESCUITA:

PODCAST PARAIBANAS. **Flávia Wenceslau**. [Entrevista cedida a Susel Oliveira da Rosa e Dayane Nascimento Sobreira]. João Pessoa, 3 abr. 2021. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/5yfKosw8CqbAhDvRSKQ86p?si=7e5e2e1c69e04f0c>. Acesso em: 27/05/2023.

WENCESLAU, Flávia. **Meus Escritos**: Azul Celeste. [s. e]: Salvador, 2020.

WENCESLAU, Flávia. **Minha música tem história**. Youtube, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLIG73uR5bxZrCGkZNNWztN9hHUUEgV7k->. Acesso em: 29/05/2023.

GERTRUDES MARIA

Gertrudes Maria, uma preta “crioula”, nasceu na capital da Paraíba possivelmente no início do século XIX; da condição jurídica de escravizada conquistou parcialmente a liberdade, definida como libertanda, pois sua carta de alforria era condicionada. Ela era uma cativa “de dentro”, ou seja, trabalhava no interior da casa de seus escravizadores e exercia, também, a atividade de vendedora em tabuleiro, negociando verduras, frutas e outros gêneros, e assim provia a sua manutenção e a de sua senhora – e, às vezes, de seu senhor, quando ele estava em casa e não fugindo de seus credores.

Nas Trincheiras, denominado bairro para alguns e rua para outros, era uma das áreas que Gertrudes Maria trabalhava,



SUMÁRIO

desempenhando seu ofício de “vendedora de tabuleiro” ou quitandeira, junto de diversos outros negros e negras, fossem livres, libertos ou escravizados. Salientamos que circular pelo espaço urbano permitiu a Gertrudes Maria tanto um ganho extra que garantiu um pecúlio/poupança quanto a formação de uma rede de sociabilidade. Esta afirmação pode ser verificada a partir da leitura da ação cível instaurada em 1828, na qual seu curador procurou se opor ao “embargo de penhora” contra seu senhor (Carlos José da Costa), que estava endividado e colocava em risco a sua liberdade parcial/condicionada, obtida após “negociação”. Mas teve que aceitar as regras do sistema escravista, uma vez que cabia ao escravizador determinar as etapas para um indivíduo escravizado se libertar. No caso dela, conseguiu negociar uma liberdade precarizada, mas que com astúcia e pró-atividade conseguiu livrar-se do cativeiro por mais de uma década; quiçá, pelo restante de sua vida.

Vamos aos fatos. Conforme o acordo possível com seu senhor e sua senhora, ela pagou 50% do seu valor – 100 mil réis –, o restante *deveria* ser quitado com seus serviços, “servindo” a eles, Carlos José da Costa e Maria Antonia, até a morte de ambos; conforme sua “Carta de Liberdade”, datada de 27 de janeiro de 1826. Ou seja, uma liberdade sonhada, mas incerta se seria alcançada. Entretanto, as ações e as estratégias construídas por Gertrudes Maria nos indicam que ela prezava pela sua conquista, mesmo que precarizada e parcial, visando um futuro com liberdade para si ou para seus filhos. E, de fato, ela realmente manteve-se como “forra” e “liberta”, entre os anos de 1828 e 1842. Vale ressaltar que nesse período, anos de 1828 a 1842, poucas pessoas condenavam a instituição da escravidão e a sociedade brasileira considerava legítima a prática de escravizar pessoas; mesmo assim, Gertrudes Maria moveu uma ação judicial contra seus embargadores. Para tanto, contou com apoio de homens da elite que atuaram como advogados em sua defesa, foram eles: Luís Nogueira Moraes, José Lucas de Souza Rangel e Francisco de Assis



SUMÁRIO

Pereira Rocha, e pessoas “comuns” que foram testemunhas durante o seu julgamento, a exemplo de Antonio Dias, “índio”, de 50 anos e que vivia de “suas agências”; João do Rego Toscano de Brito, “pardo”, de 65 anos e que vivia de plantações; Manoel Dantas de Figueiredo, “branco”, de 55 anos, de ofício de sapateiro (AÇÃO CÍVEL *In Mello*; Albuquerque; Silva, 2005).

O advogado Pereira Rocha acompanhou seu processo por mais de uma década e durante a defesa de Gertrudes Maria salientava que para ela se contrapor ao “abominável cativoiro” e formar pecúlio para sua libertação foi às “custas de suores, sacrifícios e muitas fadigas”. Entre os algozes da libertanda sob condição estavam um religioso da Ordem Carmelita, Frei João da Encarnação – que procurava ser ressarcido da quantia de 176.190 réis – e um civil, José Francisco das Neves – que buscava receber cerca de 17 mil réis. Percebemos que dos diversos interesses envolvendo tal demanda jurídica, de um lado havia o senhor e a senhora de uma “cativa” que procuravam manter o único “bem” que poderia garantir sua sobrevivência; de outro, a mulher negra liberta *sob condição* e, por fim, credores de Carlos José da Costa que queriam receber pagamento de dívida e que não hesitaram em recorrer à justiça na tentativa de concretizar tal objetivo. Talvez não contassem com ação pró-ativa de Gertrudes Maria que a levou à busca de apoio na sua rede de amizade, formada por homens de diferentes classes sociais. Como resultado da ação cível, ela não obteve êxito, posto que perdeu a ação após julgamento em 1831. Entretanto, seu advogado Francisco de Assis Pereira Rocha apelou ao “Juízo Superior da Relação”, em Pernambuco, assim ela esteve sob proteção de um depositário – indivíduo que tutelava um escravizado durante uma ação judicial –, mantendo-se distante de seus escravizadores e “gozando da liberdade” de 1831 até 1842, sendo neste ano a retomada da ação cível por parte de José Francisco das Neves. Ou seja, Gertrudes Maria foi beneficiada pelas suas astúcias ao explorar, ou engazupar, o



SUMÁRIO

sistema judicial com suporte de homens da “lei” que detinham conhecimentos técnicos e algum tipo de relação social com esta personagem histórica.

Assinalamos que uma das especificidades da escravidão brasileira – como a sua durabilidade, perversidade, violências e exploração do trabalho de indivíduos escravizados – refere-se à “política de domínio senhorial”, visto que havia a possibilidade da gente escravizada obter a alforria, entretanto havia limites, posto que a liberdade alcançada podia ser revogável (até 1871), conter cláusulas (“sob condição”, um exemplo), assim como os direitos eram restritos (participação política limitada a homens libertos). De outro lado, pessoas cativas estabeleceram negociações para minimizar ou mudar suas vidas, como foi a escolha de Gertrudes Maria, lutar pela sua emancipação e livrar-se do cativeiro.

Na ação cível (1828 *apud* Mello; Albuquerque; Silva, 2005), constatamos que a contestação da carta de alforria de Gertrudes Maria ocorreu através de dois argumentos: 1) que a carta de liberdade foi escrita após o início do processo, pois a *tinta* utilizada na sua escritura era a mesma com que se escrevera o requerimento de embargo solicitado por Gertrudes; 2) a *diferença da tinta* com que assinaram as duas testemunhas, o que demonstrava não estarem presentes quando se fez a carta de liberdade. Contudo, não há argumentos que neguem a falsidade da assinatura de Carlos José da Costa no referido documento, mas alegam que houve uma trama entre senhor e escravizada com a intenção de provocar dolo aos credores daquele.

Embora não tenhamos conseguido conhecimentos completos sobre o caso de Gertrudes Maria, sabemos que ela vivia, na década de 1840, com um indígena e tinha duas crianças. Possivelmente, esses novos personagens na história tenham ativado a ganância de José Francisco das Neves e do herdeiro do Frei João da



SUMÁRIO

Encarnação (falecido) e a oportunidade de reativarem o processo no início da década de 1840. Todavia, a sua história mostra o seu protagonismo e consideramos emblemática por representar as lutas de muitas outras mulheres escravizadas de várias regiões do Brasil que, com suas ações políticas contra o escravismo, redefiniram suas condições sociais e jurídicas, afirmaram a sua humanidade, enfim, lutaram por liberdade nas aberturas do sistema, a partir de sua perspicácia, sua coragem e apoios recebidos de suas interações no mundo do trabalho. Gertrudes Maria e outros conseguiram assim conquistar, mesmo que temporariamente, novos espaços na sociedade escravista.

Os rastros de Gertrudes Maria, mulher libertanda/escravizada são findados em 30 de maio de 1842, de maneira lacônica, indicando que sua demanda jurídica deveria ser encaminhada à instância superior, ao Tribunal da Relação em Pernambuco. No entanto, a sua história nos revela as urdiduras de um período em que parte expressiva da população não questionava a posse de pessoas para a extrema exploração de seu trabalho. Além disso, percebemos algum êxito em (sobre)viver, por anos, longe de quem servia-se de seu trabalho e a formação de laços familiares possibilitando a sua (re)existência social no século XIX e, não menos importante que isso, o seu protagonismo, representando, assim, as lutas de muitas outras mulheres negras (escravizadas, libertas e livres) nas dinâmicas sociais complexas do Brasil escravista, que tiveram capacidade de disputar outros projetos de vida, mesmo diante das desiguais relações de poder. Ademais, suas ações sociais a retiraram da invisibilidade, posto que pudemos, a partir da interpretação de suas marcas nas fontes históricas, começar de novo a história sob uma perspectiva, a de ampla representação de sujeitos históricos que formam a sociedade afrodiaspórica no Brasil.

Solange Pereira da Rocha

Maria da Vitória Barbosa Lima

INDICAÇÃO DE LEITURA:

AÇÃO CÍVEL de Gertrudes Maria (1828-1842). *In*: MELLO, Virgínia Pernambuco de; ALBUQUERQUE, Marcos Cavalcanti de; SILVA, Rita de Cássia Alves Ramalho.

História da Ordem Terceira do Carmo da Paraíba: 300 anos de fundação. João Pessoa: A União, 2005.

GOMES, Flávio dos Santos; LAURIANO, Jaime; SCHWARCZ, Lília. Gertrudes Maria (verbete). *In*: GOMES, Flávio dos Santos; LAURIANO, Jaime; SCHWARCZ, Lília.

Enciclopédia Negra: biografias afro-brasileiras. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. (p. 232-234).

LIMA, Maria da Vitória Barbosa. **Liberdade Interditada, Liberdade Reavida:** escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX). Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2013.

ROCHA, Solange P. Mulheres escravizadas na Paraíba oitocentista: trabalho, contradições e lutas por liberdade. *In*: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (Orgs.). **Mulheres Negras no Brasil escravista e do Pós-Emancipação.** São Paulo: Selo Negro, 2012.

GILBERTA SANTOS SOARES

Gilberta Santos Soares nasceu em Campina Grande (Paraíba), cidade que faz seus olhos brilharem ao lembrar as histórias vividas na Rainha da Borborema. Chamada carinhosamente de Gil



SUMÁRIO

pelos amigos, é filha de pais profissionais autônomos, técnicos em contabilidade. Sua mãe, Terezinha Santos Soares, foi sua referência na busca por autonomia, uma mulher vanguardista que, na década de 1950, exercia a profissão de contabilista. Gilberto Soares de Melo, seu pai, lutou contra a Ditadura e tinha o ávido gosto por livros e filmes que embasavam as histórias que contava para ela e para Gilvete, a irmã, e Gilbergues, o irmão. A inquietação e o ativismo embalsamaram a vida de Gilberta, que, ainda criança, já fazia “pequenas revoluções” na busca pela afirmação do seu nome raro (em mulheres), na escolha das roupas e dos cabelos ondulados e na liberdade de sair, rompendo com convenções sociais consideradas adequadas para as “boas meninas”. Na família, é referência de afeto, cuidado e generosidade. Com arco e flecha na mão, como seu orixá Oxossi, desde pequena, “caminha nas matas” em busca dos seus sonhos e projetos.

Em 1983, ingressou no curso de Psicologia da Universidade Regional do Nordeste, posteriormente estadualizada e denominada de Universidade Estadual da Paraíba. Na universidade, período de vigência da Lei da Anistia, entrou em contato com o movimento estudantil e foram marcantes as disciplinas de Psicologia Social, por meio da abordagem da professora Ângela Arruda, recém-chegada do exílio na França e do contato com o movimento feminista. O conceito de identidade, numa turma majoritariamente feminina, foi mediado pela perspectiva teórico-prática do feminismo com a reflexão sobre as experiências. A turma de jovens alunas se identificou com o feminismo e se comprometeu em enfrentar o machismo e contribuir para a construção de uma sociedade justa para as mulheres. Em 1984, Gilberta e suas companheiras criaram o Grupo Raízes, em Campina Grande (CG), de autorreflexão feminista, baseado na criação de espaços de partilha – fala e escuta – de experiências, inspirada na noção de que o pessoal é político (Sobreira, 2020). O Grupo protagonizou, com outros movimentos sociais, ações como atividades de formação com mulheres populares



SUMÁRIO

de bairros de CG e reivindicação de políticas públicas específicas, como a implantação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher. Nesse momento, Gilberta teve contato com o movimento feminista nacional, participando do 8º Encontro Nacional Feminista, em Petrópolis (RJ), em 1986.

Em 1987, mudou-se para João Pessoa objetivando cursar a formação em Psicologia na Universidade Federal da Paraíba. Em 1990, criou, junto com jovens recém-formadas e professoras, a Cunhã Coletivo Feminista, uma organização não governamental, cujo nome, mulher em tupi, homenageava as mulheres potiguaras, povos originários da Paraíba. Gilberta atuou na Cunhã no período de 1990 a 2010, integrou a Coordenação Executiva e foi coordenadora de projetos. Prestou assessoria ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brejo, em Alagoa Grande, e colaborou para sua reconstituição, depois da trágica morte da líder Penha Nascimento. Atuou na ação de *advocacy*, que levou à implantação do I Programa de Atenção às Mulheres Vítimas de Violência Sexual na Paraíba (1998). A forte identificação com a temática de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queers, intersexo, assexuais e pessoas não binárias (LGBTQIAPN+), em especial, com as mulheres lésbicas, a partir de sua vivência pessoal, marcou sua ação no fortalecimento do tema no campo feminista, na implantação de políticas públicas e no exercício da Psicologia. Foi conselheira da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos, assumiu o Ponto Focal Brasileiro da Campanha Latino-Americana pela Descriminalização do Aborto e foi secretária executiva das Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro, representando o movimento feminista em fóruns locais, nacionais e internacionais. Com vasta experiência no ativismo social e a conexão com os movimentos sociais, a trajetória de Gilberta é marcada por sensibilidade, ética, autenticidade e coerência. É reconhecida como uma profissional com extraordinária capacidade de escutar e de trabalhar.



SUMÁRIO

Em 2011, no governo de Ricardo Vieira Coutinho, foi convidada para colaborar com a implantação da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana, responsável pela implantação de políticas públicas para mulheres, LGBTQIAPN+, população negra e comunidades tradicionais – indígenas, ciganos, quilombolas e povo de religião de matriz africana. Foi secretária executiva (2011 a 2012) e secretária de Estado (2013 a 2019). Em sua gestão, junto com a equipe do órgão, destaca-se a implantação da Casa Abrigo Aryane Thays; do Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes; do Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBT e Enfrentamento à LGBTfobia da Paraíba - Espaço LGBT em João Pessoa e Campina Grande; de celas para homossexuais, travestis e transexuais em presídios masculinos; do Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais da Paraíba; além do apoio à criação de mais de 50 órgãos municipais de políticas públicas para mulheres e campanhas publicitárias. Contribuiu para dinamizar a Rede Estadual de Atenção às Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Sexual, criou políticas públicas para indígenas, população cigana, quilombolas e população negra, entre outras ações.

Os estudos feministas e de gênero entrelaçaram à prática política de Gilberta, configurando a sua *práxis*. Em 1998, concluiu o Mestrado em Sociologia, na UFPB, com a dissertação ‘Significados Simbólicos do Abortamento: a intimidade compartilhada’ (1998), sob orientação da Prof.^a Dra. Celinda Lilian Vasquez. Em 2016, no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares de Mulheres, Gênero e Feminismo, na Universidade Federal da Bahia, sob a orientação da Prof.^a Dra. Cecília Sardemberg, concluiu a tese ‘Sapatos tem sexo? Metáforas de gênero em lésbicas de baixa renda, negras, no Nordeste do Brasil’.

Na vida de Gilberta, destaca-se o cuidado com os processos, com as metodologias participativas e com a atenção às subjetividades que enredam suas experiências pessoais, familiares e profissionais; no movimento social, nas oficinas pedagógicas com as



SUMÁRIO

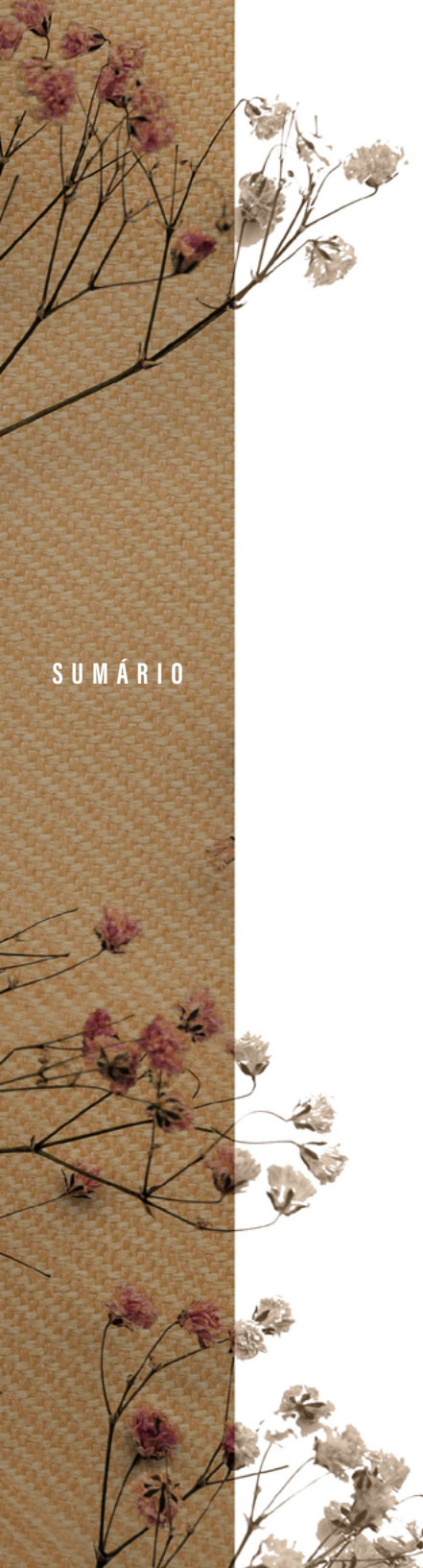
mulheres e as comunidades tradicionais, na gestão pública e na pesquisa, com atuação diversa. Uma experiência marcante e singular foi a convivência e o cuidado com sua mãe, Terezinha, durante 16 anos em que esteve com *Alzheimer*.

A escuta e o cuidado fazem parte de sua trajetória na psicologia social, na clínica em Psicologia e na Psicanálise. Inicialmente, Gilberta fez formação no Centro Brasileiro de Biossíntese, em parceria com o Instituto Internacional de Biossíntese. Em 2019, iniciou um novo percurso ao mergulhar na Psicanálise. Atualmente, pratica a clínica psicanalítica no Espaço Psicanalítico – EPSI PB. São muitas histórias e atuações, por isso escrever sobre Gilberta é tecer sobre o amor, a generosidade e um precioso cuidado com o outro, com as singularidades e as diferenças. Ela cuida do caminho a ser construído nas menores interações e ações. É uma mulher competente, que desbrava caminhos e constrói pontes, com uma potência de movimentar o que está ao seu redor. Gilberta é uma referência porque multiplica, constrói no coletivo e tem uma simplicidade ímpar. Com disciplina, determinação de uma taurina com ascendente em touro e com o amor pela natureza e pelos chocolates que adora, é uma mulher à frente do seu tempo, com espírito questionador, livre e com coragem para fazer suas escolhas e seguir com elas, desestabilizando a ordem posta, na luta por justiça social.

Gisele Rocha Côrtes

INDICAÇÃO DE LEITURA:

SOARES, Gilberta Santos [et al.]. **I Plano Estadual de Política Públicas para as Mulheres**. João Pessoa: Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana – SEMDH, 2016.



SUMÁRIO

SOARES, Gilberta Santos. **Sapatos tem sexo?** Metáforas de gênero em lésbicas de baixa renda, negras, no Nordeste do Brasil. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos) - Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2016.

SOBREIRA, Dayane Nascimento. Entrevista com Gilberta Santos Soares. **Revista Feminismos**, v. 7, n. 1, p. 118-131, 2020.

GISELE ROCHA CÔRTE

No primeiro dia do mês de setembro do ano de 2010, Gisele Rocha Cortês chegava às terras paraibanas para fazer morada, assumir a função de docente da Universidade Federal da Paraíba e fortalecer a luta feminista na cidade mais oriental das Américas, “onde o sol nasce primeiro”. Mulher negra, paulistana, nascida em 28 de agosto de 1974, filha de Shirley Maria da Rocha Cortês e Curt Cardozo Côrtes, é a caçula de cinco irmãos – Mauro, Jacqueline, Renato e Mônica. Criada no Parque São Jorge, no Tatuapé, zona leste de São Paulo, é torcedora de carteirinha e de coração do Timão Corinthians. E foi nesse mesmo bairro que deu início aos primeiros anos escolares, cursados nas escolas estaduais ‘Benedita Ribas Furtado da Silveira’ e ‘Prof. Ascendino Reis’. Sempre dedicada aos estudos, ingressou jovem no ensino superior, em 1993, no curso de Pedagogia, na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP. Nesse curso, ao ter contato com a disciplina Sociologia da Educação, conheceu a Prof.^a Lucila Scavone – importante pesquisadora no campo da sociologia feminista – que possibilitou seu primeiro contato com discussões voltadas para a desnaturalização



SUMÁRIO

das desigualdades, para as raízes sociais dos fenômenos e dos estudos de gênero. Dessa aprendizagem nasceu a paixão pela Sociologia, que a levou a fazer outro vestibular, em 1994, e ingressar no curso de Ciências Sociais, na mesma universidade. Ao se aproximar da Prof.^a Lucila Scavone, os caminhos voltados para a pesquisa sobre gênero e mulheres se abriram e conduziram Gisele a aprofundar essas questões e a se preparar para trilhar caminhos próprios de investigação, resistência e protagonismo seu e de outras mulheres.

Sua trajetória inicial na pesquisa foi marcada pela atuação em um projeto coordenado por Lucila, intitulado 'A mulher e o aborto: da decisão à prática', entre 1994 e 1998. Em 1996, formou-se em Pedagogia, defendeu a monografia 'A Feminização do Magistério no ensino primário', sob a orientação da Prof.^a Aparecida Neri de Souza, e em 1998, recebeu os graus de bacharela e licenciada em Ciências Sociais. Iniciou sua carreira profissional e foi aprovada no concurso da Prefeitura de Araraquara em 1999, e passou a lecionar para jovens e adultos na Escola de Ensino Fundamental Olga Ferreira Campos, onde, por meio de experiências marcantes, manteve contato com pessoas não alfabetizadas e observou as dificuldades que enfrentavam, sobretudo as mulheres, no que diz respeito à classe social, à divisão social e sexual do trabalho e como essas questões impactam diretamente o acesso à educação. Sem se distanciar dos caminhos da pesquisa, continuou com os estudos de gênero e, sob a orientação da Prof.^a Lucila, no ano de 1999, ingressou no Mestrado em Ciências Sociais pela Unesp. Dessa parceria, resultou a pesquisa 'O discurso médico sobre o aborto provocado', em que discute sobre a prática do aborto como um grave problema das relações de gênero, classe, raça/etnia e saúde pública, e obteve o grau de mestra em 2002.

No ano de 2003, foi aprovada para o Doutorado em Sociologia da Unesp, na linha de pesquisa 'Gênero, Identidades e Etnia' e novamente sob a orientação da Prof.^a Lucila defendeu a tese intitulada 'Violência doméstica contra mulheres: Centro de



SUMÁRIO

Referência da Mulher – Araraquara’, em 2008, que contou com a presença ilustre da Prof.^a Heleieth Saffioti na banca avaliadora. Durante o Doutorado, ministrou aulas no ensino superior, na cidade de Taquaritinga (SP), e manteve sua caminhada científica ao lado da Prof.^a Lucila, especializando-se nos estudos de gênero.

Conciliando as atividades docentes com a pesquisa da tese, assumiu, durante sete anos, a coordenação do Centro de Referência da Mulher Heleieth Saffioti, ligado à Prefeitura de Araraquara – órgão que atende mulheres em situação de violência. Durante um curto período, também assumiu a coordenação da Casa Abrigo, um espaço destinado a acolher mulheres vítimas de violência e seus dependentes. Nessa vivência, teve o privilégio de trabalhar com a Prof.^a Heleieth Saffioti, que frequentemente visitava o CRM para dialogar com a equipe. Na sequência, esteve à frente da Coordenadoria de Políticas para as Mulheres da Prefeitura de Araraquara, onde compartilhou experiências e aprofundou a prática feminista e antirracista junto com outras mulheres da gestão e dos movimentos sociais da região.

Em agosto de 2010 desembarcou na cidade de João Pessoa para se submeter a um processo seletivo, no qual obteve êxito e assumiu o cargo de docente no Departamento de Ciência da Informação (DCI) da UFPB, na capital da Paraíba. Na continuidade de sua trajetória, trouxe novos ares para o ensino de graduação em Biblioteconomia e Arquivologia e para as pesquisas no âmbito da Ciência da Informação (CI), expandindo os estudos de gênero, ao se credenciar como professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação/UFPB. Sua atuação na UFPB foi e é marcada pelo desenvolvimento de estudos e produções técnico-científicas voltadas para as questões de gênero na universidade e na sociedade paraibana. Nos últimos anos, dedicou-se a estudar temas relacionados à informação e à prevenção da violência de gênero, ao desenvolvimento de ações nos Centros de Referência da Mulher e no Centro de Referência de Direitos LGBT em João Pessoa, e a pesquisar



SUMÁRIO

e evidenciar o protagonismo das mulheres na área da CI. A inserção dessas pesquisas nesse âmbito da Biblioteconomia e da Arquivologia conferiu a essas áreas, no estado da Paraíba, um marco dos estudos de gênero que proporcionou, em nível nacional, seu reconhecimento como pesquisadora. Os frutos de suas pesquisas se expressam em artigos científicos, prêmios nacionais, produção de livros e criação de disciplinas. Dentre essas iniciativas, idealizou e apresentou ao DCI a disciplina ‘Gênero, Informação e Marcadores Sociais da Diferença’, inserindo o debate em nível de graduação. Em 2020, em parceria com a Prof.^a Gracy Martins (DCI/UFPB), criaram o Grupo de Estudos e Pesquisa em Mediação e Representação da Informação e os Marcadores Sociais da Diferença (GeMinas/UFPB) e a disciplina ‘Interfaces entre Mediação e Representação da Informação com os Marcadores Sociais da Diferença’ no PPGCI/UFPB. Direcionando as pesquisas e as práticas para a comunidade acadêmica, apresentou ao DCI a proposta que deu origem à ‘Comissão de Acolhimento, Informação e Enfrentamento à Violência de Gênero’, em parceria com seis professoras, oficializada em fevereiro de 2021, da qual é presidenta. A partir dessa Comissão, coordenou o projeto de extensão ‘Informar para prevenir: ações informacionais de enfrentamento à violência de gênero’, por meio do qual passou a disseminar informações nas redes sociais com o perfil @acolhergenero. Em 2022, para expandir a atuação do grupo, o GeMinas promoveu, em parceria com o Grupo de Pesquisa Informação, Conhecimento e Cultura em Múltiplos Ambientes (UFRJ), o I Encontro Informação, Gênero e Interseccionalidades, com o tema ‘Violência Política de Gênero: como acontece e como combatê-la?’, que marca mais uma conquista nessa caminhada que vem de longe e se firma em terras paraibanas, fortalecida por trocas e parcerias construídas a partir de sua atuação como pesquisadora e professora que contribuiu para a qualificação das políticas públicas para mulheres na Paraíba, por meio da produção de informação sobre violência doméstica e implantação de sistemas de informação.

Gisele Rocha Côrtes soma forças com os estudos feministas e a militância por justiça social para os grupos minorizados, alicerçando, em solo paraibano, sua luta e resistência, não só profissionalmente, mas se casando com Gilberta Santos Soares, com quem segue, há dez anos, empoderando e subvertendo as formas dominantes de poder. Por meio da mediação da informação e de ações, busca, a cada passo, conscientizar mais mulheres, em todas as suas diversidades, para que construam, coletivamente, espaços de emancipação e equidade, com o fim de trilhar caminhos e de serem protagonistas – assim como ela – das próprias histórias.

Gracy Kelli Martins

INDICAÇÃO DE LEITURA:

CÔRTEES, G. R.; MARTINS, G. K. Protagonismo social das mulheres na Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação: apontamentos iniciais. *In*: SILVA, F. C. G.; ROMEIRO, N. L. (Orgs.). **O protagonismo da mulher na Biblioteconomia e na Ciência da Informação**: celebrando a contribuição intelectual e profissional de mulheres latino-americanas. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2020.

GOMES, H. F.; CÔRTEES, G. R. Mediação consciente da informação e protagonismo social das mulheres: as práticas informacionais das teorias críticas feministas. *In*: ALVES, E. C.; BRASILEIRO, F. S.; CÔRTEES, G. R.; MELO, D. A. (Orgs.). **Práticas informacionais**: reflexões teóricas e experiências de pesquisa. João Pessoa: Editora da UFPB, 2020.

FACIOLI, L.; CÔRTEES, G. R. Bionotas: Lucila Scavone. **Sociedade Brasileira de Sociologia**, 2020. Disponível em: <https://sbsociologia.com.br/project/lucila-scavone/>. Acesso em: 02/04/2023.

G

LÁUCIA LIMA

(Gláucia Maria de Azevedo Lima)

Cantora nascida em João Pessoa, Gláucia Lima é referência na cena musical, política, cultural e de mulheres da Paraíba. Ela costuma afirmar que sua arte está a favor da liberdade e a coloca em prol dos movimentos e das ações coletivas. Dona de uma presença e voz marcantes, Gláucia passeia pelos variados ritmos da cultura popular (da ciranda e do coco de roda ao baião e ao maracatu), não deixando de cantar e encantar em muitos outros ritmos e em poesias. Com CDs – *Zanzar* e *Tanto Mistério* – e DVD lançados ao longo dos anos 2000, sua produção é focada na valorização de compositores e compositoras paraibanas. Participou de projetos como o “Cantoras do Povo” e o “Projeto Cambada”, sempre divulgando a produção musical paraibana, sendo reconhecida como uma porta-voz dos artistas do estado. Foi a única cantora de Abya Yala (América Latina) a se apresentar no Festival Du Sahel, no Senegal, em conjunto com uma turnê sua por lá, em 2013.

Em entrevista ao Podcast Paraibanas, Gláucia Lima contou que foi criada numa família matriarcal, lembrando a presença de sua avó, Maria Eufrazina – a primeira feminista de sua vida –, da música e de suas tias, na infância. Criada “arrodada de muitas mulheres”, vê a força dessa influência tanto na vida quanto na carreira. As tias a tinham como filha e a avó era a mulher considerada mais forte, a matriarca da família. Com essas mulheres, começou a entender e buscar pela justiça. Na parte artística, recorda que a avó cantava muito, e gostava de dançar coco, dentro de casa mesmo, puxando a neta para dançar. Junto com ela, as tias também cantavam e eram todas muito afinadas. Nas festas populares, assistiam os

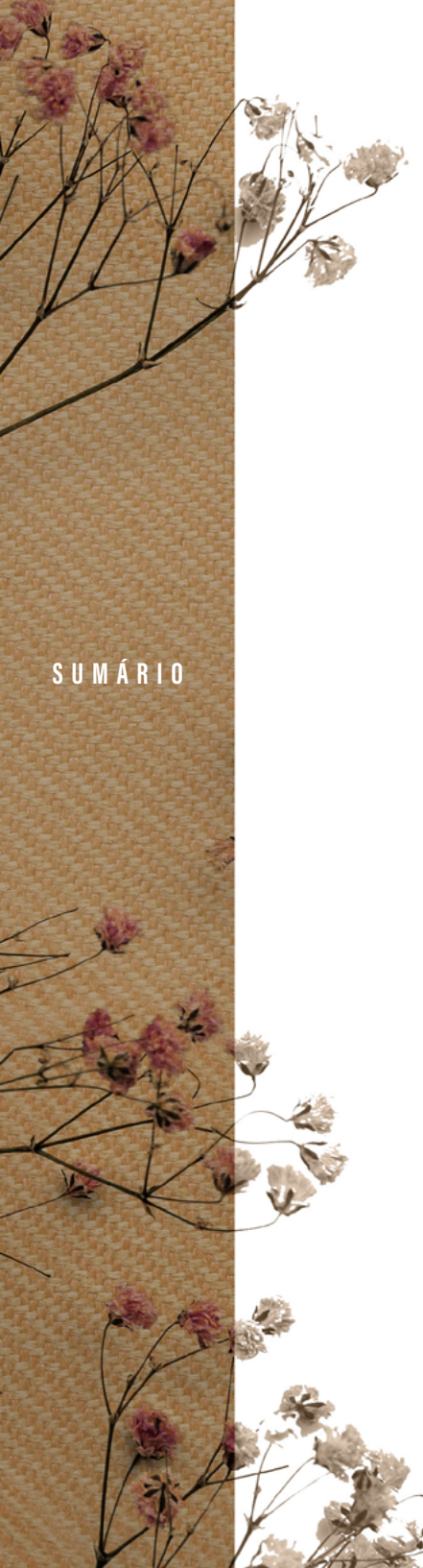


SUMÁRIO

folgados. Assim, cuidou para que isso permanecesse na sua música e nas artes. Essa vivência teve continuidade quando Gláucia colocou no mundo seus filhos e sua filha, os quais ela gosta de dizer que “praticamente nasceram cantando”, dessa vez, devido à presença de sua mãe, Juraci Lima, outra avó que marcou presença com os netos e ensinou a parte lúdica da vida. Juraci é cantora lírica, mezzo-soprano, com uma voz muito forte. Ela colocava os netos para dormir cantando as óperas. Com a música correndo nas veias, seus filhos nasceram nesse contexto musical materno.

Na contracapa de uma de suas obras, *Zanzar*, vem a informação de que o título, também uma das músicas, é uma referência a uma arte guerreira quilombola e tabajara. Um investimento de Gláucia na pesquisa que faz sobre compositoras paraibanas. Cantoras e compositoras como Cida Alves, Ana Regina Limeira, Patrícia Moreira, Vitória Lima (poeta que ela recita muito), Polyana Resende, Nara Limeira, Nina Ferreira, as mestras da cultura popular, entre outras, estão sempre presentes no repertório de Gláucia Lima.

Além do campo musical, é de se notar a presença marcante da artista nos movimentos sociais, sempre defendendo a justiça, de acordo com ela. Considera a arte que faz como extremamente engajada, não apenas um entretenimento nem para servir a “um poder que maltrata, que oprime”. Passando dos 60 anos de idade, Gláucia entende ter assumido o lado das pessoas oprimidas, não tendo o que esconder nem por que ter medo. A luta por uma sociedade justa é uma opção na sua vida e a arte que faz segue esse caminho. Sempre que possível está nas comunidades, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), isso desde os 21 anos de idade. Associa a constante renovação da sua arte à própria renovação das lutas por equidade social. O segredo, para ela, é não se conformar, não assumir a forma de uma sociedade hipócrita que tanto condena. Assistir Gláucia Lima cantando também tem esse efeito sobre o público: ouvi-la, nessa mistura de arte com luta e engajamento social, aumenta a potência, a energia



SUMÁRIO

vital e renova as forças de quem a assiste. Uma grande artista paraibana, forte e potente.

Susel Oliveira da Rosa

Dayane Nascimento Sobreira

INDICAÇÃO DE LEITURA/ESCUITA:

FÓRUM PPGM-UFPB. **Jornadas Sonoras com Gláucia Lima**. Youtube, 24 nov. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jl5aeOv9DUU&ab_channel=F%C3%B3rumPPGM-UFPB. Acesso em: 16/11/2022.

PARAÍBA CRIATIVA. **Gláucia Lima**. João Pessoa, 30 ago. 2017. Disponível em: <https://paraibacriativa.com.br/artista/glaucia-lima/>. Acesso em: 10/11/2022.

PODCAST PARAIBANAS. **Gláucia Lima**. [Entrevista cedida a Dayane Nascimento Sobreira e Susel Oliveira da Rosa]. João Pessoa, 16 abr. 2022. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/5K9rsQATMwcAfuDcEU5q5P?si=0eecbae7a9fd42a0>. Acesso em: 10/11/2022.

G

LÓRIA RABAY

(Glória de Lourdes Freire Rabay)

Glória Rabay é professora do Departamento de Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba, espaço onde se



SUMÁRIO

consolidou enquanto referência nos estudos de gênero. Da sua militância junto ao movimento feminista, levou para a academia pautas por muitas vezes silenciadas naquele espaço, como questões ligadas à diversidade, à violência doméstica, à presença feminina em espaços de poder, entre outras. Da academia, levou para a sua militância o arcabouço teórico envolto aos debates feministas. Durante sua trajetória, Glória rompeu as barreiras que separavam os dois mundos, academia e militância, se legitimando enquanto uma feminista acadêmica, ou vice-versa.

Graduada em Comunicação Social na área de Jornalismo pela Universidade Federal da Paraíba, no ano de 1982, mestra em Sociologia pela mesma instituição, em 1992, e doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 2008, Glória Rabay construiu uma legítima trajetória em torno da docência, da pesquisa e da extensão.

Ao concluir a graduação, aos 22 anos, Glória começou o mestrado em Sociologia pela UFPB. Vale salientar que o acesso à graduação e, principalmente, à pós-graduação ainda não era uma realidade tão próxima do público feminino. Nessa conjuntura, o ingresso no mestrado, que no período tinha duração de quatro anos, lhe proporcionou oportunidades de trabalho na área acadêmica. Assim, mesmo antes da conclusão da pós-graduação, no ano de 1985, Glória passou em um processo seletivo para o cargo de professora na Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Um momento de muita alegria, mas também de desafios. Cursando o mestrado na Paraíba, com uma filha pequena que demandava seus cuidados, precisou se deslocar de um estado para outro toda semana. Apenas em 1986, decidiu se mudar de vez para Maceió, e levar a filha consigo. Lá, a professora em início de carreira teve que “se virar” para conciliar os cuidados com a filha, o trabalho e as demandas do mestrado. A situação levou Glória a renunciar ao sonho do mestrado, mas apenas momentaneamente. Três anos depois, em 1989, surgiu



SUMÁRIO

a oportunidade de transferência de Maceió para João Pessoa, para o curso de Comunicação Social, na UFPB, e Glória agarrou tal chance. O desejo de retomar o mestrado foi sendo fomentado, e uma nova seleção foi realizada. Aprovada, a professora concluiu seu mestrado em 1992. O título de doutora veio alguns anos depois, em 2008, quando concluiu seu doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A essa altura Glória Rabay já havia se legitimado enquanto nome de referência nos estudos envoltos nas questões de gênero e das mulheres.

A pesquisa sempre fez parte do fazer acadêmico de Glória Rabay. Ainda no período de estudos, durante o mestrado e doutorado, foi bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a Capes, e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o CNPq. Já sendo docente na Universidade Federal da Paraíba, coordenou projetos como: “Relações de gênero na universidade: carreiras docentes e perspectivas profissionais discentes” (2011); “As mulheres paraibanas no poder municipal e suas estratégias de comunicação” (2012); “Mulheres Jornalistas: Gênero, Cultura Profissional e Rotinas Produtivas Discriminatórias” (2022). É também coordenadora do Projeto de Pesquisa e Extensão intitulado “Com ciência feminista” - *Práticas de Jornalismo científico no podcast: Interiorizando ações*, trabalho que se efetiva na produção do podcast Com Ciência Feminista, que tem por objetivo divulgar a produção científica das mulheres que estão na academia e são feministas.

Sua produção acadêmica também é extensa, desde livros, artigos publicados em periódicos e em anais, eventos, entrevistas e organizações/participações em congressos. Dentre os principais temas trabalhados, pode-se destacar: as mulheres na política partidária; a conquista do voto feminino; biografias e trajetórias de mulheres que ocupam cargos públicos; questões de gênero e étnico-raciais na política; feminismo e política. Outra marca da sua



SUMÁRIO

atuação é a relação estabelecida com os alunos que orienta em seus Trabalhos de Conclusão de Curso. Glória é um misto de acolhimento, conhecimento e afeto, é a professora/orientadora que transcende o peso que recai sobre uma pós-graduação. Assertiva, aberta a trocas de conhecimento, e extremamente comprometida com os alunos e suas pesquisas, essa é a professora Glória Rabay.

Em relação à sua trajetória de militância, seu primeiro contato com o feminismo se deu quando ela ainda era muito jovem, ao entrar na universidade, na turma de 1979.1, aos 19 anos de idade. Logo no primeiro período, teve contato com uma professora que a marcou para o resto da vida, que foi Eleonora Menicucci. Socióloga, ativista política, militante dos movimentos sociais, a professora Eleonora ministrou a disciplina de Ciências Sociais para a turma em que Glória estava matriculada. No mesmo ano, ainda no período da Ditadura Militar, foi fundado o primeiro grupo feminista da Paraíba, o “Maria Mulher”, inicialmente chamado de “Centro da Mulher de João Pessoa”, oriundo das discussões realizadas no interior da Universidade Federal da Paraíba (SOBREIRA, 2014). Em suas aulas, a professora Eleonora chamava as alunas interessadas para conhecer e participar do grupo Maria Mulher, e Glória logo se destacou. Revela que aquelas discussões levantadas por Eleonora em sala de aula faziam todo sentido para ela, que já se inquietava com a diferença de tratamento vivido por meninos e meninas dentro da sua própria casa. O debate em torno da construção das relações de gênero, marcada pela subordinação das mulheres à lógica patriarcal, agora fazia todo sentido para a jovem Glória, que decide, então, frequentar e se inserir na agenda do movimento. O grupo esteve em processo organizativo até os finais dos anos de 1980. Nesse momento, a militância e o processo de produção acadêmica já se misturavam. Demandas em torno da condição feminina, outrora não reconhecidas e legitimadas pela academia, ganham espaço no meio acadêmico. Nesse momento,



SUMÁRIO

Glória já havia iniciado sua carreira docente na UFAL, em Maceió, e quando retorna à Paraíba, no final de 1989, começa a participar de reuniões do movimento, cujo objetivo era organizar um novo grupo feminista da Paraíba.

No início do ano de 1990, fora criado o grupo o Centro da Mulher 8 de Março, atuante grupo feminista, com sede em João Pessoa. Glória esteve na assembleia de criação do centro, sendo escolhida para ser uma das coordenadoras do grupo. Naquele momento inicial, o Centro 8 de Março tinha como foco a luta em torno da violência contra a mulher. O início da década de 1990 é marcado por debates em torno desse tema, tendo em vista a quantidade de mulheres assassinadas e a repercussão midiática em torno disso. Nesse mesmo período foi criada a Cunhã Coletivo Feminista, também na Paraíba. Glória permaneceu no Centro 8 de Março até o ano de 2004, quando se afastou para se dedicar ao doutorado. Foram 14 anos de muito aprendizado e protagonismo, que versavam entre a academia e o movimento. Após a conclusão do doutorado, em 2008, Glória se dedicou ao feminismo acadêmico, não presa ao academicismo excludente, pelo contrário, buscando angariar jovens pesquisadoras e pesquisadores para trabalharem temáticas ligadas às questões de gênero dentro da Universidade. Além de ser uma das coordenadoras de outro podcast, o Paraibanas, Glória Rabay é uma das organizadoras deste dicionário.

Dayanny Deyse Leite Rodrigues

INDICAÇÃO DE LEITURA:

RABAY, G.; CARVALHO, M. E. P. **Mulher e política na Paraíba**: histórias de vida e luta. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

SOBREIRA, D. N. **Mulher bonita é a que luta:** Nas tessituras do feminismo em Campina Grande (1982-1992). Monografia (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014.

SOARES, Y. S. **Mulheres e política na Paraíba na perspectiva de Glória Rabay.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2018.

G

RUPO CHIMALMANS

Mulheres de Teologia

O Grupo Chimalmans (1991) começou sua trajetória como coletivo e inserção das mulheres cristãs nos espaços teológicos, advindas das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs. Em 1990 Dom José Maria Pires reabre o Seminário Arquidiocesano da Paraíba, em Bayeux, inspirado pela Teologia da Libertação (TL), após o fechamento do Instituto de Teologia do Recife (COMBLIN,1999); aí estudavam seminaristas, religiosos de diversas congregações, leigos católicos e outras denominações, tomando como referência o arcabouço teórico da Teologia da Libertação, Leonardo Boff (1982), entre outros. Estes sopros de participação compartilhada impulsionaram a formação teológica e maior visibilidade da presença das mulheres nas igrejas cristãs.

Integravam a turma de 1990 as seminaristas Vera Lucia Raimundo Pereira, Glória Targino Praxedes, Maria de Lourdes Silvestres e Beate Kaestle. Em 1991, ingressaram as estudantes Elinaide Carvalho, Rosemary Marinho, Nerice Fernandes, Santina Silva e as estudantes estrangeiras Anne Heitmann (Igreja Luterana), Hilda Hills e



SUMÁRIO

Susann Schüepp. Esse ambiente, fortemente clerical numericamente, indicava que, para nós mulheres sermos ouvidas em nossas intervenções, era necessário unir esforços numa atuação com voz coletiva e qualificada. As aulas eram no turno da manhã, à tarde examinávamos os textos para termos propriedade em nossas falas. Percebemos que para nos posicionarmos era fundamental a apropriação sistemática das produções das mulheres teólogas, que não circulavam nas bibliografias 'oficiais'. Com isso, nos aproximamos da Teologia Ecofeminista, tendo como referência Ivone Gebara, entre outras. Este processo nos conduziu a repensarmos a relação de Jesus com as mulheres, rever a presença das mulheres na Igreja enquanto uma relação libertadora, reimaginar as imagens de Deus a partir das nossas experiências. Acessamos uma espiritualidade do cotidiano plural das mulheres, vivenciada em ações como as celebrações do Dia Internacional da Mulher e o apoio às mulheres que trabalhavam na cozinha do Seminário.

Em 1993 o Seminário foi instalado no Centro de Treinamento Miramar – Centremar, no Miramar – João Pessoa. Esse deslocamento geográfico indicava um explícito retorno à centralidade clerical e sacramental e entre nós, mulheres seminaristas, havia uma pergunta: até quando teríamos lugar e presença naquele espaço? Sentimos a necessidade de encontrar outro espaço. O grupo se ampliara com a chegada de Maria Lúcia de Oliveira (1994), Maria das Graças Beserra (1995) e Roselei Bertoldo (1996). Éramos engajadas nos movimentos sociais de juventudes, feminista, moradia, saúde das mulheres, direitos de crianças e adolescentes, entre outros. Nossas oficinas, estudos, vivências e análises da teologia feminista aconteciam nos finais de semana. Com muitos desafios, marcamos nossa participação nos Cursos de Inverno, Semanas Teológicas, celebrações e em outros eventos promovidos pelo Seminário.

Em 1995, integram ao grupo as estudantes do Instituto Teológico Batista, Anadilza Maria Paiva Ferreira e Sandra Raquew Azevêdo. Em 1996, conseguimos uma sala no Centro Pastoral



SUMÁRIO

Mosteiro de São Bento e queríamos um nome para o grupo que traduzisse nossas escolhas e caminhos. Em nossos estudos estavam presentes deusas e mitos latino-americanos, e nos aproximamos da memória de Chimalman, ela faz parte da origem do povo Tolteca (México). Chimalman, enfrenta o grande chefe tolteca Mixcóat, seguido por muitos guerreiros devido ao seu poder de conquista. O que nos impactou em Chimalman foi seu modo de guerrear – ela se desnudou, colocou escudo, arco e flechas no chão. Sem as armas ‘normativas’ defendeu-se das flechas de Mixcóat. Ela se desviou, as pegou com as próprias mãos. Ele reage e ataca outras mulheres para castigar Chimalman. Ela, ao ouvir as dores das outras mulheres, enfrenta-o novamente, do mesmo modo, o guerreiro não sabe como agir e se une a ela. Desta união nasce Quetzalcóatl – um dos deuses mais venerados do panteão Tolteca (TAMEZ, 1986). Sentimos as estratégias de Chimalman em nossos corpos, em nossa trajetória. Estávamos nos desnudando, desaprendendo e buscando outros caminhos de vivência com as divindades. Nos encarnamos “*Chimalmans* – Mulheres de Teologia”. Com a força da nossa corporeidade, desmontamos modos sutis do poder patriarcal presentes em diversas religiões. Chimalmans nos ofertava força para celebrar nossas lutas contra todas as formas de opressão e relações de dominação.

Nesse ritmo de reaprender a celebrar, nos encontramos com duas mulheres significativas em nossa caminhada de busca pela hermenêutica bíblica e teologia ecofeminista, a saber, a monja beneditina Agostinha Vieira de Mello e a teóloga Ivone Gebara. A presença carinhosa de Ir. Agostinha em nossos rituais e estudos, especialmente os bíblicos, fez com que ela se tornasse nossa mestra poeta. A parceria com Ivone Gebara nos conectou com grupos de mulheres latino-americanas. Participamos de processos de aprofundamento bíblico teológico e vivência da espiritualidade com teólogas e feministas latino-americanas nos “Encontros de Jardim Partilhado”, em Santiago do Chile (1997), e depois em Recife (1998). Em torno do tema “*Para além da*



SUMÁRIO

violência: espiritualidade e solidariedade”, reunimos diversas mulheres populares do Nordeste/Brasil, Chile, Argentina, Uruguai, México, Costa Rica, que estavam inseridas em pastorais sociais, igrejas e/ou movimentos populares e de resistências. Marcou-nos a vivência de processos de restauração, cura emocional e de traumas decorrentes de violências de gênero que impactaram nossas trajetórias.

Entre 1997 e 2000 realizamos oficinas e encontros temáticos tendo o corpo como centralidade (relaxamento, dança, dramatização), vivências artísticas, dentre outras. Com temáticas em torno de: Igreja e mulher, mulheres na Bíblia, discipulado, discriminação, racismo, violência contra as mulheres, os arquétipos femininos, mitos de origem e sagrado, relações de poder, sexualidade, corporalidade, desigualdades, territorialidades, ecologia etc. Participamos das Escuelas de Espiritualidad (Coletivo Conspirando e Capacitar), no Chile. Realizamos jornadas conjuntamente com as estudantes de teologia do Instituto Teológico Ecumênico da Bahia – ITEBA (1999 a 2001), amadrinhadas pelas teólogas feministas Elizabeth Fiorenza e Lieve Troch, Chimalmans estava se tecendo como uma vivência plural ecofeminista, de base comunitária e inter-religiosa (religiões de matriz africana e evangélicas), de desconstrução de uma visão androcêntrica sobre Deus, de espiritualidade vinculada às questões do cotidiano e da luta das mulheres por direitos. Era forte a atuação no místico e espiritualidade ecofeminista através de rituais em datas do calendário litúrgico: Páscoa, Pentecostes (*Ruah*) e das lutas feministas (fim da violência, descriminalização do aborto), o Dia das Bruxas etc.

Recriamos nossos próprios ritos que nos conectaram com a divindade e ancestralidades. Rituais que se tornaram referência nos movimentos sociais e populares do período. Homens, mulheres, crianças, todos vinham. Preparávamos chás de flores, ervas, frutas com a partilha das frutas e do pão a beira do fogo ou diante do mar, dançávamos ciranda, cantávamos e rezávamos pela vida das pessoas, das mulheres, dos seres vivos e ancestrais, clamávamos pela proteção

da natureza, pela Mãe Terra, pelos rios, florestas... Saíamos realimentadas para seguir nossa rotina da vida.

Essas vivências intensas, que o tempo e o espaço não apagam, nos reconectam, atualmente, quando reelaboramos nossa relação com Deus (sagrado), com os seres humanos e com a natureza em seus ecossistemas. Trazemos conosco as aprendizagens de mulheres e teólogas latino-americanas, em especial as indígenas brasileiras, as *aymaras* do Peru e Bolívia, que nos possibilitaram uma conexão com a Mãe Terra, a *Pachamama*, e afirmarmos nas ações cotidianas o bem-viver. Em 2002, encerramos as atividades enquanto grupo. Como o sopro vivificador – *Ruah sagrada*, continuamos as memórias, os encontros e as esperanças. Seguimos Chimalmans.

Elinaide Carvalho

Rosemary Marinho

Maria Lúcia Lopes de Oliveira

Maria das Graças Beserra

Roselei Bertoldo

Anadilza Maria Paiva

Sandra Raquew Azevêdo

INDICAÇÃO DE LEITURA:

AZEVEDO, Sandra Raquew. Chimalmans e a Teologia em Ritmo de Mulher. **Mandrágora**, São Paulo, v. 20. n. 20, p. 199-200, 2014.

GEBARA, Ivone. **Teologia Ecofeminista**. Recife: Olho D'Água, 1997.

TAMEZ, Elsa. La fuerza del desnudo. In: TAMEZ, Elsa [et al.]. **El rostro femenino de la teología**. San José: DEI, 1986.

G

RUPO FEMINISTA MARIA MULHER/ CENTRO DA MULHER DE JOÃO PESSOA

O Grupo Feminista Maria Mulher foi a primeira organização feminista da Paraíba a surgir na chamada segunda onda do feminismo. Originou-se do Movimento Feminino pela Anistia, criado em 1978, e inspirado no movimento nacional com o mesmo nome, no contexto das lutas pela redemocratização do País e contra a ditadura cívico-militar instaurada em 1964. Seu primeiro nome foi Centro da Mulher de João Pessoa (1979); em 1980, mudou seu nome para Grupo Feminista Maria Mulher, assumindo uma identidade feminista mais evidenciada e consoante com a informalidade do modelo da época.

O Maria Mulher, como ficou conhecido, seguindo a tendência nacional desencadeada pelos eventos do Ano Internacional da Mulher, em 1975, se organizou de maneira informal, sem hierarquia e autônomo em relação a outros movimentos e partidos políticos, ou seja, sem vínculos com estruturas partidárias ou quaisquer outras que implicassem na determinação de suas diretrizes. Nunca se institucionalizou legalmente, de forma que, apesar de sua forte atuação, não possuiu sede, conta bancária, regimento e outras formalidades. Suas militantes eram, na maioria,

intelectuais, professoras e estudantes universitárias e nenhuma era profissionalizada pelo grupo.

O Maria Mulher mantinha grupos de reflexão e autoconsciência que aconteciam nas residências das integrantes, desenvolvia projetos de educação popular, ações públicas e promovia debates, palestras e cursos com pouquíssima divulgação na imprensa local e sem acesso a recursos públicos ou de agências de fomento; a manutenção de suas ações provinha das contribuições de sua própria militância.

Apesar disso, o grupo foi a público em muitas ocasiões, promovendo debates abertos na Universidade Federal da Paraíba, realizando estudos de atualização, atos políticos, mobilizações nas ruas da cidade, concedendo entrevistas, escrevendo artigos na imprensa e atuando junto às mulheres populares das periferias de João Pessoa e na zona rural.

O Grupo Maria Mulher definiu os temas saúde sexual e reprodutiva e violência doméstica como suas principais linhas de trabalho. Apesar do preconceito que sofria de toda a sociedade, inclusive nas fileiras da esquerda paraibana na época, o Grupo buscou alianças com os movimentos populares, realizando atividades de assessoria e educação popular. No que se refere ao tema saúde, atuou em bairros populares e periféricos de João Pessoa, incentivando a criação de grupos de mulheres. Publicou algumas reflexões em forma de cartilha, que eram utilizadas no trabalho de educação popular sobre saúde e sexualidade, em especial no que se refere à prevenção da gravidez não planejada.

Prestando importante assessoria às trabalhadoras rurais na década de 1980, o Maria Mulher contribuiu com o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMT), no Brejo paraibano, com as camponesas de Alagamar, na luta pela terra, entre outras, realizando oficinas de autoconsciência, debates e diversas



SUMÁRIO

intervenções. Entre os assuntos conversados com as mulheres rurais estavam: saúde feminina, contracepção, maternidade, violência doméstica, reconhecimento de seu trabalho e direitos, ausência de documentação e sindicalização.

Quanto ao tema violência doméstica, o Maria Mulher começou com rodas de reflexão, mas logo levou o tema aos grupos de mulheres das comunidades onde desenvolvia atividades. Sua atuação pública iniciou após o bárbaro assassinato da poetisa Violeta Formiga, em 1982, por seu esposo, um advogado de influente família paraibana. O Maria Mulher foi o primeiro grupo feminista na cidade a fazer manifestações de rua por causa de um feminicídio, por ocasião do primeiro julgamento do feminicida de Violeta. Em 1983, o grupo promoveu um protesto em frente ao Tribunal de Justiça, com as participantes vestidas de branco. Exigia-se justiça. Por muitos anos, na Paraíba, nas manifestações feministas se usou branco como identificação da luta por justiça para as mulheres vítimas de feminicídio. O Grupo também exerceu pressão junto aos poderes instituídos para a criação da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher na cidade, conquista alcançada em 1987, um ano após a criação da primeira Delegacia da Mulher, em São Paulo.

O Maria Mulher começou a se dispersar por volta de 1986/87, quando algumas de suas ativistas saíram da cidade e/ou já não conseguiam conciliar a militância em outras organizações, trabalho e vida privada com as atividades do grupo. A partir deste período, a intervenção feminista autônoma enfraqueceu na cidade até que, em 1990, surgiram duas importantes organizações de mulheres em João Pessoa, o Centro da Mulher 8 de Março e a Cunha Coletivo Feminista; ambas contaram com antigas participantes do Maria Mulher nas suas respectivas fundações.

Apesar da dispersão do Maria Mulher, suas antigas integrantes se espalharam como sementes difundindo o feminismo na

universidade, promovendo estudos sobre o tema – estava iniciando o que conhecemos hoje como o ativismo feminista acadêmico; nos partidos e sindicatos, contribuindo para a criação dos departamentos femininos, das coordenações e comitês de mulheres que caracterizaram a participação das mulheres nestes órgãos políticos formais a partir da década de 1980. Isto sem mencionar a contribuição que ativistas do Maria Mulher, como Eleonora Menicucci de Oliveira, Lourdes Bandeira, Joselita Vieira, Ana Adelaide, Sandra Craveiro, Vitória Lima, Glória Rabay, Naca (Idalina Santiago), e tantas outras deram na construção e fortalecimento do feminismo em diversas instâncias e não apenas na cidade de João Pessoa.

Glória Rabay

Lucimeiry Batista Silva

INDICAÇÃO DE LEITURA:

GIULIANI, Paola Cappellin. Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical do Nordeste, 1976/1986. *In*: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Rebeldia e submissão**: estudos sobre condição feminina. São Paulo: Vertice; Fundação Carlos Chagas, 1989.

RABAY, Glória. **Mulheres na Política e Autonomia**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

SOBREIRA, Dayane Nascimento. **A Cunha Coletivo Feminista**: subjetividade, história e feminismo na Paraíba (1990-2015). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

G

RUPO FLOR E FLOR ESTUDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE

O feminismo da década de 1990, em nível nacional, além de outras demandas, buscava conquistar seu espaço nos campos acadêmicos e na produção de conhecimento. Era o momento da proliferação dos grupos de estudos sobre mulheres nas universidades. Dessa forma, em 1995, foi constituído o Grupo de Estudos sobre Mulher no Departamento de Serviço Social, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campina Grande - PB, tendo à sua frente, inicialmente, a prof.^a Idalina Maria Freitas Lima Santiago e, na sequência, em 1997, a professora Cândida Moreira Magalhães, a qual contribuiu significativamente até 2003. A partir desse ano, Idalina Santiago assumiu a coordenação do Grupo.

No final dos anos 1990, a perspectiva de gênero tomou fôlego no feminismo brasileiro, constituindo-se, nos anos seguintes, enquanto grande propulsora das produções acadêmicas e reverberando nas mobilizações políticas. Dessa forma, o Grupo de Estudos sobre Mulher passou a ser chamado de Grupo Flor e Flor Estudos de Gênero em 1998 e em 2019, Grupo Flor e Flor Estudos de Gênero e Sexualidade. A dinâmica inicial do grupo constituía em processos de formação junto aos discentes da UEPB e agentes sociais, com o objetivo de ampliar a reflexão em torno das relações de gênero, potencializando os participantes nas militâncias feministas. O grupo



SUMÁRIO

configurou-se como polo aglutinador de professores, estudantes e pessoas interessadas em desenvolver estudos, pesquisas, extensões que envolvessem reflexões acerca dos feminismos, das questões de gênero, da diversidade sexual, do racismo, dentre outras temáticas. Seu envolvimento com o feminismo o fez tomar direções no sentido da militância política, vinculando-se a algumas redes, das quais destacam-se: Rede Norte e Nordeste de Estudos das Mulheres e Relações de Gênero, Rede Nacional Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, e Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB). O envolvimento mais intenso do Flor se deu junto à AMB-PB, com participação em sua coordenação ampliada nos períodos de 2007 a 2008, de 2010 a 2012 e 2021, tendo sido representado por Juliana Pereira Nunes, Albertina Felix da Cruz, Franciele da Silva Santos e Mary H. Alves Ibiapina. O grupo sediou encontros regionais e participou de seus encontros estaduais e nacionais. Esteve junto à Marcha das Margaridas, nas edições de 2011 e 2015, fazendo parte da formação e articulação política na Paraíba, da organização dos encontros regionais na região da Borborema e participando das marchas em Brasília. Também participou da Marcha das Mulheres Negras em 2015, tendo Josilene Maria de Oliveira como sua representante, a qual, em 2020, elegeu-se vereadora pelo PC do B em Campina Grande.

O grupo teve representação política em espaços de controle social e de proposição de políticas públicas, destacando-se os seguintes: Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres de Campina Grande; Conselho Municipal da Juventude em Campina Grande; Conferências – nos âmbitos municipal, estadual e nacional – de Políticas para as Mulheres; conferências municipais LGBTQIAPN+. Além disso, encaminhou propostas, via orçamento participativo/Plenária das Mulheres, para a LDO do município de Campina Grande - PB. Cabe destacar, também, a militância política desenvolvida através da realização de palestras, seminários, capacitações e promoção de ações públicas relacionadas às seguintes



SUMÁRIO

temáticas: dia internacional da mulher; campanha 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres; dia da visibilidade lésbica; dia internacional da mulher negra latino-americana e caribenha; dia internacional pela descriminalização do aborto; dia da mulher indígena; dia da trabalhadora doméstica; dia internacional do orgulho LGBTQIAPN+; julho das pretas. Também se envolveu nas mobilizações públicas realizadas pela Marcha das Vadias, Paradas LGBTQIAPN+ e Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. O grupo participou da comissão parlamentar de inquérito do feminicídio promovida pela Assembleia Legislativa da Paraíba, fez incidências em audiências públicas na Câmara de Vereadores e em júris populares para casos de feminicídios.

O Flor realizou oficinas e palestras junto às seguintes instituições e organizações da sociedade civil: escolas de nível médio, clubes de mães, sociedade dos amigos do bairro, unidades básicas de saúde da família, centros de referência especializada de assistência social, ordem dos advogados do Brasil (OAB-PB) subseção de Campina Grande, conselho tutelar, grupo de apoio à vida, sindicatos dos trabalhadores públicos municipais do agreste da Borborema, associação das trabalhadoras domésticas, associação dos docentes da UFCG e UEPB, dentre outras. Além das atividades de cunho militante, desenvolve pesquisas, ensino e extensão no âmbito acadêmico. Em 2002, o Flor se engajou no Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq, ampliando o raio de suas pesquisas. Pode-se destacar a realização de, pelo menos, 40 projetos de pesquisa vinculados ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), além da captação de recursos financeiros para pesquisas junto a editais de fomento, tais como: MCT/CNPq/SPM-PR/MDA nº 57/2008; Propesq/UEPB nº 01/2008; Propesq/UEPB nº 02/2010; MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA nº 32/2012.

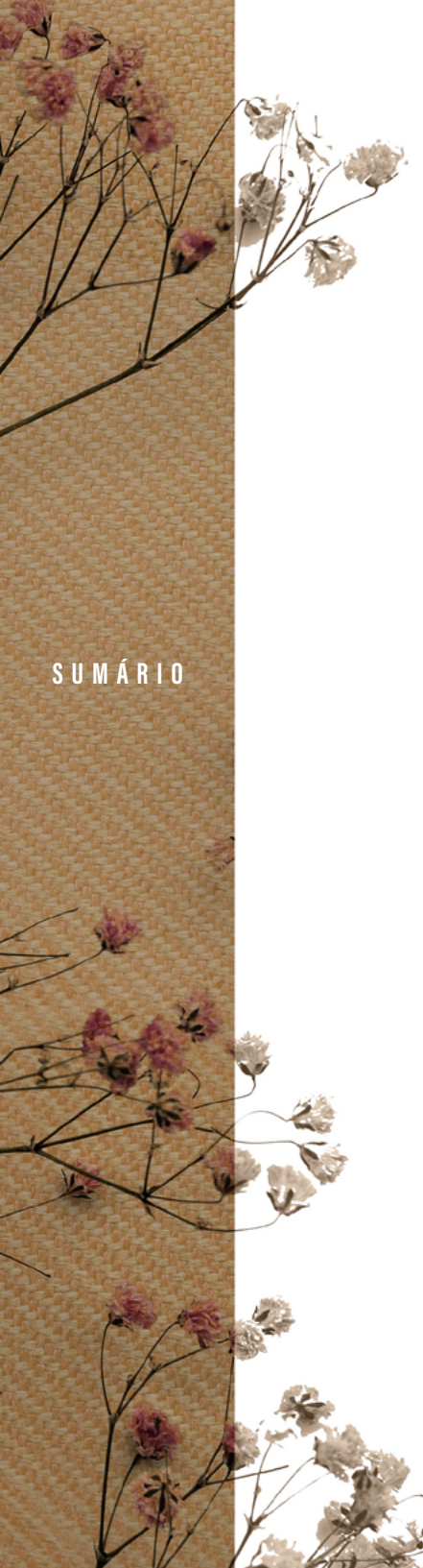
No referente ao campo do ensino, cabe ressaltar que o Flor foi propulsor da inserção, em 1999, da disciplina “Gênero e



SUMÁRIO

Serviço Social”, na grade curricular da graduação em Serviço Social. Posteriormente, em 2013, essa disciplina passou a ser denominada de “Classe, Gênero e Raça/Etnia” e, nesse mesmo ano, foi criada mais uma disciplina intitulada “Gênero e Sexualidade”. A partir de sua base sólida em pesquisas, contribuiu para a criação e implementação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, *stricto sensu*, em 2013, com a linha de pesquisa “Gênero, Diversidade e Relações de Poder”. No campo da extensão, desenvolveu projetos de apoio à Cooperativa de Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis de Campina Grande - PB (CATAMAIS) durante 2009 a 2018, recebendo aporte financeiro do edital MCT/AÇÃO TRANSVERSAL (Lei nº 11.540, de 2007) – CNPq nº 29/2009, bem como do Programa de Apoio a Projetos de Extensão e Programa de Concessão de Bolsas de Extensão, ambos da UEPB. Em parceria com o Grupo de Estudos e Pesquisa “História, Sociedade e Educação no Brasil”, vinculado ao Centro de Educação da UFPB, participou da organização do Seminário Nacional de Gênero e Práticas Culturais nas edições realizadas nos anos 2007, 2009, 2011, 2013, 2015 e 2017.

O impacto e resultados do Flor em Campina Grande e Paraíba podem ser sinalizados pela inserção de seus participantes em vários espaços de organização da sociedade civil, e em instituições do poder público, destacamos a inclusão de Ednaldo da Costa Brás na equipe do Centro Estadual de Referência LGBT, e de Paula de Oliveira no Centro Estadual de Referência da Mulher. Desde o seu surgimento até 2022, o grupo agregou em média 270 pessoas que tiveram expressiva incidência nas suas participações. Dentre elas, cabe destacar a professora Jussara Carneiro Costa, entre 2005 e 2017, Kyara Maria de Almeida Vieira, Josilene Barbosa do Nascimento, Ofélia Maria de Barros, dentre outras pessoas que imprimiram marcas nas suas atuações. Atualmente, conta com a contribuição de 17 pessoas que participam de seus encontros, e estão presentes nas redes sociais pelo Instagram @grupofloreflor e Facebook @floreflor,



que são administradas por Maria Roberta Medeiros Angelim, Cibelle Jovem Leal e Camilo Barbosa da Silva.

Idalina Maria Freitas Lima Santiago

INDICAÇÃO DE LEITURA:

OLIVEIRA, Maria Lúcia Lopes de [*et al.*]. **Grupos de Mulheres da Paraíba**: retalhos de uma história. João Pessoa: Cunha Coletivo Feminista; Textoarte Editora, 2001.

SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima. Movimentos Feministas e Mulheres Jovens: limites e possibilidades. *In*: MACHADO, Charliton dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva; SANTANA, Ajanayr Michelly Sobral (Orgs.). **Gênero e Cultura**: questões políticas, históricas e educacionais. Fortaleza: EdUECE, 2019. (p. 112-133).

SUMÁRIO

HELENA ALVES DE SOUZA

Helena Alves de Souza nasceu em 19 de março de 1923 na cidade de Guarabira, filha de Luiz Alves Guilherme de Souza e Joana Alves do Nascimento. Quando Helena nasceu já tinha duas irmãs, uma nascida na cidade Caiçara e outra na cidade de Pirpirituba, depois vieram mais dois irmãos. Seu pai trabalhava em uma casa de comércio em Guarabira. Em 1928, a família mudou-se para João Pessoa, pois o pai de Helena achava que a cidade teria mais oportunidades para os filhos estudarem e trabalharem

quando crescessem. Já em João Pessoa, o senhor Luiz Alves tornou-se barbeiro e sua esposa continuou como dona de casa.

Helena e suas irmãs fizeram o primário no Colégio das Neves, que na época mantinha um colégio para meninas pobres, o Colégio São Vicente. O curso ginásial, como era chamado na época, e o “clássico” foram cursados no Liceu Paraibano. Quando acabou, ficou aguardando a chance de realizar um sonho que a motivou a vida toda: lutar por justiça. Helena queria entrar no curso de Direito, mas não tinha meios financeiros para se deslocar até o estado de Pernambuco, lugar onde foi fundado, no Brasil, o primeiro curso de Direito, situado na cidade de Olinda, em 1827. Em 1951, o curso de Direito chegou a João Pessoa e ela entrou na primeira turma formada no estado da Paraíba. A primeira turma de bacharéis era composta por quatro mulheres, e um número bem superior de homens, entre elas estava Helena Alves de Souza.

Mas Helena ainda tinha outro sonho, o de ser Magistrada, porém esse era um lugar onde só existiam homens. Em 1956, no mesmo ano que concluiu o curso de Direito, prestou concurso para a magistratura, sem obter êxito, até que, em 1957, ela fez sua segunda tentativa e conseguiu o cargo de juíza de direito do estado da Paraíba. Durante o período em que se inscreveu nos concursos, os jornais paraibanos começaram um grande debate sobre a possível entrada de uma mulher na magistratura. Entre as matérias, destacamos: “Teremos uma mulher na magistratura?” publicada em 29 de setembro de 1957 pelo jornal *A União*. O título da matéria revela o estranhamento por uma mulher ousar querer tal cargo, que o texto do jornal situa como masculino. É possível, também, observar como os homens “públicos” percebem essa introdução e quais estratégias usam para manter tal cargo como masculino, embora se perceba “o desejo da mulher paraibana de envergar a toga”. Torna-se perceptível como, nessas palavras, o elemento sexual aparece como



SUMÁRIO

símbolo da carreira da magistratura. A mulher enverga a toga por se inserir nesse meio profissional, sendo esse um discurso sobre as relações de gênero que determina um lugar de poder para o exercício de uma profissão.

Tal afirmativa busca deslegitimar a tentativa de Helena, que foi alvo das matérias em 1957. O autor planta a dúvida sobre ela ser capaz de entrar em tal carreira, logo depois justifica seu discurso no saber médico difundido no século XIX, que trata as mulheres como inferiores aos homens dentro da lógica biológica. Portanto, nesse fragmento, encontramos uma estratégia de manter o lugar masculino impenetrável na magistratura. Na resposta de Helena ao jornal, ela informa que isso já acontecia em outros estados em que as mulheres servem à justiça, defendendo sua pretensão à profissão. Ela usa como estratégia para criar credibilidade o fato dessas outras terem “servido” bem ao judiciário. Essa palavra não é usada à toa em sua fala. O fato de colocar outras mulheres como boas servidoras da magistratura pode ser entendido como estratégia para adentrar o meio masculino profissional através de um discurso de sujeição ou submissão às regras do mundo jurídico.

De todo modo, isso não foi fácil para Helena, nem antes, nem depois de sua entrada na magistratura, pois ela teve que enfrentar com o dobro de dedicação esse dever, já que seu lugar de gênero era tido como inapto para tal função. A juíza Helena Alves assumiu a Comarca da cidade de Pilões na Paraíba e alguns anos depois foi para Cabedelo, cidade próxima à capital, João Pessoa. Mas, em 1969, durante o governo militar e na vigência do Ato Institucional nº 5, ela foi aposentada compulsoriamente, junto com outros 12 juízes. E assim permaneceu durante dez anos. Alega nunca ter sido comunicada pelo Tribunal de Justiça da Paraíba sobre o motivo do afastamento de seu cargo, do qual se informou pela televisão. Enquanto ainda era juíza, Helena Alves, foi professora e depois nomeada diretora do Colégio Estadual de Cabedelo, o qual ajudou a fundar. Após a aposentadoria

compulsória, foi então no magistério que Helena continuou a trabalhar. Com a anistia, foi convidada a voltar a trabalhar como juíza, e assim permaneceu até sua aposentadoria por idade. Chegou a ser também a primeira mulher juíza do Tribunal Eleitoral da Paraíba.

Sabrina Rafael Bezerra

INDICAÇÃO DE LEITURA:

BEZERRA, Sabrina Rafael. **No Direito, o gênero:** Mulheres e experiências na Paraíba (1956-1972). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** São Paulo: Contexto, 2007.

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. *In:* PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.) **Nova história das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2013.

HELENA COUTINHO DO NASCIMENTO

Helena Coutinho do Nascimento – conhecida como “Dona Helena” – camponesa, nasceu em 20 de outubro de 1943 no Engenho Santana, no município de Cruz do Espírito Santo, Paraíba,



SUMÁRIO

Brasil. Ainda criança foi obrigada a sair das terras do falido Engenho Santana e mudou-se com seus pais adotivos para a região do Vale do Mamanguape. Na década de 1980, ingressou na Comissão Pastoral da Terra quando ajudou na luta pela conquista da terra do assentamento Jaracateá, no município de Jacaraú, no estado da Paraíba, Brasil. Na Comissão Pastoral da Terra tornou-se uma influente leiga liderança religiosa, sendo catequista e animadora da comunidade do Sítio Oiteiro, hoje município de Curral de Cima - PB. Nessa comunidade lutou por projetos de eletrificação da área, pela criação da Associação dos Trabalhadores Rurais do local, pela organização camponesa para os trabalhos realizados de forma coletiva.

Ela foi uma importante motivadora dos mutirões formados por camponeses e camponesas nas ocupações de terras improdutivas na região. Em “Engenho Novo”, situado no município de Cruz do Espírito Santo - PB, a 23 quilômetros da capital João Pessoa, na década de 90 juntou-se aos trabalhadores da fazenda – terras do proprietário José Fernandes Ribeiro Coutinho – na luta pela desapropriação dessa área. Enfrentou os proprietários e suas milícias privadas, o poder judiciário e a polícia militar com as *liminares de reintegração de posse*, respondeu processo criminal, na comarca de Cruz do Espírito Santo, envolvendo vários camponeses/camponesas e agentes pastorais ligados à Comissão Pastoral da Terra.

Em 26 de agosto de 1995, aos 51 anos, após uma ação da polícia militar no local da ocupação, ela sofreu um “enfarto fulminante”, vindo a óbito sem ver sua terra de origem ser desapropriada para fins de reforma agrária. O local, hoje assentamento que leva seu nome, preza pela produção agroecológica na Paraíba. A luta pela terra improdutiva da fazenda “Engenho Novo” teve destaque na imprensa local e nacional quando o proprietário à época entrou na justiça e forneceu uma lista constando os nomes de 33 pessoas, sendo 29 camponeses, entre esses Dona Helena como liderança, duas freiras e dois padres. As audiências públicas nesse processo eram acompanhadas



SUMÁRIO

por centenas de camponeses da região que, em frente ao Fórum da comarca de Cruz do Espírito Santo, protestavam contra as violências perpetradas no campo paraibano. Para os camponeses envolvidos no processo, a reforma agrária configura-se como um dos elementos fundamentais do processo de democratização do espaço rural, acompanhada de uma política agrícola que resulte na constante melhoria da qualidade de vida das famílias que vivem na e da terra.

No cotidiano de resistência, Dona Helena protestava, criava fatos (na ocupação) e contava histórias de violências sofridas pelos moradores da fazenda Engenho Novo – e de outras áreas de conflitos –, sem medo e esperançosa junto aos companheiros e companheiras de luta. Dona Helena se tornou uma fonte de inspiração para muitas famílias, em especial as mulheres, que lutam pela posse da terra e pela reforma agrária no estado da Paraíba. Desde 1996 o dia 26 de agosto é celebrado – no assentamento Dona Helena – como um dia de luta pela vida e dignidade no campo.

Iranice Gonçalves Muniz

INDICAÇÃO DE LEITURA:

ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA. **A luta de Engenho Novo.** João Pessoa: CEDOP, 1997.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Relatório dos Conflitos de Terra.** Goiânia: CPT, 1996.

MUNIZ, Iranice Gonçalves. **Protagonistas de um sonho:** Desafio da Assessoria Jurídica no Campo. João Pessoa: IMPREL, 2000.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA. **Processo de Reintegração de Posse.** Comarca de Cruz do Espírito Santo/PB, 1995.

HILDEVÂNIA DE SOUSA MACÊDO

Hildevânia de Sousa Macêdo, mulher negra, forte, alegre, que gosta de poesia, psicóloga afrocentrada, antimanicomial e decolonial, nasceu em 12 de abril de 1974, em João Pessoa. É filha de José Alencar Macêdo (*in memoriam*) e de Maria Elisa de Sousa Macêdo (aposentada pública), que tiveram mais três filhos homens, sendo um falecido. Por ser a única filha, foi muito desejada e amada pelos pais, que a superprotegeram, o que suscitou nela algumas inseguranças no decorrer de sua vida. A cunhada, Célia Regina Macêdo, afirma que “Hildevânia é família, é amorosa e prestativa, ouve as pessoas sempre que pode e é bastante inteligente, [...] durona, quando necessário, mas nada que abale sua capacidade de cuidar das pessoas” (MACÊDO, 2022). Busca sempre estar presente e se agregar nos momentos celebrativos e difíceis da vida, característica que herdou de sua mãe. Ao mergulhar no ativismo, teve que se dividir para garantir ao máximo sua presença no espaço familiar.

Sua trajetória, como uma mulher negra e trabalhadora, é marcada pelas desigualdades de raça, classe social e gênero, que atravessam sua vida e também pela superação dos desafios que esses marcadores representam. Estudou o ensino fundamental em escolas públicas e se deparou com a dificuldade de ler. “Eu só vim aprender a ler na segunda série e foi com a experiência de uma professora negra” (MACÊDO, 2022). Hildevânia se recorda que, no



SUMÁRIO

período da alfabetização, chorava muito porque não queria ficar na escola e dependeu da presença de um dos irmãos para fazer o processo de socialização. Ela reconhece que a sua dificuldade inicial de leitura tem relação com a falta de incentivo dentro de casa, devido à dedicação do pai ao trabalho e à falta de interesse da mãe pelos estudos. Contudo, o gosto pela leitura foi ocupando espaço em sua vida, o que herdou do pai, que gostava de ler livros e revistas. No ensino médio, optou pelo magistério, seguindo o conselho da mãe: “vá fazer Pedagogia, vai ser professora, porque nós somos pobres”. No terceiro ano de magistério, começou a estagiar e trabalhar numa escolinha do bairro, aos 18 anos. Ao terminar o curso, estagiou em uma colônia de férias, e a partir daí conseguiu seu primeiro trabalho de carteira assinada como professora numa escola particular (QI), o que lhe garantiu autonomia financeira.

Hildevânia despertou para a Psicologia a partir de sua inserção na Pastoral de Juventude do Meio Popular, que lhe trouxe contato mais profundo com as dimensões de raça, classe social e sexualidade, acendendo em seu coração o desejo de ir para a universidade. Embora tenha passado no vestibular para Serviço Social na UFPB, ela entrou no curso de Psicologia (2001) na Unipê, instituição privada. O salário de professora não garantia arcar com o curso, porém sempre contou com o apoio financeiro dos seus pais. Só no final do curso consegui uma bolsa parcial. Todos os anos, havia uma negociação com a reitoria para o pagamento das mensalidades: “Eu estudava um período, aí quando vinha o outro, eu pagava aquele período antes, sempre era um período dentro”. Na faculdade, encontrou Neusa Brito (movimento negro), Regina Alves (movimento de dança afro) e Débora Silva, formando um grupo de amigas negras e pobres, que se ancoraram umas nas outras para concluir o curso. Após se formar, deixou o trabalho exaustivo como professora porque queria fazer outra coisa da vida, integrando a Associação de Prevenção à Aids – Amazona (2007-2012),



SUMÁRIO

como educadora, assistente e coordenadora de projeto. A experiência na gestão pública começa quando é aprovada no concurso para a Secretaria de Saúde do Município de João Pessoa (2010), sendo convocada para trabalhar como psicóloga, lotada no Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS). Para ela, foi uma decisão política ir para a saúde mental.

Em 2013, a amiga e feminista Socorro Borges a convida para trabalhar na Secretaria Extraordinária de Políticas para as Mulheres de João Pessoa e, por seu compromisso político com as políticas públicas para mulheres, Hildevânia dividiu seu tempo entre a gestão e o trabalho como psicóloga no Centro de Referência de Atendimento às mulheres em situação de violência. Ela afirma que foi uma grande experiência, um divisor de águas em sua vida, quando teve a oportunidade de trabalhar com Vilma Vaz, Terlúcia Silva e Gregória Benário, antes referências feministas, com quem atuava no movimento. Para Terlúcia Silva (2022), “o compromisso de Hildevânia com as mulheres fazia toda a diferença no seu trabalho”, permanecendo no Centro de Referência até 2020, quando retornou para o CAPS Caminhar, da Secretaria Municipal de Saúde de João Pessoa.

Inicia sua experiência feminista e antirracista a partir da sua vivência nos encontros de formação da Pastoral de Juventude do Meio Popular, e através da Cunhã Coletivo Feminista, onde conheceu o feminismo através das discussões sobre gênero, orientação sexual, sexualidade. Traz como referências importantes as cunhãs e os livros. Frequentemente ia à biblioteca da Cunhã pegar livros emprestados, sendo que a Cunhã e a Bamidelê foram centrais na sua formação política. A Bamidelê, tendo grande importância no processo de afirmação da sua negritude, e ambas as organizações possibilitando a ela ser o que se tornou. Para Terlúcia, Hildevânia é uma companheira



SUMÁRIO

valorosa, que sabe lutar, sorrir, dançar e que envolve as pessoas nos processos que estão à frente.

A militância no movimento feminista na Paraíba iniciou com sua entrada na Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba, motivada pela amiga Rosângela Silva e, desde então, integra os processos de formação da Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB. Em 2012, Hildevânia passa a se inserir na luta feminista e antirracista da AMB, incidindo nas frentes de luta de enfrentamento à violência contra as mulheres e pela legalização do aborto. Em 2015, a partir de sua atuação na Marcha das Mulheres Negras, passa a fazer parte da frente antirracista da AMB e do Movimento de Mulheres Negras na Paraíba, colaborando com sua auto-organização e ações de incidência. Tem pautado na Frente Estadual da Legalização do Aborto, na AMB e no Movimento de Mulheres Negras na Paraíba, a questão da justiça reprodutiva e da saúde das mulheres negras. A partir da AMB, constituiu o grupo interinstitucional (gestão, poder judiciário, Ministério Público, universidade) para tipificação do feminicídio na Paraíba. Tem se consolidado como referência local e nacional para a mídia e instituições públicas e da sociedade civil, pautando o debate sobre essas lutas. Ela estende sua militância política se filiando, em 2020, ao Partido Socialista Liberdade (PSOL), onde constrói o setorial de negras e negros e integra o diretório do Agro-PSOL, atuando como secretária de formação.

Na atuação como psicóloga afrocentrada, é comprometida com as lutas sociais, atuando na luta antirracista, antipatriarcal, pela defesa da diversidade e dos direitos humanos, participando ativamente do Conselho Regional de Psicologia. Tem incidido fortemente na luta antimanicomial e na saúde mental. Atualmente está na coordenação do núcleo Paraíba da Associação Nacional de Psicólogos/as Negros/as e Pesquisadoras/es – ANPSINEP-PB.

Aprendente da psicologia afrocentrada e da terapia Gestalt, leva em sua bagagem a força ancestral das mulheres que vieram antes dela e que reverencia e saúda. “Desde a minha infância, [...] sempre tem uma figura de mulher assim, que me leva [...] sempre foram muito as mulheres que estão comigo. [...] é meu processo hoje de ativista antirracista, antimanicomial. São essas mulheres que eu carrego e que me formaram”.

Cristina Barboza de Lima Barbosa

Maria Lúcia Lopes de Oliveira

Luciana Cândido Barbosa

Anadilza Maria Paiva Ferreira

INDICAÇÃO DE LEITURA:

CUNHÃ. Aborto legal, racismo e o retrocesso institucionalizado de direitos. *In: Ciclos de Debate sobre Justiça Aborto Legal*. [s. d.].

MACÊDO, Hildevania de Sousa. **Eu e meus devaneios psi:** trecho do vídeo produzido alusivo ao 27 de agosto de 2022, Dia da/o Psicóloga/o.

SILVA, Rebeca Kelly Gomes da; MACÊDO, Hildevânia de Sousa. Mulheres negras e a pandemia de Covid-19: quais as implicações para a saúde mental? *In: SILVA, Durvalina Rodrigues Lima de Paula; SILVA, Terlúcia Maria da; SILVA, Uliana Gomes da (Orgs.). Dossiê temático: Mulheres negras da Paraíba no contexto da pandemia de Covid-19*. João Pessoa: Livreditora, 2021.

I DALINA MARGARIDA DE ASSUMPÇÃO MEIRA HENRIQUES

Idalina Margarida de Assumpção Meira Henriques é fruto de uma família muito abastada no Império. Ela nasceu em 15 de agosto de 1838, na Capital da Parahyba do Norte. Seu pai foi o cirurgião-mor José Henriques, que em 1829 exerceu o cargo de governador da Paraíba. Sua mãe chamava-se Ana Joaquina de João José Meira que teve cinco filhos, além de Idalina. Teve como irmãos o Dr. Antônio José Henriques; o Coronel José Thomáz Meira Henrique; o Conselheiro Manuel Tertuliano Thomaz Meira; o Padre Leonardo Antunes de Meira Henrique e a senhora Altina Luiza Meira Henriques.

Quando Idalina Margarida assumiu o cargo de professora no Colégio de Nossa Senhora das Neves, segundo o relatório da província da Parahyba do Norte, de 1859, possuía 21 anos. Constando seu nome relacionado ao quadro de professoras de uma das mais importantes escolas públicas da capital à época. Como docente, ministrou as matérias de geografia, história e primeiras letras. Alguns anos depois, em 1862, Idalina faria história aos 24 anos, quando assumiu o cargo de diretora daquele que seria o primeiro colégio particular para meninas, a escola Nossa Senhora do Carmo. Aliás, não apenas exerceu o cargo de diretora



SUMÁRIO

como foi ela mesma a fundadora do Colégio N. S. do Carmo. Idalina assume como diretora da escola uma posição que, por muito tempo, estava associada ao sexo masculino, rompendo com as tradições culturais que negavam à mulher administrar e obter lucro por meio de uma instituição particular. Nesse sentido, foi e é para a história da educação feminina uma pioneira entre as mulheres de sua época.

O título de precursora delegado à Idalina é duplo, pois foi a primeira mulher que não só fundou, como também exerceu o cargo de diretora de uma escola destinada ao público feminino, na capital da Parahyba do Norte. Atuou como professora durante 16 anos e até a década de 1870, o Colégio de N. S. do Carmo era provavelmente a única instituição particular (em se tratando de educação feminina) em funcionamento na capital.

Mas havia outra opção de ensino para o público feminino da província paraibana que por razões diversas não frequentavam os colégios. Eram as aulas particulares oferecidas por professoras em suas próprias casas ou em casas de suas alunas. O jornal *O Publicador* foi, entre outros periódicos, o meio pelo qual as professoras buscavam se comunicar com os pais das futuras alunas ao anunciarem as suas aulas particulares.

A professora e diretora Idalina também se utilizava dos jornais para anunciar a disponibilidade das aulas oferecidas ao público feminino da capital. Em geral, as professoras destinavam seus anúncios para os pais das alunas, que no informe aparecem chamados de “pais de família”, haja vista que eram os homens, os chefes da casa, quem detinham o controle sobre o que seria ensinado aos seus filhos e filhas. Era o pai quem lia o jornal, selecionava a professora e as aulas, se deslocava até a casa ou colégio citado no anúncio e fazia juntamente com as mestras o contrato das aulas



SUMÁRIO

particulares. É constante nos anúncios que tiveram Idalina como autora a ênfase nas “virtudes” das professoras que ministravam as aulas no Colégio N. S. das Neves. Isso se deu pelo imaginário que relacionava a figura feminina exercendo uma função pública de educar crianças com a maternidade e que criou representações sobre o modelo ideal para ser boa professora. Ser carinhosa, tratar com zelo e com instinto maternal transformou-se, a partir de uma visão que se queria impor às mulheres docentes, em um rol de características preteridas pelos que contratavam professoras particulares e, por isso, a necessidade de descrever esses atributos nos anúncios a fim de garantir a confiança das alunas e da família.

O público predominante das aulas particulares oferecidas pelas professoras no século XIX eram as filhas das elites e as matérias ensinadas objetivavam o aprendizado para a vida no lar doméstico. Mas isso não impediu que alunas pobres tivessem instrução formal, pois a criação de colégios públicos aos poucos foi facilitando a entrada de um número gradativamente maior de meninas menos abastadas em aulas de instrução primária. Desse modo, o espaço onde se adquiria a instrução pode ser percebido como um lugar de experiências de lutas e conquistas das mulheres no século XIX, não só pela ampliação das aulas destinadas às meninas, mas no que diz respeito ao seu direito de estudar e poder frequentar as aulas públicas de primeiras letras, mas também de afirmação das professoras enquanto partícipes da construção da educação na província, buscando demonstrar a capacidade intelectual colocada em dúvida pelo pensamento patriarcal vigente à época que impunha restrições para que as mulheres ocupassem ambientes públicos ou de empresas privadas que pudessem favorecer maior liberdade social.

A construção da biografia da professora e diretora Idalina Margarida só se faz possível por sua forte presença nos anúncios das páginas dos jornais paraibanos – fontes importantes, justamente porque revelam como estes embates sobre a emancipação intelectual e social da mulher foram travados na Parahyba do Norte. O caso da primeira mulher a instituir e dirigir uma empresa de instrução particular, em pleno século XIX, é revelado a partir do registro dos seus escritos nos anúncios de periódicos paraibanos, o que denota um outro lugar de sua ativa participação como mulher pública, ou seja, como pessoa que faz e se insere no debate social, articulado à época através da imprensa. Conhecer parte do muito que foi Idalina é descobrir a história de uma mulher pública que atuou e fez história nos ambientes privados da educação feminina na Parahyba do Norte.

Aldenize da Silva Ladislau

INDICAÇÃO DE LEITURA:

ALMEIDA, Jane Soares de. **Ler as letras:** por que educar meninas e mulheres? São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo; Campinas: Autores Associados, 2007.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história.** Bauru: EDUSC, 2005.

SOUZA, Francis Raniere Silva de. **Rompendo Padrões Culturais:** O papel de Idalina Margarida de Assumpção Meira Henriques na educação da Paraíba do Norte. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

I RECE BOTELHO

Irece Martins Botelho é uma radialista e colunista paraibana que atuou nas principais rádios de João Pessoa e Campina Grande entre o final da década de 1950 e os anos de 1980. Conhecida como “A Voz de Veludo”, foi uma das primeiras noticiaristas esportivas mulher no Nordeste e a apresentar programas policiais em emissoras radiofônicas no estado. Além da locução, também se destacou como colunista e entrevistadora em jornais e semanários da Paraíba e Pernambuco. Irece Botelho nasceu em 6 de maio de 1945, em João Pessoa, na Paraíba. Foi criada pela mãe, dona Jardelina Marinho da Rocha, por sua família materna, então formada por uma avó, três tias e um tio, e por uma madrinha que morava no Recife, em Pernambuco. Sua infância e juventude foi vivida entre os dois estados, na companhia das filhas de sua madrinha.

Desde cedo, Irece Botelho demonstrava interesse pelo universo artístico e radiofônico. Com frequência ia ao teatro e aos auditórios de rádio acompanhar as apresentações dos atores e cantores locais e nacionais, os cumprimentando após os espetáculos. Sua regularidade e habilidade comunicativa rendeu-lhe a aproximação e relações de amizade com as estrelas do rádio paraibano como a cantora Norma Tabila e com vedetes de teatro de revista, como a carioca Nélia Paula. Como ouvinte assídua dos programas de rádio da Paraíba e Pernambuco, logo passou a interessar-se pela locução radiofônica. Assim, na adolescência, começou a utilizar recortes de jornais para imitar a impostação de voz dos locutores. Com a intervenção da atriz Nélia Paula, conseguiu uma oportunidade para fazer um teste na Rádio Tabajara da Paraíba, aos 16 anos de idade,



SUMÁRIO

no qual foi aprovada. Na emissora, Irece Botelho teve sua voz veiculada nas locuções comerciais nas quais eram anunciados os produtos que patrocinavam as atrações de auditório. Com o radialista Geraldo Cavalcante dividiu a apresentação de “Caleidoscópio”, um programa de variedades comandado pelo locutor. Irece trabalhou na Rádio Tabajara, sem carteira assinada, durante o ano de 1957. Com o início do governo de Pedro Gondim, a locutora foi afastada das suas funções na emissora como consequência da mudança de gestão. A radialista voltaria a trabalhar na rádio posteriormente, já com mais experiência.

Em termos de formação, Irece Botelho estudou apenas até o ensino fundamental, abandonando o colégio em seguida. Autodidata, aprendeu a falar outros idiomas como o espanhol e a buscar formas alternativas de aprendizado. Após a experiência como locutora, passou uma temporada fora do estado, tendo viajado por outras cidades, como o Rio de Janeiro, Recife e até Buenos Aires, na Argentina, antes de voltar à Paraíba. De modo a retomar sua carreira como locutora, partiu para Campina Grande. Sem ter experiência comprovada na carteira, fez testes nas rádios Borborema e Caturité. Aprovada na segunda emissora, foi contratada tornando-se uma das raras vozes femininas no grupo de locutores, formado majoritariamente por homens. No início, a locutora foi discriminada pelos colegas, mas a atitude deles não a intimidava. Sua estreia na Rádio Caturité foi no “A Tarde é Sua”, programa de uma hora de duração que recebia cartas e telefonemas dos ouvintes com pedidos de músicas. Líder de audiência no horário com Gilson Souto Maior, a locutora teve a responsabilidade de apresentá-lo em diversas ocasiões. À noite, ficava com o “Caturité Faz Amigos”, substituindo os colegas. Mesmo sem formação superior em jornalismo, ainda teve a oportunidade de atuar como redatora na emissora, apresentando em algumas ocasiões o “Rádio Repórter RC”.

Em Campina Grande, Irece Botelho foi uma das primeiras mulheres a atuar no noticiário esportivo. Ainda que não se identificasse como atriz, na Rádio Caturité ainda teve a oportunidade de trabalhar como radioatriz em um episódio do seriado “O Flama”, super-herói criado por Deodato Borges e veiculado como radionovela. Na era do radioteatro, também emprestou sua voz para as aberturas das radionovelas. No retorno a João Pessoa, Irece Botelho atuou na Rádio Correio AM, emissora na qual permaneceu por mais tempo em sua carreira. Na emissora apresentou noticiários e trabalhou como discotecária. Na rádio, a radialista era a única mulher noticiarista, principalmente no comando de programas policiais, e chegou a ocupar o cargo de locutora-chefe, substituindo um colega.

Nos anos de 1980 atuou na Rádio Arapuan AM, na qual posteriormente se aposentaria. A noticiarista dividiu o microfone com o locutor Sílvio Carlos na apresentação do “Jornal Sensacional”, noticiário de integração nacional, onde nos estúdios os locutores anunciavam os prefixos de todos os estados sintonizados na rede. Na ZYX-2 ainda teve como colega o radialista Bernardo Filho. O radiojornal e o “Embalos da Manhã” foram os últimos programas que comandou no rádio. Enquanto esteve na emissora, também manteve um programa diário na Rádio Cultura de Guarabira, com o locutor Brito Gomes. Em 1973 Irece Botelho começou a escrever para jornais e semanários como *O Norte*, *Correio da Paraíba*, *O Combate*, *O Momento*, *A Hora* e outros de menor tiragem, em diferentes épocas. No *Jornal do Comércio*, do Recife, teve um conto publicado e premiado. Em seus artigos tratava do mundo artístico, do direito às diferenças individuais, em defesa dos animais e até sobre ela mesma. Mais que locutora, a função de colunista era a que mais agradava a radialista pela independência e autoralidade que a escrita permitia. Em algumas ocasiões seus textos chegaram a ser censurados pelos donos dos periódicos. Para os jornais, também realizou entrevistas

com artistas nacionais e internacionais como Ângela Maria, Maysa, Núbia Lafayette, Carmem Costa, Clara Nunes, Cláudia Barroso, Nara Leão, Perla, Pery Ribeiro, entre outros. A então entrevistadora também era responsável por fazer as fotografias que ilustravam suas matérias. Nesse trabalho, Irece Botelho tinha por hábito driblar as perguntas tendenciosas que os diretores dos periódicos a orientavam a fazer aos entrevistados.

Devido a um problema auditivo, ao alcoolismo e outras questões pessoais, a radialista afastou-se do rádio na década de 1980. Um dos últimos trabalhos da radialista após sua aposentadoria foi em um projeto musical do radialista e jornalista Germano Barbosa, para o qual gravou alguns *spots* nos estúdios da Rádio Tabajara.

A voz da radialista Irece Botelho chegou a ser comparada a da primeira locutora de telejornais no Brasil, a carioca Íris Lettieri, recebendo assim o apelido de “A Voz de Veludo”, pelo tom suave com o qual falava e a perfeita dicção. Irece Botelho morreu em 11 de novembro de 2018, em decorrência de uma pneumonia aguda. A radialista deixou um filho, Ranieri Martins Botelho, nascido em 1971.

Marcella Machado

INDICAÇÃO DE LEITURA:

MACHADO, Marcella. **A voz feminina do rádio:** vida e protagonismo de radialistas em João Pessoa. Monografia (Graduação em Jornalismo) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

MAIOR, Gilson Souto. **Rádio:** História e Radiojornalismo. João Pessoa: A União, 2015.

NASCIMENTO, Pereira. **História da radiodifusão na Paraíba.** João Pessoa: Persona, 2003.

Irene Marinheiro Jerônimo de Oliveira

Irene Marinheiro, como é conhecida, nasceu em maio de 1950, na cidade de Piancó, Alto Sertão da Paraíba, filha de Severino Marinheiro e Maria (Lília) Jerônimo Leite. Em Piancó, viveu até os 19 anos, quando terminou o Curso Normal Regional e o Pedagógico no Colégio Normal Santo Antônio (Colégio de Freira e Internato) em 1969. Formada, foi trabalhar como professora de português no Colégio Estadual de Igaraci, no mesmo ano de fundação da referida escola. Em 1971, fez vestibular para a Universidade Federal da Paraíba e foi enfrentando desafios e obstáculos, estudando em João Pessoa licenciatura parcelada em Letras, um curso que funcionava no período das férias escolares. Em 1973, terminado o curso, foi contratada como professora de português para o Colégio Estadual de Conceição, cidade sertaneja próxima a Piancó, onde trabalhou por três anos. Nesse período conheceu José Cordeiro de Oliveira (Zenito) com quem se casou, em 1977. Não tendo filhos, criou seus dois sobrinhos, Marvenn Tuan e Marx Túlios.

Em 1976, conseguiu transferência para a cidade de Itabaiana para ensinar no Colégio Estadual Dr. Antônio Santiago, permanecendo lá por três anos. No final de 1978, foi transferida para o Colégio José Guedes Cavalcante, na cidade de Cabedelo, onde permaneceu até 1983, quando se mudou para João Pessoa e foi contratada como professora do Colégio Estadual Oswaldo Pessoa.



SUMÁRIO

Desde jovem, envolveu-se nos movimentos sociais. A primeira greve de professores da Paraíba aconteceu em 1979, articulada pela então Associação dos Professores do Estado da Paraíba (AMPEP), período de lutas intensas pela redemocratização do País. Irene participou ativamente desta greve, que contribuiu para que emergisse uma nova direção na Associação alinhada às forças que lutavam pelo fim da ditadura. Mais tarde, a Associação foi transformada no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado da Paraíba (SINTEP), do qual Irene participou ativamente durante dez anos (de 1979 a 1989). Como sindicalista, contribuiu com a criação da Secretaria de Gênero e ainda presta assessoria sobre questões de gênero e diversidade. Irene também foi uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores (1980), em especial no município de Cabedelo, cidade portuária da Paraíba, onde atuava como professora. Militante acirrada deste partido, foi fundadora da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, participando ativamente das lutas dessa Central e, junto com outras companheiras, criou a Secretaria de Mulheres da CUT, que teve como primeira secretária Maria da Penha, de Alagoa Grande. Também participou ativamente da campanha nacional Diretas Já, em 1984.

Em 1990, junto com outras mulheres, foi uma das fundadoras do Centro da Mulher 8 de Março, entidade feminista que trabalha com as temáticas de violência contra as mulheres, saúde da mulher e enfrentamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Organização reconhecida em nível estadual, nacional e internacional. Irene Marinheiro esteve de 1990 a 2010 como coordenadora de saúde e direitos reprodutivos dessa entidade, na qual organizou grupos de mulheres do curso de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), realizando oficinas e dinâmicas sobre sexualidade e conhecimento do próprio corpo, tornando-as multiplicadoras do Centro da Mulher 8 de



SUMÁRIO

Março em outros espaços como universidades, escolas etc. Atuou, ainda, com a temática Feminização da Aids, com jovens e professores das escolas municipais e estaduais, com o apoio do Ministério da Saúde e do Núcleo de DST/Aids da Secretaria Estadual de Saúde promovendo rodas de conversas, oficinas, seminários, visitas domiciliares, distribuição de material educativo etc. Foi autora de diversos materiais didáticos sobre temas como mulheres e HIV/Aids numa época em que a Aids era estigmatizada como uma doença de gays, profissionais do sexo e usuários de drogas. Organizou um Caderno de Textos específico sobre a vulnerabilidade das mulheres: *A feminização da Aids e seus desafios na interface com a violência contra a mulher*.

Em 2011, assumiu a coordenação geral do Centro da Mulher 8 de Março, dando sequência ao trabalho que a organização já realizava há duas décadas. Foi membro dos Conselhos Estadual e Municipal dos Direitos da Mulher e do Comitê Municipal de Mortalidade Materna. Foi uma das fundadoras do Fórum de Mulheres da Paraíba e da Rede de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (REDEXI).

Entre as lutas encampadas por Irene e o CM8M estão a implantação de políticas públicas, como Secretarias de Mulheres, Delegacias de Mulheres, Casa Abrigo, Centros de Referências da Mulher e o Juizado de Violência Doméstica e Familiar de Violência contra a Mulher, acompanhando e fazendo cumprir a Lei Maria da Penha no estado. Foi membro da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, criada pelo governo do estado, em 31 de outubro de 2012, que teve como finalidade buscar provas e esclarecimento às graves violações de direitos humanos praticadas por agentes públicos, durante a ditadura militar, contra qualquer pessoa no território da Paraíba

ou aos paraibanos. Nessa comissão, respondeu pelo GT Gênero e Ditadura que teve como objetivo realizar pesquisas sobre a violência contra as mulheres, as consequências dessas violências e os impactos sobre suas vidas e de seus familiares. No relatório final estão registradas mais de cem mulheres vítimas da ditadura militar (1964 a 1985). A Comissão da Verdade foi uma política nacional e aconteceu em todos os estados do Brasil.

Irene é coordenadora geral do Centro da Mulher 8 de Março, secretária executiva da Rede Interinstitucional de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes da Paraíba (REDEXI/PB) e coordenadora da Regional do Nordeste, no Comitê Nacional de Enfrentamento à Exploração Sexual.

Glória Rabay

Lucimeiry Batista da Silva

INDICAÇÃO DE LEITURA:

GOVERNO DA PARAÍBA. **Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB)**. Disponível em; <https://www.cev.pb.gov.br/institucional/a-comissao-1>. Acesso em: 03/03/2024.

OLIVEIRA, Maria Lúcia Lopes de [*et al.*]. **Grupos de Mulheres da Paraíba**: retalhos de uma história. João Pessoa: Textoarte, 2001.

SOBREIRA, Dayane Nascimento. **A Cunhã Coletivo Feminista**: subjetividade, história e feminismo na Paraíba (1990-2015). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

I RMÃ ALBERTINA

(Maria Albertina Ferreira da Costa)

Maria Albertina Ferreira da Costa, Irmã Albertina – poderia, a partir das decisões do Concílio Vaticano II, voltar ao nome do seu registro de nascimento (Maria Ferreira da Costa), mas preferiu continuar com o nome assumido na Congregação das Irmãs Franciscanas de Dillingen (origem alemã). Nasceu em 07 de novembro de 1942, no sítio Lagoa de Estivas (Lages) no município de Areial (à época distrito de Esperança), Paraíba, Brasil. Filha dos camponeses Sebastião Ferreira da Costa (Seu Basto Capim) e Maria Olindina da Conceição, veio de uma família numerosa (16 irmãos) que vivia da agricultura familiar produzida em sete hectares. Ainda na adolescência (com 16 anos) ingressa na “vida religiosa” – na Congregação das Irmãs Franciscanas de Dillingen – em 6 de fevereiro de 1958, a partir de então (con)vivia com várias outras religiosas, principalmente no Colégio Santa Rita, em Areia, Paraíba, Brasil. Na década de 1980, durante a greve dos canavieiros no Brejo paraibano onde iniciou sua militância acompanhando os trabalhos da Diocese de Guarabira (com o então bispo Dom Marcelo Pinto Carvalheira) através da equipe do Centro de Educação Popular (CEDUP) e do Centro de Orientação dos Direitos Humanos (CODH), inserida na articulação das camponesas e camponeses na luta pela terra. Nessa articulação participava das reuniões (mesmo proibidas pelos proprietários) com os camponeses que recebiam ameaças de morte e de expulsão das propriedades de terra na região. Na Pastoral Rural da Arquidiocese da Paraíba, acompanhava a luta dos moradores (posseiros) da fazenda Santa Maria, localizada no município de Alagoa Grande.



SUMÁRIO

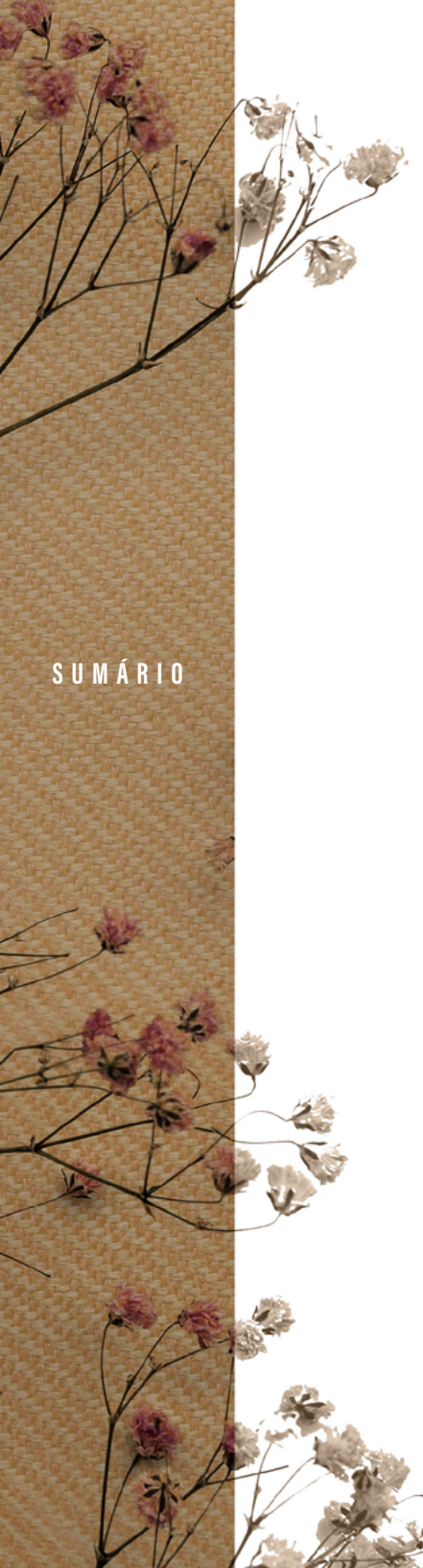
Irmã Albertina é um patrimônio da luta pela terra no estado da Paraíba, principalmente na região do agreste, uma das fundadoras da Comissão Pastoral da Terra (CPT), responsável pela articulação dos camponeses e camponesas na luta pela desapropriação de propriedades improdutivas, para assentamentos da reforma agrária. Sempre com ações concretas de solidariedade, Irmã Albertina acampou na Praça João Pessoa (conhecida como Praça dos Três Poderes) com as famílias da propriedade denominada *Fazenda Gomes*, hoje: assentamento Pe. Luiz Pescarmone, e por várias vezes acampou no Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). No enfrentamento entre camponeses e proprietários na justiça, sempre acompanhou as audiências nos processos de reintegração de posse e processos criminais, envolvendo as famílias camponesas na luta pela reforma agrária no Fórum de Pilar - PB; no Fórum de Sapé - PB; no Fórum de Cruz do Espírito Santo - PB; e no Fórum de Nazaré da Mata - PE.

Basta conhecer os relatórios nacionais e regionais da Comissão Pastoral da Terra para constatar um amplo território de ações da equipe do Zonal do Agreste paraibano, da qual ela participou e ainda participa. Foram territórios em disputa em vários municípios do estado onde hoje os trabalhadores rurais estão assentados: Itabaiana, Mogeiro, Pedras de Fogo, Pilar, São Miguel de Taipu e Salgado de São Félix. Quando havia ações organizadas, toda a equipe da Comissão Pastoral da Terra se deslocava para as regiões do estado com áreas de conflitos pela terra.

Iranice Gonçalves Muniz

INDICAÇÃO DE LEITURA:

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Relatórios dos Conflitos de Terra.** Goiânia: CPT, 1995 a 2020.



MUNIZ, Iranice Gonçalves. **Protagonistas de um sonho:**
Desafio da Assessoria Jurídica no Campo. João Pessoa:
IMPREL, 2000.

JEMIMA MARQUES DE OLIVEIRA

SUMÁRIO

Jemima Marques de Oliveira foi uma mulher, mãe, professora, militante, agente cultural e carnavalesca, nascida em 15 de novembro de 1964, em Pesqueira, cidade do agreste pernambucano, distante 215 km da capital Recife. Filha de Antônio Marques de Oliveira e Edna Malaquias de Oliveira, viveu os últimos anos de sua vida ao lado do seu companheiro Jorge Farias Remígio e de seus filhos, Iago e Isabela.

Descrita pelas pessoas ao seu redor como uma pessoa extrovertida, autêntica, de personalidade forte e humor refinado, por vezes irônico, era, ao mesmo tempo, um ser humano doce, de uma simplicidade atroz e que amava a vida. Jemima formou-se em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE no ano de 1989. Quase dez anos depois, em 1997, ela entrou no extinto mestrado em Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba, onde defendeu, em 2000, a dissertação intitulada *Pós-Graduação para bibliotecários: educação em permanência*, orientada pela professora Emília Maria da Trindade Prestes.

No âmbito profissional, em 1993, Jemima prestou concurso para professora e foi aprovada, passando, então, a fazer



SUMÁRIO

parte do quadro permanente da Universidade Federal da Paraíba, na condição de professora assistente do Departamento de Ciência da Informação, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, lecionando predominantemente no curso de graduação em Biblioteconomia desta instituição, onde ministrou disciplinas como: Introdução à Biblioteconomia; Elaboração de trabalhos monográficos; Introdução à documentação; Planejamento bibliotecário; Bibliografia especializada em Ciências Humanas; e Informação aplicada à Biblioteconomia. Sua área de estudo tinha ênfase em formação profissional, bibliotecas públicas e escolares, políticas públicas de informação e políticas públicas para o livro e a leitura.

Durante sua estadia como docente, idealizou e coordenou, entre 1995 e 1998, o projeto de pesquisa *Memo-Biblio: Organização do acervo histórico do movimento estudantil em Biblioteconomia*, que tinha como propósito esta organização, bem como a implantação de um Centro Acadêmico de Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba e do Centro de Documentação Histórica do Movimento Estudantil de Biblioteconomia (CEDOC-BIBLIO). Mais adiante, em meados de 2006 criou o *Fórum do Livro, Leitura, Literatura, Informação e Biblioteca (FLITECA)*, cujo objetivo era acompanhar, discutir, avaliar e desenvolver pesquisas que contribuíssem com as ações que já vinham sendo executadas pelo governo do estado da Paraíba. Pensando em estratégias de inclusão e cidadania, idealizou em 2007, o projeto de extensão universitária *UFPB vai à Escola: Práticas de leitura em Bibliotecas escolares municipais de João Pessoa como estratégia de inclusão e cidadania*, que tinha o público infantil e os professores da rede municipal de ensino da cidade de João Pessoa como público-alvo, e como intuito, desenvolver práticas de leitura em bibliotecas escolares. Além de organizar o *1º Encontro Paraibano do Livro, Leitura e Biblioteca*, realizado em 23 maio de 2010 no Espaço Cultural de José Lins



SUMÁRIO

do Rego, que teve como temática *Acesso ao Livro e à Leitura: Política Pública de Estado*, e como premissa discutir sobre o planejamento do estado da Paraíba para o estímulo e construção de uma estrutura de gestão e implementação do Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (PELL-PB), fomentando o diálogo, entre escritores, professores, bibliotecários, pedagogos e profissionais de Letras e Literatura.

Jemima era uma leitora voraz, dentre seus interesses estavam Filosofia, Filosofia da Educação, Sociologia, Economia Política e, claro, Biblioteconomia. Ela acreditava na transformação social por meio da educação e na biblioteca como um instrumento capaz de transformar a sociedade a partir da leitura. Por essa razão, acompanhava diariamente as políticas públicas para livros, leitura e bibliotecas no Brasil. Uma de suas premissas era a luta por uma universidade pública e de qualidade e pelo reconhecimento e fortalecimento da profissão bibliotecária.

Além de desempenhar seu papel como professora, Jemima também atuou como presidente da Associação Profissional de Bibliotecários da Paraíba, na gestão de 2010 a 2012, e contribuiu como membro do Conselho Municipal de Políticas Culturais da cidade de João Pessoa, de 2012 a 2014. Sendo também coordenadora do curso de Biblioteconomia entre os anos de 2008 e 2011.

No âmbito político, era filiada ao Partido dos Trabalhadores, onde atuou como dirigente partidária do setorial de mulheres, sendo presença permanente nos debates das políticas culturais da capital do estado da Paraíba. Era militante ferrenha em defesa dos direitos das mulheres e do acesso à educação, estando sempre envolvida com várias representações de classes, desde sua época de movimento estudantil. Sempre fazendo-se presente em sessões na Câmara Municipal de João Pessoa em defesa do livro, da leitura e das bibliotecas.

Era também uma apreciadora da cultura popular, da música, da arte, das rodas de conversa e, como boa pernambucana, do carnaval. Não à toa ela foi uma das organizadoras do bloco carnavalesco *Violando a Madrugada*, fundado por um grupo de amigos boêmios que se reuniam no *Bar do Baiano*, em João Pessoa, e que certo dia decidiram “dar um passeio” pelas ruas no entorno do bar, há mais de 20 anos.

Após uma vida dedicada a lutar pelas mulheres, pela cultura, pela educação e pela biblioteconomia, Jemima veio a óbito no dia 9 de abril de 2014, aos 49 anos, quando foi acometida de um infarto. A professora, militante e agente cultural nos deixa um legado de lutas e conquistas, a mulher nos deixa um exemplo de amor, amizade e companheirismo.

Amanda Jascellyne Dias Rodrigues

Daniella Alves de Melo

INDICAÇÃO DE LEITURA:

LIRA, A. S. X.; OLIVEIRA, J. M. Política pública de informação na perspectiva do controle social na ciência da informação: o caso do programa é pra ler da prefeitura municipal de João Pessoa. **Biblionline**, [s. l], v. 1, n. 2, p. 1-15, 2005.

OLIVEIRA, J. M. Pós-Graduação Para Bibliotecários: Educação em Permanência. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 9, n. 2, p. 1-10, 1999.

OLIVEIRA, J. M.; SILVA, M. L. T. Memo-biblio resgate histórico do movimento estudantil em biblioteconomia no Brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 1-11, 1998.



JOANA BELARMINO DE SOUSA

SUMÁRIO

Em 23 de junho de 1957 nasceu Joana Belarmino de Sousa, na zona rural do município de Itapetim - PE, cidade conhecida como o berço da poesia. Ela e seus 12 irmãos compartilhavam a casa com os seus pais no interior de Pernambuco, onde tinham uma vida simples e cheia de desafios. Sete dos seus irmãos nasceram cegos, inclusive Joana, o que fez com que seus pais se esforçassem para educá-los mesmo com muitas limitações. Joana vivenciou sua infância explorando o universo ao seu redor e com muita imaginação e criatividade passou a enxergar o mundo à sua maneira. Ela descobriu um universo próprio, estimulada pela sonoridade da vida do campo até ter que enfrentar outros desafios em uma nova etapa de vida.

Na fase escolar, Joana Belarmino se mudou para João Pessoa para estudar no Instituto dos Cegos Adalgisa Cunha, onde seus irmãos mais velhos já estudavam. Dessa vez, uma série de mudanças a aguardavam: nova casa, nova cidade, clima diferente, novos amigos. Imagina-se que descobrir esse novo mundo exigiu esforço por parte dela e da família, já que a vivência na cidade difere da vida do campo. Porém, o ingresso na escola contribuiu para a expansão das habilidades de Joana Belarmino, já que havia muitas atividades extraclasse, o que demandava aprendizado. As práticas de escrita, leitura e datilografia, por exemplo, foram as suas primeiras paixões, atividades que ela imaginou, a princípio, ser impossíveis de aprender na sua condição.

A partir dessas descobertas, Joana passou a escrever histórias do seu universo infantil e compartilhar entre os colegas da turma. Criou inúmeros contos nesse período, que perpassavam por esse imaginário lúdico. Logo, percebeu que amava escrever os pequenos textos e seus amigos correspondiam às histórias com curiosidade e atenção. Mas, faltava algo para que o sonho fosse completo: aprender a ler. Joana Belarmino decodificou os signos da leitura em braile aos nove anos de vida, atividade essa que, a partir de então, se tornou a principal durante os seus dias. Ela amava investir o seu tempo livre na biblioteca do Instituto, onde mergulhava nas histórias e podia ver o mundo sob outra perspectiva, mais uma vez. Nos livros, ela descobriu uma percepção nova sobre o cotidiano e sobre si mesma, o que fez com que se abrisse para esse novo universo.

Nos tempos de adolescente, continuou a escrever, experimentando cada vez mais novos estilos literários. Aos 12 anos já estava escrevendo fotonovelas e crônicas, resultado dos conteúdos que aprendia em sala de aula e dos livros que lia na biblioteca. Também vivenciou a música como uma nova forma de expressão artística nesse período da vida. Ela passou a escrever composições, que foram premiadas em festivais na escola. Aos 15 anos, Joana já imaginava o seu futuro como jornalista, dado a sua habilidade com as palavras. Foi quando saiu do internato para estudar como bolsista na Escola Nilse Vasconcelos, em João Pessoa - PB, que novos desafios surgiram. Foi um período de dificuldades para se integrar com os seus colegas durante as atividades da escola. A falta de acessibilidade anunciava a sua frustração por não conseguir acompanhar integralmente a programação escolar. E, somando a timidez nesse período, fez com que ela se visse excluída do convívio estudantil, situação que afeta os jovens com algum tipo de deficiência no Brasil.

Antes de concluir o segundo grau, Joana Belarmino optou por estudar “magistério”, um curso que possibilitava se tornar professor e lecionar várias disciplinas no ensino médio. E para isso,



SUMÁRIO

foi transferida para estudar no Liceu Paraibano, e logo depois para a Escola de Professores, em Santa Rita. Ela concluiu a sua formação pedagógica no ano de 1976 e tão logo foi aprovada em um concurso do estado da Paraíba para lecionar na mesma escola. Joana Belarmino repensou a carreira após a implementação do curso de Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), onde decidiu prestar o vestibular, sendo aprovada em 1978. A então estudante de Jornalismo inicia sua nova jornada como voluntária do Jornal *O Momento*, entre os anos de 1979 e 1980. Lá, ela escreveu grandes reportagens, uma importante vivência que abriu os seus olhos para a nova área profissional.

Com o apoio de uma professora da universidade, Joana Belarmino reuniu os contos que escreveu na infância e publicou o livro chamado *“Patinho Criança”*, em 1979. Essa publicação foi para ela uma materialização do sonho de se tornar escritora. Mais tarde, publicou mais quatro obras literárias, entre muitas outras participações em coletâneas, dado a sua competência profissional e criatividade. São eles: um livro de contos infantis *“Datanham: Um gato com gosto de pinto”*, publicado em 1983, pela Editora Moderna; Um livro de poemas e contos intitulado *“Comício das veias”*, de 1993, com coautoria de Lau Siqueira; A coletânea *“Era uma vez uma vírgula”*, lançado em 1997; A coleção *“Latitudes”*, organizado por Maria Valéria Rezende, em 2014, com a inserção da obra de Joana Belarmino *“Já não há golfinhos no Tejo”*; E um dos mais recentes lançamentos literários da autora foi um romance de ficção científica chamado *“Tia Lila”*, publicado em 2017.

O seu sucesso na graduação em Jornalismo foi garantido, já que iniciou a trabalhar na imprensa local antes mesmo de terminar o curso. Além do jornal *O Momento*, atuou como assessora de comunicação da Secretaria de Comunicação do Estado (Secom-PB) e como repórter do jornal *A União*. Joana Belarmino também colaborou com a Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência (Funad). Ela obteve o seu diploma de jornalista no ano de



SUMÁRIO

1981 e, após a sua formatura, foi contratada pelo jornal *O Norte*, onde trabalhou até o ano 1990. Após essa experiência, também atuou por mais três anos no jornal *A União*, entre 1991 e 1994. Nesse mesmo período, Joana Belarmino inicia a sua participação nos movimentos sociais e militância política, sendo a sua principal bandeira a luta pelas pessoas com deficiência. Além de combater qualquer comunicação preconceituosa e excludente, Joana Belarmino também lutou e luta em favor dos seus direitos como mulher e jornalista, através da imprensa. A partir dessa abertura dos jornais, ela iniciou de forma voluntária um longo processo de construção de sentidos através das palavras, dando margem a debates que dizem respeito ao jornalismo, ao ciberativismo, à acessibilidade, à cegueira e à literatura, nas páginas de opinião dos jornais locais.

Porém, Joana Belarmino também se desenvolve dentro da academia, dando atenção a sua construção intelectual. No ano de 1988 a 1990, ela cursou uma especialização em Metodologias da Comunicação, na UFPB. Em 1991, iniciou o mestrado em Ciências Sociais na mesma universidade, onde pesquisou ativamente sobre movimentos sociais e cidadania de pessoas cegas na Paraíba. Em 1994, Joana Belarmino deu início a sua carreira no magistério superior, sendo aprovada no concurso para trabalhar como professora auxiliar na UFPB. Nos anos 2000, iniciou o curso de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), concluindo em 2004. Em 2021, se tornou professora titular. Atuou no curso de Jornalismo da UFPB e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFPB (PPJ) até 2022, quando se aposentou. Permanece como professora-colaboradora no PPJ/UFPB.

A atuação de Joana Belarmino como professora, pesquisadora e jornalista ativista é de extrema relevância no cenário paraibano, tendo em vista que ela compõe com maestria a elite intelectual feminina que tem voz na imprensa local. Além de escritora,

contista, foi cronista no Jornal *A União* por longos anos, onde contribuiu para o impacto da presença feminina nos jornais paraibanos, além de todo o trabalho jornalístico desempenhado ao longo de sua carreira, como mencionado acima. Joana Belarmino também atua ativamente no espaço cibernético, onde é *twitteira* e blogueira desde 2006, escrevendo para o “*Barrados no Braille*”. Também é mãe e avó, funções que desempenha com orgulho.

Maryellen Bãdârâu

INDICAÇÃO DE LEITURA:

BÃDÂRÂU, Maryellen; AZEVÊDO, Sandra Raquew dos Santos. **A Crônica Feminina na Imprensa Paraibana: trajetórias, escritas de si e cotidiano**. João Pessoa: Editora UFPB, 2020.

SOUSA, Joana Belarmino de. **Tia Lila**. Curitiba: CRV, 2017.

SOUSA, Joana Belarmino. Já não há golfinhos no Tejo. Maria Valéria Rezende (Org.). In: **Coleção Latitudes**. Guaratinguetá: Penalux, 2014.

J

JOANA PRETA

(Joana Francelino de Lima)

Joana Francelino de Lima, nasceu em 23 de maio de 1926, no povoado de São Francisco, hoje município de Olivedos - PB. Vale dizer que essa é a data de nascimento que consta em seu



SUMÁRIO

documento de identidade, porém, sua filha acredita que, pelos sinais físicos e mentais, sua mãe pode ter nascido alguns anos antes de 1926, levando em consideração que naquele tempo, nas pequenas cidades da Paraíba, as pessoas demoravam anos para registrar seus filhos, muitas vezes subtraindo alguns anos do nascimento da criança, fato que pode ter ocorrido com nossa biografada. Passou por dificuldades financeiras e, junto com sua mãe “Maria Loiceira”, que era mãe solo, Joana Preta (como era conhecida) sobrevivia de fazer panelas de barro para sustento de uma família de muitos filhos, tendo de ajudar a mãe a criar os quatro irmãos. É daí, da fabricação das panelas de barro artesanalmente e que eram conhecidas popularmente por louças, que temos o apelido de Loiceira.

Joana chegou às vias escolares, mas apenas de passagem; não sendo completamente alfabetizada, teve de conciliar, por pouco tempo, a escola e a venda de mercadorias de forma ambulante, rodeando toda a região de São Francisco, entre zona rural e urbana.

Até os 18 anos de idade, Joana Preta era apenas uma vendedora ambulante que trabalhava com o intuito de ajudar sua família e morava na casa de sua mãe. A partir deste momento, decidiu trilhar o caminho da independência quando se dirigiu a Campina Grande - PB para falar com Marinheira Colaço, a proprietária de alguns casarões e casas velhas abandonadas que estavam localizados onde hoje é o centro do município de Olivedos.

Independente dos trâmites a partir deste momento, Joana Preta passou a ser dona do estabelecimento, organizando um ponto comercial, deixando a vida de vendedora ambulante. O espaço que tinha o nome de “Farol ou Cabaré de Joana Preta”, contava com os mais variados tipos de lanches e com práticas sexuais oferecidas aos clientes. Em determinado momento da vida, Joana passou a se inscrever e ser inscrita enquanto Joana Preta, o que é representativo e firma uma identidade transgressora. Compreendo que “a identidade negra (e qualquer outra identidade) é atravessada por outras



SUMÁRIO

identidades, inclusive de gênero” (Hall, 2003, p. 12), sendo sempre associada a Joana Preta como “mulher da vida”. Compreendo ainda que essa identidade é firmada por ela e por parte da sociedade olivedense que a inscreve enquanto “Joana Preta”.

É interessante ainda enfatizar que Joana Preta se utilizou dessa identificação como uma arte da trampolinagem, que em determinados momentos lhe foi útil e de muita ousadia, como no caso do “Baile dos Mateus”, baile com dança, música e bebida que acontecia na cidade entre as décadas de 1960 e 1970, e que era frequentado apenas por pessoas negras ou por aqueles que, na entrada do baile, se identificassem como pretos e que Joana Preta frequentava e ajudava a organizar. Ou seja, no momento que lhe foi conveniente se inscrever enquanto preta, Joana o fez, compreendendo que, dessa forma, estava driblando contratos sociais, como no caso do baile, já que era uma festividade onde os “pretos” é que mandavam, diante das poucas situações e/ou momentos em que os pretos dominavam o cenário em Olivedos.

No entanto, foi a partir da década de 1940 que a vida de Joana se transformou, pois é quando passa a tomar conta do Farol. Tratava-se de um casario abandonado sem utilidade nenhuma, que pertencia à senhora Marinheira Colaço, como citado acima. Nesse espaço Joana construiu parte de sua história de luta, resistência e emancipação feminina.

O Farol era um espaço de relações extraconjugais, lugar festivo e que oferecia uma culinária desejada. Porém, por sua efervescência, na década de 1970, o prefeito do município na ocasião expurgou Joana do Farol e do centro do município, deslocando-a para um bairro periférico. Ela não aceitou e resistiu, lutou com a força do discurso e de suas práticas, mas em 1978 foi obrigada a sair do Farol, sob a justificativa, da prefeitura, de que era preciso fazer o alinhamento da referida rua a qual o espaço estava localizado.

Seu protagonismo se destaca não só por esse embate que travou com o poder público, mas tantos outros, como seu embate com

a Igreja Católica para batizar suas filhas, sua transgressão política em tempo de eleições municipais. Em suma, as contribuições de Joana Preta são muitas, tanto para a emancipação da mulher, quanto representação para a história das mulheres e como acontecimento em Olivedos - PB, apresentada através de “um lugar de memória” na expressão repetida tantas vezes na “boca do povo”: “Isto é um cabaré de Joana Preta!”.

Rozeane Porto Diniz

INDICAÇÃO DE LEITURA:

DINIZ, Rozeane Porto. **Encontros e desencontros de Joana Francelino de Lima:** as identidades, as práticas da sexualidade e o poder em Olivedos - PB. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2009.

DINIZ, Rozeane Porto. **O Farol de Joana Preta:** Heterotopia em Olivedos - PB (1940-1970). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

J

JOANINHA

(Joana D'arc da Silva)

Joana D'Arc da Silva acendeu sua luz na terra em 5 de dezembro de 1965, na cidade de Caicó, no sertão do Rio Grande do Norte. Filha de Ana Pereira de Araújo e Messias Januário da Silva, é a segunda filha de três irmãos. Traz consigo os aprendizados da



SUMÁRIO

convivência com as tias Rita Silva e Gertrudes Silva, que dela cuidaram como filha após a separação dos pais. Em Caicó, gostava de andar de bicicleta e de praticar atividades esportivas no Centro Educacional José Augusto, onde estudou e foi sempre aluna dedicada.

Joaninha despertou para as relações de gênero no espaço familiar, vivendo em uma casa de mulheres. Ela questionava os privilégios dados aos homens e não aceitava ter de servi-los, pois desde cedo entendia que não era justo viver a serviço das necessidades dos homens da família. Não aceitava, quando criança, parar de almoçar para fritar um ovo para o irmão, para só assim ganhar o direito de ir com ele para uma festa. Entre ser obediente e ter que servir ao irmão, ela preferia não ir para a festa.

Joana é psicóloga, com licenciatura pelo Instituto Paraibano de Educação (1988), bacharelado em Psicologia (1991) e licenciatura em Educação Física pela Universidade Federal da Paraíba (1990). Em 2007, tornou-se especialista em psicoterapia corporal com abordagem em análise bioenergética pelo Libertas Clínica e Escola. Participou como extensionista do Serviço de Assessoria aos Movimentos Populares – SEAMPO/UFPB (1990-1992), atuando na formação de grupos e de movimentos sociais. Em 1990, participou do curso de Educadores Populares do Nordeste, realizado pela Escola de Formação Quilombo dos Palmares – EQUIP e, posteriormente, participou da sua equipe de formadores onde trabalhou com Valéria Resende, Paulo Afonso, Domingos Corcione e Henrique Cossart – referências em educação popular no Brasil e na América Latina, com quem construiu aprendizagens na vida e na militância. De 1993 a 2010, trabalhou como coordenadora da equipe pedagógica da EQUIP. Nos processos de formação da EQUIP, colaborou para a organização social, política, pedagógica dos educadores populares e para uma intervenção qualificada, tornando-se referência pela sua expertise em educação popular e direitos humanos, assessorando inúmeras ações formativas a



SUMÁRIO

convite de organizações do Nordeste e de outras regiões, e de categorias profissionais da rede pública de saúde, educação e assistência social. Sua atuação como educadora popular se estendeu à Argentina, Cuba e França, organizando intercâmbios de experiências entre movimentos sociais e educadoras e educadores populares da América Latina.

O encontro com a Cunha Coletivo Feminista e o movimento feminista acontece no final dos anos 1990. Após atuar na associação como conselheira, diretora e colaboradora, Joana passa a integrar a equipe profissional em 2012, incidindo nas ações em defesa da democracia, reforma do sistema político brasileiro, assim como no movimento de mulheres da Paraíba e na Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB, tendo integrado a coordenação da articulação de 2014 a 2018.

Com seu feminismo antirracista, também facilitou a estruturação do I Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial, impulsionado pela Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana do Estado da Paraíba; coordenou atividades formativas com mulheres, feministas, lideranças e educadores populares dos movimentos sociais, compondo também a Coletiva Dinamizadora da Universidade Livre Feminista (2014-2021).

Na Cunha, tem disseminado um feminismo antissistêmico, anticapitalista, antipatriarcal, antirracista; para dentro de outros movimentos sociais de direitos humanos, justiça e democracia, anunciando o lugar das mulheres nesses espaços – sejam do campo ou da cidade, pobres, pretas, indígenas, jovens, adultas ou idosas – fazendo os enfrentamentos e as mediações necessárias na correlação de forças e, ao mesmo tempo, fortalecendo a unidade e diversidade do Movimento de Mulheres da Paraíba. Ela afirma: “o feminismo me inspira, me dá sentido à vida, me transforma e me desafia, pois mostra o quanto ainda temos que caminhar para



SUMÁRIO

superar as opressões para conseguir igualdades”. Em sua militância, destaca-se a luta pela democracia, por processos de intervenção através do poder popular, a exemplo do Plebiscito Nacional sobre a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), da construção da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político, da *Campanha de Olho no Seu Voto*, ressaltando-se sua capacidade de diálogo e de respeito às diferentes opiniões.

Joaninha é defensora do amor livre, uma mulher otmista e destemida, que busca sempre agregar, incluir, organizar tudo numa teia coletiva, numa rede de solidariedade que respeite a singularidade e a diversidade étnico-racial, cultural, de gênero e geracional. É uma sertaneja, que segundo ela mesma, vê a beleza da Caatinga trazendo dentro de si o calor e a resistência do sertão. Com amor pela terra, pelas plantas, gosta de colher as flores e os frutos que alimentam essa terra. Tem uma relação com a preservação da natureza e com o bem-viver, arraigados em sua trajetória de vida, em seu cerne. Recentemente, vive a transição de voltar a morar no campo, se cuidando na terra, defendendo causas ambientais e estudando agroecologia. Uma reverência para esta grande mulher.

Anadilza Maria Paiva Ferreira

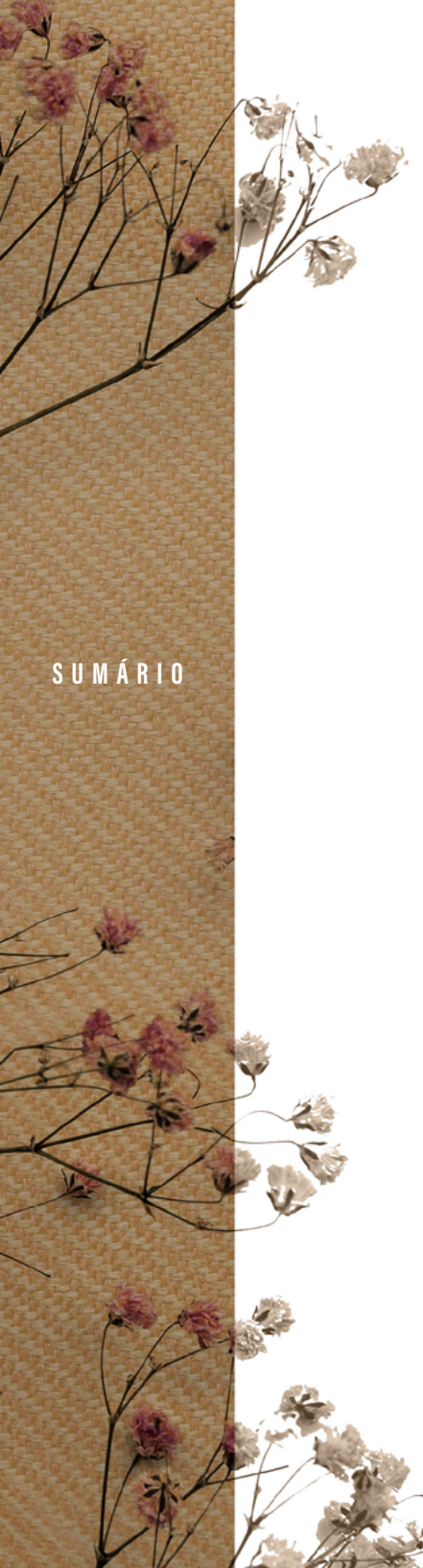
Cristina Lima

Luciana Cândido Barbosa

Maria Lúcia Lopes de Oliveira

INDICAÇÃO DE LEITURA:

ESCOLA QUILOMBO DOS PALMARES. **Da Identidade à Sustentabilidade:** Estratégias, Planejamento e Gestão nos Movimentos Populares. Série 3, Educação Popular. Recife, 2009.



GOVERNO DA PARAÍBA. **Lei nº 12.131, de 19 de novembro de 2021.** Aprova o Plano Estadual de Promoção à Igualdade Racial – PlanePIR e dá outras providências. João Pessoa, 2021.

SOBREIRA, Dayane Nascimento. **A Cunha Coletivo Feminista:** subjetividade, história e feminismo na Paraíba (1990-2015). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

Jô MORAES

(Maria do Socorro Moraes)

SUMÁRIO

Maria do Socorro Moraes nasceu em 9 de agosto de 1946, na cidade de Cabedelo, na Paraíba. Filha de um portuário e uma professora primária, Jô Moraes, como é conhecida, viveu toda sua infância vendo o trabalho duro das descargas dos navios se misturando com a presença dos marinheiros vindos de diversas localidades, influenciando a cultura local. Cabedelo girava em torno do porto e, apesar da economia estar em alta, as condições de vida dos trabalhadores portuários eram precárias.

Na época do Golpe Militar de 1964, os direitos adquiridos pelos trabalhadores do porto foram anulados e diminuiu a movimentação dos navios. O pai de Jô Moraes ficou sem salário, a situação financeira ficou difícil para a família. Neste processo de adversidades, o pai de Jô sofreu um Acidente Vascular Cardíaco (AVC) e faleceu, aos 58 anos.

As dificuldades despertaram em Jô Moraes a atenção e o desejo de mudança, a vontade de encontrar caminhos para



SUMÁRIO

dias melhores. Ao mesmo tempo que brotavam esses desejos, a estudante secundarista percebia a movimentação dos estudantes e suas pautas de lutas. Jô era bolsista no Colégio das Neves, em João Pessoa. A primeira manifestação que Jô Moraes participou foi em defesa da meia passagem no transporte público. A partir desta vivência, ela inicia, mesmo timidamente, sua militância na Juventude Católica e no movimento secundarista da Paraíba.

Jô Moraes entrou para a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em 1966, para o curso de Serviço Social. A luta contra o regime militar e pela pauta da educação se intensificaram. A estudante passou a atuar na Juventude Universitária Católica (JUC), e depois participou da Ação Popular (AP), organização política de esquerda. A AP e outros movimentos organizados logo começaram a sofrer com perseguições do regime militar.

Em 1968, Jô Moraes foi participar do 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna, interior de São Paulo. Ela era uma das representantes da delegação da Paraíba. O Congresso foi invadido por militares que prenderam cerca de mil estudantes, entre eles, a estudante paraibana de Serviço Social. Foi a primeira prisão de Jô Moraes e durou pouco mais de uma semana e, após a soltura, ela retornou à Paraíba.

Pouco tempo depois do Congresso da UNE, o regime militar emitiu o Ato Institucional nº 5 (AI5), que intensificou a repressão e, no caso do movimento estudantil, desarticulou as ações e aumentou a perseguição às suas lideranças. Em fevereiro de 1969, foi anunciado o Decreto-Lei 477, também conhecido por “AI5 das universidades”, que punia professores, alunos e funcionários com expulsão, caso se envolvessem com ações consideradas subversivas. Os professores atingidos ficavam impossibilitados de trabalhar por cinco anos e os estudantes ficavam proibidos de cursarem qualquer universidade por três anos. Na UFPB, foram 85 alunos atingidos. Jô fazia parte deste número e ficou proibida de frequentar as aulas do curso de Serviço Social.



SUMÁRIO

A repressão e as perseguições só aumentavam. Policiais foram até Cabedelo à procura de Jô a fim de prendê-la, mas neste episódio ela contou com a solidariedade de vizinhos que garantiram que ela não fosse levada pelos policiais. Depois do susto, Jô Moraes teve que fugir para o Recife, capital pernambucana. Assim, começou a sua história na clandestinidade. Em Recife, dando continuidade à militância política, chegou a ser detida quando fazia uma panfletagem em frente a uma fábrica, junto com outra companheira. Depois de um longo interrogatório na Delegacia de Ordem Política Social (DOPS), sendo chamada durante seis dias, Jô e Livia foram liberadas.

Após este episódio, Jô Moraes foi para a Zona da Mata de Pernambuco. A região estava no auge das lutas camponesas e a polícia estava em alerta na região. Por essa razão, Jô Moraes passou pouco tempo no local e fugiu para São Paulo, adotando uma nova identidade, ela agora se chamava Josydeméia Santiago.

Jô Moraes era noiva de João Roberto Borges de Souza, presidente do Centro Acadêmico de Medicina da UFPB e da União Estadual dos Estudantes. Parte da militância foi realizada em parceria com ele. João Roberto foi perseguido e morto pela ditadura, no interior da Paraíba. Jô só soube de sua morte tempo depois, quando já estava em São Paulo.

Para viver a luta coletiva, abria-se mão da individualidade, as separações eram frequentes. Sofriam as famílias, companheiros e amores. A mãe de Jô Moraes sofria com a ausência da filha, que fugiu sem tempo de se despedir. Neste período, a mãe de Jô Moraes teve um tumor no cérebro e, ao passar por uma cirurgia, os policiais ocuparam o hospital com a intenção de pegar Jô, caso ela aparecesse para visitar a mãe. A separação da família trazia conflitos à Jô, mas ela entendia que não podia mais retroceder na luta.

Já com outra identidade, Maria José das Neves Costa, seguiu para Minas Gerais. Era 1972 e a repressão acirrada deixava



SUMÁRIO

pouco espaço para a luta legal, restando a clandestinidade ou a luta armada. Neste período, Jô ingressou no Partido Comunista do Brasil (PCdoB), na ocasião um partido clandestino. Após quatro anos no estado mineiro, Jô Moraes recebeu a tarefa de ajudar a fortalecer o partido no Rio de Janeiro, onde vários militantes tinham sido presos.

Jô Moraes, durante a clandestinidade, adotou vários nomes para escapar das forças de repressão do regime militar. Ela foi Ana, Luiza, Josydeméia, Maria do Socorro, Joana e Maria José. Foi deste último nome que surgiu Jô, após dez anos de uso ela registrou o Jô Moraes.

Quem vivia na clandestinidade, recebia, às vezes, ajuda da organização política e da rede de apoio. Mesmo assim, precisava trabalhar para se sustentar e garantir a luta. Em São Paulo, Jô Moraes trabalhou no jornal O Bondinho, do grupo Pão de Açúcar. Em Minas, trabalhou numa escola de crianças especiais e no Rio de Janeiro, conseguiu um emprego na Associação Brasileira de Educação. Neste último emprego, a polícia a descobriu e Jô precisou retornar fugida para Minas Gerais, onde se dedicou ao partido e conseguiu um trabalho como secretária de uma associação comunitária.

Jô se casou com o metalúrgico José Vieira, com quem teve dois filhos, Ana e Luís. Era final da década de 1970, e se iniciava a luta pela anistia e também a aproximação com as lutas das mulheres. Com o processo de redemocratização do País e sua atuação nas comunidades e movimento de mulheres, pôde participar pela primeira vez do processo eleitoral como candidata a deputada estadual, por Minas Gerais, em 1986, sem êxito.

Em 1996, Jô Moraes, em novo pleito, foi eleita vereadora de Belo Horizonte, onde começou sua trajetória na política representativa. Ficou no cargo até 2002, quando se elegeu para ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Em 2006, disputou o cargo de deputada federal e foi eleita com mais

de 100 mil votos. Em 2008, concorreu ao cargo de prefeita de Belo Horizonte, mas não saiu vitoriosa. Foi reeleita à Câmara Federal, em 2010. Jô foi candidata a vice-prefeita na chapa encabeçada pelo deputado Reginaldo Lopes, em 2016, quando ficaram na quarta colocação. Em 2018, abre mão da candidatura ao senado e participa, como vice, na chapa de Fernando Pimentel (PT), que disputou a reeleição, mas não conquistaram a vitória. Jô é presidente do PCdoB de Belo Horizonte e, nas eleições de 2022, disputou, sem sucesso, uma cadeira na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

O medo e as dores, internas e externas, marcaram a vida dos militantes, mas também a solidariedade e as conquistas democráticas foram energias para seguir na luta. Jô Moraes continua na batalha diária para permanecer no campo político, garantindo a participação feminina nas pautas por direitos, respeito e ampliação da democracia.

Marinézia Gomes Toné

INDICAÇÃO DE LEITURA

MORAES, Jô. **Uma história para Érica**: Fragmentos da vida sob a Ditadura Militar. Belo Horizonte: Gráfica O Lutador, 2002.

RABAY, Glória; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Mulher e Política na Paraíba**: Histórias de vida e luta. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

TONÉ, Marinézia Gomes. **Grande Reportagem**: A ditadura que combati – memória de mulheres militantes. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo), Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013.



Jô OLIVEIRA

(Josilene Maria de Oliveira)

SUMÁRIO

Josilene Maria de Oliveira, ou Jô Oliveira como ficou conhecida, entrou para a história por ser a primeira mulher negra e periférica e “sem sobrenome” a assumir uma cadeira como vereadora na Câmara Municipal de Vereadores de Campina Grande nas eleições de 2020. Considera-se este um grande feito, visto que o sistema eleitoral e de representatividade política no Brasil é permeado de exemplos de profissionalização e de perpetuação no poder que dificulta o ingresso de novos atores políticos que não compartilham da mesma trama de relações de parentescos ou que não condizem com os padrões de raça, gênero e classe social que permeiam esse universo.

Jô é natural de Campina Grande, onde nasceu no dia 11 de junho de 1981, na Maternidade Municipal. Filha de Sebastiana Maria da Silva (1950-), a Dona Basta, mãe solo que migrou de Serrinha (hoje município de Juripiranga - PB) para Campina Grande nos anos 70, para fugir da fome e do árduo e mal remunerado trabalho no corte da cana e ir para Campina Grande, onde foi trabalhar como empregada doméstica. Cresceu no seio de uma família de mulheres, cercada pela tia-avó materna Minervina Justo da Silva, a madrinha Rubenita Maria da Silva e a tia Maura Maria da Silva (Tia Maroca) e até os três anos residiu na travessa Silva Jardim (Beco da Lama) no bairro do José Pinheiro, depois mudou-se para a Vila Barbosa, nas imediações da Feira Central de Campina Grande, onde sua mãe vive até os dias atuais.



SUMÁRIO

Os primeiros anos de vida escolar foram cursados no Instituto Santa Terezinha e em seguida na escola estadual Assis Chateaubriand, vindo a cursar o ensino médio na escola estadual Dr. Elpídio de Almeida, o tradicional Colégio Estadual da Prata. Em 1999 prestou o primeiro vestibular para o curso de Jornalismo e não sendo aprovada na primeira chamada, decidiu se dedicar à formação teológica que havia iniciado em 1998 sob influência de sua tia-avó e de sua madrinha. Cursou Seminário Teológico entre 1998 e 2001, mas o contato com as ações sociais da Igreja a levaram a reconsiderar a formação universitária, e mais uma vez prestou vestibular e ingressou no curso de Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba, concluindo sua graduação em 2008. Em 2014 ingressou no Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UEPB, concluindo seus estudos em 2016, com a defesa de sua dissertação que teve como título *“O lugar das jovens negras no contexto escolar em Campina Grande - PB: raça e gênero”*.

Entre 2003 e 2016 Jô vivencia experiências profissionais e de militância que foram determinantes para sua inserção na política, assim como foi determinante seu encontro com seu parceiro de lutas. Em 2002, participando de um encontro de Jovens do Campo e da Cidade, promovido pelo MST e pela Consulta Popular, conheceu Hélio Silva Barbosa, estabelecendo uma união que se concretizou em 2011, quando se casaram.

Foi secretária da Associação de Cooperação Agrícola - ACA/PB-MST (2003/2005); assessora regional e gerente de relações do orçamento participativo de Campina Grande (2005/2008); assistente social nos municípios de Sumé e Barra de São Miguel (2008/2009); assessora em captação de recursos e pesquisa de análise de gestão - Instituto Ágora Vóx (2010/2011); gerente de núcleo no Lar do Garoto/FUNDAC (2011/2013); diretora do posto do SINE Estadual - Campina Grande - PB (2012/2013); assessora parlamentar (2015/2018) e gerente da 3ª Região do Orçamento Democrático do Estado (2018/2020).



SUMÁRIO

As pautas de gênero, juventude e raça se firmam em sua atuação e militância política. Compôs o Conselho Municipal da Mulher e o Conselho Estadual de Juventude (2009/2011) e participou ativamente da instituição do Conselho Municipal de Juventude e na construção das Conferências de Juventude (2008, 2011 e 2015). Também é sócia, fundadora e educadora da Associação de Juventudes, Cultura e Cidadania-AJURCC, surgida em 2004 a partir da iniciativa de jovens da periferia de Campina Grande e onde coordenou projetos e atividades voltados para a formação política e cidadã de jovens, além de representar a AJURCC no eixo Juventudes do Programa Mercosul Social e Solidário-PMSS, coordenado pelo Centro de Ação Cultural-CENTRAC, instituição parceira da AJURCC nos processos formativos.

Por seu perfil de liderança, sempre assumiu a representação de classe ou turma durante os primeiros anos de estudo e no ensino médio ingressou no movimento estudantil. O que a levou a filiar-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) em 2001, onde se manteve até 2015, quando, a convite de lideranças partidárias, ingressou no Partido Socialista Brasileiro (PSB) para concorrer às eleições municipais de 2016, pleiteando o cargo de vereadora de sua cidade. A construção dessa primeira candidatura se deu a partir de diálogos com vários segmentos e movimentos sociais. Fugindo da convencional representatividade “do político profissional”, a abordagem eleitoral centrou-se em bandeiras específicas, buscando os votos por similaridade de interesses, pelo discurso vinculado às atividades de militância social, especialmente de juventudes e mulheres, mas também na defesa de minorias e comunidades em situação de vulnerabilidade social; pauta rural/agroecologia; dentre outras. O resultado foi a obtenção de 1.544 votos e a suplência, que nunca foi assumida durante a vigência da legislatura 2016-2019, visto que o eleito na coligação, além de ser homem, não coadunava com as pautas defendidas pela candidatura de Jô.



SUMÁRIO

Em 2020, em um contexto bastante adverso de grave crise social, política, econômica e sanitária, a proposta de uma nova candidatura surge das interações com vários movimentos e organizações sociais e Jô Oliveira se lança mais uma vez à Câmara de Vereadores, desta vez pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Na mesma modalidade de interação e construção coletiva de propostas da primeira candidatura, se elegeu, desta vez com 3.050 votos.

Rompendo com a lógica da profissionalização da política, e adentrando em um universo constituído de uma elite que se perpetua no poder e onde são ínfimas as chances de vitória, devido a fatores como cor, classe de origem, acesso a recursos de campanhas, Jô Oliveira cumpre seu mandato, buscando romper com a sub-representação de mulheres, pessoas negras e dissidências em postos de poder na sociedade, e consequentemente com pouca voz política efetiva, tratando de buscar esta inclusão tanto pela identidade quanto pelo fomento à participação de seu eleitorado ao longo do processo de administração de seu mandato. Por similaridade ideológica e partilha de perfil socioeconômico e demográfico com o eleitorado, Jô Oliveira estabelece um desenho de representatividade calcada na posição de local de fala. Ou seja, há uma construção de confiança baseada na identidade, promovendo a inclusão de grupos sociais minoritários e sub-representados nos espaços de poder.

Ana Patrícia Sampaio de Almeida

INDICAÇÃO DE LEITURA:

CALDAS, Phelipe. Vinda do movimento estudantil, Jô Oliveira é a primeira negra eleita vereadora de Campina Grande. **Portal G1**, 17 nov. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/11/17/vinda-do-movimento-estudantil-jo-oliveira-e-a-primeira-negra-eleita-vereadora-de-campina-grande.ghtml>. Acesso em: 27/06/2023.

FRANCO, Andressa; ROSA, Patrícia. Jô Oliveira, a primeira mulher negra eleita vereadora em Campina Grande (PB). **Revista Afirmativa**, 9 mar. 2022. Disponível em: <https://revistaafirmativa.com.br/jo-oliveira-a-primeira-mulher-negra-eleita-vereadora-em-campina-grande-pb%Ef%BF%BC/>. Acesso em: 26/06/2023.

LOURENÇO, Mônica. Jô Oliveira, primeira vereadora negra de CG, fala sobre sua trajetória de vida, luta e racismo. **Jornal Brasil de Fato Paraíba**, 30 nov. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefatopb.com.br/2021/11/30/jo-oliveira-primeira-vereadora-negra-de-cg-fala-sobre-sua-trajetoria-de-vida-luta-e-racismo>. Acesso em: 27/06/2023.

J OYCE DE MATOS BARBOSA

Nascida em João Pessoa, no dia 23 de março de 1984, Joyce de Matos Barbosa começou nas artes através da ginástica rítmica ainda na infância. Descobriu que gostava acima de tudo da coreografia e, por isto, deu os passos iniciais na dança. Iniciou os estudos da dança no Studio José Enoch, no bairro da Torre, em João Pessoa, no fim dos anos 1980. Após um ano e meio, mudou-se para o Espaço de Arte Jazz e Cia. Aos 12 anos de idade, foi convidada a fazer parte da Sem Censura Cia de Dança e nela permaneceu por seis anos.

Foi aluna da Escola de Dança do Espaço Cultural com Lilian Farias. Participou do Festival Nacional de Arte, em 2003, em João Pessoa, com o solo *Presente Ausente*. Em 2004, dançou em duo com Canísio Vitório o espetáculo *A Sombra do Que Fomos Nós*



SUMÁRIO

na Mostra Estadual de Teatro, Dança e Circo da Paraíba, pelo qual ganhou o prêmio de melhor bailarina da mostra. Fundou a Paralelo Cia de Dança em 2004, e o primeiro espetáculo foi o *Provérbios I*. Em 2007, o elenco era composto por Joyce Barbosa, Lília Maranhão, Vanessa Queiroga e Francine Ouriques e o espetáculo daquele ano foi *As Três Irmãs*, inspirado na obra do escritor russo Anton Tchekhov.

Em 2008, com o falecimento da coreógrafa Rosa Cagliani, ficou em aberto a montagem de um espetáculo dela contemplado pelo Fundo de Incentivo à Cultura. Para dar continuidade à montagem desse trabalho, Bia Cagliani, filha de Rosa, convidou Joyce. O espetáculo chamava-se *Pulsação* e o elenco era formado pela Cia A Cena, criada pela própria Rosa Cagliani. O espetáculo também contava com música ao vivo, então o trabalho de direção era para os bailarinos e os músicos. Depois de *Pulsação*, Joyce dedicou-se a montar com a sua Cia – a Paralelo – o espetáculo *Castelo*, inspirado na obra do escritor Franz Kafka, que estreou em 2009 e teve, em 2014, uma remontagem. No intervalo de 2007 até 2010, ficaram mais presentes no repertório da Cia o espetáculo *As Três Irmãs* e *Castelo*, pois haviam sido contemplados em diversos editais como o Fundo Municipal de Cultura (FMC), de João Pessoa e o Prêmio Funarte de Dança Klauss Vianna (categoria circulação) para *As Três Irmãs*, e *Castelo* ganhou o FIC (Fundo de Incentivo à Cultura - Paraíba) e o FMC (Fundo Municipal de Cultura - João Pessoa).

Foi nesse momento que as mulheres da Paralelo conquistaram a sua primeira sede, que ficava no Largo de São Pedro Gonçalves, no Centro Histórico de João Pessoa. Nessa época, o elenco era composto por Lília, Joyce, Vanessa e Aretha. A rede da Paralelo seguia se fortalecendo e sendo sempre composta só por mulheres. Em 2011, aconteceu o *Experimento Pina N1* trabalho de improvisação inspirado nos trabalhos de Pina Bausch (1940-2009). O Experimento aconteceu dentro da programação do extinto Festival Mundo e desde então segue como uma das atividades mais fortes da Paralelo,



SUMÁRIO

tendo alcançado sua 43ª edição em 2023. O *Experimento Pina* é uma performance que acontece como intervenção em espaços públicos urbanos, buscando criar um diálogo entre o corpo e o espaço, baseado na improvisação com base nos trabalhos de Pina Bausch como um filtro para a movimentação.

Em 2014, ano em que a companhia fez dez anos de história, foi construído um espetáculo para marcar a data. O espetáculo era algo que estava sendo montado, mas que elas não sabiam exatamente o que era. E depois de muitas conversas e pesquisas, Joyce entendeu que queria dançar/falar sobre a sensação e o ato de falar e não ser entendida por ninguém. Nascia aí o *Lebenswelt*, termo alemão livremente traduzido como “mundo vivido”. Esse espetáculo de comemoração era também um lugar de inquietude para pensar o que já havia sido dançado por elas nesses dez anos, o que havia ficado disso e o que poderia vir. E o que veio foram mais dois espetáculos que formariam uma trilogia: o *Lebensform* (2016) e o *Lebenskraft* (2019), que foram dançados apenas uma vez.

No decorrer dessa trilogia, a Paralelo tinha sua sede instalada no Centro Histórico de João Pessoa, na Rua Maciel Pinheiro. Esse espaço também era dividido com a Cia Ser Tão Teatro. O elenco da Paralelo também sofreu mudanças durante esses anos. Passaram por lá Iara Costa, Elis Xavier, Débora Régis e Mylla Maggi. Nesses anos, a Paralelo também fazia performances ligadas à improvisação que aconteciam em lugares públicos, como o Boca de Forno; também ligado à fomentação da improvisação havia o ImprovisA-ÇÃO, este era aberto para a participação do público, um momento de improvisação coletiva para além das bailarinas da Paralelo, e de debate, como o Falar Dança, que em 2017 foi ganhador do edital Rumos do Itaú Cultural, sendo a primeira companhia paraibana a vencer este edital. Dois trabalhos vieram depois disso, o *Bailado* (2018), no qual ela dividia cena com o músico paraibano Lucas Dan, e o seu solo *Midriase* (2019). Em 2019, as coisas precisaram ser reorganizadas, ficou insustentável,

financeiramente, manter o espaço físico que era a sede. Em 2020, em meio à pandemia, fez o projeto audiovisual *Casa-Cabeça-Coração*, juntamente com a cantora paraibana Maria Alice. Onde questionamentos são explorados na interação virtual das duas artistas em suas respectivas casas, com suas respectivas formas de expressão costurando uma interação performática entre canto e dança.

Em sua trajetória artística, Joyce Barbosa teve participação e apresentação de intervenções artísticas e performáticas em diversos festivais municipais de João Pessoa e estaduais, além de participar de entrevistas e videocliques com artistas paraibanos. Joyce formou-se em Direito pela UFPB, fez mestrado em Direito Econômico na mesma universidade, mestrado em Dança na UFBA, doutorado em Comunicação e Semiótica na PUC-SP e pós-doutorado pelo Departamento de Artes Cênicas da UFRN. É autora do livro *Economias da Dança* (2017), que foi fruto de sua pesquisa de mestrado. Atualmente é professora adjunta do Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes da Universidade Federal de Alagoas.

Samara Melo

INDICAÇÃO DE LEITURA:

BARBOSA, Joyce de Matos. **Economias da dança**. São Paulo: Annablume, 2017.

BARBOSA, Joyce de Matos. A “emancipação do artista” e o desenvolvimento cultural. VII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-graduação em Artes Cênicas. Porto Alegre, **Anais [...]**, 2012.

MELO, Samara; RABAY, Glória. A dança que move Joyce Barbosa: uma narrativa de perfil escrita em jornalismo literário. **Revista Brasileira de Estudos em Dança**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 241-262, 2022.



JULIETTE FREIRE

(Juliette Freire Feitosa)

SUMÁRIO

Juliette Freire Feitosa nasceu e cresceu no interior da Paraíba. Natural da cidade de Campina Grande, nasceu no dia 3 de dezembro de 1989. Advogada, maquiadora, cantora, artista multifacetada. A paraibana, filha da cabeleireira Fátima Freire e do mecânico Lourival Feitosa, conta que a família de sua mãe veio de um contexto de extrema pobreza. Quando seus pais se conheceram, Seu Lourival já tinha quatro filhos e todos moravam na oficina onde ele trabalhava. Desse modo, quando Juliette nasceu, chegou numa casa que já tinha quatro crianças. O dinheiro era pouco, por isso Dona Fátima começou a cortar os cabelos dos próprios filhos e assim tornou-se cabeleireira. Desde a infância Juliette e seus irmãos precisaram ajudar a família a se manter. Parte dos irmãos ajudava o pai na oficina, enquanto Juliette trabalhava no salão de beleza de sua mãe no bairro do Pedregal, região onde vivem pessoas humildes, na cidade que faz “o maior São João do mundo”. Juliette lavava os cabelos dos clientes, sua irmã Julienne varria o chão, e Preto/Washington Feitosa cortava os cabelos dos clientes.

Julienne era a irmã caçula de Juliette, elas tinham uma relação de amigas. As meninas cresceram numa comunidade tomada de problemas e injustiças sociais. Juliette conta que viu pessoas sendo presas e assassinadas injustamente, e lhe doía não poder fazer nada. Desse contexto de dificuldades e injustiças, veio a necessidade existencial de lutar por um mundo mais justo, por uma sociedade mais empática e sensível. Juliette nasceu e cresceu



SUMÁRIO

numa casa onde a coletividade era uma característica necessária, e funcionava como estratégia para sobreviver. Em meio aos desafios impostos pela vida, que exigia das crianças uma posição mais madura, também havia espaço para viver o tempo de brincar. Juliette e seus irmãos gostavam de brincar pelas ruas do bairro soltando pipas, jogando peão e catavam tanajuras em épocas de chuva. Ela estudou em escolas públicas e, juntamente com Julienne, ensinou sua mãe a ler e escrever. Tudo que aprendiam na escola, repassavam para mãe em casa, por vezes viviam essa experiência brincando de escolinha.

O Parque do Povo, em Campina Grande, é palco anualmente do chamado O Maior São João do Mundo, estando na memória afetiva do povo campinense e da população paraibana, e é neste mesmo cenário que parte das lembranças de Juliette e sua família se encontram. Julienne morreu, em decorrência de um AVC (Acidente Vascular Cerebral). A despedida da caçula Eninha foi um capítulo difícil para a família. Foi quando as festas coloridas e bonitas de São João, por um longo tempo, perderam as cores e a alegria. Recomeçar sem a Moreninha – Amor-Eninha, não foi fácil, mas algumas palavras compartilhadas entre as irmãs fizeram a vida renascer: “Enquanto você me fizer sorrir, eu vou estar bem aqui”.

Juliette formou-se em Direito pela UFPB – Universidade Federal da Paraíba. Foi a primeira de sua família a acessar a universidade pública e a conquistar um diploma de graduação. Nos agradecimentos em seu trabalho de conclusão de curso, dedicou essa conquista aos seus pais, irmãos, pessoas amigas e à sua falecida irmã: “a quem eu darei mil motivos para sorrir.” Durante sua formação, Juliette estagiou na Defensoria Pública da União e no Tribunal de Contas da Paraíba, trabalhou como maquiadora para complementar sua renda e foi aprovada no exame da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil).



SUMÁRIO

A paraibana foi selecionada e participou do *Big Brother Brasil* (BBB), programa da Rede Globo, no ano de 2021 e foi a primeira participante da edição a entrar na casa. Uma das primeiras coisas que fez ao se apresentar foi dizer que era da Paraíba. A paraibana permaneceu por cem dias no programa de TV e precisou conviver com a rejeição, a discriminação e a chacota contra o seu sotaque nordestino. Apesar das dores e sofrimento que essa experiência em meio ao confinamento lhe trouxe, Juliette reafirmou que naquele contexto ser uma mulher nordestina era uma bandeira e uma causa que lhe pertencia. E, desse modo, esse fator, determinante para sua permanência no *reality show*, ganhou dimensões coletivas. Juliette trazia à tona sua conexão profunda com a música nordestina. Por meio das melodias e das letras que cantava conseguiu acolher e ser acolhida, se reconhecer e promover um reconhecimento entre ela e as pessoas que assistiam ao programa. Assim, surgiu um grupo de fãs e admiradores que se autodenominavam cactos, em referência à planta característica da região nordestina que diz de uma resistência aos períodos de crise e que, mesmo em meio a tantas dificuldades, é uma planta que floresce quando ninguém mais espera.

Através da música, Juliette mobilizou e se conectou não apenas ao Nordeste, mas sensibilizou de uma forma extraordinária todo o país. Entre os artistas que fizeram parte de sua trilha sonora durante os cem dias de transmissão do programa estão os paraibanos Chico César, Elba Ramalho e Seu Pereira, os pernambucanos Alceu Valença e Duda Beat, além de Maria Gadu, Francisco, el Hombre e outros nomes da música nacional. Juliette tornou-se um fenômeno, venceu o BBB com 90,15% dos votos dos telespectadores, totalizando mais de 570 milhões de votos e, naquele momento, já tinha mais de 24 milhões de seguidores no *Instagram*. Um feito inédito que escreveu seu nome na história do programa. Juliette dedicou sua vitória

no BBB à Dona Fátima – “mãe, eu sou você”, e lembrou de sua irmã no pódio: “eu vou fazer você sorrir.”

A cantora foi homenageada na Câmara Municipal de João Pessoa, tendo recebido o título de Cidadã Pessoaense, e pela Assembleia Legislativa da Paraíba recebeu a medalha Epitácio Pessoa. Em 2021 ela cantou pela primeira vez no palco do Maior São João do Mundo, no Parque do Povo, como convidada, e em 2023 subiu ao mesmo palco já com a sua carreira consolidada. Seu primeiro álbum musical – *Juliette* – bateu recordes em seu lançamento na plataforma do *Spotify* Brasil. A artista viaja em turnê pelo Brasil e por outros países, levando adiante seu poder de conexão através da música.

Fernando Domingos de Aguiar Júnior

Mônica Maria de Sousa Ferreira

INDICAÇÃO DE LEITURA/ESCUTA:

VOCÊ NUNCA ESTEVE SOZINHA: o doc de Juliette.

Direção: Patrícia Carvalho; Patrícia Cupello. Roteiro: Aline Nunes, Erica Chaves e Felipe Mazzoni. Rio de Janeiro: Globoplay, 2021. (254 min).

FEITOSA, Juliette Freire. **William Shakespeare**

e o Direito: a interpretação legal na obra “Medida por Medida”. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Federal da Paraíba, Santa Rita, 2017.

LOURENÇO, Maria Luiza Lyra Parpinelli. **O fenômeno**

Juliette: uma trajetória de cactos e espinhos. Monografia (Graduação em Jornalismo) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.



KELLY BOTAFOGO

(Jakeline Maria da Silva)

SUMÁRIO

Jakeline Maria da Silva é o nome da jogadora de futebol Kelly Botafogo, nascida em Caiçara - PB, em 8 de dezembro de 1979, na maternidade de Guarabira, mas viveu sua infância no Sítio Cancão, zona rural de Caiçara. Filha de Maria Auxiliadora Silva e José Pedro da Silva, que além dela tiveram mais duas filhas e um filho, Jakeline era a caçula. Entre as brincadeiras, a de futebol era a sua preferida e sua mãe reclamava disso, negando-se a comprar uma bola. Assim, ela pegava meias, enchia de panos e fazia uma bola para brincar no terreiro.

Sua mãe era professora em uma escola do Sítio Umburana, vizinho ao Cancão. O pai era carpinteiro e trabalhava no Rio de Janeiro e outros estados do Brasil. Com pouquíssima ajuda do marido e com quatro filhos para criar, a mãe não podia oferecer quase nenhum conforto. A figura masculina mais presente na criação de Jakeline foi seu avô materno, conhecido por “Luiz Doutor”. Sempre foi voltada para o trabalho, porém se negava a realizar tarefas domésticas, ajudava no roçado, no curral, no transporte da lenha etc. Certa feita a mãe a colocou como “anjinho” em um tradicional novenário do mês de maio, arrumou a filha com túnica e asinhas, porém, na hora de estar na capela Jakeline sumiu, e só foi encontrada no curral, vestida de anjo, tirando leite de uma vaca.

Em 1989, a família se mudou para zona urbana, para a Rua Antenor Navarro, na cidade de Caiçara. Em meio às novas amizades e mais opções para brincadeiras, ficou evidente sua paixão



SUMÁRIO

por futebol. Em Caiçara, para ajudar na renda da casa, Jakeline passou a trabalhar na “matança” de bois no matadouro e transportando grandes peças de carne para o mercado público. Era notável a sua força física, carregava sacos de feijão na cabeça para ganhar algum dinheiro de feirantes. Às vezes nem dinheiro recebia, mas quantidades de carne, feijão etc., e com isso fazia diferença na qualidade de vida da família. Aos 11 anos, ajudando um médico da cidade, aprendeu a dirigir automóvel.

No final da década de 1980, foi formado em Caiçara um time de futebol feminino, algo polêmico para a sociedade da época; Jakeline se tornou fã daquelas moças que jogavam, isso fez ela ter ainda mais vontade de ser uma atleta. Em 1994, o jogador de futebol caiçarense Emilton Ribeiro organizou uma “escolinha de futebol” na qual todos os integrantes eram do sexo masculino, porém Jakeline queria participar e Emilton, percebendo sua vontade e sua habilidade com a bola, fez uma exceção, o que provocou a revolta de parte dos alunos que não aceitavam jogar com uma mulher. Assim, entre dezenas de alunos, foi a primeira e única mulher a treinar e participar de jogos pela escolinha. Ela se tornou um dos destaques do time.

Devido a persistência de Emilton Ribeiro, Jakeline participou do maior torneio da região na época, a Copa Rural, organizada pela Rádio Rural, da cidade de Guarabira. Foi nesse torneio que ela chamou a atenção de Iremar Flor, organizador do time da cidade de Pilões, ele a levou para competir também por aquela cidade, realizando seus primeiros jogos em João Pessoa.

Aos 18 anos, em 1997, sua família foi ao Rio de Janeiro para visitar parentes. Ao participar da primeira pelada no Rio de Janeiro, impressionou a todos. Empolgada com os horizontes que lhe abriam na “cidade grande”, se negou a retornar com a família para a Paraíba. Assim, começou a participar de torneios femininos de favelas, de onde foi indicada para jogar no time feminino do



SUMÁRIO

Fluminense; jogou também no Raiz da Gávea (antiga equipe feminina do Flamengo); e depois no Vasco da Gama. Foi nessa época que Jakeline adotou o nome Kelly, como futebolista. Coincidentemente, na mesma época em que ela teve que regressar para a Paraíba, a alagoana Marta Vieira, a mais premiada jogadora do futebol feminino brasileiro, chegou ao Vasco. Nessa época, as condições dadas para o futebol feminino eram péssimas, em alguns momentos ela nem recebia salário, apenas uma gratificação se fizesse gol. Morava muito distante dos locais de treino; os dormitórios para as futebolistas do Vasco, por exemplo, dispunham apenas de camas de cimento. Ela diz que se o futebol feminino tivesse o reconhecimento que tem hoje, ela não teria voltado do Rio. Depois de quase dois anos fora, Kelly voltou para a Paraíba.

De volta a Caiçara, ela participou de vários campeonatos regionais, que nessa época já começavam a ter suas versões femininas, como a Copa Rural e a Copa Serrana, atuando em times femininos de Araruna e Guarabira. Além do futebol de campo, ela passou a se destacar também no futsal. Dado seu ótimo desempenho nesses campeonatos do interior, Kelly recebeu proposta para atuar em times da capital, de início no Servcar de futsal. Logo no seu primeiro ano, a equipe se sagrou campeã do campeonato paraibano. A partir daí Kelly, como atacante do time da Servcar, foi campeã paraibana de futsal por sete vezes. Jogou no campeonato brasileiro de seleções de futsal, como destaque da seleção paraibana. Com relação a campeonatos brasileiros de clubes, competiu em várias edições e chegou a conquistar, junto à equipe de futsal da Servcar, o 3º lugar nacional.

Poucos anos após o início das suas conquistas no futsal, tiveram início também os campeonatos de futebol de campo, quando, compondo o time de futebol feminino do Botafogo, participou da Copa Nordeste. Em seguida vieram os campeonatos paraibanos, em que a equipe se sagrou campeã por quatro vezes, além de um título pelo Kashima, tendo a atleta acumulado cinco títulos de

campeã paraibana de futebol de campo. Na época em que trabalhava na empresa Penalty, participou também de três Campeonatos de Futebol Brasileiro de Indústrias.

Pelo Botafogo da Paraíba, Kelly participou de três edições da Copa do Brasil, tendo em uma delas chegado às quartas de final, e três Campeonatos Brasileiros. Foi nesse time que ganhou o nome pelo qual ficou conhecida na Paraíba – Kelly Botafogo. Jogou também pelo ABC, de Natal, sendo campeã do estadual do Rio Grande do Norte; jogou ainda no Sport, de Recife; e no São Francisco, da cidade do Conde. Como jogadora profissional, Kelly voltou à Caiçara, em 2017 e 2018, quando havia na cidade um time de futebol feminino e ela realizou o desejo de defender sua cidade natal, junto com conterrâneas, em campeonatos regionais. Kelly encerrou sua carreira como futebolista profissional em 2019, porém segue sendo a única artilheira nacional do Botafogo da Paraíba.

Jocelino Tomaz de Lima

INDICAÇÃO DE LEITURA:

FELTRIN, Murilo Bortolotti [*et al.*]. Caracterização de praticantes de futebol feminino no Brasil. **Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, São Paulo, v. 4, n. 12, p. 151-161, 2012.

LEITE, Ana Daniela Fechine. **Futebol de mulheres: um estudo feminista nos campos e nas arquibancadas de João Pessoa** - PB. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

RÁDIO CIDADE MARQUESA. **Programa Atitude** - Jakeline Maria da Silva. [Entrevista cedida a Jocelino Tomaz de Lima]. Caiçara - PB, 30 jun. 2022.

L

ENITA

(Lenita Lina do Nascimento Santos)

Lenita Lina do Nascimento Santos – conhecida como Lenita, camponesa/quilombola, nasceu em 9 de abril de 1940, no Sítio Ipiranga, município de Conde, Paraíba, Brasil. Filha de Lina Rodrigues dos Santos e José Inácio do Nascimento. Sua mãe era alfabetizadora de crianças e jovens da comunidade Gurugi. Lenita seguiu os mesmos passos de Dona Lina. Como professora, passava os conhecimentos através da cultura e ancestralidade do seu povo, e criou o Côco de Roda do Gurugi. Foi a primeira mulher candidata a prefeita no município de Conde - PB.

Na década de 1980, foi convidada pelo arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires para, junto com Antônio Ribeiro (Frei Anastácio), compor a equipe da Pastoral Rural, a antecessora da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na Paraíba. Na pastoral, enfrentou os proprietários das antigas fazendas Gurugi e Barra de Gramame, que ameaçavam de despejo os moradores (camponeses, indígenas e quilombolas) das respectivas fazendas. Resistindo às ameaças, ela, junto com o vigário da paróquia de Conde, o Frei Domingos, animaram as famílias a lutarem por seus direitos de viver na e da terra. E assim, Lenita se destacou como liderança e animadora das lutas pela reforma agrária. Compartilhou sua experiência com várias comunidades como Barra de Gramame, Gurugi, Camucim, Subauma, Sede Velha, Apaza, no litoral até outras regiões no sertão paraibano.

Os conflitos pela posse da terra na Paraíba ocorreram/ ocorrem em todas as regiões de acordo com dados dos processos



SUMÁRIO

que tramitaram na 1ª Vara de Conflitos Agrários e Meio Ambiente na Paraíba e dos Relatórios da Comissão Pastoral da Terra, a maior concentração dos conflitos se dá nas áreas do litoral, do brejo e do agreste, principalmente naquelas onde a monocultura da cana-de-açúcar sobrepõe à agricultura familiar. Isso se evidencia nos depoimentos dos camponeses, indígenas e quilombolas, por ocasião das reuniões das áreas de conflitos, realizadas mensalmente, na Comissão Pastoral da Terra, quando afirmam que “a cana-de-açúcar no estado da Paraíba é a condenação dos trabalhadores do campo”.

Lenita enfrentou os proprietários das fazendas Barra de Gramame e Gurugi na defesa do direito à propriedade reivindicado pelos moradores; resistiu frente ao poder judiciário, no caso “Zé de Lela” (José Francisco da Silva), camponês que tombou (assassinado) na luta pela desapropriação da terra. No ano de 1999, segundo relatório da assessoria jurídica da Comissão Pastoral da Terra, na 1ª Vara de Conflitos Agrários e Meio Ambiente tramitavam 19 processos, oriundos da comarca de Alhandra - PB, envolvendo os moradores daquelas fazendas. Todos eles, com apoio de Lenita, enfrentaram os proprietários, a justiça e o “descaso” do poder público estadual.

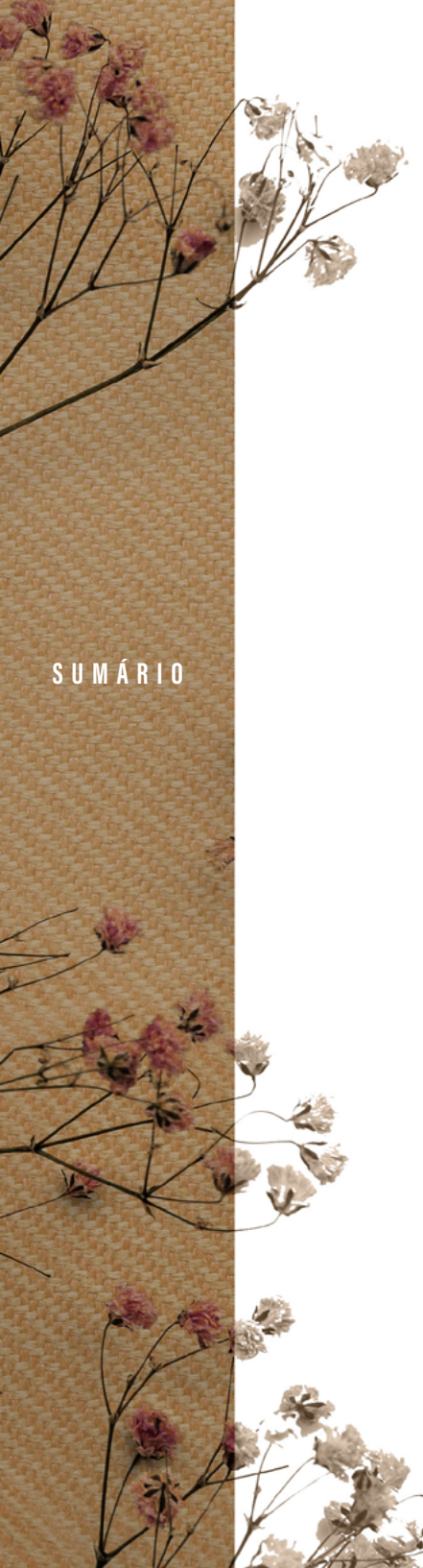
Iranice Gonçalves Muniz

INDICAÇÃO DE LEITURA:

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Relatórios dos Conflitos de Terra.** Goiânia: CPT, 1995-1999.

MUNIZ, Iranice Gonçalves. **Protagonistas de um sonho:** Desafio da Assessoria Jurídica no Campo. João Pessoa: IMPREL, 2000.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA. **Processo de Reintegração de Posse.** Comarca de Alhandra/PB, 1989.



SUMÁRIO

LEÔNIA LEÃO DA NÓBREGA

Leônia Leão da Nóbrega possui dois registros de nascimento, em um nasceu em 25 de outubro de 1925, embora em outro documento registra-se a data de 25 de outubro de 1922. Confusão devida ao seu irmão, Álvaro Leão, no ano de 1931, que esqueceu o ano e, em vez de 1922, indicou o ano de 1925. Anos depois, Leônia faria o reparo. Mesmo assim, é comum encontrar em diversos textos esta confusão quanto à sua data de nascimento. Décima oitava filha do casal Pedro Ferreira Leão, comerciante, e Francisca Tavares Leão, dona de casa, Leônia Leão é um nome conhecido de umas das mais importantes famílias dedicadas ao magistério, às artes e à política em Campina Grande. Dos filhos, Anézio foi o mais reconhecido – poeta, professor, gramático e político. Além dele, temos Álvaro, escritor e memorialista; Alcides, compositor famoso de frevos no Recife; Abel, poeta bissexto; Arnaldo, pintor; Napoleão, músico e maestro; e Leônia, cronista e professora. Segundo os autores Gaudêncio e Melo (2009), os Leão têm marcado a cultura campinense graças à sua atuação ao longo do século XX.

Da parte de pai, a origem de Leônia Leão nos remete aos descendentes dos Leão de Alagoas, família conhecida nos tempos coloniais no Nordeste. Segundo ela, quando “moleca”, foi no que é hoje o bairro da Prata onde nasceu sua paixão pelo Treze Futebol Clube, um dos mais tradicionais do futebol paraibano; ia vê-lo em campo no estádio Presidente Vargas com os irmãos e o pai. Foi neste contexto familiar que Leônia cresceu, com propensões ao ambiente cultural dos irmãos mais velhos, Anézio e Álvaro, pendendo para a prática cultural dos irmãos “fazedores” de livros, gramáticas,



SUMÁRIO

versos, músicas e não para o ambiente do pai, comerciante e proprietário de imóveis.

Leônia Leão da Nóbrega frisou, ao longo de sua trajetória, não apenas a influência dos irmãos, sobretudo Anézio Leão, como também sua iniciação à leitura através do seu vizinho, o advogado Edésio Silva, quando ainda era uma menina. Segundo a cronista, ao visitar Carmem, filha de Edésio, o vizinho e amigo percebeu na menina um interesse pelos livros quando começou a folhear alguns títulos de sua biblioteca. Começava então uma amizade através dos livros. Segundo ela: “Li o que eu devia ler e o que não devia. Marquês de Sade eu li. Li coisas incríveis. Li enciclopédias. Tesouro da Juventude”.

Quase nesta mesma época, Leônia estudou o primário no antigo Instituto Pedagógico, hoje chamado Colégio Alfredo Dantas, onde faria também o curso Propedêutico (Técnico Comercial), diferentemente da maioria das mulheres da época. No entanto, casou-se cedo, aos 16 anos, com o comerciante Gerônimo da Nóbrega, natural de Santa Luzia, sertão da Paraíba, tendo quatro filhas e um filho (Mércia, Magnólia, Cláutenes, Clara e Carlos Maurício). Anos depois, já viúva, Leônia Leão concluiria na capital pernambucana o curso de Jornalismo na Universidade Católica no Recife. Depois dos vários cursos realizados, se tornou uma das mais reconhecidas professoras de Campina Grande, do primário ao ensino superior; fundou escolas, lecionou em outras, ministrou cursos pelo SENAC em vários municípios do estado. Tornou-se professora da Universidade Federal da Paraíba, campus de Campina Grande. Além de professora, mesmo depois de aposentada, a pedido do reitor Berilo Borba da UFPB, Leônia Leão tornou-se secretária da instituição, cargo que ocupou durante sete anos.

Neste mesmo período escrevia nos jornais de Campina Grande, a exemplo do *Jornal da Paraíba* (quatro anos) e do *Diário da Borborema* (cinco anos). Sobre seus textos nos periódicos campinenses, Leônia Leão lembrou: “Eu trabalhava tanto, que chegava

fim de semana que eu escrevia logo seis artigos para o Diário”. Uma crônica ligeira, que registrava com limpidez suas opiniões sobre as coisas do mundo.

Com a fundação da Academia de Letras de Campina Grande, a partir de 1981, foi eleita para a Cadeira nº 3, cujo patrono é o seu irmão, Anézio Leão. Graças à sua experiência administrativa, Leônia tornou-se secretária da instituição durante mais de duas décadas. Um reconhecimento pelo trabalho intelectual, não apenas na crônica, como também da educação. Na literatura, ainda ganhou o segundo lugar em um concurso de monografias, no Rio Grande do Norte, sobre Santos Dummont, no ano de 1973, ganhando do governo uma viagem para Buenos Aires. Ganhou também um prêmio de poesia no Amazonas com o poema “Pororoca”. Além disso, recebeu a medalha de Honra ao Mérito Municipal pela Câmara Municipal de Campina Grande, em 1992. Faleceu em 21 de março de 2021.

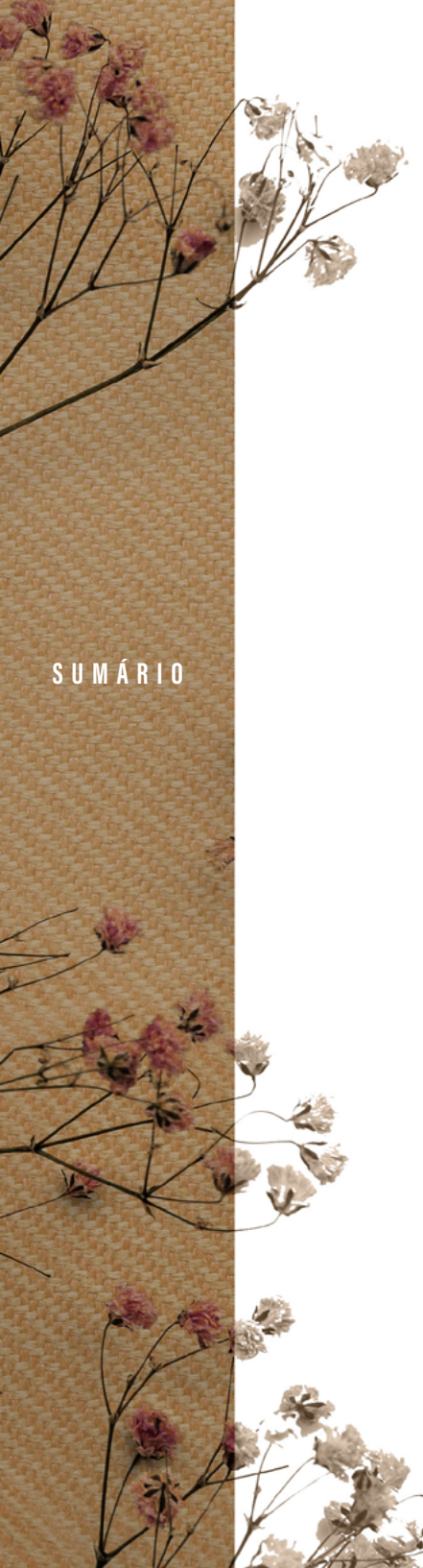
Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio

INDICAÇÃO DE LEITURA:

LEÃO, Leônia. Discurso de posse da Academia de Letras de Campina Grande. **Revista da Academia de Letras de Campina Grande**, ano 1, nº 1, p. 83-110, 1993.

JOFFILY, Irineu [*et al.*]. **Coletânea de autores campinenses**. Campina Grande: Comissão do Centenário de Campina Grande, 1964.

MELO, Josemir Camilo de; GAUDÊNCIO, Bruno Rafael de Albuquerque. “A dama da academia” - uma metabiografia de Leônia Leão. **XXV Simpósio Nacional de História – ANPUH**, Fortaleza, Anais [...] 2009.



SUMÁRIO

LEONILA FÉLIX DE ALMEIDA

Leonila Félix de Almeida nasceu em *Itabayanna*, Parahyba do Norte, no dia 1 de março de 1911 e faleceu em 12 de abril de 1991, aos 80 anos de idade, na cidade de Nova Iguaçu, município do Rio de Janeiro. Seus feitos foram imortalizados no livro *Memórias do Cárcere*, do escritor alagoano Graciliano Ramos, quando ela e centenas de prisioneiros foram supliciados nas celas da prisão na Ilha Grande, durante o Estado Novo, devido à sua participação na Intentona Comunista de Natal, em 1935. Preso por convicções políticas, Graciliano Ramos não foi formalmente acusado, mas a convivência com os prisioneiros fez com que relatasse as histórias no livro citado. Leonila ficou na mesma cela da comunista Olga Benário Prestes.

A história de Leonila foi marcada quando ela conheceu seu futuro marido, Ephifânio Guilhermino, quando ele, como motorista, dirigia o bonde por onde ela viajava pelas ruas da moderna *Itabayanna* no início do século XX. Nessas idas para casa, no povoado afastado da cidade, ela se apaixonou e abandonou tudo para morar com ele na cidade de Natal - RN. Ephifânio era um homem negro, o que gerou dissabores na sua família, pois seu pai, Antônio Felix, nunca aprovara o namoro – a escravidão havia acabado há pouco tempo e seus resquícios na sociedade ainda eram muito fortes. Em Natal, Leonila tornou-se dona de casa, enquanto o marido continuava trabalhando como motorista. Ambos filiaram-se ao Partido Comunista.

Por décadas as mulheres estiveram ausentes na historiografia brasileira, além de relegadas ao papel secundário, principalmente no cenário político. Mas, a partir da leitura de pesquisas



SUMÁRIO

atuais, atestamos que as mulheres participaram ativamente em diversos momentos da história. No Brasil a participação da história das mulheres na política é bem recente, elas conquistaram o direito ao voto em 1932, com as mudanças nas leis constitucionais. Encontramos mulheres militando na União Feminina do Brasil (UFB), movimento ligado ao Partido Comunista do Brasil (PCB) e à Aliança Nacional Libertadora (ANL); entre seus ideais, elas defendiam a derrubada de Getúlio Vargas do poder, a instalação da democracia, o fim do analfabetismo no país e o alcance de melhores condições de vida para quem aderisse ao comunismo.

O Partido Comunista Brasileiro teve um papel importante na organização dos sindicatos, entre eles estavam os dos sapateiros, funcionários públicos, motoristas, entre outros. Mas era entre cabos e sargentos, dentro do quartel do 21º Batalhão de Infantaria, que estavam os mais atuantes. Na Intentona Comunista, a participação das mulheres foi de extrema importância, pois muitas contribuíram se vestindo com roupas masculinas e pegando em armas pesadas, como foi o caso de Leonila Félix. Segundo os relatos que encontramos nos autos do processo de Leonila, consta que no dia 24 de novembro de 1935 ela acompanhou seu marido na invasão do quartel e fez parte de um saque a peças de brim e murim para encadernação na seção de avulsos da imprensa oficial. Posteriormente, sem ela, seu marido aterrorizou a cidade realizando furtos, saques e depredação – de acordo com os autos.

Leonila Félix confirmou sua participação ativa na Intentona Comunista de 1935, porém, ficou presa por um período e, por faltas de provas contundentes, foi absolvida meses depois. Comprovamos essa afirmação nas fichas guardadas no arquivo do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN). A mesma sorte não teve Amélia Gomes Reginaldo, uma vez que, das vinte mulheres, ela foi a única condenada a uma pena de cinco anos de reclusão. Amélia não chegou a ser presa porque tornou-se fugitiva e as informações a seu



SUMÁRIO

respeito ficaram inconclusas, pois os depoimentos colhidos foram de outras pessoas que não davam informações completas. Convém ressaltar que, apesar dessas mulheres terem se travestido de homens e invadido o quartel, isso não atesta que queriam ser homens, mas incorporar o imaginário da sociedade e transformar-se para ela; o submeter-se a se travestir impõe e valoriza a imagem do masculino. Entretanto, isso não aconteceu somente com as mulheres, pois os homens que aderiram ao movimento fardaram-se para mostrar autoridade.

Em 1935, depois de integrar o comitê central do Partido Comunista, Leonila Félix e Amélia Reginaldo fundaram a União Feminina do Brasil (UFB) em Natal, órgão mantido pelo Socorro Vermelho Internacional. Contudo, devido ao seu carisma, era Amélia Reginaldo que exercia o cargo da direção do movimento. Na casa de Leonila funcionavam as células comunistas, cujas reuniões aconteciam periodicamente no espaço de oito dias, para tomarem conhecimento de assuntos tratados no Rio de Janeiro e, com isso, planejar e estudar como fazer o movimento acontecer. Para os políticos tradicionais, machistas e conservadores, as mulheres que participavam da União Feminina do Brasil possuíam “comportamentos imorais e espalhafatosos”.

O governo revolucionário durou apenas quatro dias, pois as tropas do Governo Federal e dos estados vizinhos tomaram o quartel e restabeleceram a ordem, prendendo os(as) revolucionários(as). Conforme consta nos autos do inquérito, os prisioneiros foram espancados e torturados, a exemplo de Leonila. Além de encherem as prisões com pessoas inocentes.

As mulheres que participaram da revolução, como Leonila Félix de Almeida, mostraram o espírito de liderança e o caráter de revolucionárias, não acatando para elas o que era relegado. Leonila era uma mulher que, no seu tempo, quebrou barreiras ao assumir a paixão por um homem negro e por inscrever seu nome no rol de revolucionárias brasileiras.

Atualmente, na cidade de Itabaiana - PB é realizado o Prêmio Leonila Almeida, que foi criado no ano de 2010 pela Sociedade Amigos da Rainha do Vale da Paraíba (SARVAP) para homenagear mulheres que se destacam nas áreas da cidadania, da igualdade racial e de gênero, ou promovem ações de dignidade que visam a uma sociedade mais justa e igualitária.

Flaviano Batista Ferreira

INDICAÇÃO DE LEITURA:

COSTA, Homero de Oliveira. **A Insurreição Comunista de 1935**. Natal: EDUFRN, 2015.

FREIRE, Aluizia do Nascimento. **A Participação da Mulher no Movimento Comunista da Década de 1930**. Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

RAMOS, Graciliano. **Memórias do Cárcere**. Rio de Janeiro: Cameron, 2012.

LIA DE RIACHÃO

(Maria das Neves Moura do Nascimento)

Dona Lia participou do Movimento das Mulheres Trabalhadoras do Brejo (MMT) e a partir desse movimento sentiu a necessidade de fundar a Associação de Defesa dos Direitos



SUMÁRIO

das Mulheres Trabalhadoras de Riachão (ADDMTR). Dona Lia foi líder militante do movimento na luta pela terra do assentamento Baixio, em Riachão - PB, uma fazenda que antes pertencia ao município de Araruna, e tinha como proprietário o coronel José Targino. “Trabalhavam e moravam na terra mais de 50 famílias, sendo feito arrendamentos por contrato verbal, muitos passaram tal contrato para os filhos, alguns há mais de 50 anos” (MOREIRA, 1997, p. 601). As famílias pagavam foro em dia e cultivavam sem conflito. Plantavam milho, feijão e algodão, criavam também animais (vacas e novilhos). As casas eram todas de taipa, chão batido e em sua maioria eram cobertas de palha, na época a grande dificuldade era por recursos hídricos. Então, para solucionar a questão da falta de água, pediram permissão ao sr. José Targino para a construção de um barreiro, um reservatório de água, que beneficiaria a todos. Nesse meio tempo, o Coronel Targino vendeu as terras para os irmãos João Tomaz de Aquino, Geraldo Tomaz de Aquino e Antônio Tomaz de Aquino (conhecidos na região como os “irmãos Coró”), sem ao menos comunicar aos 59 trabalhadores que moravam nas terras e dela tiravam o sustento da família. Segundo Dona Lia (2017), a venda da propriedade sem a notificação aos trabalhadores e a consequente proibição por parte dos “irmãos Coró” da construção do barreiro, foi o boom para darem início à luta pela terra.

Desde os 12 anos de idade Dona Lia participava de movimentos da Igreja Católica, participou de capacitação religiosa na cidade vizinha, Tacima - PB, e várias formações missionárias na Comissão Pastoral da Terra (CPT). Foi nesse contexto religioso que Dona Lia diz ter começado sua liderança. Eis a “potência da reza” da qual Jadson Pereira Vieira (2016) fala, isso porque eram “nas rezas, nos encontros interpessoais e nas relações diárias com os seus, que a expressão do companheirismo era preponderante no incentivo à participação das mulheres da comunidade” (VIEIRA, 2016, p. 92).

Em 1984 a luta ficou mais acirrada e Dona Lia relata que as dificuldades foram muitas, a exemplo da prisão de 23 homens. Segundo ela, tal prisão foi um grande rebuliço e tudo começou quando os “irmãos Coró” mandaram colocar 20 cabeças de gado nas terras e o povo tentou impedir. Em entrevista realizada em 7 de julho de 2017, ela conta que quando o “delegado deu voz de prisão a 3 homens, aí o povo se revoltou (...) gritando: ou vai tudo ou não vai ninguém. Aí fizemos uma corrente no meio dos policiais, eu sei que eles disseram, pois vamos pra cá que eu levo tudo, aí quando foi na hora de subir no carro eu disse: primeiro sobe as mulheres, aí o delegado disse: ‘não, as mulheres vão depois’” (Dona Lia, 2017).

A desapropriação da terra só veio a acontecer no dia 26 de dezembro de 1985 com a ajuda do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que passou a dar laudos técnicos e acompanhar todo o movimento. Sendo que a emissão da posse da terra só aconteceu em março de 1986 e o projeto de assentamento pelo Decreto 977 do INCRA em dezembro do mesmo ano. Em suma, a luta de Dona Lia não foi diferente de tantas outras mulheres que já lutaram por direitos iguais, tais como Elizabeth Teixeira, que lutou para dar continuidade à Liga Camponesa de Sapé após a morte de seu esposo João Pedro Teixeira; Margarida Maria Alves e Maria da Penha Nascimento, que acirraram uma luta por salários dignos para os trabalhadores em Alagoa Grande - PB; Ném Cobé, Quincas, Maria do Céu e Beatriz Pedro, que a partir da amizade juntaram forças para lutar pelo direito à terra no assentamento Geraldo, em Alagoa Nova - PB; e tantas outras mais que ainda têm suas histórias silenciadas.

Falar de Dona Lia é também pensar no cuidado que ela tinha com as pessoas que estavam à sua volta, é pensar nas possibilidades de melhores condições de vida que ela buscava para a comunidade em que estava inserida. É pensar no seu “cuidado com o mundo”. “Mundo que Arendt não entendia, simplesmente, como as pessoas que o habitavam, mas sim como o espaço-entre, “o mundo está entre as



SUMÁRIO

pessoas [...] muito mais do que os homens, ou o homem, ao contrário do que muitas vezes se pensa” (ARENDT, 1991 *apud* ROSA, 2015, p. 313). É pensar no compromisso que Dona Lia firmou com o mundo, compromisso esse que a fez lutar e resistir pelos seus. Como ela mesmo afirma: “viver em comunidade é se preocupar com o outro”, é esse cuidado na fala dela que me faz perceber a sua preocupação em sempre buscar o melhor para o assentamento Baixio. Neste assentamento a educação era defasada, porque não havia uma organização, nem tão pouco apoio da gestão municipal da época. Dona Lia procurou movimentar os professores, para que se organizassem em prol de melhorias para a educação, redigiu várias vezes um documento ao prefeito da cidade de Riachão - PB, pedindo que fosse feita uma escola na comunidade e que houvesse apoio aos professores e professoras. Mas não obteve êxito. A primeira e única escola só foi construída anos depois.

Dona Lia fala com entusiasmo sobre a educação, na sua percepção, para podermos exigir nossos direitos precisamos exclusivamente de duas coisas: conhecimento e coragem. Para ela, sem educação a nossa sociedade só se reduz. Como presidente da associação da comunidade, lutou não só pelos direitos das mulheres, mas também por direitos comuns a todos.

Foi a partir do Movimento das Mulheres Trabalhadoras (MMT) do Brejo que Dona Lia passou a ter mais conhecimento de seus direitos, e com o advento da Reforma Agrária ela começou a entender que a terra pertencia ao povo. Porém, antes de adentrar na luta era preciso que as mulheres se filiassem ao sindicato, o que gerou outro embate devido à não aceitação da sua participação, por parte do presidente do sindicato da época. Foi também a partir do MMT-PB que teve contato com outras mulheres que estavam também na luta contra a repressão advinda dos latifundiários na época, como Luzia Ferreira de Alagoa Grande. Trabalhou com Penha Nascimento na campanha pela documentação feminina. Esta campanha aconteceu na década de 1990, organizada pela Igreja, junto ao Incra e ao MMT-PB, visando

prover as mulheres de documentos, visto que não os tinham à época. Tal campanha foi realizada em diversas regiões da Paraíba.

Trazar à tona a história/memória dessa mulher, que quebrou os padrões e subverteu seu papel social, é dar a ela um lugar na historiografia, antes silenciada, tendo em vista que, no caso da Paraíba, mais uma história foi escrita, com o intuito de deixar sua trajetória registrada para a posterioridade.

Genilma Ricardo da Silva

INDICAÇÃO DE LEITURA:

MOREIRA, Emília. **Por um pedaço de chão**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1997.

ROSA, Susel Oliveira da. Mulheres *versus* ditadura, latifúndio e misoginia na Paraíba. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 20, n. 39, p. 309-324, 2015.

VIEIRA, Jadson Pereira. **Engenho de memórias**: mulheres camponesas, escritas de si e a força da amizade (1975-1984). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

LIA HAIKAL

(Lia Haikal Frota Simon)

Lia Haikal, nascida em 18 de dezembro de 1978 no Rio de Janeiro, parteira, esposa de Eduardo Simon, mãe de Chico, Gabi,



SUMÁRIO

Maria e Ana, filha de Marluce, neta de Mãe Tonica – Dona Antonina, que era benzedeira, rezadeira e cuidava das mulheres no interior de Minas Gerais, neta de Maria parideira de Fortaleza – Ceará, bisneta de Alzira, parideira de 18 filhos e filhas. O pai de Lia é carioca, filho de imigrantes cearenses e a mãe mineira, que migrou para o Rio de Janeiro para estudar; da união deles nasceram Lia e o irmão, Edu. Desde criança se sentia atraída pelo universo do parto, dos cuidados com os bichinhos e as crianças com quem convivia, mais novas do que ela. Na adolescência, junto com as amigas e mulheres jovens, sempre se sentiu ligada às questões do feminino. Ingressou no curso de Medicina na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pensando em ser obstetra, sentia que o chamado era para esse campo de atuação.

No primeiro semestre assistiu a um parto no Hospital Escola Pedro Ernesto e a dinâmica vivenciada pela parturiente marcou sua vida – contrações, vocalização, expressões corporais, a singularidade do trabalho de parto expressa no corpo da mulher; como também o distanciamento da equipe composta de residente, interna e obstetra, que parecia não se envolver com a dinâmica vivenciada pela mulher, focando a atenção na dilatação de colo de útero; uma vez dilatado, a equipe utilizou os procedimentos da episiotomia, manobra de Kristeller (compressão de fundo uterino). Isso causou um impacto na sua percepção dos cuidados com as mulheres no processo de parir. A emoção do nascimento da bebê contrastou com o choque da assistência ao parto. Continuou a busca para encontrar a área de afinidade e atuação médica que focasse nos cuidados e outras formas de atenção. No estágio e plantões na neonatologia, se deparou com uma assistência e procedimentos muito medicalizados e técnicos e não se identificou com essa especialidade. No curso, não havia espaço para interlocução sobre outros tipos de nascimento além do modelo hospitalar e ela não tinha outras referências, nem conhecia o movimento do parto com respeito. Aumentava as inquietações sobre o parto natural



SUMÁRIO

e permanecia o desejo de descobrir e conhecer os nascimentos que se davam pelas mãos das parteiras e mulheres da família.

Lia Kaikal participou como pesquisadora bolsista do projeto da professora Madel Therezinha Luz, que pesquisava práticas em outras racionalidades médicas (medicina homeopática, tradicional chinesa, ayurvédica, antroposófica; bem como as práticas integrativas que delas derivam) em contraposição à biomedicina, que tem foco na medicação ou intervenção cirúrgica sem considerar os diversos aspectos e contextos no processo de adoecimento e cura. Sua pesquisa focava no teatro como prática de saúde e foi um marco para seu aprendizado. Estagiou na Prefeitura do Rio de Janeiro na atenção à saúde, que funcionava em sistema rotativo – atenção à saúde da mulher, saúde da criança, saúde do adolescente e medicina alternativa. Ali teve acesso ao portfólio da Casa de Parto Davi Capistrano Filho, no bairro do Realengo. O material apresentava as atividades da casa, dados de partos sem utilização de episiotomia, a porcentagem de partos com lacerações (em 1º e 2º grau). Foi conhecer o serviço que tinha outra lógica de atendimento, organização dos espaços, com salas de parto diferenciadas (na água, cadeira), sala de atividades coletivas, consultório com móveis sem a separação entre paciente e profissional, equipe composta por enfermeiras obstétricas e doulas e a família da grávida podia acompanhar o parto. Porém, o Conselho Regional de Medicina do RJ não permitia o estágio ou atuação de profissional médico.

Engravidou do primeiro filho no último ano de medicina (2006) e decidiu realizar o acompanhamento da gravidez e parto na Casa de Parto. Foi incentivada a conhecer a atuação de enfermeiras obstetras e parteiras que acompanham partos domiciliares. Conheceu Heloisa Ferreira Lessa, enfermeira obstétrica e parteira que acompanhou seu pré-natal e a preparação ao parto. Pariu Chico em casa em 2007. A vivência da maternidade foi intensa e profunda e Lia se sentiu revirada do avesso com relação à obstetrícia que aprendeu. Ela ouviu o chamado para ser parteira.



SUMÁRIO

Seis meses após o parto, a família migrou para a Paraíba, onde conhecia a atuação do movimento de educação popular e saúde e da medicina comunitária. Lia e o marido, Eduardo Simon, tinham feito um estágio na Paraíba, que resultou na publicação de um livro. O marido passou a atuar na Saúde da Família e ela ingressou no mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões – Centro de Educação, na Universidade Federal da Paraíba, e teve como tema da dissertação *Maternidade: uma releitura na perspectiva da Espiritualidade*. Continuou com a formação para médica parteira à distância com Heloisa Lessa. Lia teve a referência de um grupo de gestantes chamado Dia de Vida, facilitado por Karina – doula que atuava em João Pessoa, se integrou ao grupo e, junto com Karina, passou a realizar as atividades. A troca de saberes, escutas, partilhas em torno do parto e do nascimento foi dando a certeza de que esse era o seu lugar de atuação profissional como parteira. Uma das integrantes do grupo pariu em casa, acompanhada por Dona Prazeres, parteira tradicional de Recife. Desvelou-se outro cenário com relação à parteria tradicional.

Lia engravidou de Gabi, a segunda filha, em 2009, e foi incentivada por Heloísa Lessa a fazer o pré-natal e o parto com a equipe do Centro Ativo de Integração do Ser – C.A.I.S. do Porto, em Recife/PE. Ali, além do acompanhamento da gestação, decidiu fazer a formação de parteira oferecida pela ONG, que era dividida em módulos, intercalando com o acompanhamento aos partos. Foi uma grande desconstrução dos paradigmas da formação médica acadêmica quando ela vivenciou seus primeiros partos com amigas, companheiras da formação que residiam em João Pessoa, acompanhada pela equipe do C.A.I.S. do Porto. Começou então a ser procurada por mulheres grávidas que queriam seu auxílio no parto domiciliar.

Após o nascimento de Gabi, deu continuidade às Rodas de Gestantes, Casais, Crianças e Bebês no atendimento à gestação, ao parto, nascimento e puerpério e passou a ser uma referência para

o atendimento em parto domiciliar. Nessa trajetória, foi delineando a parteria tradicional na Natividade Mística a partir dos aprendizados que se ampliaram com a interlocução com as diferentes dos grupos de parteiras tradicionais. Na Paraíba, com as parteiras indígenas potiguaras, residentes no litoral norte do estado, e com as comunidades indígenas do Norte do País. Conheceu e se articulou com os diversos grupos na parteria tradicional latino-americana. Facilitou a formação de doulas no município de João Pessoa a partir da atuação na Rede Cegonha, uma estratégia do Ministério da Saúde para a Rede de Atenção à Saúde (RES) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). É professora e pesquisadora.

Lia Haikal Inaugurou a Casa Lua Cheia no final de 2014, onde realiza o acompanhamento de casais e famílias que buscam o parto domiciliar e a formação de doulas e aprendizes de parteira, a partir de um conjunto de saberes tradicionais e de práticas integrativas que possibilitam às parturientes e seus bebês um parto/nascimento mesclado de amor, cuidado, humanização e a participação de familiares.

Elinaide Alves de Carvalho

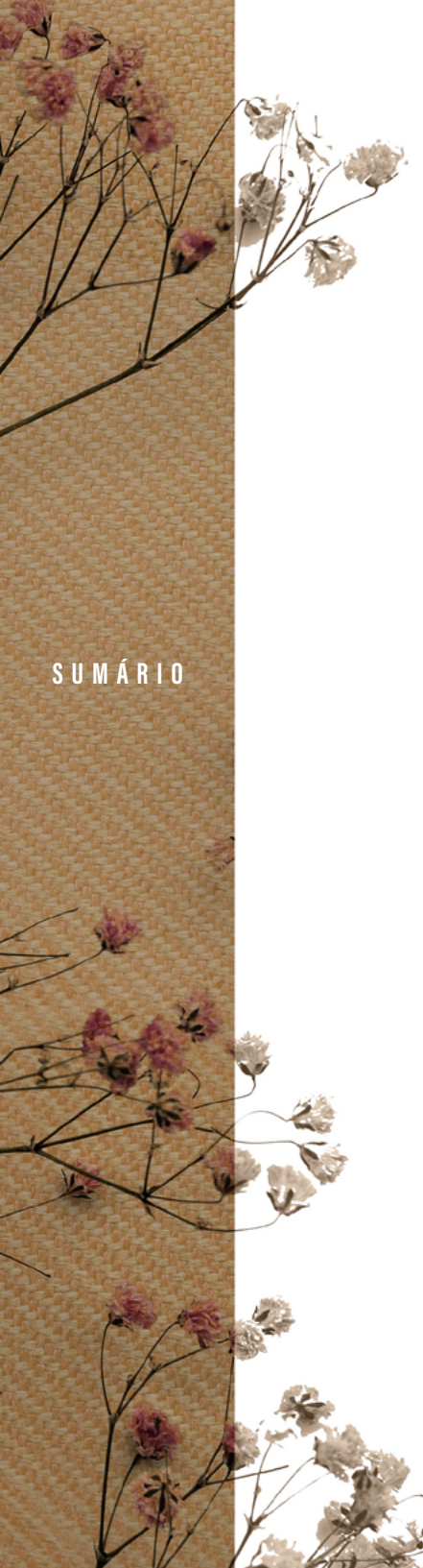
Luana Ismael

Natália Viana Brasil

INDICAÇÃO DE LEITURA:

LUZ, Madel Therezinha. **Racionalidades Médicas e Terapêuticas Alternativas**. Série Estudos em Saúde Coletiva, nº 62. Rio de Janeiro: UERJ/IMS, 1993.

MARTÍN, Pabla Pérez San. **Manual de Introdução à Ginecologia Natural**. 3. ed. Ginecosofia, 2018.



VASCONCELOS, Eymard Mourão; FROTA, Lia Haikal;
SIMON, Eduardo (Orgs.). **Perplexidade na universidade:**
Vivências nos cursos de saúde. Rio de Janeiro: 1. ed.
HUCITEC, 2006.

LINDAURA PEDROSA

(Maria Lindaura Pedrosa Leão)

SUMÁRIO

Lindaura Pedrosa intitulava-se a pioneira do teatro infantil na Paraíba. Essa afirmação é corroborada pelo diretor Rubens Teixeira (2014), quando afirma que tal gênero teatral deve muito a essa “lutadora incansável do teatro infantil”.

Pernambucana da cidade de Escada, nasceu em 13 de setembro de 1916. Sua mãe chamava-se Maria José Pedrosa Leão e seu pai Francisco de Paula da Fonseca Leão. Na sua infância, na cidade de Timbaúba/PE, Lindaura começou a demonstrar o seu gosto pelas artes cênicas, ao escrever pequenos textos e encená-los com suas irmãs. Assim, desde tenra idade já apontava o gosto não só para a atuação, mas também para o ofício de diretora, que a consagraria no futuro. Suas iniciativas teatrais não se limitavam ao âmbito doméstico, pois também participava de atividades teatrais na escola. Mais tarde, já na cidade de João Pessoa, seguiu atuando no Colégio Nossa Senhora das Neves.

Numa época em que a participação de mulheres no teatro paraibano ainda era muito restrita, ingressou na vida artística da capital paraibana aos 36 anos, em 1952, no renomado Teatro do Estudante da Paraíba (TEP). Nesse grupo era não somente atriz, mas



SUMÁRIO

também foi diretora de *Pluft, o fantasminha*, clássico texto de Maria Clara Machado, em 1958. No elenco, além da própria Lindaaura, estavam os atores Elpídio Navarro, Pereira Nascimento, Raimundo Nonato, Hugo Caldas, dentre outros atores do TEP. Lindaaura passou, então, a dedicar-se com afinco ao teatro infantil porque, segundo suas palavras em entrevista à jornalista Fátima Araújo (2009), ao perceber que “(...) as crianças não tinham um divertimento sadio e culto, tomei como objetivo fazê-las amar o teatro. Desejava também descobrir os talentos precoces que sempre estavam presentes”. Foi uma das fundadoras do Grupo Cênico da Paraíba, montando premiados espetáculos infantis, dentre eles *A revolta dos brinquedos* de Pernambuco de Oliveira, no qual, além de diretora, exercia a função de atriz dando vida à personagem Menina, ao lado de experiente elenco, a exemplo de Zezita Matos (Boneca de Louça), Ipojuca Pontes (soldado) e Breno Matos (Boneco de Cordas). Neste trabalho, dividiu a direção com o veterano ator e encenador Rubens Teixeira, oriundo do Teatro Cacilda Becker e do Teatro Maria Della Costa. Com essa peça participou da I Semana de Teatro da Paraíba, apresentada em 8 de julho de 1961 no Teatro Santa Roza. Em 1966, participou de uma importante montagem produzida pelo Grupo Oficial do Teatro Santa Roza, com o texto *A cotovia*, de Jean Anouilh, dirigida pela americana Leslie Corina Mc Aneny.

Passando à década seguinte, em 1971, destacou-se no grupo Juventude Teatral de Cruz das Armas (JUTECA), na peça de Luiz Marinho, *Um sábado em 30*, com direção de Ednaldo do Egypto. Em 1983, outra montagem do Grupo Oficial do Teatro Santa Roza contou com o talento da atriz, que protagonizou o clássico drama do espanhol Garcia Lorca, *A casa de Bernarda Alba*, dirigido por José Francisco. Em 1984, destaca-se a atuação de Lindaaura como atriz e diretora em mais um texto de Pernambuco de Oliveira, *A bombinha atômica*. Mas não só de teatro infantil foi feita a carreira de Lindaaura Pedrosa na área da direção. Uma peça em especial merece destaque.



SUMÁRIO

Trata-se de *A última lingada*, de Altimar Pimentel, com produção do grupo MOCA. Esse texto foi um dos mais censurados na dramaturgia de Altimar Pimentel, chegando a ser enquadrado na categoria criminal e receber cortes em 33 páginas, ao longo de sua trajetória na Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP). Quando da solicitação de montagem pelo Grupo MOCA, em 1984, ainda foi comparado à obra de Plínio Marcos, o dramaturgo mais perseguido pela ditadura; recebeu veredicto “Interditado” e liberação com cortes para maiores de 18 anos. Prevaleceu a última opinião e o texto estreou no Teatro Santa Roza em 14 de setembro de 1984, elenco formado por Nanal Farias, Nodge Filgueiras e Otávio Pinho.

Simões Júnior, apresenta o repertório teatral de Lindaura Pedrosa, como atriz e/ou diretora e adaptadora, formado pelos seguintes espetáculos (em ordem alfabética): *A bela adormecida*; *A casa de Bernarda Alba* (Garcia Lorca); *A comédia do coração* (Paulo Gonçalves); *A Bombinha atômica* (Pernambuco de Oliveira); *A Cotovia* (Jean Anouilh); *A Incelença* (Luiz Marinho); *A lição* (Ionesco); *A revolta dos brinquedos* (Pernambuco de Oliveira); *Antígona* (Sófocles); *A última lingada* (Altimar Pimentel); *Branca de Neve*; *Casaco Encantado* (Lucia Benedetti); *Cinderela*; *Chapeuzinho Vermelho*; *Isabel do sertão* (Luiz Jardim); *Joaninha Buscapé* (Luiz Iglesias); *Longa jornada noite adentro* (Eugene O’Neil); *O boi e o burro à caminho de Belém* (Maria Clara Machado); *O mágico de Oz*; *O palhacinho triste e a rosa*; *O saci*; *Pluft, o fantasminha* (Maria Clara Machado); *Se Guilherme fosse vivo* (A. Torrado); e *Um sábado em 30* (Luiz Marinho). Há, ainda, registro de participação da atriz como a personagem Corina, na peça *BR 230* de Alarico Correia Neto, Carmélio Reynado e Fernando Teixeira, com direção deste último. Uma produção do Grupo Oficial do Teatro Santa Roza, cuja estreia deu-se em 15 de julho de 1977, no histórico Teatro Minerva de Areia - PB.

Lindaura também atuou no cinema brasileiro e paraibano. Em 1965, integrou o elenco de *Menino de Engenho*, um filme

de Walter Lima Júnior, adaptação da obra homônima de José Lins do Rego, com locação na Várzea do rio Paraíba. Na década seguinte, tomou parte em mais duas produções cinematográficas. A primeira, em 1970, no elenco de *O salário da morte*, pioneiro longa-metragem paraibano dirigido por Linduarte Noronha. Nesse filme ela também atuou na técnica, nas funções de maquiadora e continuísta. A segunda participação foi em *Fogo Morto*, produção nacional de 1976, também adaptado de um romance de José Lins, com direção de Marcos Farias.

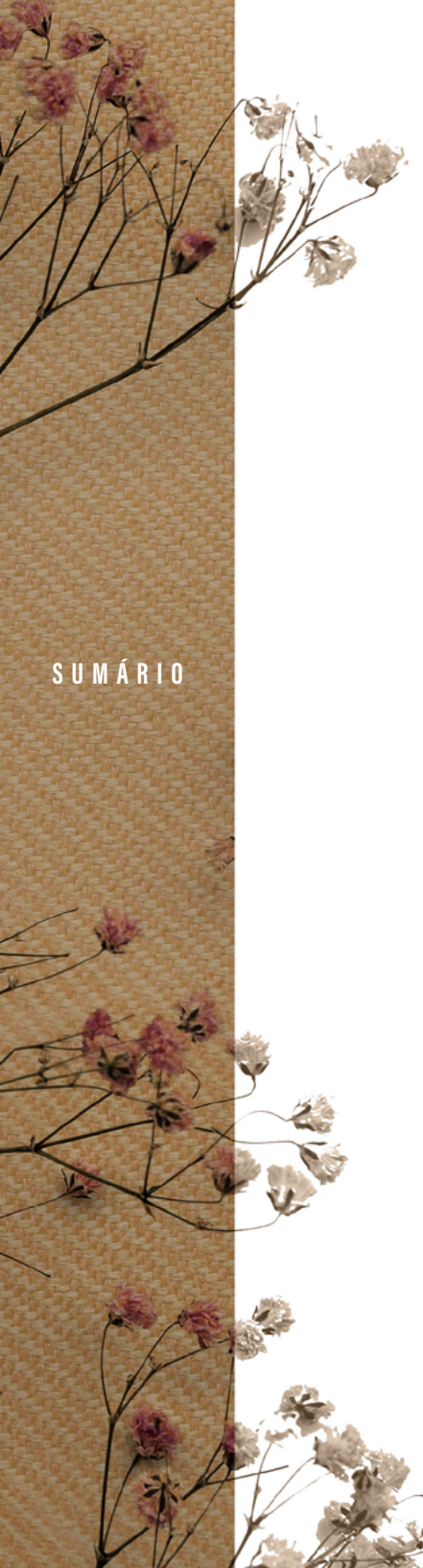
Lindauro Pedrosa brilhou nos palcos, nas telas e na vida por mais de um século. Faleceu em 3 de janeiro de 2017 na cidade de João Pessoa, que a adotou e que foi por ela adotada. Está sepultada no Cemitério Jardim das Acácias, na capital paraibana. Quando partiu desta vida, a atriz era de fato e de direito uma Cidadã Pessoaense, título recebido da Câmara Municipal de João Pessoa, em reconhecimento ao seu trabalho na área cultural. Também foi agraciada com o Prêmio Especial do Teatro Santa Roza e o Prêmio Especial do Teatro Ednaldo do Egyppto. Em 2006, ano em que completou 90 anos, foi homenageada pela 19ª Mostra da Escola de Dança e Academia da Fundação Espaço Cultural da Paraíba (FUNESC).

Rosa Carlos

INDICAÇÃO DE LEITURA:

EGYPTO, Ednaldo do. **Quarenta anos do teatro paraibano**. João Pessoa: Secetur, 1988.

LIMA, Duílio Pereira da Cunha. **Encenação Tabajara (1975-2000)**: memórias, tendências e perspectivas no teatro de João Pessoa. Tese (Doutorado em Literatura e Interculturalidade). Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2016.



SILVA, Rosa Maria Carlos e. **A arte censurada:** teatro e ditadura no estado da Paraíba nos anos de 1964 a 1988. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

LOURDES BANDEIRA

SUMÁRIO

Lourdes Bandeira, nascida em 1949 no município de Ijuí, no Rio Grande do Sul, teve uma trajetória marcante em sua passagem pelo estado e pela Universidade Federal da Paraíba, de 1976 a 1991, deixando boas amizades e um importante legado feminista, acolhido por diversas jovens mulheres paraibanas na época. Tendo chegado a João Pessoa em 1976, era conhecida pela sua aproximação com alunas e alunos, que recebia em sua casa, principalmente nos finais de semana. Seus filhos, Mateus e Natália, nasceram na França, durante o doutorado, mas o mais novo, Felipe, nasceu na capital paraibana. Como profissional – professora e pesquisadora – era reconhecida por sua competência; como militante, Lourdes também teve grande destaque, coordenando um grupo de pesquisa sobre relações de gênero e violência no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), um núcleo interdisciplinar com professores de vários departamentos e centros da UFPB. No início dos anos 1980, realizou uma extensa pesquisa sobre o registro da violência na mídia, constituindo um volumoso acervo com recortes de jornais, por meio dos quais analisava como a mídia registrava a violência contra as mulheres na Paraíba; pesquisou também as condições das operárias do setor têxtil no estado.

Quanto à relação com as alunas, Glória Rabay recorda como Lourdes defendeu a permanência da sua bolsa no momento



SUMÁRIO

em que a então aluna bolsista engravidou. Justamente por ser feminista, ela compreendia as dificuldades e as limitações da situação, mas sabia que era possível conciliar gravidez e estudos. Lúcia Guerra também recorda com carinho as inúmeras vezes que suas famílias conviveram, com proximidade.

Na academia, Lourdes ficou conhecida também como uma mestra da metodologia de pesquisa, do fazer e do refletir sobre o fazer acadêmico, sempre primando pela fundamentação teórica. Politicamente, é lembrada por sempre se posicionar, dizer a que veio. Uma mulher ativa, na produção acadêmica e na participação política, dentro e fora da universidade. Fazia da sua militância ações de extensão, no compromisso pessoal junto aos movimentos, buscando esse empoderamento das mulheres, entre elas as rurais; isso também era uma capacitação, uma troca de conhecimentos. Naqueles anos, se envolveu com a cidade, com as lutas das mulheres, a partir das suas alunas. Havia uma carência de enfrentar esses temas, até hoje invisibilizados.

Lourdes Bandeira esteve presente nas reuniões dos primeiros grupos feministas da Paraíba, como o Maria Mulher, o Centro da Mulher 8 de Março e a Cunhã. Enquanto ativista feminista, acompanhou de perto a criação da primeira Delegacia da Mulher na Paraíba. Articulada com as mulheres do movimento feminista, passaram a discutir a implementação da primeira Delegacia da Mulher no estado, o que aconteceu em 1987. Foi a terceira Delegacia da Mulher implantada em todo o Brasil naquela ocasião, sendo que a primeira foi em São Paulo. Sem dúvida, a presença de Lourdes nesse debate, como intelectual de prestígio, respeitada e vinculada ao movimento de mulheres, contribuiu com isso. Eleonora Menicucci de Oliveira, outra feminista destacada que passou pela Paraíba, dizia que Lourdes esteve por trás de toda a articulação para fazer ser efetivada a lei do feminicídio no Brasil, isso já como Secretária Executiva do Ministério das Mulheres, em 2015. Lourdes Bandeira tinha essa



SUMÁRIO

capacidade de articular o movimento, trazer subsídios para convencer os gestores públicos a implementarem políticas públicas para as mulheres, principalmente no âmbito da violência, que foi um campo ao qual se dedicou a vida inteira.

Como intelectual, fazia uma articulação da sua pesquisa com os movimentos. Foi isso que a levou, em 15 de março de 1991, ao interior para uma reunião com as mulheres rurais. Lourdes viajou com Beth Lobo, intelectual muito conhecida no movimento feminista; com Maria da Penha, uma líder camponesa paraibana; e com Socorro Rangel, na época mestranda. Foram para o interior para fazer uma pesquisa junto com Penha, levando extensão, mas também um motivo para conversar, articular, ajudar aquelas mulheres no processo de organização, quando aconteceu o trágico acidente que resultou no falecimento de Maria da Penha e de Beth Lobo. Um divisor de águas, que a levou a se mudar para fora do estado, um trágico ponto final da estadia de Lourdes Bandeira na Paraíba. Acabou se transferindo para a Universidade de Brasília, onde permaneceu, participando da administração, como chefe de departamento, diretora do Instituto de Ciências Sociais, até ser chamada para ocupar o cargo de secretária de planejamento e gestão, na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), ocupado entre 2008 e 2011. De março de 2012 a janeiro de 2015 atuou como secretária executiva da SPM-PR.

Ainda na Paraíba, Lourdes Bandeira e Neide Miele, ambas cientistas sociais, publicaram juntamente com Rosa Godoy, historiadora, um livro sobre Elizabeth Teixeira. *Eu marcharei na tua luta* traz a trajetória de vida de Elizabeth, uma das grandes lideranças rurais paraibanas. O livro só foi publicado em 1997, pela Editora da UFPB. Uma importante contribuição de Lourdes para o movimento de mulheres da Paraíba.

Uma de suas marcas, para quem a conheceu, era sua capacidade de estar em várias frentes. Além da acadêmica de renome, se projetou tanto como ativista feminista quanto como gestora.



SUMÁRIO

Articulava a academia, o saber formal, com o conhecimento do ativismo, da militância feminista e dos gestores, sendo responsável por muitos dos projetos que foram implementados pela Secretaria que integrou no governo federal. Então, Lourdes, além de ter participado do primeiro grupo feminista da Paraíba, o Maria Mulher, assumiu um papel muito relevante na formação intelectual de uma geração de feministas, tendo proposto, no curso de Ciências Sociais, os cursos introdutórios, primeiro à questão da “mulher”, no começo da década de 1980, e, logo em seguida, quando o conceito de gênero chegou à academia, preparou um curso sobre a temática, convidando ativistas do movimento para serem alunas especiais porque ela entendia a importância de que o movimento também se articulasse, pensasse, compreendesse esses conceitos que estavam sendo usados pela academia.

Assim, fazia uma articulação em que ela oferecia o conhecimento, o debate, o discurso e propostas reais para serem implementadas e incorporadas pela militância e pelo Estado, através de políticas públicas. Sua produção científica é voltada para esse processo de transformação da sociedade, para o fazer uma ciência comprometida com o processo de transformação, com a mudança. E ela fazia isso de forma muito concreta, pois levava dados aos gestores que subsidiavam a implementação de políticas públicas. E sempre chamava o Movimento para discutir o que estava propondo. Oferecia instrumentos de luta e reivindicação para criticar e estimular a conquista de políticas públicas.

Seu falecimento, em 12 de setembro de 2021, significou uma grande perda. Sem dúvida, Lourdes foi uma grande mulher, alguém para não ser esquecida, e que está registrada na história paraibana.

Lúcia Guerra

Glória Rabay

Ana Maria Veiga

INDICAÇÃO DE LEITURA/ESCUITA:

BANDEIRA, Lourdes Maria; GODOY, Rosa; MIELE, Neide.
Eu marcharei na tua luta: a vida de Elizabeth Teixeira.
João Pessoa: Editora da UFPB, 1997.

PODCAST PARAIBANAS. **Lourdes Bandeira com: Lucia Guerra.** [Entrevista cedida a Ana Maria Veiga e Glória Rabay]. João Pessoa, 20 nov. 2021. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/7GNQx4ybPQgl0riw6ig82x?si=973be69ff0d848f8>. Acesso em: 06/10/2023.

PORTO, Rozeli; TEIXEIRA, Analba Brazão. Lourdes Bandeira. In: GROSSI, Miriam Pillar [et al.] (Orgs.). **Depoimentos:** trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.

L

OURDES MEIRA

(Maria de Lourdes Meira Cabral)

Maria de Lourdes Meira Cabral nasceu em Serra Branca, Paraíba, no dia 15 de maio de 1940. Era filha do funcionário público estadual, Antônio Meira Cavalcante, e da dona de casa, Astéria Guimarães Meira. Sua mãe gostava de arte e de ensinar tudo o que aprendia. Seu pai, como ex-seminarista, criou seus sete filhos com a marcante presença dos ensinamentos católicos. Ele era muito envolvido com a vida política e gostava de contestar as realidades injustas por onde passava, sendo uma referência para a filha. Como auditor fiscal do Estado,



SUMÁRIO

costumava se mudar de cidade a cada três anos e, aonde chegava, buscava ajudar os mais necessitados, sendo uma liderança política. Em alguns lugares nos quais a família morava não existiam escolas e, por este motivo, ainda menina, Lourdes teve que deixar a família para estudar fora, aos nove anos de idade. Ela morou com o tio, no município de Monteiro e, aos 13 anos, foi estudar na capital, João Pessoa, no Colégio Nossa Senhora das Neves, em regime interno. Aos 18 anos, com muita vontade de trabalhar e com a ajuda do pai, Lourdes conseguiu seu primeiro emprego como auxiliar de professora numa escola da periferia, no bairro do Roger, em João Pessoa. Nessa experiência, teve contato com a pobreza extrema e passou a questionar as desigualdades sociais, uma vez que, na década de 1950, os conflitos no campo estavam acirrados e as notícias dos assassinatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais a deixavam indignada e com sede de justiça.

Em 1966, Lourdes Meira ingressou na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no curso de História. Ao chegar no campus universitário, ela se encantou pelos debates da Filosofia e conseguiu mudar de curso. A experiência na UFPB abriu espaço para que conhecesse a militância política, atuando no movimento estudantil, no Diretório Acadêmico de Filosofia e no grupo Ação Popular, conhecido como AP. Este último surgiu principalmente da reunião de jovens que eram ligados à Juventude Universitária Católica (JUC) e à Juventude Estudantil Católica (JEC), que tinha como proposta realizar a revolução a partir da luta do campo e da cidade, mais tarde sob influência maoísta. Os pais de Lourdes Meira sabiam de sua atuação política e, apesar da preocupação, sempre apoiaram sua luta. No final da década de 1960, as ações políticas começaram a se intensificar, com a sua participação. Em uma das atividades de militância, Lourdes Meira foi abordada por policiais que a levaram, junto com mais dois companheiros, para o Quartel de Polícia, por realizarem uma panfletagem em defesa da reforma agrária em um bairro de João Pessoa. Em 1968, o Ato Institucional nº 5 (AI-5) havia sido decretado, gerando um dos períodos mais violentos do



SUMÁRIO

regime militar. Com 24 anos, a militante foi presa no dia 25 de fevereiro de 1969, sendo condenada, assim como os colegas, por subversão.

Após o julgamento, Lourdes foi transferida para o Presídio Feminino Bom Pastor, em Recife, onde era a única presa política; e seus amigos foram confinados na Penitenciária Desembargador Flósculo da Nóbrega, mais conhecida como Presídio Roger, em João Pessoa. Ao chegar na prisão, ela se deparou com a situação precária em que viviam as apenadas. Lá, ela iniciou um trabalho de conscientização sobre os direitos das presas e o dever do Estado nas melhorias dos presídios. A partir dos ofícios enviados ao governo e das atividades realizadas dentro da unidade prisional, foram feitas melhorias estruturais nas condições do prédio. No dia 26 de fevereiro de 1969, o regime militar estabeleceu o Decreto-Lei 477, conhecido como o “AI-5 das universidades”, que penalizava com expulsão os professores, alunos e funcionários que se envolvessem com ações consideradas subversivas. Ao sair da prisão, Lourdes foi punida e perdeu o direito de voltar à universidade. Mesmo após cumprir sua pena, passou a ser perseguida e teve sua casa invadida, seus documentos extraviados e precisou fugir da Paraíba.

A primeira cidade em que Lourdes buscou abrigo foi na capital pernambucana, em 1970. Lá ela morou com outros militantes políticos que, para sobreviver, faziam pesquisas e vendiam livros e canetas. Em 1972, filiou-se ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que seguia uma linha política semelhante à Ação Popular, defendendo a luta armada. O Partido ainda era clandestino, mas conseguia ter organizações em vários estados do Brasil. A repressão contra os militantes em Recife foi se intensificando e já não era possível ficar por lá. Lourdes passou a assumir codinomes para tentar fugir dos cercos policiais. Durante sua vida na clandestinidade, ela assumiu os codinomes Mariana, Jussara e Francisquinha. Em 1974, o PCdoB resolveu encaminhá-la para o estado do Maranhão, tanto para protegê-la quanto para organizar as tarefas partidárias naquela região.



SUMÁRIO

Ao fugir para São Luís, a militante ficou quatro anos sem fazer contato com familiares, companheiros e com um amor que havia deixado em Pernambuco. Ela só voltou a fazer contato com a família quando chegou no sul do Maranhão, por volta de 1978.

Isolada e sem orientação política naquele momento, Lourdes foi trabalhar na Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), no estado maranhense, onde refez a vida e se casou com Manoel Hugo Cabral, um funcionário público federal que não tinha envolvimento político. Teve três filhos: Rosilda, Astéria e Hugo. Seu companheiro foi transferido para o município de Bacabal, interior do Maranhão, lugar em que passou a trabalhar como professora, ensinando em escolas privadas. Lourdes encontrou na Igreja Católica um espaço para sua militância, onde após rezar o terço, realizava formação e organizava ações políticas. Ali liderou vários movimentos comunitários, fundou o Sindicato dos Professores e esteve à frente de várias greves por melhores condições salariais e de trabalho. Ainda em Bacabal, Lourdes Meira organizou o PCdoB e foi a primeira presidente do Comitê Municipal. Também foi uma das fundadoras da União de Mulheres de Bacabal, pela qual realizou várias manifestações, como a luta pela Delegacia Especializada da Mulher. Por conta de toda sua atuação no partido e junto às mulheres, o PCdoB a indicou como candidata a vereadora na cidade. Ela contou com o apoio de todas as organizações comunitárias e conseguiu a primeira suplência de sua coligação.

No ano 2000, Lourdes decidiu voltar para João Pessoa e continuar sua militância na Paraíba, onde colaborou na fundação da União Brasileira de Mulheres (UBM) e no Fórum de Mulheres da Paraíba. Foi membro-fundadora da Associação dos Anistiados Políticos da Paraíba e conselheira nos Conselhos Municipal e Estadual dos Direitos das Mulheres, tornando-se uma referência no movimento feminista do estado.

Marinézia Gomes Toné

INDICAÇÃO DE LEITURA:

RABAY, Glória; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Mulher e Política na Paraíba**: Histórias de vida e luta. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TONÉ, Marinézia Gomes. **Grande Reportagem**: a ditadura que combati – memória de mulheres militantes. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo), Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013.

LÚCIA BRAGA

(Antônia Lúcia Navarro Braga)

Nascida em 13 de dezembro de 1934 na cidade de João Pessoa, Antônia Lúcia Navarro Braga, mais conhecida como Lúcia Braga, foi criada por sua tia materna, Amanda Toledo, chamada por ela de “mamãe Manda”. Passou a sua infância na casa de seu avô materno, o desembargador Joaquim Eloy Vasco de Toledo, localizada na Rua da Palmeira nº 73, atual Rua Rodrigues de Aquino. Filha biológica de Maria Augusta Toledo e João Navarro Filho, Lúcia foi separada de seus irmãos muito cedo, momento em que foi morar com sua tia, pessoa que a tomaria como filha e lhe dedicaria parte de sua vida. Pertencente a uma tradicional família política paraibana, os Navarro, apesar de não conviver cotidianamente com seus pais biológicos, Lúcia cresceu em meio a um contexto no qual



SUMÁRIO

as conversas políticas eram constantes. Lúcia Braga estudou no Colégio de freiras Nossa Senhora de Lourdes, mais conhecido como Lourdinhas, desde as primeiras letras até o colegial, momento no qual contou com o apoio afetivo de sua mãe, Amanda, e com a ajuda financeira de seu irmão, Afonso, para dar continuidade aos estudos. Passado o colegial, iniciou o curso superior em Serviço Social, no ano de 1955, pela Faculdade de Serviço Social da Paraíba, formando-se em 1961, quando a referida instituição já havia sido integrada à Universidade Federal da Paraíba.

Eleita presidente do Diretório da Faculdade de Serviço Social, logo no primeiro ano do curso, Lúcia conheceu aquele que se tornou seu esposo, em um encontro universitário realizado em Areia, no ano de 1957. Wilson Braga era presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE) e fazia parte da organização do evento. Naquele ano, os dois começaram a namorar e, após quatro anos e meio de namoro, se casaram em sete de outubro de 1961. Não conseguindo engravidar, Lúcia e Wilson adotaram três crianças: Patrícia, Marcelo e Mariana. Seis anos após o casamento, em 1967, a família foi morar em Brasília, capital do País. A assistente social ingressou no curso de Direito pelo Centro Universitário do Distrito Federal, posteriormente integrado à Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal, se formando em 1973. Lúcia ainda iniciou o curso de Comunicação pela Universidade de Brasília (UNB), mas o abandonou no segundo ano. O retorno da família à capital paraibana aconteceu em 1982, momento em que Wilson Braga foi lançado candidato ao governo do estado, saindo vitorioso do pleito. Entre os anos de 1983 e 1986, Lúcia Braga assumiu a presidência da Fundação Social do Trabalho, Funsat, em João Pessoa, durante o governo de seu marido. Foi a partir dessa atuação que ela passou a trabalhar mais diretamente com as situações de risco em que viviam os moradores dos bairros periféricos da capital paraibana. Enquanto primeira-dama, atuou de forma intensa nesses setores, construindo uma popularidade entre eles, bem como capitais políticos.



SUMÁRIO

No tocante à participação efetiva na política partidária, a primeira candidatura de Lúcia Braga ocorreu em 1986, pelo Partido da Frente Liberal (PFL). Candidata ao cargo de deputada federal, ela foi a primeira mulher paraibana a assumir tal posto, com uma votação considerável de 90 mil votos, tornando-se a terceira mais votada do estado naquela ocasião. Após a vitória eleitoral, a ex-primeira-dama paraibana assumiu a cadeira legislativa federal e passou a compor a Assembleia Nacional Constituinte. Nesse contexto, Lúcia Braga ocupou o cargo de vice-presidente da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais e da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Ainda na Câmara Federal, foi titular da Comissão de Trabalho e atuou como suplente na Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social, em 1989. Foi titular da Comissão de Defesa do Consumidor e do Meio Ambiente de 1989 a 1990, e suplente da Comissão de Seguridade Social nesse último ano. Dois anos depois, Lúcia Braga se apresentava enquanto candidata favorita para disputar as eleições para a prefeitura de João Pessoa. Um lamentável acidente com Patrícia, sua filha, fez com que abandonasse a campanha para cuidar dela, indo morar em São Paulo por um ano. Em seu lugar, Wilson Braga candidatou-se e venceu.

Dividindo seu tempo entre a casa, os hospitais e a Câmara dos Deputados, Lúcia retomou às suas atividades em 1989 e, no ano seguinte, se reelegeu deputada federal pelo PDT. Em 1992, mais uma vez, Lúcia era um dos nomes cogitados para concorrer nas eleições ao cargo de prefeita de João Pessoa. Wilson Braga havia deixado a prefeitura há dois anos, e assim entendia-se que não haveria impedimento legal à disputa. No entanto, sua candidatura foi impugnada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que enxergou na ocasião a possibilidade de continuidade do mandato do ex-prefeito e seu esposo, que havia se afastado do executivo municipal para disputar o governo do estado da Paraíba, em 1990.

Em 1994, Lúcia foi candidata ao governo do estado, perdendo para seu antigo desafeto político, Antônio Mariz, que foi eleito



SUMÁRIO

no segundo turno. Em 1996, ela se candidatou à prefeitura de João Pessoa, disputando o segundo turno contra Cícero Lucena, quando perdeu o pleito. Em 1998, no entanto, foi eleita deputada estadual pelo Partido Social Liberal (PSL), ocupando mais uma importante cadeira e posição na política. Lúcia retornou à Câmara Federal em 2000. Depois de um tempo afastada da política partidária, em 2014, a ex-primeira-dama novamente registrou candidatura junto ao TRE-PB, concorrendo ao cargo de deputada estadual, agora pelo Partido Verde (PV), mas acabou abrindo mão da candidatura antes do pleito. Em 2016, aos 87 anos de idade, pleiteou uma vaga no legislativo municipal de João Pessoa, pelo PTB, mas não obteve êxito.

No meio político, ela viveu a experiência da discriminação e do preconceito de gênero, práticas pertencentes à cultura política brasileira. Mesmo não dialogando de forma direta com os grupos feministas, dentro de suas limitações como mulher – muitas destas impostas pelo seu casamento – buscou reconhecer as demandas das mulheres, colocando-se como uma grande defensora de diversas pautas, a exemplo da luta em prol da licença-maternidade.

Uma das principais bandeiras de luta defendidas por Lúcia Braga foi a questão da moradia e a atenção dada aos setores periféricos da capital. Seguindo essa direção, colocou em prática o projeto Taipa, “que abrigou duzentas famílias que moravam debaixo de fios de alta tensão, foi outra experiência inovadora, pois o material empregado era de baixo custo – taipa, com reboque de cal” (Braga, 1996, p. 92). Mesmo com caráter provisório, parte da população do bairro Cristo Redentor teve acesso a casa própria. Ainda vale citar a criação do conjunto Renascer em Cabedelo e o projeto Beira Rio, cujo foco era a questão das moradias e o atendimento aos grupos periféricos. Por meio dessa atuação, Lúcia Braga conquistou espaço na política partidária, sendo a primeira mulher paraibana eleita para compor a Câmara Federal e participar de uma Assembleia Nacional Constituinte.

Longe de ter uma história de vida e política monótona, previsível e homogênea ao lado de seu marido, Lúcia Braga carregou consigo marcas de uma história própria, pautada em experiências singulares, que fazem dela personagem destacado na política partidária paraibana. Ela faleceu em 8 de maio de 2020, em decorrência de complicações causadas pela Covid-19. Uma semana depois, seu marido, Wilson Braga, também faleceu nas mesmas circunstâncias.

Dayanny Deyse Leite Rodrigues

INDICAÇÃO DE LEITURA:

BRAGA, Lúcia Navarro. **Tempo de viver, Tempo de contar.** João Pessoa: A União, 1996.

RABAY, Glória; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Mulher e Política na Paraíba:** histórias de vida e luta. Editora da UFPB, João Pessoa, 2010.

RODRIGUES, Dayanny Deyse Leite. **Mulheres e política no estado da Paraíba:** a atuação de Lúcia Braga em meio às práticas políticas locais. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

LÚCIA JÚLIO

(Lúcia de Fátima Júlio)

Lúcia de Fátima Júlio nasceu em casa, na cidade de Santa Rita com a ajuda da parteira, em 11 de outubro de 1954, sendo



SUMÁRIO

filha de Adamantina da Costa e de Caetano Júlio. Seus avós, pelo lado materno, eram Joana Catarina da Costa e João Firmino da Costa Filho; pelo lado paterno, Ascendina Paulina e Joaquim Júlio. Ainda menina, viveu a sua infância no município paraibano de Guarabira e experimentou a rua na qual morava como espaço para brincadeiras infantis, enquanto na escola, por não ser acolhida pela turma de colegas, não participava das brincadeiras. Sempre ficava nas últimas carteiras da sala de aula na escola em que cursou parte do primário, e não raro havia comentários depreciativos sobre o seu fenótipo negro, inclusive estabelecendo semelhança entre a cor da saia do uniforme e a cor da sua pele.

No contexto familiar, viveu uma forte relação afetiva com as suas irmãs, a quem acompanhava de forma esporádica nas festividades da cidade, porque dedicava o seu tempo aos seus estudos. A adolescência se desenvolveu em Alagoa Grande - PB, e, nesta cidade, continuou a residir na fase adulta. O desenvolvimento dos seus estudos se deu na fase do ensino infantil e parte do primário na cidade de Guarabira, no Colégio Nossa Senhora da Luz (instituição privada) e teve continuidade do primário no Colégio do Rosário, em Alagoa Grande. Nesta cidade, no Colégio Padre Hildon Bandeira, instituição pública, estudou o ginásio e o científico. No ensino superior, ingressou na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no Centro de Ciências Agrárias (Escola de Agronomia) e, posteriormente, frequentou a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), no Centro de Humanidades, localizado na cidade de Guarabira, concluindo a licenciatura em Geografia. Tornou-se Especialista em Análise Ambiental e em História Afro-Brasileira.

A discriminação racial foi um componente nocivo, constante na sua vida e demonstrada especialmente no espaço escolar, o que contribuiu para o desenvolvimento de um comportamento recatado e reflexivo. Todavia, de forma silenciosa, foi reelaborando o sofrimento desencadeado pelos atos discriminatórios e elaborando



SUMÁRIO

as estratégias de resistência. Quando ela era criança, o seu pai, um homem negro, profissional da corporação militar, reagia às situações discriminatórias sofridas por ela com falas de encorajamento, e tornou-se referência de alta importância na edificação das suas estratégias antirracistas aplicadas durante sua vida. As situações constrangedoras sofridas durante a vida escolar, as reações do seu pai e da sua mãe contra a discriminação, fizeram de Lúcia Júlio uma militante social ativa contra todos os atos de injustiça social, especialmente no campo educacional. As práticas depreciativas pelas quais passou na infância e adolescência foram transformadas em ações profícuas pela valorização de crianças, adolescentes e jovens no geral e, em específico, de pessoas negras que estavam em zonas rurais e quilombolas, fazendo-as atribuir significativa importância à escola como lugar de preparação à emancipação humana e ao enfrentamento do racismo.

Lúcia criou um forte laço com a educação, em que os atos de despertamentos foram contínuos e o exercício do seu grande poder escutatório a conduziu para conhecer a realidade dos estudantes com os quais interagiu e atuava. E esse agir acontecia respeitando a cultura juvenil, que reivindicava direitos que os atos discriminatórios e racistas obstaculizam. A militância de Lúcia Júlio desabrochou no período da ditadura militar, deflagrada em 1964, momento histórico em que poderes opressores tentaram calar as vozes de protesto e reivindicação. Apropriando-se da sua história de vida, ela buscou aperfeiçoamento para a sua militância, fazendo cursos específicos em ambiente universitário e, na UEPB, integrou a turma do curso sequencial sobre Cultura Afro-Brasileira, em 2003, e a especialização em Cultura Afro-Brasileira, em 2004.

A vida da professora Lúcia Júlio não se apartou das constantes ações visando o enfrentamento ao racismo, durante todo o percurso no sistema educacional. Após o curso sequencial, liderou o Projeto África/Brasil desenvolvido nas escolas públicas do



SUMÁRIO

município de Alagoa Grande, com ênfase nas comunidades quilombolas e periféricas, exemplificadas pela Escola Cândido Régis de Brito, no distrito de Zumbi, e pela Escola Quilombola Firmo Santino da Silva. Atendendo à necessidade da população docente de Alagoa Grande, coordenou um curso de extensão intitulado Cidadania e Identidades Negras nas Escolas e foi coordenadora do Programa de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Secretaria de Educação de Alagoa Grande, PB, de 2010 a 2011. No cargo de tutora, participou do curso de formação intitulado Educação para as relações étnico-raciais e atuou como diretora da Escola Quilombola Firmo Santino, na comunidade de Caiana dos Crioulos.

Pelo trabalho que congregava e pelas características construídas no seu desempenho profissional e como militante, no ano de 2010 foi agraciada com o selo “Educação para a igualdade racial”, lançado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), reconhecendo as experiências exitosas de escolas e secretarias de educação que trabalhavam com a Lei 10.639/03.

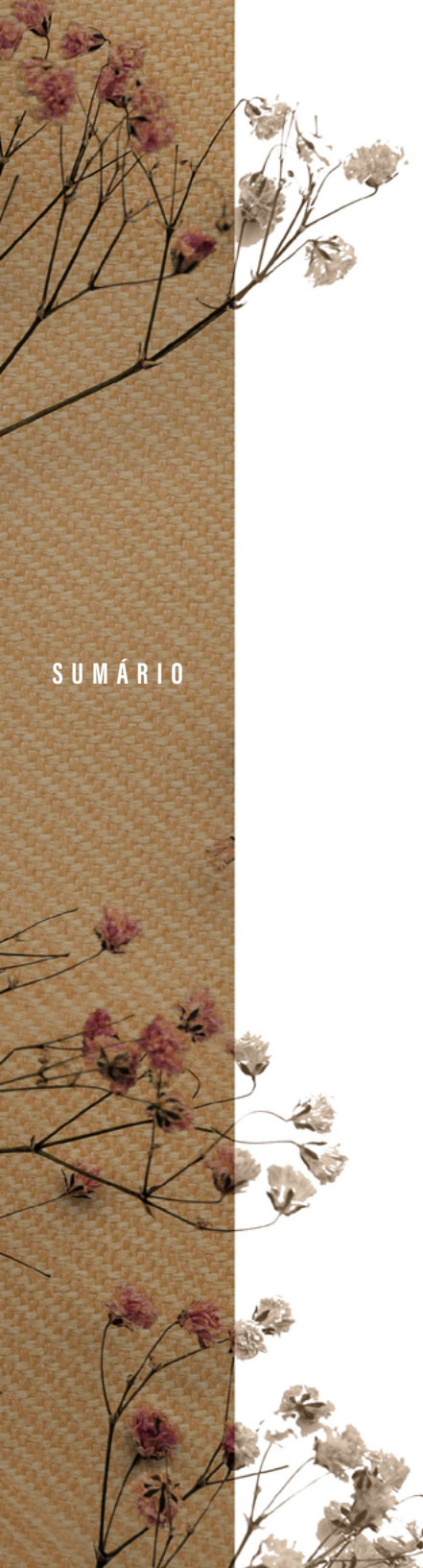
Ivonildes da Silva Fonseca

INDICAÇÃO DE LEITURA:

RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Orgs.) **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

SILVA, Joselina da; PEREIRA, Amauri Mendes. **O movimento de mulheres negras:** escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Nandyala, 2014.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro:** ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.



SUMÁRIO

LÚCIA LIRA

(Maria Lúcia Lira de Sousa)

Maria Lúcia Lira de Sousa veio à luz na cidade de Conceição do Piancó, no sertão da Paraíba. Filha de Alice Lira de Sousa e de Otacílio Batista de Sousa, de uma família com sete irmãs e três irmãos. Migrou para o Recife aos 14 anos de idade, onde começou a trabalhar no restaurante da família. Sua habilidade para a cozinha lhe deu uma experiência profissional que a tornou uma especialista em culinária, desenvolvendo sua paixão e intimidade com a arte de cozinhar, especialmente, na feitoria de comidas com os temperos e sabores do Nordeste. Quem comeu em sua casa, com certeza, viveu uma experiência única, pois ela transformava qualquer coisa que tivesse na dispensa em um banquete nordestino, relatou seu amigo querido Ronildo Monteiro em depoimento, assim como sua amiga Soraia Jordão ao destacar que Lúcia reaproveitava as sobras dos alimentos para o preparo da comida e tinha uma estética única quando cozinhava. Lúcia tinha orgulho de ser sertaneja, nordestina, e isso era revelado na preferência pelos pratos da região e também no seu amor pelas plantas. Com mãos férteis, adubava a terra e tudo que plantava florescia saudável e belo. Uma característica inerente à sua identidade era a sua fé e espiritualidade, sempre positiva, buscando as soluções frente aos desafios.

Com a mudança para João Pessoa, ingressou no curso de Serviço Social na Universidade Federal da Paraíba, graduando-se como assistente social no ano de 1997. No campo de estágio, trabalhou com as expressões da questão social, adentrando no enfrentamento das desigualdades sociais. Estagiou na área de saúde no



SUMÁRIO

Hospital Edson Ramalho e no SESC. E ainda graduanda, em 1995, integrou-se à Cunhã Coletivo Feminista, através de um estágio do seu curso, e como tantas outras nunca mais perdeu o vínculo com a ONG. Durante o estágio colaborou em uma pesquisa sobre saúde da mulher, ao falar desse momento afirmou que queria algo que fosse diferente, algo que lhe desse outras possibilidades. No final dos anos de 1990, esteve vinculada à Casa Pequeno Davi – CPD, contribuindo com a implementação da política de igualdade de gênero da organização. Durante a pandemia, voltou a colaborar com a ONG na elaboração do diagnóstico: *Um olhar sobre o Baixo Roger em tempos de pandemia na cidade de João Pessoa, na Paraíba*, em 2021. Para o coordenador da CPD, Dimas Gomes, Lúcia era uma feminista comprometida com os direitos humanos, defensora das políticas públicas de saúde, lutadora que nunca perdeu a ternura. Sua atuação como assistente social se ampliou para espaços governamentais. Assim, atuou na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano da Paraíba no monitoramento dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS e na coordenação da elaboração do Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, de 2011.

Em 2013, a Câmara Municipal de João Pessoa lhe concedeu o título de Cidadã Pessoaense, propositura da vereadora Sandra Marrocos, em virtude dos relevantes serviços prestados ao município e ao estado. O feminismo sempre se revelou na trajetória de Lúcia, pelo seu modo de ver o mundo, pela forma intuitiva de conduzir a vida e engrossar as lutas em defesa dos direitos das mulheres. Outras instituições públicas nas quais atuou como assistente social foram a Maternidade Frei Damião e o Hospital Metropolitano Dom José Maria Pires, nos anos de 2017 e 2018, respectivamente. Durante a pandemia do Covid-19 voltou a atender em ambos os espaços, prestando assistência aos pacientes e seus familiares.



SUMÁRIO

Durante sua passagem pela Maternidade Frei Damião coordenou o Programa de Assistência às Mulheres Vítimas de Violência Sexual – PAMVVS, de agosto de 2018 a janeiro de 2020, período em que esteve contratada pelo Instituto de Psicologia Clínica Educacional e Profissional (IPCEP), o qual já vinha atuando no programa desde 2016.

Pode-se afirmar que seu encontro com o ativismo feminista acontece e se qualifica com sua inserção na Cunhã. De acordo com ela mesma, em entrevista, foi a partir da sua participação na Cunhã que ela começou a enxergar o feminismo como movimento histórico e político, como caminho de luta pela igualdade de direitos entre mulheres e homens. Foi educadora, pesquisadora, ativista, coordenadora e diretora da Cunhã ao longo de 25 anos, desenvolvendo atividades na área de formação com grupos de mulheres populares e agricultoras do Cariri paraibano; com profissionais de saúde, com as organizações da sociedade civil, em temas relacionados à igualdade de gênero, às políticas públicas, controle social e ao orçamento participativo.

Ao descrever sua companheira de tantas lutas, Socorro Borges afirmou que a fome pelo conhecimento era uma das suas muitas qualidades. Era estudiosa e dedicada, educadora que se qualificava e se preparava para os momentos formativos. Na área de articulação política, Lúcia teve um papel fundamental porque era muito firme, corajosa, com grande capacidade de diálogo e de escuta. O Conselho Municipal de Saúde de João Pessoa e o Comitê Municipal de Prevenção à Mortalidade Materna foram espaços de participação importantes que ganharam com sua presença. Em ambos ela participou dos processos de incidência política e de estudos sobre a prevenção da mortalidade em João Pessoa e na Paraíba. Na Rede Feminista de Saúde, atuou incansavelmente pelos direitos sexuais e reprodutivos, bem como pelas políticas de saúde no Brasil, com destaque na luta pela redução da mortalidade materna,



SUMÁRIO

incidindo em 2005 na pactuação do Termo de Ajustamento de Conduta firmado pelo Ministério Federal, governo da Paraíba e Prefeitura de João Pessoa (SOUSA, 2008). Suas ações foram fundamentais na luta pelo direito das mulheres ao abortamento, especialmente no contexto paraibano.

Lúcia, principalmente na Cunhã, contribuiu elaborando pesquisas, revistas, cartilhas, dossiês, diagnósticos sobre a saúde das mulheres, a mortalidade materna e o aborto. Uma caminhada profissional inteiramente dedicada à defesa do Sistema Único de Saúde e dos direitos humanos das mulheres e meninas (LIMA, 2022). Com seu fazer amoroso e firme, Lúcia iluminou os passos de um feminismo encarnado na vida das mulheres nordestinas, populares, pretas, periféricas, do campo e da cidade, partindo dessas diversas realidades, valorizando os seus saberes e estimulando ações de intervenção para mudança e transformação social coletiva.

Aos 57 anos, o candeeiro de Lúcia foi alumiar outra dimensão, quando partiu deste universo, falecendo no dia 10 de julho de 2021, em decorrência de uma pancreatite agravada pelo contexto da pandemia da Covid, em que o sistema da saúde pública se encontrava em colapso devido ao governo descomprometido com o direito à saúde da população. Sua presença vive em nós pela beleza de ser humano que ela foi e por tudo que lutou e realizou pela vida e pelos direitos humanos das mulheres, meninas e adolescentes, pela defesa de uma política pública de saúde universal, de qualidade e pela democracia brasileira.

Lígia Luís de Freitas

Luciana Cândido Barbosa

Maria Lúcia Lopes de Oliveira

INDICAÇÃO DE LEITURA:

SOUSA, Maria Lúcia Lira de. Ministério Público: um aliado na ação feminista – experiência de monitoramento de políticas públicas. **Toques de Saúde**, João Pessoa, n. 6, p. 14-19, 2008.

SOBREIRA, Dayane Nascimento. **A Cunhã Coletivo Feminista**: subjetividade, história e feminismo na Paraíba (1990-2015). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

CASA PEQUENO DAVI. **Um olhar sobre o Baixo Roger em tempos de pandemia na cidade de João Pessoa**. João Pessoa, 2021.

LUCIANA CÂNDIDO BARBOSA

Da barriga de Laudemira Rodrigues Barbosa, Luciana nasceu no dia 18 de agosto de 1969, em João Pessoa, Paraíba. Filha de Antônio Cândido Barbosa, era a caçula de quatro irmãs e três irmãos. Sua irmã, Maria José, registrou que, por ser a mais nova, a partir do cuidado com ela todas as irmãs viveram a experiência da maternagem. Suas avós, Marcília Rodrigues dos Santos e Rita Fernandes Barbosa, foram duas grandes referências ancestrais em sua vida. Aos 26 anos, ela engravidou de Laís Barbosa Silva, com quem compartilha sua vida. Na infância, Luciana gostava de brincar e assistir à televisão. Talvez por isso, demorou a aprender a ler e a escrever,



SUMÁRIO

ao ponto de sua mãe levá-la ao médico, para quem a televisão seria a responsável pelo atraso nestas aprendizagens, como relatou sua irmã Maria José. Seu processo de escolarização básica ocorreu em escolas públicas, em João Pessoa. Fez o curso médio técnico em Edificações, no atual Instituto Federal da Paraíba.

Na década de 1980, na efervescência da Teologia da Libertação na Paraíba, participou da Pastoral de Juventude do Meio Popular. O despertar para o feminismo começou nesse contexto, a partir de debates sobre saúde e sexualidade. Entretanto, a discussão da sexualidade desconsiderava a experiência das mulheres, realidade que a incomodava, fazendo-a provocar o debate. Eram pequenas ações feministas individuais, mas passos importantes para a subversão individual, segundo seu relato. A partir de 1990, sua família foi morar em Bayeux, na Paraíba, onde Luciana se aproximou do Partido dos Trabalhadores, e participou do setorial de mulheres. Essa experiência fortaleceu sua perspectiva feminista, fazendo-a se envolver na eleição de candidatas comprometidas com a cidadania das mulheres.

Em 1995, formou-se em Psicologia pela UFPB, onde teve a oportunidade de refletir teoricamente sobre as relações de gênero, em especial, com a leitura do livro *A classe operária tem dois sexos* e outros estudos, articulando trabalho e gênero, fundamentais para ampliar sua visão sobre as desigualdades entre homens e mulheres. Todas essas aprendizagens atravessaram seu trabalho educativo, seu ativismo social e feminista.

A dificuldade do partido em agregar as pautas das mulheres a mobilizou, juntamente com outras companheiras, em direção ao movimento social feminista. Em 1998, ela e outras mulheres partidárias e do movimento popular fundaram o Centro “Acorda Mulher”, na cidade de Bayeux, do qual Luciana foi uma das primeiras coordenadoras. Francinalda Pereira, parceira de lutas, ressaltou que



SUMÁRIO

ela sempre demonstrou poder de articulação, mobilização e capacidade de formação da entidade.

A graduação na universidade a levou aos estágios na Cunhã Coletivo Feminista, no Movimento de Trabalhadoras Rurais do Brejo Paraibano, no Hospital Universitário, e junto aos trabalhadores da construção civil; experiências férteis para colocar em prática as aprendizagens do ensino superior. Em 2011, iniciou o mestrado em Serviço Social, terminado em 2013. Seu estudo analisou as condições de trabalho das empregadas domésticas sindicalizadas do município de João Pessoa. A pesquisa lhe permitiu resgatar a história da sua avó materna, trabalhadora doméstica, que sustentou sua mãe e tias, num tempo em que não havia legislação regulamentadora deste tipo de trabalho. A primeira experiência de carteira assinada foi como secretária da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), nos anos de 1980. Depois, passou um período trabalhando no colégio Pio XII, inicialmente com a informática escolar, em seguida com o ensino religioso, a partir de uma perspectiva de formação humana e cidadã.

Entre 1998 e 2017, ela esteve vinculada à Cunhã, atuando como educadora social, pesquisadora, coordenadora, elaborando projetos e relatórios técnicos, sempre com um olhar cuidadoso para que os materiais de comunicação estivessem alinhados com a missão institucional. Desde o início da década de 1990, a referida ONG vem atuando pelos direitos humanos das mulheres, experiência importante para qualificação do seu ativismo feminista. Luciana sempre demonstrou poder de articulação e mobilização na organização das atividades de rua promovidas pela Cunhã, envolvendo grupos populares e feministas. Uma atuação comprometida com as pautas coletivas em comum. Atualmente, ela integra a rede de colaboradoras da ONG. Sua atuação vem se consolidando, em especial, com ações que promovem o diálogo sobre trabalho, saúde reprodutiva, sexual e enfrentamento à violência contra as mulheres. Seu trabalho



SUMÁRIO

como educadora social tem focado nas temáticas de gênero, trabalho doméstico, produtivo e reprodutivo, gestão e organização dos grupos populares de mulheres, enfrentamento ao racismo, a violência contra as mulheres, direitos reprodutivos, saúde das mulheres e moradia.

Além de espaço de trabalho, essas organizações configuraram-se como importantes territórios políticos para seu ativismo feminista, que se expandiu com sua entrada na Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB). Para Cristina Lima, Luciana é uma mulher negra de grande referência no enfrentamento da violência racista, que atua no campo da educação popular pautada em uma ética feminista que respeita as diferenças, a democracia e a construção coletiva. Desde 2018, ela compõe a Rede de Colaboradoras da Universidade Livre Feminista.

Em 2019 passou a integrar a Comissão Político-Pedagógica da Casa Pequeno Davi, colaborando com ações educativas, articulação política, produção de conhecimento e mobilização de recursos. Nessa instituição também coordenou o Projeto “Tecendo uma Cultura de Paz nas Escolas”, entre 2018 e 2019, com inclusão de metodologias inovadoras, garantindo a participação e o protagonismo de crianças e adolescentes e a qualificação de educadores das instituições participantes.

Aos 51 anos, em 2020, afirmou que o caminho trilhado contribuiu para que ela se descobrisse como mulher negra antirracista, aprendente do feminismo negro e da psicologia afro-centrada, com a beleza da sua cultura que valoriza sua ancestralidade africana. Mulher cujos passos pelo mundo são guiados pela capacidade de escuta e pelo cuidado com quem cruza seu caminho, sempre transbordando amorosidade e generosidade em seus gestos e ações. Para sua irmã, Maria José, ela tem sororidade e solidariedade com as pessoas que ama e uma grande “capacidade de se entregar às dores do mundo”. Entrega que se revela na sua espiritualidade, no movimento

da vida, na dança, no canto, na amorosidade com suas amigas, no respeito às suas diferenças e escolhas de vida.

Luciana se afirma como mulher negra, feminista, antirracista, antipatriarcal e anticapitalista. Suas sólidas aprendizagens surgiram da caminhada com as mulheres periféricas, marisqueiras, rurais e quilombolas. No encontro com as pretas e com o movimento de mulheres negras da Paraíba, retomou sua irmandade ancestral, reconhecendo sua expressão política nas lutas coletivas. Sua voz ecoa as vozes, a ancestralidade e os afetos aprendidos a cada passo, nas vivências e construções coletivas dessas mulheres. Luciana inspira poesia, nos lembrando da importância de reverenciar e enaltecer as nossas companheiras mais velhas, como afirmou Hildevania Macêdo (2022).

Lígia Luís de Freitas

Maria Lúcia Lopes de Oliveira

Cristiane Cavalcanti Freire

INDICAÇÃO DE LEITURA:

BARBOSA, Luciana Cândido. **Trabalho Doméstico:** uma análise das condições de trabalho das empregadas domésticas sindicalizadas do município de João Pessoa - PB. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

BARBOSA, Luciana Cândido. **Feminismo Negro e Negro no Feminismo.** Universidade Livre Feminista. [s. l], [s. d].

SOBREIRA, Dayane Nascimento. **A Cunhã Coletivo Feminista:** subjetividade, história e feminismo na Paraíba (1990-2015). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

LUCIENE DE CAIANA DOS CRIoulos

(Luciene Tavares da Silva Lima)

Gerada por Lúcia Maria para ser filha de Maria Feliciano, a história de Luciene é marcada pela generosidade das boas partilhas e encontros. João José, seu avô, viúvo aos 50 anos com nove filhos, encantou-se por Maria, 20 anos mais nova que ele. Juntos, eles enfrentaram julgamentos e preconceitos por conta da diferença de idade entre o casal, além de comentários racistas de familiares e conhecidos que diziam que Maria “sujaria” a família por casar-se com um “homem de cor”, como costumavam se referir às pessoas negras. Foi também João José o primeiro da família a se casar com uma mulher branca, fazendo a ruptura de um padrão nos casamentos da comunidade. Depois de casados, Maria Feliciano se mudou com ele para o centro do quilombo Caiana dos Crioulos, em Alagoa Grande, Paraíba, onde trabalharam juntos na roça, assumiram as tarefas de casa e a criação das crianças. Mesmo criando os filhos de João José, ela cultivava o sonho de ter uma menina, após três abortos consecutivos. Lúcia Maria, sua enteada, casada com José e mãe de seis filhos, comoveu-se com o desejo da madrastra, prometendo ao pai que se engravidasse novamente e fosse uma menina, ela a entregaria para que fosse criada como filha deles, desde que toda a história fosse contada à criança ainda pequena. Assim, no dia 4 de agosto de 1989, nasceu a filha de Maria, gerada por Lúcia Maria, a futura líder quilombola, mulher negra inspiradora, a professora Luciene.



SUMÁRIO

Nascida e criada na comunidade quilombola, Luciene conviveu com as duas mães, os dois pais e seus irmãos até os sete anos de idade, quando os pais biológicos, em busca de trabalho e de condições básicas para conseguir manter a família, partiram para o estado de Rondônia com a promessa de casa e trabalho. Deste modo, Luciene passou a ser integralmente criada e educada por seu avô e pela madrastra de sua mãe biológica, os quais desde cedo chamaria de pai e mãe. Dentro de casa, ela era a única criança-filha, já que seus tios e tias estavam casados, morando em suas próprias casas. Ela teve uma infância que, apesar das dificuldades, deixou lembranças das brincadeiras entre as árvores onde era sempre a professora dos colegas e primos, do cheiro de terra, mas também das reuniões e conversas que os moradores, organizados, articulavam em Caiana. Dedicou-se aos estudos, por determinação e incentivo de sua mãe Maria, que não queria que sua filha fosse trabalhar no roçado e queria abrir mão dessa ajuda, o que para grande parte das famílias nem sempre era possível. Conhecer a história de Luciene é mergulhar na sua trajetória de mulher negra quilombola, em busca de uma consolidada formação acadêmica, pela qual podemos ver espelhada a estratégia encontrada por ela para resistir, tenazmente, como costuma afirmar, ao sistema racista e patriarcal.

Seu pai passava o dia todo no roçado e a mãe, que tantos esforços dedicava para que a menina não descuidasse dos estudos, não sabia ler nem escrever. Cabia a Luciene prestar muita atenção nas explicações das professoras, pois a mãe em casa não saberia lhe tirar as dúvidas e nem o pai tinha tempo para isso. Na escola, só pôde ingressar aos sete anos de idade, pois naquela época não havia um programa de educação infantil na comunidade. Ela lamenta não ter tido, por mais de uma semana, uma professora quilombola. O corpo docente era composto por pessoas da cidade, frequentemente alheias às questões da população e tradição quilombola, alocadas



SUMÁRIO

como que por *castigo*, devido a questões relativas à oposição partidária e às difíceis condições de acesso ao quilombo que se localizava distante da cidade. Naquela época, as poucas casas de alvenaria da comunidade eram alugadas para as aulas das crianças, e a sombra das árvores era a extensão dessas salas que não comportavam todas elas. Não é à toa que seus moradores dizem ser as árvores as grandes testemunhas das lembranças mais antigas de Caiana. A sala de aula da turma de Luciene era embaixo de uma mangueira e, nos dias de chuva, as crianças corriam, carregando os pesados bancos de madeira e o material escolar, em busca de abrigo. Com notável desempenho escolar, Luciene passou a acompanhar a turma à frente do seu ano, auxiliando a professora e os colegas.

Em 2001, após grande cobrança e fiscalização da comunidade, a Escola Firmo Santino da Silva foi construída, levando o nome em homenagem ao líder quilombola e mestre da bandinha de pífano. Luciene acompanhou ansiosa a conclusão daquele sonho, compartilhado por tantos ali, e estudou da 4ª até a 8ª série do ensino fundamental, passando a frequentar a Escola Normal, em 2006. Para concluir seu magistério, caminhava diariamente cerca de 10 km, mesmo em dias de chuva, pela estrada de terra que ligava Caiana à Alagoa Grande. Hoje ela expressa muita gratidão pelos aprendizados daqueles anos, mas relata também ter, nesse momento, conhecido as dores do racismo, já que na escola quilombola isso não acontecia. Aos 17 anos casou-se com Carlos, que tinha 22 anos de idade, um quilombola que retornava do Rio de Janeiro para Caiana e que Luciene já conhecia. No total, Luciene tem 21 afilhados e afilhadas.

Ao concluir o magistério, em 2010, Luciene retornou à Escola Firmo Santino, como professora, somando forças aos colegas docentes e toda equipe na concretização de novos objetivos que operassem em prol de toda comunidade. Era a única professora quilombola da comunidade a lecionar na instituição. Em 2017, assumiu



SUMÁRIO

a função de gestora da escola, engajada ainda mais em construir coletivamente um projeto político-pedagógico comprometido com a valorização e fomento da identidade da tradição e dos saberes quilombolas, em diálogo com os saberes escolares. A ativa participação em movimentos sociais, como a Organização de Mulheres Negras de Caiana (OMNC), a Bamidelê (Organização de Mulheres Negras na Paraíba) e a Cunhã (Coletivo Feminista), permitiu uma compreensão ainda mais ampla de toda sua existência, dos direitos, identidades e histórias da população negra no Brasil, tão apagada das bases formais de educação. Toda sua vivência e conhecimento foram agregados nas práticas educativas que propunha no ambiente escolar, como primordial na formação de jovens e crianças para que, com altivez e orgulho, reconhecessem e afirmassem pertencer à sua comunidade étnico-racial.

Em 2018, por questões partidárias e atritos de valores, Luciene foi retirada do cargo junto com tantos outros colegas, dedicando-se, então, aos projetos externos à escola, nos quais já era engajada, tal como o projeto de turismo *Vivenciando Caiana*, a OMNC, e as pautas da Associação dos Moradores de Caiana. Em 2021 concluiu o seu mestrado em Formação de Professores pela Universidade Estadual da Paraíba e, em 2022, após seleção e entrevista, foi convidada a ser supervisora escolar da Escola Quilombola Antônia do Socorro Machado, em Paratibe, João Pessoa, onde hoje está domiciliada junto com seus pais e esposo. Entre tantos projetos, desenvolveu trabalhos de referência na área da educação étnico-racial, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, da Lei 10.639 de 2003, em consonância com o Estatuto da Igualdade Racial (2010) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (2012).

Marina Prado Santiago

INDICAÇÃO DE LEITURA:

LIMA, H. V. C. Negro & Quilombola: a identidade étnica em questão na comunidade remanescente de quilombos de Caiana dos Crioulos - PB. **Cidade - Cadernos de História**, v. 17, n. 27, p. 496-520, 2016.

LIMA, L. T. S. **Memórias e saberes de Caiana dos crioulos na formação de professores**: modos e formas de aprender na educação escolar quilombola. Dissertação (Mestrado em Formação de Professores) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2021.

LIMA, L. T. S.; ARAGÃO, P. C. Mulheres em rede de saberes vivenciando a comunidade caiana dos crioulos e reexistindo na luta. **Revista Internacional de Apoyo a la Inclusión, Logopedia, Sociedad Y Multiculturalidad**, Jaén-Espanha, v. 7, n. 1, p. 136-150, 2021.

LUCY CAMELO

Lucy Camelo foi uma atriz paraibana com notável atuação no rádio e no teatro nos anos 40 a 80 do século XX. Na Rádio Tabajara fez parte do elenco das novelas e do programa dominical de Cilaio Ribeiro “*Vovô, conte-me uma história*”. No teatro, a sua área de atuação mais longa, esteve em diferentes grupos, em significativos espetáculos e foi dirigida por diversos encenadores e duas diretoras. Mais rico ainda é o rol de mulheres a quem deu vida no palco, personagens essas saídas da pena de importantes dramaturgos



SUMÁRIO

de renome regional, nacional e internacional, a exemplo de José Bezerra Filho, Altimar Pimentel, Ariano Suassuna, Plínio Marcos e Tennessee Williams.

A amostra seguinte é um exemplo da vasta e importante carreira de Lucy Camelo (nome dos grupos em ordem alfabética): Cactus Produções: *O mundo Louco do poeta Zé Limeira* (1974) e *Zebra do primeiro ao quinto ato ou a noite da eterna esperança* (1975) ambos com texto e direção de José Bezerra Filho; Grupo Bigorna: *Navalha na carne* (1969), de Plínio Marcos, no papel da prostituta Neusa Suely, dirigido por Fernando Teixeira, com quem também dividia a cena; Grupo Formação: *Nordeste para principiantes*, show musical de autoria de Marcus Vinicius e Pedro Santos com direção de Marcus Siqueira. Nesse espetáculo, o elenco teatral era formado apenas por Lucy Camelo e Ednaldo do Egypto; Grupo Oficial do Teatro Santa Roza: atuou em *A Modelação* (1967), de Virginius da Gama e Melo, dirigido por Marcus Siqueira. Com esse espetáculo ganhou o prêmio de melhor atriz coadjuvante na Sétima semana de Teatro da Paraíba; faz parte de *Cordel* (1975), de Orlando Sena, dirigido pelo mineiro Rubens Teixeira; esteve em *Coiteiros* (1977), de José Américo de Almeida, adaptada por Altimar Pimentel, onde interpretou a personagem Zigue e foi dirigida por Fernando Peixoto (do Teatro Oficina/Teatro de Arena de SP); deu vida à mãe do personagem título em *Lampião, o rei do cangão ou as quixotescas aventuras de Lampião e Beija-flor* (1978), com texto e direção de José Bezerra Filho; foi Rita em *O Dia em que deu elefante* (1980), de Marcos Tavares sob a direção de Tânia França; Grupo Tenda: nesse grupo fez *Alamo*, texto de Altimar Pimentel dirigido por Leonardo Nóbrega, como a personagem Viúva III, com estreia em 17 de outubro de 1985 no palco do Lima Penante; Juventude Teatral de Cruz das Armas (JUTECA): *Um sábado em 30* (1971), de Luiz Marinho com direção de Ednaldo do Egypto; *As Fãs de Frank Sinatra* (1982), de José Maria Rodrigues dirigido por Elpidio Navarro; *O Testamento*, texto e direção de Pereira Nascimento (1982); *A paixão de Cristo*, de Aldo Garrido sob a direção de Leonardo Nóbrega



SUMÁRIO

(1983); Movimento de Cultura Artística (MOCA): *O asilo* (1975), texto de Niels Petersen contando com encenação coletiva sob a coordenação de Nautilia Mendonça e Luiz Carlos Vasconcelos; Teatro de Arena da Paraíba: ao lado de Zezita Matos, Rubens Teixeira e Ednaldo do Egypto, atuou em *O Bem-amado*, de Dias Gomes, com direção de Wilson Maux; Teatro dos Amadores da Paraíba: *Se o Anacleto soubesse* (1957), de Paulo Magalhaes com direção de Cilaio Ribeiro; Teatro do Estudante da Paraíba (TEP): *Cantam as harpas de Sião* (1959), de Ariano Suassuna (direção coletiva), *O Pagador de promessas* (1961), de Dias Gomes, *Morre um gato na China* (1962), de Dias Bloch, e *João Farrapo* (1962), de Meira Pires, todos dirigidos pelo pernambucano Walter de Oliveira; Teatro-Escola da Paraíba: *Andira* (1961), de Vanildo Brito com direção de Elzo Franca; Teatro Popular de Arte: *O Menino de Moony* não chora (1959), de Tennessee Williams, com direção de Maria José Campos Lima, *A Rebelião dos abandonados* (1960), de Vanildo Brito dirigido por Elzo França; Teatro Experimental de João Pessoa: *A vida não é nossa* (1958), de A. Accioly Neto, dirigido por Ruy Eloy. Por sua performance recebeu o prêmio de melhor atriz no 1º Festival de Arte Dramática da Paraíba.

Além de ser uma atriz dotada de versatilidade, atuando tanto em dramas quanto em comédias, Lucy era por demais talentosa, o que se confirma pelos prêmios recebidos ao longo da carreira, a exemplo de: melhor atriz no 1º Festival de Arte Dramática da Paraíba e melhor atriz coadjuvante na Sétima Semana de Teatro da Paraíba. Mas a grande consagração aconteceu no 1º Festival de Teatro Amador de Campina Grande, em 1974. Esse evento, visto como um ato de resistência diante das perseguições da ditadura militar, passaria logo a ter amplitude nacional como Festival de Inverno de Campina Grande (FICG). Foi nesse palco que *O mundo louco do poeta Zé Limeira* arrebatou seis prêmios dentre os quais o de melhor atriz para Lucy Camelo. Neste ano, a artista festejava justamente o seu jubileu de prata nos palcos paraibanos. O diretor e ator Elpídio Navarro festejou o feito e prestou homenagem à artista,



SUMÁRIO

no Jornal *O Momento* (12 a 18 de agosto de 1974) lembrando que “vinte cinco anos, já é toda uma vida” e enaltecendo o talento, a dedicação, a simplicidade, a disposição para ensaios a qualquer hora, por parte de Lucy, o que demonstra o seu grande amor pelo teatro.

Mas, 1974 também, foi o ano em que a atriz foi vítima direta da censura teatral. Dois textos dramatúrgicos e biográficos, escritos especialmente para a comemoração dos seus 25 anos de carreira, foram duramente censurados. O primeiro – *Quem tem medo de Lucy Camelo* – do autor Marcus Luiz, foi enquadrado nas categorias censórias moral e política e recebeu o veredicto “Interditado” por meio do parecer 22122/74 do Departamento de Polícia Federal/ Divisão de Censura e Diversões Públicas (DCDP) do Ministério da Justiça. Quanto ao segundo – *A importância do camelo para o mundo capitalista* – recebeu cortes às páginas 2, 4, 6, 8 e 9 com enquadramento em censura moral e indicação etária para 18 anos, conforme pareceres 22423/74 e 22424/74 da citada divisão. Esses textos não foram encenados. Uma das falas que seriam ditas pela atriz, na peça escrita por Marcus Luiz, expressa a relação de Lucy com a arte de atuar: “às vezes eu penso que teatro é um vício, uma doença, sei lá... Uma coisa que entra na gente e não sai mais”. A atuação de Lucy Camelo extrapolava a cena paraibana, pois tomou parte em festivais de âmbito nacional país afora. Como atriz de *Coiteiros*, participou do projeto de circulação de teatro brasileiro – *Mambembão* – com temporada no Rio e São Paulo em 1978.

Sua atuação não se limitava ao papel de atriz, mas também se dedicou à promoção cultural ao integrar a equipe de organização das famosas *Semanas de teatro da Paraíba* na década de 1960. Por sua vez, o cinema nacional também teve a chance de ser enaltecido com o talento de Lucy. Em 1965 ela integrou o elenco, no papel de costureira, do famoso filme *Menino de Engenho*, de Walter Lima Júnior, adaptação da obra homônima de José Lins do Rego. Também atuou em *Fogo Morto*, filme de Marcos Farias de 1976, uma

adaptação, também, de livro homônimo do citado autor paraibano e foi filmado na cidade de Pilar - PB em 1975.

Rosa Carlos

INDICAÇÃO DE LEITURA:

ARAÚJO, Fátima. **Santa Roza**: um teatro de 120 anos (1889-2009). João Pessoa: A União, 2009.

CARNEIRO, Josélio. **Rádio Tabajara**: patrimônio cultural da Paraíba. João Pessoa: Gráfica Jb, 2017.

EGYPTO, Ednaldo do. **Quarenta anos do teatro paraibano**. João Pessoa, PB: Secetur, 1988.

LIMA, Duílio Pereira da Cunha. **Encenação Tabajara (1975-2000)**: memórias, tendências e perspectivas no teatro de João Pessoa. Tese (Doutorado em Literatura e Interculturalidade) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2016.

L

UZIA DE RIACHÃO

(Luzia Cícero dos Santos)

Dona Luzia Cícero dos Santos, hoje com 72 anos de idade, reside no assentamento Baixio de Riachão - PB desde seu nascimento, por isso diz conhecê-lo como a palma da sua mão. Desde criança trabalha com a agricultura. Hoje, já aposentada, sente uma



SUMÁRIO

imensa satisfação em falar sobre a sua participação na luta pela terra. Esta traz memórias de um Baixio sem vida, sem cor e sem assistência médica e habitacional. Segundo Dona Luzia, ficar doente naquele lugar era algo um tanto assustador, isso porque ela lembra como era a dificuldade de morar ali e diz que “o Baixio foi um lugar muito atrasado, quando aqui era município de Araruna era um lugar esquecido”. A rigor, foram as dificuldades que trouxeram a força necessária, pois como afirma Dona Luzia, a “carência e a necessidade” por um pedaço de chão, por um teto e para ter de onde sustentar os seus sete filhos a fez ir à luta e nunca desistir. Dessa forma, percebe-se que por mais difícil que fosse enfrentar tudo sozinha, já que seu esposo havia viajado para São Paulo a deixando sozinha com toda a responsabilidade de prover o lar, ela não desistiu. Uma mulher que se autointitula como sendo uma “viúva de marido vivo”, porque “o pai abandonou a casa pra ir pra São Paulo. E uma pessoa que vai pra aquele meio de mundo trabalhar e não manda um refrigerio pros filhos é abandono”. É válido salientar que o termo “viúva de marido vivo” está relacionado com “as viúvas do sertão”, ou “da seca”, em referência às mulheres que são deixadas por seus maridos que saem de casa para trabalhar em outro estado. O que ocasiona, na maioria das vezes, a posição da mulher enquanto provedora do lar.

No falar de Dona Luzia, percebemos o orgulho que ela sente por ter sido forte, por ter conseguido alimentar os filhos com o suor de seu trabalho. Embora que para tal ela precisasse criar táticas para burlar as regras postas pelos patrões. Ela tinha plantações de milho e feijão, que eram quase sempre invadidas pelo gado dos patrões, para evitar a perda total do que plantava Dona Luzia levantava às 4 h da manhã para vigiar o gado e caso ele invadisse as plantações, ela tirava-os de lá. Muitas vezes acordou e chegando ao roçado o gado já estava comendo toda a lavoura. Desta forma, percebe-se que Dona Luzia usou algumas estratégias e foram essas estratégias que a permitiram alimentar seus filhos, embora com muito pouco. Como ela



SUMÁRIO

insiste em dizer e repetir ao longo da nossa conversa, para ela toda luta quando é enfrentada com fé é tida a vitória, ela diz que “quem luta um dia tem e quem procura um dia encontra seja lá o que procurar. Mas só vem com luta e com fé. Sem fé você não consegue nada”.

No assentamento Baixio existiam os roçados/plantações individuais e também em conjunto, que eram chamados de roçados comunitários. A rigor, os roçados comunitários eram cultivados coletivamente por famílias que em conjunto plantavam milho, feijão e macaxeira. Além do roçado, a criação de animais também era feita de forma coletiva. Segundo Lima (2016), essas atividades permitiam a aprendizagem dos sistemas de criação, bem como a alimentação apropriada, sanidade dos animais, reprodução e características de cada raça. Em relação à produção resultante do roçado comunitário e das pequenas criações de animais, Dona Luzia diz que tudo era dividido entre as famílias que participavam da produção, usado para a alimentação, o restante eles vendiam nas feiras livres e no PNAE, o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Cada experiência rememorada e contada por Dona Luzia vai ao encontro do que Larrosa (2011) nos aponta quando fala sobre o sujeito da experiência, que “seria algo como um território de passagem, algo como uma superfície sensível que aquilo que acontece afeta de algum modo, produz alguns efeitos, inscreve algumas marcas, deixa alguns vestígios”. E esses vestígios são encontrados para além do olhar saudoso e sensível de Dona Luzia, quando, ao olhar para a comunidade, se orgulha de ter experienciado cada dia daquela época, já que ao comparar o antigo Baixio com o atual, a alegria enche seus olhos. Se antes o Baixio era um lugar esquecido e atrasado como Dona Luzia nos diz, hoje é um lugar bom de se viver, com muitos filhos de assentados formados, alguns enfermeiros, outros professores; tem-se muitas casas de tijolos, creche e escola. Ela enfatiza que, atualmente, constituem um povo rico.

Genilma Ricardo da Silva

INDICAÇÃO DE LEITURA:

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças dos velhos. 1. ed. Ed. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

LARROSA, Jorge. **Tremores:** Escritos sobre experiência. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

SOBREIRA, Dayane Nascimento. Das muitas margaridas: a construção de um feminismo rural no estado da Paraíba, Brasil. **Mediapolis: Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público**, Coimbra, v. 7, p. 47-60, 2018.

LUZIA SOARES FERREIRA

“Uma mulher que nunca fugiu da luta”: assim as companheiras de movimento descrevem Luzia Soares Ferreira. Como diz um poema de Geórgia Barbosa, além das lutas cotidianas no sindicato e nos movimentos de mulheres, Luzia Ferreira investiu na alfabetização e na documentação das trabalhadoras e trabalhadores rurais. Entrou no Sindicato dos Trabalhadores Rurais no ano de 1981, aceitando o convite de Carmelita Pedroza e Maria da Penha Nascimento. Começou dando aulas de corte e costura no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, depois trabalhou na alfabetização dos agricultores. Projeto de alfabetização que se transformou em escola e surgiu de uma conversa/diagnóstico entre ela, Carmelita e Penha, que perceberam a necessidade de fazerem uma escola dentro do Sindicato e também na usina, em Caiana dos Crioulos, no Zumbi, Canafístula. Quando começaram



SUMÁRIO

a fazer as matrículas, perceberam que os homens e as mulheres queriam muito estudar. Com trabalho voluntário, conseguiram em Guarabira, no SEDUP, os livros e as fichas de Paulo Freire. A escola começou quando Margarida Maria Alves ainda era viva, uma referência para elas. Além de aluna, Luzia foi convidada a criar um curso de corte e costura, dentro do Sindicato. Enquanto ensinava suas companheiras, via as ameaças que os patrões faziam a Margarida, mandando recados, dizendo que era para ter cuidado, pois estava ameaçada de morte. Sempre com chapéu na cabeça, a colega respondeu não ter medo. Isso faz parte das suas memórias de militância.

Após o assassinato de Margarida Maria Alves, Luzia Ferreira também passou a sofrer ameaças de morte, às quais respondia no mesmo tom da companheira assassinada: “eu não tenho medo não, porque eu só deixo de falar quando eu morrer”. Para ela, o Sindicato havia se tornado uma segunda casa, um lugar inicialmente masculino que passou a ser ocupado também pelas mulheres. Contudo, elas logo perceberam a necessidade da criação de grupos específicos. Com isso, fundaram o Movimento de Mulheres do Brejo (MMB), contando com a presença marcante de Maria da Penha Nascimento. A morte de Penha, em circunstâncias inesperadas, enfraqueceu o movimento, mas elas não desistiram e trataram de firmar parceria com o Movimento de Mulheres Trabalhadoras (MMT), com sede em Guarabira na época. Dentro do Sindicato, tiveram que enfrentar a resistência masculina, mesmo assim, continuaram firmes e conseguiram, agregando vários grupos de mulheres.

O investimento incansável na alfabetização e na documentação da população rural marcou a trajetória de Luzia Ferreira. Algo que desagradava não apenas aos latifundiários da região, como também aos próprios maridos das trabalhadoras. Mulheres que, até então, não tinham existência para o Estado, nem para as políticas



SUMÁRIO

públicas, pois não portavam documentos, vivendo à sombra dos companheiros. A campanha pela documentação partiu dessa necessidade e, para ela, obtiveram apoio da Igreja e do Movimento (MMT) a partir de 1992. Diante da incompreensão das mulheres abordadas inicialmente pela campanha, perceberam a necessidade de mudar a estratégia e começar pelo trabalho de conscientização das bases. Tentavam explicar que as mulheres não poderiam se aposentar com os documentos dos maridos. Era preciso conversar muito para convencer e conquistar essas mulheres, mostrar que estavam do lado delas. Assim, faziam seus documentos. A Campanha pela Documentação teve várias edições, atingindo muitas cidades da Paraíba. Luzia Ferreira trabalhou em Serra Branca, São Sebastião do Umbuzeiro, Monteiro, entre outros municípios, atuando junto com outras companheiras nessas localidades.

De acordo com Valber Andrade, no ano de 2004, numa das Campanhas pela Documentação das mulheres na cidade de Monteiro, Luzia Ferreira trabalhou ao lado de uma outra importante sindicalista, Maria das Neves Moura do Nascimento, mais conhecida como Dona Lia. A equipe reunia o INCRA, a FETAG, o Ministério Público e a Defensoria Pública, assim, todos os documentos saíam gratuitamente. Houve inclusive um caso de uma moça de 14 anos que não conhecia o pai, que foi localizado pela Defensoria Pública e foi obrigado a pagar a pensão. Isso evidencia a dimensão e a importância dessas edições das Campanhas pela Documentação. O Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), do qual Luzia Ferreira foi presidente, e que hoje se articula a nível regional, tem ainda uma preocupação particular com a documentação das mulheres e realiza campanhas com esse intuito.

Luzia nos deixou em 2021, em meio à pandemia de Covid-19, num cenário difícil que se tornou ainda mais triste após sua partida. Mulher corajosa e destemida, sua memória ecoa,

assim como as de suas contemporâneas e companheiras de luta.
Luzia Ferreira presente!

Susel Oliveira da Rosa

Dayane Nascimento Sobreira

Geórgia Inês de Mélo Barbosa

INDICAÇÃO DE LEITURA/ESCUITA:

ANDRADE, Valber Rodrigues de. **Luzia Ferreira**: trajetória de luta e resistência. Monografia (Graduação em História) – Centro de Humanidades, Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2017.

LAEPT. **Episódio 06 - Luzia Soares**. YouTube, 15 fev. 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=il8bzyOw_LE&ab_channel=LAEPT. Acesso em: 08/11/2022.

SEDUP GUARABIRA. **Campanha Viva Mulher: Luzia Soares Ferreira**. YouTube, 23 abr. 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zfmWmuWVJVQ&ab_channel=SedupGuarabira. Acesso em: 08/02/2023.

MÃE BEATA DE IEMANJÁ

(Maria Barbosa de Sousa)

Maria Barbosa de Sousa, conhecida como Mãe Beata de Iemanjá, que traz em sua história um terceiro nome, o de Beatriz, é considerada como uma das primeiras mães de santo a cultuar



SUMÁRIO

umbanda/candomblé e a realizar o primeiro casamento na umbanda em João Pessoa - PB. Pouco se sabe historicamente sobre a memória de Mãe Beata. Os textos “*Memórias in Memoriam: Mãe Beata e o nascimento do Candomblé Angola na Paraíba*” e “*Umbanda missão do bem: minha história, minha vida*”, trazem narrativas de quem conviveu com Mãe Beata, descortinando em cada memória um pouco da sua trajetória que marcou a Paraíba, com o seu pioneirismo responsável pela incorporação do candomblé Angola, que fundiu-se na prática com a umbanda já praticada pela mesma Mãe Beata de Iemanjá.

Maria Barbosa de Sousa, Mãe Beata, nasceu no dia 18 de junho de 1922 no sertão da Paraíba, vinda para João Pessoa ainda jovem, casou-se com João Candido da Silva. Desse relacionamento nasceram duas meninas. Mãe Beata, ao realizar seu casamento, aproveitou e adicionou o nome Beatriz em seu registro ficando assim: “Maria Beatriz Barbosa de Souza”; com essa atitude, assentou seu traço de personalidade forte, escolhendo o nome a qual desejava ser chamada, contendo uma terceira denominação. Segundo testemunhos de seus filhos de santo, Mãe Beata iniciou seus trabalhos em sua residência no bairro da Torre, frequentou o Terreiro de Jurema de Pai Sebastião Gama. Foi internada por seu esposo como louca por causa do grande número de entidades que se manifestavam através dela.

Em 1963, Mãe Beata viajou para Recife indo até o Terreiro Obá Ogunté de Pai Adão da nação Nagô. Em uma dessas viagens para Recife Mãe Beata e seu esposo levavam em uma caminhonete todos os materiais para uma obrigação (iniciação), mas Mãe Beata, já recolhida dentro do roncó, desistiu da iniciação ainda em seu percurso, sentindo que aquela não era sua casa. E retornaram para João Pessoa. Logo após o ocorrido viajou para Salvador e visitou os tradicionais terreiros, onde escolheu o Terreiro de Pai Cecílio. Mãe Beata iniciou o candomblé Angola em João Pessoa, fazendo junção com a umbanda pois antes de ser iniciada no candomblé a mesma cultuava umbanda com Nagô, e assim continuou dando seus toques devido aos filhos terem dificuldades

de assimilar o ritual. Assim ela iniciava seus filhos nos fundamentos do candomblé de Angola.

Ao retornar de sua feitura na Bahia, ganhou a doação de um terreno no Varjão, no bairro do Cristo, onde construiu um terreiro e permaneceu até sua morte no dia 3 de março de 1989. Mãe Beata foi a primeira mãe de santo a realizar um casamento na umbanda em João Pessoa, em 1972, casamento religioso com efeito civil da senhora Maria da Penha com o senhor Carlos Roberto Ataíde (Robertão).

Também se tornou conhecida em razão de seus relacionamentos políticos. Outro de seus feitos foi a conquista de ser a primeira sacerdotisa afro-brasileira a adentrar a Universidade Federal da Paraíba, no fim da década de 1970, a convite do professor Marcos Navarro para participar de uma palestra. Faleceu em 3 de março de 1989 de causas naturais. Com ela levou também os sons dos atabaques.

Karina Ceci de Sousa Holmes

INDICAÇÃO DE LEITURA:

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

LIMA, Valdir de; ROSA, Maria Nilza Barbosa; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. *Memórias in memoriam: Mãe Beata e o nascimento do Candomblé Angola na Paraíba*. In: OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de [*et al.*] (Org.). **Memórias: lugar onde as lembranças não envelhecem**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2019.

LIMA, Valdir. **Cultos afro-paraibanos: jurema, umbanda e candomblé**. Rio de Janeiro: Fundamentos de Axé, 2020.



MÃE CHAGUINHA D'OMEGEWÁ

(Francisca das Chagas da Silva)

SUMÁRIO

Francisca das Chagas da Silva, a Iyalorixá Mãe Chaguinha D'Omigewá, é filha de Augustinho Luiz Telis e Irinéia Maria Telis. Nasceu em 17 de março de 1951, no município de Sousa (PB), em um sítio nas proximidades do Rio Grande do Norte. Todavia, só foi registrada com sete anos de idade, em 1958, como se tivesse nascido naquele ano.

Nessa época, ela teve desmaios frequentes, o que fez com que sua mãe buscasse ajuda médica, chegando ao hospital Padre Zé, na capital. Lá, encontrou uma pessoa que lhe disse que o problema da sua filha era espiritual, indicando o centro espírita Sítio de Pai Adão em Recife (PE). Sem mais delongas, a sra. Irinéia a levou para o endereço indicado, onde ela recebeu um tratamento espiritual. Sua mãe foi orientada a procurar um centro espírita para que a menina desenvolvesse as suas entidades.

De volta para casa, sra. Irinéia deparou-se com a resistência do marido que era evangélico e não aceitava que a sua filha frequentasse um terreiro de umbanda. Entretanto, após presenciar diversos momentos de transe de sua filha e situações embaraçosas, ele revelou-se decepcionado com o seu Deus por não curar a sua filha, e assentiu à decisão de sua esposa. Assim, a menina Francisca das Chagas foi levada para o Terreiro de Umbanda de São Sebastião, na cidade de Sousa, onde ela começou a desenvolver sua espiritualidade, com os padrinhos Manoel Pereira e Mãe Milinha.



SUMÁRIO

Com 25 anos, Francisca das Chagas casou-se com Juvino Ferreira da Silva e teve quatro filhas: Maria Goreti da Silva, Maria Ismênia, Maria Irineide e Maria Irismar. Seguiu cumprindo a sua missão espiritual, através dos atendimentos espirituais e do culto aos caboclos, ao boiadeiro e à preta-velha, em sua residência na cidade de Sousa. Esse foi o início da Casa de Oxum, com apoio de seu marido e de Sebastião, seu filho de santo mais velho.

Em 1979, o curso do desenvolvimento espiritual de Mãe Chaguinha lhe convocou o encontro com os orixás, ao que ela atendeu ao ingressar no candomblé, no terreiro Ilê Axé Runto Rumbossí, do babalorixá Jackson Ricarte, em Cajazeiras (PB). Em 1987, de forma determinada e corajosa, após separar-se do marido, Mãe Chaguinha mudou-se para João Pessoa com suas quatro filhas ainda crianças, onde seguiu seus trabalhos espirituais. Deu continuidade às suas obrigações de santo com o Babalorixá José Erivaldo da Silva, no terreiro Axé Oxum Odenitá. Em 7 de setembro de 1989, tomou DEKA (direitos concedidos) e abriu o seu terreiro, inaugurando o Ilê Axé Omilodé, em 1 de agosto de 1992, no bairro de Mangabeira, João Pessoa (PB). A construção da casa foi coletiva, quando filhas e filhos de santo e a Iyá Kekerê Mestra Doci se juntaram à Iyalorixá e seus familiares para erguer o templo de Oxum, patrona da casa.

Filha de Oxum e Logun Odé, a Iyalorixá Mãe Chaguinha D'Omigewá conta uma linda história de amor aos orixás, com mais de cem filhas e filhos de santo iniciados, que residem em João Pessoa, em cidades da Paraíba, em outros estados brasileiros e outros países (LOSS, 2020). A amorosidade de Mãe Chaguinha se mostra no zelo e na habilidade no trato com os orixás. Para ela, a forma de preparar uma alimentação para os orixás não está apenas no corte e no preparo das comidas, mas também na preparação de quem oferece, pois o amor precisa estar presente. Se não há amor, prevalece a solidão.

Mãe Chaguinha construiu sua família sob a proteção de Oxum, com quatro filhas, sete netas, quatro netos, cinco bisnetas



SUMÁRIO

e quatro bisnetos. Três de suas filhas são iniciadas no Candomblé, já alcançaram a senioridade e atuam junto a Mãe Chaguinha, como ekedis ou mães de santo, no Ilê Axé Omilodé e em outros terreiros, assim como parte de seus netos e netas. Também formou e deu passagem a ebomes, ogans e ekedis, entre outros cargos do terreiro de Candomblé. O aprendizado e os ensinamentos de Mãe Chaguinha são baseados na tradição oral, transmitidos na vivência cotidiana dos terreiros, através da palavra falada, da observação e dos sentidos. Seus conhecimentos estão ancorados na ancestralidade e cultura do sertão da Paraíba e da tradição africana, os quais ela transmite, com esmero e dedicação, às suas filhas e filhos de santo e outras pessoas que frequentam o terreiro. Assim, ela cultua os orixás, preservando os saberes recebidos dos seus mais velhos, babalorixás e Iyalorixá e da sua ancestralidade, reunindo seus deuses no Candomblé ketu-angola. Dessa forma, pratica uma religião de matriz africana que junta as divindades brasileiras, de tradição indígena e dos negros e negras escravizados, aos orixás que fazem renascer a África ancestral.

A Iyalorixá Mãe Chaguinha entende que os orixás são a natureza e por isso o respeito ao sagrado pressupõe preservar o meio ambiente. Para ela, a mata, as cachoeiras, o mar, os rios, o vento são deuses vivos, com vontade própria, por isso não se dirige à mata ou a um rio, sem pedir licença, sem levar uma oferenda e conversar com eles (LOSS, 2020). Com sabedoria profunda, vasto conhecimento e dotada de forte mediunidade, Mãe Chaguinha tem uma fina intuição, que se apresenta no jogo de Ifá, nas ritualísticas que conduz aos orixás, nos rituais de feitura das filhas e filhos de santo ou em uma simples conversa no salão do barracão. Sua firmeza junta-se à generosidade e à amorosidade na hora de cuidar e orientar quem lhe pede ajuda espiritual.

O Ilê Axé Omilodé também realiza ações educativas, como oficinas de penteado afro, aulas de música e tambor, visitação ao terreiro etc. para divulgação da cultura afro-brasileira



SUMÁRIO

e da resistência da diáspora negra africana, através do candomblé; assim como ações de enfrentamento ao racismo e à intolerância religiosa. Uma das ações é a realização, todos os anos, dos Tambores da Paz, movimento em forma de cortejo, que sai do Terreiro Ilê Axé Omilodé para a Praça do Coqueiral, no bairro de Mangabeira (João Pessoa), em 17 de março. Dia do aniversário de Mãe Chaguinha, em que foi instituído o Dia Estadual da Cultura Afro-Paraibana, através da Lei Estadual nº 8.776/2009. O movimento canta a vida da homenageada, incentiva as manifestações culturais da comunidade negra paraibana e valoriza a diversidade étnico-racial do estado.

A Iyalorixá Mãe Chaguinha de Omigewá tem a vida dedicada à espiritualidade; ao amor aos orixás; ao cuidado de pessoas que lhe procuram em busca de orientação e proteção espiritual, de conforto emocional, de cuidado com a saúde ou para desenvolvimento da espiritualidade. Foi homenageada com o título de Doutora Honoris Causa da Faculdade Febráica com a Ordem dos Capelães do Brasil, em 4 de março de 2023 e com o Diploma Mulher Cidadã Ednalva Bezerra de Lima, concedido pela Câmara Municipal de João Pessoa pelos relevantes serviços prestados à cidade e pela contribuição à defesa dos direitos da mulher, em 14 de março de 2012.

Ekeidi Maria Goreti Iyalodê da Silva Maciel

Gilberta Santos Soares (Ebome Ofadecey)

INDICAÇÃO DE LEITURA:

FILHO, S. L. F. **Modernidade versus tradição:** em torno da leitura da comida sagrada dos orixás nas religiões afro-brasileiras (João Pessoa - PB). Monografia (Graduação em Ciências das Religiões) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

LOSS, D. E. S. **Hungbê, um passado como referência:** narrativas e experiências de ancestralidade nas práticas educativas do Ilê Axé Omilodê (João Pessoa - PB). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2020.

NUNES, A. Festa dos tambores: Dia Estadual da Cultura Afro-Brasileira homenageia Mãe Chaguinha. Caderno Especial Dia Estadual da Cultura Afro-Brasileira. **A União**, João Pessoa, 17 mar. 2013.

MÃE LÍDIA

(Lídia Alves da Silva)

Dona Lídia Alves - uma das “tias do Pátio do Terço”, em Recife, e das “Mães xambá” - viveu entre o século XIX e XX, nascida em 1893. Conhecida como “baiana”, mesmo sendo alagoana, residiu em Recife e foi acolhida como pernambucana. Esticou passos até o estado vizinho e escreveu história na Paraíba e no Nordeste brasileiro como um todo. Mãe de três filhas: Djanira, Maria Eunice e Ilda, foi também mãe de muitos outros que dela receberam a chave-mestra para os cultos afro-ameríndios de jurema, xambá e xangô. Antes de mãe de santo, ainda como filha, foi iniciada em 1932 por Artur Rosendo Pereira, principal disseminador da tradição xambá em Pernambuco, e foi uma das primeiras iaôs de Maria das Dores da Silva, Maria Oyá, sua mãe de santo, também iniciada pelo alagoano. Lídia Alves está entre as primeiras ialorixás iniciadas em Pernambuco. É provável que tenha adentrado o culto de xambá aos 39 anos de idade, aproximadamente. Foi o xambá a primeira nação



SUMÁRIO

da sua casa de axé, aberta na Rua da Regeneração no bairro de Água Fria em Recife. Manoel do Nascimento Costa, “Papai” como é mais conhecido, afirma que após o falecimento de Artur Rosendo, Mãe Lídia transferiu a liderança masculina de sua casa para José Romão, filho de Pai Adão, e o terreiro adota o rito nagô com a introdução de algumas mudanças (COSTA, 1994). Papai também lembra: “minha avó era juremeira”, para dizer que nos dias de quinta-feira na casa dela acontecia uma reunião em que baixava caboclos, mestres e pretos-velhos, comandada pela cigana Antônia Francisca de Sales, sua chefe espiritual (COSTA, 1994). Roberto Motta, pesquisador do campo afro-pernambucano, aponta a casa de D. Lídia Alves como um bom exemplo de casa que atende a exigências ritualísticas tanto da parte dos orixás, como na parte dos caboclos (MOTTA, 1985).

Mãe Lídia foi professora e mãe de muitas pessoas que buscavam por auxílios e curas de diversas ordens. Uma dessas pessoas foi Vicente Mariano, que na busca de cura para uma enfermidade chegou à casa de Lídia Alves. No ano de 1948 o decano do candomblé campinense foi iniciado pelas mãos da sacerdotisa que se tornou sua mãe de santo e responsável pela abertura do primeiro terreiro de candomblé nagô egbá na Rainha da Borborema, como também é conhecida Campina Grande - PB, uma das maiores cidades do interior do Nordeste. Mãe Lídia foi, assim, uma das responsáveis pela chegada e ampliação do culto nagô egbá na Paraíba. Seu nome é um dos mais citados quando o assunto é a legitimidade e a ampliação da tradição. A história da sacerdotisa é marcada por uma longa trajetória de luta e resistência pela afirmação das tradições em Alagoas, Pernambuco e posteriormente na Paraíba. Manoel Papai (1994) cita a atuação de Mãe Lídia frente às instituições responsáveis pela regulamentação dos terreiros em Recife: a sacerdotisa questionou as diretrizes estabelecidas pelo Serviço de Higiene Mental (instituição responsável pela legalização dos espaços na época) na pessoa do proeminente intelectual Ulysses Pernambucano (COSTA, 1994).



SUMÁRIO

Em um importante registro da fala de Mãe Lídia realizado por Manoel Papai, fica evidente que ela detinha um amplo conhecimento das diversas manifestações religiosas e lideranças de seu tempo. Mãe Lídia transitou entre os espaços religiosos e jurídicos em busca de informações, instruções e permissões, sempre defensora dos cultos afro-ameríndios que na época eram classificados como agremiações carnavalescas e não como sociedades religiosas. Lídia Alves foi responsável por estabelecer contatos, abrir espaços para reuniões, realizar debates e consequentemente fortalecer o papel de sacerdotes que também a acompanhavam em casas de oficiais de justiça, na Secretaria de Segurança Pública (SSP) ou em quaisquer outros espaços possíveis. Vicente Mariano conta um episódio que registra o quão destemida e persistente era Lídia Alves: diz que ela queria realizar um toque (festejo cerimonial) para Exu no dia 24 de agosto de 1952 e saiu de casa em direção ao Palácio do Governo para requerer a autorização de Agamenon Magalhães. Todos duvidavam que ela conseguiria se aproximar do interventor, contudo, além de conseguir a conversa, voltou com a permissão para a realização do ritual. Quando o toque havia começado, a cavalaria chegou na porta de sua casa e pediu para que parassem justificando que o político acabara de falecer. Vicente Mariano conta que na época houve boatos de que a mãe de santo teria envolvimento na morte do então interventor, o que jamais se consolidou. A coincidência não foi tomada como tal e a crença na relação direta entre a morte do interventor e a sacerdotisa serviu para reforçar a antiga pecha de demoníaca que marca as religiões de terreiro. Porquanto, fica expressa em algumas linhas destes fios de memórias a importância de Lídia Alves para o combate à intolerância religiosa e expansão dos cultos afro-ameríndios em Pernambuco, na Paraíba e, por que não dizer, no Nordeste brasileiro.

Larissa Lira

Lucas Gomes de Medeiros

INDICAÇÃO DE LEITURA:

BRANDÃO, Maria do Carmo; MOTTA, Roberto. Adão e Badia: carisma e tradição no xangô de Pernambuco. *In*: SILVA, Vagner Gonçalves da. (Org.). **Caminhos da alma: memória afro-brasileira**. 2. ed. São Paulo: Summus, 2002.

COSTA, Manoel Nascimento da. Frutos da memória e da vivência. *In*: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. (Org.). **As senhoras do pássaro da noite**: Escritos sobre as religiões dos Orixás. São Paulo: EDUSP, 1994.

MOTTA, Roberto. Catimbós, Xangôs e Umbandas na região do Recife. *In*: MOTTA, Roberto (Org.). **Os Afro-brasileiros – III Congresso Afro-Brasileiro**. Recife: Anais [...], Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 1985. (p. 61-71).

MÃE MARINALVA

(Marinalva Amélia da Silva)

Marinalva Amélia da Silva, conhecida por Mãe Marinalva, apesar de ser paraibana, teve sua religiosidade iniciada no interior baiano, na cidade de Tucano. Mãe Marinalva se autodefine como pioneira da prática da umbanda no estado da Paraíba, título ratificado por autores que discorrem sobre as religiosidades afro-ameríndias no estado, também, como a primeira a registrar o terreiro em cartório, ainda com o nome Centro Espírita São Jorge, e realizar festas para Iemanjá na praia de Cabo Branco, em João Pessoa, é personagem de destaque na história das



SUMÁRIO

religiões afro-ameríndias na Paraíba, contribuindo para a conquista de liberdade religiosa no estado. Por sua trajetória e seriedade com a qual se dedica à Jurema e à Umbanda, mãe Marinalva construiu uma comunidade de Jurema que preza, respeita e propaga os conhecimentos da tradição da Jurema Sagrada e dos orixás. Ao longo dos anos, mesmo discípulos que se converteram ao Candomblé ou mesmo a outra prática religiosa, têm uma relação de compromisso com sua “madrinha de Jurema” e mãe de santo.

Marinalva Amélia da Silva, mestra juremeira, conhecida por Mãe Marinalva nasceu no dia 17 de junho de 1935, no interior do estado da Paraíba, em Serra Branca. Filha biológica de Amélia Maria da Conceição e de Inácio Leovegídeo Guilherme. Mudou-se aos quatros anos de idade para a cidade de Tucano, interior da Bahia, após a morte de seu pai. Em pouco tempo, sua mãe faleceu, passando a ser criada pela mãe de santo e parteira, Maria Salomé, também chamada de Mãe Preta. Foi iniciada na Jurema ainda na Bahia, aos sete anos de idade, no ano de 1942. Com a Jurema feita, sua mãe a introduziu na umbanda. Sua iniciação ocorreu nos últimos dias de seus 14 anos, finalizando aos 15 anos, num ritual que durou 35 dias, contando o recolhimento e a festa de saída. Após iniciada nessas religiosidades, a dedicação às práticas se manteve ao longo dos anos, resultando em quase 80 anos de dedicação religiosa.

Em 2010, o terreiro de umbanda Ogum Beira Mar completou 50 anos ininterruptos de casa aberta, como se chama na comunidade de santo. Em comemoração, a própria líder do terreiro compôs uma canção que é cantada desde então ao término dos rituais. Agora, ao invés de 50 anos, canta-se 62 anos. A composição narra a trajetória religiosa da líder, remetendo aos lugares que passou, por meio da referência ao toque do tambor, o marco de abertura de seu terreiro. Expressa sua vivência coletiva, os encontros, desencontros, os filhos e as filhas de santo e os inimigos. Se identifica como



SUMÁRIO

guerreira, tanto por sua própria história, como pela analogia ao seus orixás: Iansã e Ogum.

A longa trajetória da líder é marcada por resistência e luta contra a intolerância religiosa, aspecto calcado, também, nos gargalos sociais de herança colonizadora, somado ao racismo e machismo. São inúmeros casos vivenciados de enfrentamento às batidas e ameaças policiais ao seu terreiro, de modo que a Mãe Marinalva desenvolveu, ao longo dos anos, estratégias de resistência, desde a locação da sede do terreiro a locais distantes ao enfrentamento direto no diálogo com autoridades policiais. Ainda nos anos 1960, mesmo com a perseguição, ela insistia em ser autorizada a exercer sua prática religiosa. A insistência surtia efeitos, a fama de seus trabalhos atraía pessoas para suas consultas, inclusive policiais que antes a perseguiam, tornaram-se seus protetores. Em 1965, cansada das constantes perseguições, Mãe Marinalva se mobiliza para conseguir um certificado que viabilizasse a realização das atividades no terreiro e minimizasse as perseguições. Para adquirir esse documento, optou por registrar o terreiro sob o nome de Centro Espírita São Jorge, denominação que possibilitava a interpretação ambígua quanto à vertente religiosa do lugar.

Durante a campanha no ano de 1966, os candidatos Rui Carneiro e João Agripino disputaram a vaga a governador do estado da Paraíba. Tendo em vista que um parente era cabo eleitoral para o candidato Rui Carneiro, a juremeira e umbandista conseguiu o acesso ao candidato para tratar sobre o tema em questão, porém obteve como resposta a negativa de forma violenta e preconceituosa. Indignada com a intolerância expressada nas palavras do candidato, se dispôs a abordar o candidato do partido oposto, João Agripino, do ARENA, em sua própria residência. O diálogo com o arenista tomou outro caminho, ele afirmou-lhe que, sendo eleito, assinaria uma lei que disporia sobre a liberdade de cultos de matrizes africanas e ameríndias no estado da Paraíba.



SUMÁRIO

O diálogo proporcionou uma relação entre ambos, de modo que ele finalizou dizendo que a partir daquele dia Mãe Marinalva poderia considerá-lo como amigo e filho de santo.

Eleito candidato em 1966, João Agripino cumpriu sua promessa e promulgou, em 6 de novembro de 1966, a Lei 3.443. A lei foi assinada no terreiro de uma líder religiosa de nome Cleonice, onde montaram um gabinete e celebrou o episódio que marcou o início de um processo de liberdade para a prática religiosa no estado da Paraíba. A ocasião foi registrada por fotógrafos e a imagem de Mãe Marinalva com as mãos sobre a cabeça do governador foi notificada e exposta na edição do jornal *O Norte*, do dia 8 de novembro de 1966.

Seu terreiro, um dos mais antigos da capital paraibana, é cenário da prática de religiosidades que evocam tradições de vertentes africanas e ameríndias. O local, que é também moradia da líder, é ponto central na comunidade de Jurema e de Santo, é referência de lugar para atender ao chamado de pessoas aflitas e que dos encantos das entidades e dos cuidados espirituais da líder necessitam.

Sua atuação religiosa ininterrupta formou, ao longo dos mais de 60 anos, mais de 400 filhas e filhos de santo, resultando em uma comunidade religiosa extensa, que tem na líder a personificação de referência matriarcal e arcabouço de conhecimento sobre a Jurema, a umbanda, suas práticas de cura e sobre seus encantos.

Mãe Marinalva, por sua trajetória dedicada à Jurema e à umbanda, é portadora da memória das religiosidades afro-ameríndias do estado da Paraíba, tendo, por isso, recebido prêmios de homenagem. Suas memórias informam sobre essas religiosidades no estado, desde os tempos de perseguição e falta de liberdade religiosa à abertura da prática e conquista de liberdade de culto. Suas memórias foram sistematizadas e transcritas no livro de sua autoria,

em parceria com professores e discentes da Universidade Federal da Paraíba, este tem como título “Umbanda, missão do bem: minha história, minha vida”, publicado pela editora Ideia no ano de 2013.

Carla Maria de Almeida

INDICAÇÃO DE LEITURA:

ALMEIDA, Carla Maria de. **Entre o cachimbo e a fumaça:** um estudo das memórias na cultura material da Jurema no Terreiro de Umbanda Ogum Beira Mar. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

LIMA, Valdir. **Cultos afro-paraibanos:** Jurema, Umbanda e Candomblé. Rio de Janeiro: Fundamentos do Axé, 2020.

SILVA, Marinalva Amélia da. **Umbanda, missão do bem:** minha história, minha vida. João Pessoa: Ideia, 2013.

MÃE RITA PRETA

(Rita Maria da Conceição)

Mãe Rita Preta é uma mulher forjada na fé, na resistência e na luta pelo direito de exercer cidadania através da liberdade de culto. É uma entre os responsáveis pela fundação da umbanda na Paraíba e pela criação da Federação dos Cultos Africanistas do Estado da Paraíba (FECAEP), na segunda metade dos anos 1960.



SUMÁRIO

Na licença de funcionamento do terreiro de Mãe Rita, por parte da FECAEP, podemos perceber que a denominação ainda é Centro Espírita Caboclo José de Andrade, sendo, de certa forma, o termo “centro espírita” uma associação dos terreiros de umbanda aos centros kardecistas. Outro dado importante é a data da certificação do terreiro, de 5 de junho de 1967, poucos meses após a assinatura da Lei 3.443/1966, que assegurava a liberdade de culto às religiões afro-brasileiras no estado da Paraíba.

Junto com a criação da FECAEP, a umbanda ganha destaque, assim como uma tradição, a festa de Iemanjá, da qual Mãe Rita participou desde a primeira edição e, posteriormente, recebeu da FECAEP o título de “Guardiã de Iemanjá”, outorgado às ialorixás mais antigas. Era o começo de uma história, do vínculo de Mãe Rita com a festa de Iemanjá no estado da Paraíba, uma celebração que ocorre no dia 8 de dezembro, junto com o dia de Nossa Senhora da Conceição, devido ao forte traço do sincretismo religioso umbandista.

No seu documento do Registro Geral, consta que Rita Maria da Conceição nasceu em 20 de agosto de 1928, mas ela garante que nasceu pelo menos em 1925, pois lembra que quando a registraram, em 1928, “já era grandinha”. Mãe Rita garante que não tem mais ninguém com parentesco de primeiro grau, e bem poucos de segundo grau (sobrinhos e sobrinhas), o que nos leva a crer que ela pode ter nascido mesmo antes de 1925 e tenha por volta de cem anos no momento da escrita do verbete. Como Mãe Rita Preta não teve filhas e filhos biológicos, adotou cinco meninas da comunidade, sendo que atualmente apenas uma está viva, a mais nova delas, chamada Nete, com idade aproximada de 80 anos. Mãe Rita criou também Jacimar de Iemanjá, conhecida como Preta, que é filha biológica de Nete.

Mãe Rita informa que a sua avó ganhou um terreno e elas construíram uma casa localizada na rua Bela Vista, no bairro da



SUMÁRIO

Santa Cruz, em Santa Rita, e em seguida migraram para a Rua Nilo Peçanha, onde começou a trabalhar na Jurema de Mesa e de Chão, para não chamar a atenção da polícia, nos idos das décadas de 1940-1950, mas que só abriu o seu terreiro oficialmente em 1966, porque na Paraíba, antes da assinatura da Lei n. 3.443, de 6 de novembro, pelo governador João Agripino, todos os cultos afrobrasileiros eram praticados na clandestinidade.

Valente (2019) afirma que Mãe Rita Preta é uma liderança popular da cidade de Santa Rita, um ícone de força, perseverança e ancestralidade. Sua história foi tema do documentário “Santa Rita Preta”, de 2007. Mãe Rita Preta foi também capítulo de dissertações de mestrado defendidas nos Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões e em Ciências da Informação, da Universidade Federal da Paraíba. Para Lima (2015), de Santa Rita vieram duas das maiores expoentes das religiões afro-ameríndias do estado da Paraíba: Joana Pé de Chita, na década de 1930, e Mãe Rita Preta, fundadora da umbanda paraibana. O autor aproxima essas duas mulheres devido a ambas serem da mesma cidade, mas também pela condição de juremeiras e por pertencerem a um mesmo grupo social; como sendo sinônimos de identidade e resistência, que servem de referência para o estado e para o País.

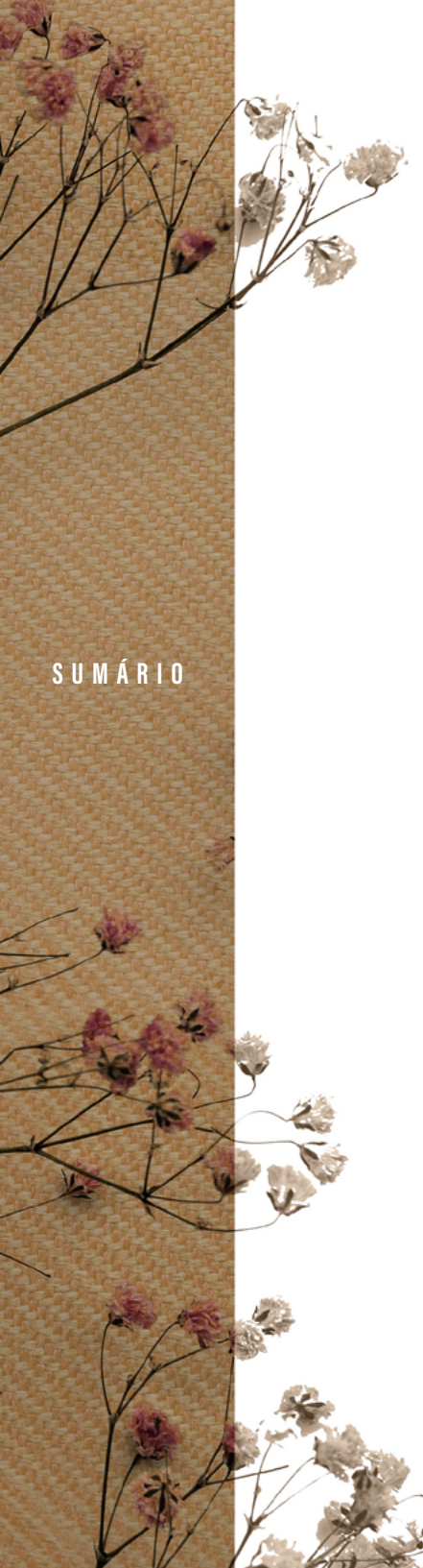
Gricia Guedes do Nascimento

Carlos André Macêdo Cavalcanti

Valdir Lima

INDICAÇÃO DE LEITURA:

LIMA, Valdir. **Cultos afro-paraibanos:** Jurema, Umbanda e Candomblé. Rio de Janeiro: Fundamentos do Axé, 2020.



LIMA, Valdir. Campus I, Santa Rita. In: RABENHORST, Eduardo (Org.). **Unicidades**. João Pessoa: Editora UFPB, 2015.

VALENTE, Tadeu Rena. **Pitadas afro-indígenas**: a cozinha de santo de Mãe Rita Preta como lugar de memória. Dissertação. (Mestrado em Ciências da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

MALU

(Maria Lúcia Lopes de Oliveira)

SUMÁRIO

Maria Lúcia Lopes de Oliveira (Malu), nasceu em 1965, em Lagoa de Pedras, no Rio Grande do Norte, no Nordeste do Brasil. Filha de Maria do Socorro Oliveira e Antônio Lopes de Oliveira, foi muito desejada por seus pais por ser a primeira filha depois de seis meninos. Como muitas famílias nordestinas, a sua emigrou para São Paulo capital, em busca de uma vida melhor, em 1970. Cresceu em São Paulo em uma realidade rural, criando galinhas, plantando feijão, verduras e hortaliças, como os avós agricultores, enquanto o pai era vigilante e os irmãos mais velhos trabalhavam fora, ela auxiliava a mãe nos afazeres domésticos. Assumiu muito cedo as tarefas de casa, lavando, cozinhando e cuidando dos irmãos e das irmãs: “Nós crescemos numa família pobre, com 15 filhos. Desde criança crescemos já trabalhando”. cursou o ensino fundamental em escola rural, seu maior espaço de brincadeiras, para onde ia andando quilômetros a pé, por falta de dinheiro para o transporte. Aos 15 anos teve seu primeiro trabalho remunerado em uma fábrica, para mais tarde desbravar outros mundos.

Cresceu em família e comunidade católica, fez catecismo, se crismou, tendo boas lembranças dos ritos e das novenas. Entrou no convento em 1987, atuando na Pastoral da Comunicação e junto a meninas em situação de rua e da Febem, o que ampliou sua visão sobre as questões sociais. Em 1988, sofreu um acidente de carro e teve uma lenta recuperação, foi quando decidiu deixar o convento, voltar a morar com seus pais, trabalhar e estudar, concluindo o ginásio (ensino fundamental II).

Mesmo sem experiência, começou a trabalhar em um banco. Com a categoria dos bancários, teve contato com as discussões de classe, direitos humanos e trabalhistas. Atuou também na primeira campanha para Lula e Erundina, o que ressignificou sua atuação política.

Desde menina, sonhava que um dia criaria asas e voaria para bem longe. Nas brigas com o pai, arrumava a mochila para ganhar o mundo, mas voltava atrás com as chantagens da mãe. Com 25 anos, voltou ao Nordeste, em busca da liberdade e autonomia tão desejadas, chegando a João Pessoa em 1992, seguida pela irmã Edna um ano depois. Lá viveram com amigos, padrinhos, em moradias precárias e inseguras. Após conseguirem estabilidade, alugaram uma casa, que foi aberta para reuniões com as mulheres da comunidade e para militância política. O trabalho comunitário gerou muitos frutos, como o grupo de mulheres “Renasce Companheiras”, criado em 1993, no Jardim Veneza, bairro da periferia de João Pessoa, onde residiu e desenvolveu atividades de formação, mobilização, fortalecimento econômico e articulação em torno dos direitos das mulheres, com as temáticas do enfrentamento à violência doméstica, saúde reprodutiva e sexual. O grupo tornou-se referência no acolhimento a mulheres em situação de violência. Contribuiu ainda na organização comunitária a partir de sua inserção nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Além do Jardim Veneza, realizou em Tibiri, uma comunidade na cidade de



SUMÁRIO

Santa Rita, uma formação em saúde da mulher, sexualidade e direitos humanos, resultando na cartilha *Saúde, sexualidade e direitos humanos: um manual para monitoras de grupos de mulheres* (2000), que se tornou referência para grupos de mulheres.

Malu foi a primeira das irmãs a trabalhar fora de casa, tornando-se independente e rompendo com os papéis de gênero, através de suas conquistas profissionais e acadêmicas, consideradas desobediências pela família.

Gilberta Soares, uma das fundadoras da Cunhã Coletivo Feminista, afirma que Malu fortaleceu o diálogo com a teologia feminista e a perspectiva indígena, expressa no nome da organização. Em 1993, trabalhou com crianças de/na rua em uma sala na rodoviária de João Pessoa pela Pastoral do Menor, a convite da Casa Pequeno Davi, cuja equipe passou a integrar em 1995, colaborando durante muitos anos.

Entre 1993 e 2005, envolveu-se intensamente com os grupos de mulheres, com foco no fortalecimento político e organizativo, estimulando sua inserção no movimento de mulheres, construindo, junto com as cunhãs e outros coletivos, a Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba, o que contribuiu para sua inserção na Coordenação da Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB.

Malu fortaleceu e deu leveza às metodologias através de rituais e místicas, potencializando o trabalho em educação popular. A ação da Cunhã junto às mulheres do Cariri paraibano, em parceria com o Centro da Mulher 8 de Março, foi impulsionada por ela, abrindo os caminhos para a organização social e política dos grupos da região.

Desde pequena, à luz de candeeiros, Malu ouvia atenta fabulosos relatos dos avós e bisavós, não se identificando com as leituras obrigatórias na escola, com personagens femininas romantizadas, embranquecidas, subordinadas e distantes de sua realidade.



SUMÁRIO

Com amigas e *chimalmans*, cunhãs, ativistas do Cons-pirando e da AMB, reencantou-se pela literatura, ao acessar escritoras de diferentes lugares e perspectivas. No curso de Letras, percebeu a invisibilidade e marginalidade da literatura produzida por mulheres e pôde retomar o prazer de ler diferentes gêneros da literatura brasileira e portuguesa. No doutorado, dedicou-se ao estudo de autoras e suas personagens, com enfoque nas mulheres transitando em contextos de fronteiras e nos entrelugares, e se deparou com textos de escritoras brasileiras, chicanas, latino-americanas, caribenhas, africanas, asiáticas, estadunidenses, e vozes femininas/personagens que rompiam silêncios, descortinavam segredos. A tese virou livro (2022), numa valiosa contribuição para a literatura politicamente posicionada.

Movida pelo amor, atravessou o Atlântico e se assentou em Liechtenstein, de onde continua aprofundando seus estudos e se aventurando pela escrita. Criou o blog Terra Literária, que visibiliza a expressão de mulheres pelo mundo. Atua no feminismo na Europa e no Brasil, sendo colaboradora da Cunhã e da Universidade Livre Feminista. A cada dois anos volta à sua terra para visitar a família e rever amigos. “Volto para comer feijão verde com galinha de capoeira e um peixe fresco na beira da praia. Tudo isso alimenta a alma e reabastece minhas energias.”

Anadilza Maria Paiva Ferreira

Cristina Lima

Luciana Cândido Barbosa

INDICAÇÕES DE LEITURA:

OLIVEIRA, Maria Lúcia Lopes de [et al.]. **Mulher, moradia e saúde:** reflexões feministas. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.

OLIVEIRA, Maria Lúcia Lopes de. **Transformação das desigualdades de gênero:** tessituras narrativas da vida cotidiana e empoderamento de mulheres de assentamentos do Cariri Paraibano. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

OLIVEIRA, Maria Lúcia Lopes de. **Corpos e memórias de mulheres em trânsito na literatura.** João Pessoa: Editora do CCTA/UFPB, 2022.

MARCA PELA VIDA DAS MULHERES E PELA AGROECOLOGIA

Movimento de mulheres protagonizado por agricultoras no agreste paraibano, a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia acontece todos os anos, geralmente no mês de março, organizada pelo Polo Sindical da Borborema e assessoria da ONG AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. A Marcha está para a região como a Marcha das Margaridas está para o nacional; ambas se inspiram no legado deixado por Margarida Maria Alves, líder sindical assassinada em 1983 em Alagoa Grande, brejo do estado, a mando de latifundiários.

A partir do trabalho do Polo da Borborema (rede formada por sindicatos rurais, associações e organizações de base



SUMÁRIO

agroecológica) a região vem assistindo desde a década de 1990 uma intensa mudança nos modos de produzir, lidar com a terra, manejar criações, reivindicar políticas públicas e lutar por igualdade. Seu trabalho organiza-se a partir de comissões temáticas, como a de saúde e alimentação, que surgiu por meio do diagnóstico realizado em 2002 com mulheres agricultoras, que revelou a importância do arredor de casa enquanto *locus* de seus trabalhos produtivos e reprodutivos, de cuidado com a casa, família e geração de renda (FREIRE, 2015). A partir disso, foram realizados encontros de intercâmbio visando agregar essas mulheres e elencar problemas comuns a serem enfrentados, e o Seminário Regional sobre os Arredores de Casa, que estimulou a reflexão sobre suas práticas e a auto-organização dessas sujeitas. Desse processo, veio o entendimento da centralidade das mulheres no projeto de agroecologia, mas também a conclusão de que sobre elas recai o peso do patriarcado e das desigualdades, que entende o seu trabalho como *ajuda*. Maria Ignez Paulilo (2016) nos fala que o que é considerado trabalho leve ou pesado varia conforme o sexo de quem o executa, logo, o trabalho valorativo é ligado à força física masculina. No mesmo sentido, Elisabeth Souza-Lobo (1991) sinaliza para o fato de que todas as relações de trabalho são portadoras de relações de gênero. Assim, com esse entendimento e do trato com essas questões, foi se maquinando um processo político-educativo que é coroado, todos os anos, e de forma ritualística, com a realização da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia no território da Borborema.

Marchando, essas mulheres transformam a si e a seus mundos, lutam por condições dignas de vida no campo, educação, igualdade, pelo fim da violência, do racismo, do sexismo e do uso de agrotóxicos. Também ecoam a máxima de que sem feminismo não há agroecologia, uma das palavras de ordem da Marcha, que apesar de se realizar quase sempre no mês de março de cada ano, apresenta uma característica da constância de suas atividades e



SUMÁRIO

formações, mas que se intensificam nos meses de janeiro e fevereiro. A primeira edição ocorreu em 2010 em Remígio - PB, quando contou com um público inicial de 700 mulheres. Ao passar dos anos, a Marcha ganhou destaque com a articulação das agricultoras em suas bases. As últimas edições compreenderam um público de aproximadamente 5 mil mulheres. Desenvolvendo agenda cultural, as edições oferecem apresentações teatrais, místicas, música, dança e espaços livres para depoimentos das participantes, além do próprio ritual do marchar.

Em cada edição a Marcha apresenta temáticas envolvendo diversidade e juventude, combate à violência doméstica, ao racismo, defesa da agroecologia como projeto político da agricultura camponesa, embora elenque um eixo específico em cada ano. A sétima edição, por exemplo, realizada em 2016, apresentou a importância da atuação das mulheres em diferentes situações de trabalho, a exemplo de Ligória Felipe dos Santos (2016), que em depoimento descreve a importância da Marcha no combate ao sexismo no âmbito do trabalho. Ao falar sobre a experiência como “servente” de pedreiro na construção de uma cisterna em sua casa, trabalho culturalmente relegado aos homens, menciona que isso só foi possível por conta de sua participação na Marcha, revelando a dimensão política-educativa do movimento no que concerne às questões de gênero – mas não só.

Na edição de 2022, em um cenário de pós-isolamento advindo da pandemia de Covid-19, a Marcha teve como eixo a seguinte bandeira: “Mulheres em defesa do Território: Borborema Agroecológica não é lugar de Parque Eólico”, tendo problematizado os impactos ambientais gerados por estes e suas consequências na vida das mulheres. É evidente a importante atuação das mulheres na Marcha, como um movimento político-social feito por mulheres do campo/rurais no estado da Paraíba, uma vez que são elas que se unem para compor multidão nas sedes de seus municípios,

denunciando e reivindicando uma sociedade mais equânime. Bombardando o modelo capitalista desenvolvimentista, essas mulheres promovem alternativas que se desprendem da naturalização dos diferentes tipos de opressão das mulheres e da natureza. Cada marcha é um verdadeiro acontecimento, é um espaço político e também um ponto de encontro, de passeio, de diversão e criação de uma identidade coletiva entre as mulheres. Todas de lilás, algumas com margaridas na mão em alusão à sindicalista Margarida Maria Alves, segurando cartazes e faixas, gritando palavras de ordem ou canções, as mulheres em marcha apresentam coragem para enfrentar as mais diferentes intempéries da vida.

A Marcha, como movimento de mulheres do Polo da Borborema, soma forças às experiências históricas de lutas de mulheres rurais na Paraíba, permitindo-nos afirmar que essas mobilizações são centrais na construção de um feminismo rural e na luta pelo bem-viver no estado.

Dayane Nascimento Sobreira

Laís de Oliveira Neves

INDICAÇÃO DE LEITURA:

FREIRE, Adriana Galvão. Pela vida das mulheres e pela agroecologia: agricultoras da Borborema reescrevem suas histórias. **Revista Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, p. 4-14, 2015.

NEVES, Laís de Oliveira. **Então menina, a Marcha é Libertadora:** Pela vida das Mulheres e pela Agroecologia - PB. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

SERRANO, Julia Scaglioni. **Mulheres da Borborema construindo a agroecologia e a igualdade de gênero**. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias – Agroecologia) - Universidade Federal da Paraíba, Bananeiras, 2014.

SOBREIRA, Dayane Nascimento. Das muitas margaridas: a construção de um feminismo rural no estado da Paraíba, Brasil. **Mediapolis: revista de comunicação, jornalismo e espaço público**, Coimbra, v. 7, p. 47-60, 2018.

MÁRCIA BARBOSA DE SOUZA (Caso Márcia Barbosa)

Márcia Barbosa de Souza nasceu em 5 de maio de 1978, em Cajazeiras, sertão da Paraíba. Filha de Marineide Barbosa de Souza e Severino Reginaldo de Souza, e irmã mais velha de Marizete Barbosa de Souza. Sua família teve a vida profundamente marcada pela violência, visto que, no dia 17 de junho de 1998, foi assassinada pelo deputado estadual, Aécio Pereira de Lima, do extinto Partido da Frente Liberal (PFL). Márcia era uma jovem com 20 anos, estudante e do meio popular, que havia concluído o ensino médio e buscava trabalho na capital. Através do marido de uma amiga, assessor do deputado, recebeu uma proposta de trabalho numa fábrica de sapatos. Ela se encontrou com o deputado, na noite anterior ao crime, em João Pessoa, quando telefonou para sua cidade e falou com algumas pessoas. No dia seguinte, uma testemunha viu um corpo sendo



SUMÁRIO

jogado em um terreno baldio. Era o corpo de Márcia, junto do qual foi encontrado o número do telefone do deputado Aécio Pereira. A autópsia apontou asfixia por sufocamento como causa da morte, precedida de espancamento.

Depois desse episódio, sucedeu-se uma série de fatos, discursos, imagens e testemunhos para construir a defesa do acusado – um homem rico, branco, adulto, com poder político – em detrimento de uma retórica de acusação da vítima – uma mulher jovem, negra, sertaneja, do meio popular. Um estudo sobre o caso demonstrou o agenciamento dos meios de comunicação em prol da formação da opinião pública a favor do acusado, em detrimento do reforço de estereótipos de usuária de drogas e prostituição associados à vítima (AZEVEDO, 2009). A família não tinha condições financeiras e emocionais de acompanhar o processo e não teve a devida assistência jurídica do Estado brasileiro.

No final da década de 1990 e nos anos 2000, foi intensa a mobilização por justiça para Márcia. O movimento feminista e de mulheres da Paraíba assumiu o protagonismo da mobilização social e reuniu organizações não governamentais (ONGs), organizações de direitos humanos, parlamentares, juristas e a imprensa, que foram para as ruas com manifestações, pautaram os meios de comunicação, concederam entrevistas, participaram de missas, distribuíram panfletos, entre outras ações para denunciar a convivência com o acusado, pressionar o Sistema de Justiça e ganhar a adesão da sociedade. As ONGs feministas Centro da Mulher 8 de Março e Cunha Coletivo Feminista protagonizaram a mobilização, agregando apoios para uma agenda política.

De acordo com Sandra Azevedo (2009), a efervescência do caso Márcia foi expressa pela cobertura da imprensa paraibana, que contabilizou 323 matérias jornalísticas em um período de dez anos. O assassinato da estudante aconteceu em um período em que se intensificava a denúncia de crimes contra mulheres no País,



SUMÁRIO

especialmente depois da IV Conferência Mundial da Mulher – Pequim (1995). O tema ‘violência contra as mulheres’ entrou na agenda da Organização das Nações Unidas (ONU), com destaque para a Convenção sobre a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, 1995), que formulou diretrizes para o enfrentamento da violência, incluindo as mudanças na legislação brasileira, cujo marco foi a promulgação da Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha – e da Lei 13.104/2015, que transformou o feminicídio em crime hediondo e o previu como circunstância qualificadora do crime de homicídio.

Uma série de problemas no processo judicial beneficiaram o acusado, como a mudança do delegado responsável pelo inquérito, as falhas na investigação de outros acusados que não foram processados e as manobras para postergar o julgamento. A condução tendenciosa de testemunhas favorecia a construção de uma imagem preconceituosa de Márcia, com o intuito de isentar o acusado da responsabilidade pelo crime. Ele beneficiou-se com a imunidade parlamentar, quando a Assembleia Legislativa do estado da Paraíba (ALPB) rejeitou o pedido do Tribunal de Justiça (TJ) de julgá-lo, por duas vezes, a despeito da decisão contrária do Conselho de Ética da ALPB. No ano do crime, Aécio Pereira se reeleveu como deputado estadual. Durante o segundo mandato (1999-2002), o movimento de mulheres implementou um persistente *lobby* para que ele fosse levado a julgamento. Em 2003, depois do fim do segundo mandato, o processo foi reaberto.

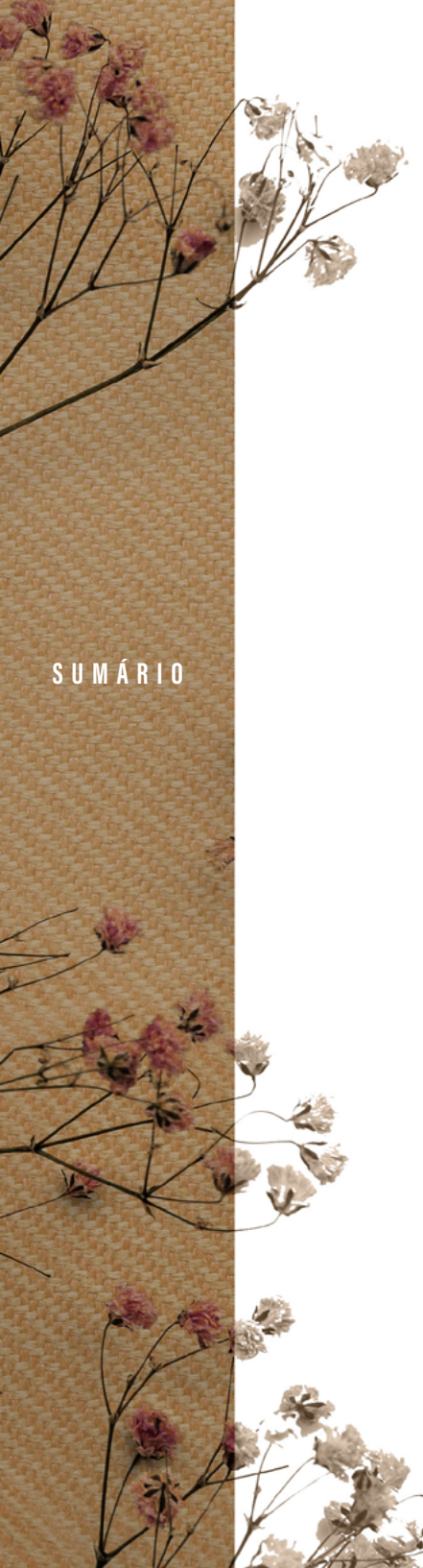
A pressão do movimento de mulheres apontava a grave situação que perpassa os crimes contra mulheres. O julgamento ocorreu nove anos depois do crime e, finalmente, em 2007, Aécio Pereira foi condenado a 16 anos de prisão, mas não cumpriu a pena por ter recorrido à Segunda Instância e aguardado em liberdade o trânsito em julgado da sentença penal condenatória. Seis meses após a condenação em Primeira Instância, faleceu. Foi velado com honrarias pela ALPB e recebeu homenagem póstuma, na qual sua



SUMÁRIO

reputação foi exaltada. Em 2000, as ONGs feministas decidiram denunciar o caso à Corte Interamericana de Direitos Humanos (órgão judiciário autônomo da Organização dos Estados Americanos – OEA). A ação foi litigada pelas ONGs: Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional (CEJIL) e pelo Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP). Em setembro de 2021, o Estado brasileiro foi julgado culpado pela falta de punição ao crime mesmo depois da condenação do acusado. A sentença determinou, pela primeira vez, a responsabilidade do Estado brasileiro em um caso de feminicídio. A Corte Interamericana de Direitos Humanos apontou que o País violou o princípio de igualdade perante a lei e o acesso à justiça pelos familiares. Reconheceu a difamação da vítima por meio do uso de estereótipos negativos e admitiu o caráter sistemático e estrutural da violência de gênero e do racismo no Brasil, que se expressa em tantos outros casos de feminicídio. A Corte indicou o provimento de reparações individuais à família, em consideração aos traumas sofridos com a perda violenta de Márcia e tudo o que envolveu o processo judicial, tendo em vista as repercussões na saúde física, mental, social e financeira de mais de uma geração, relatadas no laudo da perícia psicossocial, realizada pela autora do verbete (CORTE IDH, 2021). Também foi determinada a reparação pública, por meio de um ato de reconhecimento da responsabilidade do Estado, com vistas a reforçar a apuração dos casos de feminicídio e a responsabilização pela vida das mulheres. A ampla divulgação da sentença e o incremento de políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulheres também foram apontados.

Márcia Barbosa foi homenageada com seu nome dado ao Centro de Referência da Mulher Márcia Barbosa de Souza, um serviço de assistência às mulheres em situação de violência, da Prefeitura Municipal de Cajazeiras, proposto pela gestora feminista Laurecy Penaforte. Foi criado o Centro de Defesa da Mulher Márcia Barbosa de Sousa em Cajazeiras. A história de Márcia Barbosa poderia ter sido



SUMÁRIO

vivida e contada de outra forma, tendo como referência a descrição de sua mãe: “uma jovem que sonhava em conquistar a sua independência e uma vida melhor para ela e sua família” (SOUZA, 2020). Márcia era “uma moça cheia de vida, alegre, brincalhona, afetuosa”.

Gilberta Santos Soares

INDICAÇÃO DE LEITURA:

AZEVEDO, Sandra Raquew dos Santos. Representações sociais da violência contra mulheres no jornalismo impresso. I Seminário Nacional Fontes Documentais e Pesquisa Histórica: Diálogos Interdisciplinares, Campina Grande, **Anais** [...], 2009.

CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS – Corte IDH. Caso Barbosa de Souza y otros vs. Brasil sentencia de 7 de septiembre de 2021.

O CASO MÁRCIA BARBOSA. **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, 31 de julho de 1998.

MÁRCIA LUCENA

(Márcia Figueiredo Lucena Lira)

Márcia Lucena nasceu em João Pessoa, mas ainda na sua infância a família se mudou para o município de Conde, no litoral sul do estado. Autodeclarada feminista, é professora de



SUMÁRIO

alfabetização e de artes. É uma mulher que gosta de escrever, pintar, dançar, e que desde cedo entendeu que podia transformar a realidade através da educação e da arte. Casada com o ator Nanego Lira e mãe de Flora e João, Márcia é graduada em Educação Artística e mestra em Serviço Social (UFPB); tem pós-graduação também em Liderança e Gestão, pelo Centro de Liderança Pública de São Paulo. Além do encanto pela sala de aula e pela cultura, descobriu sua vocação para a gestão pública. Márcia Lucena já foi gestora do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), na Prefeitura de João Pessoa, de 2005 a 2010; secretária de Estado da educação, de 2011 a 2014; presidenta da Fundação Espaço Cultural da Paraíba (FUNESC), de 2015 a 2016 e prefeita de Conde entre os anos de 2017 e 2020. Em 2023, Márcia Lucena havia assumido o cargo de diretora de promoção dos direitos humanos, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. No mesmo ano, foi nomeada coordenadora-geral de educação em direitos humanos e mídias digitais, da Assessoria Especial de Educação e Cultura em Direitos Humanos. Em 2024, se tornou diretora do Departamento de Articulação, Fomento e Educação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Este percurso deu a Márcia Lucena várias oportunidades de desenvolver políticas públicas que garantiram direitos à população, entendidas por ela como realização e alegria, mas também vivenciou injustiças que deixaram marcas profundas na sua trajetória de vida. Márcia afirma que não tinha interesse na política partidária, mas, por suas realizações no executivo, foi indicada, em 2016, como candidata à prefeitura de Conde - PB pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro). Assustada, ela só aceitou a candidatura depois de conversar com seu pai (já falecido), a quem declara profunda admiração e amor. A filha de seu Iveraldo Lucena e dona Iracema tem um irmão e duas irmãs. Seu Iveraldo sempre foi uma inspiração para Márcia que, de certa forma, seguiu as trilhas



SUMÁRIO

do pai, que foi secretário de educação do município de Conde e do governo do Estado, foi presidente da FUNESC, gostava das artes, escrevia e era considerado um “andarilho”, pelos vários caminhos que percorreu. Foi dele a ideia de construir uma casa na zona rural de Conde, onde ainda hoje toda a família mora. O município tem pouco mais de 27 mil habitantes, com forte presença na área rural, e abriga três comunidades quilombolas, além dos povos Tabajaras, distribuídos em duas aldeias indígenas. Por causa de suas belezas naturais, atrai, especialmente no verão, grande número de turistas. Emancipado desde 1963, o município sempre foi governado pelas elites, sendo Márcia uma exceção.

Sem parentesco com as famílias tradicionais da política de Conde, Márcia Lucena é uma mulher que fala de diversidade, feminismo, tem um olhar voltado para a juventude e amor pelas artes. Da sua experiência como gestora, relata diversos episódios de violência política de gênero: como quando parlamentares entraram em seu gabinete de secretária de estado chutando a porta; situações em que homens a elogiavam demais, enviavam presentes por interesses e, não atendidos, começaram a propagar mentiras, questionar sua competência e honestidade ou insinuar comportamentos sexuais promíscuos, uso de drogas, entre outras calúnias. Tudo isso, além das tentativas de silenciamento das suas ideias, apagamento dos seus feitos e comentários sobre a sua aparência física – atitudes que ainda são naturalizadas, mesmo em ambientes do alto escalão governamental. Márcia percebeu que essas situações de violência foram intensificadas quando exerceu o cargo de prefeita. Como gestora de Conde, exigiu que os grandes proprietários de terrenos pagassem IPTU, revogando uma lei que isentava os impostos para algumas empresas do município, ao tempo em que foi criada a Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Essas providências causaram desagrado aos poderosos locais e aos especuladores imobiliários que atuam no litoral paraibano.



SUMÁRIO

Sua gestão aconteceu num momento de recrudescimento das forças reacionárias no Brasil; a presidenta Dilma havia sofrido um golpe, em 2016, e uma ofensiva jurídica se desenvolvia contra o governo derrotado e seus aliados. A chamada Operação Lava Jato teve também seus desdobramentos locais. Na Paraíba, a Operação Calvário, que em 2018 investigava o desvio de dinheiro público no governo do estado atingiu Márcia, mesmo sem ela ter participação nesse governo. Com base em delações premiadas sem qualquer prova, Márcia Lucena teve sua casa invadida pela polícia federal em dezembro de 2019, foi presa durante uma semana e, quando saiu da prisão, foi obrigada a usar tornozeleira eletrônica e a ela foram impostas várias medidas restritivas, entre outras, teve suas contas bloqueadas, não podia sair da cidade, nem sair de casa durante a noite. Mesmo morando no mesmo terreno dos pais e irmãos, ela era proibida de visitá-los no período noturno, numa época em que o pai estava gravemente enfermo. Nas eleições para o segundo mandato, essas medidas contribuíram para sua derrota eleitoral, em 2020. O “calvário” na vida de Márcia começou em dezembro de 2019 e ela segue até hoje com os bens bloqueados, nenhum processo julgado, e convivendo com os traumas deixados por essa operação. Em julho de 2020, o pai de Márcia morreu por causa de um câncer, mesmo morando muito próximo, ela não pôde estar com ele nos seus últimos dias.

A dor e a indignação por se sentir injustiçada levaram Márcia Lucena às redes sociais, aos eventos e publicações para denunciar que estava sendo vítima de *lawfare*. Criou, nas plataformas da internet, programas semanais como *Diálogos* e *Vem Mulher*, além de, aos domingos, ensinar receitas culinárias enquanto respondia e conversava com seus seguidores e seguidoras virtuais. Ela não se intimidou e, além dos inúmeros programas dos quais participou, em vários meios de comunicação, contribuiu com os livros

O outro lado: o quebra-cabeça da justiça na Operação Calvário (2022), escrito por Amanda Rodrigues, e *Calvário: o caso de Márcia Lucena* (2022), organizado por Nicodemos Sena e Salvio Kotter. Os autores afirmam que para a maioria das pessoas o “calvário” teve fim, mas para Márcia não, virou “essa coisa sem fim”. Márcia Lucena virou um símbolo da luta contra o *lawfare*, debatendo com pessoas do País inteiro sobre justiça no Brasil.

Marinézia Gomes Toné

Glória Rabay

INDICAÇÃO DE LEITURA:

FEITOSA, Maria Luiza Alencar Mayer; CITTADINO, Gisele; LIZIERO, Leonam (Orgs.). **Lawfare**: o calvário da democracia brasileira. Andradina: Meraki, 2020.

RODRIGUES, Amanda. **O outro lado**: o quebra-cabeça da justiça na Operação Calvário. Belo Horizonte: Comunicação de Fato, 2022.

SENA, Nicodemos; KOTTER, Salvio (Orgs.). **Calvário**: o Caso Márcia Lucena - O Mais Explícito Caso de Lawfare Dentre os que se Deram em Torno do Lavajatismo. Curitiba: Kotter Editorial, 2022.

TONÉ, Marinézia Gomes. **Rompendo o casulo**: a violência política de gênero e a resistência das mulheres nos espaços de poder. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2024.



MARGARIDA CARDOSO

SUMÁRIO

Margarida Cardoso, assim como os atores gregos, é sinônimo de voz e presença na cena. Chegou à Paraíba no início da década de 1960 trazendo na bagagem uma sólida carreira teatral e brilhantes papéis no cinema nacional. Em João Pessoa sua ação mais marcante foi a prática docente, dedicando-se à formação de novos atores, atrizes e professores. Atuou no Departamento Cultural como diretora cênica, foi professora no curso de Educação Artística da UFPB e, também, na área de Extensão do Núcleo de Teatro Universitário – NTU. Até os dias atuais é lembrada como uma mestra exemplar, especialmente pelo ensino da técnica vocal para o teatro. No teatro do NTU existe um camarim batizado com seu nome, uma homenagem do espaço cênico onde deu aulas até o final de sua vida, ocorrido em João Pessoa em 23 de junho de 1989.

Quanto ao seu local de nascimento, os registros do sítio eletrônico “*museudatv*” informam que a atriz teria nascido na cidade do Recife no dia 9 de janeiro de 1916. Contudo, na Paraíba, ficou conhecido como “acreana”, informação registrada em livro por Ednaldo do Egypto (1988), mas sem especificação de cidade e data do natalício. O certo é que Margarida construiu sua sólida formação artística no estado vizinho, pois quando chegou a João Pessoa, já trazia no currículo uma década de atuação no histórico Teatro de Amadores de Pernambuco (TAP) em sucessivos espetáculos, realizando uma carreira consistente com textos nacionais e internacionais. No TAP, por uma década, a atriz foi dirigida por encenadores da cena pernambucana e brasileira, incluindo o lendário polonês Ziembinski, interpretando personagens



SUMÁRIO

de destaque nos seguintes espetáculos elencados: 1948: papel de Pôncia em *A casa de Bernarda Alba*, texto do espanhol Garcia Lorca com direção de Waldemar de Oliveira; 1949: atuou em dois espetáculos dirigidos por Zbigniew Ziembinski. Deu vida à Louella Soames em *Nossa cidade*, do estadunidense Thornton Wilder, e interpretou Miss Morgan em *Esquina Perigosa*, de John Boynton Priestley. Por essa última personagem, recebeu elogios no *Diário de Pernambuco*, de 20 de setembro de 1949, escrita pelo crítico Júlio Barbosa: “Margarida Cardoso esteve ótima na Miss Morgan, desincumbindo-se muito bem da parte que lhe tocou”. Quando da temporada em Porto Alegre, sua atuação foi destaque no jornal *A Tribuna*: “Falar da classe dos atores do TAP será repetir o que anda por aí, é a voz do público. É de pasmar o trabalho de Margarida Cardoso”. Em 1951, coube-lhe o papel de Grã-Duquesa em *Do mundo nada se leva* de George Kaufman e Moss Hart, dirigido por Willy Keller; 1952: interpretou a personagem Mulher em *Sangue velho* de Aristóteles Soares com direção de Waldemar de Oliveira; 1954: foi a Sra. Duvernay em *Uma morte sem importância*, de autoria de Ivan Noé dirigido por Waldemar de Oliveira; 1955: brilhou como a prostituta Marta Owen em *Ana Christie*, de Eugène O’Neil, com direção de Benjamin Lima. Por esse trabalho Margarida recebeu reconhecimento do crítico Medeiros Cavalcanti, no *Jornal do Commercio* de 29 de maio de 1955, que ressaltou o talento histriônico da atriz na composição da personagem; 1955: papel de Primeira Mulher em *Vestido de Noiva*, de Nelson Rodrigues dirigido por Flaminio Bollini Cerri. Por essa performance, o crítico Medeiros Vasconcelos, no *Jornal do Commercio* de 1 de novembro de 1955, destaca uma característica marcante da atriz, que era exímia em criar ação no silêncio: “gostaríamos de pôr em relevo Margarida Cardoso – um belo corpo e um grande talento – que rouba cenas sem nada dizer, apenas com seus gestos lânguidos e sua máscara estranha”; 1958: no seu último trabalho no TAP, interpretou a personagem Primeira Atriz em *Seis personagens à procura de um autor*, de Luigi Pirandello com direção de Hermilo Borba Filho.



SUMÁRIO

Como atriz no teatro paraibano, sua participação mais lembrada é o papel de Tereza em *Os fuzis da Senhora Carrar*, de Bertolt Brecht, a convite do diretor do teatro universitário da UFPB, Rubens Teixeira. Tratava-se de um projeto com alunos do Colégio Estadual Liceu Paraibano, com os quais a atriz generosamente contracenou, como protagonista. Estreado dias depois do golpe civil-militar de 1964, o espetáculo quase chegou a ser impedido pela polícia militar, fato contornado pela corajosa intervenção da diretora do Liceu.

Margarida está na história do cinema brasileiro como uma notável atriz. Em 1953 fez parte do elenco do premiado filme de Aberto Cavalcanti *O Canto do mar*, interpretando uma lavadeira de roupas da periferia do Recife, que tenta sobreviver e manter a família. Depois de um intervalo dedicada somente ao teatro, Margarida voltou ao cinema na década de 1960 e protagonizou grandes papéis em mais quatro filmes, sempre dirigida por grandes diretores: *A Primeira Missa*, de 1961, premiadíssimo filme do diretor Lima Barreto. Por seu trabalho nessa obra, como a protagonista Nhá Coloquinha, Margarida recebeu o Prêmio Cidade de São Paulo de melhor atriz coadjuvante; *Vereda da Salvação*, de 1964, adaptação da peça homônima de Jorge Andrade, dirigido por Anselmo Duarte; *Seara Vermelha*, de 1964, obra do diretor Alberto D'Aversa, uma adaptação do livro homônimo do escritor Jorge Amado, com Margarida no papel de Jacundina; *Menino de Engenho*, de 1965, uma adaptação da obra de José Lins do Rego, com roteiro e direção de Walter Lima Júnior, o filme foi rodado na Paraíba com Margarida no elenco principal, no papel de Sinhazinha, ao lado de Geraldo Del Rey (tio Juca) e Rodolfo Arena (coronel Zé Paulino); *O Salário da Morte*, de 1971, considerado o primeiro longa-metragem produzido na Paraíba, dirigido por Linduarte Noronha, com Margarida no elenco principal como Dona Severina. Este foi seu último trabalho em cinema.

No ano de 2020, a atriz recebeu uma homenagem da Secretaria de Cultura do Estado da Paraíba – SECULT/PB, que bati-
zou o edital de chamada pública nº 13/2020, destinado à produção de
audiovisual com recursos da Lei Aldir Blanc (Lei federal 14.017/2020),
de Edital Margarida Cardoso.

Rosa Carlos

INDICAÇÃO DE LEITURA:

EGYPTO, Ednaldo do. **Quarenta anos do teatro
paraibano**. João Pessoa: Secetur, 1988.

SILVA, Rosa Maria Carlos e. **A arte censurada: teatro
e ditadura no estado da Paraíba nos anos de 1964 a
1988**. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) -
Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

TEIXEIRA, Rubens. **Memória RAM do teatro paraibano
na ditadura** (inédito). Águas de São Pedro-SP, 2014.

MARGARIDA MARIA ALVES

Margarida Maria da Conceição nasceu em 5 de agosto
de 1933, no Sítio do Jacu, Zona Rural da cidade de Alagoa Grande,
interior da Paraíba, e foi assassinada em 12 de agosto de 1983, vítima
de uma emboscada patrocinada por usineiros e latifundiários da



SUMÁRIO

região do Brejo paraibano. Desde 1983, anualmente, os camponeses passaram a relembrar, no dia 12 de agosto, a figura de Margarida Alves, enquanto denunciavam a impunidade dos seus assassinos e a renitente violência no campo, em meio aos discursos em defesa da Reforma Agrária. Desta forma, tornam atual a luta e o martírio dessa líder sindical, chegando a instituir o dia 12 de agosto como o Dia Nacional Contra a Violência no Campo e pela Reforma Agrária. Filha de Manoel Lourenço Alves e de Alexandrina Inácia da Conceição, sendo a filha mais nova de nove irmãos. Possuía pertencimento étnico-racial afro-brasileiro, possivelmente com descendência quilombola. Começou a estudar no sítio Agreste, aos seis anos. Aos oito já trabalhava na agricultura. Estudou até a 4ª série do antigo ensino primário. Aos 28 anos, foi morar na Rua da Olinda, no centro de Alagoa Grande, onde permaneceria até o desfecho da sua morte. Casou-se em 1971 com Severino Cassimiro Alves e passou a se chamar Margarida Maria Alves. Teve seu único filho, José de Arimatéia Alves, em 11 de junho de 1975.

Durante 23 anos, participou do Sindicato de Alagoa Grande e atuou na organização de outros sindicatos de trabalhadores rurais na região da lavoura canavieira da Paraíba, chegando a influenciar nas políticas da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG). Por 12 anos, dirigiu o sindicato dos trabalhadores rurais de Alagoa Grande. Durante todo esse período, ela conheceu e estreitou relações com outras mulheres camponesas, que se engajariam na luta campestre, tornando-se lideranças sindicais, num espaço historicamente marcado pela pouca participação feminina. Conheceu Maria da Penha Nascimento Silva, em 1972, que passou a atuar no Sindicato Rural de Alagoa Grande; em 1975, conheceu a camponesa Maria da Soledade Leite, camponesa-repentista, uma das fundadoras do Movimento Mulheres do Brejo Paraibano que, juntamente com demais camponeses, agentes pastorais, Movimento de Mulheres Urbanas, sindicalistas, entre



SUMÁRIO

outros ativistas, se dedicariam à luta pela punição dos assassinos de Margarida Maria Alves, luta inglória. Surdas aos apelos dos camponeses da Paraíba, as autoridades paraibanas deixariam prescrever esse crime. Maria da Penha do Nascimento Silva (1949-1991), conhecida por Penha, nasceu em Alagoa Grande - PB, foi camponesa, líder sindical, feminista e escritora. Participou da criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Faleceu em um desastre automobilístico no dia 15 de março de 1991, quando participava das atividades comemorativas ao Dia Internacional das Mulheres. Escreveu dois livros: “Violência rural e Reforma Agrária” e “Porque trabalhar com mulheres. Sua representação na memória coletiva ficou registrada com a frase: “Só quem luta é que sabe a dor que a gente sente”. Acentuou a reconhecida religiosidade de Margarida Maria Alves, religiosidade esta claramente entrelaçada ao seu fazer político, na perspectiva da Teologia da Libertação. São características de uma identidade formada pela vida sofrida campesina e de donas de casa que a partir de formações oriundas da Igreja Católica, de entidades sindicais e educacionais se formaram lideranças. Outrossim, Maria da Soledade diz que quando conheceu Margarida Alves várias identidades se constituíram: a sua origem humilde, a sua ligação com a terra, a sua personalidade forte e meiga e a sua capacidade de falar e de escutar os seus parceiros e parceiras. Nos registros memorialísticos da camponesa Soledade, Margarida Alves foi expulsa da terra em 1962, no mesmo ano em que foi assassinado João Pedro Teixeira, líder das Ligas Camponesas, a mando do chamado Grupo da Várzea, grupo de coronéis que aterrorizou durante décadas os trabalhadores rurais do Brejo da Paraíba.

Em pesquisas anteriores, constatei que, no decorrer do percurso histórico como sindicalista, a camponesa Margarida Maria Alves direcionou suas lutas para a defesa e conquista dos direitos trabalhistas camponeses, a exemplo das reivindicações por carteiras assinadas, por férias, pelo décimo-terceiro salário,



SUMÁRIO

pelo repouso semanal, direitos já conquistados pelos trabalhadores urbanos e pela participação organizada das mulheres camponesas. Participou da construção e fundação do Centro de Educação do Trabalhador Rural – CENTRU – tendo como objetivo o desenvolvimento de ações pedagógicas que contribuíssem para a formação política dos camponeses.

Margarida Alves ousou lutar por direitos em espaços demarcados pelo latifúndio e o patriarcado. O espaço do Brejo paraibano, da região Nordeste do Brasil, forma um território caracterizado pela exploração de trabalhadores rurais no plantio da cana-de-açúcar. A sua finalidade era relacionada à produção do açúcar mascavo, da rapadura e da aguardente. No entanto, um fato iria mudar a finalidade da cana-de-açúcar e iria, concomitantemente, aumentar a pretensão dos latifundiários, aumentando os conflitos no campo. Em 1975, através do Decreto-Lei nº 76.593/75, foi criado o Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), apoiado numa forte política de incentivos e créditos. Criado com o objetivo de se tornar alternativa para a crise do petróleo que estava em alta, em decorrência dos conflitos existentes no mercado internacional no Oriente Médio, a cana-de-açúcar tornou-se disputada pelos interesses do Capital Internacional. Este processo geopolítico constituiu uma maior concentração fundiária e a superexploração dos trabalhadores causando, principalmente, a desnutrição aguda nas crianças, gerada pela fome, uma vez que a terra era cada vez menos utilizada para a agricultura familiar.

A líder sindical Margarida Alves reivindicou a “Lei do Sítio”, que viria a ser a concessão de dois hectares de terras para que os trabalhadores do plantio de cana pudessem realizar um mínimo cultivo de subsistência. Além disso, realizou uma campanha para conseguir judicializar contratos de trabalhos e começou a ganhar várias ações trabalhistas. Do mesmo modo, merece destaque as mobilizações com as mulheres rurais e as denúncias de violência, a



SUMÁRIO

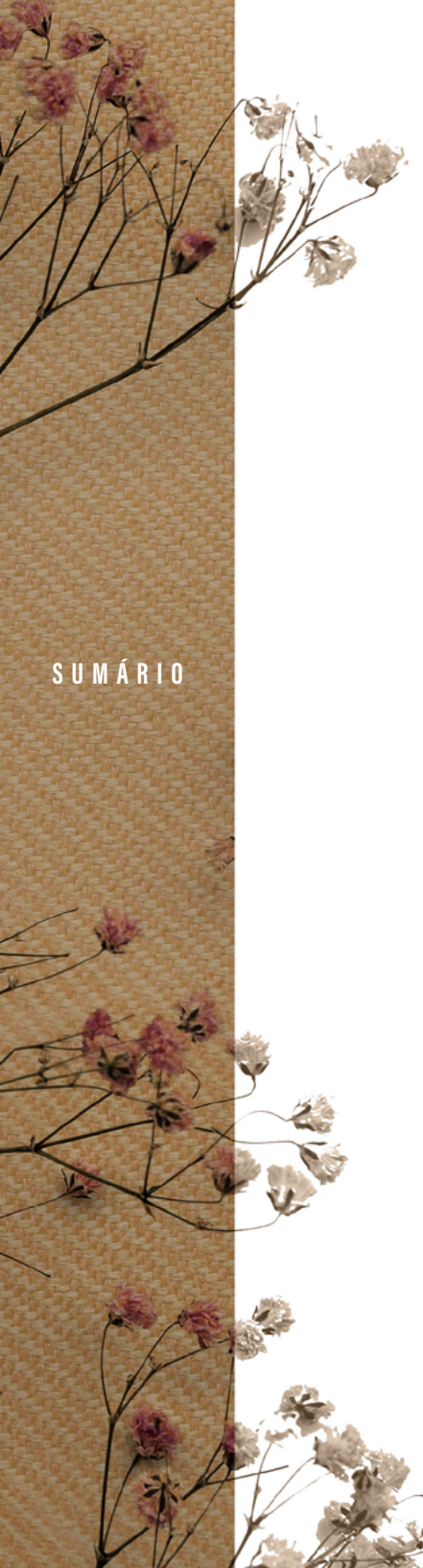
exemplo de uma ação contra um jovem fazendeiro que agredira uma mulher idosa e parálitica, sua moradora; Margarida Alves provocou enfrentamentos diretos com os “donos das terras”, o já então conhecido Grupo da Várzea. Em maio de 1982, Margarida Alves recebeu inúmeras ameaças de morte. E expressava que estava convencida de que “se morre daquilo que se foge”. Após o bárbaro assassinato de Margarida Alves, a luta camponesa apenas cresceu, sobretudo, desencadeando um movimento crescente que se efetivaria na Marcha das Margaridas.

Margarida vive em nossas memórias! “É melhor morrer na luta do que morrer de fome”. As “Margaridas” são camponesas de todo o Brasil em suas diversidades: agricultoras, acampadas, assentadas, pequenas produtoras, extrativistas, pescadoras, marisqueiras, quebradoras de coco, atingidas por barragens, indígenas e quilombolas, que desde o ano 2000 organizam suas lutas pautadas contra o latifúndio e o patriarcado estrutural, com culminância de uma marcha até Brasília, a cada quatro anos, para cobrar políticas públicas e afirmar uma identidade da luta camponesa feminina e da memória de Margarida Alves. São as mulheres do campo contra a pobreza, a violência sexista e pela agroecologia e desenvolvimento sustentável. Segundo as dirigentes da Marcha: Margarida Alves não morreu de fome. Morreu na luta! Este é seu maior legado!

Ana Paula Romão de Souza Ferreira

INDICAÇÃO DE LEITURA:

FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. **Margarida, Margaridas:** Memória de Margarida Maria Alves (1933 – 1983) através das práticas educativas das Margaridas. 2. ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2017.



MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária na Paraíba**. João Pessoa: Editora da UFPB, 1997.

ROCHA, Guilherme Salgado. **Margarida Alves**. Coleção construtores da justiça e da paz. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1996.

MARIA AUGUSTA DE OLIVEIRA

SUMÁRIO

Maria Augusta de Oliveira nasceu em Bananeiras, em 21 de outubro de 1918, filha de Luiz Augusto de Oliveira e Maria Carolina de Oliveira. Seu pai era comerciante e jornalista, e foi um ativista do movimento liberal de 1930 na Paraíba, que resultou na chamada “Revolução de 1930”. Por isso, desde muito jovem, Maria Augusta conviveu com o ambiente político e com diversos integrantes da elite política paraibana do período. Em João Pessoa, Maria Augusta estudou no tradicional colégio de freiras Nossa Senhora das Neves. Leitora de Simone de Beauvoir, que considerava uma grande influência. Maria Augusta começou a participar de movimentos políticos na década de 1940, em oposição ao fascismo e ao Estado Novo, o que acabou por lhe levar ao PCB. Participou da campanha pela anistia dos presos políticos do Estado Novo em 1945, que resultou no Decreto-Lei 7.474/1945, firmado por Vargas, que concedeu a anistia pretendida. Essa campanha auxiliou a reorganização do PCB na Paraíba, e Maria Augusta assumiu a Comissão de Finanças do Comitê Estadual Comunista. Foi a única mulher candidata a



SUMÁRIO

deputada estadual constituinte em 1947 na Paraíba, na chapa do PCB. Maria Augusta recebeu 106 votos, tendo sido votada em vários municípios do estado, mas principalmente na região metropolitana de João Pessoa e em cidades da região do Brejo paraibano, onde está localizada Bananeiras, sua cidade natal. Da memória desta campanha, sobreviveu um panfleto, guardado por uma amiga de Maria Augusta, que lhe entregou décadas depois. O panfleto apresentava Maria Augusta como “uma das inteligências mais primorosas da atual geração feminina da Paraíba”, e lembrava que nenhum outro partido havia apresentado uma candidatura feminina no estado naquelas eleições, “num lastimável despreço aos (...) direitos e legítimas aspirações [das mulheres] nessa época de democracia”.

Maria Augusta tinha forte interesse pela moda, envolvendo-se com tendências como a promovida pela estilista francesa Coco Chanel, que afirmava a liberdade das mulheres através dos modos de vestir e cortar o cabelo. Tais interesses de Maria Augusta contrastavam com o tradicionalismo da cultura comunista das décadas de 1940 e 1950, que não incorporava a temática da autonomia feminina em matéria de comportamento e do seu papel na sociedade.

Conheceu David Capistrano na militância comunista. Cearense, David havia sido enviado pelo PCB para reorganizar o partido em Pernambuco, onde acabou sendo eleito deputado estadual em 1947. No mesmo ano, Maria Augusta e David passaram a conviver como um casal sem, entretanto, formalizar a relação num casamento, opção assumida por Maria Augusta em virtude das suas crenças políticas e da sua observação sobre a situação da mulher na sociedade brasileira. O casal foi residir em Recife, onde David exercia o mandato de deputado. Do relacionamento, nasceram três filhos: David Filho, Maria Cristina e Maria Carolina. Em Recife, Maria Augusta seguiu na militância comunista, encontrando o PCB mais estruturado e com uma base social mais expressiva do que na Paraíba. Em maio de 1947, o registro do PCB foi cassado



SUMÁRIO

pela justiça eleitoral, destino que também acometeu os mandatos dos parlamentares comunistas em janeiro de 1948. Assim, David perdeu seu mandato de deputado, entrou na clandestinidade e se mudou para o Rio de Janeiro. Nesta condição de clandestinidade, Maria Augusta teve seus três filhos, com o apoio da rede de solidariedade montada pelo PCB.

No início dos anos 1950, David foi enviado pelo PCB para Moscou, e Maria Augusta voltou a residir em João Pessoa, junto com seus filhos, onde se reintegrou no PCB e em associações de mulheres nos bairros populares em João Pessoa, Santa Rita e Cabedelo, abraçando pautas comunitárias. Em 1955, a família voltou a residir em Recife, e David e Maria Augusta passaram a atuar na imprensa comunista, em jornais como “A Hora” e “Folha do Povo”, além de se envolverem na militância nos movimentos sociais, nas campanhas eleitorais e nos governos apoiados pelo PCB em Pernambuco, como o governo de Miguel Arraes. Durante o golpe civil-militar de 1964, a família se encontrava em Recife. David, importante dirigente comunista, entrou na clandestinidade e, após algumas semanas escondida com os filhos, Maria Augusta foi presa, em 20 de abril, junto com David Filho, então com 16 anos de idade e militante do movimento estudantil. Maria Augusta foi mantida presa na Casa de Detenção do Recife, sendo solta em 30 de junho de 1964. David Filho foi enviado ao Juizado de Menores e depois a um quartel do IV Exército, mesmo sendo menor de idade. Após libertos mãe e filho, a família voltou a se reunir apenas no final do ano, no Rio de Janeiro, onde fixou residência e onde os filhos do casal retomaram os estudos, integrando-se ao movimento estudantil. Enquanto David Filho seguiu o caminho dos pais no PCB, Maria Cristina entrou no PCdoB, precisando deixar a casa da família por razões de segurança, já que integrava outra organização política. Em 1971, Maria Cristina foi sequestrada por agentes da ditadura no Rio de Janeiro, tendo sido torturada e só reencontrada pela mãe após 20 dias desaparecida.



SUMÁRIO

Em 1972, David Capistrano foi para Tchecoslováquia, representar o PCB na revista “Problemas da Paz e do Socialismo”. No seu retorno, em março de 1974, David foi sequestrado pelo DOI-CODI após entrar no Brasil através de Uruguaiana-RS, num carro dirigido por José Ronan, também militante do PCB, ambos integrados à lista de desaparecidos da ditadura militar. Segundo a Comissão Nacional da Verdade, David foi assassinado na “Casa da Morte”, em Petrópolis-RJ.

A partir de então, Maria Augusta reorientou sua militância para a defesa dos direitos humanos. Após buscar por David em quartéis do exército, prisões e gabinetes do governo, Maria Augusta participou da fundação da “Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos”, que pressionava a ditadura militar, articulada com organizações da sociedade civil como a ABI, a OAB e a CNBB. Em 1975, o “Ano Internacional da Mulher”, já residindo em São Paulo, Maria Augusta foi convidada por Terezinha Zerbini para integrar o Movimento Feminino de Anistia. Participou também do Centro da Mulher Brasileira, que foi um dos marcos do movimento feminista no Brasil. Ainda em 1975, David Filho, então dirigente do PCB paulista, foi preso pelo DOI-CODI do II Exército, como parte da ofensiva da ditadura militar contra o partido naquele estado. Entre os companheiros de cárcere de David Filho estava Isaías Trajano da Silva, natural de Campina Grande, que havia compartilhado a militância comunista com Maria Augusta na Paraíba.

Maria Augusta de Oliveira compôs a primeira Comissão Executiva do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), fundado em fevereiro de 1978, que assumiu a bandeira da “anistia ampla, geral e irrestrita”, da eliminação dos atos e leis de exceção e do restabelecimento pleno dos direitos e liberdades civis e políticas. Em julho de 1978, integrou a delegação do CBA-SP no “Congresso de Roma”, iniciativa de exilados brasileiros e organizações europeias de defesa dos direitos humanos em apoio ao fim da ditadura militar brasileira. Segundo afirmou em entrevista concedida em 1993, a participação

nos movimentos sociais pela anistia e pela redemocratização foi um ponto alto da sua militância política. A paraibana Maria Augusta de Oliveira, falecida aos 102 anos no Rio de Janeiro, em 2020, foi uma grande lutadora pela liberdade no Brasil.

Monique Cittadino

Rodrigo Freire de Carvalho e Silva

INDICAÇÃO DE LEITURA:

COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE DOM HELDER CÂMARA. **Relatório Final**. Volume I. Recife: CEPE, 2017.

MELLO, José Octávio de Arruda. **História e debate na Assembleia da Paraíba**. Volume I. João Pessoa: A União, 1996.

POMAR, Valter; MELLEIRO, Waldeli. As revelações de Maria Augusta Oliveira, dirigente do Partido Comunista na Paraíba. **Teoria e Debate**, v. 23, 1 dez. 1993.

MARIA CAMÉLIA PESSOA DA COSTA

Maria Camélia Pessoa da Costa nasceu a 5 de março de 1927 na Serra do Cuité, à época uma pequena vila da Comarca de Picuí. Filha de Manoel Pompeu da Costa e de Maria Lica da Costa,

a terceira entre quatro irmãos. O pai faleceu quando Camélia ainda não completara dois anos de idade, ficando a mãe, muito jovem, única responsável pela manutenção da família.

Após alfabetizada em casa por uma professora (Pereira Sobrinho, 2020), Maria Camélia foi matriculada no Grupo Escolar André Vidal de Negreiros (GEAVN), em Cuité, e concluiu os estudos primários em 16 de novembro de 1943. Começou a atuar a partir de 1947, como docente em Classe Supletiva de Adultos, na zona rural de Cuité. Primeiramente no Sítio Imbé, atendendo à grande demanda de alfabetização de adultos e, no ano seguinte, numa escola rural mista do Estado, no distrito de Barra de Santa Rosa, selecionada por concurso público como regente da cadeira rudimentar. Em 1951, transferida para Cuité, ficou quatro anos no ensino noturno de alfabetização de adultos.

Camélia Pessoa, jovem e solteira, foi matriculada na turma pioneira do Instituto América, onde funcionava a Escola Normal Regional de Cuité, tendo se diplomado em 25 de dezembro de 1955. Seguindo a tradição educacional que ratificava “concepções hegemônicas do feminino” e indicava espaços e atitudes adequadas às mulheres (LOURO, 2014), essa formação cumpria expectativas diferentes às mulheres: para as de classes menos favorecidas, o acesso ao mundo profissional; para as de maior poder aquisitivo, um requisito a mais em sua destinação como boa dona de casa e mãe. Embora a profissão docente tenha sido opção também para estas, um modo de sair do espaço doméstico ao público, do trabalho, alterando assim modos de ser mulher e impactando as relações de trabalho (MACHADO; NUNES; LACET, 2021).

Meses antes de concluir o curso, em condições provisórias, foi transferida para o GEAVN, como Regente de Classe. Concomitante a essa atividade, em 1º de abril de 1958, passou a lecionar matemática na Escola Profissional Pedro Viana, da Fundação Padre Ibiapina. Em 10 de abril, foi nomeada professora no quadro permanente do Estado. Dois anos depois, a Secretaria de Educação



SUMÁRIO

do Estado/PB designa-a para a gestão do GEAVN, cargo que ocuparia por décadas, numa época em que esse espaço era majoritariamente masculino. Nesta instituição, o objetivo de Camélia era a qualidade da formação do alunado, assegurando o conceito de “boa” escola pública. Organizava atividades culturais e comemorativas, coordenava a comunidade escolar, envolvia e liderava as famílias, em especial nas datas de significado histórico oficial. Sob sua direção, o GEAVN tornar-se-ia, nos anos de 1960 e 1970, referência na defesa do patriotismo. Visando enriquecer as comemorações, organizou uma campanha com a escola e toda a sociedade cuitense para criar a Banda Marcial, que leva seu nome, sonho concretizado em 1972.

De 21 de julho de 1965 a 21 de março de 1966, Camélia Pessoa fez o curso de Supervisão Escolar, em Sapé, oferecido pela Secretaria de Educação e Cultura/PB. Com essa habilitação, foi nomeada ainda em 1966 como supervisora da educação primária, atividade que desempenhou até 1978, simultânea à condição de diretora do GEAVN. Continuando sua formação, realizou exames supletivos especiais para Habilitação Específica de Formação do Magistério, no Instituto de Educação da Paraíba, diplomando-se em 2 de maio de 1973, e em 19 de julho de 1975, concluiu Pedagogia na Universidade Federal da Paraíba. Em 30 de maio de 1978, o prefeito de Cuité, à época, nomeou-a para administrar o Instituto de Educação Municipal José Vitorino de Medeiros, no Distrito de Sossego. Ainda no exercício da direção do GEAVN e cumprindo demandas pedagógicas na rede municipal de ensino, foi convidada pela Gerência Regional de Educação e Ensino do Curimataú para compor a equipe do Projeto Pró-Municípios, em 1979.

Camélia Pessoa seguia um modelo tradicional de gestão, reconhecido e respeitado na cidade, por impor-se como autoridade indiscutível, mas também questionado pelas novas gerações. Ainda assim, em 1987, foi novamente diretora do GEAVN, como resultado da primeira eleição para diretor realizada na instituição, quando,



SUMÁRIO

por consenso da comunidade escolar, seria candidata única. No dia 1º de abril de 1993, encerrou a trajetória de professora, supervisora e diretora no serviço público estadual: 46 anos de vida educacional no estado, destes, 37 anos de dedicação ao GEAVN.

Aposentada, Camélia continuaria na Secretaria de Educação no município, exercendo atividades de supervisão escolar. Em 1998, novamente, foi convidada a assumir uma direção escolar, agora no Grupo Escolar Ministro José Américo de Almeida, onde ficou por aproximadamente dois anos, pois três dias após as eleições municipais de 2000, foi surpreendida com portaria de exoneração do cargo, ato recebido como retaliação política, por não ter defendido a reeleição do então prefeito.

O século XXI possibilitou a Camélia Pessoa momentos de recolhimento junto a familiares e amigas, oportunidade de maior participação nos eventos da Igreja Católica e o recebimento de homenagens. Em 2009, foi agraciada com a Medalha de Honra ao Mérito pelo Legislativo municipal, por relevantes serviços prestados à educação da cidade. Nos anos seguintes receberia muitas reverências da instituição escolar EEEF André Vidal de Negreiros, antigo GEAVN, na comemoração dos 60 anos da escola. Em 23 de janeiro de 2016, Camélia Pessoa, por motivos de saúde, não participou na inauguração das obras de reforma e ampliação da referida escola, mas recebeu em sua residência uma placa assinada pelo governador declarando, em nome do estado, o reconhecimento e gratidão por sua dedicação à educação da Paraíba.

Camélia Pessoa faleceu em 5 de junho de 2016, vítima de um infarto fulminante. Sua morte foi noticiada amplamente nos meios de comunicação locais e nas redes sociais. Em 2017, a direção da Escola Estadual Cidadã Integral Técnica Jornalista José Itamar da Rocha Cândido, em Cuité, inaugurou sua biblioteca com o nome da referida educadora. Em 30 de novembro de 2021, o prefeito da cidade

sancionou a Lei 1.344 que altera o nome da Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves para EMEF Maria Camélia Pessoa da Costa, numa homenagem à educadora por suas contribuições à educação.

Charliton José dos Santos Machado

Maria Lúcia da Silva Nunes

INDICAÇÃO DE LEITURA:

JOSÉ PEREIRA SOBRINHO. **Entrevista concedida a Charliton José dos Santos Machado.** João Pessoa, 15 abr. 2020. Acervo pessoal.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva; LACET, Juliana Aparecida Lemos. **Maria Camélia Pessoa da Costa:** educação como missão de vida. Fortaleza: EDUECE, 2021.

MARIA DA PENHA NASCIMENTO SILVA

Maria da Penha Nascimento Silva (1949-1991), paraibana, sindicalista, feminista e destacada liderança no âmbito



SUMÁRIO

sindical e das lutas femininas no Brejo paraibano. Penha viveu em Canafistula, distrito de Alagoa Grande na Paraíba, criada pelos avós maternos, teve a sua vida marcada pelas dificuldades e abusos por parte dos latifundiários contra homens e mulheres do campo. Devido às dificuldades financeiras, teve de ingressar ao trabalho no campo a partir dos seus sete anos, sendo impossibilitada de terminar seus estudos, situação que era comum na vida dos filhos dos trabalhadores rurais. Em 1963, casou-se com o camponês Zé Horácio e com ele teve seis filhos, e como tantas outras famílias do campo, passaram por grandes dificuldades para alimentar, vestir e educar seus filhos. Era esse contexto rural paraibano, acentuado com extrema pobreza e exploração da classe patronal, que Penha estava inserida. Margarida Maria Alves (1933-1983), já vinha lutando pelos direitos e melhorias dos trabalhadores do campo (esteve no comando do movimento sindical entre 1971 e 1983), entretanto sendo ela uma liderança feminina no STR de Alagoa Grande – PB, com maior representatividade masculina, convidou Penha em 1972, para participar na militância junto com ela e Carmelita Pedrosa.

Penha, em seu livro *Violência Rural e Reforma Agrária* (1986), aponta que ao aceitar o convite de Margarida, ela reconheceu o momento de “pegar na rodilha; sabia também, quão pesado era o pote. Mas, Penha não hesitou. Calçou as sandálias de domingo e se foi. Nunca mais deixou de lutar” (SILVA, 1986, p. 5). Em 1983, sua companheira de luta foi brutalmente assassinada. A partir daí assumiu a liderança e sua luta foi intensificada. Como ressaltou o padre Luigi Pescarmona: “pisaram numa Margarida, mas no campo nasceram muitas outras”. Mesmo sob ameaças, não deixou a luta, e quando perguntavam se ela tinha medo da morte, ela dizia: “*não tenho medo da morte, só tenho medo da fome*”. Nos anos 80, Maria da Penha esteve envolvida em vários espaços políticos e sociais, a exemplo da criação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba (MMT/PB) e o Movimento de Mulheres do Brejo (MMB), ambos



SUMÁRIO

os movimentos foram criados a partir da percepção das amarras patriarcais e dos problemas existentes na questão de (des)igualdade de gênero. As mulheres do Brejo estavam na luta, todavia a maioria delas não tinham voz nas relações sindicais, pois acreditavam que seus maridos e companheiros de militância as representavam. Tais experiências de silenciamento levaram Penha e outras companheiras a incentivarem maior participação feminina (ter voz ativa) nas reuniões e decisões sindicais colocando em xeque o lugar reservado por tanto tempo apenas aos homens, o que levou a uma tomada de consciência e ao questionamento por parte dessas mulheres que passaram discutir questões de gênero no âmbito sindical.

Paraibanas que se reinventam em cada roda de conversas em que era discutido questões como: igualdade de gênero; maior participação feminina nos STRs; direitos trabalhistas, visto que as mulheres recebiam valores irrisório bem menor que dos homens; direito à escola; creche para seus filhos; registro em todos os seus documentos como ‘agricultora’ e não mais como ‘dona de casa’ ou ‘doméstica’; que seus nomes fossem incluídos nos títulos de propriedade da terra, principalmente quando ela fosse ‘chefe de família’; que não sejam discriminadas no acesso ao crédito rural, nos serviços de extensão rural e de filiação às cooperativas e tantas outras questões que inquietavam Penha e suas companheiras.

Penha Nascimento também participou da criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT/PB), da qual foi diretora e sua participação nesta entidade foi muito importante para o desenvolvimento das discussões e troca de experiências entre as mulheres trabalhadoras do campo e urbanas. Posteriormente, integrou a Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras da CUT/PB; do Partido dos Trabalhadores (PT) na cidade de Alagoa Grande - PB, partido que foi candidata a vereadora (1988) e deputada federal (1990); coordenou o Centro de Educação do Trabalhador Rural



SUMÁRIO

(CENTRU); participou da escrita de dois livros: *Violência Rural e Reforma Agrária* (1986) e *Porque Trabalhar com Mulheres* (1990). Também estava envolvida no espaço acadêmico, junto com algumas professoras da UFPB, a exemplo de Rosa Godoy, Lourdes Bandeira, e Elizabeth Lobo, que é uma referência nos estudos voltados para as questões de gênero no Brasil. Lobo e Penha faleceram no mesmo acidente, no dia 15 de março de 1991.

Segundo Lourdes Bandeira (2004 *apud* GROSSI; TEIXEIRA, 2004), Penha se empenhava muito para que se estabelecesse a presença das mulheres no sindicato. Os múltiplos campos de atuação ocupados pela sindicalista Maria da Penha deixaram rastros de sua sensibilidade, consciência da barbárie vivida por sua classe, desejo de mudança e comprometimento com a luta sindical e das mulheres trabalhadoras do Brejo paraibano. Assim como Margarida Alves, Elizabeth Teixeira, Luzia Ferreira, Soledade Leite e tantas outras mulheres paraibanas que nos inspiram, Maria da Penha deixou sementes de resistência. Por fim, trazer suas memórias de luta nos leva a refletir sobre questões de gênero, raça e classe.

Como não admirar a coragem de Maria da Penha, sua luta na conscientização das mulheres, enfatizando a reflexão dos parâmetros determinados por uma sociedade patriarcalista que determina os papéis específicos de homens e mulheres? Como não perceber sua sensibilidade ao incluir nas pautas de lutas as questões específicas das mulheres? Como não apreciar sua insistência para que as mulheres do Brejo tivessem uma maior participação sindical? Incluir nas narrativas historiográficas as experiências de lutas e resistências de Penha é tirá-la do silenciamento, e como nos chamou a atenção Walter Benjamin, temos a missão de *escovar essas histórias a contrapelo* e, aos poucos, surgem novas reflexões, desconstruções e novas abordagens.

Janaína Vicente da Silva

INDICAÇÃO DE LEITURA:

GROSSI, Miriam Pillar; MINELLA, Luzinete Simões; PORTO, Roseli. **Depoimentos**: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência. Florianópolis: Mulheres, 2006.

SILVA, Maria da Penha Nascimento. **Porque trabalhar com mulheres**. Recife: [s/e], 1990.

SINDICATO RURAL DE TRABALHADORES DE ALAGOA GRANDE. **Violência Rural e Reforma Agrária**: um relato de Penha, dirigente do SRT de Alagoa Grande. Colina da Primavera Editora, 1986.

MARIA DA SOLEDADE LEITE

Maria da Soledade Leite nasceu em 1942, no Sítio Genipapo, município de Alagoa Grande, Brejo paraibano. Filha de Josefa Pessoa Leite e Sebastião Leite de Sousa, é sindicalista, militante e católica, expressa sua fé e suas posições políticas e de mundo em poesias e cantorias. Teve sete filhas e um filho; destes, apenas três filhas sobreviveram: Madegeoma Leite Fernandes, Maritelma Leite Fernandes e Marinelva Leite Vieira - a última falecida prematuramente. É avó de cinco netos e dois bisnetos. Teve uma infância pobre no Sítio Genipapo, tendo conhecido desde cedo os desafios impostos pela classe e pelo gênero. Devido às dificuldades de locomoção, estudou até a quarta série primária



SUMÁRIO

em uma escola que ficava a aproximadamente dois quilômetros da casa de seus pais, para onde ia muitas vezes em jejum natural; em época de frutas, levava na sacola uma banana, uma manga para “tapear” a barriga. Passou sua infância e juventude morando no mesmo sítio em que nasceu, trabalhando com sua família nas atividades da agricultura na roça e nos afazeres domésticos. Sintetizou as fases iniciais de sua vida dizendo taxativamente em entrevista: “foi assim que me criei, lavando roupa, passando roupa, limpando roça, cavando terra, apanhando feijão, quebrando milho, a luta cotidiana, até que me destinei trocar tudo isso pela viola”. Se foi fácil fazer uma escolha decidida, não foi tão simples lidar com o desprezo da família, que entendia que “viola não era coisa para mulher”.

Trabalhadora rural, sindicalizou-se ainda na década de 1970, quando reivindicou espaço para as mulheres nessas instâncias de luta. Era época em que mulheres como Margarida Alves e Penha Nascimento também estavam em atuação, no limiar entre o novo e o velho sindicalismo e na luta contra a lei do patrão no Brejo da Paraíba. Era a lei da necessidade que dava o tom à atuação dessas mulheres. Integrou o Sindicato de Trabalhadores Rurais, tendo assumido *a priori* o cargo de secretária. Em 1982, depois da morte de Margarida Maria Alves, tornou-se presidente do Sindicato. Durante sua gestão no Sindicato, sofreu ameaças por um dos fazendeiros, na sua própria casa: “ele disse que eu não passasse nas terras dele, não falasse com os trabalhadores dele, que ele não gostava de sindicatos e nem do Partido dos Trabalhadores” (Soledade Leite, 2019). Depois deste acontecimento, tomou consciência da importância de fundar um movimento de mulheres na região, foi quando ela se entregou completamente à luta sindical e à luta social com o movimento de mulheres trabalhadoras rurais porque era ela também uma trabalhadora rural. Ela foi uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores de Alagoa Grande e até hoje permanece filiada ao partido.



SUMÁRIO

Ao passo em que se sindicalizava, Soledade começava a perceber as amarras de gênero na sua vida e na vida das companheiras, interseccionadas a maquinarias de relações de poder e de opressões: “sentimos a ausência das mulheres nas reuniões, os homens diziam que as mulheres não sabiam falar, só de cuidar de animais”, expressou Soledade (2022). Estudo de Paola Cappelin (1989) aponta para o fato de que entre as décadas de 1970 e 1980, o número de mulheres nos estados da Paraíba e Pernambuco compondo as diretorias (em suas complexidades hierárquicas) dos sindicatos foram aumentando progressivamente. Nesse mesmo período, grupos feministas emergiram no Estado, bem como os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, como o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brejo (MMB) e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras (MMT), movimentos que se mesclaram na década de 1990, se afinando ao Movimento da Mulher Trabalhadora do Nordeste (MMTR-NE).

Soledade teve um protagonismo interessante nesses movimentos. Integrou o MMTR-NE, compondo por vários mandatos a coordenação, tendo dedicado anos de sua vida à luta das mulheres pelo reconhecimento de seus direitos, como agricultoras e campesinas. Foi uma das articuladoras no Movimento Nacional de Trabalhadoras Rurais e integrou a coordenação do Movimento de Mulheres Campesinas (MMC), de Santa Catarina. Nestes espaços, colaborou com a organização e fortalecimento do movimento e das lutas das trabalhadoras rurais, sobretudo no estado da Paraíba, onde atuava com uma intensa pauta em torno dos direitos das trabalhadoras realizando atividades e ações em diferentes temáticas: sexualidade, combate ao machismo, feminismo, conjuntura, mulher na política, saúde, medicina caseira, corpo da mulher, prevenção de doenças. Participou ativamente da agenda feminista e dos marcos da luta feminista em nível local e nacional, e de importantes encontros e conferências nacionais e internacionais.



SUMÁRIO

A arte e a militância são seu próprio movimento. Por décadas, devido à cultura machista, não era muito comum encontrar mulheres violeiras ou repentistas no Nordeste e no Brasil. Com dez anos de idade, Soledade já sabia ler: “comprei um folheto e comecei a cantar. Minha mãe falava que era profissão de homem: ‘que coisa mais feia!’. Mas, quando fiz quinze anos, papai me deu um violão de presente” (LEITE, 2009 *apud* QUEIROZ, 2014, p. 55). Iniciou a carreira artística como repentista quatro anos depois, aos 19 anos, e enfrentou muitas dificuldades de aceitação por parte da família. Em um período de dez anos, fez um intervalo na cantoria, mas jamais abriu mão desta. Juntamente com Minervina Ferreira, foram quebrando na cultura nordestina o machismo que se expressava nos espaços de cantoria. Minervina é sua companheira de viola há mais de 20 anos.

Nesta trajetória, produziu quatro CDs, sendo dois deles “Mulheres no repente” e dois “Vozes que se misturam”, que é uma parceria com poetas. Escreveu os cordéis “Perigos na adolescência”, “Milagre de Santo Antônio”, “Dois corações que se amam e duas almas sofredoras” e “A namorada de Jackson”. Além disso, suas poesias estão reunidas no livro “Nossa história em poesia”, publicado em 2016. Participou de três edições da Marcha das Margaridas, venceu diversos encontros de viola, tendo sido premiada com o troféu Margarida Maria Alves. Fez e faz de sua poesia e do repente instrumentos de denúncia e de luta contra as opressões patriarcais e desigualdades que as mulheres vivenciam.

Sempre foi uma militante aguerrida, uma mulher de coragem que não se sujeitou às ameaças dos opressores, latifundiários e capitalistas com os quais se deparou durante sua passagem pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais. Na convivência com ela, durante as atividades do movimento feminista e da Cunhã Coletivo Feminista, lembro de suas palavras: “a luta está difícil, mas não podemos desanimar” e da expressão no rosto de uma mulher que



SUMÁRIO

não foge da luta. Seja nas mobilizações do movimento das trabalhadoras rurais ou do movimento feminista, lá estava ela com sua viola e sua poesia de resistência. Ela sempre foi uma liderança respeitada e impulsionadora da organização e luta das mulheres trabalhadoras rurais. Nos eventos dos movimentos de mulheres e do movimento feminista, emocionava (e emociona) a todas nós quando recitava ou afinava a viola. Cantava pelos direitos das mulheres, pelo fim da violência às mulheres, pela Reforma Agrária, pelos direitos das trabalhadoras rurais, contra o machismo e pela força e resistência feminista contra o patriarcado e todas as formas de opressão.

Aos 80 anos, é uma trabalhadora rural aposentada, que mesmo tendo fragilidades com a saúde, não se aposentou da viola, da cantoria, além do seu compromisso com a democracia e com as lutas sociais. Vive em Alagoa Grande, continua escrevendo seus cordéis e quando aparece uma oportunidade para cantar em algum evento dos movimentos sociais ou de repentistas, não hesita em participar. A artista violeira, cantadora e poeta tornou-se conhecida e respeitada no meio artístico em vários lugares do Brasil e tem despertado o interesse de estudantes, professores, programas e redes sociais pela valiosa contribuição de sua arte, palavra e história de vida.

Dayane Nascimento Sobreira
Maria Lúcia Lopes de Oliveira

INDICAÇÃO DE LEITURA:

CAPPELIN, Paola. Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical do Nordeste, 1976-1986. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Rebeldia e submissão:** estudos sobre condição feminina. São Paulo: Vértice; Fundação Carlos Chagas, 1989.

QUEIROZ, Laércio. **Mulheres Repentistas**: Cantadoras, Emboladoras e Mestra de Maracatu de Baque Solto. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

SOBREIRA, Dayane Nascimento. Com a viola e na militância: a trajetória de Maria da Soledade Leite. II Seminário Nacional Mulheres e a escrita da História: Estudos de Gênero e Epistemologias Feministas, Juiz de Fora, **Anais [...]**, 2021.

MARIA DE KALÚ

Maria Santana dos Santos, ou Maria de Kalú, como era conhecida devido ao apelido de seu pai, Kalú, nasceu em 1 de janeiro de 1936, na residência que ocupa até hoje e, assim como o Colégio Polivalente, se tornou uma referência da Rua Barão da Passagem, nº 262, bairro do Catolé, em Campina Grande, Paraíba. Ao longo dos anos, à medida que o tecido urbano da cidade se transformou, o Catolé passou de um bairro mais distante do centro a uma área de notável importância econômica e social. As memórias de Maria evocam a lembrança da reação irônica para com quem, da infância à adolescência, desavisadamente ousasse lhe questionar por gostar de jogar pião, bola de gude, enfim, de brincar de “coisas de menino”; na família, assim como na escola, era constantemente recomendada a abandonar seu “jeito de menino”. Parte dessas informações fazem parte do documentário *Maria de Kalú* (2009), dirigido por Carlos Mosca, outra parte está contida em entrevistas realizadas no âmbito do Núcleo de Investigações e Intervenções em Tecnologias Sociais (NINETS).



SUMÁRIO

Da primeira juventude, as lembranças se encharcam de ternura ao recompor cenários das primeiras experiências amorosas, em meio à lida na agricultura, no roçado. Até o ano de 1985 trabalhou na feira central de Campina Grande, mais precisamente na feira de carne, com uma jornada semanal que se estendia da segunda ao sábado. Tornou-se costume, por essa razão, reunir pessoas próximas, amigas e amigos para conversar sobre a vida, escutar música, tomar uma cerveja e brincar, de maneira irreverente e descontraída, no quintal de casa. Naquele ano, o fechamento temporário da feira de carne para realização de reformas visando a readequação sanitária do espaço, acabou impulsionando a decisão de abrir o bar, após recomendação de um amigo de que transformasse aquilo que fazia aos domingos, no seu quintal, num meio de sobrevivência. Logo que a notícia se espalhou, o local virou um dos mais procurados no município de Campina Grande. Maria se lembra da falta de cadeiras e da geladeira pequena para acolher um público composto por professores e professoras da universidade, enfermeiros, médicos, advogadas, muita gente querendo saber como era o Bar de Maria de Kalú. Entre as localidades, era gente de Recife, Natal, Maceió, João Pessoa, Alagoa Nova, Boqueirão... Sendo a predominância de mulheres e alguns homens gays. O cadeado no portão ajudava Maria a selecionar quem podia entrar, só entravam se ela conferisse pessoalmente quem eram.

Essas pessoas se encontravam com a clientela de primeira linha de Maria, as amigas lésbicas que vinham do trabalho na “roça”, na feira central. O Bar de Maria de Kalú não era simplesmente o primeiro espaço coletivo de socialização lésbica da Paraíba. Também tinha como peculiaridade ser um espaço de encontro para mulheres que, como Maria, encarnavam os estigmas associados ao fato de serem tidas como masculinas ou masculinizadas. Maria lutava de maneira resoluta para ser do jeito que



SUMÁRIO

se sentia bem. Seu bar estava ali para receber, acolher e, sendo preciso, proteger as mulheres iguais a ela. Seu forte e marcante carisma imprime-se às várias iniciativas inspiradas no seu quintal, inclusive a criação de um time de futebol, que chegou a ser um dos mais organizados do Nordeste, participou de campeonatos nacionais e ganhou prêmios regionais.

O bar também foi estratégico para assegurar autonomia perante os embates travados com o pai. Primeiro teve a pressão para casar Maria, quando tinha 25 anos e era a única filha solteira da família. Contrariando a expectativa, ela escolhe o único pretendente por seu pai reprovado, lembrando que foi “justamente quando conversava com um rapaz na porta de casa que seu pai saiu e lhe disse que com aquele rapaz ela não se casaria”. O rapaz em questão era negro e essa seria a razão apresentada por seu pai para o impedimento. Com ele Maria se casou e, em menos de um mês, dele se separou. A segunda experiência de confronto com o pai se deu quando decidiu viver com a companheira e assumir publicamente que tinham uma relação. Com ela, Maria criou o filho, que resultou da única noite de sexo que teve enquanto esteve casada.

É preciso considerar ainda o cenário em que as coisas aconteciam. À época em que se constituiu, o quintal de Maria era um refúgio contra o pesado ar que, contaminado por partículas de chumbo, asfixiava a vida nos tempos sombrios da ditadura militar. Na região de Campina Grande, em particular, esse clima se adensava com o temor adicional em relação à atuação do movimento Mão Branca, também conhecido como “Esquadrão da Morte Paraibano”. Apesar da grande quantidade de gente que frequentava o bar, de todo mundo saber exatamente onde ficava, Maria nos conta que ninguém ousava dizer para o motorista do ônibus ou do táxi para onde estava indo. “A parada sempre era solicitada para antes ou depois”. Até mesmo quem ia de carro não parava na sua rua.



SUMÁRIO

Somente a polícia não se constrangia de ir direta e certa ao nº 262, “visitando” constantemente o lugar. Foi aí que Maria resolveu adaptar as portas do guarda-roupa para fazer uma passagem secreta diretamente para o quintal. Quando a polícia batia à porta, desligava-se o som, todo mundo corria com as bebidas para o quintal, passava-se a chave na porta do guarda-roupa e a polícia “passava batida”. Configurando um cenário utópico para a época, não é difícil imaginar o encantamento despertado nos jovens estudantes e professores articulados pelas atividades dos recentemente criados cursos de graduação e pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, na época campus II da Universidade Federal da Paraíba.

Dayane Sobreira (2014), nos apresenta, no período, importantes fragmentos das memórias de Campina Grande, permitindo perceber que, dentre essas mulheres professoras e pessoas da universidade as quais se refere Maria, encontram-se aquelas envolvidas nas primeiras organizações feministas locais. Nos demais espaços que marcaram a vida cultural campinense, como o “Buracão”, “ReFavela”, “Cave”, “Esquina do Grude” dentre outros, o bar de Maria de Kalú se tornou uma referência. Após 14 anos de funcionamento, aconselhada por seu filho, em 1998 Maria resolveu parar com as atividades do bar. Até o seu pleno fechamento foram dois anos reduzindo as atividades e o público, restringindo o quintal às pessoas mais chegadas e próximas. Desde então, existe um espaço em Campina Grande que funciona como bar e boate, conhecido como MDK (Maria de Kalú) e é gerenciado por um membro de sua família. Diferentemente do espaço criado por Maria, que tinha o público lésbico como prioritário, quase exclusivo, o espaço hoje é aberto a todas as pessoas interessadas em adentrá-lo, ainda que seja preferencialmente procurado pelo público LGBTQIAPN+.

Aos 88 anos, e após passar por dois AVCs, Maria se encontra sob os cuidados de familiares, na mesma casa onde sua



SUMÁRIO

história se desenhou. Conservando o ar sereno, continua rindo com ironia e graça das coisas que, segundo ela, não fazem o menor sentido. Seu carisma marcante, forjado na experiência pela vida acumulada, inspiraram a criação de espaços de socialização lésbicos nas tardes de domingo, em recantos mais periféricos de Campina Grande, onde ali costumam se encontrar mulheres que têm uma jornada de trabalho semanal extenuante. Também há muitas artistas, algumas divas, como Irismar e, outras rainhas, como a seresteira Ceminha. A Ialorixá, cuja Casa é frequentada pelas proprietárias, clientes e artistas que transitam nesses espaços, também tem sua memória sobre a passagem por Maria de Kalú. Aí se tecem densas redes de solidariedade, apoio e autoproteção que alcançam a vida nos seus aspectos mais básicos, como segurança, trabalho, acesso à saúde, alimentação, entre outras necessárias à sobrevivência.

Algumas dessas mulheres se autodenominam e se reconhecem como as “filhas de Maria de Kalú”, outras como suas “netas”, indicando que as lições passadas por Maria transpuseram gerações, inscrevendo-se na eternidade do tempo, porque ela é isso, a lembrança constante de que a gente tem que ir à luta todo dia, porque não tem vitória que dure para sempre, assim como não tem derrota para sempre abater, porque sempre se tem que seguir.

Jussara Carneiro Costa

INDICAÇÃO DE LEITURA:

AZEVEDO, Ciro Linhares de. “**Bar de Maria de Kalú**”: memórias sobre o primeiro espaço de interação gay em Campina Grande (1985-1996). Monografia (Licenciatura em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

COSTA, Jussara Carneiro. Maria de Kalú, memória que inspira a resistência lésbica na Paraíba e no Nordeste. In: CAETANO, Márcio [et al.] (Orgs.). **Quando ousamos existir**: itinerários fotobiográficos do movimento LGBTI Brasileiro (1978-2018). Tubarão: Editora da FURG, 2018.

COSTA, Jussara Carneiro. **Gênero na rede, sexo na parede**: problematizações à sexualidade nas práticas discursivas do movimento feminista brasileiro. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SOBREIRA, Dayane Nascimento. **Mulher bonita é a que luta**: nas tessituras do feminismo em Campina Grande (1982-1992). Monografia (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014.

MARIA GAYOSO

(Maria Barbara Gomes de Souza Gayoso)

Na segunda metade do século XIX, Maria Barbara Gomes de Souza Gayoso fundou na Parahyba do Norte a Instituição de Caridade de S. João Evangelista. Essa foi a primeira associação da província cujo objetivo era alforriar e dar assistências aos então escravizados. De acordo com as fontes, a sociedade foi instalada em 27 de dezembro de 1863 pelos sócios-instaladores. No entanto, seus estatutos só foram escritos três meses depois - 28 de fevereiro de 1864 - e, aprovado em reunião no dia 10 de abril. A associação aceitava entre seus sócios homens e mulheres de outras províncias e países.



SUMÁRIO

Entre as publicações do jornal *O Publicador* (PB), em 1864, aparece uma lista dos sócios-instaladores da Sociedade na Parahyba, entre os nomes destacam-se as mulheres paraibanas, incluindo a fundadora: 1 - Anna Paulina Rodrigues Chaves; 2 - D. Maria Francisca de Moura Reis; 3 - Anna Alexandrina de Lima Mindello; 4 - Anna Genoveva Rodrigues da Silva; 5 - Maria Barbara Gomes de Souza Gayoso; 6- Clementina Gomes de Sousa Shalders; 7 - Luiza Gomes de Souza.

A partir do cruzamento de informações do jornal *O Publicador* com as do site *Family Search* podemos estabelecer uma parte da árvore genealógica da fundadora da Sociedade Caridade de S. João Evangelista. Maria Barbara Gomes de Souza Gayoso nasceu no ano de 1838, na cidade de São Luiz, província do Maranhão, Brasil. Casou-se em 1859, aos 21 anos, com Antônio Brito de Souza Gayoso, este também de origem maranhense, nascido no ano de 1834. As fontes indicam que tiveram ao menos três filhos: José Gomes de Souza Gayoso, nascido em 1860; Maria Evangelista Gomes de Souza Gayoso, nascida em 1863 e falecida em 1929; e o filho que deu nome à Sociedade, João Evangelista de Souza Gayoso. De acordo com os indícios, quando o casal Gayoso teve a sua filha Maria Evangelista, eles já haviam se mudado para a Parahyba do Norte, pois consta que sua filha tem a naturalidade paraibana.

A ação de Maria B. G. S. Gayoso em criar na Parahyba do Norte a associação abolicionista é saudada em uma notícia vinda da província do Ceará e que virou matéria em *O Publicador* (PB). Além do jornal cearense, outras províncias anunciaram a instituição da Sociedade Caridade S. João Evangelista, na Parahyba do Norte, por meio dos periódicos: *Correio Sergipense*: folha oficial, política e literária (SE); *Diario de Pernambuco* (PE); e o *Correio Mercantil e Instructivo, Politico, Universal* (RJ). Fazendo, assim, com que houvesse uma circulação do conhecimento sobre os feitos da referida entidade, o que ajudava na entrada de novos sócios-colaboradores vindos de outras províncias do Império.



SUMÁRIO

Exemplo disso é o caso de Juvenal Galeno. Poeta aclamado pela crítica da época que se juntou à instituição como um dos sócios-instaladores de fora da Parahyba. Seu nome nas fontes está associado à província do Ceará. Se comunicava diretamente com a diretoria da sociedade através de correspondências, algumas delas noticiadas na imprensa cearense, como a publicação em que conta detalhes do que o motivou escrever a lenda destinada à senhora Maria Gayoso. A correspondência de Galeno deixa claro sua adesão à sociedade abolicionista e demonstra a estima que tinha pela fundadora Maria Gayoso, bem como deixa entender a sua circulação como homem letrado da época nos ambientes populares, de onde extraía as experiências contadas em suas lendas. Seu texto contendo a lenda sobre *A Escrava* foi publicado no jornal *O Publicador* (PB), em 1864. Segundo o próprio autor, trata-se de uma lenda popular que, costumadamente, era contada por “uma velha” à noite junto à fogueira.

Sobre os objetivos da instituição Caridade S. João Evangelista, eles estiveram definidos em uma das notícias que, para além de libertar escravizados, socorria também aos órfãos e às viúvas. Sendo, nesse sentido, uma sociedade abolicionista filantrópica.

Após o falecimento de João Evangelista, seus pais: Maria Barbara Gomes de Sousa Gayoso e Antônio de Brito de Sousa Gayoso decidiram, como um gesto de piedade religiosa, fundar uma associação voltada para eliminar, ainda que parcialmente, a escravidão na província. O nome da referida instituição seria o de seu filho falecido. O artigo 48 do estatuto previa que os escravizados libertos pela associação deviam adicionar aos seus nomes o complemento de S. João Evangelista. Esse registro simbolizava uma homenagem ao filho do casal.

A presidência da sociedade ficou nas mãos de Maria Barbara Gomes de Souza Gayoso, e à frente da vice-presidência esteve seu marido, o então chefe de polícia da capital, Antônio de



SUMÁRIO

Britto de Sousa Gayoso. Havia reuniões constantes na Associação, incluindo a presença dos sócios e também daqueles que estavam “concorrendo” à alforria. Era prática recorrente a concessão de alforrias a cada evento ou reunião das associações. Na Parahyba do Norte, a Sociedade de Caridade de S. João Evangelista foi a primeira, mas não a única a exercer atividades de cunho abolicionista nesta província. Havia ainda outras quatro, denominadas: Emancipadora Parahybana; Emancipadora Areiense; Núcleo Abolicionista e Centro Libertador Rui Barbosa.

O discurso de inauguração da sociedade abolicionista proferido por Maria Gayoso se encontra na Seção Noticiário e ocupa cerca de três colunas em duas páginas do jornal *O Cearense*, divulgado em uma terça-feira do dia 26 de janeiro de 1864. Disponível no *site* da Hemeroteca Digital Brasileira.

No artigo 41 do estatuto da Associação de Caridade de S. João Evangelista estava determinado que para as alforrias serão, em igualdade de circunstâncias, preferidas as mulheres aos homens, as que tiverem filhos às que não tiverem, as casadas às solteiras. Assim, a prioridade era dada às mulheres casadas e com filhos, possivelmente, porque essas carregavam consigo um grau de afetividade com seus parentes, sobretudo, seus filhos, e que despertava maiores necessidades pela busca da liberdade em viver essas relações maternas. Também os escravizados que possuísem parte do dinheiro necessário eram preferidos.

O pioneirismo de Maria Gayoso com a Sociedade de Caridade S. João Evangelista é exemplo de grande destaque da presença de uma mulher liderando o movimento abolicionista na Parahyba do Norte, feito esse que merece destaque na historiografia brasileira, por sua história de enfrentamento às amarras da sociedade patriarcal e escravagista na qual viveu.

Aldenize da Silva Ladislau

INDICAÇÃO DE LEITURA:

ROCHA, Solange Pereira. **Na trilha do feminino:** condições de vida das mulheres escravizadas na Província da Paraíba, 1828-1888. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

SILVA, Lucian Souza da. **Nada mais sublime que a liberdade:** o processo de abolição da escravidão na Parahyba do Norte (1870-1888). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

SOUTO, Pedro Nicácio. **As últimas décadas da escravidão na Parahyba do Norte (1860-1910):** escravizados, livres e o movimento abolicionista. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

MARIA JÚLIA DA CONCEIÇÃO (Dona Dinda)

Maria Julia da Conceição, neta de escravizados, ficou conhecida na comunidade de Buraco D'água como Dona Dinda. Filha de Severino da Silva Pimentel e Julia Maria das Dores, nasceu em 3 de março de 1920 e viveu toda a sua infância e juventude no engenho Buraco D'Água – Alagoa Nova – PB, onde era chamada de “Maria Preta” pelos donos do engenho Buraco D'Água. Nasceu nas terras desta propriedade que, ao longo do tempo, pertenceu a dois



SUMÁRIO

proprietários da família de Mininéia Coelho Vianna e da família Sobral, a quem pertencem essas terras até os dias atuais. Aos 12 anos, ela e seus irmãos ficaram órfãos; ainda crianças, foram “criados” pelo casal Mininéia Coelho Vianna e Marieta. Os meninos, logo após a morte dos pais, tornaram-se responsáveis pelo funcionamento do engenho durante dia e noite, enquanto às meninas era atribuído o serviço doméstico da Casa Grande. Eles trabalhavam para garantir comida e um lugar para dormir. Sua vida, e de seus irmãos, na infância, pouco se diferenciou do que vivenciaram seus antepassados que foram escravizados.

Após a morte dos seus pais, seus irmãos Zé Preto e Sebastião ficaram morando no engenho para fazê-lo funcionar durante toda a noite. Já as meninas foram levadas para a Casa Grande, onde trabalhavam e recebiam apenas um prato de comida, roupas e um lugar para dormir. Enfrentaram desde cedo a vida de sofrimento e labuta que começa aos sete anos de idade, quando suas mãos tão pequenas pegavam na enxada para ajudar na subsistência da família. Sentiram no decorrer da vida o preço da descendência e da cor de sua pele. Eles foram “criados” não no sentido de educar, mas de submissão ao trabalho desde pequenos. Não eram criados, eram utilizados como mão de obra. Dona Dinda foi uma descendente de pessoas que foram escravizadas, e mesmo tendo nascido durante as primeiras décadas do pós-abolição, trabalhou também em sistema de escravidão na Casa Grande de Mininéia, tendo em vista que fazia todo o serviço doméstico sem receber remuneração.

Ouvia das moças velhas que a “criaram” a narrativa de que suas avós foram escravas e que chegaram ao Brasil de navio. Seus ascendentes vindos da África foram escravizados pela família de Mininéia Coelho Vianna, proprietária do Engenho Buraco D’Água. A economia do Engenho Buraco D’Água se fortaleceu principalmente com o cultivo da cana-de-açúcar, a produção de cachaça, rapadura e

dos produtos de subsistência. Com a venda das terras, se sentiram obrigados a atravessar para a outra margem do rio Mamanguape e passaram a morar e trabalhar na propriedade da família Sobral, que antes pertencia a Manuel Inácio da Silva.

À Dona Dinda e seus irmãos, descendentes de escravizados, faltou oportunidades dignas de sobrevivência. Foi-lhes negada a instrução (escola), faltavam-lhes terras efetivamente suas para plantar, cultivar e sobreviver da terra. Viveram a vida inteira em terras alheias. Faltou-lhes até a condição de dar ao seu pai um enterro digno.

Casou-se com Antônio Laudelino Rodrigues, e desta união nasceram treze filhos: dez homens e três mulheres. Faleceu em 17 de novembro de 2017, aos 97 anos, em sua residência, no sítio Paquevira.

Maria Regina Alves dos Reis

INDICAÇÃO DE LEITURA:

REIS, Maria Regina Alves dos. **Memória e História do Pós-Escravidão: O Cotidiano do Engenho Buraco D'água** na Cidade Alagoa Nova - PB (1918-1950). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2018.

SALES, José Borges de. **Alagôa Nova: Notícias para sua História**. Fortaleza: Gráfica Editora R. Esteves Tipoprogresso, 1990.

SOBRAL, José Azevedo. **100 anos da Fazenda Buraco d'Água**. Alagoa Nova: [s.n.], 2004.

MARIA SANTANA

(Maria Eugênia Santana)

Maria Eugênia Santana, a “Doutora da Fé”, popularmente conhecida por “Maria Santana”, nasceu em Caiçara, estado da Paraíba, no dia 6 de setembro de 1917. Filha de Antônia Maria da Conceição, “Tonha Preta”, e pai não declarado. Sua mãe foi parteira e viveu quase 110 anos. Aos oito anos Maria Santana foi estudar no Grupo João Soares em Caiçara. Ainda na adolescência começou a trabalhar na casa do Coronel Roseno Soares onde prestou serviços domésticos por dez anos. Aos 14 anos passou a viver com um rapaz chamado “Júlio”, do sítio Pirari, município de Jacaraú - PB. Dez meses após iniciar o relacionamento, Maria Santana engravidou. Nesse período seu companheiro se juntou com seus irmãos e realizaram um roubo, ela então o deixou. A filha de Maria Santana com esse primeiro companheiro morreu quando ainda era bebê. Dois anos após o fim de seu primeiro relacionamento, ela se casou com Pedro Santana no civil e cinco meses depois, o Coronel Roseno, seu patrão, organizou o casamento na Igreja. Seu marido era padeiro. Pedro Santana fez história no carnaval da cidade de Caiçara como organizador de um dos principais blocos. Era também muito brincalhão e ótimo contador de “causos”.

Dona Maria Santana teve 16 filhos com Pedro Santana, infelizmente, como era comum devido à mortalidade infantil da época, seis faleceram ainda bebês. Os filhos que “se criaram” e se encontram ainda vivos são: Antônia, José (Zezinho Santana), Gabriel (Major Gabriel), João (Major Doca Santana), Emanuel (Dedeu),



SUMÁRIO

Joaquim (Memel), e Jorge. Três infelizmente já faleceram: Luis (Pilula), Esmeralda, e Severino (Raminho). As condições de sobrevivências eram difíceis e desde cedo os filhos tiveram que trabalhar para ajudar no sustento da casa. Uma das atividades de ganho era carregar água e lenha para as casas que podiam remunerar com alguma coisa, água na seca e lenha no inverno. Desde criança Maria Santana se interessava pelas curandeiras que chegavam à cidade. Curiosa, ia atrás delas. Uma dessas era “Antônia Girão”. Maria Santana chegava a passar o dia inteiro acompanhando as curandeiras que lhe diziam que ela ia acabar se tornando curandeira também. Assim, em 1950, Dona Maria Santana começou a curar através das suas rezas utilizando pequenos galhos dos pés de figo, árvore que havia na rua principal da cidade de Caiçara. Nesse tempo as curandeiras rezavam em voz alta.

Dos saberes que aprendeu para ser curandeira, Maria Santana dizia que só não sabia curar “Catimbó”. A sua atuação como curandeira não incomodava o seu marido Pedro Santana, o qual aceitou muito bem a devoção da esposa e até brincava dizendo: “Nesses dias os hospitais vão contratar Maria, ela tá curando mais que os doutores”.

Maria Santana era devota dos santos e beatos católicos, principalmente de Nossa Senhora do Rosário, a Padroeira de Caiçara, e de Frei Damião. As paredes de sua casa eram repletas de quadros com imagens de santos e de várias esculturas de santos. Dona Maria Santana atendia em qualquer horário aqueles que lhe procuravam e nunca cobrava nada. A crença popular na força de cura de suas rezas crescia a cada dia tornando a sua casa cada vez mais frequentada por pessoas humildes que buscavam cura de suas enfermidades.

Com o tempo, a fama de curandeira se espalhou até caiçarenses que moravam em outras cidades, os quais vinham em busca dos dons de cura de Dona Maria Santana para serem rezados

ou seus filhos. Assim, Dona Maria Santana tornou-se uma das figuras mais populares de Caiçara. Ela rezou as pessoas até o fim da sua vida, em 24 de dezembro de 2014, partiu na véspera do Natal, deixando saudades e exemplos de fé, solidariedade e uma gratidão da qual queremos externar um pouco através dessa homenagem na passagem do seu centenário de nascimento.

Jocelino Tomaz de Lima

INDICAÇÃO DE LEITURA:

MARIA EUGÊNIA SANTANA. **Entrevista concedida ao autor no Programa Atitude, da Rádio Comunitária Marquesa.** Caiçara - PB, 10 jan. 2010.

OLIVEIRA, Érica Caldas Silva [*et al.*]. Rezadeiras da Paraíba: etnografia de uma crença enraizada. **Revista Informação em Cultura**, Mossoró, v. 1, n. 2, p. 11-26, 2019.

MARIA SUELDES ALVES DE ARAÚJO

Maria Sueldes Alves de Araújo (A mais bonita!) é natural de Mamanguape e ilumina o mundo há mais de 60 anos. Filha de João Alves da Silva (João do Sindicato) e de Iêlda Justino do Nascimento (Dona Iêlda do Armazinho), que foram operários de



SUMÁRIO

fábrica em Tibiri, Santa Rita, ambos falecidos. Do casamento com Fernando teve Jocieldes, Suelando e Fernanda. No último ano tornou-se avó de Jorge. Seus cordéis revelam mais de 40 anos de militância, de participação nas lutas das mulheres, no feminismo e nas políticas para as mulheres.

Em 1967 veio morar em Santa Rita, onde começou a estudar aos sete anos no Grupo Escolar Anísio Pereira Borges. Após o antigo primário foi para a Escola Augusto dos Anjos, experiência educacional conduzida por um grupo de universitários da época. Ainda criança, ela e o irmão acompanhavam a mãe e o pai nas lutas coletivas dos clubes de mãe e na política, respectivamente. Além de ajudar no comércio familiar. Na adolescência foi feirante, manicure, crocheteira, ajudando a mãe na produção de artesanato. Ingressou na Pastoral de Juventude do Meio Popular, da Igreja Católica, onde fez teatro, liderou campanhas sociais e atuou com crianças e jovens da periferia da cidade. O trabalho pastoral fundamentava-se na Teologia da Libertação, através do método ver-julgar-agir, dinâmicas e místicas que tinham foco nos marginalizados. Essa experiência enriqueceu sua formação humana e política.

Junto com outras, criou o Grupo de Mulheres de Santa Rita, que se reunia para debater temáticas de seu interesse. *O que é feminismo* (ALVES; PITANGUY, 1985) foi uma das primeiras leituras do grupo, cujo lema era: *se vivo luto, se luto contribuo para a libertação*. O coletivo também produziu shows e eventos culturais, existindo por cerca de uma década.

A inserção na Pastoral, representando a área da Várzea, lhe possibilitou processos formativos sobre as questões de gênero, no final dos anos de 1970, para discutir temáticas como: namoro, amizade, sexualidade, além dos papéis sociais de homens e mulheres. Muitas dessas questões foram debatidas na Pastoral dos Noivos, na qual ela atuou por 25 anos. Tornou-se referência para outros grupos, a exemplo do Teatro e Luta (TEL), coordenado por Heliton

Santana, que a convidou para participar de uma peça sobre a realidade de vida das prostitutas, experiência que estimulou seu diálogo com a Pastoral da Mulher Marginalizada.

Ao terminar o ensino médio na Escola Estadual Enéas de Carvalho, em Santa Rita, ingressou no curso de Psicologia na Universidade Federal da Paraíba, em 1979. Nos anos de 1980 começou a atuar na Associação Universitária de Santa Rita. Neste período se aproximou das ações de rua de lideranças feministas da época, como Glória Rabay, Irene Marinheiro, Lourdes Meira, Cândida Magalhães. Após concluir Psicologia começou a trabalhar na Prefeitura de Santa Rita.

Em 2015, fez o curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça, pela UFPB, com o trabalho *Fragmentos da história do grupo de mulheres em Santa Rita - PB*, estudo no qual resgatou a memória afetiva de suas participantes, apresentado em 2016. Atuou por 36 anos na Secretaria de Assistência Social de Santa Rita, sendo 12 anos de trabalho dedicados às creches e às mulheres idosas. Depois que as creches foram para o âmbito da educação, passou a trabalhar no Departamento da Mulher, fazendo articulações políticas e planejando ações voltadas para esse público, na gestão de Tereza Lins. O Departamento ampliou seu trabalho com a pauta de gênero, realizando seminários, palestras, oficinas e encontros, onde trazia feministas de referência da PB.

Em 2000, junto com outras companheiras de Santa Rita, participou do XIII Encontro Nacional Feminista organizado pela Cunhã Coletivo Feminista e por outras representações feministas da cidade (SOBREIRA, 2017). Segundo ela, a cidade não foi mais a mesma depois de tudo que elas viveram naquele encontro, que foi um divisor de águas para sua atuação em busca dos direitos das mulheres santarritenses. Em 2001, junto com outras companheiras da cidade, criou a Associação Flor Mulher, referência nas lutas das mulheres de Santa Rita, em articulação com grupos feministas da



SUMÁRIO

Paraíba. Essas experiências sociais e profissionais contribuíram para que chegasse a representar o estado na primeira Conferência de Políticas para as Mulheres, em Brasília, em 2004 e, posteriormente, no evento de 2011, quando já atuava na Secretaria de Políticas para as Mulheres de João Pessoa.

Seu vínculo com o Partido dos Trabalhadores levou-a a ser candidata a vereadora em 2004, pela cidade. Período difícil, pois o pai estava adoecido e não recebeu o apoio da mãe. Como outras mulheres, vivenciou a violência de gênero na política, principalmente por conta do machismo no interior do partido. Sua votação não foi suficiente para elegê-la, mas a deixou como a terceira mais votada do partido, naquele momento. Em 2005, foi convidada para fazer parte da equipe que estruturou o primeiro serviço destinado às políticas públicas para as mulheres de João Pessoa – a Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres, respondendo pela área de enfrentamento à violência contra as mulheres. Neste lugar, contribuiu com a criação de serviços importantes, como o Centro da Mulher Ednalva Bezerra e o Serviço de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Sexual, na Maternidade Cândida Vargas.

Paralelamente, atuou como psicóloga em Conselhos Tutelares da primeira e segunda região de Santa Rita, no atendimento a crianças, adolescentes e familiares vítimas de violência. Sua experiência e capacidade de articulação política a levaram a participar de vários conselhos de controle social em João Pessoa, além de ajudar a criar o Conselho da Mulher de Santa Rita. Fortaleceu importantes redes: a Rede Estadual de Atenção a Mulheres Vítimas de Violência (REAMCAV) e a Rede Interinstitucional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (REDEXI).

Toda essa experiência lhe tornou referência local na defesa das políticas públicas para as mulheres. Em 2016, foi

convidada para ser secretária municipal de políticas públicas para as mulheres, na cidade de Santa Rita, onde ficou apenas nove meses. Neste curto período conseguiu cumprir com todas as metas do projeto de implantação das secretarias municipais de políticas para as mulheres.

Sempre promoveu com maestria, através da literatura de cordel, o diálogo entre as pautas sociais e as lutas das mulheres. Das suas produções destacam-se: *Um Pouco de Nossa História*, produzido a partir do relatório da Cáritas Brasileira/João Pessoa, e apresentado no ano de 2000, num evento em Portugal. Também participou de outras mostras de literatura produzidas na capital paraibana, recebendo vários reconhecimentos.

Por sua atuação em defesa das mulheres ganhou o Diploma Ednalva Bezerra (2012), pela Câmara de João Pessoa e o Diploma Mulher Cidadã Marielle Franco, pela Câmara de Santa Rita. Seus escritos renderam premiações em concursos da PMJP: 1º lugar, com o texto *Palavras* (2006), Concurso de Poesia; 2º lugar, com o texto *Cunhã - 17 anos de feminismo na Paraíba* (2007); 3º lugar com a escrita *Meu Lugar tem Cultura* (2008); 1º lugar com o texto *Servidor(a) - Força do Desenvolvimento* (2009) e; 1º lugar com a produção *Zé Ramalho - Vida e Obra* (2010).

Atualmente está aposentada, vivendo em situação de câncer, ativa, em tratamento “resistente a qualquer seca, presa à terra, pelo amor!”. Sua história é marcada por muitas lutas internas e externas. Sobreviver diante das suas próprias necessidades e do povo ao seu redor lhe deu forças para vencer muitos desafios, se capacitar e ser, na Paraíba, uma referência na luta pelos direitos das mulheres.

Lígia Luis de Freitas

Marinézia Gomes Toné (Nézia Gomes)

INDICAÇÃO DE LEITURA:

ARAÚJO, Maria Sueldes A de. **A história de Rosa**. Breve relato de uma história real. Santa Rita, PB: Centro da Mulher de Santa Rita, 2007.

SOBREIRA, Dayane Nascimento. **A Cunhã Coletivo Feminista**: subjetividade, história e feminismo na Paraíba (1990-2015). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MARIA VALÉRIA REZENDE

Maria Valéria Rezende nasceu na cidade de Santos, São Paulo, em 1942. Sua família paterna era de cafeicultores que faliram com a crise de 1929. Quando ela nasceu, seus avós já não possuíam mais riquezas. Seu pai era médico, estudou medicina no Rio de Janeiro. Sua mãe era restauradora, vinha de Minas Gerais e o pai dela era um antiquário e restaurador. A família materna de Valéria tinha muitos artistas restauradores de obras de arte e artistas da palavra, escritores. Ela conta que na sua casa sempre houve muitos livros, saraus e escritores, e que por isso, para ela, qualquer pessoa poderia ser um escritor ou um artista plástico. Morava perto do Porto de Santos e isso lhe deu acesso a muitos livros de vários lugares diferentes, como também chegou a entrar em um submarino que era dirigido por um primo de seu pai.



SUMÁRIO

Nos anos de 1950 o acesso à saúde para os mais pobres era muito difícil, o Sistema Único de Saúde (SUS) não existia, por isso Valéria conta que seu pai subia um morro em Santos, com a maleta em uma mão e a mãozinha dela na outra para fazer consultas grátis com os mais pobres. Ele ia pelo menos duas vezes por semana visitar a comunidade, atendia às pessoas e a levava, ainda pequena, para ler seus livrinhos para as crianças da comunidade que não sabiam ler ou tinham contato com livros de nenhuma natureza. Então Valéria lhes contava histórias fantásticas para distraí-las enquanto seus pais se consultavam com o pai dela.

No período da adolescência entrou na Juventude Estudantil Católica (JEC), que segundo ela: “o papel da gente era de levar os valores evangélicos para o meio onde a gente vivia (...) para o meio estudantil, que na prática, por exemplo: os colegas começam a brigar, então você tem que fazer a paz, inventar atividades artísticas... E sobretudo essa ideia de que o mundo tem que mudar com os valores evangélicos, então a gente começa a ter um interesse muito grande pela política, e a gente percebe que tem uma porção de coisas que precisa mudar pelo País”.

Iniciou os estudos em um curso de nível superior em São Paulo, ainda fazendo parte da JEC, viajava para o interior de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, até que a chamaram para fazer parte do Diretório Nacional da JEC, que ficava no Rio de Janeiro, para onde transferiu seu curso. Cursava Pedagogia em uma faculdade feminina que pertencia à Congregação de Nossa Senhora Cônegas de Santo Agostinho, em São Paulo, onde morou por um ano. No Rio ela foi estudar na Universidade Santa Úrsula.

A escolha de Valéria pelo noviciado passa por uma questão de gênero, pois para ela essa era a única coisa que uma mulher poderia ser para poder viver “livre”. Ela não queria casar ou ter filhos, como era o destino das moças de sua época, então para estudar e conseguir pôr em prática seu projeto de educadora



SUMÁRIO

popular, viajar e ajudar os mais necessitados, ela achou na vida religiosa um meio para esse objetivo. Iniciou o noviciado em 1965. Mas antes disso, quando estava atuando como dirigente da JEC, no mês que ocorreu o golpe militar ela estava no Uruguai em um encontro estudantil representando a JEC. Após o golpe, seu retorno para o Brasil foi bem complicado, pois ela conta que teve que ir para Argentina e de lá entrar pelo Paraná, de paróquia em paróquia, até chegar no Rio de Janeiro.

Depois desses episódios, Valéria passou cerca de três meses escondida em Petrópolis em um centro de formação de missionários para europeus, dirigido por um padre americano. Quando o ano de 1964 acabou, decidiu entrar no convento e iniciar seu noviciado. Nesse período ela já estava concluindo sua graduação e as freiras queriam que ela fosse fazer doutorado na Bélgica para se ausentar um pouco do País, mas preferiu ficar e seguir seu objetivo, que era exercer a educação popular. E assim, ela foi trabalhar em um bairro operário do extremo, na zona leste, perto da estação Arthur Alvim, e lá ficou até 1971. Em 1968, participou das manifestações estudantis, conhecendo os militantes de esquerda que dirigiam os movimentos em São Paulo. No entanto, sua atuação no bairro não era só a de educar/alfabetizar, mas também atuava como militante da Ação Popular (AP) contra o regime militar, ajudando a esconder e tirar do país militantes perseguidos pela Ditadura, inclusive fazia esse trabalho junto com os frades dominicanos que foram presos pelo DOPs de São Paulo. Conta que quase foi pega também, pois um dia ela apareceu na casa dos frades e lá estavam os agentes do DOPs revirando tudo, quando se fez de desentendida, embora tenha ficado sob a vigilância de um desses agentes por alguns dias.

A atuação de Valéria estava começando a ficar perigosa, e foi nesse momento que sua congregação a enviou para a França, para fazer um trabalho por lá e sair um pouco da cena brasileira. Nessa viagem, ela levou consigo as cartas de Frei Betto, as quais



SUMÁRIO

publicou na França. Seu retorno aconteceu pelos Estados Unidos, onde passou uns meses, desceu pelo México, até entrar pelo norte do Brasil. Nesse meio tempo também é importante destacar que teve contato com Paulo Freire no Chile e que leu a sua obra ainda em manuscrito, a *Pedagogia do Oprimido*.

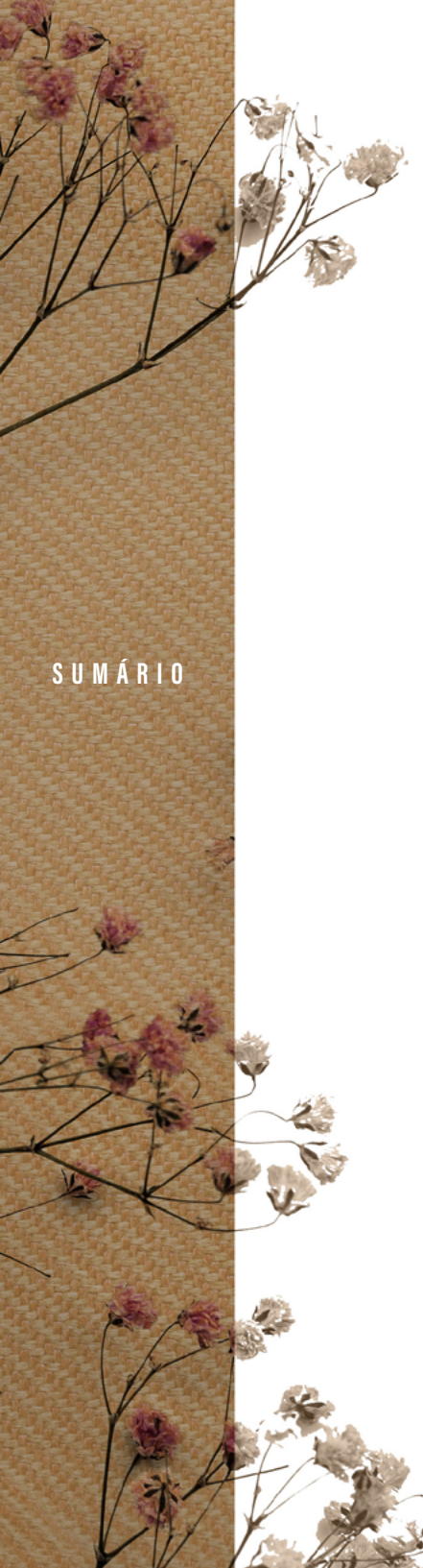
Quando volta ao Brasil, se estabelece no Nordeste, primeiro em uma pequena cidade do interior de Pernambuco e depois no Brejo paraibano, onde viveu por muitos e muitos anos, exercendo a educação popular com trabalhadores rurais e em pequenas cidades através das paróquias, sem deixar de trazer uma educação crítica e de resistência para aqueles trabalhadores e atuar em seus sindicatos como formadora.

Maria Valéria Rezende estabeleceu moradia em João Pessoa, em uma simpática casa junto com outras freiras. Tornou-se escritora e realizou sua primeira publicação em 2001. Ganhou diversos prêmios, como o Jabuti de Ouro (2016), na categoria Melhor Romance, com o livro *Quarenta dias*, e o Prêmio Casa de las Américas (2017) com o livro *Outros Cantos*. Continua publicando literatura e contando, com imaginação, todas as aventuras que viveu no meio popular e, acima de tudo, continua uma militante crítica e que sempre inventa um jeito novo de ampliar o alcance da cultura e da educação de forma democrática.

Sabrina Rafael Bezerra

INDICAÇÃO DE LEITURA:

CHAVES, Velbiane Luzia da Silva. **Memórias da resistência:** trajetória de Maria Valéria Rezende na Paraíba (1976-1988). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2021.



REZENDE, Maria Valéria. **O voo da Guará Vermelha**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

REZENDE, Maria Valéria. **Outros Cantos**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2016.

MARLENE ALMEIDA

(Maria Marlene Costa de Almeida)

SUMÁRIO

A artista plástica Marlene Almeida, nasceu no município de Bananeiras, em 7 de maio de 1942, em uma família religiosa, o que fazia com que sua casa fosse frequentada por padres, sobretudo por ser sobrinha de um deles. Com cerca de dois meses de vida, mudou-se com a família para João Pessoa, tendo estudado no Nossa Senhora das Neves, um tradicional colégio de freiras. Ao frequentar a biblioteca do colégio, Marlene se deparou com um pequeno livro sobre Paul Cézanne, o que a despertou para as artes, inicialmente a pintura, acrescida posteriormente da escultura e das instalações. Ainda cursando o Clássico, ingressou na Juventude Estudantil Católica (JEC), conhecendo representantes progressistas do clero católico paraibano, a exemplo do Pe. Juarez Benício e do Pe. Everaldo. Em seguida, na Faculdade de Filosofia (FAFI), no início dos anos 1960, passou a participar das atividades da Juventude Universitária Católica (JUC), momento em que aprofundou as leituras sobre filosofia, o pensamento marxista e o comunismo. Incorporada a uma base estudantil do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Marlene foi apresentada à questão do campo, preocupação fundamental do partido na época, e passou a vivenciar a realidade de miséria e de opressão do mundo rural e o processo de organização das Ligas Camponesas. Conforme



SUMÁRIO

orientação do partido, que via no combate ao analfabetismo no campo uma das suas grandes tarefas, Marlene vinculou-se ao setor de artes da CEPLAR (Campanha de Educação Popular), entidade ligada ao Conselho Estadual de Desenvolvimento (CED), do governo do estado na gestão de Pedro Gondim. Ao mesmo tempo, foi transferida da Secretaria de Serviço Social do Estado, onde trabalhava, para a Rádio Tabajara (também estatal), com o intuito de acompanhar o teatrólogo Paulo Pontes em suas atividades junto à CEPLAR.

Ao participar de um curso promovido pelo CED, Marlene conheceu o economista Antonio Augusto de Almeida, uma das lideranças estaduais do PCB, de quem se aproximou, ampliando ainda mais sua militância partidária, sobretudo a atuação junto aos movimentos camponeses, área em que Antonio Augusto se destacava. Poucos anos mais tarde, seria com ele que Marlene viria a se casar.

Por ocasião do golpe civil-militar de 1964, o PCB paraibano foi pego de surpresa, cabendo a Marlene a recuperação, na sede da agremiação, de documentos comprometedores. Com o avanço das prisões, Antonio Augusto optou inicialmente por refugiar-se em casa de parentes no interior do estado e, após retornar a João Pessoa, procurou se esconder, agora ao lado de Marlene, junto a amigos. Contudo, as sucessivas “batidas” que a polícia dava na casa dos pais dela fizeram com que Antonio Augusto viesse a se apresentar ao quartel do 15º Regimento de Infantaria (15 RI) do exército, onde permaneceu preso por cerca de um mês e meio. Ao tentar retornar à universidade para continuar o curso que a habilitaria ao magistério, Marlene foi impedida pelo diretor da instituição. A partir de então, já casada com Antonio Augusto, ela passou a viver num clima de isolamento social e denunciamento, sob o estigma de “comunista”, tendo abandonado a pintura. A nova onda de repressão aos comunistas, no início dos anos 1970, que atingiu seu grande amigo Manoel Alves, ex-combatente da II Guerra, agora preso e alvo de torturas, contribuiu para a sua desesperança e para o adormecimento da vocação artística. A sua formação, Marlene



SUMÁRIO

fez no antigo Departamento Cultural da UFPB (Universidade Federal da Paraíba), ligado à Coordenação de Extensão Cultural (COEX), onde fez cursos de pintura, escultura e restauração com a professora Tereza Carmem Diniz, a quem acompanhou no projeto de restauração do Centro Cultural Santo Antônio, na Igreja de São Francisco. Mas, seria apenas no final da década de 1970, aos 37 anos, na conjuntura de ocaso da ditadura, quando se voltava a vislumbrar a democracia, que ela fez a sua primeira exposição individual, na Galeria Tomás Santa Rosa, da Fundação Cultural da Paraíba. Nas obras expostas, se destacavam a figura de um homem de barbas com capacete de metalúrgico, pessoas que faziam o papel de alvos, mulheres angustiadas e camponeses explorados. Nessa época, Marlene já começava sua pesquisa com materiais naturais que substituíssem as tintas sintéticas e industrializadas, que exigiam o emprego de solventes potencialmente tóxicos. A busca por pigmentos e resinas naturais, extraídos a partir da terra oriunda de diferentes tipos de solo e da exsudação de alguns tipos de árvores, tornou-se o centro das suas preocupações e a marca das suas obras. A terra, portanto, objeto de sua luta política, configurou-se no elemento vital da sua produção, tanto por estar sempre presente como tema retratado em suas telas ou como substrato das suas instalações, como por constituir-se na matéria-prima a partir da qual se materializava a sua arte. Assim, a terra e seus frutos, a vegetação, a natureza e o relevo passaram progressivamente a dominar em seus trabalhos. Em um momento em que a palavra ecologia ainda não fazia parte do vocabulário usual e a questão ambiental não era objeto de preocupações, quer da sociedade, quer de setores públicos, Marlene se antecipava e não só incorporava a terra à sua produção, como passava a investigar cientificamente o seu potencial de uso. Neste sentido, no início da década de 1980, o apoio do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPQ) e do Laboratório de Tecnologia Farmacêutica (LTF), da UFPB, dirigido pelo professor Delby Medeiros, foram essenciais para o projeto de pesquisa que ela continuaria a desenvolver ao longo da vida.



SUMÁRIO

A carreira de Marlene foi marcada pela participação em incontáveis exposições individuais e coletivas por todo o Brasil e em diversos países do mundo, a exemplo da Alemanha, México, Espanha, Venezuela, Portugal, Cuba e Grécia. Em diversas ocasiões foi convidada por galerias, museus e universidades nacionais e internacionais a dar palestras, cursos e workshops sobre os materiais e técnicas que desenvolvia, de forma que a sua vocação docente, cerceada pelo arbítrio da ditadura, não deixou de se realizar. E a preocupação com a divulgação artística e a formação de profissionais da arte fez com que, em 1994, fundasse o Centro de Artes Visuais Tambiá, espaço que dirigiu por dez anos, destinado à promoção de projetos culturais, intercâmbios internacionais e realização de cursos. Entre 1981 e 1983 presidiu a Associação dos Artistas Plásticos Profissionais da Paraíba. Na virada para os anos 2000, Marlene adicionou nova perspectiva aos seus trabalhos: a questão do tempo, sua passagem e a efemeridade. Na exposição *Passatempo*, constituída por esculturas moles, feitas de tecido e recheadas de areia, Marlene teria se voltado para o tempo, de forma sutil, conforme comenta Katia Canton. Mas, não um tempo cuja vitória é o envelhecimento e morte, e sim, um tempo a ser celebrado ludicamente (CANTON, 2000).

A política continuou presente em sua vida e Marlene aproximou-se de Luis Carlos Prestes, quando da sua dissidência com o PCB, fundando o Centro de Estudos Políticos Olga Benário, na década de 1980; a Associação Cultural José Martí, nos anos 1990; o Comitê Paraibano Memória, Verdade e Justiça, além de ter integrado a Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa, entre os anos de 2014 e 2019. Dentre as pautas que incorporou à sua militância, destaca-se a questão ambiental, de forma que ela figurou entre os fundadores da Associação Paraibana dos Amigos da Natureza (APAN), no início dos anos 1980. Atualmente, integrando o Movimento Nacional de Artistas pela Natureza e em plena atividade profissional, Marlene continua com as pesquisas acerca dos

pigmentos naturais, trocando experiências com artistas e pesquisadores de todo o mundo, facilidade proporcionada pela internet, e se dedica à conclusão do livro que, bebendo em autores, artistas e filósofos como Plínio, o Velho, Cennino Cennini, Vitruvius e Theophrastus, além de mestres contemporâneos em técnicas artísticas, descortina a mágica da criação das cores.

Monique Cittadino

Rodrigo Freire de Carvalho e Silva

INDICAÇÃO DE LEITURA:

ARRUDA, Tereza de. *Passageiros*. In: ALMEIDA, Marlene. **Passageiros**: catálogo. João Pessoa: Galeria Sierra, 2009.

CANTON, Katia. *Tentáculos do tempo*. In: ALMEIDA, Marlene. **Passatempo**: catálogo. São Paulo/Brandenburg/Berlin: Valúria Galeria de Arte/Galerie Barsikow/ICBRA, 2000.

COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE JOÃO PESSOA. **Relatório**. João Pessoa: Editora do CCTA/UFPB, 2020.

M

ESTRA EDITE DE CAIANA

(Edite José da Silva)

Edite José da Silva, ou Dona Edite, nasceu na comunidade quilombola de Caiana dos Crioulos, nas cercanias de Alagoa Grande - PB. Nos dias atuais, é uma personagem reconhecida em todo



SUMÁRIO

o estado da Paraíba, e mesmo fora dele, como mestra cirandeira e do coco de roda. Este verbete foi adaptado de uma entrevista com ela, datada de 2020, para o Podcast Paraibanas, na qual falou sobre sua infância, as cantorias, danças e a importância do coco de roda e da ciranda para toda a sua comunidade, como a principal diversão, mas também como um modo de manter viva a tradição de seus ancestrais.

Nos tempos em que não se tinha rádio nem televisão em Caiana dos Crioulos, o coco era ainda mais relevante, sua maneira mais autêntica de expressão; apenas nos casamentos recebiam cantadores de viola ou de rabeca, essa era a tradição. Fora isso, a religiosidade proporcionava outra forma de sociabilidade, manifestada por meio das novenas, do terço e das procissões. Sobre isso, Mestra Edite defende que cada qual tenha suas crenças e sua religião e as expresse livremente. Com relação ao coco e à ciranda, trata-se de ritmos da ancestralidade afrobrasileira que fazem uso de tambores na marcação de suas músicas e cantorias. Ou seja, embora a colonização tenha imposto à população negra a religiosidade católica, como afirmação da dignidade e legitimidade social, a herança religiosa e cultural da matriz africana resiste através da manifestação cultural, da música e do tambor.

Nascida e criada na comunidade de Caiana, Dona Edite gosta de dizer que já dançava dentro da barriga da mãe, que gostava muito de ciranda. Uma mulher muito religiosa, que rezava e benzia as pessoas, uma rezadeira “afamada”, mas “de religião” (cristã). Com a mãe, aprendeu as primeiras cantigas de roda. Segundo ela, na comunidade, a maioria das pessoas gosta e é praticante da ciranda, além das mulheres, é também uma brincadeira de homens, rapazes e meninos. Essa união se reflete em outros aspectos da vida, com as pessoas ajudando umas às outras na comunidade, que tem como principal recurso a agricultura, mesmo a Caiana sendo, ainda hoje, um lugar de difícil acesso à água.

Apesar desse senso comum de apoio mútuo e solidariedade, a vida de Edite, quando jovem, era cerceada pelo zelo dos



SUMÁRIO

pais, que nunca a deixavam sair sozinha, sempre tendo que ter alguém de responsabilidade por perto. As relações de amizade tinham, e continuam tendo, grande valor.

Ainda sobre a ciranda e o coco de roda, com os quais sua trajetória de vida se entrelaça, acabaram alcançando grande reconhecimento como elementos culturais do estado da Paraíba. Mestra Edite passou a receber convites para apresentações das mais diversas. Com a passagem dos mais velhos, a nova geração (a sua) levou adiante a tradição, e foi além, pois o conhecimento sobre esses ritmos se expandiu. Com apresentações em Brasília, além de João Pessoa, Campina Grande e Guarabira, a ciranda e o coco de roda da Caiana dos Crioulos já andaram por vários cantos, para alegria da Mestra. Para ela, ser reconhecida significa representar sua comunidade e essa herança ancestral.

Embora se considere alfabetizada, ela conta que não aprendeu a ler. Daí também a importância de ser reconhecida como Mestra, com sua música, que é o que melhor sabe fazer na vida, segundo ela mesma afirma. Fala de um ressentimento com os mais jovens que não ligam tanto para essa tradição, e relembra o quanto sua comunidade antigamente era mais animada. Mesmo assim, suas netas permanecem no grupo, juntamente com outras mulheres de fora, que também passam a frequentar e fazer parte como uma extensão da sua família. “Porque aqui na gente, quando bate um zabumba todo mundo chega pra perto. [...] É ter um zabumba, um ganzá e um triângulo, nós já faz a festa”. Na roda, quem canta são as mulheres. Mesmo sem a ferramenta da leitura, guarda na cabeça uma infinidade de músicas, que aprendeu e compôs ao longo de toda uma vida. “Tirar músicas” passou a ser uma rotina para ela. Às mais novas, Mestra Edite pede zelo a essa tradição, que elas se abram, para não deixar essa ciranda morrer, porque a ciranda, assim como o coco de roda, é de todo o grupo, do seu povo, como parte do seu reconhecimento identitário. “No dia

que eu partir, elas tomam de conta”. Seu maior desejo é que outras mestras surjam de dentro dessa mesma comunidade.

Em 2006, Mestra Edite foi a Brasília para um encontro de saberes dos mestres populares. Levou com ela o nome de Caiana dos Crioulos, uma entre tantas outras comunidades quilombolas de todo o território brasileiro. Esse reconhecimento abriu portas para outros convites de apresentações no estado da Paraíba. Esteve em Brasília novamente, dessa vez com seu grupo, para “brincar uma ciranda boa”. Suas grandes paixões na vida são a música, a dança, seu grupo, sua cultura. No Carnaval de 2025, na capital paraibana, foi homenageada no estandarte do bloco de mulheres percussionistas As Calungas. Mestra Edite da Caiana é motivo de orgulho e exemplo de resistência para sua comunidade e para as mulheres negras paraibanas.

Ana Maria Veiga

Glória Rabay

INDICAÇÃO DE LEITURA/ESCUTA:

FERREIRA, José Cândido Lopes. **Quilombo Caiana dos Crioulos**. Belo Horizonte: FAFICH, 2016.

JOSÉ, Felipe. Para além do coco de roda: a vida de Edite José da Silva. **Campina Cultural**, 20 nov. 2022. Disponível em: <https://www.campinacultural.com/post/para-alem-do-coco-de-roda-a-vida-de-edite-jose-da-silva>. Acesso em: 23/03/2023.

PODCAST PARAIBANAS. **Mestra Dona Edite**. [Entrevista por Ana Maria Veiga e Glória Rabay]. João Pessoa, 12 dez. 2020. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/5cHm1V2bdlrASUEgkGTTw3?si=c136c2aa3e06494f>. Acesso em: 28/10/2022.

MESTRA JOANA PÉ DE CHITA

(Maria Dagmar)

Pouco se sabe sobre Joana Pé de Chita, mulher/mestra conhecida por vários nomes, como Joana Lina, Joana Amorim e Maria Dagmar. Não sabemos seu sobrenome, algo comum entre pessoas empobrecidas no Brasil da virada dos oitocentos para os novecentos. Militante pela liberdade de culto, não se tem registro sobre ela ter sido casada, algo inadmissível para os padrões patriarcais nordestinos dos séculos XIX/XX. Temos como referência natalícia Santa Rita, cidade satélite de João Pessoa, na Paraíba. Joana Pé de Chita provavelmente era descendente de povos escravizados que viveram na cidade dos canaviais, em Santa Rita. Em um cálculo hipotético, ela deve ter nascido na última década do século XIX, num momento em que muitos engenhos movimentavam a economia de Santa Rita e região. Podemos ainda levantar a hipótese de que Joana Pé de Chita tenha nascido escravizada e sido liberta pela lei que extinguiu, teoricamente, a escravidão no Brasil em 1888. As hipóteses levantadas sobre sua idade estão baseadas nos depoimentos de Mãe Rita Preta, que afirma ter conhecido Joana Pé de Chita em fins dos anos 1930 e início da década de 1940. As afirmações de ter conhecido dona Joana Pé de Chita partem também das sacerdotisas Mãe Elvira, que veio do Acre para Santa Rita; Mãe Severina de Chico Diabo, da Torre, bairro de João Pessoa, mas que viveu em Santa Rita; e



SUMÁRIO

da Mãe Joana, de Bayeux. Ainda sobre a mulher e a mestra, Mãe Rita Preta garante que no período da repressão policial, muitas vezes dona Joana Pé de Chita foi presa durante a realização de seus trabalhos religiosos. Era a família Santiago quem fazia a intervenção para proteger a juremeira. Segundo Mãe Rita, na localidade onde residiu Joana Pé Chita, que hoje faz divisa entre os bairros da Liberdade (antigo bairro do Cercado), Várzea Nova e a Vila Operária Tibiri Fábrica, havia pés de jurema-preta.

A Mestra tinha uma característica importante que é a perna esquerda sempre enfaixada com bandagens, uma espécie de meia, sendo esta perna mais fina do que a direita. Segundo as narrativas, o apelido vem do fato de a perna de dona Joana ter estado sempre coberta com uma chita, para proteger um ferimento ou marca em sua perna, devido a um tiro que teria levado durante uma perseguição policial, fato muito comum onde a prática dos cultos afro era considerada crime previsto no código penal. Não afirmamos aqui que dona Joana Pé de Chita morreu no início da década de 1930, como disse Fernandes (1938), nem que ela não possa ter visitado o terreiro de Mãe Rita Preta na década de 1940, como garante Mãe Rita, a qual consideramos como sendo uma espécie de discípula, herdeira direta da mestra Joana no Catimbó.

Fato é que dentre todas a juremeiras que possivelmente viveram no período em que a mestra Joana Pé de Chita esteve por aqui, apenas Mãe Rita está viva e pode falar com propriedade da vivência dela em Santa Rita, levando em consideração a sua longevidade, seu caráter ilibado e a sua lucidez, visto que desde a década de 2000 ela já dizia ter conhecido a Pé de Chita. A mestra Joana é referenciada em trabalhos de diferentes áreas do conhecimento e em todo território nacional, a exemplo das pesquisas desenvolvidas no Rio Grande do Norte, estado vizinho da

Paraíba. Registramos a trajetória da dona Joana em seu tempo e *lôcus* de sociabilidade, dando enfoque e visibilidade à sua luta contra a perseguição policial por parte do estado paraibano, fato que fez crescer, conseqüentemente, a sua fama, que mesmo embora erigida de forma negativa, ela estava sempre aparecendo nos noticiários de uma Paraíba novecentista que, bem mais que a dos dias atuais, era muito arcaica, racista e misógina.

Gricia Guedes do Nascimento

Carlos André Macêdo Cavalcanti

Valdir Lima

INDICAÇÃO DE LEITURA:

CASCUDO, L. C. **Meleagro**: Pesquisa do Catimbó e notas da magia branca no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria AGIR Editora, 1978.

FERNANDES, A. G. **O Folclore mágico do Nordeste**: usos, costumes, crenças e ofícios mágicos das populações nordestinas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

NASCIMENTO, G. G. **Na barra da saia dela tem ciência**: Joana Pé de Chita, um diálogo sobre gênero na jurema. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

RAMOS, Arthur. **O negro brasileiro**: etnografia religiosa. 5 ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2001.

MESTRA PENHA CIRANDEIRA

(Maria da Penha Anjos do Nascimento)

Maria da Penha Anjos do Nascimento, mais conhecida como Penha Cirandeira, é mestra de coco de roda e ciranda, manifestações culturais de matriz africana e indígena reconhecidas como patrimônios imateriais da Paraíba e da capital pessoense através das leis nº 11.948/2021 e nº 14.097/2020, respectivamente. Nascida no Engenho Megaó, localizado nas imediações de Goiana – PE, filha de Eunice do Nascimento e José Francisco Nascimento, a “mestra andarilha”, levada ao nomadismo por sua condição social precária, viveu em diversas localidades, a maioria delas em território paraibano, terra que a acolheu desde sua infância, pois foi registrada ainda nos seus primeiros meses de vida na cidade de Bayeux - PB. Foi na usina Santa Helena (Sapé - PB) que começou a praticar os ritmos, herdando os saberes que seu pai, quilombola de Caiana dos Crioulos - PB, lhe repassou enquanto trabalhava e ao mesmo tempo entoava os cocos e cirandas como canto de trabalho para aliviar o fardo da labuta.

Vivenciou a umbanda, a jurema sagrada, o reisado e as tribos indígenas carnavalescas, influências que transparecem no seu fazer cultural. É habilidosa no improviso, assim como também é uma exímia compositora. Além disso, a mestra carrega em sua voz potente a influência do aboio. Nas vivências e andanças com o mestre Ciço (Pedro Acelino de Lima, *in memoriam*), luthier, coquista e cirandeiro, referência da luthieria que construiu instrumentos para



SUMÁRIO

diversos grupos, mestres e mestras tradicionais paraibanos, a mestra Penha aprimorou ainda mais o seu saber.

O coco de roda e a ciranda nas comunidades tradicionais paraibanas são fundados sobre o tripé: canto, toque e dança. Neste sentido, o que se observa nas brincadeiras é que a maioria das mulheres brincantes cantam e dançam, mas uma minoria delas tem contato com os instrumentos. Penha Cirandeira domina todos os aspectos da brincadeira, é uma das poucas exceções de mestras percussionistas ou tocadoras, como são popularmente conhecidas, sendo referência no bombo (zabumba) e realizando com maestria os toques “rebumbado” e “faceiro”. A Ciranda Raio de Sol, grupo composto por seus filhos Bruno e Bruna, a acompanha na caixa, no ganzá e na voz.

A extrema pobreza se fez presente ao longo de toda sua vida e a mestra é mais uma nos índices do analfabetismo brasileiro. Em razão da necessidade de trabalhar para ter acesso a direitos sociais básicos como moradia e alimentação, trabalhou na agricultura, na maré e no manguê catando caranguejo, unha-de-velho, ostra, sururu e marisco; nas ruas catando latinhas; nos engenhos e usinas cortando cana; nos sinais pedindo esmola e nas casas das pessoas fazendo faxina. No decorrer dos anos e após de tudo tentar para sobreviver, foi morar com seus filhos no lixão. Era nesse ambiente que moravam e se alimentavam, pois reviraram o lixo procurando restos de alimento para saciar sua fome.

Um hiato se criou, e durante aproximadamente dez anos não se via ou ouvia falar da mestra. Após uma campanha impulsionada pelos esforços coletivos do Grupo de Estudos Coco Acauã junto ao Coletivo Jaraguá para encontrá-la, a mestra Penha Cirandeira foi finalmente encontrada em 2020 na favela de Rio das Pedras, localizada na zona oeste do Rio de Janeiro, para onde havia migrado em busca de melhores condições de vida, se inserindo assim nas estatísticas do êxodo nordestino ou migração nordestina, fenômeno que ainda repercute nos dias atuais mesmo que em menor incidência. Desde



SUMÁRIO

então, somaram-se a este movimento de fomento à mestra diversos integrantes da sociedade civil, entre agentes culturais, pesquisadores, coletivos e mestres/mestras que atuaram em diversas frentes em prol da reativação da carreira da mestra Penha Cirandeira.

Do conjunto de ações que envolvem a produção audiovisual, a gestão das redes sociais, a inscrição em editais, o suporte em lives, a arrecadação de cestas básicas, as campanhas de financiamento coletivo (*“crowdfunding”*) e rifas, se destaca enquanto conquista o registro, em março de 2022, da mestra Penha Cirandeira no Livro de Mestres das Artes da Lei REMA ou Canhoto da Paraíba (nº 7.694/2004), política pública organizada pelo governo do estado e o Conselho Estadual de Cultura (Consecult-PB) que garante um auxílio vitalício de dois salários mínimos aos mestres contemplados. Encerra-se, assim, um ciclo de insegurança alimentar e ausência de moradia. A mestra continua a nos encantar com sua arte.

Ao longo de sua trajetória, Penha Cirandeira realizou apresentações, oficinas, entrevistas, gravou CDs, documentários e foi citada em livros e pesquisas acadêmicas. Destacam-se entre eles: (1) o documentário “Catando lixo ou cantando ciranda” produzido por Romério Zeferino em 2005; (2) o documentário “Serena, serená: os caminhos do coco e da ciranda na Paraíba”, resultado do trabalho de conclusão do curso da jornalista Lorena Travassos no ano de 2006; (3) o CD “Penha Cirandeira - Ciranda Raio de Sol”, lançado em 2009 pelo selo Raízes da Alma em parceria com a UFPB e a Prefeitura Municipal de João Pessoa; (4) a turnê para Olímpia-SP (2001), Brasília (2006), Ceará (2012) e Rio de Janeiro (2022); (5) a presença em 2021 na exposição “E tome coco!” realizada na Estação Cabo Branco; (6) a participação no Fórum Internacional de Patrimônio Cultural e Identidades (PR); (7) a videoaula ministrada no Saberes em Roda - Projeto de Extensão vinculado à Universidade Federal da Paraíba em parceria com a Cátedra UNESCO de Estudos Transculturais (Alemanha), a Universidad del Valle Cali (Colômbia)

e a Universidade Intercultural Indígena de Michoacán (México); (8) oficina para o LAPER - Laboratório de Percussão e Rítmica da UFPB; (9) a menção no livro “Ciranda de adultos” do jornalista, historiador, teatrólogo e folclorista brasileiro, Altimar Pimentel, publicado em João Pessoa no ano de 2005 com financiamento do fundo de incentivo à cultura “Augusto dos Anjos”.

Gabriela Castro de Lima

INDICAÇÃO DE LEITURA:

AYALA, Maria Ignez Novais; AYALA, Marcos. (Orgs.). **Cocos:** alegria e devoção. Natal: EDUFRN, 2000.

PIMENTEL, Altimar de Alencar. **Ciranda de adultos.** João Pessoa: Fundo de incentivo à cultura “Augusto dos Anjos”, 2005.

TRAVASSOS, Lorena; CARVALHO, Nadja. Serena, Serená: um documentário sobre a memória da cultura paraibana. **CAOS - Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, João Pessoa, v. 1, n. 11, p. 25-41, 2007.

MÊVES GAMA

(Idelvita Pereira Gama)

Idelvita Pereira Gama deveria se chamar “Mavis”, nome de uma amiga americana da sua mãe, Mavis Vance, mas o tabelião não sabia como escrever, então a madrinha pediu que



SUMÁRIO

colocasse o nome da mãe dela, Idelvita. Ao chegar em casa, os pais não concordaram com o nome registrado e todos a chamavam pelo nome dado pela mãe, ou melhor, Mêves. Nascida em 8 de dezembro de 1939, em João Pessoa - PB, filha de Manoel Gama, sapateiro, e de Inalda Pereira Costa, lavadeira. Nessa época, o Brasil vivia a chamada era do rádio e, na Paraíba, a Rádio Tabajara, inaugurada em 1937, era a de maior destaque. Era a época dos programas de calouros, e Mêves venceu um deles, aos 11 anos de idade. Logo foi contratada como atração do programa, o que veio a ajudar nas finanças da numerosa família, de seis irmãos. Nessa época, os gêneros de maior sucesso eram o samba, o chorinho e o baião, esse último tendo poucos anos antes ganhado projeção com Luiz Gonzaga. De início, Mêves foi apelidada de “Garota do Chorinho” e, em pouco tempo, passou para os programas de maior audiência da rádio. A revista “Radiolândia” (1954) a descrevia como prodígio, “O maior cartaz da I-4” (como era também chamada a emissora). Segundo Pereira Nascimento, do livro *História da Radiofusão na Paraíba*, Mêves Gama tinha uma voz estonteante, que variava entre aguda e rouca, se tornando sempre a atração principal dos programas de auditório. Nessa época as cantoras de rádio eram uma “febre nacional” e na Paraíba, além de Mêves, se destacavam Mércia Paiva (chamada de garota prodígio pela sua desenvoltura com a sanfona), Onilda Figueredo, Penha Maria, Marlene Freire, Zete Farias, Célia Maria, Genilda Barbosa; anos depois tivemos nomes como o de Zélia Gonzaga. O talento de Mêves chamou a atenção de outras emissoras que a queriam no seu “cast”, principalmente as grandes rádios de Pernambuco. No início de 1956, aceitou oferta da Rádio Tamandaré, de Recife. O sr. Manoel Gama, vislumbrando a possibilidade de ascensão da filha e a esperança de uma vida melhor em Pernambuco, permitiu que Mêves aceitasse a proposta e a família se mudou para Recife. Ela foi estrela do programa “Festa no Varandão”, apresentado na Rádio Tamandaré por Aldemar Paiva. Posteriormente, Mêves Gama e Genival Lacerda seriam as maiores



SUMÁRIO

atrações do programa “Fim de Semana Castelo”, apresentado por Aldemar. Sua jovialidade e desenvoltura a levaram a ser chamada de “Boneca” e seu nome artístico também variou nessa época, sendo chamada de “Maves”.

Contemporânea de Marinês, a “Rainha do Xaxado”, foi reconhecida por ela como a maior cantora daquele momento. As primeiras gravações de Mêves Gama datam de 1958, em um LP de músicas juninas da gravadora Mocambo, chamado “Viva São João”. Mêves interpretou o baião “Receita de Canjica” e a marcha junina “Forró da Dorotéia”, respectivamente dos compositores Sebastião Lopes e Aldemar Paiva. “Forró da Dorotéia” tratava de personagens do programa de rádio “Festa do Varandão”, como o “Seu Vém-Vém” e a própria “Dorotéia”. “Receita de Canjica” foi, segundo o jornal Diário de Pernambuco (29/06/1958), “a mais vendida das festas juninas”, tanto ela quanto “Forró da Dorotéia” ficaram várias vezes entre “as mais vendidas da semana”. Com isso, Mêves angariou um grande número de fãs e foi a primeira paraibana a gravar e ter sucesso no gênero forró.

Ainda no final de 1958, Mêves Gama gravaria o frevo “Segure seu Homem”, do renomado compositor Capiba. A música foi o maior sucesso do carnaval pernambucano de 1959, segundo o jornal Diário de Pernambuco.

Tendo uma diversidade de talentos, como atriz de teatro, foi muito aplaudida principalmente no Teatro Marrocos, em espetáculos da Companhia de Valença Filho, da qual fazia parte. Além do destaque como cantora e atriz, Mêves era aclamada por sua beleza, chegando a ser, por mais de uma vez, finalista no concurso de “Rainha do Carnaval” de Recife. Para os festejos juninos de 1959, voltou a gravar música regional, lançando o primeiro disco de 78RPM só com músicas interpretadas por ela, com “Balãozinho Azul” e “Adivinhações”, essa última uma composição de Nelson Ferreira e

Luiz Queiroga. As canções também fizeram parte do LP/Coletânea “Capelinha de Melão”. Queiroga foi parceiro artístico e grande amor da vida de Mêves, se casaram em abril de 1960, já com um filho, o também cantor Lula Queiroga, nascido um mês antes.

A estreia de Mêves na TV se deu na TV Rádio Clube do Recife (canal 6), onde além de cantora também manifestou sua veia humorística em programas como “Risos e Melodias”, “Todos Cantam a sua Terra”, “Música e Simpatia” e “Riso de Graça” (com Consuelo Leandro, Lúcio Mauro e Zezé Macedo). No teatro, atuou em musicais como “É Proibido Falar” (1960).

Sua versatilidade pode ser comprovada no LP “Psicose Musical”, lançado em 1960, o primeiro LP totalmente na voz dela, com músicas do paraibano Arnaldo Leão, em que ela interpreta, entre outras, o rock “Canção do Recruta”, primeira das doze faixas, que incluíam ritmos como *swing*, *fox* e valsa. Algumas faixas questionam tabus da época e caíram como uma luva na voz de Mêves, que gostava de dançar, usar saias curtas e pintar os cabelos. O LP foi gravado pelo selo Constellation, de Campina Grande, e fabricado pela Rozeblint, de Recife. Mêves, além de pioneira do forró, foi também a primeira paraibana a gravar rock.

Seguindo com sua carreira de “forrozeira”, lançadas em discos de 78RPM e nas coletâneas “Viva São João”, temos as canções “A Rifa do Menino” e “Adivinhação” (1960); “A Tomada da Fogueira” (1961); “Balão da Esperança” e “Lesou, Lesou” (1962); “Arranjei um Casamento”, “Por que Mudou” e “Minha Roseira” (1963), essa última lançada na coletânea “Nordeste Cabra da Peste”; “Canto sem Protesto” (1968); “A Volta” (1969); “O Filé de Jumento” (1975); no LP/Coletânea “Do Sertão para a Cidade” (1976), com a faixa “Só falta chover”; “Zé Piaba”, lançada em um compacto; “Bonde de Burro” e “Banho de Cachoeira” (1976); “Carro de Boi” (1977). As músicas “Arranjei um casamento” e “Por que mudou” foram relançadas no



SUMÁRIO

LP “Feira de Caruaru” (1980). As coletâneas “Viva São João”, das quais Mêves participou até o vol. 5, assim como também as coletâneas “Capelinha de Melão” e “Nordeste Cabra da Peste”, também contavam com artistas como Genival Lacerda, Os Três Boêmios, Toinho da Sanfona, Jair Pimentel, Jacinto Silva e Coronel Ludugero, dentre outros. Também na coletânea “Do Sertão para a Cidade” ela interpreta “Ciranda a Beira Mar”.

No Natal de 1962, a gravadora lançou o LP “Presentes Sonoros de Natal”, uma coletânea que tem como primeira faixa a canção “Para os Namorados”, composição de Nelson Ferreira sobre o tema “Jingle Bells”, interpretada por Mêves Gama; uma outra faixa “Imagem de Natal”, consta como intérprete “Mevinha”, a primeira filha da cantora, porém a própria Mevinha afirma que na verdade a gravação é da própria Mêves, imitando voz de criança.

No Rio de Janeiro, em 1973, Mêves participou do famoso programa “A Grande Chance”, apresentado por Flávio Cavalcanti na TV Tupi, a música escolhida foi “Cavalhada”, composição do marido Luiz Queiroga e de um sobrinho dele Dade Queiroga. A performance de Mêves foi aclamada e ela conquistou o primeiro lugar. Em Recife, é lembrada como uma grande intérprete de frevos, como “Tá faltando alguém” e “Amor de hoje” (1961); “Velho Sol” (1962); “Me deixa Seu Freitas” (1963), nesse ano participou do antológico LP “Velhos Carnavais do Recife”, organizado por Nelson Ferreira; “Eu quero mais” do compositor Donzinho, sucesso em 1964; “Bloco do Mela-Mela” e “O Velho e o Novo” (1976); “Banho de Lua no Carnaval” (1977); “Sai mas não sai” e “Se você deixar”, ambos do posteriormente renomado forrozeiro Ivan Ferraz (1978); e “Foi Você” no LP “Capital do Frevo” (1983). Na década de 1980, já viúva, Mêves Gama intensificou sua carreira artística, participando dos carnavais de Pernambuco, gravando frevos e realizando bailes junto com orquestras. Em 1980 a produção do programa “Evoé - Aí vem



SUMÁRIO

o Carnaval” da Super Rádio Clube, organiza o LP “Evoé nº 1”, com orquestra do Maestro Guedes Peixoto e várias intérpretes, Mêves entre elas. Apresentou-se também com o show “Noites Recifenses” em parceria com o cantor Romilson. Em 1982 participou do coral de vozes do LP “O Amor não é Amado” do Padre Amaury de Paula. Na Paraíba, teve participações junto com a orquestra do maestro paraibano Vilô, que por muitos anos animou os carnavais dos clubes da capital, além de se apresentar com frequência em Pernambuco. Dessa parceria resultaram também as últimas gravações de Mêves em LPs, como “Vilô e sua Orquestra fazem o Carnaval”, com a faixa “Tem viúvo por aí”; “Frevilô 2”, com “Cidade Verde”; “Frevilô 1985”, com “Paraíba 400 anos” e “Meu Sublime Torrão”, o “hino extraoficial” da cidade. Em 1987 foi produzido mais um disco que seria uma guinada na carreira da cantora, com participações de Luiz Gonzaga, Dominginhos e Genival Lacerda. Porém, antes do lançamento a gravadora Colibri faliu e o material nunca foi lançado. Entre as faixas se encontra um dueto de Mêves Gama com Luiz Gonzaga, a faixa “Forró no meu Pé de Serra”, música do compositor paraibano Taty Veloz, seu genro à época. Trata-se de uma canção inédita com participação do Rei do Baião.

Mêves Gama faleceu em 6 de dezembro de 1999, em Recife, vítima de câncer no pulmão. Do casamento com Luiz Queiroga, vieram sete filhos, todos artistas: Lula Queiroga, cantor, compositor, poeta, cineasta e escritor; Flávio Queiroga, empresário e produtor cultural; Mevinha Queiroga, cantora e pesquisadora cultural; Lucke Luciano, compositor e músico; Tostão Queiroga, baterista; Neno Queiroga, produtor de palco e músico; e Nena Queiroga, cantora, considerada “Rainha do Carnaval de Pernambuco” e “A Voz do Galo da Madrugada”.

Jocelino Tomaz de Lima

INDICAÇÃO DE LEITURA:

CARNEIRO, Josélio (Org.). **Tabajara 65 anos: a rádio da Paraíba**. João Pessoa: A União, 2002.

NASCIMENTO, Pereira. **História da radiodifusão na Paraíba**. João Pessoa: Persona, 2003.

QUEIROGA, Mevinha. **Luiz Queiroga: o Humilde Imenso**. [s. l.]: Livro Rápido, 2006.

MULHERES DO ENGENHO GERALDO DE ALAGOA NOVA - PB

Neste verbete apresento Maria de Lourdes de Sousa (Quincas), Josefa Ermínia Cobé (Nêem Cobé), Beatriz Pedro da Costa e Maria do Céu Cobé de Lima, mulheres que protagonizaram um processo de sensibilização comunitária para a obtenção da Reforma Agrária na comunidade Engenho Geraldo, no município de Alagoa Nova - PB, entre os anos de 1975 e 1984. O protagonismo destas quatro líderes foi apresentado na pesquisa: “Engenho de memórias: mulheres camponesas, escritas de si e a força da amizade (1975-1984)”, em que disserto, a partir de suas escritas de si (Foucault, 1992), construídas a partir narrativas das camponesas, percebendo-as como protagonistas nas práticas



SUMÁRIO

de militância em prol da terra e de como conseguiram conquistas para si e para toda a comunidade a que pertenciam.

As mulheres do Engenho Gerado construíram relações de amizade e política que as fazem únicas e protagonistas no contexto da história paraibana. Amizade que se conceitua aos moldes do que teorizou Ortega (2002), ao afirmar em sua genealogia, que ela nos ajuda a compreender a função fundamental da organização sociopolítica e cultural na vida dos sujeitos. Os parágrafos que se seguem apresentam cada uma delas em sua participação neste movimento específico. Quincas, professora do campo, mulher que dedicou sua vida profissional ao magistério, trouxe uma série de conhecimentos pertinentes de serem narrados a partir de sua história de vida. Sua participação como liderança no movimento de Reforma Agrária do Engenho Geraldo se deu através de uma intensa valorização de causas e lutas por direitos sociais de seus vizinhos e amigos. Aos 15 anos se engajou na luta da comunidade, pois via em sua dificuldade de acesso à educação algo comum aos outros jovens camponeses. À época estudou o antigo colegial e paralelamente começou a ministrar aulas aos alunos do primário em sua casa para contribuir com a renda da família. Com o passar dos anos adquiriu experiência e conhecimentos de mundo que foram compartilhados com os educandos e vizinhos. Assumiu papel de liderança no movimento e aos poucos se tornou referência para as mais de 500 famílias que habitavam a comunidade. Criou táticas de resistência que foram socializadas com os demais, articulou as outras líderes e tornou-se a responsável pela articulação política do movimento. Foi perseguida pelos poderes instituídos, mesmo que tenha conseguido escapar das investidas dos agentes governamentais do poder repressor da ditadura militar.

Nêm Cobé e Maria do Céu Cobé de Lima, mãe e filha, compartilharam ideias de coletividade, respeito e liderança. A força da amizade construída por duas mulheres que, juntas, edificaram



SUMÁRIO

lutas, cuidado mútuo e pertença à terra, construíram o respeito coletivo no movimento social e tornaram-se líderes. Nêm Cobé, católica praticante, usou sua religiosidade e seu conhecimento político adquirido nas Comunidades Eclesiais de Base - CEBs e nos ensinamentos da Teologia da Libertação, nos movimentos sociais, como mecanismo de atuação junto aos trabalhadores do Engenho Geraldo. Ela convencia-os a engajar-se nas lutas e gradualmente entender quem era o grande inimigo dos trabalhadores. Fazia isso por meio dos encontros religiosos (novenas e grupos de oração). Ambientes usados pelas lideranças para educar a comunidade sobre as lutas construídas. Maria do Céu Cobé, nasceu no Sítio Camará, na zona rural de Alagoa Nova - PB, filha de Nêm e João Cobé. Suas articulações foram importantes para a comunidade, uma vez que eram postas com base no respeito e na compreensão da capacidade dos moradores de saúde e assistência social. O engajamento político de Maria do Céu, a facilidade de articulação com os moradores da comunidade e o próprio respeito que herdara de sua mãe, foram peças-chave na escrita de si da jovem. Sua liderança promovia-se em uma série de atividades, como marcar reuniões, novenas, organizar encontros, articular negociações com os donos da terra e prestar assistência aos moradores que precisassem de uma ajuda financeira ou médica.

Beatriz Pedro, a quarta líder do movimento, se destacava por animar os movimentos e ações públicas. A arte de compor, declamar e cantar versos se tornou marca de sua subjetividade. Os moradores enalteciam o entusiasmo e a alegria coletiva que era ouvir sua voz entoando canções de protesto nos atos públicos que o movimento organizava. Embora sua função não fosse apenas esta, suas canções ecoam na memória coletiva da comunidade como registros que davam vida ao movimento. A alegria que Beatriz Pedro trazia para os encontros e o engajamento através da arte que ajudava a dar corpo às ações promovidas pelo movimento, a davam motivação e inspiração, além de coragem.

Escritas de si e amizades que nas quatro líderes se aprimoraram e edificaram a força política na sua comunidade à época. Mas que até hoje são perpetuadas nas memórias coletivas dos que participaram e seus descendentes.

Jadson Pereira Vieira

INDICAÇÕES DE LEITURA:

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. *In*: FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Lisboa: Passagens, 1992.

ORTEGA, Francisco. **Genealogias da amizade**. São Paulo: Iluminuras, 2002.

VIEIRA, Jadson Pereira. **Engenho de memórias**: mulheres camponesas, escritas de si e a força da amizade (1975-1984). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

NACA

(Idalina Maria Freitas Lima Santiago)

Naca nasceu em 25 de agosto de 1958, em Serrinha, interior da Bahia, filha de professora normalista e de funcionário público estadual. Passou a residir em Salvador/BA a partir de 1976, a fim de realizar a formação escolar em nível superior em Serviço Social junto à Universidade Católica do Salvador/BA. Seu primeiro



SUMÁRIO

nome de registro é Idalina, em homenagem à sua avó materna, que morreu no mesmo ano de seu nascimento. Como derivativo de Idalininha, surgiu Idalinaca, o qual foi desmembrado para Naca. Enquanto adolescente, não se sentia confortável em ser chamada pelo nome de Idalina, pois reportava para histórias de povos antigos. Dessa forma, ela assume o nome social de Naca, pelo qual tem se apresentando em todos os espaços.

No anseio de aprofundar seus estudos no campo do Serviço Social, após concluir a graduação (1977-1981), ingressou no mestrado em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba/UFPB, em 1982, com a perspectiva de estudar a questão da participação popular nos movimentos de bairro, mudando-se para João Pessoa no auge dos 22 anos de idade. Ao chegar à Paraíba, começou a participar da disciplina 'Movimentos Sociais', ofertada pelo mestrado de Ciências Sociais/UFPB, ministrada por Eleonora Menecucci, o que possibilitou que se aproximasse da temática do movimento de mulheres e feminista. Na sequência, a convite de Eleonora, ingressou no Grupo Maria Mulher, um dos primeiros grupos feministas de João Pessoa, composto, majoritariamente, por mulheres acadêmicas, dentre elas, além de Eleonora, Lourdes Bandeira. Para Naca, aquele convite foi basilar para sua mudança na trajetória de vida, a qual passou a ser permeada, visceralmente, pelo feminismo. A partir de então, a sua trajetória profissional e de vida se tornaram rotina no processo de luta por uma sociedade mais justa.

Dentre as inúmeras mobilizações políticas dentro do movimento feminista, Naca destaca uma realizada em 1984, em frente ao Fórum de João Pessoa, por ocasião do julgamento do assassinato da poetisa Violeta Formiga, pelo seu ex-companheiro, o advogado Antônio Maia, que obtinha um reconhecido poder político e econômico. O grupo do qual fazia parte, o Maria



SUMÁRIO

Mulher, foi fundamental na luta pela punibilidade desse agressor e pelo alavancamento do feminismo em João Pessoa. Em fins dos anos 1980, o movimento feminista, em nível nacional, tinha, como uma de suas bandeiras, a luta em defesa dos direitos reprodutivos e sexuais, com o lema “nosso corpo nos pertence”, reivindicando do estado políticas que dessem conta da especificidade da saúde das mulheres. Na esteira dessa pauta, o feminismo tomou, como uma das suas principais direções políticas, trabalhar com grupos focais através da realização de oficinas com mulheres e, para tanto, construiu-se um arsenal de cartilhas, folders, slides que subsidiassem a reflexão junto às mulheres. Imbuída nesta direção, Naca assumiu, entre 1988 e 1991, um contrato de trabalho na Secretaria de Saúde e Ação Social, na cidade de Pedras de Fogo - PB, enquanto assistente social, período em que disseminou o conhecimento adquirido nas veias do feminismo. Nesse tempo, constituiu vários grupos de mulheres na cidade para fazer oficinas voltadas para o conhecimento do corpo, direitos das mulheres, dinâmicas voltadas para ‘a linha da vida’, reflexões acerca da divisão sexual do trabalho, dentre outros temas. Momento que também trabalhou com grupos de mulheres vizinhas de rua, grupos de mulheres agricultoras e mulheres profissionais do sexo que residiam em uma casa de entretenimento. A repercussão desse trabalho, contrária às veias conservadoras e dos “bons costumes” da sociedade, justificou a demissão de Naca deste trabalho.

Segundo Naca, a mudança de residência de Salvador para João Pessoa a fez perceber muitos aspectos distintos na cultura destas duas cidades, em especial as tradições de matrizes afrodescendentes. Acostumada com a linguagem amplamente difundida em Salvador sobre os Orixás, não encontrou, entre 1982 e 1988, essa mesma reverberação cultural em João Pessoa. A partir disso, nasceu nela a curiosidade em conhecer as tradições religiosas afrodescendentes em João Pessoa com o olhar feminista.



SUMÁRIO

Estava interessada em conhecer como se processava a construção social da identidade da mãe de santo. Nisso, começou a fazer estudo de caso em um terreiro em João Pessoa. Ingressou, então, no seu segundo mestrado, agora em Ciências Sociais na UFPB, em 1988, para realizar esta pesquisa.

Em 1991, Naca foi aprovada em concurso público para o departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba/UEPB. Embalada pela experiência vivenciada no Grupo Maria Mulher/UFPB, em 1995, constitui o Grupo de Estudos sobre Mulher no curso de Serviço Social, agregando, inicialmente, alunas e alunos que eram orientados por ela na disciplina Estágio Supervisionado. As experiências com essa disciplina sempre eram direcionadas para questões que envolvessem as problemáticas das mulheres, posto que o público, majoritariamente, alvo das ações do serviço social eram mulheres, e seu olhar/vivência articulava o arcabouço teórico-prático do Serviço Social com o viés feminista. No fim dos anos 1990, o Grupo de Estudos sobre Mulher passou a ser chamado de Grupo Flor e Flor Estudos de Gênero e ampliou seu raio de abrangência incorporando pessoas vinculadas ou não à UEPB.

Em 1997, Naca ingressou no doutorado em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP, defendendo a tese que versava sobre o “Jogo do Gênero e Sexualidade nos Terreiros de Umbanda Cruzada com Jurema na Grande João Pessoa - PB”.

Na trajetória de Naca, as temáticas que balizaram suas reflexões e atuação feministas foram, principalmente: I) direitos reprodutivos e sexuais, em especial a questão do aborto; II) violência de gênero; III) participação política das mulheres, seja em organizações da sociedade civil e/ou partidos políticos; IV) questões de gênero e sexualidade na religiosidade afro-índio-paraibana;



SUMÁRIO

V) coleta seletiva solidária e inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis.

Nesse sentido, destacamos, como significativo sua atuação para contribuir com a defesa e garantia de direitos das mulheres paraibanas e para construção da equidade social, as seguintes ações: articulação política e militância, em parceria com grupos organizados da sociedade civil, para desencadear ações públicas pelo Estado, a exemplo das inserções nas conferências de políticas públicas para as mulheres em nível municipal e estadual; participação em espaços de controle social; formação e engajamento de vários estudantes que se tornaram sujeitos ativos na militância feminista e LGBTQIAPN+, na Paraíba e nacionalmente; incidência em espaços de mídia televisiva e rádios; realização de pesquisas e extensões engajadas com as demandas feministas que subsidiaram reflexões e ações em defesa dos direitos das mulheres e da população LGBTQIAPN+; construção da proposta do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, nível mestrado, iniciado em 2013, com a inclusão da linha de pesquisa “Gênero, Diversidade e Relações de Poder”; e produção bibliográfica (artigos em revistas, livros, organização de coletâneas, etc.) voltada para demandas feministas e LGBTQIAPN+.

Em 2019, após sua aposentadoria como professora da UEPB, estabeleceu contrato como professora voluntária colaboradora junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UEPB e mantém vivos seus ideais, as atividades, militância e produção do Grupo Flor e Flor Estudos de Gênero e Sexualidade.

Naca sinaliza ter, enquanto ideário de vida, ampliar as redes dos feminismos para que a cultura cisheteronormativa, racista, patriarcal e capitalista possa ser, paulatinamente, solapada da sociedade. Compreende que a formação cotidiana, o processo de educação formal e a militância política são fundamentais para mudança dessa cultura.

Em 2022, Naca fez 42 anos de ideários feministas concretizados na vida cotidiana, no trabalho profissional e na militância política. Durante todos esses anos, aponta que o grande desafio tem sido galgar conquistas voltadas para as demandas feministas no campo das políticas públicas, principalmente na atualidade, com a instalação da governança conservadora e de ultradireita após o golpe parlamentar contra a presidenta Dilma Rousseff em 2016, e a prisão arbitrária de Luiz Inácio Lula da Silva, que o tirou do pleito eleitoral de 2018.

Mary Help Ibiapina Alves

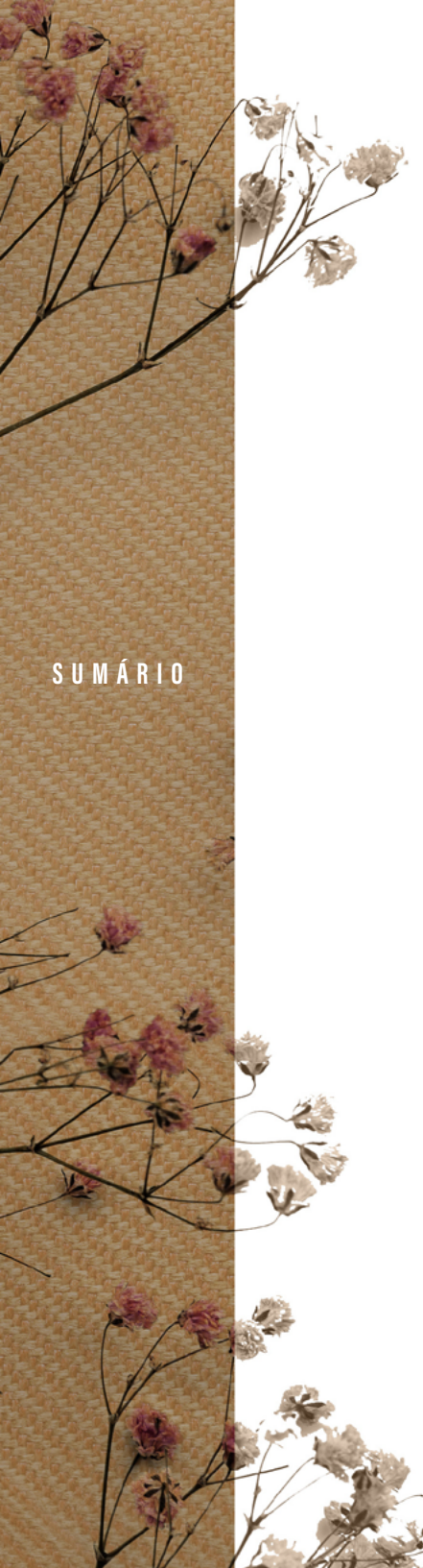
Franciele da Silva Santos

INDICAÇÃO DE LEITURA:

SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima. **A construção social da identidade da mãe-de-santo:** estudo de caso de um terreiro paraibano. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1993.

SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima. Movimentos Feministas e Mulheres Jovens: limites e possibilidades. *In:* MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva; SANTANA, Ajanayr Michelly Sobral (Org.). **Gênero e Cultura:** questões políticas, históricas e educacionais. Fortaleza: EDUECE, 2019.

SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima. **O jogo de gênero e da sexualidade nos terreiros de umbanda cruzada com jurema na grande João Pessoa/PB.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais: Antropologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.



SUMÁRIO

NAUTÍLIA MENDONÇA

Nautília Mendonça foi uma atriz paraibana, com presença marcante no teatro e no cinema, nascida no ano de 1927. Para além de atuar, dedicou-se à formação de novos elencos e à direção teatral, inclusive no interior do estado. Exemplo disso é que, em 1968, se desloca à Alagoa Grande, no Brejo paraibano, para contribuir com o Teatro do Estudante daquela cidade. Ela fez parte do time, formado por Ednaldo do Egypto, Alarico Correia Neto, Altimar Pimentel, Anco Márcio e outros, que, ao lado dos artistas locais, retomaram as atividades teatrais naquele município. No palco do histórico Theatro Santa Ignez, Nautília dirigiu a peça *A derradeira ceia*, do dramaturgo Luiz Marinho.

Em João Pessoa, foi fundadora do Movimento de Cultura Artística (MOCA), grupo responsável por diversas montagens e por onde passaram atores e atrizes novos e veteranos. Dentre os espetáculos mais significativos desse grupo, destaca-se *O asilo*, texto de Niels Petersen, no ano de 1975. O espetáculo foi dirigido de forma coletiva pelo elenco, sob a coordenação de Nautília Mendonça e do ator e diretor Luiz Carlos Vasconcelos. A atriz fez parte do elenco de dezenas de montagens ao longo da carreira, como a peça *A cotovia* de Jean Anouilh, promovida pelo Grupo Oficial do Teatro Santa Roza, com direção da estadunidense Leslie Corina Mc Aneny, em 1966.

Na década de 1970, vários espetáculos contam com o talento de Nautília, a exemplo: em 1971 na Juventude Teatral de Cruz das Armas (JUTECA), esteve em *Um sábado em 30*, texto de



SUMÁRIO

Luiz Marinho, com direção de Ednaldo do Egypto. Nesse espetáculo atuou ao lado da filha Neide Mendonça; em 1976 integrou o elenco da peça *O Aborto*, texto de Gilberto Barros, música de Pedro Santos e Cal Aranha, dirigida por Luiz Carlos Vasconcelos; em 1977 interpreta a personagem Corina, no espetáculo *BR 230*, de Alarico Correia Neto, Carmélio Reynaldo e Fernando Teixeira, dirigido por esse último.

Não só o teatro contou com o talento e a dedicação de Nautília. O cinema também a imortalizou nos seus registros e ela pode ser vista nos seguintes filmes: *Menino de Engenho*, de Valter Lima Jr., adaptação da obra de José Américo de Almeida, de 1965. Nessa película ela vive a personagem Zefa Cajá com direito à triilha sonora exclusiva; *Soledade – a bagaceira*, de 1976, adaptado do romance de José Américo de Almeida e dirigido por Paulo Thiago. Nesse filme ela dá vida ao papel de uma criada; *Fogo Morto*, adaptado a partir do romance homônimo de José Lins do Rego, com direção de Marcos Farias, também de 1976.

Por sua trajetória no cinema, a Academia Paraibana de Cinema conferiu à Nautília a condição de patrona da Cadeira 33, ocupada pela atriz Marcélia Cartaxo.

No ano de 1980, fez parte do elenco da peça *A noite de Matias Flores*, texto de Marcos Tavares, com direção de Fernando Teixeira. Essa montagem marcou a inauguração do Teatro Lima Penante, a casa de espetáculos do Núcleo de Teatro Universitário (NTU) da UFPB. Essa instituição prestou um tributo à atriz ao nominar a sua hospedaria, destinada a receber artistas de outros estados e de cidades do interior, com o nome de “Pousada Nautília Mendonça”. Nada mais justo, considerando que a atriz é lembrada como uma pessoa acolhedora que recebia em sua casa os artistas de João Pessoa e, especialmente, os que vinham de fora e precisavam de abrigo e apoio.

Nesse mesmo ano, 1980, a atriz e diretora faleceu deixando inacabada a direção da peça *Brincadeiras de roda*. Porém, o elenco não desanimou e prosseguiu com a montagem. Os atores dedicaram o espetáculo à diretora e, quando da estreia, prestaram-lhe homenagem com exposição de sua trajetória artística no NTU.

Em Santa Rita, município da grande João Pessoa, existe um logradouro nominado como “Rua Atriz Nautília Mendonça”. Já na vizinha cidade de Bayeux, no ano de 2009, ela foi homenageada no 3º Festival de Teatro Estudantil, de 16 a 20 de novembro, no auditório da Escola Irineu Pinto. Na ocasião, alunos apresentaram esquete sobre a vida da atriz.

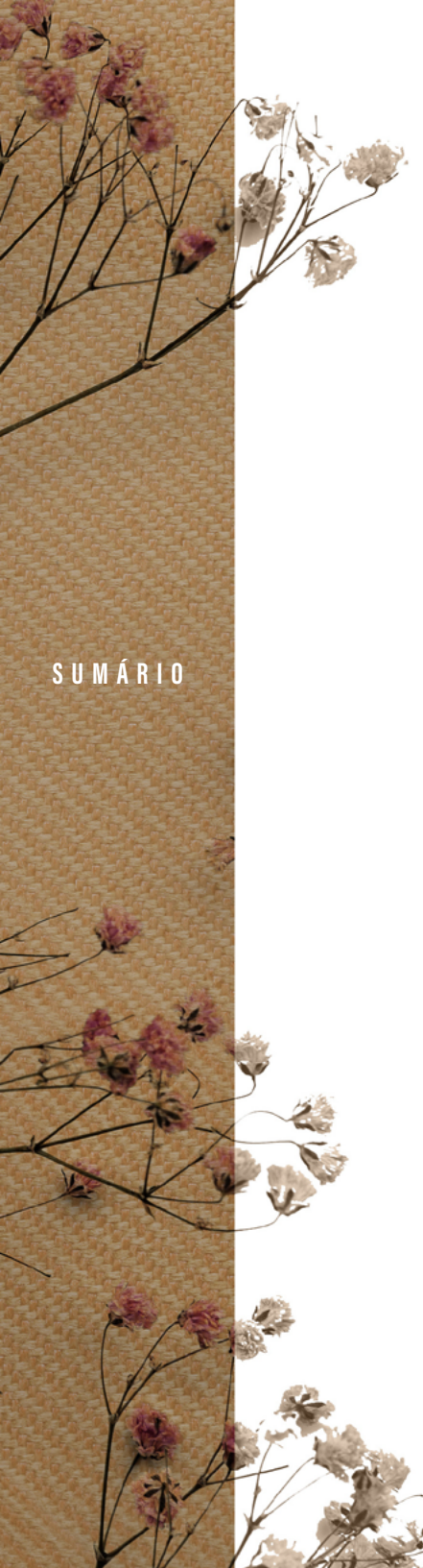
Rosa Carlos

INDICAÇÃO DE LEITURA:

EGYPTO, Ednaldo do. **Quarenta anos do teatro paraibano**. João Pessoa: Secetur, 1988.

LIMA, Duílio Pereira da Cunha. **Encenação Tabajara (1975-2000)**: memórias, tendências e perspectivas no teatro de João Pessoa. Tese (Doutorado em Literatura e Interculturalidade) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2016.

OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de; ROSA, Maria Nilza Barbosa; ABREU, Tatiana Losano de. **Afonso Pereira e o Teatro do Estudante da Paraíba**: educando pela arte dramática. João Pessoa: Ideia, 2010.



SUMÁRIO

N

EUMA BARROS

(Maria Neuma Carvalho de Barros)

Maria Neuma Carvalho de Barros é psicóloga e psicanalista, com destacada atuação nas áreas de clínica, pesquisa, formação, extensão e produção científica. Sua principal atividade teve início na segunda metade dos anos 1990, como cofundadora de instituição psicanalítica e impulsionadora de vários projetos pioneiros. Natural de Coremas, nasceu em 14 de setembro de 1952, sendo a terceira filha de Rafael Barros, funcionário do antigo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), e de Alcina Barros, mãe cuidadosa dos sete filhos do casal. Com a mudança da família para João Pessoa em 1965, passou a estudar no Colégio Estadual do Roger e posteriormente no tradicional Liceu Paraibano. Em 1971, ano em que se casou, ingressou no curso de Letras (Português/Inglês) da Universidade Federal da Paraíba, graduando-se em 1975. Após o fim do curso, mudou-se para a cidade de São Paulo. Ali, se tornou docente de língua inglesa na instituição que hoje se denomina Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), campus São Paulo, assumindo depois a coordenação da Área de Comunicação e Expressão. Em 1985, com três filhos e já divorciada, transferiu-se para a UFPB (João Pessoa), onde participou de diversas pesquisas junto ao Setor de Pesquisas em Educação (SEPE/Centro de Educação), foi coordenadora do Centro de Convivência Infantil (Creche/UFPB) e, finalmente, assessora psicopedagógica do Departamento de Música. Casou-se novamente em 1990 e veio a se aposentar em 2002.



SUMÁRIO

O interesse de Neuma Barros pela psicanálise surgiu na década de 1990, quando então iniciou seu processo de formação psicanalítica. Em 1995, concluiu sua graduação em Psicologia pela UFPB, com apresentação do trabalho *Luto e Melancolia, uma Leitura Preliminar*, sob orientação do professor e psicanalista Luís Martinho Maia. Entre 1997 e 1998, realizou o curso Formação de Psicoterapeutas de Crianças e Adolescentes, no Centro de Pesquisa em Psicanálise e Linguagem – CPPL (Recife, PE), ao término do qual apresentou o trabalho *Manifestações Fóbicas no Autismo*, orientado pelo psicanalista Antônio Ricardo da Silva e posteriormente publicado na Revista do Círculo Brasileiro de Psicanálise (2000). Em 1999, juntamente com sua irmã e colega de profissão, Ivone de Barros Vita, fundaram o Espaço Psicanalítico: Estudos, Clínica e Consultoria (EPSI), instituição na qual têm se revezado como presidente e vice-presidente por mais de duas décadas. A concretização deste projeto conjunto representou um marco na disseminação da psicanálise na Paraíba. Desde a sua fundação, o EPSI tem se desenvolvido amplamente, convertendo-se em prestigiosa instituição psicanalítica de João Pessoa, com reconhecimento nacional. Desde sempre instalada no aprazível bairro de Miramar, a instituição congrega mais de duas dezenas de psicoterapeutas e psicanalistas e quase uma dezena de funcionários. Nesse contexto, Neuma Barros tem tido relevante atuação no meio psicanalítico da Paraíba. Em 2004, finalizou curso de mestrado em Psicologia Clínica na Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, com a dissertação *O ódio e suas vicissitudes: um estudo teórico-clínico à luz da psicanálise freudiana e kleiniana*, orientada pelo professor e psicanalista Zeferino Rocha.

Ao longo de sua trajetória, ocupou-se com alguns projetos de fôlego. Motivada pela experiência de pesquisa no contexto de seu mestrado e visando a produção de conhecimento, sugeriu a implantação, em 2004, de um Laboratório de Psicopatologia



SUMÁRIO

Fundamental (LABORE) no EPSI, similar ao existente na UNICAP e em outras universidades brasileiras. Desses laboratórios participam pesquisadores voltados para a dimensão subjetiva do *páthos* psíquico, muitos dos quais vinculados à Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental (AUPPF), por muitos anos presidida pelo psicanalista e editor Manoel Berlinck. O LABORE, um dos primeiros laboratórios criados fora do âmbito universitário, representou grande conquista para o EPSI. Com uma metodologia desenvolvida por membros do Espaço, a psicanalista coordenou, por cinco anos, atividades de psicanálise *extramuros* junto a diversos programas sociais (Pastoral do Menor, Projeto Beira da Linha, Centro Dom Helder Câmara, Centro de Apoio à Família), tendo em vista beneficiar educadores sociais, pais, crianças e adolescentes oriundos de comunidades vulneráveis. Além disso, participou de vários outros projetos do EPSI no âmbito do Centro de Atendimento a Vítimas de Violência (CEAV), de Centros de Atenção Psicossociais (CAPS) nos municípios paraibanos de Boqueirão, Lagoa Seca, Juazeirinho, Soledade e Barra de Santana. O sucesso desta vertente de trabalho institucional que testemunha todo um esforço coletivo foi objeto exclusivo de uma edição especial da *Pulsional*, prestigiada revista de psicanálise (n. 187, 2006), de cujo editorial é autora.

A psicanalista Neuma Barros desde sempre se dedicou a um projeto comum de psicanálise orientada para a realidade social cujas demandas são cotidianamente endereçadas ao psicanalista. Mais tarde, a prática clínica e os debates teórico-práticos levaram a profissional a aprofundar seus estudos psicanalíticos, com a realização de um doutorado, também na UNICAP. Sua tese, intitulada *A trama paradoxal do ódio no psiquismo*, igualmente orientada por Zeferino Rocha, foi defendida em 2013. Enquanto pesquisadora da psicanálise avessa a dogmatismos, sempre defendeu a pluralidade de teorias psicanalíticas como forma de ampliar



SUMÁRIO

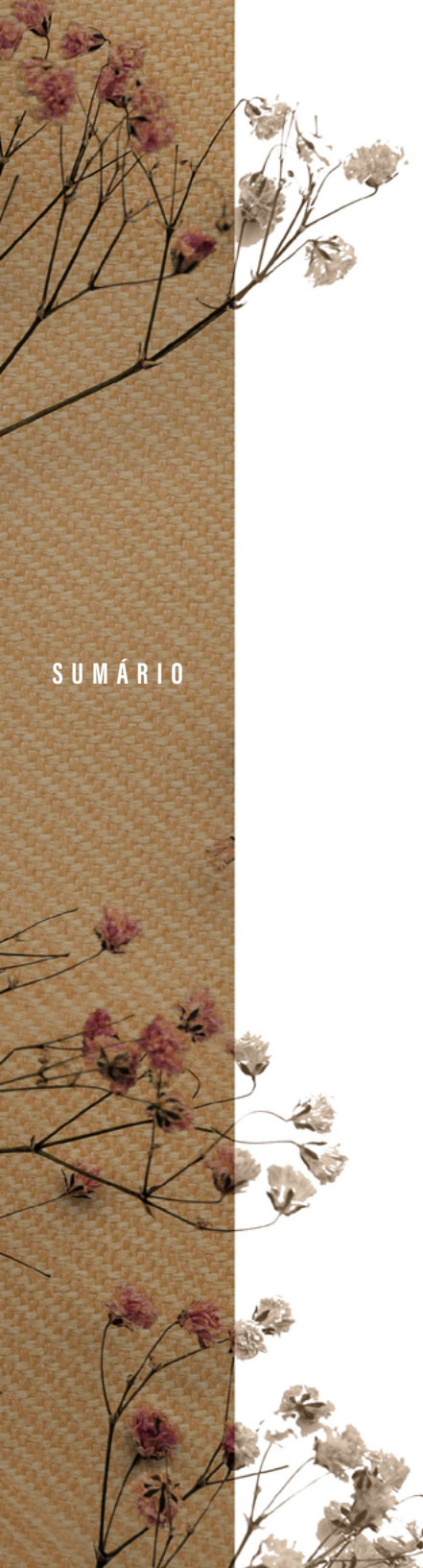
o conhecimento sobre os meandros da psique. Nessa perspectiva, a originalidade de seu estudo, e consequentemente sua contribuição científica, residem na constatação de que, apesar de sempre ser considerado apenas em sua face destrutiva e, portanto, negativa, o ódio tem dimensão estruturante e positiva na constituição psíquica do Eu. No EPSI, Neuma Barros tem se dedicado ao atendimento clínico, à formação de profissionais, à pesquisa e produção de conhecimento. No âmbito institucional, tem igualmente contribuído para o estabelecimento de parcerias – como a existente entre o LABORE e o Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da UNICAP – bem como o desenvolvimento científico dos profissionais da instituição, mediante à permanente interlocução com renomados psicanalistas. Além disso, tem orientado inúmeros trabalhos científicos, realizado supervisões clínicas de profissionais e participado de bancas examinadoras de trabalhos em cursos de especialização, mestrado e doutorado.

Por mais de dez anos, foi membro da Sociedade Psicanalítica da Paraíba (SPP), na qual tornou-se psicanalista e da qual foi presidente (2007-2009). Integrou o Círculo Brasileiro de Psicanálise e a Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental (AUPPF), de cujos congressos participou como expositora de diversos trabalhos. A partir de 2019, passou a integrar o Grupo Brasileiro de Pesquisa Sándor Ferenczi.

Elbio Troccoli Pakman

INDICAÇÕES DE LEITURA:

BARROS, Maria Neuma Carvalho de. **A trama paradoxal do ódio no psiquismo**. Tese, (Doutorado em Psicologia) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2013.



SUMÁRIO

BARROS, Maria Neuma Carvalho de; ROCHA, Zeferino de Jesus Barbosa. Ódio, cúmplice do Eu. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 16, n. 4, p. 518-528, 2013.

BARROS, Maria Neuma Carvalho de. Quando a psicanálise sai de casa. O trabalho do EPSI – Percursos de uma construção. **Pulsional Revista de Psicanálise**, São Paulo, v. 19, n. 187, p. 3-11, 2006.

N EUZA BEZERRA SANTOS

Terceira filha do casal Euclides Bezerra Cavalcanti e Maria Eterna Sampaio Cavalcanti, Neuza Bezerra Cavalcanti nasceu em 29 de novembro de 1939, em Catolé do Rocha, sertão da Paraíba. Mas, logo saiu desta cidade, morando parte de sua infância e adolescência em Esperança - PB, a partir de 1951 a família passa a residir em Cuité - PB, local de um novo empreendimento comercial do seu pai, que esperava prosperar e criar condições para educar os 9 filhos sobreviventes, de um total de 12 partos.

Cursou o primário e o complementar no Grupo Escolar Irineu Joffily, em Esperança. Já em Cuité foi matriculada no Instituto América, uma instituição destinada prioritariamente à formação pedagógica das mulheres. Nesta escola, conheceu Orlando Venâncio dos Santos, professor de desenho e língua portuguesa, e chefe político local, 14 anos mais velho que ela. Do flerte ao namoro logo se tornou noivado, e a 9 de março de 1958 casaram-se, constituindo uma família com cinco filhos: Maria das Graças, Ítala Selda, Izabelle Viviani, Orlando Venâncio



SUMÁRIO

Filho e Péricles. Ao casar-se, além de desempenhar o papel tradicional da mulher na família patriarcal, Neuza Bezerra Santos assumiria também a condição de primeira-dama do município de Cuité, no final de mandato do marido como prefeito constitucional, cabendo-lhe apoiar o esposo nas tarefas sociais e políticas, obedecendo às regras culturais que conferiam essa institucionalidade à mulher na vida pública, como atividade de caráter filantrópico-beneficente.

Neuza Bezerra Santos ressalta a função exercida na missão histórica mais complexa de sua vida: disputar e ganhar as eleições de Cuité, em 15 de novembro de 1968, tornando-se a segunda mulher a ocupar este espaço de poder na Paraíba, desde a conquista do sufrágio feminino em 1932. Ela teve como vice o agricultor e líder rural Cícero Pereira da Silva, enfrentou e venceu com 54,58% dos votos (2.587) Jaime da Costa Pereira, ex-prefeito da cidade, que obteve 45,42% (2.153). Segundo os historiadores locais, esta foi uma das campanhas mais acirradas da cidade, além de se destacar pelo protagonismo feminino, e continuar presente até os dias atuais no imaginário popular pelo slogan: “Tudo Azul com Dona Neuza”. As eleições assumiram um ar de “acerto de contas” entre os grupos políticos tradicionais Pereira e Venâncio, que disputavam o poder municipal. De um lado, o experiente ex-prefeito Jaime Pereira da Costa; do outro, Neuza Bezerra Santos, a jovem esposa do líder político e ex-prefeito, Orlando Venâncio Santos, que contava com o apoio do prefeito à época. Aos 29 anos de idade e já mãe de cinco filhos foi escolhida como candidata pelo MDB, sendo a primeira mulher a concorrer a um pleito naquele município e a segunda na representação majoritária na política da Paraíba.

Além do ingrediente de inovação pela presença de uma mulher naquela disputa eleitoral do município, a campanha de Neuza Bezerra Santos procurou no próprio apelo ao feminino da tradição religiosa uma forma de aglutinação das famílias, principalmente das mulheres, sensibilizadas com sua causa política,



SUMÁRIO

arregimentando forças de mobilização na cidade. Nesse confronto de imaginário do feminino x masculino nasceu o slogan: “Tudo Azul com Dona Neuza”, que, além de denotar uma escolha política, representava a força, a esperança e o entusiasmo que motivava a presença da mulher. Era a cor da unidade de homens e, principalmente das mulheres, uma “coligação” cívica feminina: a “Ala das Moças”, assim denominada pela coordenação da campanha, marcou o grande evento de finalização da jornada, demonstrando a força política da adesão das mulheres. A passeata das “Moças Azuis” celebrou o processo de mudança desencadeado durante o período eleitoral de 1968 e reuniu centenas de mulheres pelas ruas de Cuité. Vitoriosa, Neuza Bezerra Santos, ou Dona Neuza, foi empossada prefeita constitucional do município de Cuité em 31 de janeiro de 1969, com mandato previsto até 31 de janeiro de 1973. Na condição de gestora, Neuza Bezerra Santos dedicou-se particularmente à população carente, buscando especialmente a resolução de questões assistenciais, lidando com os limites impostos pela realidade econômica da gestão. Visando amenizar o flagelo da seca, realizou no início dos anos de 1970 um convênio de caráter emergencial com a Diaconia, entidade de inspiração religiosa protestante, criada em 1967, que mirava uma aproximação de apoio social às camadas mais carentes das regiões do Norte e do Nordeste. Essa ação foi a responsável pela construção de uma identidade de gestora “mãe dos pobres” ou “madrinha Neuza”, ante o contexto de adversidade política, social e econômica que marcava o poder público no Brasil, particularmente após o golpe civil-militar de 1964.

Sua gestão também se notabilizou pela execução de obras locais importantes, como o plano de expansão urbana, com calçamentos, iluminação pública, quadra de esportes e modernização da Praça Barão do Rio Branco, construção inicial do Hospital da Criança e do estádio de futebol Jeremias Venâncio dos Santos.



SUMÁRIO

Na zona rural, além das políticas de apoio às frentes de trabalho, dedicou-se à construção de estradas e açudes. Na área educacional, construiu cinco unidades escolares de formação primária, duas na zona urbana e três na zona rural, consolidou o ensino ginásial e secundário, com a criação do Colégio Estadual de Cuité e, com apoio do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), desenvolveu 41 postos de atendimento voltados à alfabetização de adultos.

Neuza Bezerra dos Santos concluiu o mandato à frente da gestão municipal em 31 de janeiro de 1973, após consolidar nas eleições de 1972 a vitória do seu sucessor. Tempos depois, Neuza Bezerra dos Santos mudou-se com a família para Natal, capital do Rio Grande do Norte, cidade em que o esposo passaria a atuar como procurador federal do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS). Apesar do distanciamento geográfico, ela e o esposo sempre estiveram presentes nos embates políticos da cidade. De modo que, em 1976, seria novamente lançada candidata a prefeita, mas derrotada pelo médico Antônio Medeiros Dantas (ARENA), que à época obteve uma significativa vitória, com 59,02% dos votos. Nas eleições seguintes, em 1982, a última disputa municipal durante o estado de exceção, apresentou-se como candidata a vice-prefeita de Cláudio Gervásio Furtado (PMDB), derrotados por Jaime da Costa Pereira Filho e Rafael Martins de Medeiros. Marcando a volta da família Pereira ao poder com a nova geração e pelo voto popular, após 24 anos de disputas acirradas na cidade de Cuité.

Em reconhecimento aos serviços prestados à cidade, no dia 25 de abril de 2019, a Câmara Municipal de Cuité concedeu o título de cidadã cuiteense à Dona Neuza Bezerra Santos, proposta pelo vereador Renan Teixeira dos Santos Furtado, e a Medalha de Honra ao Mérito Municipal “Presidente Osvaldo Venâncio dos Santos”, sob as Leis nº 1.230 e 1.231, respectivamente, ambas de 11 de abril de 2019.

Dona Neuza, viúva, continuou morando em Natal, cercada por filhos e netos, e mantendo a casa da família em Cuité, de onde nunca se desligou.

Maria Lúcia da Silva Nunes

Charliton José dos Santos Machado

INDICAÇÃO DE LEITURA:

MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva. **Tudo azul com Dona Neuza**: poder e disputa local em 1968. Fortaleza: EDUECE, 2019.

MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva; NASCIMENTO, Gabriel Alves do. Rompendo o silêncio: Neuza Bezerra Santos e as eleições municipais de 1968. Fênix – **Revista de História e Estudos Culturais**, [s.l.], v. 18, n. 1, p. 175-192, 2021.

N

EUZINHA

(Aldineuza Maria de Jesus Andrade)

Mulher de origem camponesa do sertão da Paraíba, nasceu no município de Coremas - PB, no ano de 1952, tendo fixado moradia no Sítio Várzea do Saco, na cidade de Boqueirão dos Cochos - PB, hoje denominado Igaracy, localizado na região do Vale do Piancó. Professora, educadora popular e militante dos movimentos sociais de mulheres e educação popular, iniciou seu envolvimento sociopolítico



SUMÁRIO

ainda solteira, no espaço da Igreja Católica, participando de grupos juvenis e pastorais, período em que também começou a ter contato com o sindicalismo rural. Nesse tempo, a partir de sua participação nos movimentos católicos, inseriu-se no Movimento de Evangelização Rural – MER. A entrada nessa organização ampliou a sua atuação nas atividades pastorais e sindicais, levando-a a participar de reuniões em nível estadual. Após o casamento com um jovem militante das atividades pastorais e do MER, ela continuou sua participação de forma mais efetiva, visto que, na fase de solteira, enfrentava algumas dificuldades na família, tendo em vista que os pais não gostavam de seu envolvimento nas atividades pastorais.

No ano de 1980, na companhia do seu esposo, mudou-se para a região do Brejo da Paraíba, quando o casal recebeu o convite do MER para desenvolver atividades junto aos trabalhadores e trabalhadoras rurais na região do Brejo paraibano. A sua chegada na região aconteceu em uma época de forte presença da Diocese de Guarabira, na ação pastoral orientada pela Teologia da Libertação, tendo como bispo D. Marcelo Pinto Carvalheira. Foi um período marcado pela organização das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e pastorais sociais, tendo como sujeitos dessa ação pastoral camponeses e camponesas, moradores e moradoras das periferias urbanas. Momento político de efervescência dos movimentos sociais no campo, marcado por um quadro de conflitos sociais pelo acesso à terra e lutas trabalhistas dos canavieiros. Chegando à região do Brejo, fixou sua residência no município de Pirpirituba, envolvendo-se nos trabalhos sociais da Diocese de Guarabira, inicialmente dando continuidade às atividades ligadas ao MER e, em seguida, na Pastoral Rural. A sua presença na Pastoral Rural, espaço formado, em sua maioria, por homens, com apenas três mulheres, constituiu um marco para o seu envolvimento no processo de organização das trabalhadoras da região do Brejo. A partir da percepção sobre a pouca presença das mulheres na Pastoral Rural, as três mulheres passaram a questionar



SUMÁRIO

essa realidade, afirmando que a maioria dos homens presentes nas atividades eram casados e suas esposas não participavam dos encontros e das reuniões da pastoral. A partir desse questionamento, teve início um processo de organização das mulheres dentro da Pastoral Rural, que resultou na criação de uma comissão/setor de mulheres, com o objetivo de mobilizar as esposas dos militantes da pastoral a participarem das atividades desenvolvidas por essa organização.

A princípio, a comissão realizou um processo de visitas residenciais para a realização de um encontro específico de mulheres, o qual não teve a participação esperada. Mesmo assim, a comissão deu continuidade ao trabalho de mobilização, tendo conseguido mobilizar as mulheres e trazê-las para as atividades da Pastoral Rural, fortalecendo a comissão de mulheres no interior da pastoral. A participação de Neuzinha nessa comissão teve uma importância fundamental, tendo em vista sua capacidade de liderança e de articulação junto às mulheres rurais. Nesse processo, é importante destacar a colaboração do Serviço de Educação Popular – SEDUP, com sua expertise no campo da Educação Popular, colocando uma educadora para assessorar as atividades que já vinham sendo realizadas pela comissão de mulheres. Após um período de realização de atividades, a comissão de mulheres se fortaleceu, ganhando autonomia em relação à Pastoral Rural, deixando de ser um setor de mulheres dessa organização, transformando-se em um movimento de mulheres trabalhadoras, com participação de mulheres do campo e da cidade. Essa ação resultou na criação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo (MMT), no ano de 1982. Neuzinha passou a exercer a coordenação do MMT, juntamente com outras companheiras e teve um papel relevante na expansão do movimento na região do Brejo paraibano e no seu protagonismo junto ao movimento sindical rural, tendo como marca desse processo político a campanha de sindicalização de mulheres aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), que tinham como característica a presença majoritária



SUMÁRIO

de homens. Movimento que, embora tenha enfrentado a resistência dos dirigentes à sindicalização das mulheres, alcançou êxito, seja rompendo a resistência e sindicalizando várias mulheres em diferentes sindicatos da região, seja no envolvimento de mulheres trabalhadoras rurais em chapas de oposição sindical, inclusive no cargo de presidenta, com a vitória em vários municípios da região.

A participação de Neuzinha no MMT não se restringiu à mobilização das trabalhadoras rurais, estendendo-se, também, às professoras da rede pública de educação de municípios da região do Brejo. Inicialmente, trazendo-as para participar do MMT e, em seguida, contribuindo na organização de uma associação de professores denominada de Associação de Professores/as na Educação e Cultura (APEC), no ano de 1987, tendo sido a primeira presidenta desta associação. O momento seguinte foi a transformação da Associação em sindicato, denominado de Sindicato dos/as Trabalhadores/as da Educação e Cultura (SINTEC), no qual Neuzinha também ocupou o cargo de primeira presidenta. Sua atuação política foi além da participação no MMT e no movimento sindical no âmbito da educação. Nos anos de 1980, exerceu a função de educadora do Serviço de Educação Popular (SEDUP). Como educadora popular desempenhou atividades no âmbito das ações educativas populares de alfabetização de adultos nas décadas de 1980, exercendo a função de coordenadora do setor de alfabetização de adultos dessa instituição.

Nesse momento, teve papel relevante na mobilização e na formação dos grupos de alfabetização de adultos, contribuindo para a organização do movimento de educação popular na região do Brejo da Paraíba. Até o ano de 1990, desenvolveu sua atividade de educadora popular, militante do MMT e sindicalista, tendo assumido a função de dirigente na CUT – Regional do Brejo. Sua atividade política, com participação efetiva nos movimentos sociais de mulheres e no sindicalismo de funcionários e funcionárias da rede pública municipal, fez com que ela também tivesse uma atuação política como militante do Partido dos

Trabalhadores – PT, no município de Pirpirituba, cidade onde residiu desde o ano de 1980, quando chegou à região do Brejo paraibano.

No ano de 1992, mudou-se da região do Brejo da Paraíba, em função de seu companheiro, militante do movimento sindical rural, ter assumido um cargo de dirigente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), quando passou a residir em Brasília juntamente com ele, um filho e três filhas. Nesse momento de sua vida deu continuidade à militância política, com participação nas atividades de mulheres realizadas pela CONTAG e na militância partidária no PT de Taguatinga/DF. Durante sete anos foi conselheira da Junta de Recursos da Previdência Social, representando os trabalhadores neste espaço, indicada pela CONTAG (1992-1998). Atualmente, continua morando em Brasília, perdeu seu companheiro no ano de 2017, ficando na companhia do filho e das filhas.

Orlandil de Lima Moreira

INDICAÇÃO DE LEITURA:

MOREIRA, Orlandil de Lima; ZITKOSKI, Jaime José. Educação popular na Paraíba: memória e história do SEDUP. **Reflexão e Ação**. Santa Cruz do Sul, v. 29, n. 2, p. 25-40, 2021.

SILVA, Vera Lúcia de Mendonça. **Movimento de mulheres ou mulheres em movimento**: o percurso das coordenadoras do Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo paraibano. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) - Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1995.

SOUZA, Laianny Cordeiro Silva de. **Mulheres trabalhadoras em movimento**: MMT e MMB na Paraíba nos anos de 1980. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

N

EVINHA RICA

(Maria Mendes da Cruz)

Maria Mendes da Cruz nasceu em Guarabira - PB e faleceu na cidade de Itabaiana - PB em 2018, vítima de um câncer de pele. Órfã de mãe e com muitos irmãos, teve uma vida difícil e sofrida. Prostituiu-se na cidade de Guarabira quando ouviu falar da intensa prostituição no município de Itabaiana, onde passou a trabalhar e enviar dinheiro para sustentar a família em sua cidade de origem. Foi nos anos 1950 que Maria Mendes começou a desenvolver um lucrativo e intenso comércio ligado à prostituição feminina na Rua Treze de Maio (antiga Rua do Carretel – nome dado à zona boêmia). Apelidada carinhosamente por “suas meninas” e seus clientes como “madrinha Nevinha”, pois possuía muitos afilhados espalhados na cidade, sejam filhos de suas antigas meninas ou filhos de clientes da zona boêmia. De acordo com os relatos de quem a conhecia, ela possuía um coração bondoso e caridoso, pois acolhia em sua pensão mulheres pobres e necessitadas, muitas delas fugindo da fome, encontravam na prostituição meios para sobreviver. Assim também, acontecia quando jovens mulheres eram expulsas da casa de seus pais – devido à perda da virgindade –, era na pensão de Maria Mendes que encontravam abrigo, alimentos e refúgio. Entre as décadas de 1950 e 1980, a grande “dama da noite” itabaianense, agora popularmente conhecida como “Nevinha Rica”, em contraposição a outra colega com mesmo nome, Nevinha, tornou-se uma próspera proprietária de uma boate (como ela costumava referir-se a seu bordel luxuoso). Nesse recinto, fazendeiros, políticos e ricos comerciantes faziam suas transações comerciais, comiam as melhores comidas



SUMÁRIO

e tomavam boas bebidas acompanhados de belas mulheres, onde, em momentos seguintes, poderiam explorar seus corpos através de relações sexuais pagas e consensuais.

As prostitutas do cabaré de Nevinha Rica vestiam-se elegantemente, eram perfumadas e selecionadas a dedo, ela prezava pelas melhores que pudessem chegar em sua casa para que o cliente saísse satisfeito. Geralmente elas eram oriundas de diversos municípios da Paraíba, além de outros estados brasileiros como: Pernambuco, Rio Grande do Norte, Fortaleza, Bahia, entre outros. O espaço funcionava todas as noites de domingo a domingo, porém, os dias de melhor faturamento eram as noites de segunda-feira e durante o dia de terça-feira, dias em que a cidade ficava bastante movimentada devido à vinda dos visitantes à feira livre. Algumas prostitutas moravam no recinto, trabalhavam à noite e durante o dia descansavam. Dentro de seu cabaré existia uma placa que chamava a atenção de todos que adentravam nele. Em letras grandes era possível ler: “Aqui é uma casa de respeito”, pois de acordo com os relatos de antigos frequentadores não existiam brigas violentas no ambiente, Nevinha pessoalmente expulsava e proibia a entrada de certos clientes que insistiam em fazer arruaças.

Outro “causo” interessante que as pessoas contam com saudosismo foi a passagem do cantor Nelson Gonçalves pela cidade. Após um show no clube local, levaram-no para cantar lá, ele solicitou que ela fechasse as portas para não ter invasão de pessoas. Imediatamente ela respondeu que “gostava demais do cantor, que era fã, que possuía todos os seus discos de vinil, mas isso ela não faria, pois seus clientes estavam lá todos os dias e ele só estaria hoje”. Nelson Gonçalves simplesmente pegou o violão e foi cantar em outro bordel que acatou sua decisão.

Para os homens da sociedade itabaianense, todas as festividades locais terminavam no cabaré de Nevinha Rica.

Ouvimos relatos dos melhores carnavais, festas juninas e festa da padroeira. Essas festas eram animadas com orquestras de frevo do estado de Pernambuco e trios de sanfoneiros que tocavam a madrugada inteira e, para seus frequentadores, a festa não tinha hora para acabar.

Fechou seu cabaré nos fins dos anos 1980, quando já estava velha e cansada, e novos costumes começaram a surgir na sociedade, a exemplo da liberação sexual e da criação dos motéis.

Nevinha Rica tornou-se uma lenda viva na zona boêmia itabaianense. Morreu pobre, abandonada em uma casa de repouso. De seu cortejo participaram apenas quatro pessoas que se despediram dela, no entanto, jamais será esquecida e vale a pena destacar o quão essa mulher permanece viva na memória de muitos que frequentavam sua casa.

Flaviano Batista Ferreira

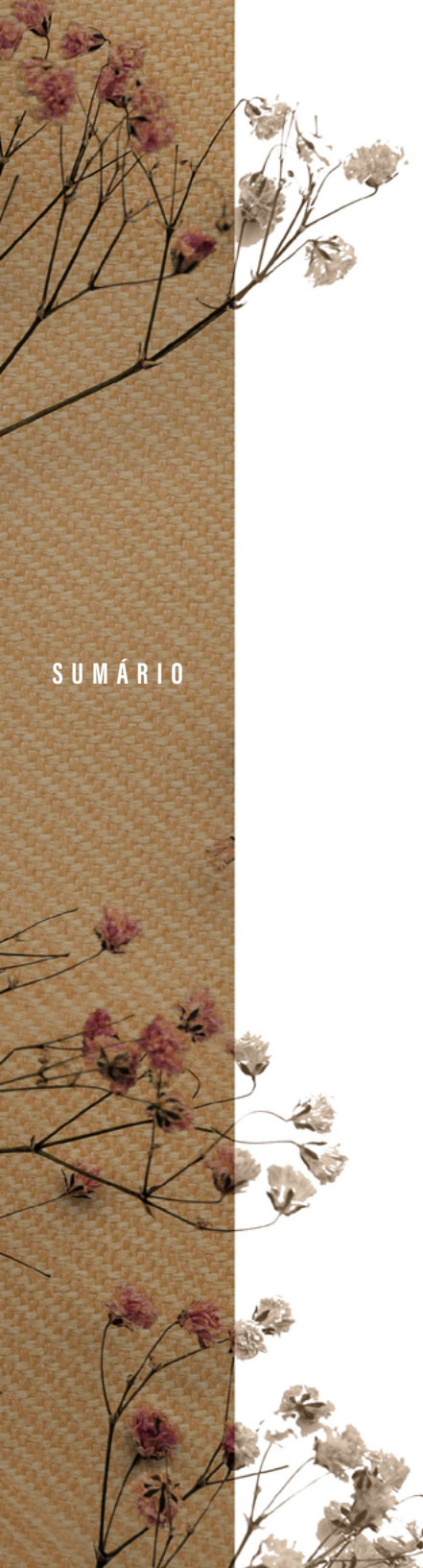
INDICAÇÕES DE LEITURA:

BEZERRA, Chico. **Memórias de Itabaiana**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2005.

FERREIRA, Flaviano B. **Enrolando-se nas ruas do carretel e da manichula**: espaços de vida boêmia e prostituição na cidade de Itabaiana – PB (1950-1980). Rio de Janeiro: Autografia, 2024.

MAIA, Sabiniano. **Itabaiana**: sua história, suas memórias, 1500-1975. João Pessoa: A União, 1976.

PAIVA, Edna Martins de. **Itabaiana de meus tempos - Memórias**. João Pessoa: Arpoador Gráfica, 2001.



SUMÁRIO

NILDA POTIGUARA

(Maria Nilda Faustino Batista)

Maria Nilda Faustino Batista entrou para a memória de seu povo e comunidade como a educadora Nilda Potiguara, nasceu na região da Mata no ano de 1964 e faleceu em 13 de junho de 2022. Filha de Anita Ciriaco da Silva e João Batista Faustino, desde cedo esteve em contato com o movimento de resistência e luta territorial de seu povo. D. Nilda Potiguara, como era chamada, foi mãe de cinco filhos, sendo um homem e quatro mulheres. Destes, apenas o parto do caçula ocorreu em casa, os demais ocorreram no posto de saúde da aldeia Forte, com as parteiras da época, devido ao constrangimento em parir na casa de seus sogros, lugar onde moravam.

A educadora e suas irmãs aprenderam a arte de partear bem cedo, mas ela não quis se aprofundar nessa prática, tendo realizado apenas dois partos e alguns acompanhamentos na maternidade, pois seus interesses estavam focados no estudo das expressões culturais de seu povo. Aos sete anos, mudou-se para aldeia São Francisco (onde residiu até a sua morte) para estudar, pois havia poucas instituições de ensino nesse período nas aldeias Potiguara. Nilda iniciou seus estudos na Escola Alípio Bandeira, desativada em 1990 e demolida em 2005. A demolição dessa escola gerou revolta e tristeza na anciã que se refere à escola como um “*patrimônio sociocultural da Aldeia-Mãe*”. Prosseguindo seus estudos, Nilda Potiguara concluiu o ensino fundamental II na Escola Matias Freire, em Baía da Traição, estado da Paraíba. Devido à falta de transporte



SUMÁRIO

público, ela se deslocava a pé para a escola. Finalizou seus estudos no Centro Social Sagrado Coração de Jesus, no mesmo município. Devido às dificuldades financeiras, Nilda não pôde ingressar no ensino superior após a conclusão do ensino médio, então começou a trabalhar com crianças no próprio Centro Social onde se formou e a participar de cursos e capacitações ofertados para os professores nos municípios vizinhos. Assim, Nilda Potiguara foi adquirindo experiência com crianças e jovens do ensino fundamental I e II, atuando no Centro até o ano de 1985. Dois anos depois, em 1987, ela foi contratada como educadora indígena pela Secretaria Estadual de Educação da Paraíba.

A educadora Nilda Potiguara atuou com as crianças na Escola Matias Freire, articulando educação, cultura, espiritualidade e religião, junto aos educandos, seus familiares e a comunidade. Afinal, para Nilda Potiguara, *“a escola e a família também são responsáveis por educar seus curumins através dos valores e saberes do povo, unida com a comunidade; pois estes são os responsáveis por ensinar os valores culturais, ambientais e cosmológicos”*. Entre os anos de 1990 e 1992, a educadora decidiu trabalhar na aldeia São Francisco para ficar mais perto de sua família, ingressando na Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Pedro Poti, na qual atuou como professora, vice-diretora e diretora, tornando-se referência na luta pela inclusão do ensino indígena diferenciado.

Nilda Potiguara realizou seu sonho de cursar ensino superior ao ingressar, no ano 2000, no curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), no município de Mamanguape, tendo concluído sua graduação em nível superior em 2004, aos 40 anos de idade. Devido ao seu engajamento na luta pelos direitos indígenas e na educação, foi convidada em 2010 a integrar o Coletivo de Pesquisa pela Valorização dos Saberes



SUMÁRIO

Potiguara, ligado ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Etnia e Educação Solidária, (GEPees/UFPB), no campus IV da Universidade Federal da Paraíba, em Mamanguape. Seu amor pela educação marca sua história de vida. Um exemplo desse amor é continuar o trabalho de educadora mesmo depois de aposentada, continuando a receber curumins (como são chamadas as crianças indígenas) em sua residência para reforços escolares. Nilda defendia a importância de debater cultura e espiritualidade na escola, pois isso permite a conexão com os antepassados de seu povo e com o mundo metafísico que, para ela, constitui a base da vida em comunidade.

Assim, Nilda Potiguara compreendeu que era possível conciliar de maneira sinérgica as crenças católica e/ou evangélica com a espiritualidade indígena, reforçando a identidade étnica de seu povo. Sua compreensão era a de que as religiões cristãs não podem ser contrapostas à espiritualidade indígena. Em uma de suas publicações, a educadora relata que os povos indígenas “vivem a retidão da vida, o sentido da solidariedade, e cultivam o espaço sagrado do Espírito, seja em suas religiões e igrejas, seja no modo como pensam, agem e interpretam a vida”. Essa citação é a base de seus ensinamentos, sustentados, sobretudo, no diálogo com Paulo Freire e na educação da libertação. Sua narrativa de vida traz a importância da mulher indígena frente aos movimentos de resistência e luta pela manutenção da cultura ao evidenciar suas conquistas na reafirmação das tradições indígenas por meio do ensino.

Nilda Potiguara defendia a perspectiva da educação como ato político e de conscientização, sendo esta fundamental para que a cultura se mantenha viva. Sua maneira de ensinar e sua concepção de educação resultaram em práticas de descolonização do próprio processo de escolarização, atuando na inserção

do ensino indígena diferenciado nas escolas, com aulas de etno-história e língua tupi, além da (re)apropriação do Palácio Lundgrens, que se tornou um Memorial Potiguara. Assim, Nilda Potiguara – que se encantou em 13 de junho de 2022, durante sua colaboração para esta pesquisa – dedicou sua vida para que o ensino estivesse em diálogo com a cultura, conversando com crianças, jovens e adultos.

Nathália Jorge Novais

Juliana Sampaio

Luziana Silva

INDICAÇÃO DE LEITURA:

BATISTA, Maria Nilda Faustino [*et al.*]. O mito da “Cumade Fulorzinha” e o mito de Elias: imaginários, desejos e transcendências. I Congresso Lusófono de Ciência das Religiões e Espiritualidades. **Anais: Religiões e Espiritualidades – Culturas e Identidades**. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2015.

BATISTA, Maria Nilda Faustino [*et al.*]. **Cosmologia e espiritualidade potiguara**. Paulo Afonso: Sociedade Brasileira de Ecologia Humana (SABEH), 2021.

BATISTA, Maria Nilda Faustino [*et al.*]. **Medicina Tradicional Potiguara**. Paulo Afonso: Sociedade Brasileira de Ecologia Humana (SABEH), 2021.

NINA KELLY

Nina Kelly é uma travesti, transformista, costureira e destaque de escola de samba. Do interior da Paraíba, migrou para a capital ainda adolescente, onde se estabeleceu. Nina se transformou em parte da memória social da comunidade LGBTQIAPN+ paraibana. Nascida no município de Serraria - PB em 5 de julho de 1959, foi entregue por sua mãe à parteira, logo após o nascimento. Da família biológica, filha de Geralda Piojota, foi a primogênita e não tem notícias sobre o pai nem sobre irmãos. O membro da família com grau de parentesco mais próximo com quem Nina mantém contato é um irmão adotivo, que mora no Rio de Janeiro. Quanto aos pais adotivos, Maria Rodrigues, além de parteira, era dona de casa, e Zé Rodrigues, trabalhador rural. O pai morreu com cerca de 50 anos, em decorrência do consumo abusivo de álcool, e a mãe, de óbito natural. No registro civil, designaram-lhe o sexo masculino, entretanto, Nina Kelly desde criança identifica-se com a feminilidade. A família biológica era católica, foi batizada, mudando-se para viver com a família adotiva em Mari, na região do Brejo paraibano. Por volta dos dez anos, Nina foi morar na capital do estado, na casa do Capitão Eliezer, que foi o responsável pelo restante de sua criação. Para Nina, a escola é lembrada como um lugar de exclusão, tendo sido afastada da educação formal devido ao preconceito. Com seu marido Genival, Nina morou 10 anos, somando 15, entre namoro e casamento. Depois de trabalhar muito tempo no serviço doméstico, tornou-se proprietária de uma pequena loja de roupas e eletrodomésticos.

Cardivando de Oliveira, radialista, a convidou, pela primeira vez, para desfilar numa escola de samba, e desde então se somam mais de 30 anos nos destaques do carnaval-tradição pessoense. Nina



SUMÁRIO

Kelly, habitando as trincheiras culturais do movimento pela libertação sexual na Paraíba, através da arte transformista, contribuiu para a formação e existência da comunidade LGBTQIAPN+ local. Seu corpo visível, para além dos estigmas, tem ocupado as avenidas, demarcando um território travesti no espaço urbano cotidianamente tornado em cenário de violência. Reivindica para si o título de “primeira travesti paraibana”, e relembra os muitos carnavais que viveu ao lado de Fernanda Benvenutty e Luciano Oliveira, outras duas personalidades da luta social por direitos e não discriminação por motivo de identidade de gênero e orientação sexual na Paraíba e no Brasil. Sobre as escolas de samba, sua paixão, narra em entrevista que começou a desfilar na Noel Rosa; foi para a Independente de Mandacaru; depois da Independente, para a Catedráticos do Ritmo; em seguida desfilou na Império de Samba; e depois na Unidos do Roger, sempre como destaque. Além das mencionadas, saiu na avenida também pela escola de samba do bairro São José. Ou seja, foi se tornando, ao longo dos anos, uma personalidade do carnaval pessoense. O carnaval de João Pessoa, há muito tempo, começou nos índios, os caboclos, os ursos, depois os 25 bichos. Assim, foram se formando as escolas de samba. A própria Nina produz suas fantasias, tendo começado a costurar desde pequena, acompanhando o trabalho da mãe, costureira. Já fazia suas próprias bonecas de pano.

Nina Kelly chegou a participar, como transformista, do Show do Bolinha, nos anos 1970, na época em que fazia teatro. Chegou a ganhar o troféu como miss simpatia, no concurso Drag Mel. Naquele momento, levava às casas noturnas o show “As estrelas se encontram”. Depois, entrou para a televisão, para se apresentar dançando. No teatro, fazia dublagem. Só começou a receber cachês muito tempo depois, mas sempre amou se apresentar. Na Paraíba, começou a fazer shows em cima dos trios elétricos em diversas localidades, como Cabedelo, Sapé, Mari e Dona Inês. Em uma das edições do evento Drag Mel, no palco do Teatro Santa Roza, surgiu seu nome artístico: “Agora, com vocês, Nina Kelly”, chamava o apresentador. Reconhecida pelo público,

relembra que o teatro “veio abaixo” com sua apresentação. Entre amigos, era conhecida como a “rainha das traveças”, um reconhecimento que se refletia em suas aparições públicas. Não era mais pelos figurinos, nem pela dublagem. Nina Kelly é uma personagem marcante, tanto da cena artística, quanto do cenário político paraibano.

Sérgio Pessoa Ferro

INDICAÇÃO DE LEITURA:

FERRO, Sérgio Pessoa. **Memórias da diversidade na Paraíba**: as dores e os guardins de Nina Kelly. João Pessoa: Editora UFPB, 2020.

FERRO, Sérgio Pessoa. Migrar para o litoral: onde nossas histórias se encontram. **Periódicus**, Salvador, n. 12, v. 1, p. 101-129, 2020.

FERRO, Sérgio Pessoa. Memórias da diversidade na Paraíba: as dores e os guardins de Nina Kelly. **Revista Gênero & Direito**, João Pessoa, v. 8, n. 3, p. 41-62, 2019.

NIPAM

(Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação
sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero)

Os núcleos e centros de estudos da mulher, feministas e/ou de gênero foram criados na esteira das lutas democráticas da década de 1980, expandindo-se na década de 1990. Nos Estados



SUMÁRIO

Unidos e na Europa, os núcleos são prestigiados e valorizados, já no Brasil subsistem em meio a inúmeras dificuldades decorrentes dos poucos recursos destinados às universidades públicas (Costa; Sardenberg, 1994; Pedro, 2005).

O Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero (NIPAM), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), atuante desde 1999, foi idealizado por um grupo de professoras feministas, em 1998, tendo à frente Maria Eulina Pessoa de Carvalho e Glória Rabay, que iniciaram suas carreiras, respectivamente, no Centro de Educação (CE) e no Departamento de Comunicação (DECOM) da UFPB. O NIPAM surgiu dos grupos de estudos sobre mulheres que atuavam isoladamente, e enxergaram no Núcleo uma oportunidade para disseminar os estudos feministas e de gênero. Paulatinamente, esse sujeito político-pedagógico foi agregando professoras e professores de outros centros, departamentos e Instituições de Ensino Superior (IES), assim como discentes de graduação e pós-graduação, articulando o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão universitária.

Os primórdios de sua história foram trilhados em meio a becos, ruas e vielas, rumo à sua institucionalização. Em 2 de dezembro 1999 foi elaborada uma Ata de Criação, seguida do processo nº 023.984/99-98, em que consta a proposta de criação do Núcleo pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), o qual tramitou nos dias 14 e 15 de fevereiro de 2002, tendo sido aprovado por 19 votos favoráveis e 5 abstenções. Da Ata de Criação para a aprovação da proposta de criação do Núcleo, tem-se o intervalo de dois anos e dois meses. Embora o processo tenha tramitado por vários departamentos, pelo fato de o NIPAM ter sido gestado de modo interdisciplinar e interdepartamental, o que explica, em parte, a morosidade para a sua aprovação; há indícios de que, em algumas instâncias, ocorreram obstáculos à sua criação. Teria sido a sua institucionalização compreendida como uma demanda das mulheres



SUMÁRIO

feministas, logo sendo de menor importância? O Núcleo foi, formalmente, fundado como um órgão do Centro de Educação da UFPB, em 2002, tendo sido regulamentado pela Resolução nº 10, de 29 de março de 2003, do Conselho Superior Universitário (CONSUNI).

A despeito das condições adversas enfrentadas pelas instituições públicas de ensino superior no Brasil, sujeitas às políticas neoliberais das últimas décadas, algumas circunstâncias internas favoreceram a institucionalização do Núcleo, qualificando-o como um projeto militante de resistência e luta das mulheres. As memórias coletivas do grupo de mulheres apontam para condições propícias para a institucionalização do NIPAM no final da década de 1990: a) o encontro das duas mulheres fundadoras do NIPAM, uma recém-doutora, que havia retornado dos Estados Unidos em 1998, e a outra, participante da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR), preocupada em fundar o Núcleo para potencializar as ações feministas na Academia; b) a luta por espaço físico, junto ao CE, com demanda justificada pela necessidade de inserção da UFPB na REDOR; c) os projetos financiados pelo Conselho Britânico, que impulsionaram a estruturação do Núcleo com a compra de livros, mobiliário e materiais de consumo; e d) as articulações de algumas das mulheres do Núcleo com o movimento feminista paraibano e a Secretaria de Educação do estado, oportunizando a ampliação de seu espaço de atuação. A inserção de mulheres, com vínculos com o movimento feminista paraibano na Academia, impactou a institucionalização do Núcleo e suas dinâmicas internas de resistências e lutas.

Em 2024, o Núcleo completou 25 anos de existência, com contribuições para o desenvolvimento local e regional, por meio de práticas mais inclusivas e democráticas, a exemplo de um projeto do momento histórico de sua idealização: *Mulher e Participação Política: aprendizagem, empoderamento e exercício do poder*, de 1998. Com o Núcleo gestado, teve-se dois projetos:



SUMÁRIO

Consciência de Gênero entre Educadoras e Educadores do Ensino Fundamental, em João Pessoa, resultado de uma parceria estabelecida com a Secretaria de Educação e Cultura de João Pessoa (CECAPRO) e a Universidade de Leeds, Inglaterra, desenvolvido de 1999 a 2000; e *Mulher e Políticas Públicas: Conectando Mulheres-Parlamentares*, movimento de mulheres e audiência de rádio, fruto de uma parceria entre a UFPB e o Centro da Mulher 8 de Março, realizado em 1999.

Das iniciativas acima enumeradas resultaram pequenos projetos: a) produção de documento fílmico, *Trabalho de Quem*, de 1999; b) programa de rádio *Sintonia Feminina*, de 1999, com ampla audiência; c) projeto de inclusão da temática de gênero na formação de professores, intitulado *Caminhos de Mulher e de Professora*, que resultou no livro *Consciência de Gênero na Escola* (2000); d) oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*, a exemplo de *Gênero e Diversidade na Escola* (GDE), ofertado em 2014 e em 2020, e *Gênero e Diversidade na Escola* (GDE) e *Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça* (GPP-GeR), em 2014 – a distância e com massificação de ação formativa de professores e agentes públicos, na Paraíba, com recorte temático em gênero, orientação sexual, sexualidade e raça.

Das ações do Núcleo, destaca-se uma aula pública, *Desafios da Educação para a Igualdade de Gênero e Sexualidade*, quando se pôde inferir que a história do NIPAM se alinha à construção de uma memória subterrânea, ou seja, memórias coletivas de mulheres que não foram visibilizadas pela história nacional; memórias que trabalham em silêncio, por não fazerem parte das narrativas oficiais, mas, que emergem, com muita força, em momentos de crise (Pollak, 1989).

As memórias das mulheres fazem parte das memórias em disputa, construídas às margens da memória oficial, que deixaram os subterrâneos para digladiar, ou seja, para disputar outra narrativa histórica com memórias concorrentes. A aula magna, proferida pelo ex-ministro da educação, Milton Ribeiro, do governo



SUMÁRIO

Jair Bolsonaro, pode ser compreendida como um desses momentos de crise, quando o NIPAM emergiu dos subterrâneos, em um movimento inesperado e aguerrido, em meio à pandemia da Covid-19, e proferiu uma aula pública, transmitida em sinal aberto pela televisão educativa da Universidade Federal da Paraíba – TV, contrapondo-se aos estereótipos e preconceitos de gênero contra crianças, mulheres e população LGBTQIAPN+ proferidos pelo ex-ministro.

Os estudos acerca dos núcleos apontam para números expressivos e difíceis de acompanhar, que demonstram não apenas o recrudescimento desses sujeitos, mas o seu significado para as mulheres, para o feminismo acadêmico e para as relações de gênero, sobretudo quando se espriam nas vivências de sujeitos de “carne e osso”. Logo, os núcleos vêm resistindo e buscando superar desafios em suas práxis educacionais em um país que vivenciou 20 anos de ditadura militar e tenta ressignificar seus espaços de poder na construção de uma democracia mais significativa.

Gislaine da Nóbrega Chaves

INDICAÇÃO DE LEITURA:

COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Teoria e práxis feminista na academia: os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras.

Estudos Feministas, Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, número especial, p. 387-400, 1994.

PEDRO, Joana Maria. Feminismo e gênero na universidade: trajetórias e tensões da militância. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 9, n. 3, p. 170-176, 2005.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio.

Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

O LIVINA OLÍVIA CARNEIRO DA CUNHA

Olivina Olívia Carneiro da Cunha nasceu na capital da então Parahyba do Norte em 26 de maio de 1886 e faleceu em 12 de março de 1977 na cidade que já se chamava João Pessoa. Em seus 91 anos de idade, viu a sociedade brasileira se transformar e teve papel ativo na formação de gerações de paraibanos por meio de seu trabalho como professora. Ela marcou seu nome no estado como educadora, escritora e membro de instituições científicas. Era filha de Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, o Barão do Abiahy, que governou vários estados nordestinos como interventor do Império, e de Maria Leonarda Merandolina Bezerra Cavalcanti. Em 1904, antes de completar 15 anos de idade, se formou na Escola Normal, instituição que profissionalizava o magistério e cuja implantação foi uma das lutas de seu próprio pai, quando foi presidente da província da Paraíba. No ano seguinte, começou a lecionar, com 16 anos, as disciplinas de música e de trabalhos de agulha. Em 1917, passou a lecionar no conceituado Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello, ensinando desenho e trabalhos manuais. Ela ensinou pedagogia, matemática, álgebra e, principalmente, geografia geral e do Brasil, da década de 1920 a 1930.

Olivina Olívia lecionou durante 56 anos, sendo um ícone do Liceu Paraibano, como exímia professora de língua portuguesa, tendo ministrado diversas disciplinas. Ela escreveu livros de poemas e a biografia de seu pai, o Barão do Abiahy. Foi candidata



SUMÁRIO

a vereadora no município de João Pessoa em 1951 por estímulo de alunos e ex-alunos, mas não se elegeu. Foi uma das fundadoras da Associação Paraibana para o Progresso Feminino (APPF), membro atuante da Academia Paraibana de Poesia, do Instituto Histórico e Geográfico (IHGP) e de instituições e movimentos filantrópicos. Sua colaboração em artigos na imprensa foi intensa desde a década de 1920. No período em que iniciou suas publicações na imprensa paraibana, Olivina publicou poesias e artigos na revista ilustrada “Era Nova”, que circulou de 1921 a 1925. Na “Página Feminina”, suplemento criado em 1933 no jornal *A União*, há registro de 50 artigos publicados até 1939. A partir deste ano, passou a escrever para a revista literária *Manáira*. Estes textos marcam uma das frentes de atuação da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, fundada em 1933, sob a orientação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, criada por Bertha Lutz, na década anterior. Olivina Olívia foi a vice-presidente da Associação Paraibana, que tinha entre seus objetivos a luta pela educação feminina e a abertura de mais espaços públicos para as mulheres. Estes eram temas que dominavam em muitos dos artigos de Olivina Olívia, tendo sido ela uma das vozes que se expressou abertamente na Paraíba para que fosse garantido o direito universal à educação expresso pela Constituinte de 1934.

Entre os escritos literários, os temas de predileção eram a observação da natureza e a expressão dos sentimentos, com forte simbolismo e romantismo. Na Academia Paraibana de Poesia, Olivina foi membro permanente, chegando à presidência em 1974, deixando seu nome como patrona da cadeira de número 9. Até hoje, podemos encontrar em sebos literários do País seu livro de poesias *Migalhas de Inspiração*. A obra tem vocabulário rebuscado, retoma temas como exotismo, passagens bíblicas, expressões românticas, e traz um olhar de cronista sobre os indivíduos e a região, sendo a construção das paisagens um dos seus traços mais elogiados. Essa vivência literária ocorria em paralelo ao seu desenvolvimento como



SUMÁRIO

professora e à forte vinculação com o estudo da língua portuguesa. É a partir de 1934 que Olivina passa a lecionar língua portuguesa, disciplina que marca sua trajetória de professora com brilhantismo até o final da vida. Ela criou o Núcleo de Cultura Materna dentro da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, entidade que dialogava com a União Universitária Feminina. Olivina ingressou nos quadros do renomado Lyceu Paraibano em 1937. Muitos de seus textos na imprensa paraibana tratam de discussões nacionais em torno da temática educacional, tendo sido uma das entusiastas da Escola Nova, fazendo parte da comissão executiva de uma das primeiras semanas pedagógicas da Paraíba. Na década de 30, ainda lecionou história da pedagogia. “Educar um povo é construir para milênios”, foi um de seus lemas marcantes no texto publicado no *Anuário de 1935*. Era uma das vozes mais expressivas contra o analfabetismo e valorizou a relação entre o cinema e a educação social. Em 1943, foi aprovada em concurso público, em primeiro lugar, como catedrática do Lyceu, porém o governo interventor arquivou o concurso e somente em 1951 sua nomeação para este cargo de distinção dentro do magistério foi publicada. A professora Olivina ensinava em dois turnos no Lyceu e à noite, em sua residência, ministrava aulas gratuitas preparatórias para concursos públicos a quem não tinha condições financeiras. Na década de 1940, teve muitos artigos históricos publicados na imprensa paraibana, que trazem contribuição para conhecermos locais e personagens destacados do estado. Teve uma vinculação forte com o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), tendo sido uma das primeiras mulheres a integrar a entidade na década de 30. Na mesma época, ingressou no Instituto Paraibano de Genealogia e Heráldica e em ambas permaneceu até o final da vida, tendo exercido a função de tesoureira em vários anos. Em 1940, ela publicou a biografia de seu pai, *Barão do Abiahy*. A obra traz memórias de convivência familiar, mas é um tratado histórico objetivo sobre os feitos daquele que governou diversos estados nordestinos no Segundo Império.

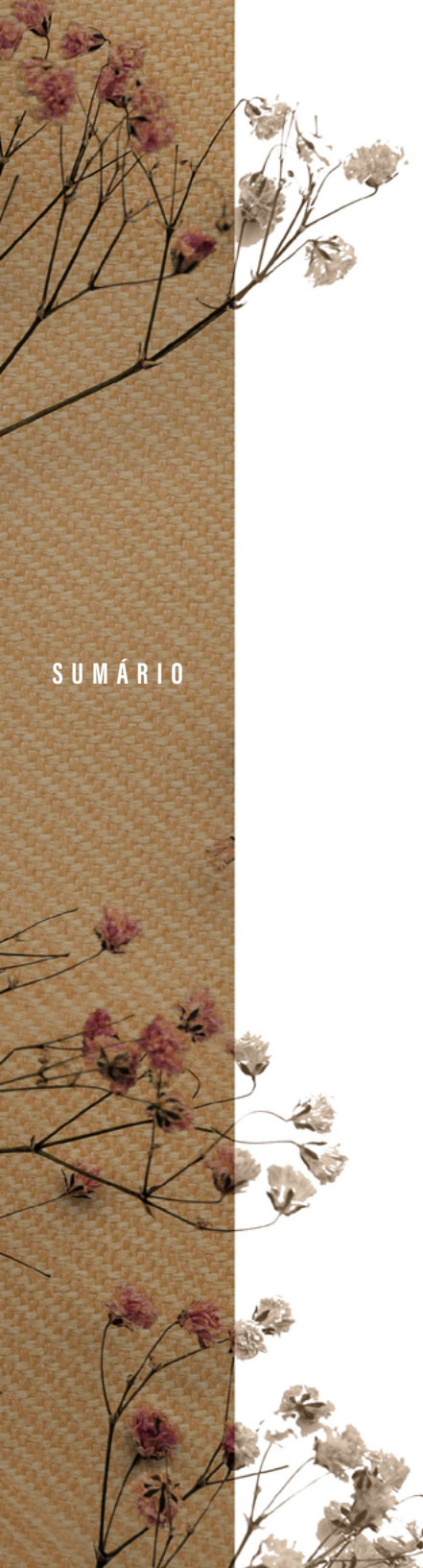


SUMÁRIO

Em 1960, Olivina foi indicada pelo governador Pedro Gondim para um cargo de observadora no Ministério da Educação, por três meses, no Rio de Janeiro. Ela participava de bancas examinadoras de concursos para Português, Pedagogia, Música, História e Civilização Brasileira, e elaborava programas de Geografia e de Pedagogia. Aos 65 anos, se aposentou devido a problemas cardiovasculares.

Olivina Olívia teve ativa participação em entidades filantrópicas, como a Santa Casa de Misericórdia, e fazia parte do Movimento Nacional de Combate à Hanseníase, tendo sido uma das líderes do Educandário Eunice Weaver, na cidade de Bayeux. Era sócia contribuinte da Escola de Música da Paraíba e foi uma das fundadoras da Orquestra Sinfônica Paraibana. No mesmo ano de sua morte, o nome de Olivina Olívia Carneiro da Cunha passou a batizar a escola estadual de ensino médio que fica ao lado do Lyceu Paraibano. Sua dedicação à literatura no estado foi reconhecida *post-mortem*, tendo sido homenageada como patrona da cadeira 3 na Academia Feminina de Letras e Artes da Paraíba, fundada em 2004. Algumas obras poéticas atribuídas a Olivina Olívia não são mais encontradas como “Pérolas Esparsas” e “Paisagem da minha terra”.

Para além das realizações intelectuais, a memória dos familiares e alunos ressalta que Olivina Olívia era autêntica, elegante, e que não tinha medo de parecer excêntrica. Ensinou diversos componentes curriculares em vários estabelecimentos de ensino, entre eles a Escola Técnica de Comércio Underwood, em que protagonizou um episódio curioso, ao se demitir após ver um aluno reprovado por ela frequentando normalmente o ano seguinte. Em suas aulas, não utilizava muito o livro e explanava verbalmente com segurança sobre tudo. Era extremamente exigente com dicção, exaltando a boa oralidade, bem como a escrita perfeita. Relembrar sua trajetória é exaltar a memória de uma mulher que não se intimidou em expressar-se e ocupar um espaço de relevância intelectual,



SUMÁRIO

mesmo em uma época em que o trabalho feminino era limitado pela mentalidade patriarcal.

Ana Carolina de Araújo Abiahy

INDICAÇÃO DE LEITURA:

CARVALHO, Paula Frassinetti Chaves de. **Vozes femininas na década de 1930:** as contribuições educativas da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva (Orgs.). **Educação e educadoras na Paraíba do século XX:** práticas, leituras e representações. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

SILVA, Viviane Freitas da. **Memórias da educadora Olivina Olivia Carneiro da Cunha:** práticas educativas e envolvimento político e social na Paraíba (1886-1977). Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

P

AQUINHA QUILOMBOLA

(Leonilda Coelho Tenório dos Santos)

Leonilda Coelho Tenório dos Santos, conhecida por todos como Paquinha, é uma das grandes lideranças quilombolas



SUMÁRIO

brasileiras. Nasceu em 1 de janeiro de 1961, uma das últimas filhas de 12 irmãos, fruto do casamento entre o agricultor Manoel Cândido Tenório e a professora de Educação Infantil Maria das Dores Coelho Tenório. Seu nascimento ocorreu em casa, costume comum em comunidades rurais na década de 1960, na Comunidade Quilombola do Grilo através das mãos da parteira Moça Martins. Paquinha reside desde o nascimento na Comunidade Negra Nossa Senhora Aparecida, que é apresentada e conhecida por todos como Comunidade Quilombola do Grilo, pertencente à área rural do município paraibano de Riachão do Bacamarte. Já na infância, ela é marcada pela história da origem da comunidade que traz as chagas da escravidão, sendo descendente direta de Pai Manoel que, segundo conta a comunidade, chegou naquele lugar fugido em data não precisa. Na sua infância, Paquinha testemunhou, ao lado de seus familiares, o exaustivo trabalho do pai na agricultura em terras que não lhe pertenciam. Nesse contexto, sua infância teve a marca do peso racial deixado pela Lei de Terras, Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, que já em seu artigo 1º determinou que a terra era um bem acima de tudo econômico, pois só poderia ser adquirido por meio da compra. Na prática, a referida lei estabeleceu que as terras, antes roubadas de indígenas, passavam a pertencer aos herdeiros dos colonizadores.

A lei de meados do século XIX, que afastou a população negra do acesso à terra, reverberou na vida da população quilombola mais de um século depois. Na infância, Paquinha só pôde cursar os anos iniciais da educação básica. Tendo por professora Dona Dôra, única docente da comunidade. A educação foi algo muito importante em sua vida, além dos aprendizados informais, e foi por meio dela que sua mãe sustentou a família após ficar viúva. A morte de Seu Manoel, pai de Paquinha, foi um capítulo a mais acerca da força do racismo sobre o povo negro quilombola. Marcado por uma vida sob superexploração do trabalho e doente, aos 48 anos ele passou mal, em função de problemas cardíacos, em uma praça pública do



SUMÁRIO

município de Campina Grande - PB e caiu desacordado. Não retornaria mais para casa com vida. Paquinha perdeu o pai ainda criança e, alcançando a idade adulta, lembra-se do fato que o levou à morte, em uma memória marcada pela negligência que os corpos negros, pobres e em sofrimento recebem de uma sociedade racista e classista. Desacordado, ninguém o socorreu.

Após esse fato, foi na educação realizada na comunidade que sua família pôde seguir através do trabalho de Dona Dôra, porém foi também na educação formal que Paquinha e seus irmãos viveram uma das suas fortes experiências de exclusão. Conforme seus relatos, eles não conseguiram continuar os estudos para além do primário na comunidade cuja professora era sua mãe, pois ao precisar ir para a cidade para seguir nas séries escolares, foram fortemente impactados por violências racistas, a ponto de precisarem levar os bancos nos quais iriam se sentar, pois ninguém queria dividir assento com os negros. Foram, então, obrigados a desistir.

O que a menina viveu construiu a mulher. Paquinha casou-se jovem, aos 20 anos, com Francisco Graciliano dos Santos, também morador da Comunidade do Grilo. Com ele teve cinco filhos: Marcelo, Massilene, Márcio, Mailson e Maurício, este último falecido aos cinco anos de idade. Sua vida familiar sempre esteve envolta a um processo de luta pela comunidade, seguindo os passos de mulheres que lhe antecederam e que lhe ensinaram com a vida a resistir e lutar pelo coletivo. A jovem mulher e mãe era, ao mesmo tempo, uma voz e corpo a serviço do Grilo e ocupava este lugar como um compromisso de vida, como sequência da luta que sua avó e mãe travaram por melhores condições de vida para a comunidade.

Paquinha lembra que Dona Arqueline, sua avó, era muito conhecida e respeitada dentro e fora da comunidade por seu conhecimento de cura através das ervas, que trazia gente de



SUMÁRIO

fora da comunidade para “se consultar” com ela. Sua mãe, por sua vez, foi guardiã das histórias locais, agricultora, professora, reza-deira e parteira, funções de grande importância e respeito para a comunidade. Ela teve a vida marcada pela luta, especialmente por melhorias na educação. Dona Dôra sempre sonhou com a construção de uma escola na comunidade, após anos de luta ela conseguiu junto à gestão municipal, através de um dos muitos pedidos feitos como condição para apoiar uma candidatura à prefeitura. Assim, foi construída a Escola de Ensino Fundamental Manoel Cândido Tenório, fundada em 2008, que levou o nome do esposo (*in memorian*).

Construída a escola, Paquinha se colocou à frente de uma nova conquista comunitária com a qual sonhava: a construção de trechos de estrada que tornassem a comunidade acessível. A estrada era demanda antiga dos moradores, já solicitada por sua mãe e nunca atendida pelo poder público, até então. Paquinha lembra que ambulâncias, carros-pipa e carros de entrega com compras de moradores, por exemplo, não chegavam à parte mais alta do Grilo, que fica localizada no alto de um lajedo, e isto lhe preocupava. Sem respostas positivas por parte das instituições procuradas, Paquinha resolveu iniciar sozinha a abertura e pavimentação da estrada em locais nos quais havia grandes formações rochosas impedindo a passagem de veículos e dificultando a circulação de pessoas. A empreitada era difícil, de modo que causou desconfiança até em sua mãe, sobre a possibilidade de realizá-la. No entanto, ela se ergueu contra “as pedras no meio do caminho” e decidiu que mesmo sozinha, assim o faria. Paquinha acompanhou as lutas da mãe por toda sua vida e, com a morte dela, seguiu em luta pela Comunidade.

A passagem da liderança à Paquinha se deu no momento que se sinalizava para a chegada das políticas públicas para comunidades quilombolas, no segundo quinquênio dos anos 2000. Todas as

suas ações de resistência são também ações de luta pela terra e por conquista de formas de sobrevivência nela, que se erguiam antes da existência de qualquer política de titulação e posse do território. Todavia, a possibilidade de reconhecimento legal de propriedade coletiva da terra, aberta com a Constituição de 1988, trouxe para ela uma nova fase de sua luta em diálogo com políticas públicas de regularização fundiária, que poderiam ser acessadas pela comunidade. Paquinha se constituiu em uma personagem central no processo pela titulação do território do Grilo, que tramitou por dez anos, entre 2006 e 2016. Devido a esse processo, foi citada, pela então presidente Dilma Rousseff, como exemplo de luta.

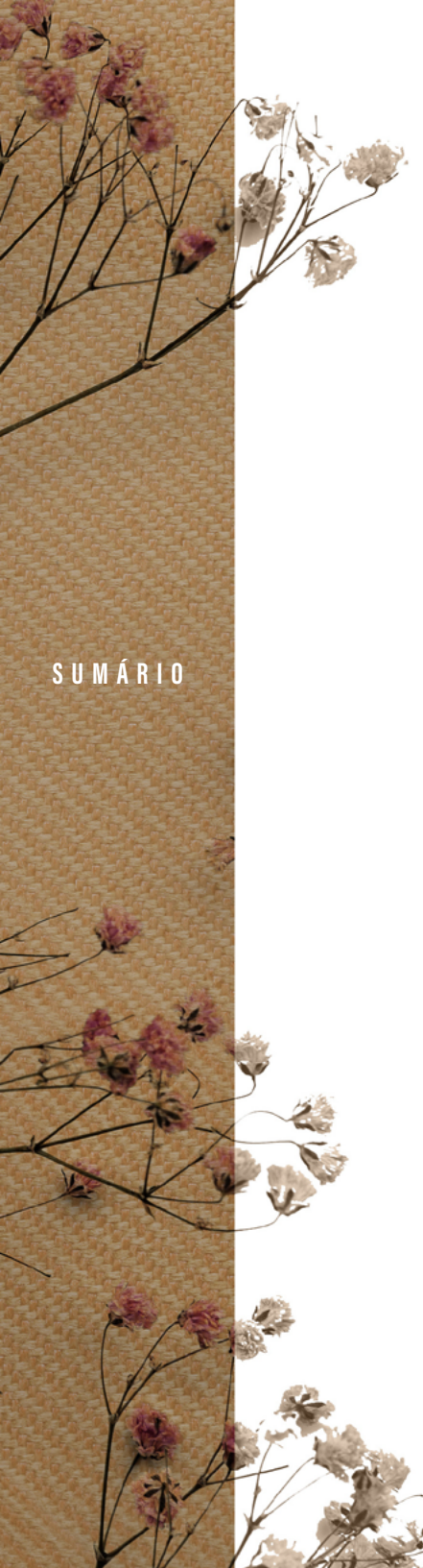
Alcione Ferreira da Silva

INDICAÇÃO DE LEITURA:

BATISTA, Mércia Rejane Rangel. Grilo: das memórias de assujeitado ao direito quilombola. *In*: BANAL, Alberto; FORTES, Maria Ester Pereira. (Orgs.). **Quilombos da Paraíba**: a realidade de hoje os desafios para o futuro. João Pessoa: Imprell, 2013.

PINHEIRO, Caio Lucas Moraes; FERREIRA, Savina Maria Paulo; SANTOS, Maria Vitória de Paiva; SILVA, Samyra Oliveira da. “Eles acabaram com a vida do meu pai”: memórias da escravidão na Comunidade Quilombola do Grilo – Paraíba. V CONEDU, Recife, **Anais** [...], 2018.

SILVA, Alcione Ferreira da. No caminho dos ancestrais: vida e luta de Paquinha, quilombola da Paraíba. *In*: RIBEIRO, Djamila; ALMEIDA, Lizandra Magon de; ROCHA, Maurício (Orgs.). **Uma nova história, feita de histórias**: personalidades negras invisibilizadas da história do Brasil. São Paulo: Jandaíra, 2021.



SUMÁRIO

PETRONILA MARQUES PORDEUS

Petronila Marques Pordeus foi uma multiartista do sertão da Paraíba. Nasceu na cidade de Sousa - PB, no dia 2 de agosto de 1889, e viveu três terços do século XX. Embora tenha passado um período em Teixeira - PB (1925-1930), Sousa foi sua morada permanente. Era filha de Basílio Pordeus Rodrigues Seixas e Ana Marques da Silva Guimarães. Sua família era de classe baixa e o acesso à educação – especialmente para mulheres pobres, em um município do interior, no fim do século XIX e início do XX – era limitado. Apesar disso, Petronila, com o apoio dos familiares, conseguiu iniciar seus estudos em casa e, posteriormente, frequentar uma escola de ensino primário para mulheres. Mesmo diante das dificuldades que sua condição de mulher sertaneja pobre pudesse lhe impor em uma sociedade que produz preconceitos e opressões de gênero e classe, Petronila conseguiu uma educação acima da média para a época: aprendeu idiomas estrangeiros, teve acesso a obras clássicas da literatura brasileira e desenvolveu múltiplas habilidades artísticas. Foi poetisa, teatróloga, musicista, desenhista, escultora e pintora. Começou a escrever desde muito jovem e produziu abundantemente ao longo de sua vida.

Apenas a muito custo conseguiu ser tão profícua. Diferentemente de algumas de suas contemporâneas sousenses que possuíam melhores condições financeiras, como Julieta Pordeus Gadelha e Ignez Mariz, Petronila não pôde publicar nenhuma de



SUMÁRIO

suas obras. Só é possível acessá-las, atualmente, através da parte de seu acervo que resistiu ao tempo. Como não podia comprar papel nem tampouco uma máquina de escrever, redigia suas criações à mão, em papel de pão ou nos versos das folhas que conseguia, presumivelmente, em escolas, mercearias e na prefeitura. Uma parcela desse acervo – contendo peças teatrais, poesias, correspondências e textos avulsos – está sob os cuidados do atual secretário da cultura da cidade de Sousa - PB. Lamentavelmente, muitas folhas se encontram em estado de deterioração: com marcas de mofo, quebradiças, incompletas, manchadas com a tinta da escrita que está se desfazendo. Esta questão torna-se incontornável uma vez que se tem em consideração que esses arquivos, já tão desgastados, são os únicos meios pelos quais se pode ter contato com a obra dessa personalidade tão relevante.

A despeito disso, os documentos – em sua maioria peças teatrais – evidenciam a proficiência da artista e sua atenção para com as questões que marcaram o século XX, tanto localmente quanto globalmente. São exemplares neste sentido os trabalhos que Petronila produziu em decorrência da morte de João Pessoa, ex-governador da Paraíba e ex-candidato à vice-presidência, e sobre a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O texto sobre João Pessoa é, na verdade, uma homenagem em forma de *representação artística*, encomendada por uma senhora – Maria das Dôres Ramalho Leite – que Petronila conheceu em Teixeira - PB; enquanto o texto sobre a Segunda Guerra Mundial se trata de um compilado de *causos* que teriam se passado com pessoas de Sousa e outros lugares do sertão da Paraíba durante os anos de combate. Os textos narram os acontecimentos a partir de uma perspectiva artística e poética, não historiográfica. Sendo assim, não são guiados por um compromisso com a *verdade* ou por problematizações explícitas. Isto, todavia, não elimina a riqueza de informações que a escrita dessa mulher pode fornecer àqueles que a lerem atentamente.



SUMÁRIO

As produções de Petronila dão ênfase a acontecimentos ligados ao político e ao social, mas sempre cedendo espaço aos *causos*, aos cantos, às lendas. No escrito que tem como tema central a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, a autora coloca em cena uma personagem – identificada como uma *preta velha* – que, se tratando de guerra, diz saber apenas sobre a Guerra de Canudos e que adquiriu tal conhecimento através de uns versos que sua bisavó cantava; logo após dizer isso, a mulher é incentivada por um outro personagem a cantar os ditos versos enquanto ele acompanha no violão. Em poucas páginas pode-se observar uma multiplicidade de conhecimentos entrecruzados. Petronila destaca, através de seus personagens, diferentes formas de se experienciar um momento caótico como o de uma guerra mundial. Paralelamente a isto, consegue colocar em cena personagens que falam sobre ancestralidade – versos aprendidos com a bisavó – e tradição –, narração através do canto. Já em um outro trabalho seu – a música *Paraíba* –, a artista, ao mesmo tempo que expressa afeto e apego por seu estado de origem, levanta outros temas importantes, como o das heranças ameríndias de nossa cultura e formação identitária. Ela própria se identifica como cabocla e associa a Paraíba à personagem nativo americana Moema, em detrimento de Iracema, de José de Alencar. Dessa forma, Petronila destaca em sua canção as contribuições femininas e originárias que atravessam a experiência paraibana.

Além de escritos, as artes visuais também se destacam. Apesar de não ter sido possível acessar suas esculturas e pinturas, seu arquivo contém alguns de seus desenhos, muitos deles ligados às peças que escrevia, visto que ela própria pensava os figurinos e os cenários (além de estar envolvida em toda a montagem e produção dos espetáculos). Os desenhos são feitos à caneta e retratam personagens com expressões bem marcadas, que parecem estar realmente a representar uma ação. Há também, em seus desenhos, cenas voltadas a aspectos religiosos do catolicismo, tema recorrente na obra da multiartista. Como maneira de

reafirmar o interesse de Petronila por esse tema, é viável mencionar que a escritora elaborou uma das diversas versões da lenda do Milagre Eucarístico, que supostamente teria ocorrido na cidade de Sousa, influenciando significativamente o imaginário religioso da cidade. E foi com base nessa lenda que compôs o *Hino ao Bom Jesus Aparecido*, que se tornou um importante meio de transmissão dessa *estória* através das gerações.

Em contraste com essa vasta produção deixada pela artista, a vida e a obra de Petronila Marques Pordeus ainda são pouco pesquisadas. Há uma escassez de trabalhos acadêmicos e literários que façam menção à trajetória dessa mulher sertaneja que, apesar das adversidades, esteve desde sua juventude até sua morte, ocorrida em 19 de novembro de 1975, dedicada às múltiplas formas de se fazer arte, tendo sido, inclusive, uma das precursoras do teatro em Sousa - PB.

Karine Nogueira dos Santos

INDICAÇÃO DE LEITURA:

CENTRO CULTURAL BANCO DO NORDESTE. A Arte Teatral em Sousa: 100 anos de história. **Catálogo da exposição comemorativa do centenário do teatro na cidade de Sousa/PB**. Sousa, 2014.

GADELHA, Julieta Pordeus. **Antes que Ninguém Conte**. João Pessoa: A União, 1986.

SALES, Ana Maria Coutinho de. Petronila Pordeus: uma mulher à frente de seu tempo. *In: Tecendo Fios de Liberdade*: escritoras e professoras da Paraíba do começo do século XX. Tese – (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.



R

REJANE

(Glória Rejane Santos)

SUMÁRIO

Glória Rejane Santos nasceu numa família muito pobre, em 29 de maio de 1957, em João Pessoa - PB. É filha de Regina Silva e de Manoel Paulo. Ao falar de seus pais, Rejane, como é chamada, olha para o horizonte e lembra das vezes em que ela e seus irmãos dormiram com fome e de outras dificuldades que viveu na infância, na extrema pobreza. Ainda criança, Rejane e seus irmãos começaram a trabalhar ajudando o pai na plantação e na pesca. A mãe trabalhava nas casas de família desde os 12 anos, recebendo pouco e, muitas vezes, trocando o trabalho por comida. “Ela olhava para a gente e dizia: se eles me pagarem hoje, vamos ter comida, se não, só quando ela me pagar. Era muito triste tudo isso”, disse em entrevista. A experiência da mãe no trabalho doméstico lhe fez buscar outros caminhos, não queria ser empregada doméstica. Trabalhou como ambulante, vendeu coco na praia e, depois que as crianças nasceram, abriu um pequeno comércio em casa. Ela conta que vendia de tudo e complementa: “como se sabe, essa coisa de vender tem hoje e não tem amanhã. Foi por falta de opção e vendo minha família passando por necessidade que busquei ajuda de conhecidos para conseguir uma casa para trabalhar”. Rejane trabalhou em várias residências como doméstica, diarista, passadeira e babá.

Em 2007, a prefeitura de João Pessoa, através da Coordenadoria de Políticas para Mulheres, CPPM, e em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, SENAC, realizou um curso de qualificação para as trabalhadoras domésticas. Rejane lembra deste momento com lágrimas nos olhos e diz que



SUMÁRIO

foi a partir daí que a vida dela mudou completamente: “Eu estava desesperada e não tinha nada para comer em casa. Quando soube que no CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) estavam dando cestas básicas, eu saí correndo atrás de comida e foi neste dia que minha vida começou a mudar. A assistente social me acolheu e perguntou se eu não tinha interesse em participar do curso das domésticas. Eu disse que não tinha dinheiro nem para comer, como teria para chegar até o curso?”. A prefeitura dava as passagens e ainda tinha lanche, Rejane não perdeu a oportunidade e se inscreveu, estando entre cerca de 50 mulheres de diferentes bairros de João Pessoa. O curso possibilitou, além da parte técnica do trabalho, a formação em temas como: direitos sociais, questões de gênero, trabalho das mulheres, entre outros, que fizeram as participantes refletirem sobre suas trajetórias de vida e as condições das domésticas na sociedade. Conta que essa experiência mudou a sua vida: “fui com a expectativa de me qualificar profissionalmente para ter mais oportunidades de emprego, mas a formação social mexeu comigo. Tinha lanche gostoso e as aulas sempre boas, mas um encontro me chamou a atenção: O trabalho com a autoestima. Trabalhar a autoestima é fundamental. Lembro até da música que foi usada na dinâmica que me marcou muito”. Canta um trecho da música “É preciso saber viver”, de Roberto Carlos e Erasmo Carlos.

Uma atividade do curso foi viajar até Recife para participar das comemorações dos 20 anos do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas da cidade, momento em que conheceram a luta das colegas pernambucanas, a trajetória daquele sindicato, trocaram experiências e se encantaram com o universo da luta trabalhista. Empolgada, se orgulha de ter feito parte desta comissão que visitou Recife. “Eu saí apaixonada. Teve até repórter me perguntando se João Pessoa tinha sindicato das domésticas e eu fui logo respondendo: ‘ainda não, mas quando a gente chegar lá vamos criar o nosso também’. Voltamos mexidas e com a cabeça formigando de ideias”.



SUMÁRIO

Em João Pessoa, segundo seu relato, na década de 1980 existia uma associação das domésticas que atuou muitos anos na defesa dos direitos das trabalhadoras e tinha o apoio das pastorais da Igreja Católica, mas depois, com as mudanças dos sacerdotes, elas perderam as parcerias e a associação fechou. “Foi resgatando essa história, que decidimos juntar as antigas e as novas domésticas e criar um instrumento de luta por direitos das trabalhadoras. Lembro que algumas mulheres não queriam sindicato e eu sempre perguntava: mas quem tem mais força não é um sindicato? Então vamos montar um sindicato!”.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) da Paraíba foi fundamental para que as domésticas dessem os primeiros passos para a organização da entidade sindical. E, em 2009, foi criado o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de João Pessoa e Região. Rejane foi escolhida para ser a presidente e está neste cargo desde a sua fundação. O Sindicato depende do apoio de organizações parceiras, pois o que arrecada com as contribuições sindicais é insignificante e não daria para pagar as contas básicas da entidade. O Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil é um parceiro importante que acolheu e orientou a criação do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas, além de ceder uma sala para ser a sede da entidade, onde funciona até hoje.

O trabalho doméstico sempre foi desvalorizado no Brasil. É uma herança do regime escravocrata que se perpetuou e, mesmo com os avanços legais nos direitos trabalhistas, a profissão ainda sofre com preconceitos. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-c), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2019, o trabalho doméstico era a ocupação de 6 milhões de pessoas, sendo 92% mulheres e, desse percentual, 63% são mulheres negras. Podemos afirmar diante dos dados que, no Brasil, o trabalho doméstico, além de ser realizado pelos mais pobres, tem gênero e raça. Rejane é uma



SUMÁRIO

mulher negra, moradora do bairro de Mandacaru, comunidade periférica da cidade de João Pessoa.

No Brasil, só em abril de 2013, após muita luta da categoria, foi promulgada a Emenda Constitucional 72, a chamada PEC das Domésticas, que garantiu igualdade de direitos perante outros trabalhadores, como salário-mínimo, auxílio-doença, pensão por morte, aposentadoria por invalidez, idade e tempo de contribuição. Esses foram alguns direitos conquistados que garantiram às trabalhadoras domésticas mais dignidade. Em 2015, teve uma modificação e a Lei Complementar assegurou também o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), seguro-desemprego, salário-família, entre outros direitos. Tudo se encaminhando para uma reparação histórica com as trabalhadoras domésticas do País, mas, segundo os dados do IPEA, apesar dos avanços legais, apenas 28,6% dos profissionais têm a carteira de trabalho assinada. Rejane, que está à frente das lutas por direitos da categoria, sabe que “apesar da luta, da garantia dos direitos, as trabalhadoras continuam sem ter sua legalidade. É ainda uma minoria que tem seus direitos respeitados”.

Rejane, que chegou à escola aos nove anos, mas só conseguiu terminar o fundamental depois que já estava no sindicato, valoriza muito a educação e ainda planeja fazer o curso superior de Serviço Social. “O saber me ajudou muito no sindicato, hoje eu faço tudo e ainda converso de igual para igual com os patrões, advogados e contadores. Não fico mais insegura. Eles que às vezes têm medo de mim”. Para Rejane, o trabalho doméstico é fundamental para que a economia circule. “Nós ficamos em casa para que outras mulheres possam exercer suas profissões. Não podemos ser desvalorizadas. O sindicato é um instrumento em defesa das trabalhadoras domésticas, que apesar das dificuldades, não pode parar de lutar porque senão a sociedade regride e volta ao trabalho desumano”.

Em 2016, se candidatou a vereadora de João Pessoa pelo Partido dos Trabalhadores (PT), não alcançou a vitória, mas

conseguiu fazer do processo eleitoral um espaço para divulgar a luta das domésticas. “Eu sabia que não ganharia, mas queria mostrar que mulher negra, de periferia e doméstica também pode. Fui e aproveitei para colocar nossas lutas que são tão desiguais, valeu a experiência”.

Rejane representa bem as mulheres negras deste país, tem garra e perseverança e, apesar dos desafios encontrados na vida, não deixa de sonhar e buscar dias melhores para si e para os seus. Com o sorriso largo, característica marcante dela, vai vivenciando as oportunidades que a luta tem dado e vai compartilhando seus saberes e sua força com outras mulheres para poder brotar mais direitos para todas as trabalhadoras domésticas do Brasil.

Marinézia Gomes Toné

Glória Rabay

INDICAÇÃO DE LEITURA:

BARBOSA, Luciana Cândido. **Trabalho doméstico:** uma análise das condições de trabalho das empregadas domésticas sindicalizadas do município de João Pessoa - PB. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013.

CAMARGO, Cristina; NASCIMENTO, Simone. “Nossa Luta não vai parar”. **Fundo Brasil**, 2018. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/noticia/nossa-luta-nao-vai-parar/>. Acesso em: 15/12/2022.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Estudo do Ipea traça um perfil do trabalho doméstico no Brasil**. IPEA, 2019.



RITA MARIA DE JESUS

SUMÁRIO

Rita Maria de Jesus nasceu em 15 de dezembro de 1952, em João Pessoa. Filha de mãe solteira e a primeira de seis filhos de pais distintos, perdeu a mãe aos dez anos, quando ela e os irmãos foram separados e entregues a famílias diferentes. Sua tia a recebeu: “você vai pra minha casa para cuidar da minha mãe”. Rita assumiu o cuidado da avó materna por dois anos, banhando, lavando roupa, cozinhando, alimentando e dando afeto, até a morte da parente, aos 79 anos. Permaneceu com a tia até se casar, aos 17 anos, “pensando eu que era uma saída, porém o casamento não foi um mar de rosas, mas, sim, um fracasso”, relata (JESUS, 2022). Desiludida, procurou em vão a tia, que lhe respondeu: “Volte! Ruim com ele, pior sem ele”, frase que a traumatiza até hoje. Aos 18 anos, teve sua primeira filha, peregrinou, sem moradia certa, porque o marido, alcoólatra, desaparecia sem pagar o aluguel (JESUS, 2022). Descobriu a segunda gravidez aos seis meses de gestação. Após o parto, o marido levou a família para a casa do pai, em Campina Grande. Em um mês, já não eram bem-vindos e passaram por novo ciclo de inadimplência. Voltaram para João Pessoa e ficaram na casa de um primo, de onde também foi despejada. “Dessa vez foi pior. [...] Era sábado e tava chovendo... Fui pra debaixo da quebrada com as meninas e ninguém sabia dele [o marido]”. Foram anos vivendo com um marido que deixava Rita e as filhas à própria sorte, dependendo da solidariedade das pessoas próximas, vivendo em condição de miséria, maus-tratos e sendo explorada de diversas formas. Finalmente, chegaram a um terreno sem nenhuma cobertura. Era o início do bairro São José,



SUMÁRIO

onde moravam dez famílias que os acolheram e, em dois dias, sua palhoça foi levantada.

O trabalho doméstico sempre fez parte da vida de Rita. Quando menina, a tia lhe mandava fazer “favores” na vizinhança como tomar conta da criança de uma mãe que paria, enxaguar roupa no riacho, estender, subir no banquinho para alcançar o lavador de louça, “brincar” com uma criança... Nunca teve carteira assinada. Seu primeiro trabalho remunerado foi a lavagem de roupas para uma família, aos 27 anos, e a partir daí começou a trabalhar em casas de família, numa jornada contínua, sem fins de semana. Lutou para criar as filhas, trabalhando nas casas das famílias, muitas vezes fazendo longas caminhadas até o trabalho, fazia faxina ou lavava e passava o dia inteiro e retornava para casa a pé. Rita passava todo o dinheiro para o marido, até ser despertada por uma patroa, que sugeriu que ela deixasse o dinheiro guardado com ela, pegando quando precisasse. Assim, foi crescendo no seu trabalho e tendo certa melhoria de vida. Com seu trabalho, a ajuda da vizinhança e dinheiro emprestado de algumas patroas, comprou tijolos e material para a construção de sua casa de alvenaria com banheiro, erguida em mutirão pelos vizinhos. Na luta pela autonomia, após anos de violência doméstica, Rita percebeu que a relação lhe fazia mal e decidiu terminar o casamento. Estabilizada, comunicou ao marido que um dos dois deveria sair de casa. Quem ficasse assumiria as crianças, porque nenhuma casa em que ela fosse trabalhar a aceitaria com as filhas. A estratégia de afastar o marido deu certo, ele foi embora, mas o processo de separação foi cheio de idas e vindas durante dez anos, até Rita mentir que tinha outro homem, o que de fato o afastou de vez.

Sua militância política inicia-se quando ela se torna uma das desbravadoras e fundadoras do bairro de São José, onde cresceu e se identificou com a luta pela moradia na comunidade,



SUMÁRIO

ameaçada pelo então governador Ivan Bichara, que mandava derrubar as casas. “Derrubavam de dia e a gente construía de noite”, declarou Rita. Nessa resistência, faziam reuniões debaixo da mangueira e acabaram criando a Associação de Moradores do Bairro de São José, onde ela já foi conselheira fiscal por vários mandatos e milita até este momento. Rita e seus vizinhos lutaram não só por moradia, mas trouxeram água, creche, escolas, luz, transporte público, calçamentos e outros bens e equipamentos de saúde e educação, sendo a creche construída com recursos arrecadados pela associação na própria comunidade (livro de ouro, rifas e muita contribuição dos moradores). “Rita participou de todas as lutas que a Associação encaminhou junto ao poder público. Estava sempre na linha de frente naquele coletivo que organizava a mobilização, as festinhas, as grandes assembleias, [...] ela se destacou entre as mulheres”, afirma Paulo Marcelo de Lima (2022), diretor do Sindicato da Construção Civil (Sintricon). Na luta pelo direito à moradia, contaram com o apoio dos padres Luiz Couto, Frei Anastácio e do arcebispo Dom José Maria Pires, entre outros.

Rita aprendeu a fabricar sabão, ensinando e estimulando outras mulheres da comunidade, e com três delas, abriu uma fábrica de sabão que funciona no bairro, com sede própria.

A militância junto às trabalhadoras domésticas começou em 2008 quando conheceu Nazaré Drummond, primeira presidente da Associação das Domésticas, Alzira Serafim dos Santos e Maria Dalva de Oliveira, e entrou para a associação. O sindicato de Recife contribuiu muito com esse processo, assim como a Cunhã Coletivo Feminista e o Sintricon. “Lutamos muito até conseguir aprovar a lei que obriga todo patrão a assinar a carteira da trabalhadora doméstica. Depois dessa conquista, a gente ficou assim: já conquistaram muito e foi ficando fraco e paramos. A gente achava



SUMÁRIO

que não tinha mais direitos, né?” (JESUS, 2022). Anos depois, a Coordenadoria da Mulher de João Pessoa rearticula antigas e novas lideranças para a criação de um sindicato. Foi quando Rita conheceu Glória Rejane da Silva Santos (que veio a ser eleita presidente) e Susana de Lima Santos, que também fez parte da diretoria. Em 2009, foi fundado o sindicato. “Rita teve grande participação. Ela sempre se comprometeu com essa luta, com a vida das mulheres trabalhadoras domésticas”, afirma Glória Rejane (2022) e foi fundamental na luta pela PEC das Domésticas, indo a Brasília junto às companheiras, levando experiência exitosa da luta pelo direito à carteira assinada, junto com organizações de trabalhadoras domésticas de todo o Brasil.

“Quando eu ainda não tinha conhecimento de Dona Rita, ela já estava lutando pelos meus direitos. Ela é uma mulher, trabalhadora doméstica fundamental para a Paraíba”, afirma Maria das Graças dos Santos (2022), trabalhadora doméstica e companheira de luta. No movimento de mulheres ela é presença constante. Para Luciana Barbosa (2022), pesquisadora do tema trabalho doméstico, Rita tenta levar uma palavra amiga, um conforto, ao mesmo tempo que estimula as mulheres a identificarem que a luta contra a opressão não é só dela, mas de todas.

Rita é uma referência de matriarca, ancestral, a que veio antes, aquela que se deve reverenciar na luta comunitária das mulheres, e também na luta e organização das trabalhadoras domésticas, não só da Paraíba, mas brasileira.

Anadilza Maria Paiva Ferreira

Cristina Barboza de Lima

Maria Lúcia Lopes de Oliveira

Luciana Cândido Barbosa

INDICAÇÃO DE LEITURA:

BARBOSA, Luciana Cândido. **Trabalho Doméstico:** uma análise das condições de trabalho das empregadas domésticas sindicalizadas do município de João Pessoa - PB. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

FENATRAD - Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas. **Fenatrad faz articulação para garantir direitos históricos na PEC das Trabalhadoras Domésticas.** Fenatrad, 3 dez. 2013. Disponível em: <https://fenatrad.org.br/2013/12/03/vivamus-consequat-urna-eget-magna-ornare/>. Acesso em: 27/01/2023.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Estudo do Ipea traça um perfil do trabalho doméstico no Brasil.** IPEA, 2019.

ROSALINA

Mulher escravizada, natural da freguesia de Sousa, na Paraíba, que viveu no fim do século XIX e se destacou por denunciar seu senhor. A história de Rosalina chega até nós através da transcrição de parte de um processo-crime contra seu senhor, tenente Antônio José de Sá Barreto (proprietário do Sítio Sanhoá e Fazenda Tacotaco, freguesia de Sousa), e publicado no jornal “O Conservador”, em 1881. Essa parte do processo é denominada *Auto de Perguntas*, nele a escravizada Rosalina denuncia, com minúcias, os crimes praticados por seu



SUMÁRIO

patrono contra seus escravizados e homens livres pobres que ousavam desafiá-lo; assim como denunciava a morte de crianças “ingênuas”, filhas de mães escravizadas e nascidas de ventre livre (após a lei de 1871). Contudo, é possível, também, recuperar vivências de escravizados em sítio/engenho no sertão paraibano; e, sobretudo, a tentativa de Rosalina por buscar sua liberdade.

Seu relato revela que durante a grande seca no Nordeste, nos anos de 1877 a 1879, os sertanejos escravizados e livres viviam uma situação-limite, e muitos pereceram de fome. Nessa época, Rosalina, mulher solteira, tinha idade aproximada de 25 anos, trabalhava em “serviços do campo”, mas ajudava na cozinha da casa grande (quando era necessário). No *Auto de Perguntas*, ela declarou que, no período da seca de 1877/1879, saiu da casa de seu senhor com destino à cidade de Sousa, à procura de italianos que negociavam com escravizados, por saber que andavam pela localidade com o objetivo de a comprarem. Não conseguiu o seu intento, pois foi obrigada a retornar do caminho para a cidade por “moradores” de seu senhor. Esta não foi a primeira tentativa de fuga de Rosalina. Ela tentara uma outra vez, quando morava na mesma freguesia, mas em outra fazenda de seu senhor – a Tacotaco. Nesta tentativa, foi interceptada por “moradores” que a conduziram de volta à casa, onde foi severamente castigada. Em ambas as fugas sofreu os mesmos castigos que consistiam em ser “açoitada” no “banco”, “cortada à navalha” e ter as mãos amarradas para cima em um “armador”. Os castigos aplicados em Rosalina por sua primeira tentativa de fuga foram aplicados pela escravizada Appollonia (sob ordem do patrono) e na segunda captura, por seu senhor.

Rosalina não foi a única escravizada do tenente Sá Barreto a empreender uma fuga em busca de um novo senhor. A escravizada Fortunata também fugiu para a cidade de Sousa com o mesmo objetivo de encontrar um outro senhor. Ela foi interceptada no caminho, possivelmente por “moradores”, e devolvida à casa de



SUMÁRIO

seu senhor onde recebeu os mesmos castigos acima descritos e, desta vez, aplicados por Rosalina. De uma forma perversa o tenente Sá Barreto utilizava seus escravizados para aplicar os castigos, sob pena de, se negassem, receberem os mesmos castigos.

Ressaltamos que os escravizados fugitivos poderiam ser capturados pelas autoridades policiais e permaneciam na cadeia do local onde eram capturados ou enviados à cadeia da capital, cidade da Parahyba, por ordem do chefe de polícia da Província. Ou, os senhores recorriam aos serviços do “capitão-do-mato”, sem que fosse necessário comunicar às autoridades policiais. No caso de Rosalina, a responsabilidade por sua captura foi entregue a “moradores”, homens livres pobres, estabelecidos em terras pertencentes ao senhor da escravizada, e que possivelmente atuavam como “capitães-do-mato”.

Na história de Rosalina, o que chama a atenção, não é a fuga em si, mas a justificativa que a escravizada deu para suas ações, ou seja, fugir para procurar um “novo senhor”. As tentativas de fuga de Rosalina revelam a sua decisão de não mais pertencer ao tenente Antônio José de Sá Barreto e com isso escapar dos castigos impostos por seu senhor, da miséria provocada pela seca e das doenças que assolavam a região. Ressaltamos que a historiografia brasileira registrou casos em que escravizados saíram à procura de um novo senhor, e, em alguns deles, com a autorização do senhor atual. Contudo, não ocorriam de forma frequente porque essa prerrogativa de permitir que o escravizado fosse seu próprio vendedor, seria uma “prática perigosa” (na concepção dos escravizadores) e significava que o senhor renunciava a uma parcela de seu direito de propriedade.

Podemos inferir que Rosalina, avaliando suas poucas chances de conseguir a alforria, optou por construir a liberdade possível, caindo em outra escravização. Ou, escolher o próprio local do cativo e até conquistar melhores condições de vida (que

podemos denominar de fuga para dentro do cativeiro). Acreditamos que Rosalina, ao procurar por um novo senhor, estava convencida que se livraria da crueldade com que seu antigo senhor a tratava e a seus companheiros de cativeiro. Ou, em caso do novo senhor se tornar tão perverso quanto o antigo, restar-lhe-ia a alternativa de uma nova fuga.

A história de Rosalina (com sua compreensão sobre o papel da fuga) apresenta aspectos que, a princípio, parecem incompreensíveis para o pensamento contemporâneo, que exalta a liberdade enquanto instrumento legítimo do exercício da cidadania. Mas, uma escravizada que fugiu do domínio de seu senhor e foi em busca de outro, reconhece que a liberdade está ligada à experiência (histórica) das pessoas e aos contextos históricos, reconhece o cenário em que vive e que a liberdade é um processo de conquista que pode ou não ser alcançada durante o decorrer de uma vida.

Maria da Vitória Barbosa Lima

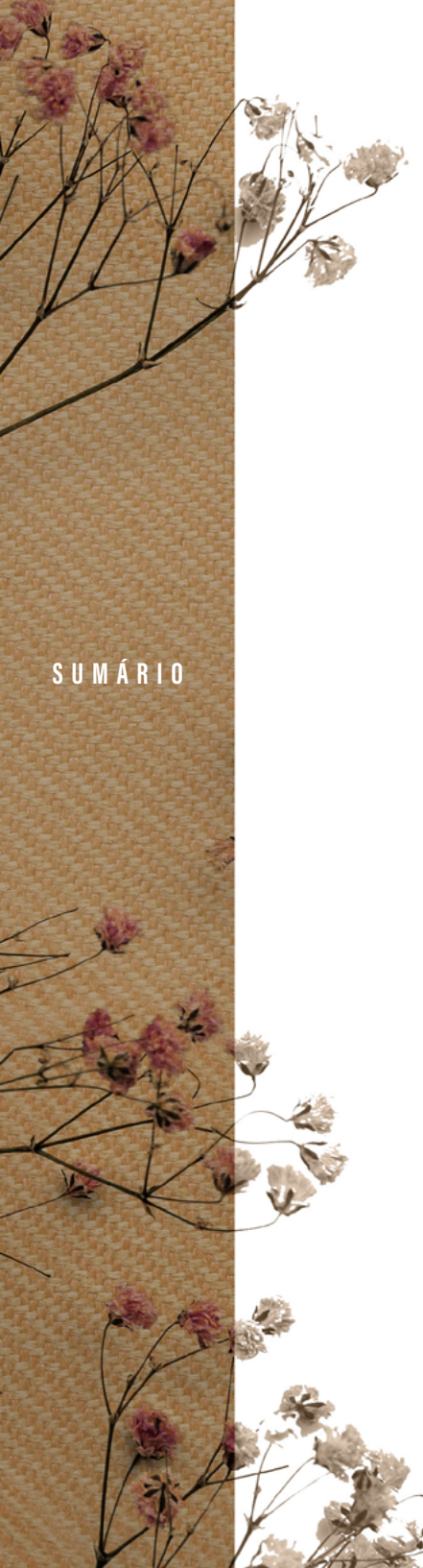
INDICAÇÃO DE LEITURA:

AUTO DE PERGUNTAS À ESCRAVA ROSALINA. O **Conservador**, ano V, número 142, Parahyba, 3 dez. 1881.

GOMES, Flávio dos S.; LAURIANO, Jaime; SCHWARCZ, Lília. Rosalina (verbete). In: GOMES, Flávio dos Santos; LAURIANO, Jaime; SCHWARCZ, Lília Moritz.

Enciclopédia Negra: biografias afro-brasileiras. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

LIMA, Maria da Vitória Barbosa. **Crime e Castigo:** a criminalidade escrava na Paraíba (1850-1888). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.



SUMÁRIO

SANDRA MARROCOS

(Maria Sandra Pereira Marrocos)

Mulher negra, sertaneja e feminista, assistente social de formação, mestra em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba, educadora popular, mulher de todas as lutas, mãe de Janaynna, Flávio e Gabriel; é dessa forma que Sandra Marrocos se apresenta. Nascida em Curral Velho, município localizado no alto sertão paraibano, no Vale do Piancó, é a mais nova dos 11 filhos e filhas de Jandira Marrocos, funcionária pública, e Zé de Silvino, agricultor. A infância foi vivida na pequena cidade paraibana, marcada por brincadeiras, ensinamentos religiosos e estudos. “Minha infância foi uma delícia, solta na rua, numa cidade que todo mundo se conhecia. Era ótimo! Acho que a minha liberdade vem dali, sabia?”, ressalta Sandra, em entrevista concedida à Amanda Christinne Marques e Vivianne de Sousa (2018).

Sandra migrou para a capital, João Pessoa, no ano de 1981, aos dez anos de idade, local onde morou e estudou inicialmente, mudando-se, em seguida, para Santa Rita, localizada na região metropolitana. As primeiras escolas foram Nossa Senhora de Lourdes, o Instituto Santa Terezinha e o Colégio Nossa Senhora das Neves, que eram instituições privadas, e em seguida foi para a rede pública estudar no Colégio Estadual de Jaguaribe, no Oswaldo Pessoa, posteriormente no Lyceu Paraibano. Morava com as irmãs, com quem sempre teve laços afetivos muito estreitos.

Sua atuação pública e política teve início muito cedo, a partir de sua participação nas pastorais de base da Igreja Católica. Em seguida se envolveu com as lutas do movimento estudantil secundarista e, posteriormente, universitário. Nessa conjuntura,



SUMÁRIO

foi integrante do Grêmio Estudantil do Lyceu, depois do Centro Acadêmico do curso de Serviço Social e do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal da Paraíba, reivindicando um ensino público de qualidade e inclusivo, e o direito de acesso e permanência de todos e todas à educação básica e superior. De formação marxista, enquanto estudante carregava o sonho e lutava por uma sociedade onde as desigualdades sociais fossem extintas.

Nos anos 2000, Sandra Marrocos coordenou a ONG Centro Acorda Mulher, localizada na cidade de Bayeux, onde desenvolvia um trabalho de formação com mulheres do meio popular, nas comunidades Mutirão e São Lourenço. Nesse mesmo período, de forma paralela, atuou enquanto assessora parlamentar, junto à Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba. Em 2004, foi a primeira gestora do Orçamento Democrático, no município de João Pessoa. Dentre diversas atividades efetivadas, vale destacar a organização do primeiro encontro Norte/Nordeste de Participação Popular. O Orçamento Democrático se apresentava enquanto um importante instrumento de participação popular, e Sandra conseguiu, através de sua atuação junto a este, constituir um conjunto de capitais políticos, que lhes propiciou o lançamento do seu nome a uma vaga no Legislativo municipal de João Pessoa no ano de 2008. Desta forma, a partir desse momento, faria uso dos espaços e das experiências junto à política partidária para dar seguimento às suas lutas. Eleita pela primeira vez em 2008, ocupou o posto de vereadora na cidade de João Pessoa por duas legislaturas, em 2008 e em 2016, nas duas ocasiões filiada ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Em mais duas oportunidades Sandra buscou renovar sua cadeira no legislativo municipal. A primeira no ano de 2012, e a segunda em 2020, dessa vez concorrendo pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Nas duas ocasiões, apesar de receber uma quantidade significativa de votos, não obteve êxito eleitoral.

A política natural de Curral Velho é apontada como uma importante personagem no cenário estadual, e teve seu nome lançado para concorrer a uma vaga na Câmara Federal, no ano de 2018, ocasião em que obteve quase 24 mil votos, destes 14 mil em



SUMÁRIO

João Pessoa. Apesar da expressiva votação, a vitória eleitoral não veio. Atualmente Sandra compõe a equipe do Centro da Mulher 8 de Março, ONG feminista atuante na capital paraibana, da Executiva Nacional do Partido Socialista Brasileiro (PSB), do Conselho Político da Secretaria Nacional de Mulheres do referido partido, foi candidata a deputada federal, pela mesma sigla, em 2022.

Autora de diversos e importantes projetos de lei, foi a proponente da Lei Municipal 13.566, aprovada em 2018, que recebeu o nome de “Lei Marielle Franco”. A lei diz que todas as escolas públicas e privadas do município de João Pessoa deverão ensinar as noções básicas da Lei Maria da Penha, impulsionando a reflexão crítica entre estudantes, professores e professoras, técnicos administrativos e famílias, sobre o combate à violência contra a mulher. Ainda vale ressaltar o projeto indicativo, que resultou na Lei nº 12.400/2012, que criou a Coordenadoria da Cidadania LGBT e da Igualdade Racial no município de João Pessoa, e a proposição da Lei nº 13.935/2020, Lei de Combate ao Assédio/Importunação Sexual nos Transporte Coletivos no mesmo município.

Mulher de todas as lutas, senhora de suas vontades e dona de si, Sandra Marrocos tem seu nome marcado na militância, fora e dentro da política partidária, na defesa incontestada da dignidade de grupos minoritários, como mulheres, LGBTQIAPN+, crianças, pessoas idosas, pessoas em condição de pobreza, negras, negros, trabalhadoras e trabalhadores.

Em diversas falas públicas, ressalta a sua posição de defesa das pessoas em situação de pobreza e combate a todos os tipos de preconceito e discriminação. Pontua também sua defesa ao Estado democrático de direito, o entendendo enquanto elemento necessário para a constituição de uma sociedade justa e equânime. A luta pela democracia se apresenta enquanto ponto central em toda a sua trajetória pessoal e política.

Dayanny Deyse Leite Rodrigues

INDICAÇÃO DE LEITURA:

BARROS, Raíssa Ester Maia de. **Política também é coisa de mulher**: uma análise da inserção da mulher na política paraibana. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2017.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.

MARQUES, Amanda Christinne Nascimento; SOUSA, Vivianne de. Mulheres na Política: Entrevista com a vereadora Sandra Marrocos, João Pessoa - PB. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 4, n. 4, p. 230-243, 2018.

COSTA, Iany Elizabeth da. **Ser a fiel da balança**: uma geobiografia das mulheres quilombolas da Paraíba. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

SILVINHA

(Severina Nascimento da Silva)

Dona Silvinha tem 71 anos, é viúva, natural de Pilões de Dentro – PB. Casou-se com Eronildes Pereira da Silva, natural do quilombo urbano de Paratibe (João Pessoa - PB), que era viúvo e pai de sete filhos; juntos tiveram cinco filhos, entre eles Joseane Pereira da Silva, liderança do quilombo de Paratibe. Ela criou 12 filhos (os seus e os do primeiro casamento do seu marido),



SUMÁRIO

pescando (camarão e caranguejo) nos rios da Mata Portela, fazendo carvão com seu esposo, colhendo frutas da época para vender nas feiras do Oitizeiro e no Mercado Central. Segundo ela, mesmo com um barrigão grávida levava um balaio de frutas para vender. Plantava macaxeira, batata, inhame, fazia a colheita e levava em cima de uma égua para a casa de farinha de Mussumagro (comunidade negra vizinha de Paratibe). Lavava a roupa no rio do Padre, e no rio de João de Teca. Cortava lenha na mata da Portela e fazia a metragem (ela colocava um pau de um lado e de outro – um metro – e preenchia esse espaço com lenha cortada) de lenha para vender, e também para cozinhar no fogão movido a esse material e que até hoje é sua paixão. Cozinhava o que plantava e colhia. Grande conhecedora de ervas, a pessoa chega com uma queixa de saúde para ela, e esta apresenta a solução. Para tudo tem um chá, um lambedor. Fazia azeite de dendê cozinhando o fruto do dendezeiro em um tacho. Segundo ela, fazia o azeite a partir da espuma da fervura que retirava com a pena de pato.

Fazia bonecas de pano, mas deixou de fazer pelo preconceito dos outros em chamá-la de macumbeira (alegavam o uso das suas bonecas para feitiços contra terceiros). Costureira, faz toalhas, tapetes, lençóis e bolsas com retalhos de tecido que recebe de doação; cada peça é única e traz um pouco dos seus saberes e fazeres. Teve um comércio de comida na época da construção do bairro do Valentina Figueiredo. Durante muito tempo teve uma barraca de bebidas e comida na Praia do Sol, onde trabalhava com os filhos.

Dona Silvinha é referência em saúde popular no quilombo de Paratibe.

Joseane Pereira da Silva Santos

Iany Elizabeth da Costa

INDICAÇÃO DE LEITURA:

COSTA, Iany Elizabeth da; OLIVEIRA, Lucas Lopes Oliveira. O uso de plantas medicinais na comunidade quilombola de Paratibe: um relato de experiência na EMEF Antônia do Socorro Silva Machado, João Pessoa - PB. **Revista Humanidades & Inovação**, v. 4 n. 3, p. 288-296, 2017.

GONÇALVES, Maria Ronizia. **Relatório antropológico de identificação e delimitação da comunidade negra de Paratibe**. João Pessoa: Incra, 2011.

SINDICATO DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DA PARAÍBA

A história do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas da Paraíba se entrelaça com a luta e resistência das mulheres negras que vieram antes e que construíram os primeiros passos da organização da categoria no Brasil. Uma grande liderança e referência foi Laudelina de Campos Mello, que abriu alas na luta para que o emprego doméstico fosse regulamentado como uma profissão decente. Em 1936, fundou a primeira Associação de Trabalhadoras Domésticas no estado de São Paulo e, nos anos



SUMÁRIO

de 1940, realizou incidência no Congresso Nacional em Prol dos Direitos das Trabalhadoras Domésticas Brasileiras. O Sindicato paraibano também se inspirou na organização das empregadas domésticas na região Nordeste nos anos 1960, quando foram realizados congressos que reuniram trabalhadoras domésticas da Paraíba, Pernambuco e Ceará, culminando no Congresso Nacional, com a participação de nove estados do Brasil (Barbosa, 2013).

Destacam-se conquistas importantes que assentaram o chão do surgimento do Sindicato: a criação da Lei nº. 5.859/72, que garantia às empregadas domésticas o direito à carteira assinada, às férias e à previdência, e a criação da Constituição Cidadã (1988), que reconheceu o trabalho doméstico como categoria profissional, impulsionando a criação de sindicatos em todo o Brasil. Na década de 1980, a organização das empregadas domésticas na Paraíba se inicia, com a realização do 1º Encontro Estadual na cidade de Campina Grande, que versou sobre a desvalorização do trabalho e ausência de garantias trabalhistas. Em 1984, foi fundada a Associação dos Empregados Domésticos da grande João Pessoa, que criou em 1991 a cartilha sobre direitos das domésticas junto ao INSS (BARBOSA, 2013).

Em 2008, com o apoio da Secretaria de Políticas Públicas Para as Mulheres do município de João Pessoa, foram organizados encontros para a criação do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de João Pessoa e Região, culminando com a fundação do mesmo no dia 22 de novembro de 2009, tendo como principais lideranças seis mulheres oriundas da Associação das Empregadas Domésticas, criada nos anos 1980. Em 2 de fevereiro de 2020, houve a fusão da Associação de Campina Grande e do Sindicato de João Pessoa, instituindo-se como Sindicato dos Empregados Domésticos do Estado da Paraíba, atualmente com 600 filiadas, em sua maioria pretas, com idade entre 30 e 60 anos, das cidades de João Pessoa (sede) e Campina Grande (subsede). Possui uma direção com



SUMÁRIO

mandato de quatro anos, com presidência, vice-presidência, secretarias: geral, de finanças e controle, de formação sindical, da mulher e igualdade racial; e conselho fiscal. Os critérios de filiação são: trabalhadora doméstica, se identificar com a luta em defesa dos direitos da categoria e colaborar com a contribuição sindical.

Com mais de uma década de existência, o Sindicato acumulou experiência no atendimento das trabalhadoras domésticas, orientando-as em suas contas rescisórias e homologações, assim como na escuta e acolhimento sobre as violações de direitos trazidas por elas. Conta com a parceria do Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, da Construção Pesada e do Mobiliário (SINTRICOM), que apoia o Sindicato com uma sala para o seu funcionamento e com uma assessoria jurídica sindical junto à categoria. Desenvolve formações sobre direitos trabalhistas e previdenciários, enfrentamento ao machismo e ao racismo, o Dia da Trabalhadora Doméstica, 27 de abril, divulgação dos direitos da categoria nas redes sociais e nas ruas. No contexto da pandemia da Covid-19, o Sindicato esteve presente na vida das trabalhadoras domésticas, colaborando com distribuição de cestas básicas, equipamentos de proteção individual e divulgação de informações de saúde, segurança e prevenção, visando mitigar os inúmeros desafios enfrentados pela categoria. Algumas ações nacionais importantes em sua trajetória foram: incidência e pressão política em torno da regulamentação e da equiparação dos direitos das trabalhadoras domésticas, pela aprovação da Emenda Constitucional 478/10 na Câmara de Deputados, que amplia os direitos das trabalhadoras domésticas. Essas ações são realizadas em permanente articulação com parceiros do movimento sindical: Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (CONTRACS); e do movimento feminista: Cunhã Coletivo Feminista, Articulação de Mulheres Brasileiras



SUMÁRIO

(AMB/PB), Movimento de Mulheres Negras da Paraíba, Bamidelê – Organização de Mulheres Negras na Paraíba, e Abayomi – Coletiva de Mulheres Negras. Conta ainda com parcerias como Casa Pequeno Davi, Sal da Terra, Rede de Educação Cidadã (RECID), CENTRAC, ONG Menina Feliz e Bruta Flor. Tem assento nos Conselhos dos Direitos das Mulheres, em âmbito estadual, e dos municípios de João Pessoa e Campina Grande. Essa construção em rede fortalece e qualifica a denúncia das violações de direitos, como a superexploração do trabalho doméstico, o racismo, as desigualdades de gênero e a violência institucional.

Para o Sindicato, a violação de direitos humanos da categoria profissional está relacionada com as dimensões de raça, classe e gênero, e por isto, tem desenvolvido nas ações de formação momentos de reflexão e vivências sobre as situações de desigualdades, estimulando o fortalecimento da autoestima das trabalhadoras domésticas, a valorização da identidade negra e do emprego doméstico (com raízes na escravização da população negra) como um trabalho que exige reparação e garantia de todos os direitos previdenciários e trabalhistas. Barbosa (2013) analisa as condições de trabalho das empregadas domésticas sindicalizadas do município de João Pessoa - PB e destaca elementos como: informalidade; desproteção social; extensa e intensa jornada de trabalho; trabalho doméstico como parte da trajetória da infância até a fase adulta; relações afetivas entre empregadas e patrões/patroas que reforçam a informalidade e interferem no reconhecimento dos direitos; reconhecimento do trabalho doméstico como uma profissão digna e decente; desvalorização do trabalho doméstico permeada por discriminações de gênero, da condição social e de raça.

Para as lideranças sindicais Glória Rejane da Silva Santos (2022) e Rita Maria de Jesus (2022), a principal luta do Sindicato é defender a categoria profissional em todas as esferas públicas e em toda a sua dignidade, tendo como um dos maiores



SUMÁRIO

desafios a conscientização da categoria em torno da filiação, da contribuição sindical e da participação política. Para Maria das Graças dos Santos, liderança sindical, sua existência é superimportante, porque mesmo com muitos direitos conquistados, eles ainda não são respeitados. “Os patrões, quando sabem da existência do Sindicato, começam a se posicionar de maneira diferente” (SANTOS, 2022).

A existência do Sindicato por si só já é uma resistência e esperança na vida das trabalhadoras domésticas da Paraíba, como uma potência na luta em torno da equiparação de direitos para colocar o emprego doméstico como profissão decente. Isso só tem sido possível pelo compromisso de lideranças sindicais importantes, dentre as quais reverenciamos: Maria Dalva (*in memoriam*), Nazareth Drumond, Glória Rejane da Silva Santos, Rita Maria de Jesus, Susana Lima dos Santos, Maria das Graças dos Santos e Chirlene dos Santos Brito, mulheres maravilhosas que construíram a memória e a história do Sindicato e permanecem na luta em prol da organização sindical, erguendo a voz e dignidade às empregadas domésticas.

Luciana Cândido Barbosa

Maria Lúcia Lopes de Oliveira

Anadilza Maria Paiva Ferreira

Cristina Barboza de Lima

INDICAÇÃO DE LEITURA:

BARBOSA, Luciana Cândido. **Trabalho Doméstico:** uma análise das condições de trabalho das empregadas domésticas sindicalizadas do município de João Pessoa - PB. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

BRASIL DE FATO. Trabalhadoras Domésticas da PB falam sobre a dura realidade e os retrocessos atuais. Brasil de fato, João Pessoa, 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/26/pb-trabalhadoras-domesticas-falam-sobre-a-dura-realidade-e-os-retrocessos-atuais>. Acesso em: 13/10/2022.

VERONESE, Claudia. **EC72/20123 As trabalhadoras domésticas sindicalizadas no município de João Pessoa - PB: avanços e desafios**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

SOCORRO GOUVEIA

Maria do Socorro Gouveia foi coordenadora da Associação dos Agricultores do Assentamento Acauã, no município de Aparecida, no sertão da Paraíba. Ao longo da vida pessoal, essa mulher traz a força da vivência comunitária, entendendo como necessário o espaço para que o protagonismo das mulheres cresça e apareça, ganhando cada vez mais visibilidade. Socorro nasceu e se criou em Uiraúna - PB, foi casada e tem duas filhas e dois netos, que moram em Acauã – onde ela morou durante parte de sua vida. É filha de agricultores sem-terra, tendo vivido uma experiência muito pobre, chegando a passar fome, crescendo dentro da necessidade, e já aprendendo a lutar. Com sete anos de idade, começou a trabalhar com a mãe, vendendo de porta em porta, na praça, iniciando precocemente a vida adulta, já na luta pela sobrevivência. Aos 18 anos, passou a conviver em grupos jovens, vinculados à Igreja Católica. Relembra que o padre Cleidson, vigário, e as irmãs missionárias tinham um trabalho muito importante com os jovens, na discussão



SUMÁRIO

da Teologia da Libertação, na implantação das CEBs, as Comunidades Eclesiais de Base. Assim começou sua vida social e política, com a participação na paróquia e nesses grupos jovens, fazendo reuniões e atividades na zona rural. Esteve na fundação do Partido dos Trabalhadores na região, também envolvida na mobilização com os bairros no 1º de maio, nas atividades das comemorações do Dia Internacional das Mulheres, 8 de março, e nos enfrentamentos da oposição sindical. Essas mobilizações transformaram sua vida. Trabalhando na usina dos Gadelha, foi secretária durante cinco anos, tendo que conciliar seu tempo entre essas duas atividades, o trabalho e o engajamento social. A partir daí, deu início à sua vida junto às comunidades do entorno do seu bairro. Tudo isso no período da ditadura civil-militar. Seus pais, ambos anal-fabetos, ficavam preocupados porque os vizinhos comentavam que Socorro estava virando comunista; no interior, pensar diferente já era ser comunista, de acordo com ela. Na luta pela melhoria da qualidade de vida e da saúde nas periferias e zonas rurais, desprovidas de assistência médica e educação, surgiram as primeiras inimizades, no confronto com as famílias que tinham o domínio sobre o município. Era o momento em que a Igreja abria suas portas para ir até a população mais carente, fazendo ações e levando uma leitura da Bíblia com a vida, com o pé no chão, junto com as pessoas.

Socorro chegou a participar de uma reunião em Recife, com Dom Helder Câmara, que na época, começo dos anos 1980, era o presidente do Regional Nordeste 2. A luta pela terra já estava na pauta das discussões, principalmente no litoral de Pernambuco, da Paraíba e na região do Brejo paraibano. Foi naquele momento que ela se apaixonou pela luta pela terra. Em 1986, disse ao padre Hermínio, que trabalhava com Dom Helder Câmara e era o secretário regional, que queria formar uma pastoral rural em Cajazeiras, e isso aconteceu sem o bispo saber bem para o que era, achava que era só para estudar a Bíblia, para reunir as comunidades, e assim seguiram até 1988, quando os conflitos se acirraram e o bispo tomou conhecimento e fechou a



SUMÁRIO

pastoral rural. À revelia, o grupo se tornou a Comissão Pastoral da Terra do Sertão porque não podia ser de Cajazeiras. Os documentos foram assinados por outro bispo, Dom Gerardo Pontes, de Patos.

A pastoral rural logo começou a acompanhar a luta dos açudes públicos, pois, segundo ela, a política de seca não é de convivência, é de combate às secas, com a construção de grandes barragens e açudes, cuja propriedade de terras, e da água, continuava na mão dos mais abastados e as famílias pobres permaneciam em situação de exploração. Então a pastoral rural partia da luta pela terra, chegando a Bonito Santa Fé, Três Irmãos, Riacho dos Cavalos, depois Jericó, em 1991; esse é o começo da luta pela terra no sertão, a partir dos açudes públicos e com a negação do pagamento de renda aos proprietários, que tinham o estado paraibano, a imprensa e a justiça a seu favor. Alguns agricultores chegaram a ser presos em Catolé do Rocha e em Riacho dos Cavalos, e Socorro Gouveia chegou a ser detida, depois foi liberada.

Emergia a luta pela terra no sertão. E foi em um dia de reunião da CPT que viram uma notícia no jornal Correio da Paraíba, em que o INCRA anunciava quatro desapropriações no estado da Paraíba, e uma delas era a da fazenda Acauã. Os membros do grupo se organizaram e, numa madrugada, foram conhecer as terras da Acauã, e naquele dia já saíram com a data marcada, de 2 de dezembro de 1995, para a ocupação. Eram dez municípios articulados em uma mobilização que surpreendeu até a CPT nacional, entendida como um serviço, não uma frente de luta. A decisão foi tomada junto com as comunidades que ocuparam Acauã, com 25 famílias naquele momento. Por meio de apoiadores universitários, conseguiram publicar uma nota na imprensa, divulgando oficialmente a ocupação. Logo, já eram 140 famílias. A repressão não tardou a acontecer, com uma grande ação de despejo. Continuaram a luta em terra pública, até conseguirem o direito à terra privada. Foram despejados seis vezes. E Socorro, a cada dia, escapava de ser presa, diante de várias tentativas, pois sempre



SUMÁRIO

estava na mobilização para arrecadar alimentos, ou na imprensa. Superando inúmeros desafios, Acauã se tornou oficialmente assentamento no ano de 1996, e é morada de mais de 200 famílias, tendo se transformado em uma agrovila. O destaque da participação das mulheres é mencionado por Socorro Gouveia.

Com o envolvimento político, foi convidada a fazer parte do colegiado da CPT em Recife, onde passou a morar. O marido, sem conseguir trabalho na capital pernambucana, voltou à Paraíba, decidindo ficar em Acauã. Assim, tendo participado da luta como Comissão Pastoral da Terra, depois sua família também passa a ser assentada. Pouco tempo depois, Socorro voltou para o assentamento, onde permaneceu, como uma de suas lideranças mais reconhecidas, embora afirme que a liderança é sempre compartilhada entre os grupos.

Na política, Socorro trabalhou durante quatro anos com Frei Anastácio no mandato dele como deputado, coordenando o mandato no sertão. Depois, ela se engajou nas articulações do semiárido, discutindo a questão da convivência, sem a mesma lógica do combate à seca. Atuou na Central das Associações dos Assentamentos, da qual também foi membro-fundadora, e depois na ASA (Articulação Semiárido Brasileiro). Com problemas respiratórios, depois de 2014, Socorro passou a trabalhar somente na sua comunidade e no município. Sua terapia? Conversar muito e cantar na igreja. Além disso, fortalece o grupo de mulheres dentro de Acauã. Na sua visão, “a mulher sertaneja, quando ela toma consciência, sai de perto!”. Essa é uma história de paixão pela vida e pela diminuição das injustiças sociais. Socorro Gouveia, ou Corrinha, como era conhecida entre os companheiros e companheiras de luta, nos deixou em 2023, tendo semeado uma história de luta e resistência no sertão da Paraíba.

Ana Maria Veiga

Dayane Nascimento Sobreira

INDICAÇÃO DE LEITURA E ESCUTA:

OLIVEIRA, Giordan Silva de. **Caminhos da reforma agrária**: o processo histórico da reforma agrária no Alto Sertão paraibano, da luta pela terra à luta na terra (1985-2012). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

PODCAST PARAIBANAS. **Socorro Gouveia**. [Entrevista por Dayane Nascimento Sobreira e Ana Maria Veiga]. João Pessoa, 27 mar. 2022. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/5haClZt5qqijZoXT4W66II?si=a6de10fd83f44b05>. Acesso em: 25/04/2023.

VIANNA, Pedro Costa Guedes [et al.]. Conflito pelo uso da água no Canal da Redenção: caso do Assentamento Acauã – Aparecida - PB. VIII Simpósio de Recursos Hídricos do Nordeste, Gravatá, **Anais**, 2006.

S

OCORRO LIRA

(Maria do Socorro Pereira)

Batizada Maria do Socorro Pereira, nasceu em Brejo do Cruz, no sertão da Paraíba, em 1974. É filha de Benedita Pereira, artesã, e de José Cassimiro Neto, comerciante conhecido como Zé de Lira, de quem “catou” o nome artístico. No sítio onde a família vivia, Socorro foi tecendo uma afetuosa memória do cantarolar de Dona Bené. Com ela, e pelas ondas do rádio, as primeiras informações musicais lhe chegaram, do domínio popular ao som de artistas como Luiz Gonzaga, Marinês, Clara Nunes, Jackson do Pandeiro e



SUMÁRIO

Zé do Norte. Nessa época, nas idas à feira com a mãe, corria para as bancas de cordel, onde fazia pouso, lendo “causos” versados, que lhe ataram à poesia – uma das facetas do seu trabalho multiartístico. Assim, com música, versos e prosas, a sua poética vem lhe rendendo discos, livros e prêmios, no decorrer de uma carreira iniciada nos anos 2000. Pouco antes, em 1995, migrou para Campina Grande - PB, onde se graduou em Psicologia. Na universidade, movida pelo autodidatismo, apegou-se ao violão. Estudou técnica violonística e escrita musical, postas à expressão e manejo dos seus acordes. Dali em diante, para nosso ganho, encaminhou-se de vez para a música.

Poeta, compositora, intérprete, instrumentista, ativista e produtora cultural, lançou o seu primeiro CD em 2001. Desde *Cantigas*, descortina um trabalho poético e melódico, com xotes, toadas, sambas, canções e baiões. Igualmente, um trabalho brincante, com cirandas, maracatus e cantigas de ninar. Socorro Lira nos oferece uma produção atenta à busca por uma sociedade justa e inclusiva, seja na música que nos remete à grandeza da cultura popular, base da sua produção (e resistência) artística, seja no *Grão* que nos apresenta a muitos talentos, vindos de diferentes lugares, Brasil afora.

Na conjuntura que vivemos, em que as intolerâncias políticas e culturais são afirmadas, do álbum *Cantigas de bem querer*, lançado em 2003, destacamos um desafio que, recitado com firmeza, e em convite à reatividade, nos reporta à esperança: “Quem duvida que pipa de criança também lança por terra arranha-céu?”. Naquele mesmo ano, efetivou o projeto *Memória Musical da Paraíba*, merecedor de tantos aplausos. Idealizado e produzido por ela, o primeiro volume nos levou à Caiana dos Crioulos, uma comunidade remanescente de quilombo situada em Alagoa Grande - PB, marcada por uma vida em luta pela certificação do seu território. Sob uma circularidade dançante, no canto e na liderança das mulheres quilombolas, com cirandas, cocos de roda e outras

brincadeiras no terreiro, Caiana rendeu o terceiro volume do projeto – *Desencosta da Parede*, em 2007.

Nesse intervalo, migrou para São Paulo. Por lá, assentou a sua vida pessoal e consolidou a carreira. Em meio a uma vasta produção autoral, ladeada por muitas parcerias, nos trouxe suas pesquisas sobre a música e a poesia de Zé Marcolino e de Zé do Norte, reavivando a audição do nosso cancioneiro: *Pedra de Amolar* (2004) e *Lua Bonita* (2011) nos lembram a força de uma sala de reboco e das mulheres rendeiras.

Por seu ativismo, essa memória é somada a outros importantes projetos-conteúdos, que ampliam os espaços de inserção de muitos sujeitos, para nosso deleite e acalanto. Projetos que têm como continente a valorização da arte, em suas diferentes expressões. Especialmente daquelas que correm à margem da chamada indústria cultural e do consumo dos bens culturais por ela disponibilizados. Nesse âmbito, ressaltamos o Prêmio Grão de Música, nascido em 2009, sendo editado anualmente desde 2014. Voltado ao gênero canção, no trabalho da música sobre a poesia (e vice-versa), de maneira plural, esse prêmio possibilita a promoção de artistas e compositores e a projeção de produções independentes de todas as regiões do País.

Os álbuns *Intersecção – a linha e o ponto* (2006), *As líras pedem socorro* (2007), *No terreiro da casa de mãe Joana* (2009) e *Cores do Atlântico* (2010) integram o seu repertório. Com este último, musicou o canto de mulheres que viveram e produziram cultura na medievalidade ibérica, com suas cantigas de amigo, resguardadas por tradição oral. Aqui, o preciosismo do fazer pesquisado, mais uma vez, confere destaque ao trabalho da artista. Em seguida, *Singelo tratado sobre a delicadeza* (2013) acompanha a poesia de Lia Luft. *O samba do Rei do Baião* (2014) homenageia Luiz Gonzaga. *Amazônia, entre águas e desertos* (2015) converge para Gaia, inspirando-se na floresta



SUMÁRIO

e em seus povos, ecoando o necessário apelo de *Deixa viver*. *Chama* (2020) e *As cigarras* (2022) também compõem a sua obra, sempre amparada nos arranjos primorosos de Jorge Ribas. Toda essa ampla e diversa discografia está disponível em plataformas e aplicativos de *streaming* musical.

Disposta ao estudo e à visibilização de artistas e escritoras, com influência de Maria Valéria Rezende e Susana Ventura, deu ensejo ao projeto *A Viva Voz*, a partir do qual se debruça sobre o trabalho de mulheres brasileiras que viveram, escreveram e publicaram entre os séculos XIX e XX. Com a sua música, no *Mulherio das Letras* ou em outros espaços, Socorro Lira aviva as vozes de escritoras negras, remetendo-nos aos seus lugares de (re)existência, aproximando-nos das suas reflexões. Em *Cantos à Beira Mar* (2019) ela nos reporta, em cena musicada, à poetisa e romancista maranhense Maria Firmina dos Reis (1822-1917). No segundo volume do projeto, com *Noturno* (2022), nos presenteia com a poesia da paulista Ruth Guimarães (1920-2014). Com esse pertinente contributo, reage ao silenciamento de escritas talentosas e necessárias.

Em sua caminhada, o apego juvenil à poesia sentou praça em Socorro Lira, que publicou os livros *Aquarelar* (2007), *A pena secreta da asa* (2015) e *Da perspectiva das orquídeas* (2018). Igualmente, nos trouxe um livro-CD infantil, *A Língua que a gente fala* (2018). Em 2020, lançou-se em mais um desafio, dispondo-se à feitura do primeiro romance: *Falar dos meus amores invisíveis*.

Feito ave de arribação, em sua inquietude criativa, segue viagem. Do sertão para o mundo, percorreu o Brasil e a América. Cruzou o Atlântico. Em seu trabalho, consigo e em parcerias, desdobrou-se em Liras, em compromisso com a cultura popular e com a vida, notadamente das mulheres.

Nesse caminhar, na confluência espaço/tempo, reafirma conexões com as suas raízes sertanejas, cultivando, em Brejo



SUMÁRIO

do Cruz, preciosos grãos mirins. Daí adveio, em 2011, o Espaço Mata Branca, que reúne crianças, adolescentes e educadores populares com o propósito de fazerem artes. Anualmente, como parte do calendário de atividades do Mata Branca, é organizado um encontro de contadoras e contadores de história, o *Capôra*. O evento é aberto à comunidade local, envolvendo, especialmente, a criançada. Na programação, contações de histórias, peças teatrais, oficinas de artesanato, feiras de livros, troca de saberes e muita brincadeira.

Expresso na música e em outras manifestações e projetos, o engajamento de Socorro Lira teve início nos anos de 1980, ao participar da Pastoral da Juventude do Meio Popular, um movimento de articulação social e de formação política, que atuava em sua cidade natal. O reencontro com o meio popular, com os movimentos de mulheres ou outros movimentos organizados na militância pela sociedade de direitos, certamente, adensa a nossa resistência individual e coletiva. Como artista, Socorro Lira exerce essa pauta e, com lirismo, nos impele para ela!

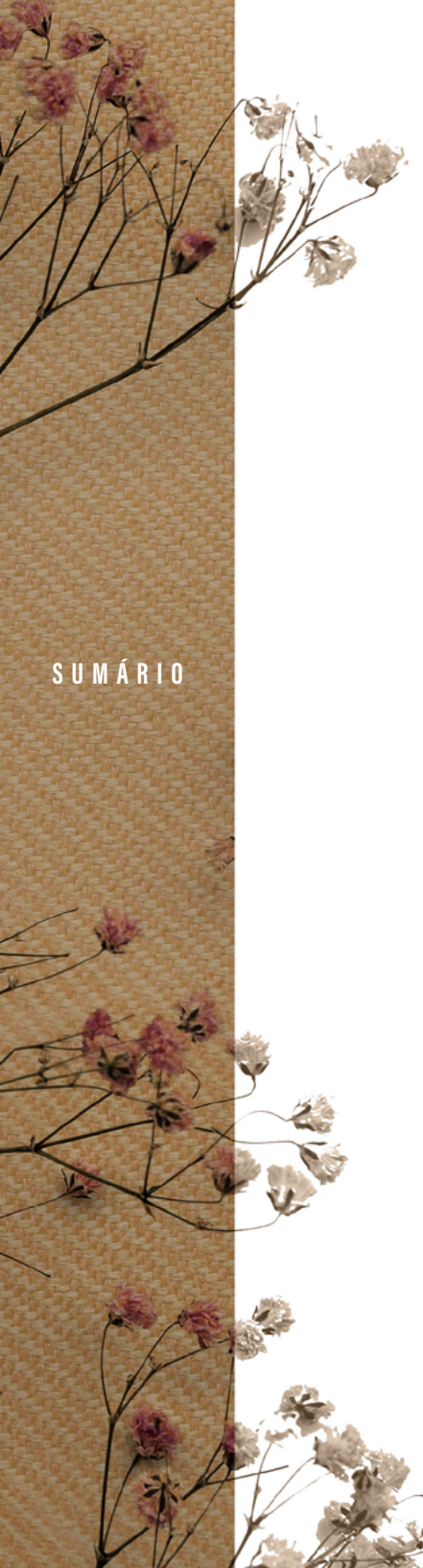
Josineide Bezerra

Luciana Araújo

INDICAÇÃO DE LEITURA

DINIZ, Augusto. Socorro Lira recupera poemas de autoras “silenciadas” pela história. **Carta Capital**, 28 dez. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cultura/socorro-lira-recupera-poemas-de-autoras-silenciadas-pela-historia/>. Acesso em: 15/03/2022.

GUEDES, Linaldo. Socorro Lira e os cantos para não se calar. **Os gudes**, 27 nov. 2019. Disponível em: <https://www.osguedes.com.br/2019/11/27/socorro-lira-e-os-cantos-para-nao-se-calar/>. Acesso em: 17/03/2022.



MEMORIAL DE MARIA FIRMINA DOS REIS. Cantos à beira-mar: Socorro Lira canta Firmina. [Entrevista concedida a Luciana Diogo]. **Revista Firminas – Pensamento, Estética e Escrita**, 14 abr. 2019.

SOLANGE ROCHA

SUMÁRIO

Solange Rocha se autodefine como “professora ativista”, entendendo a educação formal como uma ferramenta de luta. De fato, ela mesma utilizou essa ferramenta: Solange é uma mulher negra, nascida em uma família da classe trabalhadora paranaense e passou por todas as etapas possíveis da educação formal, incluindo a pós-graduação e o pós-doutorado. Atualmente, se dedica à pesquisa, ao ensino e ao ativismo de mulheres negras, tendo como recorte temporal o século XIX.

Solange Rocha nasceu em Londrina, no Paraná, na década de 1960. Ajudou a família no manejo doméstico, cuidando dos irmãos. Desde criança, tinha uma paixão pela leitura e pelo estudo. Mas teve que enfrentar o racismo já na escola. Apesar da paixão pelos estudos, por causa de uns momentos de rebeldia juvenil, teve que repetir a sétima série escolar. Ela se lembra desse momento como uma tomada de consciência: dali em diante, decidiu se dedicar ao máximo aos estudos, compreendendo que só assim poderia escapar do ciclo de pobreza pelo qual as gerações da sua família passaram desde o período pós-abolição.

Nos anos 1980, Solange se interessou pelo movimento negro, tendo se juntado ao Grupo de União e Consciência Negra



SUMÁRIO

(GRUCON). Dentro do grupo, encontrou um espaço para estudar e debater a posição das pessoas negras, o racismo e a resistência negra no Brasil. Inspirada, pela participação no GRUCON, nas leituras de Abdias do Nascimento, Clóvis Moura e Angela Davis (entre outros), e na própria experiência vivida, Solange Rocha decidiu estudar Ciências Sociais, querendo focar suas pesquisas nas relações étnico-raciais. Ela estudou primeiro na Universidade Estadual de Londrina, depois na Universidade Federal de Campinas, antes de se mudar para João Pessoa, em 1989, já com um filho de poucos meses. Na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), finalizou os estudos de graduação, agora em História, formando-se em 1992. Logo depois, exerceu o cargo de professora da educação básica, implementando projetos de ensino voltados à consciência racial.

Em 1993, cursou a pós-graduação em Organização de Arquivos na Universidade de São Paulo. Em 1997, voltou para a Paraíba. Ainda nos anos 1990, também começou a participar no Movimento de Mulheres Negras, particularmente da Bamidelê – Organização de Mulheres Negras da Paraíba. Inspirada na trajetória intelectual e no ativismo de Lélia Gonzalez, decidiu pesquisar a história das mulheres escravizadas, no mestrado. Ganhou o Primeiro Prêmio Literário e Ensaístico de uma organização de mulheres negras chamada *Criola*, resultando na publicação do ensaio dentro de um livro dedicado à Lélia Gonzalez, em 1998. Já mãe pela segunda vez, produziu a dissertação de mestrado intitulada *Na trilha do Feminino: condições de vida de mulheres escravizadas na província da Paraíba (1828-1888)*, defendida em 2001 na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Em 2003, começou os estudos de doutorado, também na UFPE, com bolsa da Fundação Ford e fazendo intercâmbio com a Universidade Federal Fluminense. Ganhou o I Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), em 2006. Defendeu a tese de doutorado, *Gente Negra na*



SUMÁRIO

Paraíba Oitocentista: população, família e parentesco espiritual, em 2007, tendo ganhado o prêmio de melhor tese pela Associação Nacional de História (ANPUH-Brasil), em 2009. A tese foi publicada, subsequentemente, como livro pela editora da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp). Logo depois, Solange Rocha foi nomeada professora de História da Universidade Federal da Paraíba. Como professora da UFPB, em 2011, fez parte da comissão que instaurou o Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI), abrindo um espaço transdisciplinar de estudo, pesquisa, extensão e de ativismo na universidade. Entre 2016 e 2019 publicou, junto com o historiador Matheus Guimarães, a *Coleção Afro-Paraibana: Travessias Atlânticas e a Paraíba Afro-Diaspórica*, com três livros digitais disponibilizados pela Editora da UFPB. Tanto no papel de pesquisadora, quanto de ativista, tem organizado dezenas de eventos e vários livros e jornais. Tem participado como coordenadora do Laboratório de História e do NEABI, também do curso de História. Foi vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História entre 2015 e 2017, e coordenadora de 2017 a 2019.

Solange Rocha é reconhecida nacionalmente, tendo também colaborações internacionais, nas trocas e diálogos com pesquisadoras e pesquisadores estrangeiros. Foi coinvestigadora em duas bolsas da Biblioteca Britânica, colaborando com a Universidade Vanderbilt para digitalizar documentos históricos de João Pessoa, Mamanguape e São João do Cariri, em um projeto que durou sete anos. Em 2019, foi convidada para apresentar a sua pesquisa sobre a luta racial no Brasil na Universidade de Birmingham, no Reino Unido. Em 2020, fez pós-doutorado na Universidade de Coimbra, Portugal, no Centro de Estudos Sociais (CES).

Entre os vários livros publicados por Solange Rocha, destacamos: *Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual* (Editora da Unesp, 2009); com Matheus



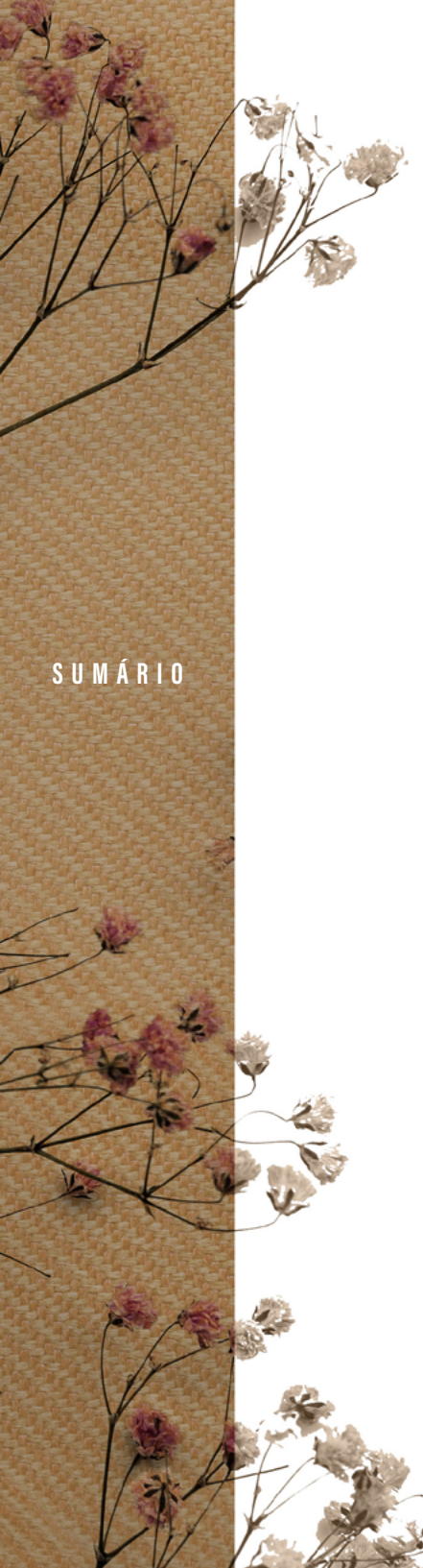
SUMÁRIO

Guimarães, *Conexões, conhecimentos e saberes* (Editora da UFPB, 2019) e *A Paraíba no pós-abolição e no tempo presente* (Editora da UFPB, 2018); *Experiências históricas da gente negra na diáspora africana* (Editora da UFPB, 2018); com Isabel Cristina Ferreira dos Reis, *Diáspora africana nas Américas* (Fino Traço/UFRB, 2016); com Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano, *Sociedade e Cultura no Brasil Oitocentista* (Editora da UFPB, 2015); e com Cláudia Engler Cury, *Culturas e Sociabilidades no Oitocentos* (Editora da UFPB, 2011). Também publicou diversos artigos acadêmicos e ensaios, apresentando suas pesquisas nacional e internacionalmente. Atualmente, continua trabalhando na UFPB e morando em João Pessoa – cidade que escolheu para sua vida e militância política. Na atualidade, Solange Rocha se dedica ao ensino e à pesquisa da história paraibana, sempre oferecendo o apoio necessário aos estudantes de História e do NEABI, como também aos movimentos sociais e às mulheres negras paraibanas em geral. Os projetos dela visam facilitar o acesso à informação, publicando livros em formato digital e disponibilizando imagens de documentos históricos na internet para que qualquer pesquisadora, seja universitária ou não, residente na cidade ou no campo, possa acessar, de maneira gratuita. Assim, Solange tem contribuído com o grande presente de facilitar a leitura, o estudo, as lembranças e a escrita da história das mulheres negras na Paraíba.

Courtney J. Campbell

INDICAÇÃO DE LEITURA:

ROCHA, Solange Pereira da. Fazendo gênero entre teorias ativistas. **Revista da ABPN**, Curitiba, v. 13, n. 35, p. 188-213, 2021.



ROCHA, Solange Pereira da. **Gente negra na Paraíba oitocentista**: população, família e parentesco espiritual. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

SILVA, Júlio Cláudio da; FARIAS, Cláudia Maria de; SANTOS, Joceneide Cunha dos. Entrevista com Solange Pereira da Rocha. **Canoa do Tempo**, Manaus, v. 14, p. 1-14, 2022.

S

ORAIA JORDÃO

(Soraia Jordão Almeida)

SUMÁRIO

Natural de Congo, no Cariri Ocidental da Paraíba, Soraia Jordão nasceu em 1963. É filha de Maria Elisa Jordão Almeida e Francisco de Assis Almeida, que juntos tiveram mais cinco filhos e filhas: Honória, Simone, Maria Teresa, Francisco e Antônio. Possui licenciatura em Psicologia pela, à época Universidade Regional do Nordeste, a URNE, hoje Universidade Estadual da Paraíba, e formação em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba. É mestra em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba, tendo defendido, em 1999, a dissertação *Meninas-Moças: olhares de um corpo*. Viveu sua infância e adolescência entre Congo e Campina Grande. Ainda na URNE teve contato com o feminismo e com metodologias dialógicas. Em 1984 participou da criação do Grupo Raízes, formado por alunas do curso de Psicologia, estimuladas pelo Grupo de Mulheres de Campina Grande, integrado por professoras universitárias, algumas provenientes do exílio no contexto de ditadura civil-militar no Brasil. Foi uma das fundadoras do grupo junto com Vilma Maria Martins Vaz, Margareth Rose Lima de Souza, Gilberta Santos Soares, entre outras.



SUMÁRIO

Com uma atuação em rede, a partir do contato com o grupo SOS Corpo, de Recife, o Grupo Raízes teve uma atuação marcante entre os anos de 1984 e 1992, com mulheres do meio popular, trabalhadoras rurais, domésticas, mulheres que lutavam pela moradia no espaço que hoje é o bairro das Malvinas, pelos direitos reprodutivos e por políticas públicas de saúde. Parte desse trabalho era realizado através dos chamados *grupos de reflexão*, marca do movimento feminista naquele momento. Já em 1984 participou do 7º Encontro Nacional Feminista, realizado em Petrópolis-RJ, um marco em sua vida. “Do primeiro encontro feminista não tem volta”, disse ela (ALMEIDA, 2014), voltou à Paraíba sabendo que já não era mais a mesma. Na UFPB, e a partir do seu estágio de graduação na área de Psicologia Social, integrou o grupo de trabalho e extensão Mulher e Favela, composto por orientandas da professora Rosa Maria Nader e que atuava junto a comunidades periféricas da cidade de João Pessoa.

Da reunião do trabalho desses grupos em João Pessoa e Campina Grande, respectivamente, em fins da década de 1980, e também impulsionadas pelos esforços da professora Eleonora Menicucci e suas alunas da área da saúde, criou-se, inicialmente, o grupo denominado Coletivo Lilás, que posteriormente tornou-se a ONG feminista denominada Cunhã Coletivo Feminista, fundada em 1990. A priori, a atuação de Soraia Jordão na Cunhã Coletivo Feminista, em processo de estruturação, coincidia com seu trabalho no Instituto de Educação da Paraíba – IEP, atuações que se encontravam, pois muitas normalistas participavam dos grupos de reflexão, cujas técnicas de vivências subjetivas também as aproximavam do feminismo e que já apontavam para a pluralidade de públicos da ONG recém-criada. Posteriormente, iniciou um trabalho com mulheres profissionais do sexo, que envolvia formação e pesquisa, e temas como violência contra as mulheres, direitos sexuais e reprodutivos, prevenção do HIV/AIDS, bem como defesa dos direitos das crianças e adolescentes, o que acabou desembocando em sua pesquisa de mestrado em Serviço Social e na coordenação de diversos projetos com educadores populares.



SUMÁRIO

Em 2000, compôs a comissão organizadora do 13º Encontro Nacional Feminista, realizado em João Pessoa. De 2007 a 2017 esteve envolvida em projetos com mulheres e grupos de mulheres de diferentes ramos produtivos, no Cariri e litoral do estado, com foco na geração de renda e autonomia econômica das mulheres. Dentre esses grupos estavam rendeiras, pescadoras, agricultoras familiares, marisqueiras. Em seu maior número estavam as rendeiras, cujo produto, a renda renascença, é patrimônio cultural do Cariri, de onde Soraia Jordão também é natural. Em 2015 acompanhou um grupo de dez delas que desfilaram na São Paulo Fashion Week, o maior evento de moda do Brasil e o mais importante da América Latina, expondo a coleção de inverno da estilista Fernanda Yamamoto, que elas auxiliaram na produção.

Ao longo da história da Cunhã, coordenou projetos e foi uma das suas coordenadoras executivas. Manteve-se envolvida no seu fortalecimento interno, administrativo, bem como formativo da instituição. De 2018 a 2019 esteve à frente da Casa Abrigo Aryane Tays, vinculada à Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana, uma das experiências mais marcantes na sua trajetória profissional e política. Hoje aposentada, é coordenadora de articulação política da Associação dos Moradores e Ambientalistas do Jardim Oceania – AMJO, organização que atua na área ambiental, fortalecendo questões como a sustentabilidade urbana no bairro onde reside (ALMEIDA, 2022). Soraia Jordão mora em João Pessoa e integra a rede de colaboradoras da Cunhã Coletivo Feminista. Aparentemente tímida, mas sempre aberta ao diálogo, sua história nos mostra uma intensidade feminista potente, afetuosa e dinâmica, que se fez (e se faz) do Cariri ao litoral e em prol dos direitos das mulheres, de sua própria autonomia – e de outras.

Dayane Nascimento Sobreira

INDICAÇÃO DE LEITURA:

SOBREIRA, Dayane Nascimento. Entre devires, conexões e feminismos. XII Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades, Campina Grande - PB. **Anais**, 2016.

SOBREIRA, Dayane Nascimento. O movimento feminista em Campina Grande - PB entre a história e a memória (1982-1992). IX Seminário Internacional de Direitos Humanos da UFPB: desafios e perspectivas da democracia na América Latina, João Pessoa - PB. **Anais**, 2016.

SOBREIRA, Dayane Nascimento. **A Cunhã Coletivo Feminista**: subjetividade, história e feminismo na Paraíba (1990-2015). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

TANIA MARIA DE SOUSA

Tania Maria de Sousa, filha dos camponeses Josefa Alves e Sebastião João de Sousa, nasceu em 9 de março de 1964, na Fazenda Gendiroba no município de Mari, Paraíba, Brasil. Na adolescência participou do grupo de jovens da paróquia da cidade de Sapé - PB, de movimento estudantil, foi catequista e animadora da comunidade. Na sequência, foi monitora de Educação de Jovens e Adultos pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAF de 1978 a 1980; lecionou na escola mista rural no período entre 1979 e 1984; foi monitora de Educação de Jovens e Adultos (EJA), com o método Paulo Freire, pelo Serviço de Educação Popular (SEDUP), no período entre 1984 e 1987.



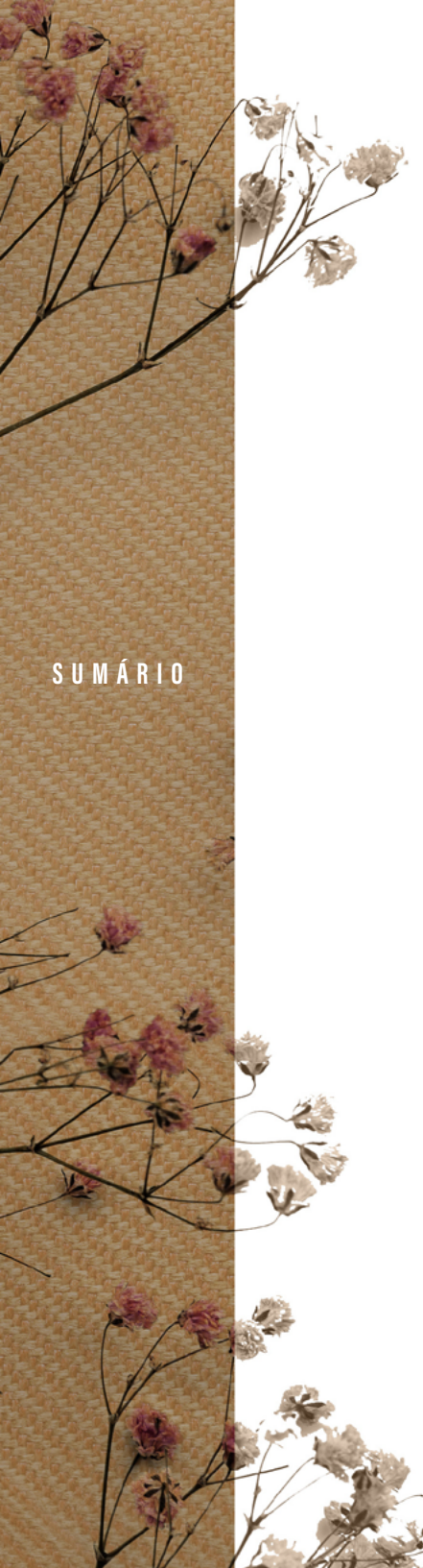
SUMÁRIO

Em 1989 ingressou na Congregação das Irmãs Franciscanas de Santo Antônio (para uma “vida religiosa”) e se deslocou para o estado de Alagoas para realizar sua formação, por um período de três anos. Em 1992, voltou para a Paraíba e foi morar na paróquia de Alhandra com mais três irmãs, da mesma Congregação. Nessa paróquia inicia a experiência de trabalhar com camponeses e camponesas, participando da Comissão Pastoral da Terra (CPT) como estagiária. Como animadora pastoral, foi integrante do conselho e da coordenação de pastoral da arquidiocese no final do pastoreio de Dom José Maria Pires e durante o pastoreio de Dom Marcelo Pinto Carvalheira. Atuando em alguns municípios com áreas de conflitos agrários. Dentre eles: Conde, Caaporã, Pitimbu, Alhandra, São Miguel de Itaipu, Mogeiro, Itabaiana, Cruz do Espírito Santo e Sapé.

Sua trajetória esteve voltada para o desenvolvimento humano do campesinato paraibano, tendo contribuído para que, em 2019, segundo dados do INCRA, existissem na Paraíba 320 “Projetos de Assentamento da Reforma Agrária”, a maior parte deles oriunda desse processo de lutas de camponeses e camponesas, com apoio da Comissão Pastoral da Terra.

Como agente pastoral e na direção da CPT, assistiu antigos engenhos serem desapropriados e as “casas grandes” se transformarem em sedes de assentamentos da Reforma Agrária, potencializando a agricultura familiar camponesa no estado da Paraíba. É importante registrar que as escolhas para a coordenação da Comissão Pastoral da Terra são realizadas através de assembleia, por regiões. Na região “Nordeste II”, Tania Maria de Sousa foi eleita para assumir o cargo de coordenadora, em mandato de dois e três anos na 10ª Assembleia (1999), 14ª Assembleia (2010), 16ª Assembleia (2016), 17ª Assembleia (2019) e 18ª Assembleia (2021).

Iranice Gonçalves Muniz



SUMÁRIO

INDICAÇÃO DE LEITURA:

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Relatórios dos Conflitos de Terra**. Goiânia: CPT, 1995 a 2020.

MUNIZ, Iranice Gonçalves. **Protagonista de um sonho: Desafio da Assessoria Jurídica no Campo**. João Pessoa: IMPREL, 2000.

T TERESA DE JESUS MEDEIROS

Teresa de Jesus Medeiros nasceu no dia 15 de outubro de 1911, na cidade de Santa Luzia de Sabugy (PB). Filha de Anna América de Brito Guerra (Donana) e de José Joviano de Medeiros (Zezé Medeiros), viveu praticamente toda sua vida na cidade de origem, onde é bastante conhecida não somente por ter se tornado uma referência como a primeira fotógrafa paraibana, mas também pelo seu envolvimento com instituições escolares e por sua forte atuação religiosa cristã. Mesmo fazendo parte de uma prole composta de 17 irmãos (apenas sete viveram até a idade adulta), ela descreve sua infância como tendo sido solitária, afetada pela ausência do convívio com os pais e irmãos. Ainda em 1914, quando Teresa tinha apenas três anos de idade, seu pai e parte de sua família nuclear passaram a residir na cidade de Patos (PB), isso em decorrência da nomeação dele para assumir o cargo de agente fiscal da Mesa de Rendias. Devido aos muitos afazeres domésticos de sua mãe e, sobretudo, os cuidados com filhos menores, Teresa foi morar na Fazenda Fechado, propriedade de seu avô paterno, onde ficou aos cuidados de Lia, sua



SUMÁRIO

irmã mais velha e recém-casada. Ao rememorar esse período, ela relata quão raras eram as visitas do pai, por vezes, acompanhado de um outro irmão e que, somente aos sete anos de idade, fora levada para rever sua mãe e outros irmãos (Medeiros, 2003).

Teresa chegou a estudar pouco mais de um ano no internato do tradicional Colégio das Neves, situado na capital paraibana, mas o contexto familiar financeiramente desfavorável e ocorrências como o sarampo fizeram-na retornar a Santa Luzia, tendo aí finalizado o curso primário. Em 1941, por volta dos 30 anos, ela foi para o convento pertencente à Congregação Franciscana de Nossa Senhora do Bom Conselho, em Recife (PE), mas não concluiu o noviciado por problemas de saúde (Medeiros, 2006). Certamente, a experiência vivida no convento e a relação próxima aos párocos de sua cidade durante a infância e adolescência, despertaram-na para devoção por toda vida, como sugerido em seu livro, *A Matriz de Santa Luzia na Minha Vida* (2003), no qual escreve sobre sua relação com a igreja matriz da cidade e apresenta um detalhado histórico acerca dos padres que por lá atuaram.

É possível identificar uma personalidade inquieta, inteligente, astuta e até contraditória na pessoa de Teca, nome pelo qual também é conhecida por familiares e amigos. Apesar de ter assumido uma postura bastante conservadora, obediente aos preceitos religiosos, envolveu-se em várias atividades que destoavam de sua condição de mulher solteira de uma cidade pequena, ainda na primeira metade do século passado. Fotógrafa obstinada, religiosa praticante e escritora memorialista, ela sempre preservou sua independência financeira. Além do trabalho como fotógrafa, a jovem Teresa administrou um pequeno comércio, mantendo um armazinho voltado para vendas de bijuterias, papelaria e artigos religiosos; foi professora pública e, após ser exonerada por questões políticas, abriu uma escola em sua própria casa, ministrando aulas para meninos e meninas ainda na década de 30 (Medeiros, 2006). A partir de 1971, com a morte de seu pai, passa a dirigir o espólio da Fazenda



SUMÁRIO

Olho D'Água de Santo Agostinho. Como nunca se casou, suas várias atividades demonstram não somente uma preocupação em manter o próprio sustento, mas também apreço por uma certa condição de liberdade conquistada através da autonomia financeira.

A sua lida no ramo da fotografia começa em 1933, quando Teresa recebe como presente de seu irmão Izidro, uma máquina fotográfica modelo caixão e ensinamentos básicos sobre o seu manuseio. Logo busca se aperfeiçoar através de um curso de fotografia por correspondência, tornando-se a única paraibana a exercer essa função naquele período. Começa por “bater fotos” da família e, em seguida, retratos de pose dos habitantes locais e dos municípios vizinhos. Pois, por ocasião do processo eleitoral de representantes para a formação de Assembleia Constituinte em 1934, ela recebe a incumbência de tirar retratos para o documento de Título de Eleitor de homens e também de mulheres, uma vez que estas também conquistaram o direito ao voto a partir de 1932, conforme decreto de lei no governo de Getúlio Vargas.

Inicialmente, suas fotografias eram reveladas na cidade de Campina Grande (PB), no estúdio de Euclides Villar. Somente no final dos anos 40, quando da chegada dos fotógrafos Seu João Araújo e João Silva, ela passa a revelar as fotografias em sua própria cidade e deixa de enviar os filmes para Campina Grande (Lira, 1997). Posteriormente, adquiriu dos mesmos fotógrafos uma máquina manual para revelar, podendo agora completar todo o ciclo de produção dos retratos. Tentando manter-se independente e/ou para não demonstrar fraqueza diante de seus concorrentes, Teresa recorre ao curso por correspondência visando melhor especialização, pois, como ela própria afirmara, era seu desejo aprender sozinha aquela arte e sem ajuda dos fotógrafos (Lira, 1997).

Assim, não é difícil imaginar aquela moça de 20 anos, de estatura baixa e inquieta, como a descrevera o pároco local, Zé



SUMÁRIO

Borges (Medeiros, 2003), espreitando as imagens e as novidades à sua volta, enquanto circulava pelas ruas de Santa Luzia. Não somente os habitantes da cidade, mas também os dos municípios vizinhos, a procuravam para os serviços de retratista. Segundo Bertrand Lira (1997), é possível que suas fotografias constem ainda hoje em muitos álbuns de famílias, pois muitos personagens e temas foram capturadas por Teresa, que durante muitos anos, foi a única fotógrafa local, fotografando vários eventos festivos religiosos e escolares, incluindo também desfiles de 7 de setembro e obras públicas.

Realmente, Teresa de Jesus deixa entrever em suas memórias como as paisagens da cidade e das imagens de muitos de seus personagens ilustres e comuns foram alvos de suas lentes e de seu olhar curioso. Das comemorações ocorridas na Semana Santa em 1935, atendendo ao pedido do pároco recém-chegado à matriz, ela afirma ter fotografado a cerimônia e a lapinha de Natal. Também é possível observar essa sua intensa atividade de retratar pessoas, coisas e lugares, quando atende a um outro religioso que estava finalizando seus trabalhos em Santa Luzia, no começo da década de 60, para que ela retratasse o monte, os açudes e outros pontos específicos da cidade (Medeiros, 2003).

Teresa morreu em 26 de dezembro de 2007. Seu gosto pela preservação da memória histórica se traduz na escrita de um outro livro, editado um ano antes de seu falecimento, sobre a genealogia da família Medeiros, intitulado *Porque sou Medeiros*. A quarta capa do livro apresenta uma fotografia da autora com a idade de 95 anos, cabelos alvos e presos, roupa bem composta e feição séria. Na imagem, ainda que seu corpo revele os sinais do longo tempo vivido, ela dirige um olhar firme para o espectador enquanto segura, orgulhosamente, sua antiga máquina-caixão.

Maria do Socorro Cipriano

INDICAÇÃO DE LEITURA:

LIRA, Bertrand de Souza. **Fotografia na Paraíba:** inventário dos fotógrafos através do retrato (1850-1950). João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1997.

MEDEIROS, Mário Ferreira. **A Promessa**. Santa Luzia, 31 jul. 2010. Disponível em: <https://marioferreira90.blogspot.com/2010/07/promessa.html>. Acesso em: 20/08/2023.

MEDEIROS, Teresa de Jesus. **Porque sou Medeiros**. Santa Luzia: Editora Universitária da UFPB, 2006.

MEDEIROS, Teresa de Jesus. **A Matriz de Santa Luzia na Minha Vida**. Santa Luzia, 2003. Disponível em: <https://marioferreira90.blogspot.com/2010/11/matriz-de-santa-luzia-na-minha-vida.html>. Acesso em 24/09/2023.

T

ERLÚCIA SILVA

(Terlúcia Maria da Silva)

Da união da Senhora Maria Batista da Silva com o Senhor José Francisco da Silva foram geradas oito pessoas, classificadas entre feminino e masculino e a quinta foi a menina batizada e registrada em cartório por Terlúcia. Nasceu em Natal - RN, no dia 16 de janeiro de 1973 (uma terça-feira), às primeiras horas da manhã (04h00) pelas mãos da parteira “Mãe Dorinha”. Um parto tranquilo, segundo a mãe biológica e sem a presença do pai, pois à época os homens não participavam deste momento. Terlúcia encara a vida como uma festa que requer vigilância e cuidado com as vidas, e nessa



SUMÁRIO

concepção gosta do dia e hora do seu aniversário por ter o dia inteiro para celebrar. Não conheceu o avô paterno, Seu João e nem tem lembranças de sua avó paterna, “Mãe Chiquinha”, que partiu quando tinha 3 anos de idade, mas cresceu ouvindo que possuía semelhança com esta avó no tocante à aparência.

Durante a sua infância usufruiu do carinho e dos cuidados da avó materna, “Mãe Zefa”, que morava na mesma casa. Partiu há 19 anos. Para cada neta e neto, esta vó destinava um apelido carinhoso: “minha rosa”, “minha bonita”, “minha moça”, “minha nêga”. Assim, a diferença da cor de pele de Terlúcia a fazia ser “minha nêga” e também o seu irmão, “meu nêgo”. Esta prática discriminatória no seio familiar era uma discriminação positiva, não funcionava para a exclusão. Do contrário, era carregada de afeto. Diferente ocorrência se dava na escola, espaço no qual a discriminação negativa era marcadamente acentuada, principalmente quando se tratava de atender ao padrão estético, sobretudo em data junina, momento cultural muito valorizado no Nordeste brasileiro e se faz nas atividades escolares, quando se faz eleição para a rainha do milho. Terlúcia nunca foi considerada “bonita” o suficiente para ser a rainha do milho, ainda que fosse uma das meninas que mais vendia os “carocinhos de milho” para a escolha. Não correspondia a uma representação de rainha!

Não identifica ter na infância definidores para a sua postura crítica e ativa de mulher negra, mas traz na memória que sofreu discriminação racial e tem lembranças pontuadas por seus fenótipos visíveis, o de ser uma menina “moreninha”, e, assim, diferente das duas irmãs que tinham peles claras.

Mesmo nascendo na capital do estado, só ingressou na escola formal aos nove anos de idade pelo fato da distância geográfica e de não ter quem a acompanhasse no trajeto. Assim, aprendeu a ler bem cedo, dentro de casa, com a ajuda da irmã, Tânia.



SUMÁRIO

Até a terceira série do ensino fundamental estudou em uma escola beneficente (era instituição pública, mantida pela Igreja Católica), localizada num bairro próximo à residência. Na quarta série, ingressa em uma escola particular localizada no centro da cidade, como bolsista. A partir de então, foi tendo contato com pessoas de diferentes bairros da cidade de Natal. Começa a trabalhar no setor do comércio na adolescência e por este motivo cursa o restante do fundamental e médio em diferentes escolas públicas, pois as matrículas ficavam condicionadas ao fator da proximidade do local de trabalho.

No período da adolescência, fez capoeira e cursou teatro com o ator e diretor Jesiel Figueiredo, chegando a estreiar uma peça infantil no teatro com o mesmo nome do referido ator. Ainda nessa fase atuou no movimento estudantil em Natal e articulava as adolescentes da comunidade Nova Jerusalém para participarem de ações preventivas na unidade de saúde, chegando a ser representante da comunidade no posto de saúde, eleita pelas pessoas do bairro. Nessa época, em contato com a assistente social do posto, descobre ser esta a sua vocação profissional. Em paralelo, desenvolve uma atuação forte na comunidade como catequista de crianças e jovens e conhece a Pastoral de Juventude do Meio Popular-PJMP da igreja católica em que trabalhava, na perspectiva não só religiosa, mas também social.

No percurso da vida, a observação e a própria experiência a levam a escolher trabalhar de forma coletiva contra a desigualdade social, e assim opta pela vida religiosa e entra em iniciação para ser freira. Presta vestibular no final do ensino médio, é aprovada na primeira fase, mas por estar em preparação para o ingresso em congregação cristã desistiu de fazer a segunda fase do certame acadêmico.



SUMÁRIO

Tornou-se freira na Congregação Irmãs da Divina Providência e viveu nesta condição por dez anos. Durante este tempo o pertencimento racial, já sinalizado na infância, pelos atos sofridos de discriminação racial e vivência na PJMP foi se constituindo, juntamente com a indignação diante das diversas desigualdades. Mesmo no convento, seguia atuando na perspectiva social com inserção nos diferentes movimentos nas cidades por onde passou. Deixando o convento, em 2006, dá continuidade à vida de militante ativa, compreendendo que na desigualdade social estavam incorporados os componentes racial e de gênero. Desde então, tornou-se uma das mulheres de reconhecida referência no enfrentamento ao racismo e às violências contra as mulheres. Neste sentido, integrou a Bamidelê – Organização de Mulheres Negras na Paraíba; cofundou a Abayomi – Coletiva e Mulheres negras na Paraíba; fez graduação em Serviço Social na Universidade Federal da Paraíba – UFPB, concluindo com a monografia “A Cor da Violência: mulheres negras e violência doméstica no município de João Pessoa - PB”; fez mestrado em Ciências Jurídicas na UFPB, na área de concentração em Direitos Humanos, finalizando com a elaboração da dissertação intitulada: “A Violência de Gênero e suas Interfaces com o Racismo: os desafios da articulação de gênero e raça”.

A Paraíba passa a ser o seu “estado-abrigo” e João Pessoa, a sua “cidade-mãe” e diante dos serviços prestados, notadamente à sociedade pessoense, recebeu alguns reconhecimentos, como o prêmio Mulheres Fazendo História – Patrimônio da Cidade da Prefeitura Municipal de João Pessoa/PB (2010); a Comenda “Yanassô – Akala – Adetá” (Mulheres Empoderadas), do Ile Asê Odenita (2016); o Diploma Mulher Cidadã Ednalva Bezerra, da Câmara Municipal de João Pessoa (2018); e o título de reconhecimento Buyin Dudu – Recontando nossas Histórias, da Abayomi – Coletiva de Mulheres Negras na Paraíba (2019).



SUMÁRIO

Terlúcia Silva, dotada de um alto espírito analítico, enriquecida com os preceitos científicos de pesquisadora, exercitando a “paciência dinâmica” e abrigando um sentimento humanitário incommensurável, atua nos movimentos sociais feministas e de mulheres negras; concebe e desenvolve projetos de intervenção social focando adolescentes, jovens e mulheres negras quilombolas e periféricas; participa de organizações não governamentais; trabalha em setores governamentais relacionados ao atendimento e prevenção à violência contra as mulheres; e exerce a cidadania de mulher negra em sessões de organismos de controle social das políticas públicas, como os Conselhos.

A menina potiguar tornou-se uma mulher que exerce a militância social/negra em busca de uma sociedade sem racismo de forma suave e segura; que enfrenta peremptoriamente o fenômeno social da violência contra as mulheres com fala dócil e contundente; que exercita a escutatória de forma incansável e respeitosa; que se coloca como uma mulher que carrega a indivisibilidade do seu ser frente às dores e sofrimentos das outras vidas desta terra.

Ivonildes da Silva Fonseca

INDICAÇÃO DE LEITURA:

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

WERNECK, Jurema; IRACI, Nilza; CRUZ, Simone (Orgs.). **Mulheres negras na primeira pessoa**. Porto Alegre: Redes, 2012.

TIA Nanci

(Iraci Cassiano Soares)

Iraci Cassiano Soares, conhecida como Tia Nanci pelas crianças que ela ajudou a nascer, indígena potiguara, nasceu em 7 de outubro de 1943, na Aldeia Forte, em Baía da Traição. É filha de Maria Porfírio Santana Cassiano e de João Cassiano Soares, os quais tiveram sete filhos ao todo, sendo quatro mulheres e três homens.

Na aldeia, a escolaridade oferecida era a alfabetização e o ensino fundamental I (o primário). Iraci entrou na escola aos sete anos de idade e concluiu o primário. Tinha muita vontade de continuar estudando, mas só era possível na cidade longe da aldeia. Foi na fase adulta que ela concluiu o 1º grau. No convívio familiar na aldeia, ela e as irmãs ajudavam os pais nas tarefas domésticas (casa) e nos cuidados com os animais em torno da casa grande (galinhas, cabras, cavalos). Esse cuidado com os afazeres domésticos e animais também se estendia para espaços fora da aldeia, exercendo a função de doméstica na casa de patrões, para quem seu pai trabalhava na cidade de Mamanguape, mas não era remunerada pelo seu trabalho, recebendo em troca apenas um prato de comida, abrigo e dispensa no horário noturno para os estudos. Nos finais de semana, como não havia transporte e nem rodovia, Iraci percorria a pé uma distância de 25 km, trajeto de sua casa na Aldeia Forte, até o seu trabalho em Rio Tinto - PB (MENDES, 2017; MOURA, 2017). As relações de gênero refletem na vida de Iraci, no que se refere ao direito à educação. Iraci foi morar em Mamanguape para continuar os estudos e, neste período, se casou com um primo, também da aldeia, teve cinco filhos (três mortos) dessa união, mas a relação



SUMÁRIO

terminou porque ele era muito ciumento e não aceitava o fato de ela querer estudar e trabalhar fora de casa. Na aldeia as mulheres trabalham muito no cotidiano para a manutenção das famílias e comunidade, mas estudar e trabalhar em outros espaços não era bem-visto pela cultura indígena (SOARES, 2022). Iraci vem de uma tradição de mulheres parteiras: sua mãe aprendeu com sua avó e ela com a mãe; seu aprendizado começou aos 14 anos, acompanhando a mãe que era a parteira na Aldeia Forte, ela era muito curiosa e ficava ‘brechando’ o que acontecia. Sua mãe se convenceu e passou a deixá-la participar nos partos. Seu aprendizado se deu nessa observância do parto acontecendo, na feitura dos chás, benzimentos e cuidados com a mãe e o bebê durante o resguardo (puerpério). A atuação como parteira ajudante de sua mãe continuou após seu retorno de Mamanguape, onde ela foi estudar, constituiu família e passou por uma separação. Iraci passou por um processo de adoecimento, retornou para a aldeia e, além de retomar os partos com sua mãe, passou a ensinar (alfabetização) as crianças e jovens da aldeia, como professora leiga, mesmo não tendo formação. Ela foi proibida pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI - de exercer o ofício porque não tinha o pedagógico para tanto (MENDES, 2017; MOURA, 2017). Naquela época, as professoras vinham de fora da comunidade indígena e nem sempre havia a continuidade dessas profissionais atuando nas aldeias. Hoje essa realidade está mudando e as escolas funcionam com professoras e professores indígenas. Após a proibição de atuar como professora, a FUNAI ofereceu a ela a formação de atendente de enfermagem, num curso de seis meses em Alagoa Grande, após um ano ela foi contratada pela FUNAI para atuar no posto de saúde para atender a população indígena. Posteriormente a FUNAI possibilitou sua capacitação como auxiliar de enfermagem. Iraci relata que sua atuação como técnica em saúde e parteira se estendia para todas as comunidades indígenas localizadas no litoral norte em torno do município da Baía da Traição. Na década de 1970 a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) realizou um



SUMÁRIO

levantamento para saber quantos partos ela tinha assistido, e contabilizou mais de 300 (GOUVEIA, 2017). Infelizmente, não houve continuidade dos registros e demais documentos utilizados no posto de saúde pelas pessoas representantes da administração. Com sua atuação, ela deu continuidade buscando a melhoria do atendimento de saúde e unindo o saber técnico e os saberes tradicionais de seu povo. Os desafios eram imensos porque não contava com nenhuma ajuda de infraestrutura para atender as distâncias entre as aldeias e comunidades; quando era possível ia a cavalo ou andando e quando a mulher precisava de assistência hospitalar para o parto, ela solicitava ao Poder Executivo do município e acompanhava a paciente nessa assistência, bem como outras demandas de cuidados com a saúde da população das aldeias. O poder público municipal não assistia às comunidades potiguaras, ela contava apenas com os insumos que a FUNAI disponibilizava na unidade de saúde dentro da aldeia – curativos, medicação e instrumentos utilizados para esses atendimentos – sofrendo preconceito e descaso por parte dos gestores municipais. Sua vivência como cuidadora da saúde e parteira nas aldeias lhe deu grande credibilidade e admiração de todas as 32 comunidades indígenas da região e a levou a outro espaço até então não imaginado por ela, o de atuar como representante de seu povo na Câmara Municipal como vereadora. Disse: “entrei na política pelo meus trabalhos, devido ao meu povo, eu precisa do meu povo” (SOARES, 2022) e foi prefeita de 1993 a 1996, tornando-se a primeira mulher potiguara a ocupar o Poder Executivo na cidade de Baía da Traição, Paraíba. Sua atuação no Executivo trouxe melhoria na assistência às aldeias e foi um marco na cidade da Baía da Traição por ela ser uma mulher potiguara e quebrar a hegemonia das lideranças políticas representantes das usinas canavieiras e dos empresários da pesca. Iraci, em sua longa atuação, também influenciou a vida das mulheres nas aldeias, seu exemplo ajuda as mulheres a buscarem a escolaridade e a se profissionalizarem e exercerem outras atividades (MENDES, 2017; MOURA, 2017).



SUMÁRIO

Para a liderança indígena Maria Soares (Comadre), representante das Mulheres Potiguaras, ex-cacique e atual candidata ao Legislativo, Iraci “é um grande orgulho para nós mulheres potiguaras. Fico muito orgulhosa, emocionada, e honrada de ter essa mulher em minha vida, que hoje também me acompanha e que fortalece o movimento da mulher potiguara a AMGIP – Associação Mulheres Indígenas Guerreiras Potiguaras da Paraíba” (SOARES, 2022).

A trajetória de Iraci é uma história de luta, resistência pela preservação do território indígena, do bem-viver e do fortalecimento das tradições de seu povo. Sua atuação política deu novo fôlego para a questão da demarcação do território indígena e responsabilizar a gestão pública de cuidar das necessidades de atenção e cuidados dessa população. Seu exemplo de mulher aguerrida impulsiona as mulheres e jovens a buscarem a educação formal e se profissionalizarem, incentiva as mulheres a ocuparem espaços de poder dentro da dinâmica política das aldeias, a exemplo de Crizelba Ferreira Padilha dos Santos, professora, agente de saúde indígena e que atuou como cacique no período de 2017 a 2019. Para ela, “Iraci Cassiano Soares é uma das maiores protagonistas da memória do povo potiguara. Como mulher pôde demonstrar que nós devemos lutar pelo nosso espaço, seja político ou em qualquer área que desejamos estar. Mulher guerreira de muita luz” (SANTOS, 2022).

Iraci continuou a tradição oral de formar parteiras indígenas – Lindinalva Ferreiro da Silva (Pempa), Nonata Soares Barbosa, Maria das Neves Bessa, Aparecida dos Santos Bezerra, Maria Pessoa dos Santos Gomes (*in memoriam*) sendo uma referência para as mulheres paraibanas. A matriarca indígena nos seus 78 anos, vive na Aldeia Forte.

Elinaide Alves de Carvalho

Maria Lúcia Lopes de Oliveira

Aparecida dos Santos Bezerra



SUMÁRIO

INDICAÇÃO DE LEITURA:

GOUVÊA, Hilton. Mulheres cacique fazem história e lideram povos potiguara na Paraíba. **A União**, 8 mar. 2017. Disponível em: https://auniao.pb.gov.br/noticias/caderno_diversidade/mulheres-cacique-fazem-historia-e-lideram-tribos-dos-potiguara-na-paraiba-2#:~:text=Mulheres%20cacique%20fazem%20hist%C3%B3ria%20e%20lideram%20povos%20potiguara%20na%20Para%C3%ADba,-Compar+tilhar&text=Joana%2C%20Cal%20e%20Nancy.,Norte%20do%20Estado%20da%20Para%C3%ADba. Acesso em: 01/06/2023.

MENDES, Márcia Cristiane Ferreira; MOURA, Giovanna Barroca de. Iraci Cassiano Soares (1950-1996): Contribuições da potiguara no cenário educacional e político da Paraíba. IV Congresso Nacional de Educação (CONEDU), Universidade Estadual da Paraíba, **Anais** [...], 2017.

SANTOS, Pedro Lôbo dos. **Morombo'esara Nhebo'e: O Aprender e o Ensinar do Professor Indígena Potiguara na Baía da Traição/Paraíba**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

UMBELINA GARCEZ

(Nena Garcez)

Umbelina Garcez Alves de Lima nasceu em Cruz do Espírito Santo - PB em 14 de agosto de 1859, primogênita dos oito filhos do casal Umbelina Augusta do Rego Barros Pinto e Miguel



SUMÁRIO

Garcez Alves de Lima, capitão da 3ª Companhia da Guarda Nacional da Paraíba. Ainda criança, Umbelina foi levada pela avó paterna, Francisca Joaquina Garcez, com quem aprendeu prendas do lar, mas não teve as mesmas oportunidades que seus irmãos de frequentar a escola. Enquanto isto, com o surgimento da Escola Normal na Parahyba no ano de 1885, Amélia Garcez Alves Lima, irmã de Umbelina, foi matriculada pelo pai na primeira turma da referida escola. Mais tarde, no ano de 1888, Amália iria exercer o cargo de professora da escola anexa à Escola Normal.

Sobre a infância de Umbelina, no livro *Prof.^a Nena Garcez e Eu*, Lourdes Garcez (2010), sua filha adotiva, explicita o temperamento rigoroso da avó que proibia inclusive o riso espontâneo durante brincadeiras na infância. A extrema severidade da avó motivou a volta de Umbelina para a casa dos pais. Miguel Garcez, recebera terras do Imperador D. Pedro II para desenvolver a agricultura, e dispunha de muitos escravos ao seu serviço. Mas a abolição da escravidão afetou os negócios, revertendo a situação financeira da família. Com a promulgação da Lei Áurea, o trabalho escravo ficou comprometido, e foi comum à época a falência dos senhores proprietários de terra, que não contavam mais com a força de trabalho que mantinha e aumentava suas riquezas. Miguel Garcez Alves, inconformado com o empobrecimento, suicidou-se, deixando a família sem perspectiva de retornar à prosperidade. Com a perda do patriarca, cada filho partiu em busca de condições para sobreviver. Umbelina e sua mãe foram morar na capital da Parahyba na casa de Amália, que já era professora quando seu pai faleceu e assumiu o lugar de provedora da família. Com a morte de Amália em 25 de abril de 1893, Umbelina e a mãe ficaram dependentes de outros familiares.

Seguindo os passos da irmã, Umbelina foi estudar na Escola Normal. Contou com apoio de um professor que lhe ajudou a concluir o curso primário, iniciado com a irmã Amália. Ao ingressar na Escola Normal, com mais de 30 anos, era a aluna mais velha da



SUMÁRIO

turma, e até mais que algumas professoras. Sem condições financeiras adequadas, terminou o curso de normalista usando emprestado os livros das amigas. Aos 39 anos de idade, em 1898, recebeu o diploma de professora. Neste mesmo ano, residindo na capital do estado, era comum encontrar no jornal *A União*, de 1898, um classificado em que oferecia seus serviços como professora particular em sua casa na Av. Visconde de Pelotas, 131. O magistério, à época, era uma das poucas oportunidades para a mulher exercer uma profissão socialmente aceita que lhe permitia transcender o espaço doméstico. Para Umbelina Garcez, moça “passada da idade” de casar-se, empobrecida, órfã de pai e arrimo da mãe, a Escola Normal configurou-se como a possibilidade de, além de adentrar o mercado de trabalho, sobreviver (VILAR; NUNES, 2011).

Somente sete anos depois de formada, em 1905, Umbelina Garcez foi nomeada professora de Mamanguape, sendo a primeira professora formada deste município. Como a maioria das cidades brasileiras naquele período, Mamanguape ainda não dispunha de espaço físico para a escola pública. Ao chegar para exercer o cargo, precisou alugar uma casa, que era simultaneamente sua residência e a escola.

O perfil de D. Nena, como a chamavam, era semelhante ao de muitas educadoras da época: uma combinação que parecia natural entre educação e religião. Sem casamento e todas as responsabilidades que essa instituição agrega(va), a escola era sua vida. Muito religiosa, além de ensinar o convencional, dava aula de catecismo às crianças da cidade, zelava o altar de Nossa Senhora Auxiliadora e pertencia a todas as irmandades da Igreja Católica no município. Anos depois, com a decadência econômica da cidade e a desvalorização dos imóveis, D. Nena comprou vários, um deles, o teatro Santa Cecília, para onde transferiu sua escola. Lá, suas alunas, dirigidas pelo escrivão Antônio Navarro, compadre da professora, encenavam dramas. Neste mesmo espaço, quando o

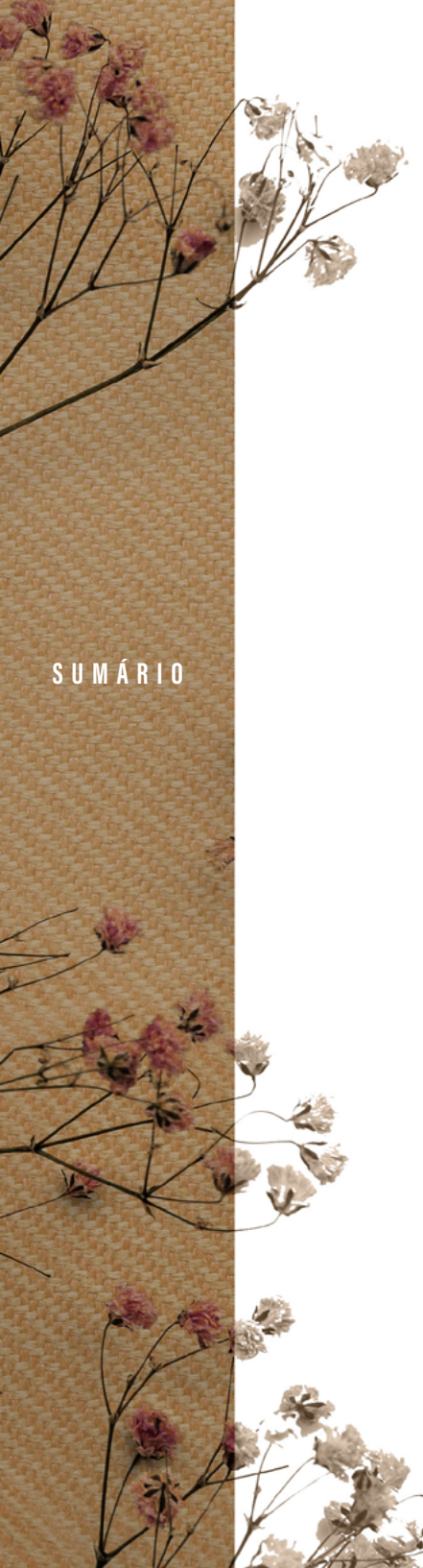
cinema era mudo e a imagem em preto e branco, fundou o Cinema São José (RAMOS, 2009).

Em 1936, Umbelina Garcez, avisada pelo amigo José Américo que o governador ia aposentá-la, foi ao palácio do governo pedir para continuar ensinando. Como educadora, não se acomodou, e mesmo com idade para aposentar-se, decidiu atualizar os conhecimentos a fim de adequar sua prática às novas exigências da sociedade, por isso foi à sede estadual de ensino a fim de se apropriar dos novos métodos de ensino que enfatizavam os preceitos da Escola Nova. No livro *Pedaços da História de Mamanguape*, Ramos (s. d) explicita que antes da amnésia dominá-la, era comum ouvi-la falar sobre as ideias de Decroly, Montessori, Dewey e Lourenço Filho.

A educação oferecida em sua escola ia muito além da instrução pura e simples. À leitura e à escrita intercalava música, cinema e teatro, integrando a escola à comunidade, promovendo a formação social de seus alunos, preparando-os para uma sociedade que se pretendia nova. Mas não só os alunos usufruíam de suas ideias inovadoras à época, a população da cidade também se beneficiava disso.

Em 1937, para seu desgosto, D. Nena foi aposentada compulsoriamente. Nesta ocasião recebeu uma homenagem da Revista de Ensino, que destacou seu exercício ininterrupto por 32 anos na educação do estado e sua dedicação, denominando-a “sacerdotisa do bem”, que mesmo aposentada mantinha em sua casa um curso de admissão.

Ainda em vida foi homenageada com o nome no primeiro grupo escolar da cidade no qual era diretora, mas declinou, indicando o nome do professor Luiz Aprígio, amigo a quem tinha muito apreço. A professora Umbelina Garcez faleceu no dia 9 de abril de 1951, em Mamanguape, comovendo toda a cidade. Seus restos mortais repousam na igreja matriz São Pedro e São Paulo,



SUMÁRIO

da referida cidade. Em 21 de janeiro de 1961 foi homenageada pelo governador João Fernandes de Lima, ex-aluno, que a fez patronesse de uma escola estadual do município, atual Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Umbelina Garcez.

Maria Lúcia da Silva Nunes

Charliton José dos Santos Machado

INDICAÇÃO DE LEITURA:

GARCEZ, Lourdes. **Prof.^a Nena Garcez e Eu**. 2. ed. rev. [s. l]: [s. e.], 2010.

RAMOS, Adauto. **Umbelina Garcez: a professora**. João Pessoa: Sal da Terra, 2009.

RAMOS, José de Oliveira. **Pedaços da História de Mamanguape**. Mamanguape: Persona, 1993.

VILAR, Adriana Marcineiro; NUNES, Maria Lúcia da Silva Nunes. Professora Umbelina Garcez (1859-1951): a educação desenhando a vida. X Encontro Cearense de Historiadores da Educação; III Encontro Cearense de Geografia da Educação, **Anais**. Fortaleza, 2011.

V ALQUÍRIA ALENCAR

A história de Valquíria Alencar é a representação da luta pela educação e pelos direitos das mulheres na Paraíba.



SUMÁRIO

Foi militante da mobilização dos professores (de 1979 a 1990), professora, diretora por duas gestões (1984-1986 e 1988-1990) do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (SINTEP), com uma atuação destacada na defesa dos direitos das mulheres e dos segmentos mais discriminados da categoria. Natural de São João do Rio do Peixe, alto sertão da Paraíba, tem suas raízes familiares e afetivas em Pombal, terra de Maringá. Graduada em Letras, com uma predileção por literatura.

Em maio de 1990, junto com militantes feministas, criou o Centro da Mulher 8 de Março, primeiro agrupamento de mulheres sob a bandeira da não violência contra a mulher, dos direitos e da saúde da mulher, primeira organização não governamental feminista na Paraíba, que existe até os dias atuais, tendo a mesma linearidade dos princípios iniciais – paixão, prazer e política. A atuação do Centro da Mulher 8 de Março é muito abrangente do ponto de vista do feminismo, atuando com as temáticas de gênero e violência contra as mulheres, sobressaindo-se na formação teórica e metodológica voltadas para as mulheres na sua mais ampla diversidade e vivências. A partir de sua atuação no Centro da Mulher 8 de Março, Valquíria Alencar se destacou, em níveis nacional e internacional, pelo enfrentamento e denúncia de casos emblemáticos para o movimento de mulheres da Paraíba e para a justiça brasileira. Já em 1982, participou da criação do 1º Comitê Pela Não Violência contra a Mulher, impulsionado pelo assassinato da poetisa Violeta Formiga, também pombalense, cometido pelo ex-marido.

O Centro da Mulher 8 de Março se dedicou à catalogação e ao arquivamento dos casos de violência doméstica e sexual contra mulheres e meninas, através dos jornais impressos, compondo um significativo e completo banco de dados temático, utilizado como objeto de pesquisa por estudiosos, estudantes de universidades e escolas públicas, produzindo periodicamente, a partir do mesmo, dossiês temáticos, que vieram servir de subsídio



SUMÁRIO

para CPIs nacional, no estado e órgãos públicos. Os dossiês ficaram sendo a marca da entidade.

Quando do assassinato das jovens Maria Cristina Batista (fevereiro de 1990) e Márcia Barbosa (17 de junho de 1998), o CM8M conduziu uma permanente mobilização da sociedade em João Pessoa e em outras cidades em busca de justiça, articulada com a mídia nacional na divulgação desses casos e a atuação incansável do movimento feminista. O acusado da morte de Márcia Barbosa, o deputado estadual Aécio Pereira, beneficiado pela imunidade parlamentar, somente foi levado a julgamento em setembro de 2007 e faleceu em fevereiro de 2008.

Outra atuação marcante de Valquíria Alencar se deu na Central Única dos Trabalhadores – CUT, na qual participou da idealização e criação da Secretaria de Mulheres, em 1985; representou o movimento de mulheres do Brasil, em Mar del Plata, na Argentina, em setembro de 1994, na preparação para a Conferência Mundial de Pequim; e foi depoente na CPI Nacional sobre Violência contra a Mulher, da Câmara Federal, presidida pela deputada federal Sandra Starling – PT-MG, em 1992, em Recife - PE. Além de atuar fortemente no combate à violência contra a mulher, Valquíria também participou da luta contra a exploração sexual infantil na Paraíba, a nível nacional. Em junho de 1994 Valquíria Alencar foi uma das depoentes na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) Nacional da Exploração e Prostituição Infanto-Juvenil, tendo como presidente a deputada federal Marilu Guimarães. Coordenou as ações do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, no Norte-Nordeste e, nesse cenário, surgiu a Rede de Enfrentamento à Violência e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (REDEXI), em 1995, na Paraíba, com a participação de mais de 60 órgãos municipais e ONGs, que continuam em atuação. Em 1997, Valquíria Alencar também foi depoente na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Exploração Sexual e Prostituição Infanto-Juvenil pela Assembleia



SUMÁRIO

Legislativa da Paraíba, tendo como relator, o deputado Luiz Couto, do PT. Solicitado pela CPI, o Centro da Mulher 8 de Março apresentou um dossiê sobre este grave problema social no estado. Em 1998, participa em Montevideú, no Uruguai, da Conferência “Vozes Essenciais das Américas”, como representação do Brasil e, no mesmo ano, foi aos Estados Unidos, a convite da Organização Companheiros das Américas, para troca de experiências sobre casas-abrigo para mulheres vítimas de violência, e foi agraciada com o “Prêmio por Excelência”, na cidade de Washington. Nesse mesmo ano, recebeu o título de Cidadã Pessoaense, concedido pela Câmara Municipal de João Pessoa, propositura do então vereador João Gonçalves. A Assembleia Legislativa da Paraíba concedeu-lhe o diploma de Honra ao Mérito, no Dia Internacional da Mulher.

Valquíria participou ativamente da grande mobilização nacional pela instituição do dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, criado pela Lei nº 9.970/2000. Em 2002, participou da VII Caravana Nacional de Direitos Humanos, da Câmara Federal, que consistia em averiguar e ouvir denunciantes, vítimas e familiares nas investigações de denúncias de prostituição de crianças e adolescentes na Paraíba, em especial, na cidade de Patos, já que esta cidade se tornara o mais recente epicentro da rede de exploração sexual de crianças e adolescentes e tráfico sexual, na Paraíba e na região Nordeste. A audiência foi realizada no dia 20 de abril, nas dependências da Câmara Municipal de Patos, acompanhada pelo CM8M. Esta ação da VII Caravana, no Nordeste, teve como base os dados do CM8M, conforme Relatório da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Deputados, de maio de 2002.

Por sua atuação em defesa dos direitos das mulheres, Valquíria Alencar recebeu muitas homenagens e premiações, inclusive do governo do estado da Paraíba e do jornal A União, em março de 1999; recebeu também o Troféu Imprensa como Destaque Especial pela luta contra a violência e a impunidade, do Sindicato



SUMÁRIO

dos Jornalistas da Paraíba; e, em 2001, do governo federal, em Brasília, recebeu, em nome do CM8M, o Prêmio Nacional de Direitos Humanos pela atuação contra a violência doméstica.

Em 2011, assumiu a presidência do Centro de Apoio à Criança e ao Adolescente (CENDAC), levando a capacitação profissional, através de cursos e oficinas, para adolescentes, jovens e mulheres em todo o território paraibano, com vistas à sua inserção no mercado de trabalho. Por três anos, foi colunista do blog Paraíba Já. Em 2020, Valquíria Alencar foi convidada pelo Gajop, ONG sediada em Recife, que acompanhava o caso na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), a prestar depoimento como testemunha no caso Márcia Barbosa de Souza (ver verbete Márcia Barbosa de Souza), tendo seu nome aprovado pela CIDH. Foi a única depoente do Brasil. Nos dias 3 e 4 de fevereiro de 2021, foi realizada a audiência pública, na Costa Rica, com representantes de diversos países, 12 do governo brasileiro, tendo como perita Melina Fachin. O Brasil foi condenado, tendo sido indicadas diversas ações a serem implementadas pelo Estado brasileiro, o que representa um marco na luta contra o feminicídio no País.

Valquíria Alencar é autora de dois livros: *Um olhar de gênero nas temáticas sociais*, lançado em 1997, e *Por trás das cortinas de Damasco: a dinâmica da violência doméstica*, de 2004.

Mabel Dias dos Santos

INDICAÇÃO DE LEITURA:

ALENCAR, Valquíria. **Um olhar de gênero nas temáticas sociais**. João Pessoa: Ideia, 1997.

ALENCAR, Valquíria. **Por trás das cortinas de Damasco: a dinâmica da violência doméstica**. João Pessoa: Centro da Mulher 8 de Março, 2004.

VIOLETA FORMIGA

(Violeta de Lourdes Gonçalves Formiga)

Violeta de Lourdes Gonçalves Formiga, poeta paraibana, era uma mulher de personalidade forte, destemida, estudiosa que acreditava na educação como prioridade. Nasceu na cidade de Pombal, sertão paraibano, no dia 28 de maio de 1951. Seus pais eram José Formiga, um pequeno comerciante e Prima Gonçalves, que se dedicava aos afazeres domésticos. Estudou em Pombal na infância, no Colégio Diocesano, e na mocidade, na Escola Normal Arruda Câmara. Em 1971, aos 20 anos de idade, Violeta prestou vestibular para o curso de bacharelado e licenciatura em Filosofia, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e mudou-se para João Pessoa, onde morou com outras garotas em uma república estudantil na Avenida Tabajaras, localizada no centro da cidade. Após concluir a graduação em Filosofia, prestou concurso na pós-graduação, na mesma universidade, sendo aprovada. O mestrado e o curso de Psicologia (também iniciado na ocasião) não foram concluídos.

A vida e escrita de Violeta Formiga foram abruptamente interrompidas devido ao feminicídio praticado pelo seu ex-marido, no dia 21 de agosto de 1982 que, após o ato, foi beber e ouvir música clássica no apartamento onde morava. Sua vida e obra permaneceram sendo estudadas e ressignificadas.

A poesia de Violeta Formiga foi considerada por críticos literários como lírica e confessional, ela se dedicava a escrever com uma linguagem sensível e simples, acessível a todos os públicos. Seus poemas utilizavam versos curtos, livres e irregulares, apresentando aos leitores um retrato de sentimentos e vivências, tocando



SUMÁRIO

em temas como o desejo de liberdade, a preocupação com o deslizar do tempo e a discussão sobre o silêncio.

Violeta Formiga trabalhava escrevendo textos jornalísticos e poemas, publicando-os no Correio das Artes, um encarte do jornal A União com grande prestígio entre intelectuais e artistas no estado. Violeta Formiga escreveu 156 poemas, dos quais 33 constam em seu primeiro livro, “Contra-Cena”, que foi publicado pela Editora Macunaíma, em 1981. Quando a poeta foi assassinada, familiares e amigos reuniram seus poemas e publicaram postumamente o livro “Sensações” com duas partes; na primeira estão 24 poemas inéditos e, na segunda, 125 poemas republicados.

Ela começou a namorar com Rosado Maia ainda na adolescência, e ele já se mostrava ciumento e possessivo, a família desaprovava o relacionamento. Mesmo assim, casaram-se em 24 de janeiro de 1980, no cartório em Cruz do Espírito Santo, devido às ameaças que ele fazia a ela, seus irmãos e sobrinha, segundo depoimento de Djean Formiga, sua irmã, publicado no jornal O Norte em 24 de agosto de 1982.

No ano da publicação do poema Categoria, em 1981, ela havia se divorciado de Rosado Maia. Após o divórcio, Violeta continuou a morar em João Pessoa, no bairro do Miramar, com seu irmão. Estava desempregada e em difíceis condições financeiras, fazia mestrado e dependia quase que exclusivamente da pensão que Rosado Maia deveria lhe pagar, e não estava fazendo, já que no período que esteve casada era impedida de publicar seus poemas e ela não tinha posses.

Falar de Violeta Formiga acende a necessidade de compreendermos sobre o silêncio das mulheres na história e os silenciamentos a que são submetidas por diversas instâncias, desde as íntimas e familiares às institucionais. Todavia, as mulheres não aceitaram passivamente o lugar de silêncio imposto a elas, e seus sussurros, murmúrios e lamentações ecoam como gritos que transcendem



SUMÁRIO

o ambiente privado, deixando o caráter singular, tornando-se plural, por refletir a desigualdade e violência a qual as mulheres estão inseridas. Falar sobre Violeta Formiga ainda é relembrar o silêncio existente na historiografia paraibana no que tange à discussão da escrita sobre mulheres, principalmente mulheres vítimas de violência.

A estudiosa Neide Medeiros Santos (2013) ressalta a importância literária dos escritos de Violeta e agrupa seus poemas em três categorias: poemas artefato, poética do silêncio e a poética do voo. Os poemas artefato conduzem o leitor a repensar como se faz poesia, compreendendo a metalinguagem do poema e seu processo de criação: “Faço poema/Como quem faz/pão:/Faminta e necessária” (Formiga, 1983, p. 51). A partir da análise dos poemas de Violeta Formiga observa-se que essa categoria de escrita foi bastante utilizada por ela, evidenciando sua preocupação em escrever os poemas e discutir sobre eles (metalinguagem poética). No livro *Afirmção*, que diz “A poesia/nasce do dia./Não deixe que eu morra,/me sinta...”; no poema *Necessidade*, ela declara: “Preciso escrever/um poema, comovente/consciente, profundo...”. Ao longo desses poemas, nota-se a preocupação da autora em explicar para o leitor seus sentimentos diante das palavras, além da linguagem que se debruçava sobre o fazer poético.

A segunda categoria poética de Violeta Formiga, por Neide Medeiros, é a poética do silêncio, devido à necessidade de trazer/discutir a palavra *silêncio*. Buscava debater o sentido que o silêncio produz: “O silêncio das madrugadas/O silêncio do silêncio/o silêncio da vida/silêncio” (Formiga, 1983, p. 46). No poema *Subjetividade* pode-se dizer que a autora dialoga sobre o sentido do silêncio, ultrapassando os limites da representação, empregando o silêncio em diversos contextos, em fatos do cotidiano, a fim de exemplificar a quietude rotineira que estava vivendo, sinônimo de sua desilusão amorosa.

Violeta escreveu ainda sobre a liberdade e utilizava bastante a figura de linguagem dos pássaros, levando Neide Medeiros (2013) a categorizar tais poemas como poética do voo: “Saio de mim mesma/como pássaro/do ovo./De espaço/e asas/faço meu aprendizado,/mágico voo” (Formiga, 1983, p. 59).

Antes do término do processo de divórcio, Violeta Formiga sofria inúmeras ameaças por parte do ex-marido, que a cercava de todas as maneiras, o que culminou em seu assassinato. Fato que gerou revolta na Paraíba devido a brutalidade do acontecimento, e marcou as primeiras mobilizações públicas de feministas denunciando a violência contra as mulheres e exigindo justiça para com as vítimas. O feminicídio de Violeta se tornou um marco para a história do movimento feminista e no fortalecimento dos grupos que lutaram e lutam pelos direitos das mulheres na Paraíba. Nos jornais da época se encontram registros das manifestações feministas ocorridas, e seu nome não foi esquecido: nomeia escola, rua, troféus, prêmios, e inspira trabalhos acadêmicos e literários.

Rayana Benício de Oliveira

INDICAÇÃO DE LEITURA:

FORMIGA, Violeta. **Sensações**. João Pessoa, 1983.

LUCENA, Jandira. **Uma homenagem a Violeta Formiga e outros escritos**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

OLIVEIRA, Rayana Benício de. **O assassinato de Violeta Formiga: a imprensa e a atuação do movimento feminista paraibano**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.



VITÓRIA LIMA

(Maria das Vitórias de Lima Rocha)

SUMÁRIO

Em 3 de agosto de 1946 nasceu Maria das Vitórias de Lima Rocha, na cidade do Recife, capital de Pernambuco. Seus pais, que são alagoanos, haviam recém-chegado na região, após casarem e constituírem família. As transferências de cidade eram constantes, graças ao trabalho de seu pai e logo não demorou muito para que toda a família se mudasse novamente. Dessa vez, o destino foi Campina Grande, na Paraíba. Por causa disso, Vitória Lima não guardou lembranças de Recife - PE, já que viveu apenas os seus primeiros anos de vida lá. Toda a memória afetiva ela herdou da cidade paraibana. Uma das primeiras lembranças que tem na nova cidade é da fase escolar, onde participava de atividades que instigavam a leitura e a interpretação de texto. Mas, o gosto pelos livros veio da sua casa, onde teve acesso aos clássicos de variados autores. Vitória é filha de uma família de leitores assíduos, fato que a influenciou e a direcionou em sua paixão pela literatura, primeiro como leitora e, posteriormente, como escritora.

Desde adolescente Vitória Lima sonhou em viajar para outros países, inspirada pelo cinema e pela música, paixões que cultivou nesse período de sua vida e que a influenciaram nessa visão de mundo. Seus pais promoviam encontros em família para ouvir rádio em casa, justamente no auge de algumas bandas americanas e inglesas na década de 1950. Dessa forma, pôde conhecer inúmeros artistas internacionais e se tornar fã dos *Beatles*. O cinema foi outra expressão artística que chamou a atenção de



SUMÁRIO

Vitória, graças às suas idas e vindas nos cinemas tradicionais paraibanos e por assistir aos filmes de *Hollywood*, elementos que formaram parte de suas referências culturais. Influenciada pela exposição à cultura inglesa e norte-americana, Vitória Lima se viu motivada a estudar a língua inglesa, habilidade que começou a conquistar a jovem ao traduzir sozinha as suas músicas internacionais preferidas. Depois, com a ajuda de um professor particular, desenvolveu a escrita e comunicação no idioma estrangeiro. Foi assim até o ingresso na universidade.

A paixão pelas palavras motivou Vitória Lima a escolher a sua carreira profissional. No ensino médio (Liceu), optou pelo curso clássico, que era o mais abrangente, ao invés do curso científico ou pedagógico. Ela visava a faculdade de Direito, curso que, no entanto, não existia na cidade de Campina Grande. Como segunda opção, escolheu o curso de Letras com habilitação em inglês, sendo aprovada na Fundação Universidade Regional do Nordeste (FURNE), em 1967, dois anos após terminar o segundo grau. Em 1968, Vitória Lima passa a viver em João Pessoa - PB após casar-se, concluindo a graduação na Universidade Federal da Paraíba, no ano de 1969. Apesar de ser amante da língua inglesa, durante o curso ela deu foco à literatura, campo onde se especializou e se aprofundou durante todos os anos de sua carreira. A professora Zélia Oliveira foi uma figura que a inspirou a seguir esse ramo desde os primeiros dias de aula, mas foi a antiga paixão pelos livros que apoiou essa vontade. Foi na universidade que Vitória Lima foi treinada a escrever com maestria e a tornar a sua visão crítica uma arte literária.

Três meses após a colação de grau, Vitória foi aprovada em um concurso da Universidade Federal da Paraíba para exercer o cargo de professora do magistério superior, fato que a orgulha. “Miss. Zélia”, como era conhecida a professora que aconselhou Vitória a se desenvolver na carreira acadêmica e assim aconteceu. Em 1970,



SUMÁRIO

Vitória Lima realizou uma especialização em Literatura Americana na Universidade de São Paulo (USP), financiada pelo governo brasileiro e americano. Viveu por seis meses em São Paulo, retornando à Paraíba para lecionar sobre esse campo de estudo. Três anos depois, postulou para uma bolsa de mestrado na Universidade de Denver, nos Estados Unidos (EUA), através da mesma fomentadora científica. Vitória foi aprovada para estudar a obra de Stephen Crane, romancista, poeta e jornalista norte-americano conhecido no século XIX. Ela mudou-se para o Colorado em 1973, onde viveu por um ano e meio e realizou um sonho de adolescência.

Em 1979, após estar de volta ao Brasil, se candidatou a uma bolsa de doutorado no Reino Unido, através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Recebeu aprovação ao submeter uma proposta de pesquisa em Estudos Shakespearianos na cidade de Birmingham, na Inglaterra. Viveu lá por dois anos e meio, até decidir voltar para o Brasil devido às condições de saúde de seu filho, na época com apenas sete meses. Ele ficou doente devido à má qualidade do ar da cidade onde eles viviam. Após tomar a decisão, Vitória Lima retorna a João Pessoa e dá prosseguimento ao seu trabalho como professora na Universidade Federal da Paraíba, dessa vez com o foco em trabalhar com o nicho “mulher e literatura”, a partir da sua identificação pessoal e aproximação com as discussões internacionais sobre o tema. Junto aos seus alunos e colegas fundou o Grupo de Pesquisa sobre Literatura e Gênero na UFPB, cujo trabalho perpetua até os dias de hoje.

Vitória Lima encerrou sua carreira no magistério superior em 2013, aposentando-se com mais de 40 anos de serviço público prestado, tanto na UFPB quanto na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), onde passou a atuar a partir de 2003. A sua trajetória nos apontou, sem surpresas, para a habilidade brilhante que ela tem com as palavras, desde que iniciou o seu trabalho público como escritora, com a publicação do livro de poesias *Anos*



SUMÁRIO

Bissextos, em 1997. Por volta do ano de 2007, recebeu um convite para publicar no espaço da coluna de opinião do jornalista Evandro Nóbrega, no jornal *A União*, onde apareceu como autora pela primeira vez em um jornal impresso paraibano. A partir de então, iniciou uma jornada como cronista e poetisa do referido jornal, passando pontualmente pelos jornais *Correio da Paraíba*, *Correios das Artes* e jornal *O Norte*. Com esse trabalho, Vitória Lima ganhou visibilidade na imprensa local, se tornando uma colaboradora fixa até os dias atuais. A escrita poética de Vitória Lima nesse espaço transita entre a poesia, a crônica, a crítica literária e de artes, onde aborda principalmente questões do cotidiano, do bairro do Miramar, sobre a mulher na sociedade, o cinema inglês e norte-americano, e literatura.

Além de *Anos Bissextos* (1997), Vitória Lima também publicou em 2007 o seu segundo livro de poesias intitulado *Fúcsia*, além de ter participado de várias antologias poéticas e livros de crônicas ao longo da carreira. Podemos destacar os livros: *Nordestes*, organizado pela Fundação Joaquim Nabuco/SESC-SP, lançado em 1999; *Estação Recife – Coletânea Poética 3*, publicado em 2004; *Imagem Passa Palavra – Poesia*, organizado em 2004 pela Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto; *Autores Paraibanos – Poesia*, publicado pela Editora Grafset em 2005; e a *Coletânea Antônio Maria de Crônicas*, lançado em 2010 pela Prefeitura do Recife. É notório o grande impacto da escrita de Vitória Lima para a Paraíba. Ela ascendeu e conquistou um espaço de destaque nos âmbitos sociais, lugar que muitas mulheres paraibanas lutaram e ainda lutam para ocupar e permanecer. E junto a outras escritoras, a Paraíba vai se tornando um berço de mulheres que renascem nas páginas dos jornais e se tornam ícones da nossa literatura e da nossa cultura.

Maryellen Bãdãrau

INDICAÇÃO DE LEITURA:

AZEVEDO, Sandra Raquew dos Santos; BĂDĂRĂU, Maryellen. **A Crônica Feminina na Imprensa Paraibana: trajetórias, escritas de si e cotidiano**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2020.

LIMA, Vitória. **Anos Bissextos**. João Pessoa: A União, 1997.

LIMA, Vitória. **Fúcsia**. João Pessoa: Linha D'água, 2007.

VÓ MERA

(Domerina Nicolau da Silva)

Domerina Nicolau da Silva, artisticamente conhecida como Vó Mera, consagrada mestra da cultura popular, nasceu no dia 24 de dezembro de 1934 em Alagoinha; viveu sua infância na fazenda Tananduba, localizada em Guarabira, na Paraíba. Desde os nove anos de idade Vó Mera cantava com sua mãe ciranda e coco de roda nas festas realizadas na cidade que residia. Declara ter nascido com o dom de ser cantora, compositora de ciranda e coco de roda, herança artística que vem de família, mãe, pai, tia e a maioria dos seus familiares cantavam e tocavam essas manifestações culturais. Iniciou sua trajetória como artista profissional cantando nos eventos culturais das igrejas católicas de João Pessoa - PB, tendo tão somente na percussão o seu neto Fernandinho, aos oito anos de idade.

Aos quase 90 anos de idade, se orgulha em dizer que é saudável e muito feliz, se autodeclara preta, compositora, cantora,



SUMÁRIO

cirandeira, coquista, atriz, patrimônio artístico do Rangel, ministra da eucaristia, mestra da cultura popular de João Pessoa e ex-candomblecista, crê estar viva e sã, graças a Deus, porque sabe amar e ser amada. Na infância tinha o hábito de brincar com panelas de barro por ela confeccionadas, cantar batendo palmas, ou em pedaços de tijolos e telhas para produzir a sonoridade idealizada. Nessa mesma fase, trabalhou na agricultura, arrancando troncos de madeira utilizando chibanca, enxada para fazer lerão de roçado, machado para cortar a madeira e fazer carvoeira; confeccionava chapéu de palha, ralava milho em um ralador artesanal para fazer pamonha e canjica, almejando vendê-los para complementar a renda familiar (OLIVEIRA, 2019).

Aos 17 anos foi, com a mãe, morar em João Pessoa. Aos 22, casou-se e fixou residência no Rangel, bairro desta cidade. Trabalhou como camareira, copeira, diarista, trabalhadora em casa de família, babá, entre outras profissões. Aos 60 anos de idade, incentivada por Solange e Marcos, amigos vindos do Rio de Janeiro-RJ, decidiu investir na sua carreira artística, compondo e cantando ciranda e coco de roda. A maior barreira que precisou superar foi que, além de muitas pessoas desconhecerem essas manifestações culturais, as instituições de ensino também desconheciam e naturalizavam o apagamento da cultura popular nas práticas pedagógicas. Na inauguração da Igreja Bom Jesus, localizada no Rangel, João Pessoa, cantou uma ciranda de sua autoria, prontamente, o casal carioca indagou: “Dona Domerina quem é a autora dessa música?”. Vó Mera respondeu: “Eu”. Solange lhe disse: “A senhora tem muito talento, precisa mostrar sua arte para o mundo”. Com incentivo e colaboração dessa amiga, Vó Mera não parou de compor, cantar e se apresentar enquanto artista profissional. Suas primeiras apresentações foram nas igrejas católicas desse município.

Antes de se tornar conhecida no cenário cultural local e nacional, já tinha o codinome Mera, mas se consagrou como Vó Mera, quando em 2003, por incentivo de Solange e Marcos, fundou



SUMÁRIO

o grupo cultural Vó Mera e seus Netinhos, com netos biológicos e os de coração, que na época eram crianças. A artista sentiu que precisava apresentar sua arte para a Paraíba e para o Brasil. Juntamente com esse grupo, que a partir de 2015 foi constituído unicamente por mulheres, passando a se chamar Vó Mera e suas Netinhas, a cirandeira, apresentou-se nas cidades paraibanas: Bayeux, Cabedelo, Cajazeiras, Campina Grande, Conde, Itapororoca, Patos, Santa Rita, Sapé, Sousa, Sumé, Triunfo, Mogeiro e João Pessoa; também em Fortaleza - CE, Limoeiro do Norte - CE, Natal - RN, Recife - PE, Curitiba - PR, entre outras cidades do País.

Tal grupo salvaguarda e dissemina a cultura popular na Paraíba a partir do lugar de cada mulher que o integra. Vó Mera é solicitada para ministrar oficinas em escolas e fornecer entrevistas para pesquisadores, jornalistas e estudantes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O pesquisador Paulo Anchieta foi a primeira pessoa a entrevistá-la para uma matéria jornalística divulgada no jornal União de expressiva circulação na época, possibilitando à cirandeira ter seu trabalho artístico disseminado na mídia local. Por conta de Vó Mera, a professora doutora Ana Coutinho expressou o desejo em publicar um livro sobre sua trajetória artística; foram aproximadamente seis meses coletando as informações, realizando entrevistas, fotos e filmagens para essa publicação, mas por falta de recurso financeiro o livro não foi publicado, acrescenta que seu maior sonho é ver esse livro publicado, para que sua história seja conhecida e valorizada. Já concedeu entrevistas para diversos veículos de comunicação – podcasts, programas de rádio, de televisão, jornais –, além de estudantes, pesquisadores e artistas.

Em 2008, a compositora e cirandeira lançou seu primeiro CD intitulado *Vó Mera e seus Netinhos*, gravado em parceria com a UFPB e Fundação Cultural de João Pessoa (FUNJOPE); nele, apresenta 28 composições autorais, sendo 7 cirandas, 20 cocos de roda e 1 faixa bônus, possibilitando aos apreciadores musicais uma vivência com a



SUMÁRIO

música popular nordestina. Com mais de 3 mil cópias vendidas, a artista tornou-se conhecida em São Paulo-SP, Rio de Janeiro-RJ e nos Estados Unidos. Vó Mera também gravou um DVD que narra sua história de vida e fez algumas participações especiais em shows de cantores paraibanos; ainda não lançou seu segundo CD por falta de recurso financeiro.

A alegria é o que lhe inspira a compor, sobretudo, de saber que Deus lhe deu esse dom de ser compositora. Declara que se deita para dormir sem pensar em nenhuma melodia, mas quando acorda, pega o lápis, escreve suas composições e cria as todas as melodias, são mais de 40 cirandas e 60 cocos de roda autorais. Artisticamente falando, Vó Mera tem contribuído de forma efetiva na disseminação e fortalecimento da cultura popular no cenário cultural da Paraíba, a partir do lançamento do referido CD e das suas intervenções artísticas nas praças, escolas, teatros, casas de shows, instituições públicas e privadas, bem como nos espaços artísticos alternativos.

Em 2010, foi premiada no Festival SESC de Música Cidade Canção (FEMUCI), realizado no Paraná. Nesse mesmo ano ministrou duas oficinas em uma instituição privada de ensino, localizada em Bancários, João Pessoa, para crianças de 7 a 14 anos de idade; ao término da oficina foi entrevistada por elas. Em 2012, seu nome foi atribuído ao anfiteatro de uma praça pública localizada no bairro do Rangel. Em 2016, fez participação especial na novela Velho Chico, da TV Rede Globo. Em 25 de março de 2017 fundou a Casa de Cultura Vó Mera com o intuito de alargar suas práticas culturais no cenário cultural da Paraíba; e principalmente para visibilizar, fortalecer, fomentar e disseminar a cultura popular nesse estado, especificamente, no Rangel, João Pessoa, bem como para realizar o seu sonho pessoal: dar continuidade ao seu legado cultural na cultura popular e ter a certeza que no dia que desencarnar, esse legado será lembrado, enfatiza a cirandeira.

Ana Lúcia Tavares de Oliveira

INDICAÇÃO DE LEITURA:

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

OLIVEIRA, Ana Lúcia Tavares de. **Cultura de Matriz Afro-Brasileira**: um estudo à luz da história de vida de Vó Mera, mestra da cultura popular de João Pessoa-Paraíba. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.

W

ANDA ELIZABETH

(Wanda Elizabeth Ferreira de Azevedo)

Wanda Elizabeth Ferreira de Azevedo nasceu em 26 de agosto de 1927, na cidade de Salvador, Bahia, filha de Heitor Ferreira e Aurelina Aída Ferreira. Indo morar no Rio de Janeiro com uma tia, acabou conhecendo José Francisco de Azevedo Filho, ex-combatente da Segunda Guerra Mundial, durante um evento de recepção dos pracinhas, quando estes voltaram à capital federal, no ano de 1945. Natural de Santana de Ipanema, Alagoas, Cabo Filho (como era conhecido) depois de trocar várias cartas e iniciar um namoro com a jovem, casou-se com ela no ano de 1948. Na oportunidade, ambos vieram morar em Campina Grande, graças ao emprego indicado pelo tio do Cabo Filho, o empresário Francisco Alves Pereira, diretor



SUMÁRIO

na época da SANBRA, uma das mais destacadas empresas de beneficiamento de algodão do Brasil. Do relacionamento entre o ex-militar e a professora surgiram seis filhos: Gilvan, Fernando (conhecido como Badú), Rômulo e Romero Azevedo (ícones do cinema e da televisão campinense, professores, respectivamente, da UEPB e da UFCG), Elizabeth e Danuza.

Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia e Letras de Caruaru, Wanda Elizabeth iniciou sua carreira no magistério, antes mesmo de sua formação, na cidade natal do seu marido, Santana de Ipanema, ensinando no ginásio da localidade. Voltando a Campina Grande, foi professora no Colégio Estadual de Campina Grande, hoje Escola Estadual Elpídio de Almeida, sendo professora de geografia do Brasil e posteriormente sua primeira vice-diretora mulher. Além disso, Wanda lecionou em diversas outras instituições educacionais, como Colégio Imaculada Conceição, as Damas, Colégio Alfredo Dantas, Colégio Pio XI, Escola Técnica Redentorista. Ainda no ensino público foi professora fundadora do Colégio Estadual do José Pinheiro e do Colégio Estadual da Liberdade.

Celso Pereira, ex-aluno de Wanda Elizabeth, deixou um registro que simboliza bem o lado educador da nossa personagem: “Dona Wanda não era só uma professora de geografia, era uma verdadeira educadora. Suas aulas eram fantásticas viagens culturais pelo mundo, abordando os aspectos sociais, econômicos e, sobretudo, humanistas dos povos e países”.

A época de Wanda enquanto professora pode ser considerada como a fase áurea da educação em Campina Grande, quando houve a primeira fase da ampliação do ensino público e a intensificação da competitividade entre as escolas privadas no município. Tempos de poucas tensões existentes entre os docentes e discentes neste período, segundo nossa personagem.



SUMÁRIO

Porém, não podemos esquecer que neste mesmo período Wanda Elizabeth presenciou a experiência autoritária do regime militar brasileiro. Para tanto, a atuação de Wanda Elizabeth vai além do setor educacional, pois na área social também deixou sua marca significativa. Foi secretária da Saúde e Promoção Social (hoje desmembrada da Saúde e chamada de Secretária de Ação Social) no município de Campina Grande nas gestões dos prefeitos Evaldo Cruz e Enivaldo Ribeiro, nos anos 1970. Neste mesmo período receberia o título de cidadania campinense, outorgado pela Câmara Municipal de Campina Grande.

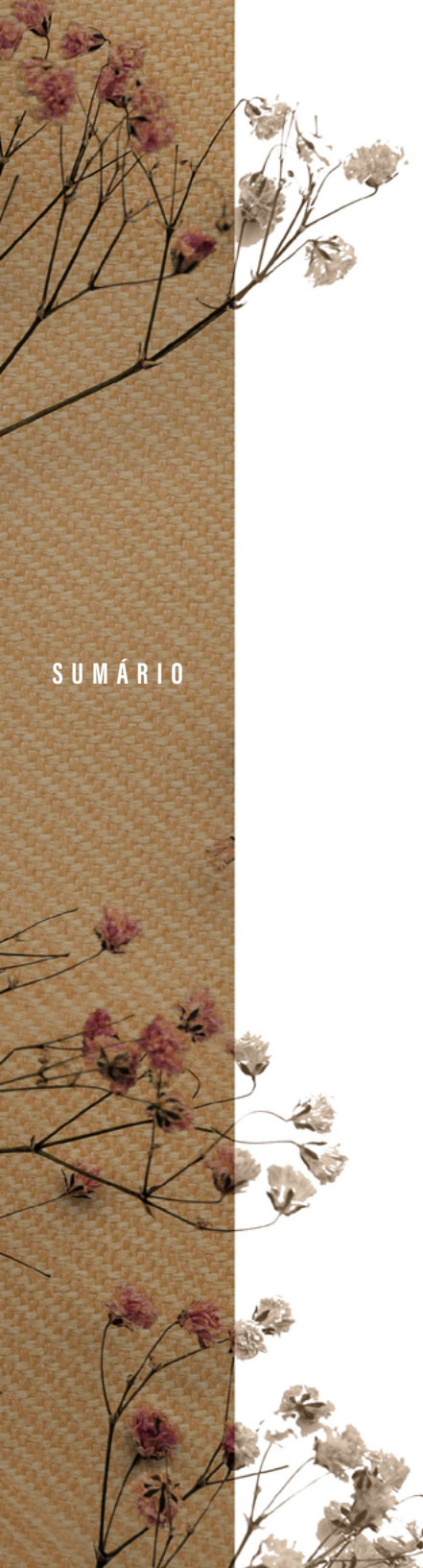
Na área literária e jornalística, produziu centenas de crônicas publicadas no *Jornal da Paraíba* e no *Diário da Borborema*. Deixou um livro inédito de crônicas, intitulado *Rua do Ariane*. Fundou juntamente com outros nomes das letras e da educação, a Academia Campinense de Letras, hoje Academia de Letras de Campina Grande, do qual ocupou a cadeira número 4, tendo como patrono o sociólogo Lopes de Andrade.

Aposentada nos anos 1990, Wanda Elizabeth faleceu no dia 26 de outubro de 2013, vítima de complicações de uma diabetes. Foram 30 anos de dedicação como funcionária pública. Atualmente uma rua localizada no bairro da Catingueira, em Campina Grande, é a única homenagem àquela que foi, indiscutivelmente, uma das mais importantes mestras da educação campinense.

Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio

INDICAÇÃO DE LEITURA:

GAUDÊNCIO, Bruno Rafael de Albuquerque. **Ensaios, perfis e (quase) memórias**. João Pessoa: Ideia, 2018.



SUMÁRIO

PEREIRA, Celso. Discurso de posse do acadêmico Celso de Lima Pereira na cadeira nº 21 no dia 27 de agosto de 1993. **Revista da Academia de Letras de Campina Grande**, ano XXIII, nº 4, dez. 2003.

SANTOS, Jonas dos. Academia de Letras de Campina Grande. **Paraíba Criativa**. [s. l], 21 mar. 2023. Disponível em: <https://paraibacriativa.com.br/artista/academia-de-letras-de-campina-grande/>. Acesso em: 16/03/2022.

ZÉLIA GONZAGA

(Maria Zélia Gonzaga da Silva)

Zélia Gonzaga é uma cantora e radialista paraibana que atuou nas principais rádios de João Pessoa entre o final da década de 1950 e início dos anos 2000. Conhecida como “A Dama do Rádio”, foi vencedora de concursos de calouros e apresentou programas líderes de audiência nas noites e madrugadas em emissoras locais.

Maria Zélia Gonzaga da Silva nasceu em 12 de outubro de 1941, em João Pessoa, na Paraíba. É uma dos 12 filhos de dona Risomar Camelo e de seu Luiz Gonzaga, numa família formada por dez mulheres e dois homens. De origem pobre, começou a trabalhar aos 14 anos de idade em uma mortuária para ajudar a reformar a casa dos pais no bairro da Torre, onde morava. Inicialmente, dividia-se entre o colégio e o emprego, até desistir dos estudos quando estava no ensino médio para poder apenas trabalhar. Mesmo distante de uma educação formal, Maria Zélia fazia questão de manter-se informada e em constante aperfeiçoamento.



SUMÁRIO

A relação de Maria Zélia com o rádio começou ainda na adolescência através das canções românticas que gostava de ouvir e cantar em casa, como o repertório de Isaurinha Garcia, Maysa e Núbia Lafayette. No final da década de 1950, mesmo sem ser adepta a competições, passou a se apresentar em programas de calouros nas emissoras de rádio locais. A jovem cantora venceu algumas edições ficando em primeiro lugar ou em segundo em sucessivas ocasiões. No ambiente radiofônico passou a ser chamada de Zélia Gonzaga, seu nome de solteira, após recusar a sugestão do locutor e radioator Geraldo Cavalcante de adotar o nome artístico de “Zeli González” por considerá-lo muito “espanholado”. Quando estava prestes a desistir da carreira de cantora, foi avisada pelo maestro Romualdo Silva da abertura de uma vaga de intérprete feminina na Rádio Tabajara. Zélia Gonzaga aceitou fazer o teste e teve que ensaiar a canção “Ouça”, composta pela cantora de bossa nova e samba-canção, Maysa, em 1957. Depois de sucessivas semanas de ensaio, apresentou-se com uma orquestra e ao final foi longamente aplaudida.

Aprovada como cantora com menos de 19 anos de idade, passou a fazer parte do quadro artístico da emissora. Entretanto, a entrada de Zélia Gonzaga no rádio desagradou o pai que só a permitia frequentar o ambiente acompanhada de alguma irmã ou irmão. Porém, a resistência foi quebrada pouco depois e seu Luiz Gonzaga tornou-se o seu mais assíduo ouvinte. Como cantora Zélia Gonzaga apresentou-se na maioria dos programas da emissora, nas festas de inauguração de obras do governador Pedro Gondim (1958-1966), em Campina Grande, em outras cidades paraibanas e, inclusive, em estados vizinhos. Sua voz também estava presente em festivais de música em restaurantes de João Pessoa e em teatros. Ainda como intérprete participou das principais comemorações carnavalescas em clubes de João Pessoa, sempre acompanhada por orquestras.



SUMÁRIO

Depois de contratada como cantora, Zélia Gonzaga também foi designada para atuar como locutora na leitura de locução comercial, após ser chamada para um teste surpresa. Com sua saída da Tabajara anos depois, partiu para a Rádio Correio, onde a personalidade extrovertida da radialista estimulou um dos diretores a mudar o perfil do programa que Zélia Gonzaga apresentava, o tornando mais conversado e com a participação dos ouvintes pedindo música ao vivo por telefone.

Já na Rádio Arapuan atuou como disc-jóquei, emissora na qual também trabalhava a radialista Nauda de Abreu, as duas únicas mulheres do veículo na época. Na emissora, Zélia Gonzaga conheceu o diretor comercial Janduhy Ernesto de Andrade, com quem se casou aos 24 anos de idade. Uma das condições para o casamento era que a radialista deixasse o rádio, o que resultou no afastamento de Zélia Gonzaga dos microfones por alguns anos. Entretanto, a oficialização da união só ocorreu após o nascimento dos filhos.

Da união nasceram os seus três filhos: João Henrique, Patrícia e Paulo Janduhy. Tempos depois, a família mudou-se para o Rio de Janeiro onde o marido trabalhou como funcionário para uma empresa e, posteriormente, com um negócio próprio. Aos 31 anos de idade, Zélia Gonzaga ficou viúva após o falecimento do marido em um acidente aéreo, em 1 de junho de 1973. Após quase dois anos de luto, voltou a João Pessoa e recebeu o convite do diretor da Rádio Correio AM, Deodato Borges, para trabalhar na emissora. Na Rádio Correio, Zélia Gonzaga passou a ler o horóscopo e atender as ligações de ouvintes no “Super Show da Manhã”, um programa líder de audiência apresentado pelo radialista Alex Duran e, posteriormente, pelo jornalista e radialista Germano Barbosa. Com este último Zélia Gonzaga formou uma das duplas mais populares da radiofonia paraibana, dele recebeu o título de “Dama do Rádio”. Na mesma emissora a radialista ainda apresentou o “A Noite é Nossa”, também de grande audiência.



SUMÁRIO

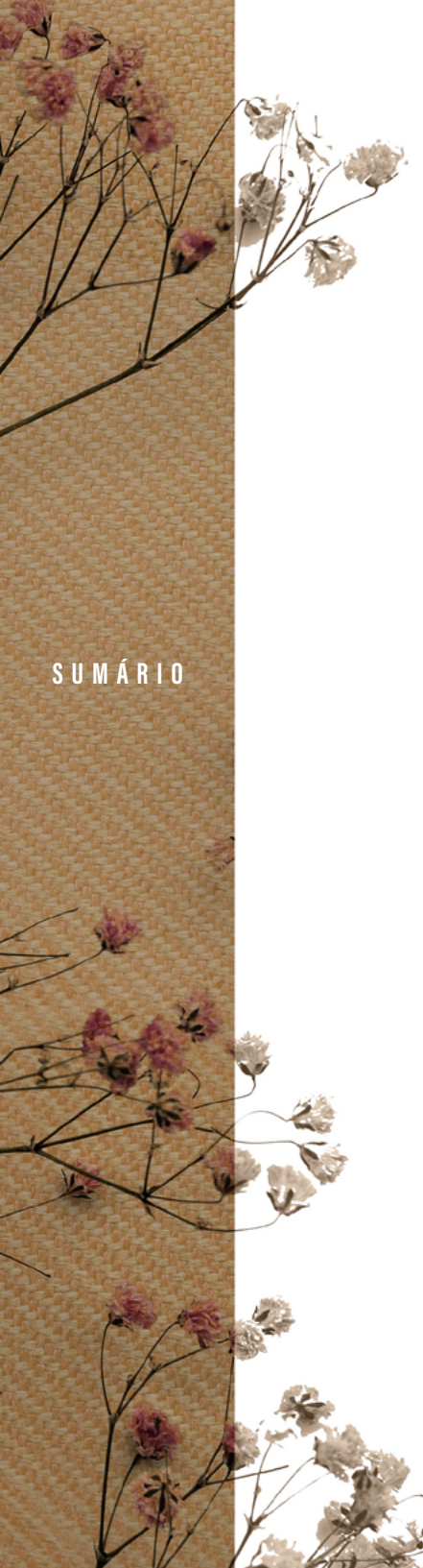
O diretor Deodato Borges costumava dizer que Zélia Gonzaga tinha “voz de mãe”, um dos motivos pelos quais era a favorita dos ouvintes no horário noturno. A relação próxima da radialista com os fãs é um dos aspectos mais marcantes de sua carreira. Zélia Gonzaga tinha por hábito tanto recebê-los nos estúdios, quanto realizar encontros com eles em sua própria casa. Quando Deodato Borges assumiu a direção da Rádio Tabajara, nos anos de 1990, também levou junto Zélia Gonzaga e seu companheiro de programa, Germano Barbosa. Além do sucesso da dupla nas manhãs paraibanas, no horário da noite apresentava o “*Programa Zélia Gonzaga: a Dama do Rádio*”, das 20h às 22h. Tempos depois avançaria nas horas e sua voz embalaria o “*Show da Madrugada*”, de meia-noite até às duas horas do dia seguinte. Ainda nas décadas de 1980 e 1990 apresentava nas tardes de sábado com o locutor Brito Gomes um programa político nas ondas da Rádio Cultura AM de Guarabira, no Brejo paraibano.

Zélia Gonzaga aposentou-se do rádio no início dos anos 2000 e foi morar no Paraná, na região Sul do País, estado no qual os filhos moram. Em 2005 recebeu de Deodato Borges um convite para voltar a João Pessoa e ao rádio para apresentar o “*Show da Madrugada*”. A radialista permaneceu cerca de dois anos à frente do programa. Com a gravidez da única filha, decidiu voltar ao Paraná para acompanhá-la.

Marcella Machado

INDICAÇÃO DE LEITURA:

MACHADO, Marcella. **A voz feminina do rádio:** vida e protagonismo de radialistas em João Pessoa. Monografia (Graduação em Jornalismo) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.



MAIOR, Gilson Souto. **Rádio:** História e Radiojornalismo. João Pessoa: A União, 2015.

NASCIMENTO, Pereira. **História da radiodifusão na Paraíba.** João Pessoa: Persona, 2003.

ZÊNIA CHAVES

(Zênia Chaves Araújo de Melo)

SUMÁRIO

Natural de Patos, Zênia Chaves foi uma das primeiras mulheres dirigentes sindicais na Paraíba nas décadas de 1980 e 1990. Ela foi aprovada no concurso público da Caixa Econômica Federal (CEF) aos 17 anos. Trabalhou em Patos, a partir de 1971, em João Pessoa, a partir de 1982, em Recife e em Natal, do final dos anos 1990 até início dos anos 2000, quando se aposentou. A partir de 1984, engajou-se nas lutas dos empregados da CEF, inicialmente na “Comissão dos EBs” – Escriturários Básicos e, em 1985, na “Comissão das 6 Horas, Já”. Tornou-se liderança nas lutas locais e nacionais dos empregados da Caixa por mudanças na legislação trabalhista para permitir o enquadramento como “bancários” e pela jornada de seis horas. Até então, eram denominados “economiários”, sem direito à jornada de trabalho dos bancários e à sindicalização. A luta nacional dos empregados da CEF se aproximou dos movimentos de oposição sindical bancária em todo país e as bandeiras de luta se integraram. Na década de 1980, os trabalhadores brasileiros lutaram para resgatar seus direitos de auto-organização em sindicatos livres e democráticos, cresceram pelo país os movimentos de oposição sindical inspirados no novo sindicalismo. Como os projetos políticos



SUMÁRIO

eram diferentes e opostos, as eleições sindicais envolviam disputas bastante acirradas.

Na Paraíba, a Oposição Sindical Bancária se organizou a partir de um pequeno grupo que concorrera às eleições em 1979 e 1982, repletas de manipulações, comprovações de fraudes e cerceamento de direitos. Em 1985, com um grupo de atuação mais ampliado, a Oposição Sindical Bancária liderou e organizou a participação dos bancários paraibanos na primeira greve nacional dos bancários. A Oposição participou, mais uma vez sem sucesso, das eleições no Sindicato dos Bancários, novamente sob suspeita de manipulação. Em 1986, os empregados da CEF conseguiram obter os direitos reivindicados e puderam se associar aos sindicatos. Na eleição sindical seguinte, em 1988, Zênia integrou a chapa da Oposição, sendo vencedora, e assumiu o cargo de secretária geral do Sindicato dos Bancários da Paraíba. Outras mulheres participaram da diretoria: Jandyra Pacheco (BB), Verônica Athayde, Isabel Cristina Henriques (PARAIBAN) e Rosa Márcia França (BEC). No decorrer do mandato, ocorreram mudanças e afastamentos de diretores por diferentes motivos e, com isso, Jandyra Pacheco, que inicialmente exercia a função de tesoureira, assumiu a presidência, em setembro de 1990 para concluir o mandato. Naquela ocasião, com Fernando Collor presidente, durante a greve nacional dos bancários, o governo decidiu fechar de forma autoritária três bancos estaduais (PARAIBAN, BEP e BANDERN) e uma Caixa Econômica estadual (CAIXEGO). Teve início um período de grandes desafios: a diretoria do Sindicato teve que desdobrar-se para participar tanto das lutas da categoria bancária em geral (era o período da data base para o acordo salarial) quanto da luta em defesa da manutenção do Banco do Estado e dos direitos fundamentais dos seus funcionários – que ficaram seis meses sem receber seus salários. Tudo isto numa conjuntura política, tanto nacional quanto local, ainda extremamente conservadora e desfavorável.



SUMÁRIO

Na eleição sindical de 1991, Zênia Chaves foi eleita a primeira presidenta do Sindicato dos Bancários da Paraíba num processo difícil e tumultuado, apesar de ter ganhado com tranquilidade nas urnas. O grupo político ligado à Federação dos Bancários da Paraíba recorreu à justiça, tentou impugnar as eleições e promover intervenção no Sindicato. Por trás, estavam os interesses nacionais de manter as estruturas antigas e garantir a sobrevivência da CONTEC – Confederação Nacional dos Bancários, na qual necessitavam dos votos da Federação da Paraíba. Foi preciso um grande esforço e mobilização para garantir a posse de Zênia, agregando a forte atuação do setor jurídico do Sindicato, coordenado por Marcos Luiz, uma grande mobilização de trabalhadores de outras categorias, além do apoio político e pessoal do então presidente nacional da CUT, Jair Meneguelli. Garantida a posse, Zênia assumiu em meio à continuidade da luta em defesa do PARAIBAN, com novos e grandes desafios para a entidade, para os funcionários e para o governo do estado. Zênia participou, como presidenta do Sindicato, da construção de um longo processo em que defendeu arduamente os direitos dos bancários do PARAIBAN, discutiu propostas e alternativas e ajudou a viabilizar a reabertura do banco, ainda que mais enxuto. Em paralelo, como parte importante da luta sindical, participou da direção da CUT-PB na secretaria a qual estava vinculada à Comissão Estadual da Mulher Trabalhadora. Com atuação destacada, passou a integrar a Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT, tendo participado, inclusive, de alguns eventos internacionais de fortalecimento da organização e das lutas das mulheres trabalhadoras de diversos países. Zênia apoiou e participou como conselheira da associação Cunhã Coletivo Feminista, criada em João Pessoa em 1991. Terminado o seu primeiro mandato no Sindicato dos Bancários, Zênia e todo grupo enfrentaram muitas dificuldades durante o processo eleitoral para reeleição, colocadas tanto por parte do grupo da Federação que dominava o Sindicato antes de 1988 e continuava tentando tumultuar as disputas, como por antigos aliados, o que

terminou por inviabilizar a finalização de seu mandato. Zênia voltou a trabalhar na CEF. Foi convidada a atuar no setor jurídico em Recife, onde ficou por um ano aproximadamente, foi transferida para o setor jurídico regional, em Natal, onde se aposentou.

Em Natal, na UFRN, fez graduação em Ciências Sociais. Depois de aposentada, e de volta a João Pessoa, após anos sem estudar, Zênia fez o ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio – e foi aprovada para o curso de História da UFPB. Realizou seu sonho de concluir a graduação em História e seguiu na vida acadêmica. Cursava o mestrado em História, com foco no estudo político e econômico do Grupo da Várzea, tendo publicado artigos sobre o assunto.

É importante enumerar datas e fatos, mas é preciso, também, registrar que Zênia fez parte de uma geração de mulheres e homens que, na segunda metade do século XX, no mundo inteiro, lutaram por mudanças nos costumes, romperam barreiras, ousaram desafiar, enfrentaram medos e definiram uma nova forma de participar na sociedade como pessoas autônomas, livres, cidadãs. Antes de irem para a rua participar de movimentos sociais, as mulheres romperam tradições e costumes dentro de suas próprias casas nas relações com pais e mães, irmãos, tios, maridos. Começaram a lutar e construir novos direitos como o direito de ser, pensar e agir de maneira diferente, e garantir o respeito às diferenças. Questionaram e transformaram os padrões tradicionais de família e de educação dos filhos e criaram mudanças. No Brasil dessa geração, mulheres e homens também cresceram lutando contra a ditadura militar e decidiram participar da vida política e sindical do País. Essa geração aprendeu e ensinou princípios de democracia e de luta por direitos nos espaços privados e coletivos. Foram muitas mudanças, muitos avanços – mas ainda há muito por fazer, há muitos direitos a garantir e novos a conquistar. As mulheres, que tanto contribuíram para todas essas mudanças, ainda são poucas na vida política do País. Zênia, que fez parte dessa geração, deixou sua marca por



SUMÁRIO

onde passou – sua inteligência desafiadora e sagaz, seus conhecimentos e sua perspicácia, suas colocações leves e seu bom humor fazem e farão falta na construção das mudanças e transformações ainda tão necessárias.

Filha de Maria do Socorro Chaves Araújo e Darci Araújo, Zênia foi irmã, mãe e avó. Sempre dizia ter sido precoce em tudo, desde o seu nascimento em Patos, sertão da Paraíba, em 30 de dezembro de 1956. Segunda filha de Socorro e Darci, nasceu no mesmo ano do primogênito, Vicente Chaves. Depois dela vieram os irmãos, Darci e Roberto, e a irmã, Ana Zuíla. Zênia começou a ler com três anos de idade e a função de ensinar as tarefas aos irmãos menores sempre era dela. Com a idade de 13 anos, passou a trabalhar na Fundação Francisco Mascarenhas, mesmo local onde trabalhava sua mãe, e passou a ajudar financeiramente em casa; inclusive, usou seu primeiro salário para comprar a boneca dos sonhos da irmã caçula. Apaixonou-se e se casou cedo, aos 16 anos. Foi mãe aos 20 anos, com o nascimento de Érico Renato Filho, e, aos 23, nasceu sua filha Érica Renata. Aos 26 anos, separou-se de “Érico pai” e mudou-se, em definitivo, para João Pessoa. Seus filhos cresceram, estudaram, tiveram filhos, criaram suas próprias vidas. Zênia era apaixonada por seus três netos – Beatriz, Rafael e Mariah. Onde quer que Zênia morasse, sua casa era sempre muito aconchegante e acolhedora – familiares e amigos eram sempre bem recebidos e acolhidos, com carinhosos abraços e longas conversas, sempre enriquecidas por debates e acompanhados por boa música. Para além das lutas políticas e sociais, consolidou-se um grupo de grandes amigas e amigos que se mantém unido há pelo menos três décadas. Lutamos, sofremos, crescemos, cantamos, dançamos, choramos e rimos muito, juntos. Zênia nos deixou no final de 2021. Em sua homenagem, este texto foi escrito com a colaboração de Ana Zuíla Chaves, Isabel Cristina Henriques, Rosa Marcia França, Ana Bandeira e Marcos Luiz.

Jandyra Pacheco

INDICAÇÃO DE LEITURA:

MELO, Zênia Chaves Araújo de. Dossiê Grupo da Várzea Parte I: Herdeiros de Oligarquias e Fazedores de Fortunas. **Brasil de Fato Paraíba**, João Pessoa, 9 mar. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefatopb.com.br/2021/03/09/dossie-grupo-da-varzea-parte-i-herdeiros-de-oligarquias-e-fazedores-de-fortunas>. Acesso em: 27/01/2023.

MELO, Zênia Chaves Araújo de. Dossiê Grupo da Várzea Parte II: Era de interventores e de consolidação de impérios. **Brasil de Fato Paraíba**, João Pessoa, 24 mar. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefatopb.com.br/2021/03/24/dossie-grupo-da-varzea-parte-ii-era-de-interventores-e-de-consolidacao-de-imperios>. Acesso em: 27/01/2023.

MELO, Zênia Chaves Araújo de. Dossiê Grupo da Várzea Parte III: da democratização aos conflitos agrários (1946-1958). **Brasil de Fato Paraíba**, João Pessoa, 17 abr. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefatopb.com.br/2021/04/17/dossie-grupo-da-varzea-parte-iii-da-democratizacao-aos-conflitos-agrarios-1946-1958>. Acesso em: 29/01/2023.

Z

EZITA MATOS

(Severina Zezita de Sousa Matos)

Zezita Matos, cujo nome de registro é Severina de Sousa Pontes, é professora e atriz, sendo considerada a “primeira-dama do teatro paraibano”. Nascida no município de Pilar, em 28 de agosto de 1942, filha de Manoel de Sousa Pontes, pequeno



SUMÁRIO

comerciante, e de Maria José Pereira, doméstica, que a incentivou a não aprender a cozinhar para não ter a mesma profissão, Zezita estudou, entre 1953 e 1956, em Campina Grande, no Colégio das Damas, em regime de internato. Em 1957, mudou-se com a família para João Pessoa, matriculando-se no Liceu Paraibano e ingressando no movimento estudantil. No ano seguinte, ao participar de um congresso em Campina Grande, conheceu Breno Matos, com quem posteriormente se casaria, e que a introduziu no mundo do teatro e também da militância política, já que ele, além de fazer parte do grupo “Teatro Popular de Arte”, integrava a juventude comunista da Paraíba. Assim, em 1958, ingressou na militância do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e fez a sua estreia no Theatro Santa Roza, no papel principal da peça *Prima Dona*, substituindo a atriz escalada para este papel que, de última hora, não pôde participar do espetáculo. Nesse período, começou a frequentar as reuniões do PCB na casa do dentista e militante Leonardo Leal, onde conheceu diversas lideranças comunistas da Paraíba, a exemplo de José Anísio Maia e Manoel Alves. Além de iniciar o seu processo de formação, foi encarregada pelo partido de diversas ações práticas, como promover a leitura de textos comunistas nos bairros da periferia de João Pessoa e de municípios do interior. Ingressou também na CEPLAR (Campanha de Educação Popular), vinculada ao governo do estado, trabalhando na alfabetização de adultos. Mas, seria no trabalho com as Ligas Camponesas que Zezita teria uma atuação preponderante. Ela foi a primeira secretária do escritório das Ligas Camponesas e costumava acompanhar Manoel Alves nas suas viagens aos diversos municípios onde o partido atuava junto àquelas. Ao mesmo tempo, o trabalho de atriz continuava e Zezita conciliava as apresentações nos teatros de palco com as experiências do teatro popular de rua, no qual as questões sociais e a problemática fundiária, característica da zona da mata paraibana, eram temas constantes.



SUMÁRIO

Em 1964, com o golpe civil-militar, ela não foi presa, pois os policiais que a buscaram no Liceu procuraram pelo seu verdadeiro nome e não pelo apelido pelo qual era conhecida – Zezita. Por esta razão, em 1992, ao incorporar oficialmente o “Zezita” ao seu nome, ela não quis eliminar o “Severina”, posto que foi este nome que salvara a sua vida. Naquele momento em que diversas amigas da CEPLAR eram presas, ela foi obrigada a abandonar os estudos (estava no 2º ano do Clássico) e a refugiar-se na casa de um tio, funcionário público de perfil conservador, confiável aos olhos do regime. O seu namorado, Breno, foi preso e levado para o quartel do Grupamento de Engenharia, onde permaneceu detido por oito meses. Nesse período, Zezita conseguia visitá-lo passando-se por uma irmã falecida de Breno, Orieta. Em 1965, após Breno ser solto, eles se casaram e, através do exame de madureza (atual supletivo), ela concluiu os estudos e ingressou no curso de Letras da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Posteriormente, cursou Pedagogia, fazendo o estágio supervisionado no Colégio Dom Adaúto. O trabalho executado por Zezita, centrado na implementação de ações culturais com os alunos, fez com que, em 1972, o Pe. José Trigueiro do Vale, da Paróquia de Lourdes, a qual o colégio estava subordinado, a convidasse para assumir a direção do educandário. Mesmo se afirmando como comunista e atriz, o convite foi mantido e Zezita iniciou um trabalho centrado em conceitos freireanos. Em 1980, o mesmo Pe. Trigueiro a convidou para assumir a coordenação do curso de Pedagogia do Unipê (Centro Universitário de João Pessoa), instituição onde permaneceu por 40 anos, exercendo também os cargos de coordenadora do curso de Letras e de ouvidora, além de ter criado o Programa de Responsabilidade Cultural, o Cineclube e o UNIPÊ Música.

Durante a ditadura militar, a militância política foi suspensa, só retomada nos anos 1980, quando Zezita voltou a se reunir com militantes comunistas que, junto com Luís Carlos Prestes, rompiam com o PCB. Como resultado, Zezita e esse grupo fundaram



SUMÁRIO

o Centro de Estudos Políticos Olga Benário. Ao longo desse período, Zezita conciliou as atividades do magistério com o teatro, não mais o teatro popular ou politicamente engajado, mas espetáculos que abordavam a temática nordestina e da mulher, e aqueles que, de forma sutil, transmitiam uma mensagem política. Para tanto, trabalhou com diretores como Elpídio Navarro, do grupo do Theatro Santa Roza, Altimar Pimentel e Fernando Teixeira, encenando obras como *Auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna, *Coiteiros*, de José Américo de Almeida, *Viva a Nau Catarineta*, de Altimar Pimentel, e o espetáculo de Fernando Teixeira, *O que vai fazer, chamar a polícia?*, censurado pela Polícia Federal, mas que terminou por ser liberado, provocando grande repercussão, que lhe garantiu permanecer em cartaz por quase um ano.

Com o espetáculo *As Velhas*, no ano de 2000, participou do Palco Giratório, projeto de divulgação das artes cênicas mantidos pelo SESC, por meio do qual viajou por grande parte do País e ganhou o prêmio de melhor atriz no Festival Nordeste de Teatro de Guaramiranga. A temática expressamente política voltaria apenas em 2010, com o espetáculo *Milagre Brasileiro*, do Coletivo Alfenim, momento em que Zezita reviveu as experiências da ditadura, sobretudo ao lembrar-se das sevícias às quais o velho amigo Manoel Alves fora submetido.

Além do teatro, Zezita Matos dedicou-se ao cinema, participando, ainda em 1965, do filme *Menino de Engenho*, sob direção de Walter Lima Junior. Contudo, o retorno às telas se daria apenas no ano de 2000, no curta-metragem *A Canga*, de Marcus Vilar. O sucesso do filme suscitou uma guinada em sua carreira, com uma sucessão de convites para curtas e longas-metragens, acompanhados por diversos prêmios. Assim, em 2005, atuou no longa *Cinema, Aspirinas e Urubus*, de Marcelo Gomes e, em 2006, interpretou a avó da protagonista em *O Céu de Suely*. O seu desempenho em *Mãe e*



SUMÁRIO

Filha, de Petrus Cariry, em 2011, valeu a Zezita os prêmios de melhor atriz no Cine Ceará, FestCine Goiânia e FestCine Maracanaú, tendo recebido sua primeira indicação ao Prêmio Guarani, na categoria de melhor atriz coadjuvante.

Novas participações viriam em 2015, como a matriarca Dona das Dores, em *A História da Eternidade*, filme dirigido por Camilo Cavalcante, que lhe valeu o prêmio de melhor atriz no Festival Internacional de Cinema da Fronteira e no Festival Paulínia de Cinema. E, em 2018, em *Pacarrete*, de Allan Deberton, filme em que obteve sua primeira indicação da Academia Brasileira de Cinema ao Prêmio Grande Otelo, na categoria melhor atriz coadjuvante, além da vitória no Prêmio Guarani de melhor atriz coadjuvante, em 2021. Nova premiação viria com *Deserto Particular*, de Aly Muritiba, filme de 2021, indicado como representante brasileiro na disputa do Oscar de melhor filme estrangeiro; e que deu a Zezita o prêmio de, também, melhor atriz coadjuvante no Cine PE, festival de cinema em Recife.

A televisão também marcou a carreira de Zezita Matos com a sua participação em três novelas da Rede Globo. Convidada pelo diretor e cineasta Luiz Fernando Carvalho, em 2016, ela participou de *Velho Chico*, de Benedito Ruy Barbosa e, em 2018, de um dos episódios da série *Onde nascem os fortes*. Em 2020, na novela *Amor de Mãe*, fez o papel da mãe da protagonista.

Zezita Matos foi a primeira mulher a dirigir o Theatro Santa Roza (1982) e a assumir a presidência da Academia Paraibana de Cinema (2018). Em plena atividade, durante a pandemia, participou de diversos curtas-metragens e recentemente rodou dois longas: *O baldio som de Deus*, dirigido por Frederico Machado, e *Atmosfera*, de Paulo Caldas.

Monique Cittadino

Rodrigo Freire de Carvalho e Silva



SUMÁRIO

INDICAÇÃO DE LEITURA:

COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE JOÃO PESSOA.

Relatório. João Pessoa: Editora do CCTA/UFPB, 2020.

CORREIO DAS ARTES. Zezita Matos, 80 anos. João Pessoa, 2022.

PARAÍBA CRIATIVA. Zezita Matos. [s. l], 1 ago. 2016.
Disponível em: <https://paraibacriativa.com.br/artista/zezita-matos/>. Acesso em: 20/11/2022.

S

OBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Alômia Abrantes

Nascida em Sousa, sertão da Paraíba, desde cedo se interessou pelas histórias narradas pelos mais velhos, em especial pelas mulheres da família. Logo, esse gosto pelas narrativas motivou o interesse pela leitura e escrita e influenciou a escolha, adiante, pelas formações em Jornalismo e História, realizadas na UFPB. Como o apelo do trabalho com a pesquisa histórica e a sala de aula se fez mais forte, cursou mestrado e doutorado em História na UFPE, focando nas narrativas sobre mulheres na primeira metade do século XX e nas discussões de gênero; tornou-se professora da UEPB, campus Guarabira, onde leciona há mais de vinte anos. Atualmente também é pesquisadora vinculada à Fundação Casa de José Américo (FCJA).

Aldenize da Silva Ladislau

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. Graduada em História (licenciatura) pela mesma Universidade. Pesquisa sobre a presença das mulheres no periódico paraibano *O Publicador* (1864-1869). É membro do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste Oitocentista (GHENO).

Alcione Ferreira da Silva

Possui graduação em História (licenciatura plena) pela Universidade Estadual da Paraíba, especialização em História e Cultura Afro-Brasileira e em Gestão Pública, também pela UEPB. Graduada em Serviço Social (bacharelado), tem mestrado em Serviço Social (UEPB). Integra o Núcleo de Estudos e Pesquisa Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI/UEPB), o Grupo de Estudos Abayomi/UEPB e a Frente Nacional de Assistentes Sociais no Combate ao



SUMÁRIO

Racismo. É professora substituta no Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba.

Amanara Bandeira de Araújo

Graduada em História pela Universidade Federal da Paraíba. Trabalha com práticas integrativas, com especialização em Aromaterapia pela UFRN. Atua como doula desde 2016, fazendo parte da Associação de Doulas da Paraíba desde a sua fundação. Participou do projeto pioneiro de Doulas Voluntárias desenvolvido pela Prefeitura de João Pessoa, primeiro como aluna do curso e voluntária no SUS, e depois como formadora de outras doulas. Iniciou sua militância localmente no movimento pela Humanização do Parto e Nascimento e depois passou a compor articulações nacionais de movimentos por direitos sexuais e reprodutivos. Fez parte da construção da Federação de Doulas do Brasil, fundada em 2018 em João Pessoa.

Amanda Jascellyne Dias Rodrigues

Graduanda em Arquivologia pela Universidade Federal da Paraíba e membra do Grupo de Estudos e Pesquisa em Cultura, Informação, Memória e Patrimônio – GECIMP.

Ana Carolina de Araújo Abiahy

Jornalista paraibana, trabalha na Reitoria do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). É formada em Comunicação Social (Jornalismo) pela Universidade Federal da Paraíba, onde também concluiu o mestrado em Letras na área de concentração de Literatura e Cultura. Foi professora substituta da UFPB e trabalhou na imprensa paraibana durante cinco anos em jornal e revista. Desenvolveu pesquisas nas áreas de Literatura e de Comunicação, com ênfase em aspectos identitários, tendo publicações nestas áreas em periódicos, livros e anais de eventos. É sobrinha-neta de Olivina Olívia Carneiro da Cunha.

Ana Cristina Barboza de Lima

Nasceu em Petrópolis - RJ, mudou-se para João Pessoa em 1999, onde reside. Formada em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), é editora e revisora com foco na produção de conhecimento de mulheres e de organizações sociais através da Livreditora. Mulher negra, feminista e educadora. Atuou como secretária executiva da Universidade Livre Feminista, compondo sua rede de colaboradoras. Integrou as equipes da Cunha Coletivo Feminista e



SUMÁRIO

Bamidelê – Organização de Mulheres Negras na Paraíba. Militante do campo da Articulação de Mulheres Brasileiras.

Ana Lúcia Sousa Pinto

Professora da educação básica da rede municipal de ensino, licenciada em Educação Física pela Universidade Federal de Pernambuco, mestre em educação pela Universidade Federal da Bahia e doutoranda na mesma instituição. Desde 2008 trabalha na política pública de saúde nas esferas municipal e federal, se formou doula em 2013, e desde então participou do movimento de doulas no Distrito Federal até o ano de 2016. Em seguida, quando voltou a morar em João Pessoa, vem participando da Associação de Doulas da Paraíba. Militante do movimento pela Humanização do Parto e do Nascimento, e participante de coletivos feministas e de saúde coletiva. Mãe de três filhas.

Ana Lúcia Tavares de Oliveira

Graduada em Pedagogia e em Arquivologia; especialista em Educação em Direitos Humanos e em Psicopedagogia; mestre em Ciência da Informação pela UFPB, doutora em Ciência da Informação pela UFPE. Pesquisa a cultura de matriz afrobrasileira. É membro dos grupos de pesquisa Estudos Interdisciplinares em Música, Corpo, Gênero e Saúde; Linguagens e Culturas Populares; e Educação, Pesquisa e Produção Científica. Participa dos projetos de extensão e pesquisa saúde arte: troca de saberes e difusão da cidadania, e Coletivo Atuador. Integra os grupos AjaMulher e Oju-Örun, Maré Produções Artísticas e Educacionais, Baque Mulher, e a Nação de Maracatu Encanto do Pina - PE. É atriz, cantora e dançarina popular.

Ana Maria Veiga

Doutora em História com pós-doutorado em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina. É professora do Departamento de História e do PPGH da Universidade Federal da Paraíba. Pesquisa história visual e história digital, teorias da história, estudos decoloniais e interseccionalidades. Líder do grupo ProjetAH - História das Mulheres, Gênero, Imagens, Sertões. É uma das organizadoras do livro *Das Margens: lugares de rebeldias, saberes e afetos*; também autora da obra *Cineastas brasileiras em tempos de ditadura*; e diretora do webdoc *Fala Sertaneja* (todos de 2022). Roteirista do documentário *Quem precisa de identidade?* (2020). É presidenta da Associação Nacional de História - ANPUH-Brasil (biênio 2023-2025).



SUMÁRIO

Ana Paula Romão de Souza Ferreira

Professora associada, junto ao Departamento de Habilitações Pedagógicas da Universidade Federal da Paraíba, atuando nas áreas de Pesquisa, Política Educacional e Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira. É historiadora, mestra e doutora em Educação Popular pela UFPB. Possui projetos de ensino, pesquisa e extensão nas temáticas de Educação do e no Campo e Relações interseccionais de classe, gênero, étnico-raciais e territorialidades. Principais produções/orientações: Memória Camponesa, Práticas educativas no campesinato, Educação Quilombola e Legislação antirracista, a partir das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008. É líder no Grupo do CNPq “Práticas Educativas Griô: cultura, gênero e etnias”.

Ana Patrícia Sampaio de Almeida

Assessora técnica do Centro de Ação Cultural, Coordenadora Nacional do Programa Mercosul Social e Solidário até 2015; secretária executiva da Plataforma Mercosul Social e Solidário. Graduada e mestra em Ciências Sociais. Foi professora substituta do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais da UEPB e consultora do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, no Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Curimatáu e Seridó Paraibano. Coordena projetos sociais voltados à formação em desenvolvimento local, integração regional e instâncias decisórias em políticas públicas urbanas e rurais para mulheres e juventude. Recebeu o Prêmio Ceci Melo de Participação Social.

Anna Rachel de Arruda Tavares

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba.

Aparecida dos Santos Bezerra

Mais conhecida como Cida Potiguara, é enfermeira e parteira indígena potiguara, sendo uma referência na área da saúde para o seu povo.

Anicleide de Sousa

Paraibana, sertaneja, nascida na cidade de Catolé do Rocha, filha de mãe professora e pai agricultor. Graduada em licenciatura plena em História pela Universidade Federal da Paraíba. Mestre em História e Regionalidades pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. Atua como



SUMÁRIO

professora de história na Rede Estadual de Ensino da Paraíba, na cidade de Belém do Brejo do Cruz, no sertão paraibano, em defesa de uma educação pública e de qualidade.

Anadilza Maria Paiva Ferreira

Nasceu em João Pessoa - PB. É formada em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. É assistente social, educadora popular e especialista em violência contra crianças e adolescentes e atua no enfrentamento à violência contra meninas e mulheres. Foi integrante do grupo Chimalmans Mulheres de Teologia e fez parte da Rede de Colaboradoras da Universidade Livre Feminista. Trabalhou na Cunha Coletivo Feminista e na Casa Pequeno Davi. Faz parte da Rede de Colaboradoras da Cunha - Coletivo Feminista e integra a Articulação de Mulheres Brasileira na Paraíba (AMB/PB).

Bruna Grasielle da Selva Nascimento

Enfermeira, pós-graduada em saúde coletiva, mestra em educação popular pela Universidade Federal da Paraíba. Doula, educadora perinatal, educadora popular. Atua na atenção materno infantil desde 2011. Foi secretária executiva e presidenta da Associação de Doulas da Paraíba, tendo sido também presidenta da Fenadoulas BR. É assessora técnica no Instituto Cândida Vargas, segue realizando apoio institucional relacionado a Política da Iniciativa Hospital Amigo da Criança e do Cuidado Amigo da Mulher. É pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR), vinculado ao Núcleo de Pesquisa e Extensão em Economia Solidária e Educação Popular (NUPLAR) da Universidade Federal da Paraíba.

Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio

Escritor, historiador e professor. Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP). Publicou livros dos mais diversos gêneros, entre coletâneas de poemas e contos, antologias, ensaios e roteiros biográficos em quadrinhos. É sócio efetivo do Instituto Histórico de Campina Grande, da Academia de Letras de Campina Grande e da UBE - PB. É professor da ECIT Elpidio de Almeida, consultor da área de memória institucional e parecerista cultural.

Carla Maria de Almeida

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), especialista em História do Brasil e da Paraíba



SUMÁRIO

pela Faculdade Integrada de Patos (FIP); graduada em licenciatura plena em História e bacharelado em Arquivologia pela UFPB.

Carlos André Macêdo Cavalcanti

Mestre e doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco, com pós-doutorado em Ciências da Religião pela PUC-GO. Membro fundador do Comitê Nacional da Diversidade Religiosa (CNDR) da SDH/Presidência da República. Atua na Coordenação Nacional do Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (Fonaper) e é membro das ONGs Soter e Anptecre; e é filiado à Associação Nacional de História - ANPUH. Está lotado no Departamento de Ciências das Religiões da UFPB. Tem experiência administrativa e de gestão em coordenação e chefia públicas e privadas, além da superintendência de ONG da Sociedade Civil. É coordenador das Graduações em Ciências das Religiões da UFPB.

Charliton José dos Santos Machado

Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba, doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tem pós-doutorado em História e Filosofia da Educação pela Universidade Estadual de Campinas e em Educação pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra - Portugal. Professor titular da UFPB, lotado no Departamento de Metodologia da Educação do Centro de Educação. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, nível IC. Membro da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE). Professor com atuação permanente nos seguintes Programas de Pós-Graduação: Educação (PPGE) e Sociologia (PPGS), ambos da UFPB.

Courtney J. Campbell

Professora Associada em História Latino-Americana e codiretora do Instituto Brasileiro na Universidade de Birmingham, no Reino Unido. É autora do livro *Region Out of Place: The Brazilian Northeast and the World (1924-1968)*, publicado pela editora da Universidade de Pittsburgh em 2022. Atualmente, desenvolve um projeto focado nas pessoas que cuidaram de Anita Prestes, filha de Olga Benário Prestes e Luis Carlos Prestes, nos primeiros meses de vida, durante o exílio no México, e após a chegada no Brasil.

Cristiane Cavalcanti Freire

Nascida em João Pessoa - PB, é educadora popular e terapeuta holística. Graduada e mestre em Serviço Social pela Universidade



SUMÁRIO

Federal da Paraíba. Mestre em Reiki pela Afya - Centro Holístico da Mulher. Atualmente é discente no curso Terapias Complementares em Saúde pela Uniasselvi.

Cristina Lima

Nascida em Petrópolis - RJ, mudou-se para João Pessoa em 1999, onde reside. Formada em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), é editora e revisora com foco na produção de conhecimento de mulheres e de organizações sociais através da Livreditora. Mulher negra, feminista e educadora. Atuou como secretária executiva da Universidade Livre Feminista, compondo sua rede de colaboradoras. Integrrou as equipes da Cunha Coletivo Feminista e Bamidelê Organização de Mulheres Negras na Paraíba. Militante do campo da Articulação de Mulheres Brasileiras.

Daniella Alves de Melo

Graduada em Relações Públicas, mestre e doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. Integrante do Grupo de Estudos em Sociologia, Comunicação e Informação - GEPSCI.

Dayane Nascimento Sobreira

Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos pela Universidade Federal da Bahia. Mestra em História pela Universidade Federal da Paraíba. É pesquisadora na área da história das mulheres, história das mulheres na Paraíba, movimentos de mulheres rurais, movimentos sociais do campo, educação do campo, história agrária e ensino de História, com tese de doutorado defendida sobre a Marcha das Margaridas. Realiza estágio pós-doutoral com bolsa FAPESQ no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande.

Dayanny Deyse Leite Rodrigues

Mulher, sertaneja e feminista, é doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (UFG). Graduada e mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba. Especialista em Gênero e Diversidade na Escola - GDE pela mesma instituição. Especialista em História do Brasil e da Paraíba pelas Faculdades Integradas de Patos (FIP).



SUMÁRIO

Pesquisadora das temáticas Mulher e Política Partidária, e o “Primeiro-damismo” no Brasil.

Edna Maria do Nascimento Silva

Mestra em Ciência Política, doutora em Educação. Educadora popular, atuou na Diocese de Garanhuns; na Pastoral de Juventude do Meio Popular; no Conselho Indigenista Missionário; na Comissão Pastoral da Terra; na Cáritas Brasileira; e no Gabinete de Mobilização Social da Presidência da República. Esteve com Frei Betto na nucleação e formação em Educação Popular nos programas Fome Zero e Bolsa Família, na formação de lideranças populares de povos e comunidades tradicionais. Na Paraíba, trabalhou na S.E. de Desenvolvimento Humano; na Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para Mulheres; na Cunha-Coletivo Feminista; e no Centro Municipal de Atividades Pedagógicas Integradas Arthur da Costa Freire.

Ekeidi Maria Goreti Oyálodé da Silva Marques Maciel

Graduada em Ciências das Religiões (UFPB); Educadora Popular pela Escola Quilombo Palmares; Artesã de Cultura Tradicional; iniciada no candomblé no Ilê Axé Omilodé, com o Babalorixá Erivaldo de Omijunguê. Filha de Iansã do Balé, senhora da morte. Em 2023 recebeu o título de Doutora Honoris Causa pela Faculdade Formação Brasileira e Internacional de Capelania e a Ordem dos Capelães do Brasil. Fundadora do Grupo de Mulheres de Terreiro Iyálodé. Coordenadora da Rede Nacional Afrobrasileira de Saúde RENAFRO. Conselheira do Conselho Estadual da Mulher, Conselho Estadual de Igualdade Racial, CONSEA Estadual, e Conselho Municipal de Saúde de João Pessoa.

Elbio Troccoli Pakman

Professor titular aposentado da UFPB dos departamentos de Economia e de Turismo e Hotelaria. Graduação e mestrado em Economia (Escola Superior de Ciências Econômicas de Praga) e doutorado em Economia (Instituto de Economia da Academia de Ciências da Tchecoslováquia). Pós-doutorados: Université de Paris X; Université du Québec à Hull e University of Ottawa; University of Manchester. Consultor da CAPES na área de Economia. Foi chefe dos Departamentos de Economia e Finanças e de Turismo e Hotelaria, Coordenador do mestrado em Economia da UFPB. Membro do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão,



SUMÁRIO

da UFPB. Autor de quatro verbetes na Enciclopédia Econômica da Tchecoslováquia (1984).

Elinaide Alves Carvalho

Formada em Letras, professora, terapeuta integrativa, ritualista, integrante da Afya - Centro Holístico da Mulher, aprendiz de parteira.

Fernanda de Araújo Oliveira

É graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba; participou do Projeto de Iniciação à Docência da UEPB de 2018 a 2020, também foi monitora bolsista da Extensão Universitária “Trajetórias de Mulheres Negras, Indígenas e Afro-Indígenas da Paraíba”. Atualmente é mestranda em História Social da Cultural Regional pela Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Fernando Domingos de Aguiar Júnior

Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba, doutorando em História – COC/FIOCRUZ.

Flaviano Batista Ferreira

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. Especialista em Ensino de História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Graduado em licenciatura plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba. Pesquisa sobre Memória e Prostituição Feminina na cidade de Itabaiana nas décadas de 1950 a 1980. É membro do grupo de pesquisa ProjetAH – História das Mulheres, Gênero, Imagens e Sertões.

Franciele da Silva Santos

Nascida em Sousa - PB, é doutoranda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Gabriela Castro de Lima

Graduada em História pela UFPB. Recebeu o Prêmio Elo Cidadão com o projeto “Saberes em Roda: projeto de videoaulas sobre cocos de roda da Paraíba”, em colaboração com a Universidad del Valle Cali (Colômbia) e a Cátedra UNESCO Estudos Transculturais da Música (Alemanha). Coautora do Projeto de Lei nº 1724/2020 que cria o Dia Municipal do Coco de Roda e Ciranda em João Pessoa. Trabalha



SUMÁRIO

pelas leis que reconhecem os cocos de roda, cirandas e mazurcas como patrimônio cultural imaterial a nível municipal (João Pessoa) e estadual (PB). Integra o Fórum Estadual das Culturas Populares e o Fórum de Patrimônio Cultural da capital.

Gabriella Loiola

É natural de Recife - PE, jornalista formada e mestranda pela UFPB, com pesquisas na área de gênero e voltadas para a cobertura de violência pela mídia em busca de práticas para coibir o ataque às mulheres no jornalismo. Web repórter, entusiasta por ouvir e contar histórias.

Genilma Ricardo da Silva

Natural de Guarabira - PB, reside na cidade de Riachão. Licenciada em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/Campus III), mestra em História Cultural pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande. É professora da rede Estadual de Ensino da Paraíba, lecionando na Escola Cidadã Integral Pedro Ribeiro de Lima, em Riachão - PB.

Geórgia Inês de Mélo Barbosa

Graduada em Letras-Inglês pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/Campus III), especialista em Psicopedagogia (CBPEX/FABEX). Estudante de História da UEPB/Campus III.

Gilberta Santos Soares

Feminista, psicóloga social e clínica, com formação em psicanálise. Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos pela Universidade Federal da Bahia. Mestra em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Sócia-fundadora da Organização Não Governamental Cunhã Coletivo Feminista (PB). Foi secretária de Estado da Mulher e da Diversidade Humana da Paraíba. Atualmente, atua na clínica psicanalítica, vinculada ao Espaço Psicanalítico da Paraíba.

Gisele Rocha Cortês

Feminista antirracista, graduada em Pedagogia e Ciências Sociais pela UNESP. Mestra e doutora em Sociologia (UNESP). Professora do Depto. de Ciência da Informação e do PPG em Ciência da Informação da UFPB. Coordenou o Centro de Referência da Mulher Heleieth Saffioti na prefeitura de Araraquara. No movimento de



SUMÁRIO

mulheres e feminista, contribuiu para a implantação de políticas públicas para as mulheres, no enfrentamento à violência doméstica. Pesquisa mediação da informação, gênero e informação etnicorracial. Coordenou o GT3 - Mediação, Circulação e Apropriação da Informação da ANCIB. Vice-líder do Grupo de Estudo e Pesquisa Mediação, Representação da Informação e Marcadores Sociais da Diferença (GeMINAS).

Gislaine da Nóbrega Chaves

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), atua no curso de Pedagogia (com área de aprofundamento em Educação do Campo), da Universidade Federal da Paraíba, Campus I, João Pessoa - PB. Pesquisa e orienta em História das Mulheres, Relações de Gênero, Educação e Movimentos Sociais. Compõe o Conselho Técnico Científico do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Ação sobre Mulheres e Relações de Sexo e Gênero (NIPAM).

Gloria Rabay

Ativista Feminista, professora do Departamento de Jornalismo, do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPJ) e do PPG em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH), todos na UFPB. Doutora em Ciências Sociais. Pesquisa sobre Mulheres e Política, Mulheres no Jornalismo, Violência de Gênero e Feminicídio na Imprensa. Nos anos 1980, esteve na formação dos primeiros grupos feministas da Paraíba, o Grupo Feminista Maria Mulher e o Centro da Mulher 8 de Março.

Gracy Kelli Martins

Doutora pelo PPG em Ciência da Informação da UNESP, mestra em Ciência da Informação pela UFPB, graduada em Biblioteconomia pela UFPE. Professora associada do Depto. de Ciência da Informação, do PPG em Ciência da Informação da UFPB e do PPG Profissional em Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Líder do GeMinas - Grupo de Estudos e Pesquisas em Mediação e Representação da Informação e os Marcadores Sociais da Diferença; compõe a Comissão de Acolhimento, Informação e Enfrentamento à Violência de Gênero (DCI/UFPB). Estuda a Organização e Representação da Informação e do Conhecimento e a Mediação e Apropriação da informação em interface com marcadores sociais da diferença: gênero, raça e classe social.



SUMÁRIO

Grícia Guedes do Nascimento

Natural de Santa Rita - PB, é professora, tem mestrado em Ciências das Religiões pela Universidade Federal da Paraíba, é especialista em Educação Ambiental pela Faculdade Integrada de Patos (FIP), graduada em Ciências, habilitação em Biologia (UEPB). Pesquisadora do Grupo Videlicet, pesquisadora em Educação Ambiental, Religiões Afro-Brasileira e Afro-Ameríndias.

Idalina Maria Freitas Lima Santiago

Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado da Paraíba (UEPB); integrante do Grupo Flor e Flor Estudos de Gênero e Sexualidade - UEPB; tem bacharelado em Serviço Social pela Universidade Católica do Salvador - BA, mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba e doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Iany Elizabeth da Costa

Doutora em Geografia - PosGeo/UFF. Atua no Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura da Paraíba - MPCTP/PB.

Iranice Gonçalves Muniz

Professora e pesquisadora na Universidade Federal da Paraíba, no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas/PPGD/CCHLA//UEPB. Membro do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH/UEPB). Como assessora jurídica da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Memorial das Lutas Camponesas (MLLC), sempre atuou na defesa das camponesas e dos camponeses na luta por reforma agrária no Brasil.

Irene Marinheiro

Professora de português, ativista dos direitos humanos e feminista. Foi membro da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba. Atualmente coordena a ONG feminista Centro da Mulher 8 de Março, é secretária executiva da Rede Interinstitucional de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes da Paraíba (REDEXI/PB), e coordenadora da Regional do Nordeste no Comitê Nacional de Enfrentamento à Exploração Sexual.



SUMÁRIO

Isabella Chianca Bessa Ribeiro do Valle

Professora do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Ivonildes da Silva Fonseca

Professora da Universidade Estadual da Paraíba, Departamento de Educação, Campus III, Guarabira. Atualmente exerce o cargo de vice-reitora da UEPB. Cursou, na Universidade Federal da Bahia – UFBA, o curso de Biblioteconomia e Documentação; cursou licenciatura e bacharelado em Ciências Sociais; fez mestrado em Ciências Sociais e doutorado em Sociologia na Universidade Federal da Paraíba.

Jadson Pereira Vieira

Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba. Especialista em Educação para as Relações Étnico-Raciais, pela Universidade Federal de Campina Grande. Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. Estudante do doutorado em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Possui experiência em pesquisas na área de Ensino de História, História com ênfase em memória, resistência camponesa ao regime militar, história das mulheres, gênero e relações étnico-raciais. É professor da educação básica nas redes municipal (Lagoa Seca – PB) e estadual, e coordenador pedagógico geral da Secretaria de Educação de Alagoa Nova – PB.

Janaina Vicente da Silva

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB). Graduada no curso de Pedagogia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI) no ano de 2021, especialista em Educação Étnico-Racial na Educação Infantil pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB Campus III, 2018). Graduada em licenciatura plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB Campus III, 2016).

Jandyra Pacheco

Bancária, foi dirigente do Sindicato dos Bancários da PB e da CUT-PB, atuou como gerente na CASSI-PB e CASSI-BA, trabalhou nas Diretorias de Gestão de Pessoas e de Responsabilidade Socioambiental do Banco do Brasil, em Brasília. Foi conselheira e diretora



SUMÁRIO

da Cunha Coletivo Feminista e foi chefe de gabinete da Deputada Estela Bezerra. Graduada em Psicologia pela PUC-SP.

Juliana Nunes Lima

Militante pelos direitos humanos e ingressou na graduação em Jornalismo na Universidade Federal da Paraíba em 2017, aonde foi conselheira superior universitária (2018-2019). Foi extensionista em feminismos em rede e é pesquisadora em violência política de gênero. Atuou no movimento estudantil na gestão do Centro Acadêmico de Jornalismo Vladimir Herzog (2018-2020) e nele auxiliou na produção de grandes eventos no curso. Tem experiência em assessoria política, estratégia e marketing digital, ambos vinculados ao recorte de gênero com enfoque nas estruturas sociais das relações com as mídias. Seus temas de interesse são feminismos, democracia, *lawfare*, redes de ódio, ativismo digital e performance midiática.

Juliana Sampaio

Universidade Federal da Paraíba (UFPB) /Centro de Ciências Médicas (CCM) / Departamento de Promoção da Saúde.

Jussara Carneiro Costa

Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos pela Universidade Federal da Bahia. Mestra em Sociologia pela Universidade Estadual da Paraíba. Coordena atualmente o Núcleo de Investigações e Intervenções em Tecnologias Sociais (NINETS/UEPB) e é docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UEPB, na Linha de Pesquisa “Gênero, Diversidade e Relações de Poder”.

Joseane Pereira da Silva Santos

Associação da Comunidade Negra de Paratibe – ACNP, Ensino Médio, agente de saúde da Prefeitura Municipal de João Pessoa – PB.

Josineide da Silva Bezerra

Licenciada em História pela Universidade Federal da Paraíba e doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Está vinculada ao Departamento de Ciências Básicas e Sociais, no Campus III da UFPB. Na universidade, desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão, sendo integrante do Gestar: Laboratório de Estudos do Território, da Cultura e Etnicidade.



SUMÁRIO

Jocelino Tomaz de Lima

Nascido em Caiçara - PB em 03/07/1977, filho de José Vieira de Lima e Zuleide Tomaz da Costa. Pesquisador e ativista cultural, presidente do coletivo Grupo Atitude que promove voluntariamente, desde 2005, a leitura e a cultura na cidade de Caiçara - PB. Licenciado em Geografia e bacharel em Direito. Técnico judiciário do Tribunal de Justiça da Paraíba.

Kamylla Rayanne Gouveia Simões

Historiadora pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Ativista antirracista, militante do Movimento de Mulheres Negras na Paraíba (MMN-PB), professora da educação básica, membro do Grupo de Pesquisa ProjetAH - História das Mulheres, Gênero, Imagens, Sertões (UFPB - CAMPUS I).

Karina Ceci de Sousa Holmes

Mestranda do Programa de pós-graduação em Ciência da Informação na Universidade Federal da Paraíba; Linha de pesquisa: informação, memória e sociedade; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Cultura, Informação, Memória e Patrimônio (GECIMP). Graduada em Pedagogia com especializações em Psicopedagoga Institucional e em Ciência das Religiões.

Karine Nogueira dos Santos

Graduanda em História pela Universidade Federal de Campina Grande, Campus de Cajazeiras-Paraíba. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Cultura [GEPHC/CNPq/UFCG].

Laís de Oliveira Neves

Historiadora, mestra em História pela Universidade Federal da Paraíba. Integrante do Grupo de Pesquisa ProjetAH - História das Mulheres, Gênero, Imagens, Sertões; bem como dos Grupos ABAYOMI e NEABÍ - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena, vinculados à Universidade Estadual da Paraíba, realizando o debate das questões étnico-raciais na comunidade quilombola do Grilo. É coordenadora de projetos na Associação Cores do Capibaribe, do Movimento Social LGBTQIAPN+.

Larissa Lira

Graduada em Filosofia pela Universidade Estadual da Paraíba; tem pós-graduação em Design de Moda (SENAI-Cetiqt-RJ); é mestre



SUMÁRIO

em Ciências das Religiões (UFPB); integrante do grupo de pesquisa Raízes: grupo de pesquisa sobre religiões mediúnicas e suas interlocuções, vinculado ao PPGCR/UFPB; especialista em Cinema e Produção Audiovisual; doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões, com pesquisa sobre estética e indumentária no culto da Jurema na Paraíba. É membro da equipe editorial da *Religare*; tem experiência na área dos estudos de memória, etnografia e religiões afro-ameríndias; desenvolve trabalhos na linha de pesquisa religião, cultura e sistemas simbólicos.

Lígia Luís de Freitas

Formou-se em Educação Física; depois de concluído o doutorado estudou Pedagogia, a fim de qualificar sua atuação na educação básica. É professora da rede pública de João Pessoa e foi coordenadora de Educação e Cultura Inclusiva e Não Sexista, da Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres de JP/PB. Desde a juventude tem vínculo com os movimentos sociais, passando pelas lutas estudantis, pelo movimento partidário e pelo feminismo popular e acadêmico. É vinculada ao Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero da UFPB. Pesquisa cidadania das mulheres, questões relacionadas ao corpo e à sexualidade, relações de gênero e questões etnicorraciais.

Luana Ismael

Mãe de Maitê, contadora, doula e aprendiz de parteira da Casa Lua Cheia.

Lucas Gomes de Medeiros

Doutor em História Social da Cultura Regional pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba. Foi membro do Programa de Extensão Tod@s Junt@s Somos Fortes, pelo enfrentamento ao racismo, violência contra a mulher e LGBTQIfobias no compar-timento da Borborema. Desenvolve pesquisas com enfoque nas interconexões dos marcadores sociais da diferença (gênero, sexualidade, raça, território etc.) na composição de abjeções que marcam LGBTQIAPN+ em terreiros de Candomblé e Jurema Sagrada; cosmovisão afro-ameríndia e história das religiões. Integrante do NINETs (Núcleo de Investigações em Tecnologias Sociais - UEPB).



SUMÁRIO

Lucia Guerra

Graduada em História pela UFPB, com mestrado pela UFPE e doutorado pela USP. É professora titular aposentada do Departamento de História e do PPG em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da UFPB, onde foi pró-reitora de extensão e coordenou os cursos de Especialização em Organização de Arquivos e o de Educação em Direitos Humanos, além dos Núcleos de Documentação e Informação Histórica Regional e o de Cidadania e Direitos Humanos. Integrou a Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba. É sócia efetiva do IHGP e da ANPUH. É gerente do Arquivo da Fundação Casa de José Américo, faz parte do Comitê Paraibano Memória, Verdade e Justiça e do Memorial da Democracia da Paraíba.

Luciana Araújo

Licenciada e doutora em Geografia pela UFPB. Está vinculada à Unidade Acadêmica de Geografia, no Centro de Formação de Professores da UFCG. Na universidade, desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão, sendo coordenadora do LEG – Laboratório de Estudos Geográficos. É integrante da ReCiMe – Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias e do GeUrb/UFPB: Grupo de Estudos Urbanos.

Luciana Cândido Barbosa

Nasceu em João Pessoa - PB. Formou-se em Psicologia com enfoque na Psicologia do Trabalho e Social pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, em 1995. Em 2011, concluiu o mestrado em Serviço Social, na UFPB com a dissertação, que versou sobre as trabalhadoras domésticas vinculadas ao então Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Domésticas de João Pessoa e Região. É feminista, negra, educadora popular, pesquisadora, formada em Psicologia e aprendente da psicologia afrocentrada. Atualmente integra a Articulação de Mulheres Brasileiras, a rede de colaboradoras da Cunha Coletivo Feminista e da Universidade Livre Feminista.

Lucimeiry Batista da Silva

Doutora em Educação, professora de Administração na UFPB, pesquisadora do NAC - Núcleo de Estudos Aprendizagem e Conhecimento e do NIPAM - Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação



SUMÁRIO

sobre Mulheres e Relações de Sexo e Gênero, ambos da UFPB. Extensionista junto ao Sindicato das Empregadas Domésticas e Agricultoras de Marinas do Abiaí. Mãe, avó e bordadeira nas horas vagas.

Luziana Marques da Fonseca Silva

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba, mestra e doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. É professora associada do Departamento de Ciências Sociais (DCS/CCAE) e vice-líder do GRUPESSC - grupo de pesquisa em saúde, sociedade e cultura. Tem experiência na área de Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: HIV/Aids, sorodiscordância, conjugalidade, serviços de saúde e vulnerabilidades.

Mabel Dias dos Santos

Jornalista, associada ao Coletivo Intervenções, observadora credenciada do Observatório Paraibano de Jornalismo e coordenadora externa da COAR - Agência de Checagem Independente. Mestra em Comunicação pela UFPB, doutoranda em Comunicação pela UFPE e autora do livro *A desinformação e a violação dos direitos humanos das mulheres: um estudo de caso do programa Alerta Nacional*, da editora Arriaba.

Maíra Lewtchuk Espindola

Maíra Lewtchuk Espindola é professora adjunta do Departamento de Habilitações Pedagógicas do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (2010), mestrado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (2012) e doutorado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (2017). É coordenadora da pré-escola do Projeto Saberes e práticas da/na Educação Infantil (UFPB/PMJP).

Marcella Machado

Jornalista graduada pela Universidade Federal da Paraíba e mestre em Jornalismo pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da mesma instituição. Atuou na assessoria de comunicação da Defensoria Pública da União na Paraíba (DPU-PB), como repórter de portais de notícias e como *fellow research* em editoras e organizações não-governamentais.



SUMÁRIO

Marcelo Medeiros da Silva

Formado em Letras, habilitação em Língua Portuguesa, pela Universidade Estadual da Paraíba, é mestre em Linguagem e Ensino pela Universidade Federal de Campina Grande e doutor em Letras pela Universidade Federal da Paraíba. É docente do curso de Letras no Centro de Ciências Humanas e Exatas (CCHE - Campus VI - UEPB), na cidade de Monteiro - PB, e atua no Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores (PPGFP) e no de Literatura e Interculturalidade (PPGLI), ambos da UEPB.

Maria da Vitória Barbosa Lima

É doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco e professora da Universidade Estadual do Piauí, onde atua na graduação e no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Cultura. É pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) da Universidade Federal da Paraíba.

Maria das Graças Beserra

Licenciada em Letras, com especialização em Língua e Literatura Espanhola pela Universidade Estadual da Paraíba, professora aposentada e estudante de Ciências das Religiões na Universidade Federal da Paraíba.

Maria de Fátima de Araújo Silveira

Enfermeira; doutora em Enfermagem pela Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo/USP; realizou estágio pós-doutoral na Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo/USP. Atuou como docente no Departamento de Enfermagem da Universidade Estadual da Paraíba (1989-2016). É docente colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde Colaboradora. Está vinculada à linha de pesquisa/UEPB Processos Psicossociais, pesquisando e orientando temáticas relacionadas ao cuidado humano, humanização do cuidado aos sujeitos no processo saúde-doença, saúde da mulher e epidemia de Covid-19.

Maria do Socorro Cipriano

Possui licenciatura em História pela Universidade Federal da Paraíba; mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas e doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco.



SUMÁRIO

Professora associada nível “B” do Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba, onde atua na área de História Moderna e tem interesse pela História Cultural e por temas que articulam cultura, imagem, literatura e gênero. Membro do Núcleo de História e Linguagens Contemporâneas (NUHLC).

Maria Lúcia da Silva Nunes

Mestre em Letras e doutora em Educação. Professora associada III (aposentada) do Departamento de Metodologia da Educação da Universidade Federal da Paraíba. Pesquisadora associada à Sociedade Brasileira de História da Educação e membro do Histedbr-Gt PB. Integrante do projeto de pesquisa educação e educadoras na Paraíba do século XX: escrita e leitura na República em ascensão. Com pesquisas, orientações concluídas e textos publicados no campo da história da educação, contemplando história das mulheres, história da leitura, memória, (auto)biografia, literatura, relações de gênero.

Maria Lúcia Lopes de Oliveira

Nasceu em Lagoa de Pedras - RN, mas cresceu em São Paulo, onde se engajou nas pastorais sociais e militância política. Em João Pessoa, graduou-se em Letras, fez mestrado em Educação Popular e doutorado em Letras, com especialização em Literatura, pela Universidade Federal da Paraíba. Estudou Teologia e integrou o grupo Chimalmans - Mulheres de Teologia; e adentrou o movimento feminista através da Cunha - Coletivo Feminista e da Articulação de Mulheres Brasileiras. Atualmente é colaboradora da Cunha e da Universidade Livre Feminista, pesquisadora na área dos direitos humanos das mulheres, feminismo, gênero e literatura e escreve no blog Terra Literária. Vive em Liechtenstein.

Maria Regina Alves dos Reis

Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Especialista em Educação para as relações étnico-raciais, pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande - PPGH/UFCG.

Marina Prado Santiago

Mestranda em Antropologia Social na linha de Território, Identidade e Meio Ambiente (PPGA/UFPB). Possui graduação em Hotelaria com especialização em Turismo e Desenvolvimento Local, conta com



SUMÁRIO

MBA em Gestão Empreendedora e Inovação. Há mais de 14 anos dedica-se à área do turismo e hotelaria, profissionalmente, acolhendo turistas e visitantes na cidade de João Pessoa. É habilitada como guia de turismo regional e nacional, com licença especial para guia de atrativo turístico cultural. Na área da educação, é licenciada em Língua Portuguesa e Espanhola. Interessa-se por comunidades negras tradicionais, população quilombola, epistemologias afrocentradas, mulherismo e saberes da encruzilhada.

Marinézia Gomes Toné

Formada em Comunicação Social - Jornalismo e Rádio e TV pela UFPB. Mestra pelo PPJor/UFPB. Foi chefe de gabinete da deputada estadual Estela Bezerra (PT/PB). Integra movimentos sociais, na luta das mulheres. Trabalhou na ONG Centro da Mulher. Atuou na atuar na gestão pública, assumindo cargos na Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres de João Pessoa, e de secretária municipal de Políticas para as Mulheres de João Pessoa. Em 2013, trabalhou para o governo da Paraíba, na Chefia de Gabinete da Secretaria Estadual da Comunicação e como secretária executiva estadual da Mulher e Diversidade Humana. Presidiu a Fundação Espaço Cultural da Paraíba. Pesquisa mulheres na política e movimento feminista no Brasil.

Mário Vinícius Carneiro Medeiros

Natural de Campina Grande - PB, é formado em Direito e licenciatura plena em História pela UEPB - Universidade Estadual da Paraíba. É mestre em História do Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. É professor da Universidade Estadual da Paraíba e da Universidade Federal da Paraíba.

Marita de Almeida Assis Brilhante

Jornalista pela Universidade Federal do Ceará e médica pela Universidade Federal da Paraíba, com residência em Medicina de Família e Comunidade pela Universidade Federal da Paraíba. Especialista em Naturologia, trabalha na atenção básica de um município do interior da Paraíba. Militante do Movimento pela Humanização do Parto e do Nascimento. Participou da luta pela aprovação da lei das doulas em João Pessoa. É mãe de três meninos.

Mary Help Ibiapina Alves

Nascida em Campina Grande - PB, é doutora em Serviço Social pela Universidade de Coimbra / Universidade Católica Portuguesa.



SUMÁRIO

Maryellen Bãdãrãu

Jornalista e mestra em Comunicação, formada na Universidade Federal da Paraíba. Ao longo de sua carreira acadêmica, desenvolveu pesquisas sobre gênero e mídia, das quais resultaram na obra *A Crônica Feminina na Imprensa Paraibana: Trajetórias, Escritas de si e Cotidiano*, publicada em 2021 pela Editora UFPB. Participou como coautora de outras obras no âmbito do jornalismo: *Magistrados & Arte Musical: Perfis* (2019), *Comunicação, Mídia e Imaginário: Diálogos Contemporâneos* (2017) e *Jornalismo em Ambientes Multiplataforma* (2016), resultantes de projetos desenvolvidos pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFPB.

Mônica Maria de Sousa Ferreira

Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo. Professora do Centro Universitário Santa Maria em Cajazeiras - PB.

Monique Cittadino

Graduada em História e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo. É professora titular, exercendo a Chefia do Departamento de História e atuando nos Programas de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas e em História da UFPB. Foi membro da Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa (2014-2020). É membro do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP). Suas pesquisas estão centradas na história política da Paraíba republicana.

Natália Viana Brasil

Mãe de Inês, Eva e Clarice, advogada, professora, doula e aprendiz de parteira da Casa Lua Cheia.

Nathália Jorge Novais

Graduada em Antropologia Social na Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Orlandil de Lima Moreira

Sociólogo, com doutorado em Ciências Sociais e pós-doutorado em Educação. Professor titular do Departamento de Metodologia da Educação na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Política Públicas (PPGDH) na UFPB.



SUMÁRIO

Priscila Mayara Santos Dantas

Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba (PPGH/UFPB). Licenciada em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Historiadora com Registro Profissional Nº 000076/PB. Atualmente está na Secretária de Educação do município de Nova Palmeira - PB.

Raimundo Mélo Neto Segundo

Formado em Letras, habilitação em Literatura, pela Faculdade da Região dos Lagos (FERLAGOS); especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela FERLAGOS e em Planejamento, Implementação e Gestão de Educação a Distância Pela Universidade Federal Fluminense; é mestre em Formação de Professores pela Universidade Estadual da Paraíba e doutorando do curso do Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade (PPGLI-UEPB). É docente nos cursos de Especialização em Supervisão, Gestão e Orientação Escolar; Psicopedagogia Clínica e Institucional; Língua, Linguística e Literatura nas Faculdades Integradas de Patos (FIP - Área Guarabira).

Rayana Benício de Oliveira

Graduada em História - licenciatura pela Universidade Estadyak da Paraíba (UEPB). Mestra em História pela Universidade Federal da Paraíba.

Rodrigo Freire de Carvalho e Silva

Licenciado em História (UFPB), mestre em Ciência Política (UFPE) e doutor em Ciências Sociais (UnB). É professor associado do Departamento de Ciências Sociais (CCHLA/UFPB). Foi presidente da Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa (2014-2020). Atualmente, é diretor do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) da UFPB, e desenvolve pesquisas sobre a ditadura militar, autoritarismo, democracia e direitos humanos.

Rosa Carlos

Atriz, pesquisadora, dramaturga e roteirista de cinema. Integrante da UMA – União de Mulheres do Audiovisual.

Roselei Bertoldo

irmã do Imaculado Conceição de Maria. Pedagoga, educadora social. Faz parte da Rede Um Grito Pela Vida - CRB, atua no



SUMÁRIO

enfrentamento ao abuso, exploração e tráfico de pessoas e na Rede CLAMOR - Rede Latino-Americana e caribenha de atenção a migrantes, refugiados e vítimas do tráfico de pessoas.

Rosemary Marinho

Professora de Filosofia na Universidade Federal da Paraíba - Campus IV, mestra em Filosofia e doutora em Educação pela UFPB. Pesquisa sobre juventude, gênero, saberes interculturais com professores indígenas de Filosofia.

Rozeane Porto Diniz

Tem pós-doutorado em História (UFRPE). Doutora em Literatura e Interculturalidade (UEPB). Mestra em História (UFPB) e em Literatura e Interculturalidade (UEPB). Graduada em História e em Letras Língua Portuguesa. Pesquisa na área de História e Literatura, história das mulheres e dos negros em Olivedos - PB (Farol de Joana Preta, Baile dos Mateus e produção cordelística de Manoel Limão), às discussões de gênero, sexualidade, patrimônio, memória, literatura de cordel. Participa do Núcleo de Investigações e Intervenções em Tecnologias Sociais, do G. P. Estudos de Gênero e de Sexualidades, ambos da UEPB, e do Lab. de Estudos e Intervenções em Patrimônio Cultural e Memória Social da UFRPE.

Sabrina Rafael Bezerra

Graduada em História e em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba. Mestra em História pela Universidade Federal da Paraíba e doutoranda em História pela Universidade Federal de Pernambuco.

Samara Regina Gomes de Melo

Nascida na capital paraibana e criada em Sapé, é formada em Jornalismo e licenciada em Dança pela Universidade Federal da Paraíba. Tem mestrado profissional em Jornalismo pela UFPB com o trabalho “A dança que as move: livro reportagem perfil de artistas da dança paraibana”. Deu aulas de ballet baby e ballet infantil em um espaço próprio em Sapé até 2023. Fez diversos cursos na área do ensino da dança para crianças. É coordenadora de mídias sociais da Empresa Paraibana de Turismo. Segue pesquisando sobre gênero, narrativas de vida, história da dança, história da dança paraibana, narrativas biográficas e processos criativos.



SUMÁRIO

Sandra Raquew Azevêdo

Jornalista e escritora. Professora de Jornalismo na Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Campus I. Pesquisadora na área de jornalismo, mulher e mídia; comunicação no semiárido brasileiro; comunicação e saúde. Mestre em Educação e doutora em Sociologia pela UFPB.

Solange Rocha

É historiadora e ativista social. Doutora em História (UFPE/UFF) atua como professora na Universidade Federal da Paraíba, onde integra o Departamento e o Programa de Pós-Graduação em História, o Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiros e Indígenas - NEABI. Recebeu o I Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero e publicou o livro *Gente Negra na Paraíba Oitocentista: população, família e parentesco espiritual* pela Editora Unesp (2009). É membra fundadora do grupo paraibano de mulheres negras Bamidelê - Organização de Mulheres Negras na Paraíba.

Susel Oliveira da Rosa

Professora do Departamento de História - Campus III/UEPB. Tem pós-doutorado e doutorado em História pela UNICAMP. Autora dos livros *A biopolítica e a vida que se pode deixar morrer* (2012) e *Mulheres, ditaduras e memórias: não imagine que precise ser triste para ser militante* (2013). Tem pesquisas envolvendo história das mulheres, ditadura civil-militar, ditadura latifundiária-militar na Paraíba, resistência, amizade e cuidado com o mundo.

Valdir Lima

Natural de Santa Rita - PB, professor, tem doutorado em Ciência da Informação, mestrado em Ciências das Religiões, especialização em Direitos Humanos, graduação em História e em Arquivologia, todos pela Universidade Federal da Paraíba. É formado também em Gestão Pública pela Universidade Norte do Paraná. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa em Cultura, Informação, Memória e Patrimônio (GECIMP) e do Grupo Falando do Axé Paraíba.

Waglânia de Mendonça Faustino

Professora do Departamento de Enfermagem em Saúde Coletiva, no Centro de Ciências da Saúde (CCS) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

www.pimentacultural.com

DICIONÁRIO DE MULHERES PARAIBANAS